

Shaping Energy

Relatório e Contas 2016



Ano após ano, a nossa energia aperfeiçoa-se, evolui, torna-se mais eficiente e sustentável, gera mais progresso e fomenta o desenvolvimento da ciência e da economia. Facilita mais vidas, conquista novos mercados, torna-se global.

Ano após ano, o mundo é moldado por todas as formas da nossa energia.



Shaping Energy

Relatório e Contas 2016

| | | | |
|--|----|---|-----|
| Sobre o Relatório | 6 | 5. Compromisso com os <i>stakeholders</i> | 68 |
| 1. Aos nossos <i>stakeholders</i> | 8 | 5.1. Atuar de forma responsável e ética | 70 |
| 1.1. Mensagem do Conselho de Administração | 10 | 5.2. Envolver as partes interessadas | 73 |
| 1.2. Cadeia operacional | 14 | 5.3. Valorizar o capital humano | 80 |
| 1.3. Principais destaques de 2016 | 16 | 5.4. Energia e clima | 84 |
| 1.4. Modelo de criação de valor | 18 | 5.5. Proteção das pessoas, do ambiente e dos ativos | 89 |
| 1.5. Abordagem à materialidade | 20 | 5.6. Inovação, investigação e tecnologia | 95 |
| 2. Enquadramento estratégico | 22 | 6. Governo societário | 98 |
| 2.1. Os desafios da indústria | 24 | PARTE I Informação sobre estrutura acionista, organização e governo da Sociedade | 100 |
| 2.2. A nossa estratégia | 28 | PARTE II Avaliação do governo societário | 157 |
| 3. Execução estratégica | 30 | 7. Proposta de aplicação de resultados | 164 |
| 3.1. Exploração & Produção | 32 | 8. Anexos | 168 |
| 3.2. Refinação & Distribuição | 44 | 8.1. Contas consolidadas | 170 |
| 3.3. Gas & Power | 52 | 8.2. Informação suplementar sobre petróleo e gás | 365 |
| 4. Desempenho financeiro | 58 | 8.3. Relatório sobre os pagamentos efetuados a administrações públicas | 372 |
| 4.1. Sumário | 60 | 8.4. Relatórios e pareceres do órgão de fiscalização e do revisor oficial de contas | 376 |
| 4.2. Desempenho operacional | 61 | 8.5. Relatório independente de garantia limitada de fiabilidade | 388 |
| 4.3. Demonstração de resultados | 62 | 8.6. Declarações de conformidade dos órgãos de administração e fiscalização | 390 |
| 4.4. Investimento | 64 | 8.7. Menções obrigatórias | 392 |
| 4.5. <i>Cash flow</i> | 65 | 8.8. Biografias dos membros dos órgãos de administração e fiscalização | 395 |
| 4.6. Situação financeira | 66 | 8.9. Cargos exercidos noutras empresas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização | 404 |
| | | 8.10. Biografias e cargos ocupados pelos membros da Comissão de Remunerações | 410 |
| | | 8.11. Glossário e abreviaturas | 412 |

Sobre o Relatório

A Galp apresenta o seu primeiro relatório anual integrado tendo como objetivo divulgar, com transparência e rigor, os processos e indicadores de criação de valor económico, ambiental e social, assim como os respetivos resultados. Desta forma, pretende-se que seja possível avaliar o desempenho da Galp de forma integrada, considerando os aspetos tangíveis e intangíveis, demonstrando as conexões existentes entre os fatores externos, a estratégia da Empresa, o governo da Sociedade, o modelo de negócio e o seu desempenho operacional e financeiro, quando considerado materialmente relevante.

O Relatório foi elaborado tendo como referência as diretrizes e as normas internacionalmente reconhecidas, nomeadamente:

- as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS);
- as diretrizes do Código dos Valores Mobiliários (CVM), Regulamento da CMVM n.º 4/2013 e recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) referentes ao relato do governo da Sociedade;
- as diretrizes para o reporte integrado do International Integrated Reporting Council (IIRC);
- as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), versão GRI G4, na opção «De acordo – Abrangente», incluindo as diretrizes do suplemento sectorial Oil & Gas;
- as diretrizes para o reporte de pagamentos efetuados a administrações públicas, no âmbito da sua participação na Extractive Industries Transparency Initiative (EITI);
- os princípios de inclusão, relevância e responsabilidade de *stakeholders*, constantes da norma da Accountability, AA1000 Accountability Principles Standard (AA1000APS 2008);
- os princípios do United Nations Global Compact (UNGC);
- os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

As demonstrações financeiras da Galp são elaboradas de acordo com as IFRS e o custo das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas é valorizado a custo médio ponderado (CMP). A utilização deste critério

de valorização pode originar volatilidade nos resultados em momentos de oscilação dos preços das mercadorias e das matérias-primas através de ganhos ou perdas em *stocks*, sem que tal traduza o desempenho operacional da Empresa. Este efeito é designado por efeito *stock*.

Outro fator que pode influenciar os resultados da Empresa, sem ser um indicador do seu verdadeiro desempenho, é o conjunto de eventos de natureza não recorrente, tais como ganhos ou perdas na alienação de ativos, imparidades ou reposições de imobilizado e provisões ambientais ou de reestruturação.

De modo a proporcionar uma melhor avaliação do desempenho operacional da Empresa excluindo o efeito acima mencionado, a Galp também divulga resultados numa base *replacement cost* ajustada (RCA), que excluem os eventos não recorrentes e o efeito *stock*, este último pelo facto de o custo das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas ter sido apurado através do método de valorização de custo de substituição designado *replacement cost* (RC). Estes resultados não são auditados.

Relativamente à informação não financeira, a metodologia de consolidação e reporte de informação abrange todas as atividades desenvolvidas nas quais a Galp detém uma participação igual ou superior a 50% e/ou quando assume o controlo operacional. Sem prejuízo do que precede, e sempre que o interesse dos *stakeholders* assim o justifique, é apresentada também informação sobre atividades não operadas nas quais a Galp detém uma participação minoritária, nomeadamente as atividades desenvolvidas no negócio de Exploração & Produção (E&P).

A Galp reporta no presente relatório o sistema e as práticas de governo da sociedade com referência a 2016, nos termos do Regulamento da CMVM aplicável.

Como complemento ao Relatório, a Galp divulga informação adicional e detalhada no sítio de Internet corporativo, nomeadamente nas secções Investidor e Sustentabilidade.

A Galp pretende gerar a confiança necessária para apoiar a tomada de decisão por parte dos *stakeholders* em relação à Empresa e, para tal, submete os conteúdos do presente Relatório e da secção de Sustentabilidade no sítio da Galp a uma verificação externa, independente e acreditada pela PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. (PwC).

Relatório Integrado Galp 2016

| Demonstrações financeiras | Informação de sustentabilidade |
|--|---|
| Âmbito da auditoria Garantia razoável de fiabilidade | Âmbito da revisão Garantia limitada de fiabilidade |
| Outra informação presente no Relatório integrado Verificada consistência com as demonstrações financeiras. Verificada inclusão dos elementos exigíveis nos termos do Art.º 245º-A do C.V.M. | |

Feedback

A Galp pretende estabelecer um diálogo permanente e inclusivo com os seus *stakeholders*, valorizando esta relação e procurando dar resposta às suas expectativas e necessidades. A Empresa disponibiliza os seguintes canais de comunicação para envio de *feedback*:

Galp Energia, SGPS, S.A.

Estratégia e Relações com Investidores
Rua Tomás da Fonseca, Torre C
1600 – 209 Lisboa

Tel.: +351 217 240 866
e-mail: investor.relations@galp.com

Os Valores Galp orientam o nosso desempenho dentro e fora da Empresa e dão origem a boas relações com os nossos *stakeholders*.

Visão

Uma Empresa integrada de energia que desenvolve negócios rentáveis e sustentáveis.

Valores

Confiança

Enquanto expressão da nossa ética, transparência e integridade.

Parceria

Geramos valor através de relações sólidas.

Agilidade

De pensamento e ação.

Inovação

A ousadia para inovar, empreender e transformar gera valor.

Sustentabilidade

Crescemos de forma sustentável, gerando valor para o futuro.



1
Aos nossos
stakeholders

1.1.

Mensagem do Conselho de Administração



Paula Amorim

Presidente do Conselho de Administração da Galp

Caros acionistas,

Foi com grande orgulho e sentido de responsabilidade que aceitei a nomeação para Presidente do Conselho de Administração no decurso de 2016. Integrando o Conselho de Administração desde 2012 e Vice-presidente desde abril

de 2015, reafirmo o meu compromisso para com a Galp e os seus *stakeholders*, bem como o objetivo de contribuir, no âmbito das minhas funções, para a prossecução dos objetivos traçados e para o sucesso da estratégia da nossa Empresa.

Vivemos num mundo em constante mudança. O crescimento populacional esperado e a satisfação das necessidades energéticas futuras, tendo em consideração a escassez de recursos, são desafios à escala mundial.

Para fazer face a estes desafios, num sector caracterizado pela volatilidade, assumimos uma abordagem orientada para a antecipação de oportunidades. A Galp está particularmente atenta à evolução tecnológica, digitalização da economia e exigência e satisfação dos nossos clientes, garantindo a adaptação dos modelos de negócio e, por conseguinte, a competitividade e a geração de valor sustentável a longo prazo.

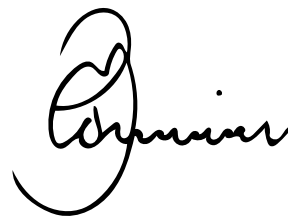
Em 2016, a Galp deu importantes passos na execução da sua estratégia, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento dos projetos de *upstream* no pré-sal brasileiro e aos avanços no projeto de GNL da área 4, na bacia do Rovuma, em Moçambique. Paralelamente, continuou a otimizar os seus negócios de *downstream*, quer na consolidação das atividades na Península Ibérica, quer na contínua exploração de oportunidades no mercado internacional, ainda que num contexto menos favorável do que no passado recente.

A Galp tem vindo a prosseguir uma gestão norteada por uma rigorosa disciplina e solidez financeira. A alocação de capital está, e continuará, focada no sector do Oil & Gas, em projetos de elevada rentabilidade e competitividade na curva de mérito da indústria. Paralelamente, estamos a preparar a Galp do futuro, mais centrada no cliente, com novos modelos de negócio e soluções de baixa intensidade carbónica, assegurando resiliência em cenários mais desafiantes de preços do petróleo e do carbono. O objetivo permanece o mesmo: a entrega sustentada de valor aos nossos *stakeholders* e, em particular, aos acionistas.

Nesta medida, o Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral o pagamento de um dividendo de €0,497664 por ação relativo a 2016, num total de cerca de €413 milhões, de acordo com a política de dividendos em vigor até ao final de 2016, que previa um aumento médio anual de 20%.

Por outro lado, reafirmo o empenho do Conselho de Administração na implementação de práticas responsáveis, nomeadamente no que respeita ao governo societário, agindo com transparência e ética e salvaguardando a sustentabilidade da Empresa.

Agradeço, para concluir, o voto de confiança de todos os *stakeholders*, em particular dos nossos acionistas, colaboradores, clientes, parceiros e fornecedores. Alicerçados nas vantagens competitivas da nossa Empresa, nomeadamente no seu portefólio de ativos, na capacitação das suas pessoas e nas parcerias que têm vindo a ser fortalecidas ou alargadas, continuaremos a traçar, em conjunto, o caminho da Galp.



Paula Amorim
Presidente do Conselho de Administração



Carlos Gomes da Silva

Presidente Executivo da Galp

Caros stakeholders,

É com satisfação que afirmo que no ano de 2016, a Galp continuou a entregar valor aos seus *stakeholders* com base na estratégia delineada, apesar do contexto desafiante que continua a marcar o sector de Oil & Gas.

No negócio de Exploração & Produção, atingimos, no final do ano, uma produção de cerca de 90 mil barris diários, um crescimento suportado pela execução do principal projeto de desenvolvimento no pré-sal brasileiro – os campos Lula/Iracema. Nestes campos, duas novas unidades FPSO iniciaram a sua produção: a Cidade de Maricá e a Cidade de Saquarema. Os reservatórios continuaram a evidenciar características excecionais, o que permitiu manter níveis de produtividade ímpares no sector e contribuiu para que a quarta e a quinta unidades atingissem o *plateau* de produção antes do prazo previsto.

Em relação a Moçambique, o Conselho de Administração aprovou o projeto *offshore* de Coral Sul, que consiste

no desenvolvimento da produção de gás natural liquefeito com recurso a uma unidade de produção flutuante (FLNG), que contribuirá para acelerar o início de produção dos recursos de gás natural na bacia do Rovuma. No projeto Mamba, estamos a analisar as propostas de contratos de construção e continuaremos a impulsionar os trabalhos que suportarão a tomada da decisão final de investimento. O projeto Mamba beneficiará de importantes economias de escala que, aliadas à qualidade dos recursos e à sua localização, contribuirão para a competitividade do projeto da Área 4 no mercado mundial de GNL na próxima década.

Em Angola, continuámos os trabalhos de desenvolvimento relativos ao bloco 32, que deverá iniciar produção em 2018, e a otimização das operações no bloco 14.

No negócio de Refinação & Distribuição, a descida das margens de refinação internacionais foi acompanhada pela continuidade da otimização das operações, que permitiu um aumento do valor do barril processado face à margem internacional de referência. Num contexto volátil e incerto, prosseguiremos com esta abordagem de criação de valor, com foco na eficiência de processos, na flexibilidade e na melhoria da capacidade de conversão. Com o lançamento de uma nova marca – Evologic –, a Galp voltou a marcar

a diferença na comercialização de produtos petrolíferos, apostando numa proposta de valor suportada por tecnologias de nova geração.

Na área do Gas & Power, o ano foi igualmente desafiante, marcado sobretudo pela redução das oportunidades de arbitragem nos mercados internacionais. Destaco o lançamento de uma nova plataforma de suporte à atividade comercial, com vista a transformar e melhorar a experiência do consumidor, suportada numa forte componente digital. Importa também salientar a venda de 22,5% do capital da empresa de gestão das infraestruturas reguladas de distribuição de gás natural ao consórcio japonês liderado pela Marubeni. Esta operação enquadra-se na estratégia de gestão ativa do portefólio e contribuiu para o reforço da flexibilidade da situação financeira da Empresa.

Com efeito, terminámos o ano com um rácio de dívida líquida para Ebitda de cerca de uma vez (1x), bastante inferior ao nosso compromisso de não ultrapassar duas vezes (2x), para o que contribuiu também a robusta geração de *cash flow* operacional. Estamos, por isso, melhor posicionados para fazer face ao plano de investimentos que temos pela frente.

A Empresa atravessa uma fase de transição. O ano de 2016 fica marcado por ser o último ano de um ciclo de investimento mais intensivo que gizámos para o Brasil, sendo esperado que as nossas operações neste país comecem a gerar *cash flow* positivo já a partir de 2017. Estamos hoje a começar a beneficiar dos resultados da estratégia delineada, enquanto construímos a Galp do futuro.

É fundamental que continuemos concentrados na execução e na maximização da extração de valor do nosso portefólio de ativos e negócios, ao que teremos de adicionar o desenvolvimento de novos projetos e a entrada em novos mercados, com o objetivo de garantir um legado de crescimento sustentável para a Galp.

Assumimos o compromisso de refletir os princípios de sustentabilidade e de bom governo na nossa estratégia, cultura e valores. Estamos comprometidos com a geração de valor partilhado, identificando oportunidades e interligando o sucesso da Galp ao progresso das comunidades em que operamos.

A garantia da proteção das pessoas, do ambiente e dos ativos, bem como a adoção de uma conduta ética e transparente, são indispensáveis na nossa atuação. Neste

contexto, temos sido reconhecidos, de forma consistente, pelos mais prestigiados índices de sustentabilidade.

Num ambiente de transformação acelerada de tecnologias e de hábitos de consumo, e num contexto de transição para uma economia de menor intensidade carbónica, teremos de nos adaptar, integrando novos modelos de negócio de forma ágil, empreendedora e inovadora, recorrendo a um ecossistema de parcerias.

Acreditamos que o desenvolvimento tecnológico e a inovação são decisivos para a criação das condições necessárias ao consumo eficiente de energia, à mobilidade sustentável e à satisfação das expectativas e necessidades dos nossos clientes e parceiros.

No que concerne à agenda mundial inerente às alterações climáticas, a Galp apoia a prossecução de um acordo global e eficaz para a redução das emissões de carbono. Apoiamos a criação de um mercado único, transparente, eficiente e sustentável a longo prazo, e continuaremos a contribuir de forma construtiva para o desenvolvimento de medidas apropriadas para superar os desafios da energia e do clima.

Como notas finais, quero começar por agradecer aos nossos parceiros, que são determinantes para o nosso sucesso, nas diversas atividades que encetamos. Em particular no *upstream*, destaco a parceria com empresas reconhecidas pela sua experiência e *drive* tecnológico, tendo a Galp reforçado a sua relação com alguns desses *players* em 2016, com destaque para os protocolos assinados com a Petrobras e com a Statoil.

Agradeço também aos nossos acionistas pelo voto de confiança na nossa estratégia e reforço o nosso compromisso com a execução disciplinada do caminho traçado, alicerçada nos nossos valores.

Concluo agradecendo a todos os colaboradores, clientes e fornecedores, pelo empenho, colaboração e confiança demonstrados, fundamentais para o nosso sucesso atual e para que, juntos, alcancemos novas fronteiras no futuro.



Carlos Gomes da Silva
Presidente executivo

1.2.

Cadeia operacional



Exploração & Produção

A Galp detém um portefólio alargado de projetos, desde a exploração até à produção de hidrocarbonetos, estando presente em sete países, e numa fase de acelerado crescimento da sua produção, a qual atingiu cerca de 90 mil barris de petróleo equivalente por dia (kboepd) no final de 2016. A Empresa encontra-se sobretudo focada na execução dos seus projetos em fase de desenvolvimento, distribuídos por três áreas core: no pré-sal da bacia de Santos, no Brasil, em Angola e em Moçambique.

* fora do âmbito Galp



Comercialização

- Retalho
- Wholesale
- Outros operadores
- Exportação



Refinação & Distribuição

A Empresa é um dos operadores de referência na Península Ibérica, integrando as atividades de refinação, distribuição e comercialização de produtos petrolíferos. A Galp detém um sistema refinador integrado com capacidade para processar 330 mil barris de petróleo por dia (kbpd) e uma vasta rede de distribuição de produtos petrolíferos na Península Ibérica. A Empresa tem vindo ainda a consolidar a sua presença em África, detendo atualmente atividades de distribuição e comercialização de combustíveis em cinco países africanos em rápido crescimento.

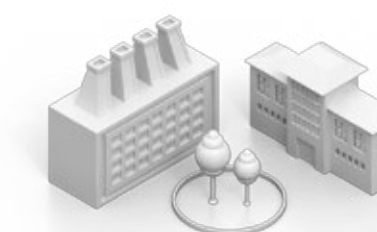


Comercialização

- Retalho
- Industrial
- Eletroprodutor

Gas & Power

Através do negócio de Gas & Power (G&P), a Galp está focada na comercialização de gás natural na Península Ibérica e tem vindo a consolidar a atividade de trading no mercado internacional. A Empresa tem vindo a expandir a sua presença no mercado elétrico, sobretudo em Portugal, assumindo-se como um comercializador integrado de energia.





1.3.

Principais destaques de 2016

Reposicionamento da marca Galp

A Galp lançou uma campanha de reposicionamento da marca, com uma nova assinatura – «Energia cria energia» – com o intuito de valorizar a missão da Empresa enquanto operador integrado de energia do *upstream* ao *lifestream*.

10.º Aniversário OPV

O dia 23 de outubro marcou o décimo aniversário desde a oferta pública de venda (OPV) inicial da Galp. No decorrer deste período, a ação valorizou 121%, registando um retorno total para o acionista de 190%. De registar o aumento do *free float* em 37 p.p. desde a entrada em Bolsa e o crescimento significativo de analistas *sell-side* que cobrem ativamente a ação. Durante o ano de 2016, o retorno total para o acionista foi de 38%.

Execução do projeto Lula/Iracema

No projeto Lula/Iracema, no bloco BM-S-11, entraram em produção a FPSO Cidade de Maricá e a FPSO Cidade de Saquarema, a quinta e a sexta unidade, respetivamente. Já em março de 2017 foi instalada a sétima unidade denominada P-66, com a capacidade instalada no projeto a situar-se atualmente nos 970 kbpd. Durante 2016, deu-se ainda início à operação da segunda rota para exportação de gás natural na bacia de Santos.

Galp aprova investimento em Coral Sul

O Conselho de Administração da Galp aprovou o investimento na área de Coral Sul, o primeiro projeto de desenvolvimento relacionado com as descobertas de gás realizadas na Área 4 da bacia do Rovuma em Moçambique.

Reforço de parcerias estratégicas

A Galp assinou um Memorando de Entendimento com a Petrobras com o objetivo de consolidar a aliança estratégica entre as duas empresas. O acordo visa o fortalecimento da cooperação na atividade de exploração e produção de petróleo e gás, assim como a aposta num programa de formação conjunto focado na pesquisa em águas ultraprofundas. A Galp assinou ainda um Memorando de Entendimento com a Statoil, potenciando a cooperação entre este *player* de referência e a Galp.

Desinvestimento parcial das infraestruturas reguladas de gás

Procedeu-se à alienação de 22,5% do capital social da Galp Gás Natural Distribuição, S.A. (GGND), que detém o negócio de infraestruturas reguladas de gás natural em Portugal, tendo o ativo (100%) sido avaliado em cerca de €1,3 mil milhões (bn).

Nova gama de combustíveis

A Galp lançou uma nova gama de combustíveis em Portugal, o gasóleo e a gasolina Evologic. Os combustíveis Evologic possuem aditivos de última geração e o seu lançamento vem no seguimento da estratégia de diferenciação de produtos e serviços no segmento de comercialização de produtos petrolíferos.

Nomeação de membros do Conselho de Administração

Na sequência da renúncia de Américo Amorim ao cargo de presidente do Conselho de Administração (CA), Paula Amorim foi designada presidente do CA e Miguel Athayde Marques foi nomeado para o cargo de vice-presidente. Marta Amorim foi ainda cooptada como membro do CA.

Indicadores de mercado

| | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|--------|--------|--------|
| Taxa de câmbio média (EUR:USD) | 1,33 | 1,11 | 1,11 |
| Preço médio do <i>dated Brent</i> ¹ (USD/bbl) | 98,9 | 52,4 | 43,7 |
| Diferencial crude <i>heavy-light</i> ² (USD/bbl) | (1,7) | (1,4) | (2,1) |
| Preço gás natural NBP Reino Unido ³ (USD/mmbtu) | 7,4 | 6,2 | 4,7 |
| Preço gás natural Henry Hub EUA (USD/mmbtu) | 4,3 | 2,6 | 2,6 |
| Preço GNL para o Japão e para a Coreia ¹ (USD/mmbtu) | 13,9 | 7,5 | 5,7 |
| Margem de refinação <i>benchmark</i> ⁴ (USD/bbl) | 1,1 | 5,2 | 3,1 |
| Mercado oil ibérico ⁵ (mt) | 58,7 | 60,1 | 61,7 |
| Mercado gás natural ibérico ⁶ (mm ³) | 29.718 | 31.497 | 32.338 |

Fontes
¹ Bloomberg.
² Platts. Urals NWE *dated* para crude pesado; *dated Brent* para crude leve.
³ Platts.
⁴ Para uma descrição completa da metodologia de cálculo da margem de refinação *benchmark* vide capítulo 8.11. Glossário e abreviaturas.
⁵ APETRO para Portugal; CORES para Espanha.
⁶ Galp e Enagás.

Indicadores financeiros

Milhões de Euros (exceto indicação em contrário)

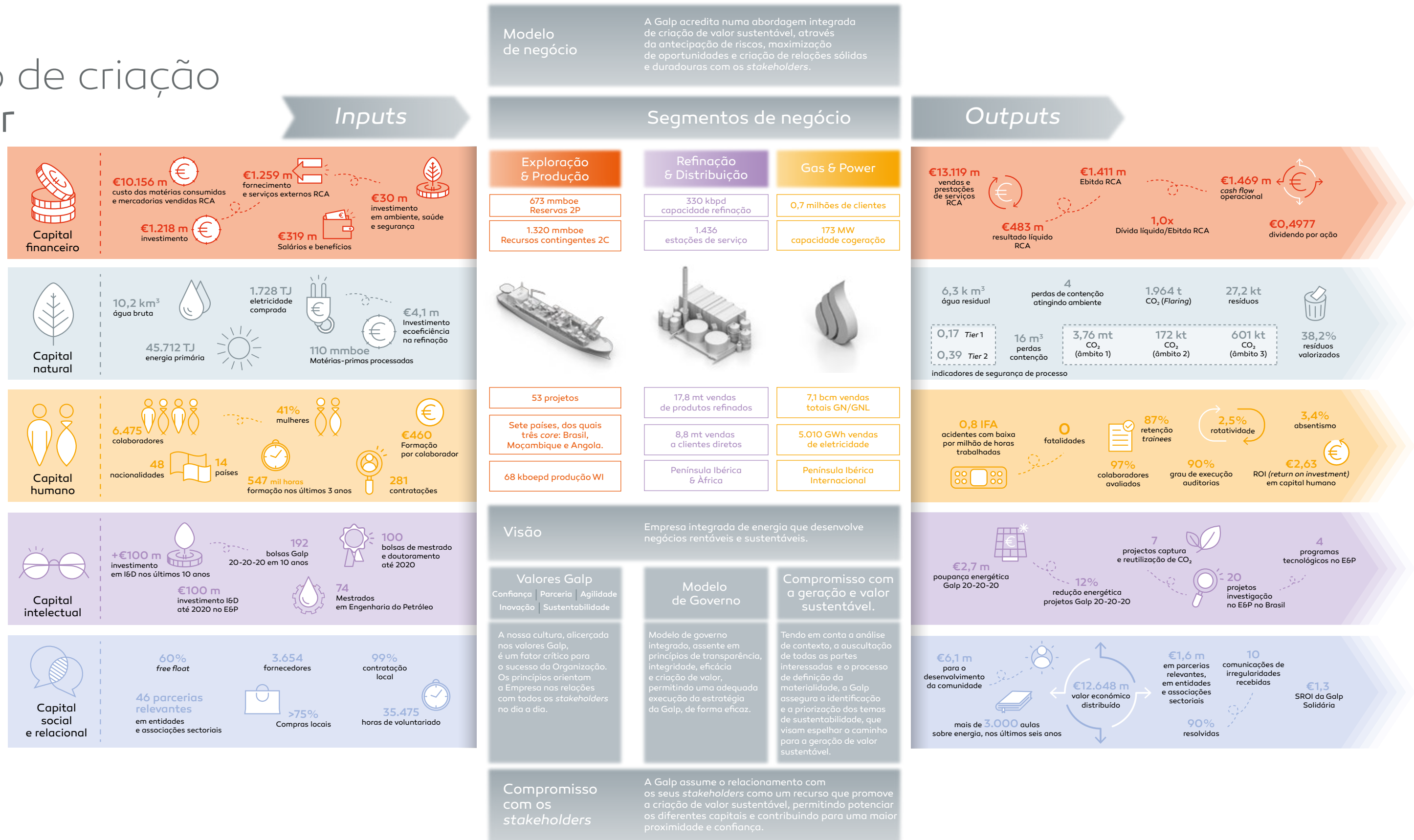
| | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|--------|--------|-------------------|
| Ebitda RCA | 1.314 | 1.538 | 1.411 |
| Ebitda IFRS | 825 | 1.174 | 1.389 |
| Ebit RCA | 774 | 969 | 772 |
| Ebit IFRS | 180 | 423 | 544 |
| Resultado líquido RCA | 373 | 639 | 483 |
| Resultado líquido IFRS | (173) | 123 | 179 |
| Investimento | 1.161 | 1.283 | 1.218 |
| <i>Cash flow</i> das atividades operacionais | 1.193 | 1.674 | 1.469 |
| Varição da dívida líquida | 348 | (98) | (552) |
| Dívida líquida | 2.520 | 2.422 | 1.870 |
| Dívida líquida incl. empréstimo à Sinopec ¹ | 1.630 | 1.699 | 1.260 |
| Dívida líquida incl. empréstimo à Sinopec para Ebitda RCA | 1,2x | 1,2x | 1,0x ² |
| Dividendo (€/ação) | 0,3456 | 0,4147 | 0,4977 |

¹ Considerando empréstimo à Sinopec como caixa e equivalentes.
² Rácio considera a dívida líquida inc. empréstimo Sinopec de €610 m, adicionado do valor correspondente a suprimentos da Sinopec na subsidiária Petrogal Brasil, de €179 m, sendo o Ebitda RCA em 2016 de €1.411 m.

Reconhecimentos



1.4. Modelo de criação de valor



1.5.

Abordagem à materialidade

A Galp efetua e divulga, de forma sistemática, uma avaliação precisa e equilibrada do cumprimento da sua estratégia de negócio, do seu desempenho, assim como dos riscos, das oportunidades e das perspetivas futuras em relação a questões económicas, sociais, ambientais e de *governance*. A Empresa confere particular destaque aos aspetos com impacto material potencial, com enfoque no longo prazo, e à capacidade de avaliação e decisão por parte dos seus *stakeholders*.

A Galp tem processos implementados que asseguram a identificação e a priorização dos temas materiais.

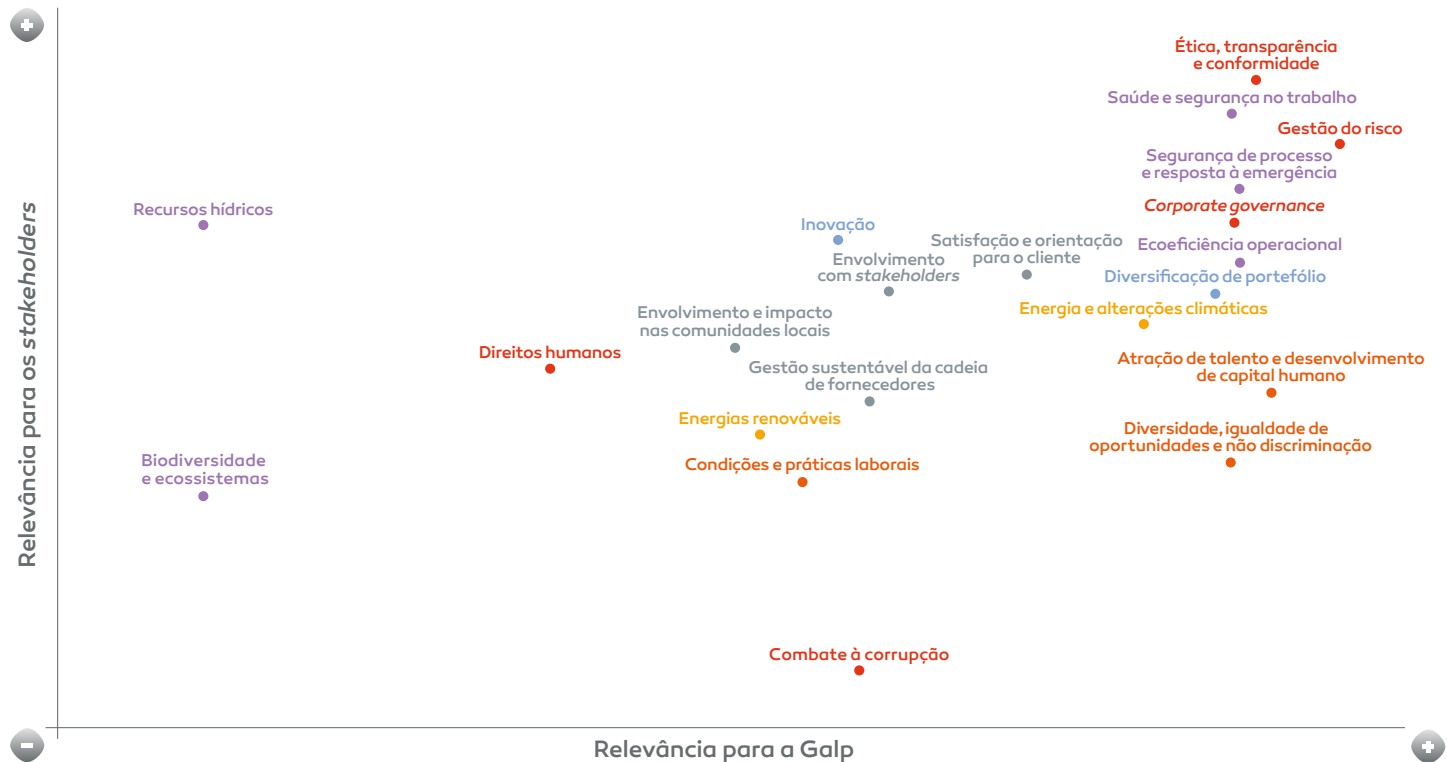
Usando como referência o Global Reporting Initiative e o 5-Part Materiality Test, proposto pela AccountAbility, pelo United Nations Environment Programme e pela Stakeholder Research Associates, são avaliados os principais desafios que a Empresa enfrenta e que afetam a capacidade para criar valor a longo prazo. Deste modo, a Galp envida esforços de forma ágil e produtiva, contribuindo para a melhoria contínua do seu desempenho e de geração de valor partilhado.

A presente matriz de materialidade, revista em 2016, prioriza os vários aspetos-chave ponderando a perspetiva interna e a dos *stakeholders*, tendo em vista a estratégia corporativa que reflete o compromisso com a geração de valor sustentável.

Esta avaliação inclui a execução de quatro etapas:

1. compreensão das tendências e dos temas emergentes;
2. integração dos valores, políticas e compromissos da Empresa;
3. análise do desempenho interno e do sector;
4. auscultação formal e periódica junto dos *stakeholders*.

Matriz de materialidade



Compromissos de sustentabilidade



COMPROMISSO I

Atuar de forma responsável e ética, assegurando as melhores práticas de governo e transparência.



COMPROMISSO II

Envolver a comunidade e demais partes interessadas, promovendo a criação de valor partilhado.



COMPROMISSO III

Valorizar o capital humano.



COMPROMISSO IV

Contribuir para a satisfação das necessidades energéticas futuras e minimizar a intensidade carbónica da atividade.



COMPROMISSO V

Garantir a proteção das pessoas, do ambiente e dos ativos.



COMPROMISSO VI

Promover a inovação, a investigação e o desenvolvimento tecnológico.

Ao longo do Relatório, a Galp identifica os principais impactos económicos, sociais e ambientais da sua atividade, apresentando a sua visão, compromissos, metas e ações para medi-los e geri-los da melhor forma. Os temas materiais são abordados neste Relatório, assim como em canais de comunicação complementares da Empresa.

O alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Aprovados em setembro de 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU) como parte de uma nova agenda de desenvolvimento sustentável, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram definidos com o propósito último de colocar fim à pobreza, proteger o planeta e assegurar a prosperidade para todos.

A estratégia da Galp considera o desenvolvimento de iniciativas e projetos que visem contribuir para os ODS e gerar valor partilhado, com foco naqueles que foram identificados como mais relevantes para a Empresa e para o sector do Oil & Gas, os quais se encontram listados abaixo. Para o efeito, a Galp promove o alinhamento dos seus compromissos com os ODS, estabelecendo metas específicas relacionadas com a natureza do seu negócio, onde o impacto gerado poderá ser maximizado a uma escala global.

ODS mais relevantes - alinhamento com a geração de valor

ODS
7

Energias renováveis e acessíveis

Assegurar o acesso à energia acessível, fiável, sustentável e moderna para todos.

ODS
8

Trabalho digno e crescimento económico

Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

ODS
12

Produção e consumo sustentáveis

Assegurar padrões de consumo e de produção responsáveis.

ODS
13

Ação climática

Implementar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os impactos associados.

ODS
17

Parcerias para a implementação dos objetivos

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

2 Enquadramento estratégico



2.1.

Os desafios da indústria

Dada a incerteza de longo prazo relativamente à procura mundial de energia e ao mix energético, como poderá o sector de Oil & Gas mitigar o risco que lhe está associado?

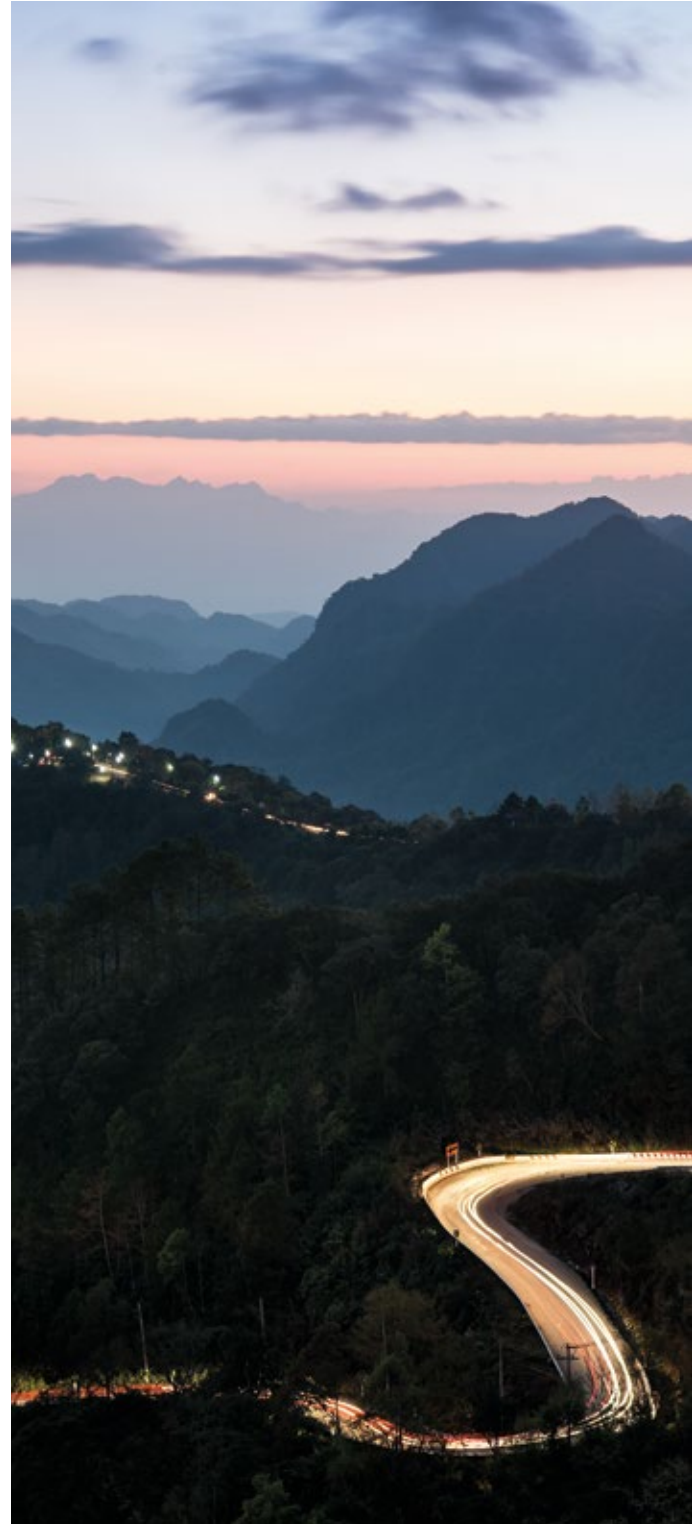
O sector de Oil & Gas foi responsável, direta ou indiretamente, por muitas das grandes alterações tecnológicas e sociais dos últimos 150 anos, ultrapassando desafios e adaptando-se em cada momento ao enquadramento existente.

O sector energético está hoje no nível mais intenso de integração da sua história, com várias fontes de energia alternativas a competirem a nível global entre si, e esta tendência irá provavelmente acentuar-se nas próximas décadas.

Praticamente nenhum tipo de consumo final é hoje exclusivo de uma fonte de energia primária, pelo que a definição de eixos de ação requer uma visão integrada do sector e das várias alternativas. Esta visão deverá incorporar a incerteza tecnológica e regulatória da atividade, a identificação dos vasos comunicantes entre as fontes de energia primária e os múltiplos tipos de consumo final, adequando as soluções à especificidade dos mercados a que se destinam.

Não sendo possível conhecer ainda a quantidade exata de recursos fósseis necessária para satisfazer a procura energética do planeta ao longo deste século, mas sendo certo que o petróleo e o gás natural continuarão a ser as principais fontes de energia nas próximas décadas, caberá ao mercado identificar em cada momento a melhor solução. Esta solução será a que apresente o custo integrado mais competitivo, assegurando a sustentabilidade do ponto de vista ambiental e da segurança de abastecimento.

No entanto, caso o desenvolvimento tecnológico e os desafios globais decorrentes das alterações climáticas e a escassez de recursos induzam uma redução do consumo



de petróleo e gás, o sector poderá deparar-se com uma redução do valor dos seus recursos energéticos.

Este risco poderá ser mitigado através de uma estratégia de investimento no desenvolvimento de ativos que sejam competitivos e resilientes nos diferentes cenários de preço e de procura de combustíveis fósseis e na transição veloz para uma economia de baixo carbono. Esta estratégia de investimento deve ser acompanhada de políticas corporativas que promovam o alinhamento de portefólio, bem como a aposta na investigação e no desenvolvimento tecnológico e do capital humano da Organização com vista à promoção da inovação e implementação de novas soluções tecnológicas.

Como irá evoluir a balança mundial da oferta e procura de gás e qual deverá ser o papel do gás natural liquefeito (GNL) na construção de um mercado global?

Num mercado complexo e dinâmico, a versatilidade é um importante fator de diferenciação. O gás natural é o combustível fóssil de menor impacto ambiental e a mais polivalente fonte de energia primária. Este pode ser usado para a produção de eletricidade, apresentando vantagens competitivas face ao carvão por razões ambientais.

É igualmente competitivo face às energias renováveis devido à sua capacidade de armazenagem e ao seu carácter ininterrupto, servindo tanto de matéria-prima para queima na indústria pesada como de combustível para transporte rodoviário e marítimo.

A reforçar esta perspetiva, e num movimento já visível em 2016, uma maior pressão do lado da oferta tenderá a aumentar a competitividade do gás natural face a outras alternativas de energia e a acelerar potencialmente a transição do carvão para o gás natural.

O aumento da capacidade instalada de liquefação de gás natural permitirá um reforço do peso da movimentação de gás natural por via marítima, dando origem a um mercado cada vez mais global. Esta tendência ganhou maior dimensão no ano passado, com o início das exportações de GNL a partir dos EUA a estabelecer o preço de referência norte-americano como um dos principais indexantes a nível mundial.

Apesar de se projetar um excedente temporário de GNL no mercado até ao início da próxima década, este excedente deverá dar origem a um défice em meados da próxima década, caso não sejam desenvolvidos novos projetos de liquefação.



Que vantagens competitivas apresenta o sector refinador europeu?

A procura de produtos petrolíferos na Europa voltou a aumentar em comparação com 2015, refletindo o menor preço dos produtos após a redução acentuada do preço do crude que teve início em 2014. Este aumento da procura, aliado a custos energéticos mais baixos, permitiu uma recuperação das margens de refinação europeias, tendo permanecido em níveis superiores aos do período 2009-2014.

As refinarias europeias estão no centro do consumo europeu, não se posicionando, de um modo geral, como refinarias exportadoras, ao contrário das refinarias russas ou das do Médio Oriente.

A dieselização ocorrida nos últimos vinte anos na Europa conduziu a um excedente regional de destilados leves, que foi colocado preferencialmente no mercado norte-americano e que, no futuro, encontrará um importante destino no mercado africano. Não obstante, o mercado automóvel europeu poderá estar numa fase de transição para um novo ciclo, com um aumento das vendas de viaturas ligeiras a gasolina dependente de questões de ordem fiscal, ambiental e tecnológica. A ocorrer, permitirá reaproximar o perfil da procura europeia à capacidade instalada de refinação na região.

Além disso, a anunciada alteração da especificação dos combustíveis marítimos a partir de 2020, que passará a ter um limite máximo de 0,5% de enxofre, deverá conduzir a um aumento significativo da procura mundial de gasóleo, o qual deverá causar um aumento das margens de refinação durante o período de adaptação do sector.

Independentemente da maior ou menor intensidade destas tendências, o sector refinador europeu continuará o seu esforço de redução de custos operacionais, aumento da eficiência energética e da automatização dos seus processos.

Qual é o papel do sector energético nas profundas transformações tecnológicas e comportamentais em curso?

O acelerado desenvolvimento tecnológico da última década, em grande parte assente no processamento massivo de dados e que tem na digitalização a sua face mais visível, está a provocar alterações estruturais em todos os sectores de atividade. Para o sector energético, estas transformações

são visíveis na alteração de padrões de consumo e no modo como as empresas otimizam a sua atividade e se relacionam com os seus *stakeholders*.

O mercado dispõe hoje de soluções que permitem uma maior adequação dos recursos às necessidades específicas de cada cliente, potenciando um perfil de consumo individualizado, dinâmico e volátil, mais focado na utilização e na partilha do que na propriedade. Este novo paradigma é transversal às várias aplicações da energia ao longo das vidas dos consumidores, no modo como estes se deslocam, durante o seu horário de trabalho e seus momentos de lazer ou na forma como comunicam.

De que modo o futuro da mobilidade terá impacto na atividade das empresas de Oil & Gas?

O desenvolvimento tecnológico dos últimos dez anos originou um conjunto de inovações com significativas sinergias entre si. As soluções de economia de partilha, os veículos elétricos e os veículos autónomos deverão causar alterações estruturais nos perfis de consumo e nos paradigmas de mobilidade de pessoas e bens.

Estas tecnologias permitirão aumentar significativamente a eficiência na utilização de recursos, que por si deverão corresponder a uma redução da intensidade energética. No entanto, estas permitem também o acesso a novas formas de mobilidade a muitos que, hoje, veem esse acesso dificultado, como sejam jovens, idosos ou cidadãos com mobilidade reduzida, não sendo por isso claro o impacto final na procura de energia.

Quanto à energia primária que deverá suportar a mobilidade das próximas décadas, embora a utilização do veículo elétrico deva vir a ter um crescimento elevado, a sua solução técnica ainda apresenta algumas fragilidades e os seus custos ambientais estão dependentes do tipo de energia primária usado para geração da eletricidade consumida.

Ao referido acresce a inexistência de infraestruturas elétricas na maioria das economias emergentes, onde se espera o maior aumento da procura, mantendo-se os combustíveis líquidos como única fonte de energia disponível para suporte da mobilidade, mesmo quando as outras valências do novo paradigma estejam disponíveis.

O desenvolvimento e a disseminação de novas soluções tecnológicas são decisivos para o aumento da eficiência energética e para a criação das condições necessárias a uma mobilidade sustentável.

De que modo podem as empresas de Oil & Gas prosperar num mundo em que a eletrificação se faz cada vez mais suportada por energias renováveis?

Apesar do recente forte crescimento do sector renovável, todos os cenários centrais de procura mundial de energia para as próximas décadas preveem uma maior relevância do gás natural no *mix* energético. O gás natural terá um papel fundamental na transição para uma economia de menor intensidade de carbono, constituindo-se como alternativa natural ao carvão, cujo consumo deverá reduzir-se, enquanto suporte de retaguarda para a intermitência das energias renováveis na geração de eletricidade. O sector de Oil & Gas deverá ser um dos principais agentes na concretização da transição

para uma produção energética segura e sustentável, com a redução simultânea da sua intensidade carbónica, em linha com os objetivos definidos nas políticas e acordos internacionais de energia e clima.

É assim expectável que o sector tire partido das suas valências e sinergias com os negócios tradicionais, contribuindo para a otimização da transição para uma economia de baixo carbono. Tal ocorrerá nomeadamente através da promoção de um consumo mais eficiente dos recursos energéticos disponíveis e incorporando, de forma progressiva e economicamente racional, novos modelos de negócio que permitam adequar o perfil da oferta energética às necessidades do mercado.



2.2.

A nossa estratégia

A Galp posiciona-se como uma empresa integrada de energia, que desenvolve negócios rentáveis e sustentáveis, tendo o objetivo de criar valor para os seus *stakeholders*.

Após a implementação de um processo de cenarização que visou identificar futuros alternativos de longo prazo para o sector energético, a estratégia da Empresa mantém-se e está suportada no desenvolvimento de um portefólio de E&P resiliente, integrado com um negócio de *downstream* eficiente e competitivo, suportado por soluções inovadoras e diferenciadoras que promovam a transição para uma economia de baixo carbono.

Esta estratégia está alicerçada numa capacidade financeira sólida, numa cultura centrada na experiência dos clientes e em parcerias mais ágeis, inovadoras e de base tecnológica. Paralelamente a estratégia assenta numa cultura meritocrática de autonomia e responsabilização e que promove o desenvolvimento do talento. Com esta abordagem, a Galp prepara-se para enfrentar as dinâmicas e os desafios do sector energético num enquadramento incerto e complexo, capitalizando nos ativos e nas vantagens competitivas da Empresa.

A Galp considera que a garantia da proteção das pessoas, do ambiente e dos ativos, assim como das comunidades em que opera, e a adoção de uma conduta ética são indispensáveis à sua atuação e execução estratégica.

Upstream

A Galp pretende ampliar e proteger o valor do seu portefólio atual de E&P através da execução dos seus principais projetos, que incluem o desenvolvimento de descobertas de classe mundial no pré-sal da bacia de Santos, no Brasil, e na bacia do Rovuma, em Moçambique. A Empresa está focada em extrair mais valor destes projetos, nomeadamente através da aceleração da entrada em produção dos recursos, da otimização dos ativos existentes e do início das fases subsequentes de desenvolvimento dos seus recursos de petróleo

e gás natural. Decorrente da volatilidade que caracteriza este sector, a Empresa tem dado ênfase a uma redução estrutural de custos, que permita a otimização da solução de desenvolvimento e a um aumento da eficiência operacional, protegendo assim a rentabilidade dos projetos a longo prazo, mesmo perante cenários desafiantes de preço do petróleo e de carbono.

De forma integrada e visando a sustentabilidade de longo prazo do seu portefólio, a Galp procurará identificar as melhores oportunidades de exploração e aquisição de recursos. Para isso continuará a manter uma exposição equilibrada ao gás natural, segundo critérios claros e rigorosos de gestão de risco, e a tirar partido de vantagens competitivas e sinergias com o portefólio atual em termos geológicos e geopolíticos.

As parcerias estratégicas com operadores de referência do sector, alinhadas com as características específicas de cada projeto, permitem também alavancar as vantagens competitivas identificadas e reforçar a partilha de conhecimento.

Downstream

A estratégia da Galp visa assegurar a extração de valor adicional do negócio de Refinação & Distribuição (R&D), reforçando a sua competitividade na indústria europeia de refinação e na distribuição de produtos e serviços associados na Península Ibérica e em África, e continuando a garantir os mais elevados padrões de segurança e qualidade nas atividades que desenvolve.

Neste sentido, a Empresa deverá continuar a aprofundar a integração das atividades de R&D, alinhando os perfis e volumes de produção com o mercado. Será também essencial o aumento do foco na eficiência energética e na otimização processual do aparelho refinador, que permita a redução de custos e o aumento do retorno do capital empregue.

A presença no continente africano, onde a Galp tem um importante legado, deve ser acentuada, fortalecendo a posição de parceiro local, com uma contribuição ativa para o crescimento das economias da região.

A Empresa procurará também potenciar o resultado das operações de trading de produto nos mercados internacionais, explorando novas oportunidades que tirem partido da proximidade geográfica dos mercados africano e norte-americano e do forte crescimento esperado do mercado asiático.

O peso do gás natural e da eletricidade no *mix* energético europeu e mundial deverá continuar a aumentar nas próximas décadas, pelo que a Galp considera o seu negócio de G&P um pilar fundamental na estratégia da Empresa como operador integrado de energia.

A Galp está a construir um portefólio diversificado, competitivo e flexível. Neste sentido, é importante assegurar o acesso a fontes de gás natural competitivas, assim como a infraestruturas, nomeadamente capacidade de transporte e armazenagem, que garanta a atividade comercial.

A Galp deverá manter o papel estratégico de comercializador integrado de gás natural e eletricidade no mercado ibérico, explorando em simultâneo o potencial de novos mercados.

A atividade de trading deverá continuar a promover um equilíbrio entre contratos de médio e longo prazo e operações *spot*, de modo a suportar a atividade de comercialização e a tirar proveito das oportunidades de mercado.

Transição energética e novo paradigma no consumo

O consumo mundial de energia encontra-se num processo de eletrificação, suportado pela transição tecnológica digital dos últimos anos. Paralelamente, assistiu-se ao desenvolvimento de uma indústria de energias renováveis, cuja competitividade com as energias fósseis tem vindo a aumentar, suportada não só na redução de custos, mas também por políticas públicas de cumprimento de metas ambientais.

A Galp pretende ser um parceiro ativo da mudança de paradigma energético, antecipando tendências; adequando o seu portefólio às necessidades futuras; criando sinergias em simultâneo com as atividades atuais; consolidando o *know-how* da Empresa e reforçando a diversificação de ativos, com a correspondente redução de risco, nomeadamente em energias de menor intensidade carbónica.

Em paralelo, as economias emergentes prosseguem na sua busca de acesso à energia e ao bem-estar que esta providência. A Galp continuará a trabalhar em conjunto com as comunidades locais dos países em que opera, apoiando a criação de condições para um aproveitamento ótimo dos recursos disponíveis.

A Galp assume que a transformação estrutural da procura de energia na economia global implicará a criação de soluções inovadoras e progressivamente mais sustentáveis, a nível económico, ambiental e social.

Novos modelos

Aliado à transformação digital em curso, surgiu um conjunto de novas capacidades, com soluções antigas a cederem lugar a novos produtos e serviços. No sector energético, dinamizaram campos tão diversos como o da mobilidade, o da produção descentralizada de energia ou o da domótica, conduzindo a ganhos relevantes de eficiência energética e a um maior leque de opções junto dos clientes.

A Galp pretende, em conjunto com os seus clientes, ajudar a encontrar as soluções que, em cada momento, melhor se lhes adequam. Para tal, irá continuar a promover a transição para uma organização centrada no cliente, com as competências que permitam antecipar e satisfazer as suas necessidades.

Para atingir este objetivo, desenvolverá também parcerias que permitam complementar o valor da oferta Galp e diversificar o seu portefólio de produtos e serviços, adequando-os às dinâmicas naturais de um mercado assente na informação e no conhecimento.

Inovação, tecnologia e digitalização

A Galp promove ativamente a inovação, a investigação e o desenvolvimento tecnológico, peças fundamentais na extração de valor adicional do seu portefólio de ativos, bem como a sustentabilidade a longo prazo da Empresa e das comunidades onde atua.

A Galp gere o relacionamento com os seus *stakeholders*, e promove, em particular, o desenvolvimento de parcerias duradouras e de sucesso com empresas líderes do sector energético e com a comunidade científica e tecnológica. A Empresa acredita que a cooperação e a troca de experiências são fundamentais para a criação de valor, bem como para estudar e implementar soluções tecnológicas inovadoras e novos negócios.

De modo a poder enfrentar os desafios transformacionais do sector, a Galp deverá investir na transição organizacional para um modelo fortemente suportado pelas soluções digitais e pela gestão de informação. Para isso preparará os seus colaboradores para trabalharem e tomarem decisões em ambientes de elevada complexidade e incerteza.



3 Execução estratégica

3.1.



Exploração & Produção



53

PROJETOS DE E&P

RESERVAS 2P

673
mmboe

PRODUÇÃO WI

67,6
kboepd

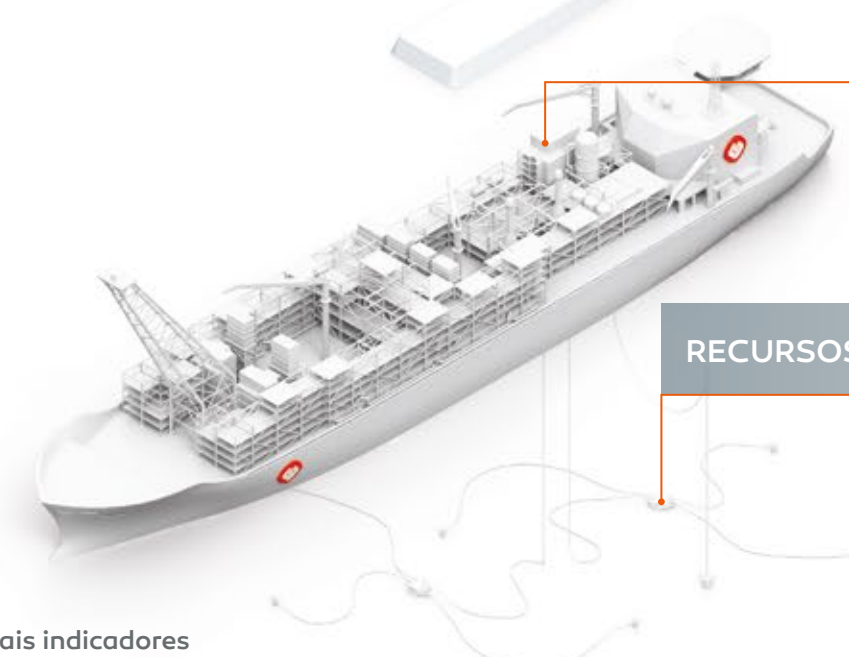
RECURSOS CONTINGENTES 2C

1.320
mmboe

Destaques de 2016

- Produção *working interest* média do ano de 67,6 kboepd, um crescimento de 48% face a 2015, suportado pela execução do projeto Lula/Iracema no Brasil.
- Revisão em alta pela Galp da estimativa do fator de recuperação em Lula/Iracema em 2 p.p. para os 30%, mantendo a Empresa a ambição de 40% a longo prazo.
- Continuação da campanha de desenvolvimento do projeto Lula/Iracema com destaque para a entrada em operação da quinta e da sexta unidades *floating production, storage and offloading* (FPSO) e a chegada ao regime de *plateau* de produção da FPSO #4 e FPSO #5.
- Aumento da eficiência operacional nas atividades de perfuração e completação, tendo, em 2016, a duração média destas atividades atingido os 85 dias, face a 110 dias em 2015.
- Início da operação comercial do gasoduto com ligação a Cabiúnas, que aumentou a capacidade de escoamento de gás natural produzido na bacia de Santos, e suportou o crescimento da produção de petróleo.
- Continuação da construção das unidades FPSO replicantes a serem alocadas ao bloco BM-S-11, com a primeira unidade instalada na área de Lula Sul desde março de 2017.
- Em Moçambique, o Conselho de Administração da Galp aprovou o plano investimento na área de Coral Sul, o que constitui mais um marco para a tomada da Decisão Final de Investimento (FID).
- Em Angola, prossecução da campanha de perfuração e completação dos poços relativos ao projeto Kaombo, bem como dos trabalhos de conversão das duas FPSO a serem alocadas ao bloco 32.
- Reforço da presença no *offshore* de São Tomé e Príncipe através da entrada em três blocos adjacentes ao bloco operado pela Galp na região.

A Galp publica anualmente informação suplementar relativa às atividades de E&P, disponível neste relatório em 8.2 Informação suplementar sobre petróleo e gás.



Principais indicadores

| | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|--------|-------|-------|
| N.º de colaboradores | 193 | 229 | 228 |
| Reservas 2P (mmboe) | 638 | 701 | 673 |
| Recursos 2C (mmboe) | 1.672 | 1.342 | 1.320 |
| Produção média <i>working interest</i> ¹ (kboepd) | 30,5 | 45,8 | 67,6 |
| Produção média <i>net entitlement</i> ¹ (kboepd) | 27,1 | 43,2 | 65,1 |
| Emissões de CO ₂ (tCO ₂ e) | 11.981 | 2.562 | 2.123 |
| Preço médio de venda de petróleo e gás natural ² (\$/boe) | 88,7 | 43,5 | 37,7 |
| Custos de produção (\$/boe) | 13,4 | 9,8 | 7,7 |
| Amortizações ³ (\$/boe) | 19,9 | 14,8 | 11,9 |
| Ebitda RCA ² (€m) | 444 | 352 | 494 |
| Ebit RCA ² (€m) | 295 | 142 | 239 |
| Investimento (€m) | 1.017 | 1.103 | 1.039 |

Nota: valores unitários com base na produção *net entitlement*.

¹Inclui produção de gás natural exportada; exclui gás natural consumido ou injetado. ²Em 2016, inclui a contribuição das atividades de trading de petróleo produzido que foi realocado do negócio de R&D para o E&P. ³Em RCA; inclui provisões para abandono.

Portefólio de projetos E&P da Galp



O portefólio da Galp é constituído por 53 projetos de E&P, dispersos por sete países e em diferentes fases de exploração, desenvolvimento e produção.

O portefólio de desenvolvimento da Empresa inclui duas das maiores descobertas de petróleo e gás natural realizadas nas últimas décadas, localizadas, respetivamente, no pré-sal da bacia de Santos, no Brasil e na bacia do Rovuma, em Moçambique.

As sólidas parcerias que a Empresa detém com entidades internacionalmente reconhecidas pelas suas competências técnicas e experiência na indústria, são um fator preponderante de apoio à execução da estratégia.

Evolução das reservas e dos recursos

As reservas e os recursos da Galp foram sujeitos a uma auditoria independente por parte da DeGolyer and MacNaughton (DeMac).

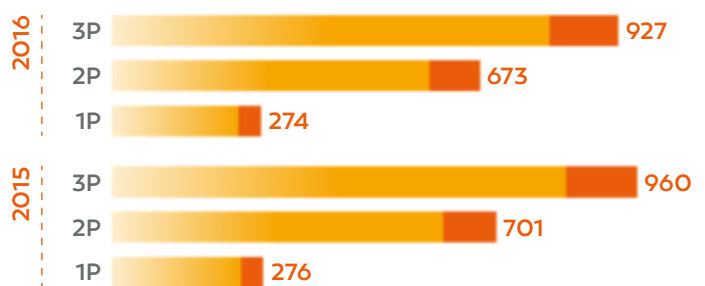
Em 2016, as reservas provadas e prováveis (2P) diminuíram 4% face ao final do ano anterior para 673 mmbœ. Esta diminuição foi essencialmente resultado da produção durante o ano, e por não ter havido durante 2016 adição de reservas resultantes de decisões de investimento em novos projetos. Relativamente às reservas de gás natural, estas continuam a representar cerca de 14% das reservas 2P totais.

Também a base de recursos contingentes 2C registou uma diminuição anual de 2%, para 1.320 mmbœ, no seguimento da avaliação aos resultados dos poços perfurados no bloco 32, em Angola. Os recursos de gás natural representavam 46% do total, estando localizados sobretudo na bacia do Rovuma.

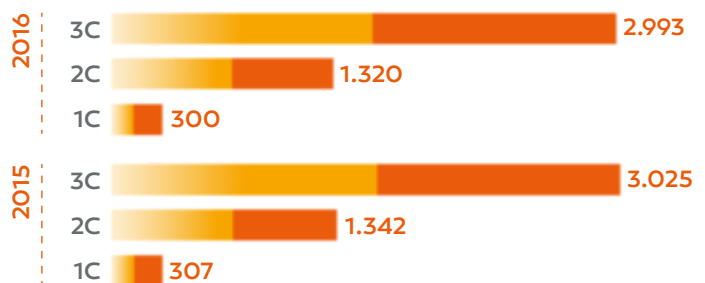
Destaca-se que os volumes de gás natural recuperáveis relacionados com o projeto de desenvolvimento de Coral Sul em Moçambique estavam, no final do ano, contabilizados na sua totalidade como recursos, uma vez que a FID não foi tomada até 31 de dezembro.

Os recursos prospetivos no final do ano aumentaram para os 383 mmbœ numa base *risked*, nomeadamente no seguimento da entrada em três blocos no *offshore* de São Tomé e Príncipe.

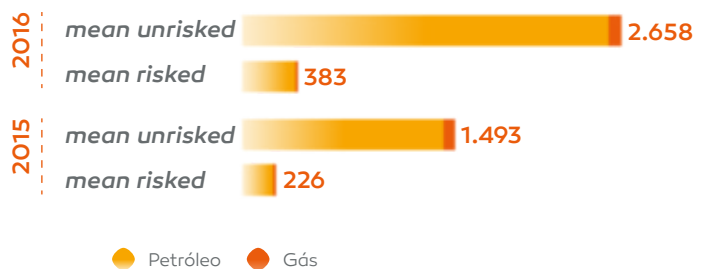
Reservas (mmbœ)



Recursos contingentes (mmbœ)



Recursos prospetivos (mmbœ)



Nota: reservas numa base *net entitlement*. Recursos contingentes e recursos prospetivos numa base *working interest*.

Ativos em desenvolvimento e produção

Os projetos em desenvolvimento mais relevantes são os projetos em águas ultraprofundas no pré-sal brasileiro, nomeadamente do bloco BM-S-11, o projeto de GNL em Moçambique relacionado com as descobertas na bacia do Rovuma e o bloco 32 em Angola.

A Galp está comprometida com a excelência da execução dos projetos em que se encontra envolvida, de acordo com os prazos e os custos definidos e analisando todas as oportunidades de mitigação de riscos e otimização nos planos de desenvolvimento dos projetos.

A Empresa está também empenhada na realização de atividades de avaliação e pré-desenvolvimento no pré-sal da bacia de Santos, em particular nos blocos BM-S-8 e BM-S-24. Estas atividades deverão resultar na melhor definição e otimização dos planos de desenvolvimento.

Também nas áreas já em desenvolvimento, a Empresa encontra-se a desenvolver, em conjunto com os seus parceiros, várias atividades de avaliação que visam aumentar a recuperação de recursos associados, em especial no projeto Lula/Iracema.

Evolução da produção

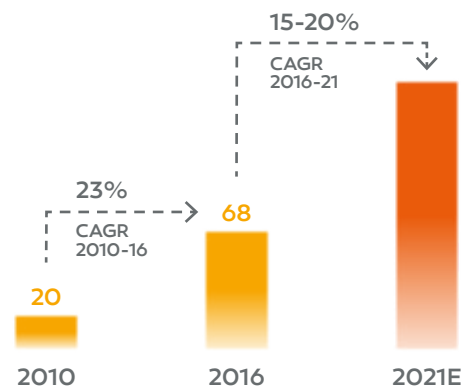
Em 2016, a Empresa registou uma produção média *working interest* de 67,6 kboepd, que representa um aumento de 48% face à produção de 2015, refletindo o incremento da produção proveniente do Brasil. Importa destacar que a Empresa terminou o ano de 2016 com uma *exit rate* de c.90 kboepd, quando em 2015 havia atingido o importante marco de 50 mil barris diários de produção.

No Brasil, a produção *working interest* foi de 57,8 kboepd, um aumento de 60% face a 2015, para o qual contribuiu o *ramp-up* da FPSO Cidade de Itaguaí (FPSO #4), assim como o início de produção da FPSO Cidade de Maricá (FPSO #5), a qual atingiu *plateau* em dezembro, e o início de produção da FPSO Cidade de Saquarema (FPSO #6) no campo Lula.

Em Angola, a produção *working interest* foi de 9,8 kbpd, em linha com a registada em 2015, tendo a produção do campo Lianzi, no bloco 14K, compensado o declínio natural dos campos em produção no bloco 14.

A produção *net entitlement* registou um aumento de cerca de 51% face a 2015, para 65,1 kboepd, uma evolução em linha com a produção *working interest*.

Evolução esperada da produção *working interest* (kboepd)



Nota: CAGR 2016-21 com base em projetos sancionados.

Brasil

A Galp detém vários projetos nas fases de desenvolvimento e produção no Brasil, especialmente na prolífica bacia de Santos.

Lula/Iracema

O projeto Lula/Iracema, no bloco BM-S-11, iniciou produção comercial em 2010 através da FPSO Angra dos Reis, apenas quatro anos após a descoberta. No final de 2016, seis das dez áreas de desenvolvimento consideradas no projeto encontravam-se já em produção.

Durante o ano de 2016, a Galp e os seus parceiros no bloco BM-S-11 deram continuidade aos trabalhos de desenvolvimento do projeto, com a FPSO #5 a iniciar operações na área de Lula Alto, em fevereiro, tendo a unidade atingido o *plateau* de produção em dezembro, ou seja, em apenas dez meses. Na área de Lula Central, a FPSO #6 iniciou produção em julho, contando com cinco poços produtores conectados no início de 2017.

Também a FPSO #4, alocada à área de Iracema Norte, atingiu o *plateau* de produção durante o ano, 13 meses após o início de produção e antes do inicialmente previsto. A conexão da unidade à rede de exportação de gás natural foi fundamental para garantir o *ramp-up* da unidade.

As FPSO Cidade Angra dos Reis (FPSO #1) e Cidade de Paraty (FPSO #2) alocadas, respetivamente, às áreas de Lula Piloto e Lula Nordeste, mantiveram a produção em *plateau*, sendo de registar a realização de atividades de manutenção no início do ano. Também a FPSO Cidade de Mangaratiba (FPSO #3), na área de Iracema Sul, registou uma produção em *plateau* durante o ano.

Unidades FPSO replicantes

A Galp, juntamente com os restantes membros do consórcio, tem mantido uma postura ativa na monitorização dos trabalhos de desenvolvimento destas unidades de produção e implementado importantes medidas de mitigação do risco de execução. Neste contexto, destacam-se as medidas que permitiram contratualmente aos parceiros do bloco BM-S-11 passar a gerir diretamente os trabalhos referentes à conclusão da execução dos cascos das unidades ainda em construção.

Em março de 2017, destaca-se a chegada da primeira FPSO replicante a Lula Sul. Relativamente ao plano de desenvolvimento desta área, o consórcio concluiu até ao final de 2016 a perfuração de sete poços produtores e cinco poços injetores, do total de 18 poços de desenvolvimento previstos.

FPSO replicante alocada a Lula Sul



A segunda unidade replicante a iniciar operação será alocada à área de desenvolvimento Lula Norte. A unidade encontra-se atualmente em fase de integração dos *topsides* na China.

Relativamente à FPSO afeta à área de Lula Extremo Sul, o casco estava em trânsito da China para o Brasil, onde decorrerão os trabalhos de integração dos módulos *topside*.

Infraestrutura de exportação de gás natural

Através dos equipamentos instalados nas unidades FPSO, que permitem a compressão e injeção de gás natural no reservatório, e através dos poços de injeção previstos nos planos de desenvolvimento, o consórcio tem flexibilidade e capacidade de gerir a produção e o escoamento do gás natural produzido.

Desta forma, o gás natural produzido pode ser reinjetado, como forma de manter a pressão do reservatório e aumentando a produtividade total durante o ciclo

de produção, como pode ser exportado via gasoduto para *onshore*, nomeadamente para o abastecimento do mercado doméstico brasileiro.

Os parceiros do BM-S-11 têm estado ativamente envolvidos no desenvolvimento da infraestrutura de exportação de gás natural na bacia de Santos, uma rede de gasodutos *subsea* que se espera que venha a ser conectada a todas as unidades de produção, tendo a segunda via de exportação, para Cabiúnas iniciado operação no primeiro trimestre de 2016. O gasoduto com ligação a Cabiúnas veio permitir uma melhor gestão do escoamento do gás natural produzido na região e aumentou a flexibilidade operacional do projeto Lula/Iracema. Este gasoduto tem uma capacidade de exportação de cerca de 15 mm³/dia. De salientar que o projeto Lula estava já interligado ao gasoduto Lula-Mexilhão, em operação desde 2011.

Exportação de gás natural na bacia de Santos



Em 2016, foram interligadas à rede de exportação de gás natural as FPSO #3, FPSO #4 e FPSO #5, o que contribuiu para a redução de constrangimentos operacionais de algumas destas unidades, permitindo monetizar parte do gás associado à produção de petróleo.

Gerar valor sustentável no pré-sal

O pré-sal brasileiro está referenciado na indústria de Oil & Gas não só pela alta produtividade dos poços, mas também pela eficiência operacional e evolução da curva de aprendizagem alcançadas pelo consórcio.

Neste contexto, ao longo do desenvolvimento do projeto Lula/Iracema, a Galp e os seus parceiros têm procurado a criação de valor sustentável em todas as atividades de exploração e produção de petróleo que executam. Para isso contribui a forte cultura de Investigação & Tecnologia (I&T), que tem permitido alcançar uma maior eficiência operacional, reduzindo o tempo e risco das operações, bem como maximizar a produção de petróleo.

· Perfuração e completação de poços

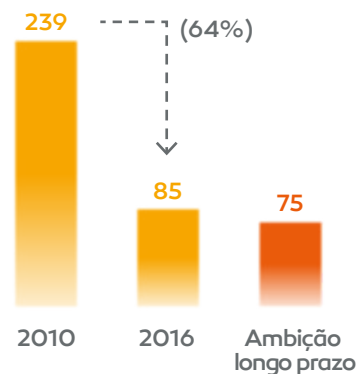
O plano inicial de desenvolvimento do projeto Lula/Iracema tem previsto cerca de 150 poços, dos quais 106 já se encontravam perfurados no final de 2016.

O desempenho operacional na execução do projeto tem permitido reduzir significativamente e de forma continuada a duração das atividades de perfuração e completação de poços. Em 2016, a duração média destas atividades foi de 85 dias face à média de 110 em 2015.

Os ganhos em eficiência atingidos são resultado de uma melhor adaptação das brocas utilizadas nas operações de perfuração, da experiência adquirida pelas tripulações a operar as sondas de perfuração e do maior conhecimento das formações geológicas do campo, permitindo assim aumentar a taxa de penetração na camada de sal e no reservatório. Além disso, a utilização de sondas dedicadas e embarcações específicas para as operações de perfuração, completação e conexão dos poços também têm possibilitado a redução da duração de perfuração das mesmas.

A perfuração e completação dos poços perfazem a maior parcela dos investimentos associados ao desenvolvimento de projetos em águas ultraprofundas, razão pela qual o consórcio continua a sua aposta na maior eficiência destas atividades.

Duração média de perfuração e completação (dias)



· Campanha sísmica 4D

A sísmica 4D representa uma tecnologia geofísica que, através da reflexão de ondas sonoras, permite caracterizar a formação geológica em comprimento, largura e profundidade, verificando as variações dos fluidos constituintes do reservatório ao longo de um determinado intervalo de tempo.

No final de 2015, o consórcio iniciou os trabalhos de aquisição sísmica 4D no bloco BM-S-11, estando os resultados atualmente em análise e processamento. Com os dados obtidos na campanha sísmica, prosseguiram em 2016 os trabalhos de mapeamento da variação de pressão espacial e temporal da saturação de fluidos no reservatório. Uma vez incorporada nos modelos de reservatório, a avaliação efetuada à sísmica irá permitir apoiar o posicionamento de novos poços produtores e injetores.

· Injeção WAG

Com o objetivo de otimizar as atividades de produção, o consórcio tem vindo a recorrer ao processo de injeção *water alternating gas* (WAG), que consiste na injeção alternada de água e gás natural, garantindo a flexibilidade operacional necessária nas atividades de produção e contribuindo para o aumento potencial do fator de recuperação de petróleo.

Este método tem tido o apoio de estudos de laboratório sobre condições de pressão e temperatura do reservatório.

A combinação da tecnologia WAG com o conhecimento adquirido na campanha sísmica 4D permite que os processos de injeção sejam controlados e distribuídos

especialmente, garantindo a maximização do petróleo varrido pelo fluido de injeção.

É esperado que a injeção WAG impacte a recuperação final do petróleo ao longo dos anos.

Iara, bloco BM-S-11

Em 2016, foi declarada a comercialidade das três acumulações encontradas nas áreas de Iara e que se estendem para a área de Entorno de Iara (Cessão Onerosa), designadas Atapu, Berbigão e Sururu. O seu plano de desenvolvimento foi submetido à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em 2015.

Campos nas áreas de Iara e Entorno de Iara



O consórcio BM-S-11, a Petrobras por parte da área da Cessão Onerosa e a Pré-sal Petróleo S.A. (PPSA), encontram-se a negociar o Acordo de Individualização da Produção (AIP). Este definirá os moldes da unitização entre as áreas de Iara e Entorno de Iara dos três campos a serem desenvolvidos (Grande Iara), o qual deverá ser submetido posteriormente à ANP.

O início de produção na área de Grande Iara está previsto em 2018 na área de Berbigão/Sururu.

O consórcio deu ainda continuidade, durante 2016, aos estudos de caracterização do reservatório e otimização dos planos de desenvolvimento das áreas, analisando os resultados obtidos com os dois DST e os poços de avaliação perfurados em 2015.

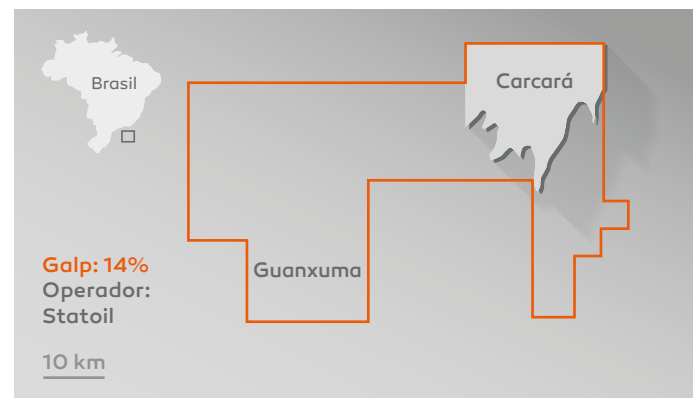
Além disso, o processamento da sísmica adquirida permitiu reduzir a incerteza volumétrica e melhorar a representação do reservatório, permitindo a otimização do projeto de desenvolvimento inicial dos reservatórios e suportar o processo de unitização.

De notar que, no final de 2016, a Total e a Petrobras assinaram um acordo que inclui a venda de uma participação de 22,5% na área de Iara no bloco BM-S-11. O acordo prevê que a Petrobras permaneça a operadora com uma participação de 42,5% no consórcio.

Carcará, bloco BM-S-8

A Galp está presente no consórcio do bloco BM-S-8, no pré-sal da bacia de Santos, com uma participação de 14%. Durante 2016, a Statoil adquiriu a participação operadora de 66% da Petrobras no bloco.

Bloco BM-S-8, Carcará



A campanha de avaliação efetuada em 2015 no bloco BM-S-8, com a perfuração de dois poços de avaliação e a realização de um DST, evidenciou os excelentes níveis de produtividade do reservatório, assim como a sua extensão para norte e oeste da descoberta de Carcará.

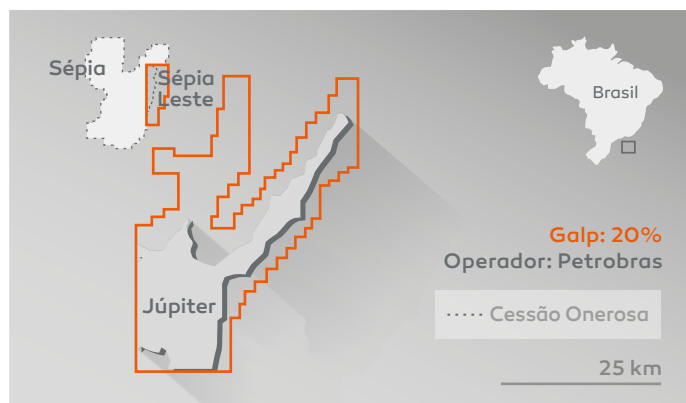
As atividades em 2016 incidiram maioritariamente na análise da campanha de exploração e avaliação efetuada durante o ano anterior, de forma a aprofundar o conhecimento das características do reservatório e melhor definir o plano de desenvolvimento para a área. Deu-se ainda seguimento aos estudos para a definição do conceito do sistema de exportação de gás.

A área a norte da concessão do BM-S-8, para onde se estende a descoberta de Carcará, deverá ser incluída numa ronda de licitação pela ANP prevista em 2017.

Sépia Leste e Júpiter, bloco BM-S-24

A Galp participa com 20% no consórcio para o desenvolvimento do bloco BM-S-24 no pré-sal brasileiro. Este bloco contém as descobertas de Sépia Leste e Júpiter.

Bloco BM-S-24



Sépia Leste

Relativamente à área de Sépia Leste, a DoC foi submetida à ANP em 2015. Os trabalhos de avaliação efetuados no reservatório demonstraram excelentes resultados tanto ao nível de qualidade do petróleo, como de porosidade e permeabilidade.

A área de Sépia Leste será sujeita a unitização com o campo de Sépia (Cessão Onerosa, 100% Petrobras).

O início de produção do campo unitizado de Sépia está previsto para 2020, estando em curso a negociação dos processos de unitização entre o consórcio do bloco BM-S-24 e a Petrobras, por parte da área da Cessão Onerosa.

Júpiter

No início de 2016, a ANP aprovou o pedido de prolongamento por cinco anos do período exploratório relativo à área de Júpiter. Esta extensão irá permitir aos parceiros do bloco BM-S-24 continuar com os estudos de desenvolvimento do campo.

Os estudos centram-se maioritariamente no reservatório, na garantia de escoamento dos fluidos, nas infraestruturas para desenvolvimento do campo, no transporte de CO₂, na separação *subsea* e nos diferentes tipos de metalurgia a serem empregues nas completações dos poços.

Moçambique

Os cerca de 85 biliões de pés cúbicos (tcf) de gás no jazigo (GIIP) identificados na Área 4 da bacia do Rovuma posicionam-na como uma das regiões mais relevantes a nível mundial para a futura produção de gás natural.

Com uma participação de 10%, a Galp tem como parceiros na Área 4 a Eni East Africa (operador) com uma participação de 70%, a Kogas e a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), que detêm 10% cada. A China National Petroleum Corporation (CNPC) detém uma participação indireta de 20% através da Eni East Africa.

Em março de 2017, a ExxonMobil e a Eni assinaram um acordo de compra e venda, possibilitando à ExxonMobil adquirir uma participação indireta de 25% na Área 4, através da Eni East Africa. A Eni continuará a liderar o projeto Coral FLNG, enquanto a ExxonMobil liderará a construção e operação das infraestruturas de GNL *onshore*.

Conceito de desenvolvimento da Área 4



Mamba onshore, Área 4

A descoberta de Mamba destaca-se pela dimensão e qualidade dos seus recursos, que potenciam um projeto de elevada escala e custos operacionais unitários reduzidos, e que, aliados à sua localização geográfica, proporcionam uma elevada competitividade face a outros projetos de GNL.

Uma vez que os reservatórios se estendem entre a Área 4 e a adjacente Área 1, será ainda necessária a aprovação do acordo de unitização, já finalizado, pelo Governo de Moçambique.

O consórcio da Área 4 está a preparar a primeira fase de desenvolvimento da descoberta, havendo potencial para fases subsequentes. As propostas técnicas e comerciais de Engenharia, Aprovisionamento e Construção para as soluções de *upstream* e *midstream* para esta primeira fase foram recebidas em 2016 e encontram-se atualmente a ser analisadas pelo consórcio.

Coral offshore, Área 4

O projeto Coral Sul consiste na construção de uma unidade de liquefação de gás natural flutuante (FLNG) com uma capacidade anual superior a 3,3 milhões de toneladas por ano (mtpa) de GNL, a qual será conectada a seis poços. A FLNG será alocada na parte sul da descoberta de Coral, que está exclusivamente localizada na Área 4, contendo cerca de 16 tcf de GIIP.

No final de 2016, o Conselho de Administração da Galp aprovou o investimento na área de Coral Sul, o que constitui um marco relevante para a tomada da FID no projeto. A decisão final ficou dependente da aprovação pelos restantes parceiros no consórcio bem como da conclusão do financiamento do projeto e da aprovação por parte do Governo moçambicano das condições relativas ao financiamento da participação correspondente à ENH.

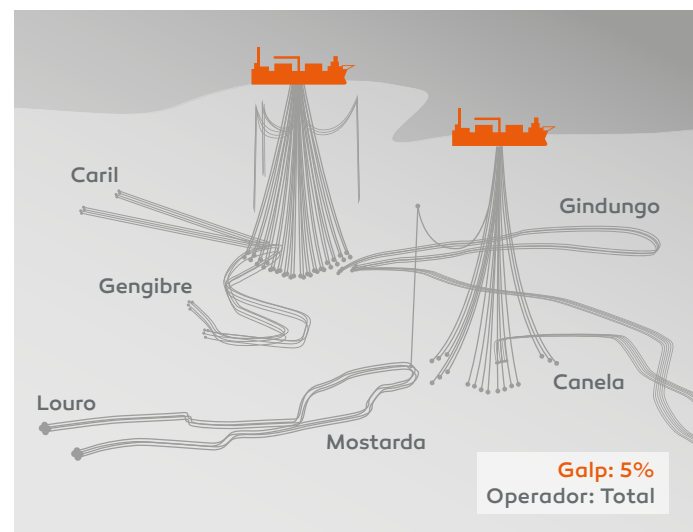
Durante o ano, o Governo de Moçambique aprovou o plano de desenvolvimento para a área de Coral Sul, tendo também sido assinado o contrato para a compra e venda do GNL entre os parceiros da Área 4 e a BP, que garante a venda de 100% dos volumes do projeto por um período de 20 anos.

O consórcio finalizou ainda a negociação das propostas de Engenharia, Aprovisionamento, Construção, Instalação e Comissionamento (EPCIC).

Angola

A Galp detém ativos em produção nos blocos 14 e 14K, com duas plataformas em operação. A Empresa detém ainda uma participação no projeto relevante Kaombo, no bloco 32, que se encontra em desenvolvimento.

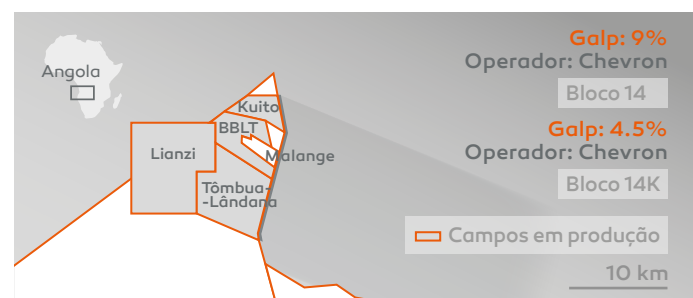
Conceito de desenvolvimento de Kaombo



Relativamente ao bloco 32, continuam a decorrer, em Singapura, os trabalhos de conversão das duas FPSO com capacidade de processamento de 125 kbpd. O início de produção das unidades de Kaombo Norte e Kaombo Sul está previsto para 2018.

A campanha de perfuração no bloco 32 decorre, com duas sondas de perfuração a operar em simultâneo. No final de 2016, a área contava já com 13 poços perfurados num total de 33 poços produtores e 26 injetores previstos para o desenvolvimento de Kaombo.

Blocos 14 e 14K



No que respeita aos blocos 14 e 14K, por decisão do consórcio e com o objetivo de redução de custos, foram terminadas as atividades de perfuração. Desta forma, as sondas de perfuração acopladas às duas plataformas *compliant piled tower* (CPT) do bloco foram desmobilizadas durante 2016. Os campos em produção no bloco 14 encontram-se já em fase de declínio natural da produção.

Ativos em exploração

Um dos objetivos estratégicos da Galp é a criação de valor através de atividades de exploração, nomeadamente com a identificação e maturação dos prospectos que estão atualmente no portefólio da Empresa e da perfuração daqueles com potencial exploratório relevante.

Em 2016, a Galp reforçou o seu portefólio de exploração, nomeadamente no *offshore* de São Tomé e Príncipe.

Angola

Atualmente, a Galp detém ativos em exploração nos blocos *offshore* 14 e 32.

Em 2016, a Sonangol aceitou o pedido de extensão do período de exploração e avaliação da área do CNE no bloco 32 até 2017. Estão a ser desenvolvidos estudos com o objetivo de identificar e selecionar prospectos com vista à perfuração.

Brasil

Bacias exploratórias em que a Galp participa

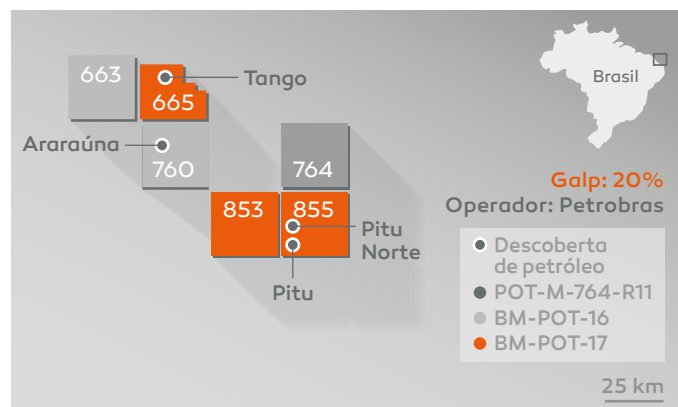


No bloco BM-S-8, na bacia de Santos, como apresentado na página 38, prevê-se a perfuração do prospecto exploratório Guanxuma em 2017.

Na bacia *offshore* de Potiguar, onde a Galp detém uma participação de 20%, após ter comprovado a extensão da descoberta de Pitu, na licença BM-POT-17, o consórcio prevê agora a aquisição de sísmica 3D, que deverá ter início em 2017.

Ainda na bacia BM-POT-17, a ANP aprovou a extensão da licença de exploração para as descobertas Pitu e Tango até 2019.

Bacia de Potiguar *offshore*



Na licença BM-POT-16, o plano de avaliação para o prospecto Araraúna prevê a perfuração de um poço, bem como a aquisição de dados sísmicos 3D.

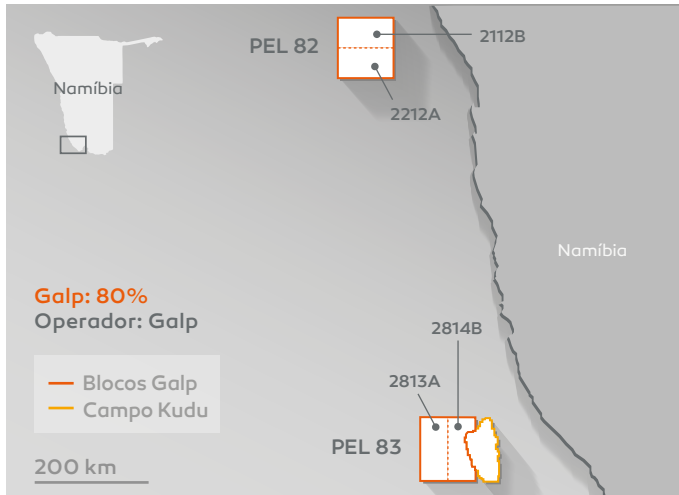
Na bacia *offshore* de Barreirinhas, onde a Galp detém uma participação de 10%, o consórcio prosseguiu com a interpretação da sísmica 3D adquirida, sendo expectável obter os resultados finais do processamento em 2017. A ANP aprovou a extensão da licença de exploração até 2019.

Na bacia *offshore* de Pernambuco-Paraíba, onde a Galp detém uma participação de 20% em dois blocos, o consórcio submeteu um pedido de extensão à ANP do período exploratório até 2021.

Na bacia *onshore* de Amazonas, o consórcio constituído pela Galp (40%) e pela Petrobras (60%) decidiu abandonar o bloco AM-T-84, após os resultados de poços perfurados identificarem hidrocarbonetos, mas em quantidades não comercialmente viáveis.

Namíbia

Blocos de exploração no offshore da Namíbia



Em 2016, a Galp chegou a acordo com o Governo da Namíbia para assegurar as licenças de exploração na PEL 82, anteriormente PEL 23, na bacia de Walvis, e na PEL 83, anteriormente PEL 28, na bacia de Orange.

A Empresa continua com a avaliação geológica da área e o processamento da sísmica 2D adquirida nos blocos da bacia de Orange.

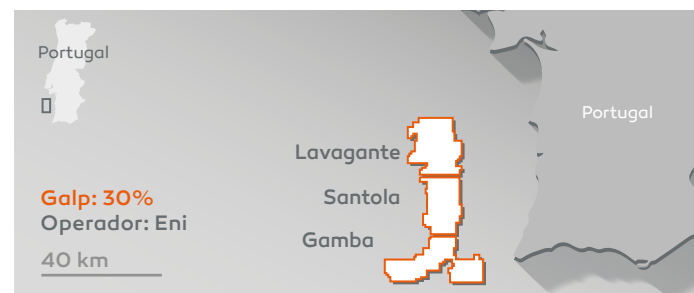


Portugal

O portefólio de exploração em Portugal inclui atualmente sete blocos *offshore*, nas bacias do Alentejo e de Peniche.

Nos três blocos localizados na bacia do Alentejo operados pela Eni, nomeadamente Santola, Lavagante e Gamba, os trabalhos durante o ano concentraram-se na preparação do primeiro poço a ser perfurado, Santola-1.

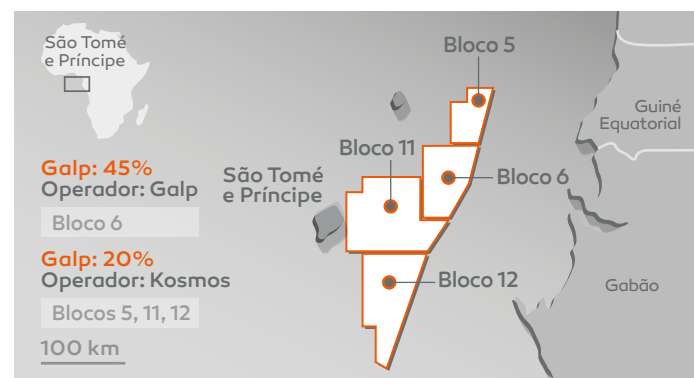
Bacia do Alentejo



Na bacia de Peniche, a Galp detém uma participação de 30% nos blocos Camarão, Amêijoia, Mexilhão e Ostra. A campanha de aquisição de sísmica 3D foi concluída no final de 2015.

São Tomé e Príncipe

Blocos no offshore de São Tomé e Príncipe



Em 2016, a Galp chegou a acordo com a Kosmos Energy para a aquisição de uma participação de 20% nos blocos 5, 11 e 12 no *offshore* de São Tomé e Príncipe. Através desta aquisição, a Empresa reforçou a sua presença neste país, onde já detinha, desde 2015, uma participação de 45% no bloco 6, no qual é a operadora.

Já em 2017, deu-se início a uma campanha de aquisição sísmica 3D de 16 mil km² ao longo de todos os blocos.

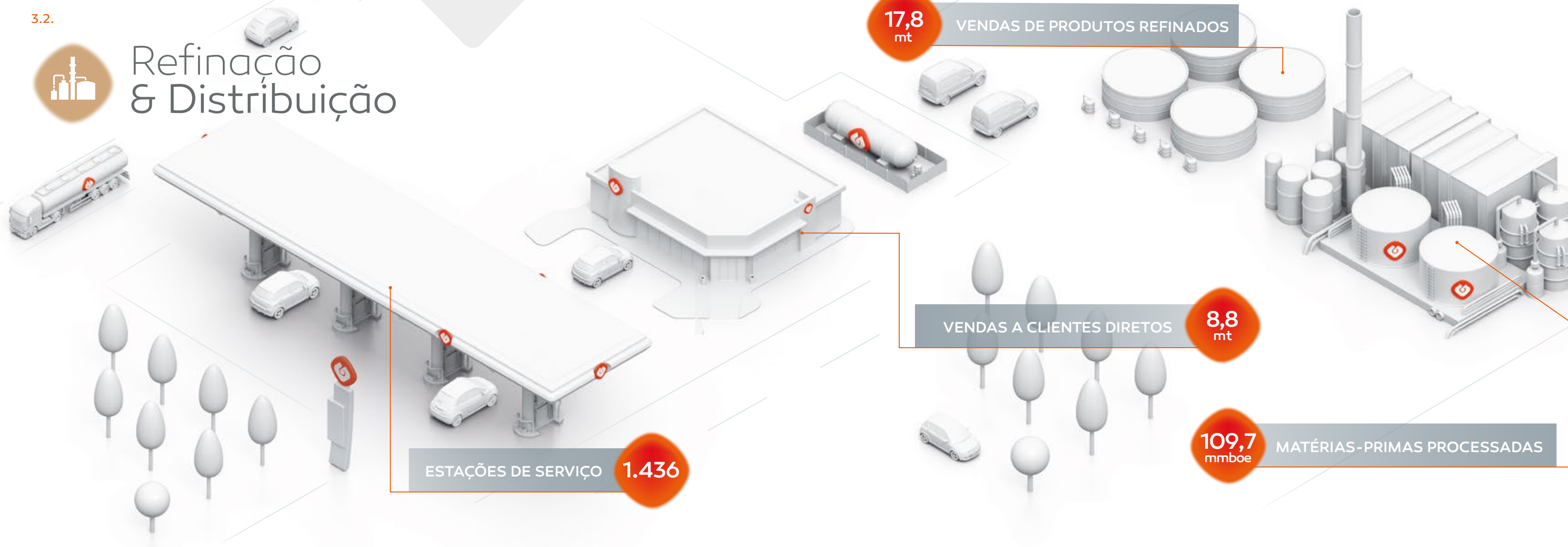


© Agência Petrobras

3.2.



Refinação & Distribuição



Destaques de 2016

- O ano de 2016 foi marcado pela descida das margens de refinação no mercado internacional, tendo-se situado a margem de refinação da Empresa em \$4,3/boe.
- A Galp manteve a sua aposta na implementação de medidas de eficiência energética e operacional, permitindo aumentar a rentabilidade dos seus ativos de refinação.
- Recuperação do mercado ibérico de produtos petrolíferos, beneficiando do aumento do turismo na Península Ibérica.
- Desenvolvimento da oferta de valor focada no cliente, no âmbito da comercialização de produtos petrolíferos, reduzindo em simultâneo a exposição a atividades com menor margem na Península Ibérica.
- Aposta na proposta de valor da rede ibérica de postos Galp através da implementação da metodologia Kaizen.
- Lançamento de uma nova gama de combustíveis em Portugal, o gasóleo e a gasolina Evologic, com aditivos de última geração.

Principais indicadores

| | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|-----------|-----------|------------------|
| N.º de colaboradores | 5.528 | 5.512 | 5.482 |
| Matérias-primas processadas (kboe) | 92.864 | 114.572 | 109.727 |
| Margem de refinação Galp (\$/boe) | 2,8 | 6,0 | 4,3 |
| Custos cash da refinação ¹ (\$/boe) | 2,6 | 1,6 | 1,7 |
| Impacto da cobertura da margem de refinação ² (\$/boe) | 0,1 | (0,8) | 0,0 |
| Emissões de CO ₂ (tCO ₂ e) | 3.611.694 | 4.134.479 | 4.195.632 |
| Vendas de produtos refinados (mt) | 16,8 | 18,2 | 17,8 |
| Vendas a clientes diretos (mt) | 9,1 | 9,1 | 8,8 |
| Número de estações de serviço | 1.449 | 1.435 | 1.436 |
| Número de lojas de conveniência | 834 | 832 | 836 |
| Ebitda RCA ³ (€m) | 412 | 779 | 576 |
| Ebit RCA ³ (€m) | 99 | 504 | 257 |
| Investimento (€m) | 108 | 110 | 153 |

¹ Excluindo impacto das operações de cobertura da margem de refinação. ² Impacto em Ebitda - Ganho/(Perda). ³ Em 2016, exclui a contribuição das atividades de trading de petróleo produzido que foi realocada do negócio de R&D para o E&P.

A Galp detém um sistema refinador integrado constituído por duas refinarias em Portugal, que se destaca pela sua elevada complexidade e competitividade no sector europeu.

A Empresa opera ainda vários terminais marítimos e parques de armazenagem na Península Ibérica, estando também a desenvolver novos parques de armazenagem em Moçambique, assegurando a logística primária necessária para as suas operações.

A atividade integrada de refinação e comercialização de produtos petrolíferos representa uma vantagem competitiva. A Galp comercializa a maioria dos seus produtos na Península Ibérica, onde detém uma vasta rede de distribuição de produtos petrolíferos, sendo um dos operadores de referência na região. A Empresa opera também em mercados selecionados em África.

A eficiência e competitividade do negócio de R&D resulta numa importante fonte de *cash flow* para a Empresa, não obstante a contínua implementação de medidas que visam melhorar ainda mais a eficiência e controlar os custos associados a estas atividades. A Galp estabeleceu o objetivo de alcançar eficiências que permitissem uma poupança total de €150 m até 2020, dos quais cerca de €100 m foram alcançados até ao final de 2016.

Paralelamente, a Empresa encontra-se a desenvolver ações que deverão assegurar maior eficiência energética e maior conversão das matérias-primas processadas, pretendendo aumentar o diferencial sobre a margem de refinação *benchmark* até \$1/boe após 2018.



Aprovisionamento e trading

A Galp continua focada na maximização de rentabilidade ao longo da cadeia de valor, tendo vindo a reforçar a integração entre o negócio de E&P e o aprovisionamento e trading de petróleo.

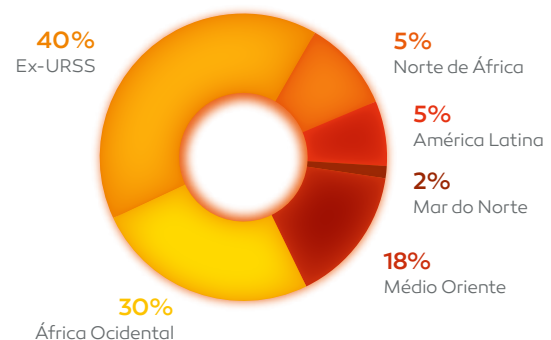
A disponibilidade de meios logísticos próprios com características de posicionamento dinâmico e com capacidade para cerca de um milhão de barris permitiu que a Galp aumentasse o número de cargas na bacia de Santos, tendo atingido em 2016 um novo recorde de levantamentos de crude.

Atendendo à relevância crescente desta atividade, e à sua ligação ao negócio de E&P, durante 2016 a Empresa decidiu realocar a contribuição da atividade de trading de petróleo produzido do negócio de R&D para os resultados de E&P.

Adicionalmente, a Galp tem necessidade de aprovisionar crudes e outras matérias-primas para a sua atividade de refinação. A Empresa aposta numa gestão ativa do aprovisionamento, tendo sempre em atenção a estratégia de diversificação e as especificações do seu sistema refinador, que tem atualmente uma maior capacidade de processamento de matérias-primas mais pesadas. Esta gestão permite ainda mitigar potenciais efeitos resultantes de eventos disruptivos no abastecimento em certas regiões.

Durante o ano, a Galp importou crudes provenientes de 15 países, com os crudes médios e pesados a representarem 83% do total.

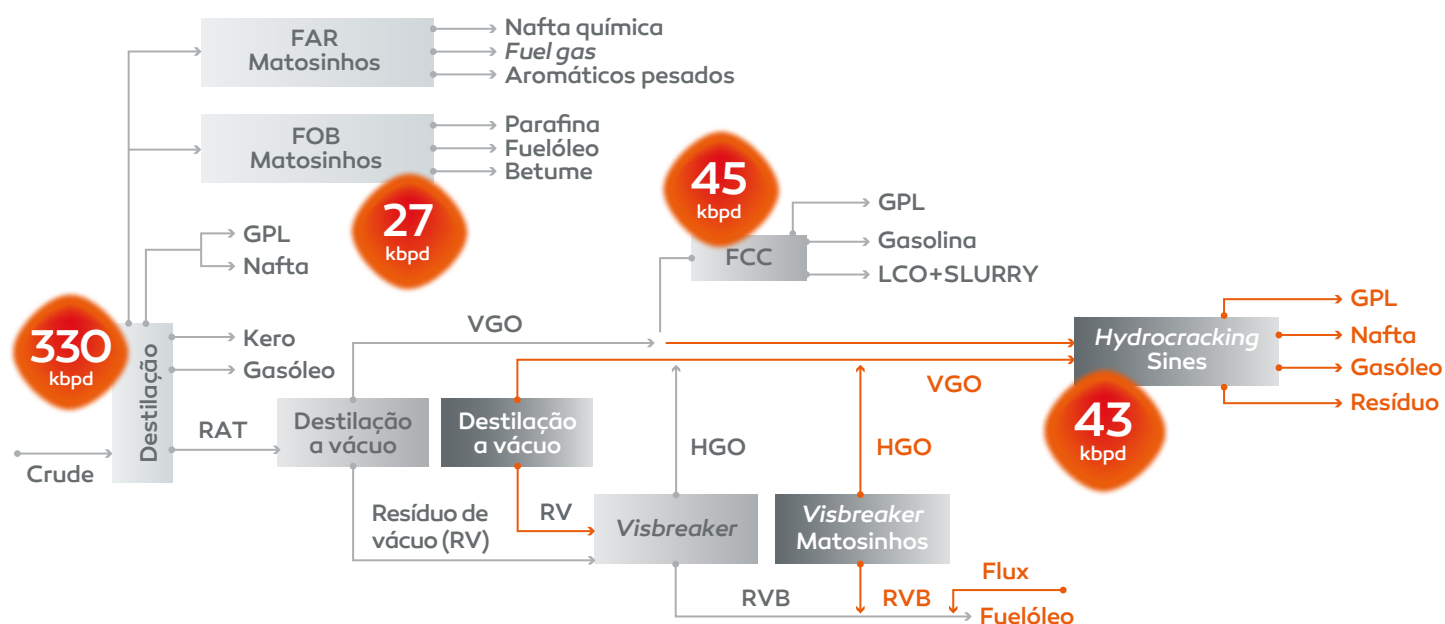
Origem do crude em 2016



Refinação

O sistema refinador da Galp tem uma capacidade combinada para processar 330 kbpd. O índice de complexidade Nelson é de 8,6. O aparelho refinador da Empresa permite-lhe flexibilidade quanto ao aprovisionamento e ao mix de produção, beneficiando das operações das unidades de *hydrocracking* (HC) e *fluid catalytic cracking* (FCC) da refinaria de Sines. A Galp possui ainda uma unidade *visbreaker*, assim como fábricas de aromáticos e óleos-base na refinaria de Matosinhos.

Aparelho refinador da Galp



A elevada complexidade e flexibilidade do sistema refinador da Galp permitiu à Empresa mitigar o impacto das condições adversas de mercado, num ano marcado pelo estreitamento das margens de refinação de referência na Europa.

A Empresa analisa de forma continuada as alternativas de configuração do seu sistema refinador que permitam melhor adaptar-se aos desafios do sector e obter maior integração com as suas restantes atividades comerciais de produtos petrolíferos.

A Galp aposta num programa de *Reliability Centered Maintenance* (RCM) em ambas as refinarias, que consiste na gestão do ciclo de vida do equipamento, de modo a aumentar a previsibilidade e a disponibilidade das unidades. Durante 2016, a Galp procedeu a paragens parciais para manutenção, destacando-se a paragem planeada durante cerca de 60 dias do complexo de HC no primeiro trimestre, assim como a paragem de 13 dias do FCC.

Em 2016, foram processadas cerca de 109,7 mmbœ de matérias-primas, sendo que o crude representou 92% do total.

Os destilados médios e a gasolina foram os produtos com maior peso no perfil de produção da Empresa, representando respetivamente 46% e 23% da produção total.

Otimização e eficiência energética

A Galp mantém-se focada na maximização da eficiência energética e na otimização processual do aparelho refinador.

A Empresa está a implementar medidas de otimização energética nas refinarias de Sines e Matosinhos, enquanto implementa uma metodologia *lean six sigma* com vista à melhoria contínua, controlo da variabilidade do processo, combate ao desperdício e gestão do pessoal.

É objetivo da Galp aumentar gradualmente a sua margem de refinação em \$1/boe a partir de 2018 através de iniciativas no âmbito do aumento da conversão e da eficiência energética, as quais não requerem investimento relevante na expansão dos atuais equipamentos.

Saiba mais sobre otimização e eficiência energética em **5.4. Energia e Clima - O papel da Galp na descarbonização da economia.**

Logística

A Galp tem acesso a vários terminais marítimos em Portugal e detém parques de armazenagem na Península Ibérica com uma capacidade total de 8,9 mm³. A Empresa detém igualmente participações em empresas de logística em Portugal e beneficia do acesso a diversos oleodutos na Península Ibérica.

Em Moçambique, a Galp encontra-se a desenvolver um projeto para a construção de dois terminais logísticos de receção e armazenagem de combustíveis líquidos. A capacidade do parque de armazenagem na região da Beira é de 65.000 m³, enquanto o parque da Matola terá uma capacidade de 46.000 m³. Este projeto vai reforçar a presença estratégica da Empresa na região e tem como objetivo desenvolver o negócio de distribuição de combustíveis no país, assegurando o acesso a um aprovisionamento competitivo e possibilitando, inclusive, a exportação para países vizinhos.

Comercialização de produtos petrolíferos

A Galp concentra a sua atividade de comercialização de produtos petrolíferos na Península Ibérica, onde detém uma posição de relevo, mas também em cinco países africanos, onde o crescimento esperado do mercado é atrativo e é possível desenvolver sinergias com outros negócios da Empresa na região.

O foco da sua atividade é a comercialização de produtos petrolíferos sob a marca Galp, tanto através da rede de estações de serviço da Empresa, como através de vendas diretas a clientes *wholesale*, comercializando ainda produtos *non-fuel*, nomeadamente na rede de estações de serviço. A atividade de comercialização de produtos petrolíferos abrange também vendas a outros operadores e exportações.

Em 2016, a Galp vendeu um total de 17,8 mt de produtos petrolíferos, um decréscimo de 2% relativamente a 2015, devido sobretudo às paragens planeadas para manutenção, nomeadamente em unidades de conversão na refinaria de Sines. As vendas a clientes diretos representaram cerca de 50% do total dos volumes vendidos, enquanto as exportações e as vendas a outros operadores constituíram respetivamente 33% e 18%.

Vendas a clientes diretos

A comercialização de produtos petrolíferos a clientes diretos, quer através da rede de estações de serviço sob a marca Galp, quer através de venda a clientes *wholesale*, centra-se maioritariamente na Península Ibérica mas também em alguns mercados específicos em África. É nestes mercados que a Empresa considera ser capaz de criar mais valor, considerando a vantagem geográfica dos seus ativos de refinação e logística.

Em 2016, as vendas a clientes diretos diminuíram 3% em relação a 2015, totalizando 8,8 mt, em consequência da contínua otimização do portefólio de clientes *wholesale* da Empresa. Os volumes vendidos em África representaram cerca de 9% das vendas a clientes diretos, tendo registado um aumento de 7% face ao ano anterior.

No segmento de retalho, os volumes de vendas de produtos petrolíferos mantiveram-se em linha com o registado durante 2015.

Vendas do segmento de retalho (kt)



A Empresa mantém o seu foco na venda de combustível aditivado, mantendo-se fiel à sua proposta de valor e ao compromisso de qualidade de produtos e serviços de excelência que tem para com os seus clientes. Neste sentido, a Galp lançou uma nova gama de combustíveis, o gasóleo e a gasolina Evologic, com aditivos de última geração, que possibilitam uma maior poupança, o prolongamento da vida útil e uma maior eficiência do motor, gerando assim ganhos para o ambiente através de menores emissões de gases com efeito de estufa (GEE).

A Galp tem ainda vindo a apostar na proposta de valor da sua rede de postos no mercado ibérico através da implementação da metodologia Kaizen. Este projeto visa a homogeneização do serviço em Portugal e Espanha através de melhorias ao nível da comunicação, organização dos espaços e planeamento das áreas de serviço.

Número de estações de serviço



No final de 2016, a Galp detinha 1.436 estações de serviço, das quais 1.284 na Península Ibérica e 152 em África. A Empresa contava ainda com 836 lojas de conveniência.

A Galp mantém a sua liderança no mercado de retalho em Portugal, com uma quota de 30% no final de 2016. Também em Espanha a quota de mercado se manteve estável em 5%, pelo que a nível ibérico a quota de mercado se situou nos 9%.

Os produtos *non-fuel* comercializados na rede de estações de serviço representaram 12% da contribuição do retalho. Neste âmbito, a Galp está a desenvolver um projeto-piloto para melhoria da experiência do cliente nas lojas Galp, que se traduz numa forma de comunicação *in-store* mais apelativa e associada à era digital.

A Empresa reforçou também as suas ações de angariação e fidelização de clientes em parceria com o maior grupo de retalho em Portugal, a Sonae, impactando, no ano de 2016, um universo de aproximadamente 1,8 milhões de clientes. Destaca-se o plano Energia³, a oferta integrada de combustíveis, gás natural, eletricidade e gás em garrafa associado a um plano de descontos que integra os produtos e serviços da Galp e do parceiro Sonae e que, ao longo do ano, contribuiu para a angariação de clientes em Portugal.

Com o objetivo de complementar a sua oferta na extensa rede de estações de serviço e reforçando o seu papel como operador integrado de energia, a Galp integra o Programa de Mobilidade Elétrica promovido pelo Governo português. Durante o ano, a Empresa procedeu, em parceria com algumas das mais reconhecidas marcas automóveis, ao alargamento da rede de pontos de carregamento rápido para veículos elétricos. Esta iniciativa visa criar condições para uma adoção sustentada da mobilidade elétrica e superar vários desafios, como é o caso da autonomia.

No segmento de *wholesale*, verificou-se uma descida anual de 7% face a 2015, no seguimento da estratégia de redução de exposição a atividades com menor margem na Península Ibérica.

Vendas do segmento de *wholesale* (kt)



Vendas a outros operadores

O sistema refinador da Galp é um dos mais importantes fornecedores do mercado português, e com relevância na Península Ibérica. Em 2016, a Galp vendeu 3,1 mt a outros operadores.

Exportações

A Galp atua no mercado internacional de exportações de modo a escoar a produção das suas refinarias, priorizando a exportação para mercados próximos do aparelho refinador, não obstante a exploração de oportunidades em outros mercados.

Em 2016, as exportações para fora da Península Ibérica totalizaram 5,8 mt, um aumento de 3% face ao período homólogo.

O fuelóleo, a gasolina e o gasóleo representaram 29%, 28% e 29% das exportações, respetivamente, que se destinaram maioritariamente a Espanha, Estados Unidos e Marrocos.

O perfil de matérias-primas que a Empresa processa, com predominância dos crudes médios e pesados, aliado à vantagem que lhe confere a localização do aparelho refinador, permite à Galp beneficiar da arbitragem de preços de gasolina entre os EUA e a Europa. De facto, em 2016, as exportações de gasolina para os EUA tiveram um peso de cerca de 20% no total das exportações da Empresa.





3.3.

Gas & Power

5.010 GWh VENDAS DE ELETRICIDADE

3.285 mm³ TRADING GN/GNL

VENDAS GN A CLIENTES DIRETOS **3.780 mm³**

Destaques em 2016

- Os volumes vendidos de GN/GNL situaram-se em cerca de 7,1 mil milhões de metros cúbicos (bcm), uma descida de 8% face a 2015, devido às menores oportunidades de trading no mercado internacional.
- As vendas a clientes diretos foram afetadas pelos menores volumes vendidos no mercado convencional, ainda que este efeito tenha sido parcialmente compensado pelo aumento dos volumes vendidos no segmento eletroprodutor.
- Alienação de 22,5% do negócio de infraestruturas reguladas de gás natural à Meet Europe Natural Gas, Lda., detida pela Marubeni Corporation (50%) e pela Toho Gas Co., Ltd. (50%).
- Reforço da posição de operador integrado de energia através da integração contínua das atividades de comercialização de gás natural e de eletricidade.

Principais indicadores

| | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|---------|---------|----------------|
| N.º de colaboradores ¹ | 599 | 514 | 178 |
| Vendas de GN/GNL em trading (mm ³) | 3.713 | 3.822 | 3.285 |
| Vendas de gás natural a clientes diretos (mm ³) | 3.759 | 3.843 | 3.780 |
| Capacidade instalada cogerações (MW) | 205 | 173 | 173 |
| Vendas de eletricidade à rede (GWh) | 1.592 | 1.299 | 1.614 |
| Volumes comercializados de eletricidade (GWh) | 2.200 | 3.336 | 3.396 |
| Emissões de CO ₂ (tCO ₂ e) | 356.710 | 280.949 | 320.042 |
| Ebitda RCA ¹ (€m) | 438 | 382 | 313 |
| Ebit RCA ¹ (€m) | 363 | 303 | 253 |
| Investimento (€m) | 29 | 65 | 23 |

¹ A partir do final de outubro de 2016, a GGND deixou de ser consolidada pelo método integral.

O negócio de G&P da Galp incorpora as atividades de aprovisionamento, distribuição e comercialização de gás natural, que têm progressivamente vindo a ser integradas com as atividades de produção e comercialização de eletricidade. A Empresa também atua no mercado internacional de GN/GNL através da atividade de *trading*.

A Galp procedeu em 2016 à alienação de uma participação de 22,5% na sua subsidiária Galp Gás Natural Distribuição, S.A. (GGND), no negócio de gestão de infraestruturas reguladas de gás natural, operação que foi concluída durante o quarto trimestre.

Gás natural

As atividades de comercialização de gás natural e eletricidade decorrem principalmente na Península Ibérica, tendo a Empresa vindo a apostar no reforço da sua oferta integrada, com foco no segmento de retalho em Portugal, onde é um dos principais *players*. A Galp mantém também uma presença ativa no mercado internacional de GN/GNL.

Em 2016, a Galp vendeu um total de 7.065 mm³ de GN/GNL, uma redução de 8% face ao período homólogo, condicionada por menores oportunidades.

Aprovisionamento

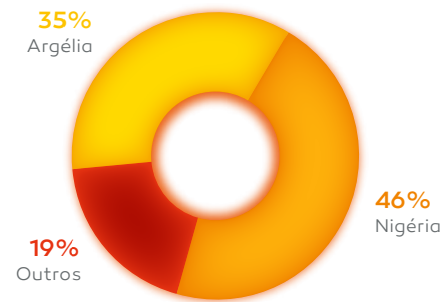
A Galp mantém uma política de gestão ativa das suas fontes de aprovisionamento de gás natural, tendo vindo a procurar alternativas e a diversificar o seu cabaz.

A Empresa detém contratos de aprovisionamento de gás natural de longo prazo com a Nigéria e a Argélia, com maturidade a partir de 2020, num total de 5,7 bcm por ano. Estes contratos, assinados com a Nigeria LNG e com a Sonatrach, garantem respetivamente o acesso a GNL produzido na Nigéria e a gás natural proveniente da Argélia.

Paralelamente, a Empresa tem também outras fontes de aprovisionamento, nomeadamente nos mercados *wholesale* espanhol e francês.

As necessidades remanescentes de gás natural são cobertas através de operações no mercado *spot*.

Volumes aprovisionados de gás natural por fonte em 2016



O aprovisionamento de gás natural com origem na Argélia é feito através dos gasodutos em que a Galp participa: Europe-Maghreb Pipeline (EMPL), Al-Andalus e Extremadura.

Participações em gasodutos internacionais

| Gasodutos internacionais | País | Capacidade (bcm/ano) | % da Galp |
|--------------------------|-------------------|----------------------|-----------|
| EMPL | Argélia, Marrocos | 12,0 | 23 |
| Al-Andalus | Espanha | 7,8 | 33 |
| Extremadura | Espanha | 6,1 | 49 |

Vendas a clientes diretos

A atividade de comercialização de gás natural da Galp assenta principalmente no fornecimento a clientes dos segmentos industrial, eletroprodutor e de retalho no mercado ibérico. A Empresa é um dos mais relevantes comercializadores de gás natural na Península Ibérica, com cerca de 560 mil clientes.

Em 2016, as vendas de gás natural a clientes diretos diminuíram 2% face ao ano anterior, totalizando 3.780 mm³. O aumento das vendas no segmento eletroprodutor foi insuficiente para compensar a redução verificada no segmento convencional, ou seja, nas vendas a clientes de retalho e industriais.

Vendas de gás natural a clientes diretos (mm³)



As vendas ao segmento eletroprodutor aumentaram 97 mm³ para os 1.179 mm³, sobretudo na sequência do menor recurso a carvão para geração elétrica na Península Ibérica.

No segmento industrial, os volumes de gás natural vendidos situaram-se nos 2.286 mm³, uma diminuição de 111 mm³ em relação ao ano anterior devido essencialmente ao aumento da concorrência.

No segmento de retalho, os volumes de gás natural diminuíram 49 mm³ face a 2015, para os 315 mm³, no seguimento da venda, em 2015, das atividades de comercialização ao segmento residencial espanhol.

No segmento de retalho, importa ainda destacar a integração da atividade com a comercialização de eletricidade. Em 2016, os volumes comercializados de eletricidade totalizaram 3.396 gigawatts-hora (GWh), um aumento de 2% em relação ao ano anterior. No final do ano, o negócio de G&P contava com 690 mil clientes, dos quais 266 mil eram clientes power ou optaram pela oferta integrada da Galp.

A Empresa tem também vindo a explorar novos modelos de negócio, com destaque para aqueles orientados para a eficiência energética e para a venda de gás natural veicular (GNV) em postos especiais integrados na rede europeia ou de GNL para navios.

A Galp iniciou em 2016 um projeto assente na transformação digital e tecnológica com vista à melhoria contínua das operações comerciais, à implementação de novas plataformas de comunicação com o cliente e marketing digital.

Trading

A Galp tem garantido o acesso a mercados de gás natural e de GNL de referência, atividade que tem vindo a consolidar com o acesso a mercados organizados de gás europeus, com enfoque em Espanha, França e Holanda.

Os volumes de trading de rede representaram 35% dos volumes transacionados, tendo-se situado em 1.151 mm³, face a 1.224 mm³ do ano anterior. Relativamente ao trading de GNL, verificou-se uma descida de 33 operações durante 2015 para 25 durante 2016.

Infraestruturas reguladas de distribuição

O negócio de infraestruturas reguladas consiste na gestão da rede de distribuição de gás natural, de média e baixa tensão, em Portugal. A Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) estabelece as regras de remuneração desta atividade. O cálculo da taxa de remuneração considera, entre outros, a média da *yield* das obrigações a dez anos emitidas pelo Estado Português.

A taxa de remuneração para o Ano Gás 2016-2017 desceu de 7,94% (Ano Gás 2015-2016) para 6,2% atendendo às *yields* das obrigações de referência no período respetivo. No final de 2016, a base de ativos regulados afeta àquela atividade era de cerca de €1,0 bn.

A GGND participa em nove distribuidoras de gás natural em Portugal, cinco das quais operam ao abrigo de contratos de concessão com uma duração de 40 anos, enquanto as restantes operam através de licenças com um período de exploração de 20 anos. Em 2016, através da GGND, a Galp operava uma rede de distribuição com 12.740 km.

É de salientar que, durante 2016, a Galp diminuiu a sua participação na GGND através da alienação de 22,5% do seu capital social à Meet Europe Natural Gas, Lda., detida pela Marubeni Corporation (50%) e pela Toho Gas Co., Ltd. (50%). Apesar de a Galp continuar a deter uma participação de 77,5% no capital social da GGND, esta empresa, após a conclusão da transação em outubro, deixou de ser consolidada pelo método integral nas contas do Grupo.

Power

A Galp tem atualmente em Portugal, através do seu portefólio de cogerações e centrais eólicas, uma capacidade instalada de 357 MW.

A capacidade instalada para produção de eletricidade através de cogerações totaliza 173 MW, estando as cogerações mais relevantes instaladas nas refinarias de Sines e Matosinhos. Estas são uma importante fonte de consumo de gás natural, bem como uma importante fonte de energia para a operação das refinarias.

Portefólio de cogerações da Galp em 2016

| | Capacidade instalada (MW) | Vendas de eletricidade à rede (GWh) | Consumo de gás natural (mm ³) |
|--------------|---------------------------|-------------------------------------|---|
| Sines | 82 | 679 | 225 |
| Matosinhos | 82 | 653 | 241 |
| Outras | 9 | 34 | 10 |
| Total | 173 | 1.365 | 476 |

No final de 2016, a Empresa tinha ainda 184 MW de capacidade instalada em seis parques eólicos, dos quais cinco, com capacidade conjunta de 171,6 MW, entraram em funcionamento durante o ano.

Desta forma, as vendas de eletricidade à rede aumentaram 24% face ao ano anterior para os 1.614 GWh.





4
Desempenho
financeiro



4.1.

Sumário

- O Ebitda RCA situou-se em €1.411 m, acima do intervalo esperado de €1,2-€1,3 bn. Face ao ano anterior, o Ebitda RCA desceu 8% devido à menor contribuição do negócio de R&D e G&P.
- O Ebitda RCA do negócio de E&P atingiu os €494 m, beneficiando do aumento de 51% na produção *net entitlement* para os 65,1 kboepd e apesar da diminuição do preço médio de realização.
- O Ebitda RCA do negócio de R&D registou um decréscimo de €203 m para os €576 m, devido principalmente ao menor contributo da atividade de refinação.
- O negócio de G&P registou um Ebitda RCA de €313 m em 2016, uma diminuição de €69 m em relação a 2015, sobretudo na sequência de menores resultados da atividade de gás natural.
- O resultado líquido RCA totalizou €483 m, menos €156 m do que no período homólogo, enquanto o resultado líquido de acordo com as IFRS se situou em €179 m. O efeito *stock* foi de €20 m e os eventos não recorrentes foram de €324 m, nomeadamente relativos às imparidades sobre os ativos de E&P em Angola e imparidades relacionadas com a transferência de contratos para a construção dos cascos relativos às FPSO replicantes.
- O investimento foi de €1,2 bn. Do total, 85% foram alocados ao negócio de E&P, nomeadamente ao bloco BM-S-11 no Brasil.
- No final de 2016, a dívida líquida do Grupo situava-se em €1.260 m, considerando o empréstimo à Sinopec como caixa e equivalentes, menos €439 m do que no final de 2015, devido ao robusto desempenho operacional e ao desinvestimento parcial da atividade de infraestruturas reguladas de gás. Neste contexto, o rácio dívida líquida para Ebitda RCA foi de 1,0x.

Ebitda e Ebit por segmento de negócio em 2016 (€m)

| | Ebitda IFRS | Efeito <i>stock</i> | Ebitda RC | Eventos não recorrentes | Ebitda RCA |
|--------------|--------------|---------------------|--------------|-------------------------|--------------|
| Total | 1.389 | (20) | 1.369 | 42 | 1.411 |
| E&P | 481 | - | 481 | 13 | 494 |
| R&D | 572 | (23) | 549 | 27 | 576 |
| G&P | 310 | 3 | 312 | 1 | 313 |
| Outros | 27 | - | 27 | 1 | 28 |

| | Ebit IFRS | Efeito <i>stock</i> | Ebit RC | Eventos não recorrentes | Ebit RCA |
|--------------|------------|---------------------|------------|-------------------------|------------|
| Total | 544 | (20) | 523 | 249 | 772 |
| E&P | 28 | - | 28 | 211 | 239 |
| R&D | 243 | (23) | 220 | 37 | 257 |
| G&P | 251 | 3 | 254 | (0) | 253 |
| Outros | 22 | - | 22 | 1 | 23 |

Nota: os valores em RCA não são auditados.

4.2.

Desempenho operacional

Exploração & Produção

O Ebitda RCA do E&P aumentou €141 m face ao ano de 2015 para €494 m, beneficiando do aumento na produção *net entitlement* e apesar da diminuição do preço médio de realização, que se situou em \$37,7/boe durante o ano.

Importa destacar que, em 2016, a contribuição relativa à atividade de trading de petróleo produzido, que era anteriormente contabilizada no negócio de R&D, passou a ser contabilizada no negócio de E&P.

Os custos de produção foram de €166 m no período, um aumento de €26 m face ao ano de 2015 devido ao maior número de unidades em operação no Brasil. Em termos unitários, os custos de produção desceram \$2,1/boe face ao ano de 2015, para \$7,7/boe, também impactados por um ajustamento extraordinário (*one off*) no Brasil. Excluindo este ajustamento, os custos unitários situar-se-iam em \$8,1/boe.

As amortizações RCA (incluindo provisões para abandono) aumentaram €44 m para €255 m na sequência do aumento da base de ativos no Brasil. Numa base *net entitlement*, as amortizações foram de \$11,9/boe face a \$14,8/boe em 2015.

O Ebit RCA foi de €239 m, revelando um aumento de €97 m face ao ano de 2015, enquanto o Ebit IFRS foi de €28 m. Os eventos não recorrentes de €211 m incluem imparidades registadas no bloco 14/14K, em Angola, assim como imparidades relativas ao *onshore* brasileiro.

A contribuição das empresas associadas RCA afetas às atividades de E&P foi de €17 m.

Refinação & Distribuição

O negócio de R&D registou um Ebitda RCA de €576 m, ou seja, um decréscimo de €203 m face a 2015. Este decréscimo deveu-se principalmente ao menor contributo da atividade de refinação e também ao desfazamento temporal das fórmulas de *pricing*, devido ao aumento significativo do preço das *commodities* sobretudo durante o quarto trimestre do ano. Também a realocação da contribuição da atividade de trading de petróleo produzido impactou negativamente a evolução dos resultados.

A margem de refinação da Galp foi de \$4,3/boe face a \$6,0/boe no período homólogo, refletindo a descida das margens de refinação no mercado internacional. O diferencial face à margem *benchmark* foi de \$1,2/boe.

Durante o ano, os custos *cash* operacionais das refinarias aumentaram €2 m para os €172 m, devido a maiores custos com manutenção, sobretudo afetos ao *hydrocracker* em Sines. Em termos unitários, os custos *cash* situaram-se em \$1,7/boe.

As operações de cobertura de margem tiveram um impacto positivo de €3 m no Ebitda de 2016, comparativamente a uma perda de €83 m no ano anterior.

As amortizações e provisões totalizaram €319 m, €45 m acima do registado em 2015, na sequência da revisão do período de vida útil de alguns de ativos de refinação, com efeito no segundo semestre de 2016.

O Ebit RCA desceu para os €257 m, enquanto o Ebit IFRS aumentou €87 m para os €243 m. O efeito *stock* foi de €23 m e os eventos não recorrentes atingiram os €37 m, sobretudo aqueles relacionados com custos de reestruturação e imparidades sobre equipamentos na atividade de refinação.

Gas & Power

O Ebitda RCA do segmento de G&P situou-se nos €313 m em 2016, uma diminuição de €69 m em relação a 2015, sobretudo na sequência de menores resultados da atividade de gás natural.

O Ebitda do segmento de gás natural diminuiu 23% para os €194 m, devido sobretudo às menores oportunidades no mercado internacional de GNL.

O negócio das infraestruturas reguladas contribuiu com €100 m para o Ebitda, uma redução de €29 m face ao período homólogo, que refletiu a menor taxa de remuneração no segundo semestre, de 6,2%, e a desconsolidação pelo método integral da GGND nos últimos dois meses do ano, na sequência da conclusão da venda de 22,5% do capital social naquela empresa.

O Ebitda do negócio de power registou um aumento de €18 m face a 2015, que havia sido afetado pela operação sub-ótima das cogerações nas refinarias e pelo desfazamento temporal do indexante do preço de compra do gás natural face ao da venda de energia.

O Ebit RCA situou-se nos €253 m, uma diminuição de €49 m face a 2015, considerando um efeito *stock* de €3 m. O Ebit IFRS atingiu os €251 m face a €275 m no período homólogo.

Os resultados de empresas associadas RCA relativas ao negócio de G&P atingiram os €70 m.

4.3.

Demonstração de resultados

Demonstração de resultados (€m, valores em RCA exceto indicação em contrário)

| | 2015 | 2016 | Var. | % Var. |
|--|--------------|-----------------|--------------|--------------|
| Vendas e prestações de serviços | 15.504 | 13.119 | (2.384) | (15%) |
| Custo das mercadorias vendidas | (12.436) | (10.156) | (2.281) | (18%) |
| Fornecimentos e serviços externos | (1.228) | (1.259) | 31 | 3% |
| Custos com pessoal | (330) | (319) | (11) | (3%) |
| Outros proveitos (custos) operacionais | 29 | 26 | (3) | (10%) |
| Ebitda RCA | 1.538 | 1.411 | (127) | (8%) |
| Ebitda IFRS | 1.174 | 1.389 | 215 | 18% |
| Depreciações e amortizações | (544) | (636) | 92 | 17% |
| Provisões | (25) | (3) | (22) | (89%) |
| Ebit RCA | 969 | 772 | (197) | (20%) |
| Ebit IFRS | 423 | 544 | 120 | 28% |
| Resultados de empresas associadas | 83 | 85 | 2 | 2% |
| Resultados financeiros | (70) | (25) | 45 | 65% |
| Resultados antes de impostos e interesses que não controlam RCA | 982 | 833 | (150) | (15%) |
| Impostos ¹ | (290) | (289) | (2) | (1%) |
| Interesses que não controlam | (54) | (61) | 8 | 14% |
| Resultado líquido RCA | 639 | 483 | (156) | (24%) |
| Eventos não recorrentes | (244) | (324) | (80) | (33%) |
| Resultado líquido RC | 395 | 159 | (236) | (60%) |
| Efeito <i>stock</i> | (272) | 20 | 292 | s.s. |
| Resultado líquido IFRS | 123 | 179 | 57 | 46% |

¹ Inclui Participação Especial a pagar no Brasil e IRP a pagar em Angola.

Nota: A demonstração de resultados de 2015 foi reexpressa.

Em 2016, as vendas e prestações de serviços desceram 15% face ao período homólogo para os €13.119 m, devido principalmente à descida das cotações do petróleo, do gás natural e dos produtos petrolíferos.

Os custos operacionais desceram 16% no período e situaram-se em €11.708 m, sobretudo devido ao decréscimo de 18% no custo das mercadorias vendidas. O aumento de 3% dos custos com fornecimentos e serviços externos deveu-se ao aumento da produção no Brasil.

O Ebitda RCA foi de €1.411 m, menos €127 m do que no período homólogo de 2015, com uma menor contribuição dos segmentos de negócio de R&D e G&P. O Ebitda IFRS situou-se em €1.389 m.

O Ebit RCA desceu 20% para os €772 m, enquanto o Ebit IFRS aumentou €120 m para os €544 m.

Os resultados RCA de empresas associadas foram de €85 m, em linha com o período homólogo.

Os resultados financeiros foram negativos em €25 m, face a -€70 m no período homólogo. Esta evolução deveu-se em parte aos ganhos de €17 m no *mark-to-market* de derivados de cobertura, que comparam com uma perda de €13 m no ano de 2015, e também à redução de €19 m dos juros líquidos.

Os impostos RCA mantiveram-se nos €289 m, em linha face ao ano anterior.

Os interesses que não controlam, principalmente atribuíveis à Sinopec, aumentaram €8 m para €61 m, na sequência de maiores resultados gerados no Brasil.

O resultado líquido RCA totalizou €483 m, menos €156 m do que no período homólogo, enquanto o resultado líquido IFRS se situou em €179 m.

O efeito *stock* foi de €20 m e os eventos não recorrentes foram de €324 m, incluindo as imparidades sobre os ativos de E&P em Angola, bem como imparidades relacionadas com a transferência de contratos para a construção dos cascos relativos às FPSO replicantes.

A CESE afetou negativamente os resultados em IFRS em cerca de €56 m, dos quais cerca de €28 m relativos à CESE I, cujo impacto anual foi contabilizado na sua totalidade no primeiro trimestre. O montante relativo à CESE II atingiu também os €28 m. A contabilização efetuada em relação à CESE decorre da estrita aplicação dos normativos contabilísticos, entendendo a Galp, com base na opinião dos mais reputados juristas nacionais, que as disposições legislativas respeitantes à CESE são violadoras da lei, não sendo os montantes em causa exigíveis.

Eventos não recorrentes (€m)

| | 2015 | 2016 |
|--|---------------|---------------|
| Eventos não recorrentes com impacto em Ebitda | 7,4 | 42,1 |
| Acidentes resultantes de fenómenos naturais e indemnizações de seguros | (0,8) | (1,2) |
| Ganhos/perdas na alienação de ativos | (8,4) | (1,5) |
| Write-off ativos | 6,1 | 1,7 |
| Subsídios de investimento | (2,6) | - |
| Custos com reestruturação - Pessoal | 13,2 | 14,7 |
| Despesas de consultoria e outras | - | 0,2 |
| Indemnização por cessação antecipada contrato de sondas | - | 12,0 |
| Custos com litigância | - | 9,7 |
| Regularização de impostos de exercícios anteriores | - | 6,3 |
| Eventos não recorrentes com impacto em custos non cash | 181,6 | 206,6 |
| Provisão para meio ambiente e outras | 6,0 | 8,1 |
| Imparidade de ativos | 175,5 | 198,5 |
| Eventos não recorrentes com impacto em resultados financeiros | 64,0 | 68,0 |
| Ganhos/perdas na alienação de participações financeiras | 12,0 | (23,5) |
| Imparidade de investimento financeiro | 52,0 | 91,5 |
| Eventos não recorrentes com impacto em impostos | 12,5 | 39,5 |
| Impostos sobre eventos não recorrentes | (35,0) | (24,2) |
| Impostos diferidos em E&P | - | (10,3) |
| Reversão de impostos diferidos | (19,4) | - |
| Regularização IRC exercícios anteriores | - | 5,9 |
| Imposto contribuição sector energético | 67,0 | 68,0 |
| Interesses que não controlam | (22,0) | (32,6) |
| Total de eventos não recorrentes | 243,6 | 323,6 |

4.4.

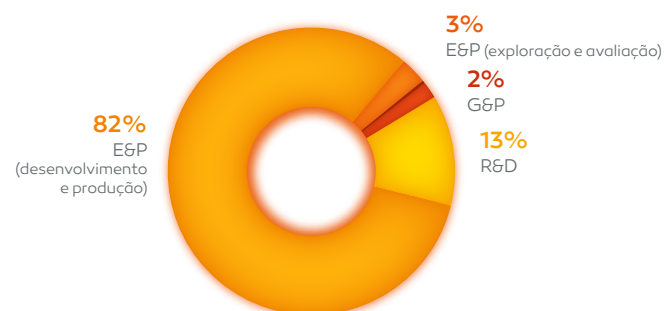
Investimento

O investimento totalizou €1.218 m em 2016, 85% dos quais alocados ao negócio de E&P.

As atividades de desenvolvimento e produção (D&P) representaram 96% do investimento do negócio de E&P, alocado sobretudo ao desenvolvimento do bloco BM-S-11 no Brasil, que representou 73% do investimento em D&P. Já o investimento no bloco 32 em Angola representou cerca de 21% desse total.

O investimento nas atividades de *downstream* e gás atingiu os €175 m, tendo sido alocado, entre outros, a atividades de manutenção, à contínua renovação da rede de retalho de produtos petrolíferos e da infraestrutura de gás natural, bem como à melhoria dos sistemas de informação.

Investimento por segmento (%)



4.5.

Cash flow

Cash flow – método indireto
(€m, valores em IFRS)

| | 2015 | 2016 |
|---|--------------|--------------|
| Ebit | 423 | 544 |
| Dividendos de empresas associadas | 73 | 70 |
| Depreciações e amortizações | 720 | 835 |
| Varição de fundo de maneo | 458 | 21 |
| Cash flow gerado pelas atividades operacionais | 1.674 | 1.469 |
| Investimento líquido ¹ | (1.190) | (1.054) |
| Juros pagos e recebidos | (119) | (101) |
| Impostos pagos | (127) | (172) |
| Dividendos pagos | (318) | (387) |
| Desconsolidação GGND ² | - | 632 |
| Outros ³ | 179 | 165 |
| Varição da dívida líquida | (98) | (552) |

¹ Em 2016, inclui o recebimento de €141 m da venda de participação de 22,5% da GGND.

² Desconsolidação de ativos e passivos da GGND. ³ Inclui CTA (*Cumulative Translation Adjustment*) e reembolsos parciais do empréstimo concedido à Sinopec.

Em 2016, a dívida líquida desceu €552 m devido ao desinvestimento parcial da atividade de infraestruturas reguladas.

Excluindo esse impacto, a dívida líquida teria aumentado €223 m durante o ano, após dividendos, considerando a geração de *cash flow* robusta pelas atividades operacionais de €1.469 m.

Cash flow – método direto
(€m, valores em IFRS)

| | 2015 | 2016 |
|--|--------------|--------------|
| Caixa e equivalentes no início do exercício¹ | 1.023 | 1.045 |
| Recebimento de clientes | 17.666 | 15.156 |
| Pagamento a fornecedores | (11.421) | (9.094) |
| Salários e encargos | (371) | (373) |
| Dividendos de empresas associadas | 73 | 70 |
| Pagamentos de imposto sobre produtos petrolíferos (ISP) | (2.633) | (2.752) |
| IVA, <i>Royalties</i> , PIS, Cofins, outros | (1.721) | (1.571) |
| Total de fluxos operacionais | 1.594 | 1.436 |
| Investimento líquido ² | (1.194) | (1.074) |
| Juros pagos e recebidos | (111) | (120) |
| Dividendos pagos | (318) | (387) |
| Impostos de sociedades e tributação especial | (127) | (172) |
| Empréstimos pagos e recebidos | (124) | (32) |
| Reembolsos da Sinopec | 261 | 134 |
| Efeito da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes e variação de perímetro | 40 | 93 |
| Caixa e equivalentes no final do exercício¹ | 1.045 | 923 |

¹ Os valores de caixa e equivalentes diferem dos apresentados no Balanço por imposição normativa (IAS 7). A diferença consiste na classificação dos descobertos bancários que no Mapa de Fluxos de Caixa são por dedução de caixa e equivalentes, enquanto no Balanço são considerados dívida.

² Em 2016, inclui o recebimento de €141 m da venda de participação de 22,5% da GGND.

4.6.

Situação financeira

Situação financeira consolidada (€m, exceto indicação em contrário)

| | 31 dez. 2015 | 31 dez. 2016 | Var. |
|--|--------------|--------------|--------------|
| Ativo fixo líquido | 7.892 | 7.721 | (171) |
| Fundo de maneiio | 510 | 492 | (18) |
| Empréstimo à Sinopec | 723 | 610 | (113) |
| Outros ativos (passivos) | (515) | (409) | 107 |
| Ativos/Passivos não correntes detidos para venda | - | (1) | (1) |
| Capital empregue | 8.610 | 8.414 | (196) |
| Dívida de curto prazo | 493 | 325 | (167) |
| Dívida de médio e longo prazo | 3.060 | 2.578 | (482) |
| Dívida total | 3.552 | 2.903 | (649) |
| Caixa e equivalentes | 1.130 | 1.032 | (98) |
| Dívida líquida | 2.422 | 1.870 | (552) |
| Total do capital próprio | 6.188 | 6.543 | 355 |
| Total do capital próprio e da dívida líquida | 8.610 | 8.414 | (196) |
| Dívida líquida incl. empréstimo à Sinopec | 1.699 | 1.260 | (439) |
| Dívida líquida para Ebitda RCA | 1,6x | 1,3x | - |
| Dívida líquida para Ebitda RCA incl. empréstimo à Sinopec ¹ | 1,2x | 1,0x | - |

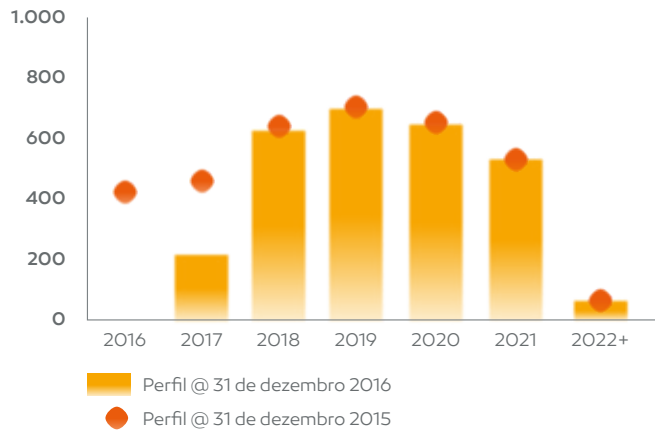
¹ Rácio considera a dívida líquida incl. empréstimo Sinopec de €610 m, adicionado do valor correspondente a suprimentos da Sinopec na subsidiária Petrogal Brasil, de €179 m, sendo o Ebitda RCA em 2016 de €1.411 m.

No final de 2016, o ativo fixo líquido era de €7.721 m, revelando um decréscimo de €171 m face ao final de 2015, consequência do desinvestimento parcial na GGND e apesar do investimento realizado no período.

O investimento em curso, sobretudo relativo ao negócio de E&P, totalizava €2.650 m no final do período.

A 31 de dezembro de 2016, a dívida líquida situava-se em €1.870 m, um decréscimo de €552 m face ao final do ano anterior. Considerando como caixa o saldo de €610 m do empréstimo concedido à Sinopec, a dívida líquida no final do período situava-se em €1.260 m, resultando um rácio de dívida líquida para Ebitda de 1,0x. Este rácio considera ainda o valor correspondente aos suprimentos da Sinopec na Petrogal Brasil, com saldo de €179 m no final do período.

Perfil de reembolso da dívida (€m)



A taxa de juro média da dívida foi de 3,52% durante o período.

No final de dezembro, cerca de 50% do total da dívida estava contratada a taxa fixa. O prazo médio da dívida era de 2,6 anos, face a 3,1 anos no ano anterior. No final de 2016, a dívida de médio e longo prazo representava 89% do total da dívida da Galp.

Salienta-se que a Galp exerceu uma opção de compra (*call option*) sobre um empréstimo obrigacionista no montante de €455 m, com maturidade em 2017, o qual foi reembolsado a 21 de novembro de 2016.

No final de 2016, a Galp detinha cerca de €1,2 bn de linhas de crédito contratadas, mas não utilizadas. Deste montante, cerca de 60% encontrava-se garantido contratualmente.





5
Compromisso com
os stakeholders

5.1.

Atuar de forma responsável e ética

Os valores e os princípios de uma organização são os pilares da sustentabilidade, em particular na preservação das relações de confiança com os *stakeholders*.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Igualdade de género

Alcançar a igualdade de género e dar *empowerment* a todas as mulheres.



Paz, justiça e instituições eficazes

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e constituir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Ética e *compliance*

A Galp assume o compromisso de atuar de forma ética e em conformidade com os seus referenciais normativos internos e os diferentes quadros legais e regulatórios dos países e mercados onde opera, com transparência e com pleno respeito pelas regras de concorrência aplicáveis.

A tomada de decisão tem em conta a ponderação progressiva e integrada dos vários riscos a que a sua atividade está exposta, considerando os direitos e as expectativas das diferentes partes interessadas.

As práticas de governo da Organização visam a melhoria contínua e a otimização dos processos de gestão, fomentando a criação de valor a longo prazo.

O Código de Ética e Conduta (CoEC) traça as diretrizes éticas e de conduta fundamentais na atuação da Galp, numa perspetiva de assunção de compromissos perante os seus colaboradores, acionistas e investidores, os seus parceiros de negócio, clientes e fornecedores.

O CoEC da Galp e os documentos normativos em vigor representam diretrizes de atuação, estabelecendo os princípios, os valores e as regras que os colaboradores, e todos os que agem em nome da Empresa, devem assumir em qualquer domínio de atividade e em qualquer geografia.

Saiba mais sobre o CoEC e os principais referenciais normativos Galp no sítio de Internet da Empresa.

Linha de ética

A Galp dispõe de uma linha de comunicação de irregularidades que assegura a mais estrita confidencialidade da informação veiculada, sendo ainda garantidos os direitos de acesso e retificação dos dados, no cumprimento dos normativos legais em vigor. Para exercer essa comunicação, as partes interessadas poderão usar o endereço eletrónico: opentalk@galp.com

Nas empresas associadas e em parcerias em que a Galp não é operadora, os seus representantes têm a responsabilidade de promover a adoção de medidas equivalentes aos princípios, valores e referenciais normativos estabelecidos no CoEC.

Com vista a uma melhor *governance* das operações e das parcerias que desenvolve em diferentes geografias, e em linha com as recomendações dos seus auditores externos, a Empresa procede, previamente à aquisição de interesses participativos em novas parcerias, ou parcerias já constituídas, a uma análise do risco de *compliance* de potenciais parceiros.

Na vertente de *assurance*, a Galp participa, em conjunto com os seus parceiros, em auditorias de *compliance* a ativos de E&P que não opera. Estas auditorias têm como objetivo a identificação de riscos e a melhoria contínua das práticas de *governance* e *compliance*.

A transparência das práticas da Empresa e a garantia do cumprimento de todas as suas obrigações fiscais permitem uma avaliação adequada dos riscos e uma tomada de decisão de investimento informada. A Galp subscreve os princípios definidos pelo Extractive Industries Transparency Initiative (EITI) desde 2010. Neste Relatório, está disponível o detalhe dos pagamentos efetuados às Administrações Públicas em 2016 (Anexo 8.3).

A Galp interdita todas as práticas de corrupção, em todas as suas formas ativas e passivas, incluindo a tentativa da sua prática. Para este efeito, a Empresa dispõe de uma Política de Combate à Corrupção, aplicável ao Grupo e aos seus *stakeholders*, ou seja, aos órgãos sociais, aos colaboradores, aos clientes e aos fornecedores.

Para maior detalhe sobre estes temas, consulte o capítulo 6. Governo Societário e o sítio de Internet da Galp.

Processos, políticas e referenciais corporativos

Os desafios do sector da energia e a resposta às expectativas das partes interessadas exigem um equilíbrio entre a preservação dos processos inerentes à criação de valor e uma elevada capacidade de adaptação, em que a agilidade constitui uma vantagem competitiva.

A Galp continua focada em assegurar processos simples mas eficazes, que contribuam para a mitigação do risco ao longo da cadeia de valor.

Nesse sentido, prosseguiu em 2016 com a otimização de processos, políticas e referenciais corporativos, tendo por objetivo garantir a sua transversalidade na Organização, sem deixar de atender às especificidades das várias áreas de negócio.

Otimização de processos, políticas e referenciais normativos

- Início de implementação do projeto em 2015, com conclusão esperada para 2017.
- Simplificação e uniformização do normativo estrutural.
- Definição do Referencial Único do Sistema de Gestão da Galp, com orientações para a sua implementação.
- Implementação de um modelo holístico e integrador para gestão de processos, numa ótica de eficiência e eficácia.
- Reformulação do processo de gestão de auditorias de Ambiente, Qualidade e Segurança (AQS) à luz do Referencial Único e Modelo de Processos, e integrando as expectativas dos principais *stakeholders*.
- Estabelecer uma estratégia para as certificações na Galp, realizadas por terceiros, com a definição de orientações para a sua implementação.



Respeito pelos direitos humanos

A Galp assume o compromisso de respeitar e promover os direitos humanos. Este compromisso concretiza-se na sua Política de Direitos Humanos. A Empresa implementa ainda, quando relevante, processos de *due diligence*, identificando potenciais impactos e implementando medidas adequadas para evitar e/ou mitigar os mesmos.

Esta política encontra-se alinhada com os *standards* internacionalmente reconhecidos, nomeadamente os dez princípios do Global Compact e a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, assim como com o Código de Conduta da Organização Internacional do Trabalho.

Através de acordos contratuais, a Galp encoraja fornecedores, prestadores de serviços e parceiros a alinharem com os seus compromissos neste âmbito, promovendo a adesão aos mesmos princípios internacionais.

Em 2016, não foram reportados casos de desrespeito pelos direitos humanos.



A análise do perfil de risco dos projetos como suporte à decisão

A caracterização do perfil de risco de cada projeto constitui informação de suporte à decisão e é relevante para a garantia de geração de valor sustentável dos projetos. As práticas internas asseguram a identificação e a gestão dos riscos em cada geografia e contexto, nomeadamente no que respeita a:

- requisitos de ambiente, saúde, segurança e sociais, com impacto no ciclo de vida dos projetos e respetivo valor económico;
- base de referência de natureza social (educação, usos e costumes, religião, outra informação social relevante);
- questões de reputação associadas com a operação no país, incluindo políticas relativas ao acesso a terras, realocização, planos de investimento governamentais e conteúdo local, entre outros;
- leis e restrições laborais;
- questões de *security* associadas à operação no país;
- direitos humanos:
 - desafios existentes sob observação da Convenção sobre os Direitos Humanos da ONU; e
 - populações indígenas e estado da arte quanto às práticas dos direitos humanos relativamente a essas populações;
- outras questões de sustentabilidade específicas para o país/região que podem afetar o desenvolvimento de um projeto de Oil & Gas.

5.2.

Envolver as partes interessadas

Para a Galp, o relacionamento com os seus *stakeholders* é um recurso com valor estratégico que impulsiona rumo à excelência organizacional, que permite construir um capital relacional e que contribui para uma maior proximidade, confiança e minimização do risco.

A Galp subscrive os 10 princípios definidos pelo Global Compact



A Galp no mercado de capitais

Informação ao acionista

O capital social da Galp é composto por 829.250.635 ações, estando 93% das mesmas admitidas à negociação na Euronext Lisbon. As restantes 58.079.514 ações, que representam 7% do capital social, são detidas indiretamente pelo Estado português através da Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública) e não estão admitidas à negociação.

10.º Aniversário OPV

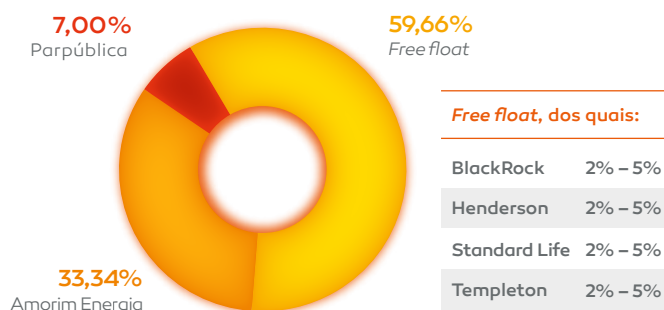
Em outubro de 2016, assinalou-se o 10.º aniversário sobre a OPV inicial da Galp. Durante este período, a capitalização bolsista aumentou 121%, tendo os seus acionistas beneficiado de um retorno total de 190% desde a entrada em bolsa, numa altura em que os índices do PSI-20, SXXP e SXEP apresentaram desvalorizações.

Em 2006, o *free float* da Galp representava apenas 23% do capital social e a sua ação era seguida por quatro instituições de *sell side*. No final de 2016, o *free float* representava 60% do capital e a ação era seguida por 25 instituições de *sell side*.

Dispersão do capital social

A estrutura acionista da Galp tem vindo a evoluir ao longo dos últimos dez anos da Empresa em bolsa. Durante o ano de 2016, verificou-se um aumento do *free float* da Galp relativamente ao final do ano de 2015, de 54,66% para 59,66%, após a conclusão da venda de 41.462.532 ações da Empresa por parte da Amorim Energia B.V. (Amorim Energia), a qual passou a deter uma participação de 33,34% no capital social da Galp.

Estrutura acionista a 31 de dezembro de 2016



No final de 2016, e de acordo com a melhor informação obtida pela Empresa, cerca de 88% do *free float*, ou o correspondente a 52% da base acionista total, era detido por investidores institucionais, estando estes dispersos por 36 países, em cinco continentes. Os investidores situados fora da Europa representavam 44% do *free float*, estando a base mais representativa situada na América do Norte, onde os investidores institucionais detinham 36% do *free float* da Empresa. Os investidores particulares representavam cerca de 4% do *free float* da Galp.

Participações qualificadas

O aumento no *free float* contribuiu para uma maior visibilidade da Empresa no mercado de capitais. Com efeito, várias entidades detêm participações qualificadas no capital social da Galp, informação que é divulgada pela Empresa de acordo com o disposto nos artigos 16.º e 17.º do CVM.

A Amorim Energia tem sede na Holanda, sendo os seus acionistas a Power, Oil & Gas Investments, B.V. (35%), a Amorim Investimentos Energéticos, SGPS, S.A. (20%) e a Esperaza Holding, B.V. (45%). As duas primeiras sociedades são controladas, direta ou indiretamente, pelo grupo Américo Amorim sendo a última controlada pela Sonangol, E.P., empresa estatal angolana do sector petrolífero.

A Parpública é uma entidade estatal que gere participações financeiras detidas pelo Estado português em várias empresas.

A BlackRock, Inc. é uma empresa multinacional de gestão de investimentos fundada em 1988, com sede em Nova Iorque e cotada na New York Stock Exchange (NYSE).

A Henderson Group plc é uma empresa gestora de investimentos fundada em 1934, sediada em Londres e cotada na London Stock Exchange.

A Standard Life Investments (Holdings) Limited, fundada em 2006, é uma empresa de gestão de investimentos com sede em Edimburgo, no Reino Unido.

A Templeton Global Advisors Limited é uma empresa de investimentos financeiros com sede em San Mateo, Califórnia, cotada na NYSE.

Desempenho da ação Galp

No final do ano de 2016, a Galp tinha uma capitalização bolsista de cerca de €11,8 bn, correspondente a uma valorização de 32% relativamente ao final de 2015.

Durante este período, a ação Galp apresentou um melhor desempenho do que o SXEP (o índice europeu para o sector de Oil & Gas), o qual apresentou uma valorização de 23%. De salientar que o desempenho no sector foi influenciado pela evolução do preço do petróleo, com o preço do *dated Brent* a registar uma recuperação de cerca de 55% ao longo do ano de 2016. O PSI-20 (o índice de referência do mercado acionista português) desvalorizou 12%.

O retorno total para o acionista durante o ano, considerando a valorização da ação e os dividendos distribuídos, foi de 38%.

Cotação da ação Galp, do índice SXEP e do índice PSI-20 em 2016



Fonte: Bloomberg

Em 2016, foram transacionadas 406 milhões de ações Galp em mercados regulamentados, o equivalente a 90% do *free float* da Galp. O volume médio diário transacionado na Euronext Lisbon foi de 1,6 milhões de ações, tendo o aumento no *free float* da Empresa para 59,66% contribuído para uma maior liquidez do título durante o ano.

A cotação mínima em 2016, de €9,03, verificou-se no dia 20 de janeiro; a cotação máxima, de €14,86, foi atingida no dia 12 de dezembro.

Acompanhamento da ação pelos analistas

A ação Galp é seguida por 25 analistas do *sell side*, que produzem regularmente relatórios de análise sobre a atividade e estratégia da Empresa.

No final de 2016, o preço-alvo médio dos analistas que cobriam a ação era de €14,04/ação, com 44% dos analistas a recomendarem a compra da ação e os restantes 56% a recomendarem a sua manutenção.

Preço-alvo dos analistas (€/ação)

| Média | Máximo | Mínimo | Mediana |
|-------|--------|--------|---------|
| 14,04 | 16,25 | 12,00 | 14,00 |

Aceda a mais informação sobre os analistas na secção Investidor do sítio de Internet da Galp.

Política de distribuição de dividendos

A política de distribuição de dividendos que vigorava desde março de 2012, e que previa um aumento anual médio de 20%, esteve em vigor até ao final de 2016.

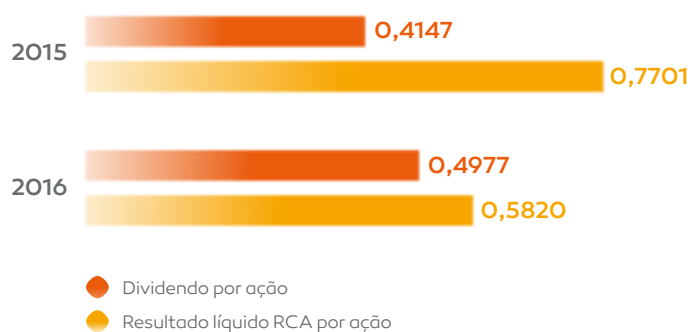
Em 2017, o Conselho de Administração da Galp irá propor à Assembleia Geral a distribuição de um dividendo de €0,497664 por ação, ou seja, 20% acima do dividendo referente ao exercício do ano anterior.

No âmbito do objetivo definido pela Empresa de proceder ao pagamento de um dividendo intercalar, destaca-se o pagamento, em setembro, do dividendo intercalar correspondente a 50% do dividendo proposto relativo ao exercício de 2016, no montante de €0,248832 por ação.

Assim, com base na cotação a 31 de dezembro de 2016, o *dividend yield* da ação Galp foi de 4%.

Em maio de 2016, a Assembleia Geral de acionistas da Galp havia aprovado o dividendo de €0,41472 por ação relativo ao exercício de 2015.

Dividendo e resultado líquido (€/ação)



A Galp continuará a assegurar o capital necessário à execução do programa previsto de investimentos, fundamental para o sucesso da execução estratégica. A Empresa mantém como prioridade a manutenção da sua disciplina financeira e da sua estrutura de capital, considerando o contexto macroeconómico, as oportunidades de investimento e a geração de *cash flow*.

Assembleia Geral

Em 2016, a Assembleia Geral anual de acionistas da Galp decorreu a 5 de maio e teve como principais objetivos a aprovação do Relatório e Contas relativos ao exercício de 2015, a deliberação sobre a proposta de aplicação de resultados desse ano e a apreciação geral dos membros dos órgãos sociais da Empresa, nomeadamente do Conselho de Administração.

Em 2016, participaram presencialmente na Assembleia Geral, regularmente representados ou por via de votos por correspondência, 130 acionistas em representação de cerca de 74% do capital social da Empresa. Todas as propostas submetidas no ano à deliberação da Assembleia Geral foram aprovadas por maioria de votos.

Informação ao obrigacionista

Em 2013, a Galp lançou um programa para a emissão de instrumentos de dívida de médio prazo, o Euro Medium Term Note (EMTN).

A Empresa procedeu a duas emissões de dívida ao abrigo do EMTN, em 2013 e 2014, para um montante total de €1 bn. Estes títulos foram admitidos à negociação na London Stock Exchange.

Emissão de dívida ao abrigo do programa EMTN

| Denominação | ISIN | Data de emissão | Maturidade | Montante | Cupão | Yield no final do ano (%) | Var. desde pricing (b.p.) |
|---------------------|--------------|-----------------|------------|----------|--------|---------------------------|---------------------------|
| Galp 4,125% 01.2019 | PTGALIOE0009 | 25-11-2013 | 25-01-2019 | €500 m | 4,125% | 0,75 | -349,9 |
| Galp 3,000% 01.2021 | PTGALJOE0008 | 14-07-2014 | 14-01-2021 | €500 m | 3,000% | 1,65 | -147,5 |

Acompanhamento das emissões de dívida pelos analistas

As *notes* da Empresa transacionadas no mercado de capitais são seguidas por analistas de dívida de bancos e casas de investimento que publicam a sua análise de crédito sobre a Empresa. Aceda a mais informação sobre os analistas na secção Investidor do sítio de Internet da Galp.

Obrigações convertíveis

Em setembro de 2010, a Parpública colocou no mercado obrigações convertíveis em ações da Galp, para a totalidade da sua participação de 7%. As obrigações têm uma maturidade de sete anos e preveem o pagamento de um cupão de 5,25% e um preço de exercício de cerca de €15,25, ajustado para dividendos.

Em maio de 2013, a Amorim Energia emitiu obrigações convertíveis em ações da Galp, correspondentes a cerca de 3% do capital social da Empresa. Estas obrigações têm maturidade em 2018 e preveem o pagamento de um cupão de 3,375% por ano. O preço de exercício fixado é de €15,89.

A Galp nos principais índices de sustentabilidade

Em 2016, a Empresa foi novamente reconhecida pelas suas práticas conducentes à geração de valor sustentável, continuando a marcar presença em diferentes índices de sustentabilidade, destacando-se a presença no Dow Jones Sustainability Indices (DJSI) e no «The Climate A List» do CDP – Driving Sustainable Economies (CDP).

Dow Jones Sustainability Indices

A Galp integrou pelo quinto ano consecutivo o DJSI, tendo sido uma das três selecionadas no sector de Oil & Gas Upstream and Integrated no âmbito do DJSI Europe e uma das 10 no DJSI World.

CDP – Driving Sustainable Economies

A Galp foi incluída pelo segundo ano consecutivo na «The Climate A List» do CDP, sendo reconhecida como líder a nível global pelas suas ações e estratégias em resposta às alterações climáticas, refletindo a estratégia, compromissos e ações da Galp em relação à energia e clima.

A Galp está entre as cinco empresas do sector de energia a nível global que foram incluídas na «The Climate A List»,

a qual integra apenas 9% do total de empresas que participam no CDP a nível mundial.

Envolvimento com os clientes

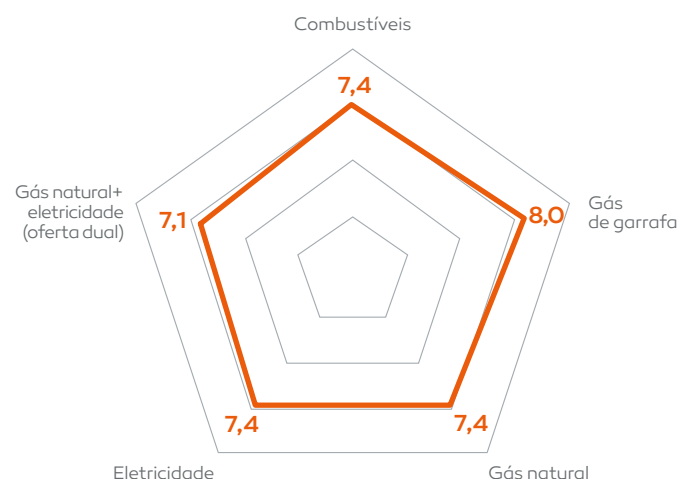
A Galp desenvolve continuamente processos de monitorização e acompanhamento das expectativas e necessidades dos seus clientes, estabelecendo como objetivo assegurar uma oferta adequada e competitiva de produtos e serviços. Para medir o seu desempenho, a Galp recorre ao *European Customer Satisfaction Index* (ECSI) (em Portugal, Índice Nacional de Satisfação de Clientes), uma metodologia de medição de qualidade de bens e serviços.

Esta ferramenta, além de facultar uma avaliação sobre os vários produtos e serviços, a nível de imagem, expectativas, lealdade, satisfação, entre outras, disponibiliza também uma plataforma de comparação ao nível da Organização, do sector de atividade e do país.

Durante 2016, foram divulgados os resultados e os líderes nos vários mercados em Portugal, conforme o gráfico seguinte.

Resultados do ECSI em Portugal em 2016

Satisfação global



Escala: 1 (fraco) - 10 (forte). A partir de 6, considera-se cliente satisfeito.

A transformação digital, com foco na experiência do cliente, exige a implementação de inovação contínua, não apenas em produtos e na experiência do cliente, mas também no modelo operativo da Organização.

A Galp tem em vista uma maior interação com o cliente, assegurando maior disponibilidade e variedade de serviços integrados.

Para mais informação sobre a gestão de clientes enquadrada no modelo de negócio, consulte os pontos Refinação & Distribuição e Gas & Power na secção 3. Execução estratégica.

Envolvimento com os fornecedores

A Galp está comprometida em estabelecer parcerias sólidas e prósperas, baseadas em relações de transparência, que promovam a melhoria contínua e a criação de valor na ao longo da cadeia de fornecimento. Para o efeito, a Galp dispõe de ferramentas eficazes na análise e avaliação dos seus fornecedores.

Com vista a reforçar o alinhamento das práticas entre fornecedores e parceiros e os princípios e referenciais estabelecidos pela Empresa, são incorporados no processo de compra os valores da ética, da transparência e do respeito pelos direitos humanos, da proteção das pessoas, do ambiente e de ativos.

A Galp gere a exposição ao risco da sua cadeia de fornecimento implementando várias ferramentas para o efeito, nomeadamente através da sua plataforma colaborativa de compras; do processo de qualificação de fornecedores, baseado numa análise de pré-qualificação e em auditorias externas; e também na valorização das certificações de Segurança, Saúde e Ambiente (SSA) e qualidade dos fornecedores.

Em 2016, foi realizado um total de €437 m de compras diretas, excluindo matérias-primas e as compras relacionadas com projetos não operados, distribuídas por 3.654 fornecedores, dos quais 1.806 são fornecedores com contrato superiores a €5 k. Importa destacar que se verificou um aumento anual de 37% no número total de certificações de SSA e qualidade relativas aos fornecedores contratados.

No âmbito dos ativos de E&P não operados pela Galp, as aquisições de bens e serviços regem-se por *Joint Operation Agreements* (JOA) (em Portugal, Acordos de Operações Conjuntas) celebrados com os parceiros. Nestes acordos é assegurado um alinhamento, entre todos os parceiros, sobre os critérios de qualidade, responsabilidade social e SSA para a pré-qualificação de fornecedores nos processos de compra. A contratação local é um requisito, variando consoante a geografia e atendendo às especificidades dos contratos de concessão.

Envolvimento com a comunidade

O relacionamento com os *stakeholders* é um recurso de valor estratégico para a Galp, contribuindo para uma maior proximidade, confiança e minimização do risco. Com o objetivo da criação de valor partilhado, a Empresa endereça as necessidades sociais, em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, para cada contexto e geografia onde desenvolve as suas atividades.

A Galp tem vindo a estruturar a sua atuação com o objetivo principal de maximizar os benefícios gerados nas comunidades locais, tendo estabelecido na sua Política de Investimento na Comunidade os seguintes princípios:

- alinhar a sua atuação com a realidade das comunidades onde está inserida;
- colocar a energia como pilar principal da sua atuação;
- atuar nas áreas da saúde e bem-estar social, da educação e formação e do ambiente e eficiência energética;
- promover o envolvimento das partes interessadas de cada comunidade;
- criar condições para a inovação social e para a promoção de negócios sociais e inclusivos;
- monitorizar e otimizar os resultados gerados por cada contribuição.

Tendo em conta a diversidade de operações da Galp nas geografias onde está presente, os seus diferentes contextos e realidades económicas, sociais e culturais, foram definidos critérios para elaboração de Programas de Investimento na Comunidade. Os critérios, bem como a descrição de todos os programas, estão disponíveis para consulta no sítio de Internet da Galp.

Programas de investimento na comunidade

Promover o acesso à energia nas comunidades em Moçambique

A Galp, em parceria com a Fundação Galp Energia, tem em curso um projeto para a instalação de painéis solares nas escolas, centros de saúde e postos administrativos em Moçambique. Este programa enquadra-se na estratégia de investimento na comunidade e visa «assegurar o acesso à energia fiável, sustentável, moderna e a preço acessível a todos» (ODS 7).

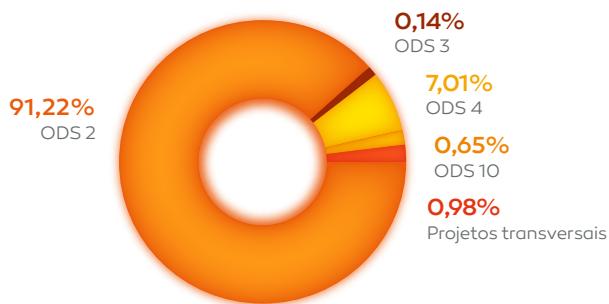
Galp Solidária

A Galp estabeleceu em 2013 um protocolo com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), com a União das Misericórdias Portuguesas (UMiP), com a União das Mutualidades Portuguesas (UMuP) e, em 2014, com a Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social (FENACERCI), que proporciona condições especiais, sob a marca Galp Solidária, no acesso à sua oferta integrada de produtos e serviços.

Galp Voluntária

Em 2011, a Galp criou a Galp Voluntária com o objetivo de promover na Empresa uma cultura de responsabilidade social e cidadania. A Empresa concede aos seus colaboradores a possibilidade de utilizar 48 horas por ano para voluntariado empresarial. Desde a sua criação, a Galp Voluntária tem apostado no desenvolvimento de ações que visam aprofundar a relação de proximidade da Empresa com a comunidade, ao mesmo tempo que envolve e motiva os seus colaboradores. Em 2016, foram desenvolvidas 17 ações de voluntariado empresarial, que resultaram num total de 35.475 horas de voluntariado e abrangeram 2.004 voluntários.

Investimento em voluntariado por ODS



- ODS 2 - Erradicar a fome
- ODS 3 - Saúde e bem-estar
- ODS 4 - Educação de qualidade
- ODS 10 - Reduzir as desigualdades
- Projetos transversais

Missão UP e Missão Power UP

A Missão UP | Unidos pelo Planeta é um projeto educativo sobre eficiência energética desenvolvido pela Galp desde 2010 e que, a partir de 2013, foi alargado ao projeto Missão Power UP, que recorre a uma plataforma pedagógica inovadora, disponível *online*. Este projeto, que contribui para a adoção de atividades e comportamentos mais eficientes, dirige-se aos alunos do 1.º ao 3.º ano do ensino básico e também aos seus professores, encarregados de educação e pais. Ao longo dos últimos seis anos letivos, foram lecionadas mais de 3.000 aulas de energia, abrangendo mais de um milhão de alunos com o projeto e os seus temas.

Os projetos educativos Galp, Missão UP | Unidos pelo Planeta e Missão Power UP, foram reconhecidos em 2016, uma vez mais, pelos Energy Globe Awards. Este é o mais prestigiado prémio ambiental que distingue projetos regionais, nacionais e globais que preservem os recursos como a energia ou utilizem fontes renováveis ou fontes isentas de emissões.

Medição e avaliação dos impactos sociais

Com o objetivo de promover a geração de resultados e benefícios duradouros e transformadores, a Galp monitoriza regularmente o desempenho dos projetos desenvolvidos na comunidade, avaliando os benefícios que estes geram para as entidades, incluindo os seus beneficiários diretos, o ambiente e a Empresa. Desta forma visa garantir a alocação criteriosa e justa dos recursos, bem como a otimização dos resultados gerados por cada projeto. O objetivo é induzir oportunidades de crescimento e geração de riqueza na comunidade, num contexto de criação de valor partilhado entre todas as partes interessadas. Para tal, a Empresa tem vindo a adotar várias metodologias de avaliação e reporte, nomeadamente as listadas de seguida.

London Benchmarking Group (LBG)

A Galp integrou a metodologia do LBG em 2012, tendo passado a reportar as suas contribuições de acordo com os critérios definidos nesta metodologia. Em 2016, foram incluídas novas métricas de reporte, nomeadamente a inclusão de indicadores de contribuição relativa ao tempo próprio dos voluntários.

| | 2016 (€) |
|---|------------------|
| Motivação | |
| Donativos | 2.412.806 |
| Investimento na comunidade | 3.335.208 |
| Iniciativas comerciais | 335.028 |
| Repartição por geografia | |
| Resto da Europa | 3.013.910 |
| Médio Oriente e África | 271.349 |
| América do Sul | 2.797.783 |
| Foco/assunto | |
| Educação | 996.764 |
| Saúde | 817.511 |
| Desenvolvimento económico | 0 |
| Ambiente | 938.205 |
| Arte e cultura | 528.302 |
| Bem-estar social | 2.139.817 |
| Ajuda de emergência | 0 |
| Outros | 662.444 |
| Total (excluindo custos de gestão) | 6.083.042 |
| Total (com custos de gestão) | 6.374.476 |

Social Return On Investment (SROI)

A Galp iniciou em 2016 a avaliação dos seus projetos sociais de acordo com a metodologia SROI. Esta metodologia é uma análise custo-benefício do valor social gerado pela intervenção das organizações, que permite avaliar e selecionar projetos, de forma a investir naqueles que apresentam maior potencial de impacto. Durante o ano foram avaliados dois projetos:

- Galp Solidária, com um SROI de 1,3:1, significando que por cada Euro investido no programa, este cria €1,30 de valor social;
- renovação de instalações sociais na região de Lisboa, com um SROI de 2,22:1, significando que por cada Euro investido nesta iniciativa, foi criado €2,22 de valor social.

Saiba mais sobre a aplicação do SROI no sítio de Internet da Galp.

Fundação Galp Energia

No cumprimento da sua missão social, a Fundação Galp Energia desenvolveu em 2016 um conjunto alargado de projetos nos seus três eixos prioritários de atuação: desenvolvimento social, energia e ambiente e cultura. Destas, houve maior enfoque no primeiro, intervindo não só em resposta a situações de emergência social mas também na vertente da inclusão social nas escolas e na promoção do acesso ao conhecimento.

Nesse sentido, foram desenvolvidos programas e projetos diversos próprios ou alicerçados em parcerias com entidades que trabalham estas realidades no terreno.

Saiba mais sobre os projetos e iniciativas sociais desenvolvidas em 2016 pela Fundação Galp Energia em www.fundacaogalpenergia.com.



5.3.

Valorizar o capital humano

Num mundo cada vez mais competitivo, a indústria de Oil & Gas enfrenta o desafio de disputar talentos, sendo imperativa a garantia de atração e retenção de colaboradores bem preparados e integrados no atual contexto global de elevada volatilidade.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Igualdade de género

Alcançar a igualdade de género e dar *empowerment* a todas as mulheres.



Trabalho digno e crescimento económico

Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

É fundamental atrair o talento adequado, potenciar a formação e planear de forma correta as sucessões, de modo a garantir eficientemente a execução estratégica da Empresa.

No final de 2016, a Galp contava com um total de 6.475 colaboradores, dos quais 2.939 estavam alocados *on-site*, ou seja, a estações de serviço na Península Ibérica e em África. Do total de colaboradores, 228 estavam alocados ao E&P, 5.482 ao R&D e 178 ao G&P.

| Categoria profissional | TOTAL | Distribuição etária | | | Distribuição por género | | Distribuição por nacionalidades | |
|------------------------|--------------|---------------------|--------------|--------------|-------------------------|--------------|---------------------------------|-----------------------|
| | | < 30 anos | 30-50 anos | > 50 anos | Homem | Mulher | Português | Outras nacionalidades |
| Gestores de topo | 54 | 0 | 23 | 31 | 50 | 4 | 43 | 11 |
| Quadros dirigentes | 183 | 1 | 93 | 89 | 139 | 44 | 153 | 30 |
| Quadros superiores | 426 | 2 | 280 | 144 | 266 | 160 | 345 | 81 |
| Especialistas | 1.671 | 187 | 1.105 | 379 | 1.037 | 634 | 1.075 | 596 |
| Outros | 4.141 | 482 | 2.865 | 794 | 2.330 | 1.811 | 1.890 | 2.251 |
| TOTAL | 6.475 | 672 | 4.366 | 1.437 | 3.822 | 2.653 | 3.506 | 2.969 |

Nota: face aos anos anteriores, os valores reportados não incluem os colaboradores da GGND por via da constituição de uma empresa que, pelas regras contabilísticas, não consolida no Grupo.

A Galp considera fundamental a promoção da diversidade e igualdade de oportunidades na criação de um ambiente organizacional multicultural e inovador. Durante 2016, no âmbito da igualdade de género, a Galp renovou os compromissos assumidos no Fórum de Empresas para a Igualdade de Género (IGEN) e despoletou um trabalho interno profundo e estruturado sobre este tema. Este projeto visou a realização de um diagnóstico por forma a definir a visão sobre a igualdade de género para a Empresa, a cinco e dez anos, e estruturar um plano de ação e respetivas ações de comunicação e sensibilização.

Em 2016, a taxa de rotatividade, expressa na saída voluntária de colaboradores, registou uma ligeira diminuição.

Evolução da taxa de rotatividade (%)



Estratégia de capital humano

A Galp posiciona-se como um empregador competitivo, oferecendo condições para atrair, desenvolver e reter o talento dos colaboradores, considerando os desafios estratégicos e de contexto que a Organização enfrenta.



Com o objetivo de criar valor para todos os stakeholders, através de uma força de trabalho adaptável, inspirada e comprometida, a Galp definiu uma estratégia para o capital humano com enfoque nos seguintes domínios de atuação: recrutamento; acolhimento; desenvolvimento; aprendizagem e formação; gestão de desempenho; recompensa, bem como nos sistemas de informação de suporte a estes processos.

A estratégia de gestão de capital humano, de forma a alicerçar a sustentabilidade dos negócios da Galp, tem como propósito promover a criação de valor assente na parceria, na aprendizagem contínua e num elevado desempenho.

Em 2016, foi redefinido o modelo de gestão de desempenho, a estratégia de formação e aprendizagem e os programas de gestão de talento e potencial, entre outras ações. Estas são mudanças estruturantes que refletem uma cultura corporativa baseada na autonomia, na responsabilidade e na meritocracia e que se rege pelos valores Galp: agilidade, parceria, inovação, sustentabilidade e confiança.

Gestão de desempenho

A Galp definiu, em 2016, um novo modelo de gestão de desempenho, baseado numa cultura de *feedback* contínuo. De entre as principais mudanças introduzidas pelo novo modelo, destacam-se: a sua universalidade; o enfoque na motivação e no desenvolvimento das pessoas; a orientação para a meritocracia e diferenciação; a sua coerência e integração e a objetividade. Assim, o novo modelo valoriza particularmente as competências comportamentais, diretamente relacionadas com os valores Galp, em virtude do reconhecimento da importância de «como se faz» e não apenas de «o que se faz». Por fim, destaca-se também a capacidade do modelo relativamente à diferenciação do grau de responsabilidade na consecução dos objetivos.

Em 2016, o processo de avaliação de desempenho abrangeu cerca de 97% dos colaboradores da Empresa. Também cerca de 87,6% dos 581 quadros superiores, dirigentes e gestores de topo foram avaliados segundo a metodologia de Avaliação 360, perfazendo um total de 730 colaboradores abrangidos em 2016.

Estratégia de recompensa

Durante o ano de 2016, iniciou-se o processo de redefinição da estratégia de recompensa da Galp, explorando a aplicação do conceito de *total compensation*. Deste modo, alargou-se o âmbito da recompensa além do conceito de remuneração de base.

Com o objetivo de reforçar e potenciar comportamentos desejados, em linha com a sua cultura e valores, a Galp encontra-se a definir novos programas de reconhecimento, criando simultaneamente maior proximidade entre colaboradores e reforçando o trabalho em equipa.

Desenvolvimento de capital humano

A Galp acredita que os colaboradores são um fator-chave no sucesso da execução estratégica e que apenas pessoas capacitadas e comprometidas poderão contribuir para entregar os resultados perspetivados. A Galp redefiniu a sua estratégia para a gestão de talentos com base na identificação e avaliação das seguintes características:

- I. desempenho técnico e comportamental;
- II. motivação e ambição;
- III. compromisso para com a Empresa.

A combinação e a interseção destas características pretendem refletir o talento@Galp. O talento na Galp deve ser reflexo dos comportamentos dos líderes da Organização, cujos papéis devem ir muito além da formalidade hierárquica e estrutural, fomentando-se a sua ação como visionários e criadores, verdadeiros exemplos práticos dos valores, fonte de motivação e motores da mudança.

Em 2016, a Galp dispôs de um conjunto de programas para o desenvolvimento do seu capital humano.

- **Generation Galp** – programa que visa o recrutamento de jovens licenciados de elevado potencial e com uma notável capacidade de obter resultados em ambientes altamente exigentes e competitivos, contribuindo para o rejuvenescimento de posições estratégicas na Galp. O programa de 2015/2016 terminou com uma taxa de retenção de 100%, tendo sido admitidos 37 participantes. Desde 2008, a taxa média de retenção neste programa foi de 87%, reflexo da proposta de valor apresentada pela Empresa.
- **Mapping Potential** – foram avaliados 145 colaboradores em 2016. No âmbito deste programa, e para estes colaboradores, foram desenvolvidas ferramentas de avaliação, nomeadamente relatórios individuais, planos de desenvolvimento pessoal de carreira e formação específica.
- **Avaliações no âmbito do FormAG Leaders for the Future, Developing Leaders e Maturing Leaders** – foram avaliados 283 colaboradores desde 2010. Neste programa, a avaliação ocorre após o início dos cursos de formação e tem como recompensa a continuidade neste programa de formação de longa duração.

A Galp definiu uma nova estratégia de aprendizagem e formação, baseada no modelo 70:20:10. Esta estratégia está alinhada com uma nova cultura e valores organizacionais,

dando um maior enfoque às metodologias de aprendizagem que fomentem a experiência (recorrendo a laboratórios) e ao desenvolvimento informal de competências (*coaching, mentoring, employee resource groups, social learning*).

Modelo 70:20:10, de McCall, Lombardo e Eichinger

- 70% aprendizagem *on-the-job*, pela prática e experiência em contexto de trabalho;
- 20% aprendizagem informal e social, através de outros, como chefes e colegas;
- 10% aprendizagem formal através de cursos e formações típicas em sala.

A Empresa dispõe de diversos modelos de formação, com objetivos específicos, que visam convergir num centro de formação avançada, promovendo projetos de formação integrados, orientados para o desenvolvimento de competências de gestão, técnicas e comportamentais.

- **FormAG - Curso de formação avançada em Gestão**
 - Formou 748 quadros superiores da Galp desde 2010.
 - Horas de formação em 2016: 13.023
- **EnglQ - Programa de doutoramento em Engenharia da Refinação, Petroquímica e Química**
 - Formou 170 colaboradores Galp durante oito edições e foram realizados 32 doutoramentos em meio empresarial.
 - Horas de formação em 2016: 3.340
- **CompeC - Curso de formação avançada em Competências Comerciais**
 - Desde 2013, formaram-se 218 gestores de clientes, em Portugal e em Espanha, correspondendo à totalidade do universo de colaboradores elegíveis.
 - Horas de formação em 2016: 3.344
- **MScEP - Mestrado em Engenharia do Petróleo**
 - Até à sua 3.ª edição, formou 74 jovens colaboradores para a área de E&P.
 - Horas de formação em 2016: 10.500

• CFO Simulator

- Nas duas primeiras edições, abrangeu um universo de 51 colaboradores.
- Horas de formação em 2016: 624

• Ace Academy

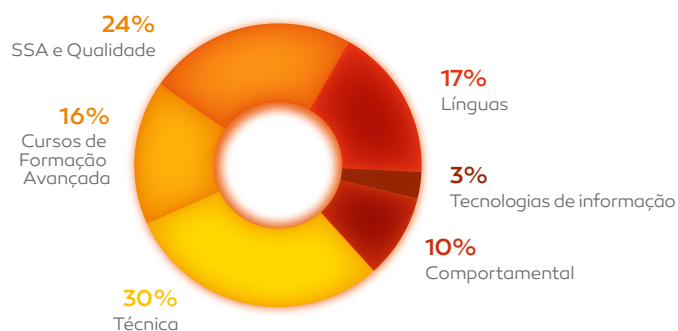
- Na primeira edição, abrangeu um universo de 25 colaboradores.
- Horas de formação em 2016: 1.500

• Corporate Finance

- Na primeira edição concebida especificamente para os colaboradores da Galp, abrangeu um universo de 34 pessoas.
- Horas de formação em 2016: 2.380

Da nova abordagem ao modelo de formação, destacam-se a formação que visa o desenvolvimento acelerado de competências pessoais, assim como uma formação avançada em gestão financeira empresarial.

Formação ministrada em 2016 – principais áreas



Durante 2016, foram ministradas 196.806 horas de formação.

Clima organizacional

A Galp tem como objetivo estratégico criar um clima organizacional que promova um sentimento de pertença, de perspectiva de carreira e de desenvolvimento, para que cada colaborador sinta a motivação e o sentido de missão necessários para realizar as suas funções. Esta estratégia permite que cada colaborador atinja o pleno do seu potencial, maximizando o retorno do investimento da Organização no seu capital humano.

O diagnóstico do clima organizacional, realizado anualmente, tem por objetivo identificar as melhorias nas práticas de gestão, com impacto direto nas pessoas, de forma a alavancar o desempenho organizacional e a mapear oportunidades. Neste questionário são avaliadas várias dimensões, tais como a autonomia, a carreira, a diversidade, a colaboração, a comunicação, a liderança, a compensação, o reconhecimento, a estratégia, a cultura e os valores. Estas dimensões são analisadas sob a perspectiva de pontos fortes e oportunidades de melhoria a desenvolver.

Em 2016, o diagnóstico de clima contou com uma taxa de participação global de 67%, ou seja, de 3.305 colaboradores, e o seu resultado evidenciou os seguintes aspetos positivos da Organização:

- alinhamento estratégico na Organização;
- espírito de colaboração e boa relação entre colegas;
- formação e desenvolvimento;
- ambiente, saúde e segurança no trabalho.

Por outro lado, foram identificadas as seguintes oportunidades de melhoria, que serão consideradas nos programas de desenvolvimento de capital humano:

- equilíbrio entre vida pessoal e profissional (*work-life balance*);
- desenvolvimento de carreira e compensação e benefícios.

Após este diagnóstico, a Galp prosseguirá em 2017 com ações que dinamizem a cultura e os valores da Organização, potenciando o *engagement* dos seus colaboradores.



5.4.

Energia e clima

É objetivo da Galp manter um portefólio de negócios equilibrado, investindo gradualmente em tecnologias de baixo carbono, em projetos de gás natural e na utilização de novas energias, por forma a gerir a evolução esperada do *mix* energético global.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Energias renováveis e acessíveis

Assegurar o acesso à energia acessível, fiável, sustentável e moderna para todos.



Ação climática

Implementar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os impactos associados.

Produzir e distribuir energia sustentável

No âmbito da descarbonização da economia, a Galp compromete-se a contribuir para a satisfação das necessidades energéticas do futuro de uma forma eficiente e responsável, atendendo aos desafios de energia e clima.

A Galp acredita que uma estratégia sustentável garante maior competitividade e permite antecipar e gerir oportunidades e riscos relacionadas com as alterações climáticas, promovendo a proteção do valor a longo prazo.

A transformação estrutural da procura de energia na economia global implica a criação de soluções inovadoras e tecnológicas sustentáveis, a nível económico, ambiental e social, pelo que a Empresa tem vindo a promover ativamente a investigação.

A concretização dos objetivos globais exige como premissa a garantia da eficiência energética e a minimização da intensidade de emissões de GEE ao longo da cadeia de valor, assim como a capacidade de adaptação aos efeitos das alterações climáticas. Estas são condições às operações da Galp, produtos e serviços, e constituem áreas de atuação junto dos clientes e parceiros.

A inclusão do preço de carbono na avaliação de projetos de investimento constitui um instrumento para refletir nos modelos de negócio o objetivo global de limitar o aumento médio da temperatura. É também uma forma de influenciar positivamente as necessárias transições tecnológicas conducentes à maximização da eficiência energética e à minimização da pegada de carbono das atividades e produtos. A Galp assume este fator como critério na avaliação dos novos projetos.



+ Em 2016, a Galp foi integrada, pelo segundo ano consecutivo, na **The Climate A List**, no âmbito de iniciativas e estratégias relacionadas com as alterações climáticas, pelo prestigiado índice **CDP – Driving Sustainable Economies**.

+ Adesão à coligação **We Mean Business**, integrada na iniciativa da **NAZCA Tracking Climate Action** da **United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCC)**.

Para mais informação, consulte a Política e Estratégia de Alterações Climáticas disponível no sítio de Internet da Galp.

Em 2016, dando continuidade ao diálogo aberto com os *stakeholders* e à sua participação ativa nos processos de desenvolvimento legislativo e regulatório, em conjunto com o **BCSD Portugal**, o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, a Galp promoveu e lidera o projeto «Meet 2030».

Projeto Meet 2030 - 40 empresas participam de forma colaborativa na proposta de soluções para a prossecução do objetivo de neutralidade carbónica de Portugal.

A Galp defende a adoção de políticas responsáveis e baseadas numa estratégia para a redução da intensidade carbónica da atividade, baseada num mercado único, eficaz em termos de custo e sustentável a longo prazo, partilhada em todo o mundo, transparente para a sociedade e cujo principal enfoque esteja mais na redução das emissões do que na definição de metas específicas para a produção de energia e eficiência energética.

O papel da Galp na descarbonização da economia

Atividades de E&P responsáveis

O gás natural tem um papel fundamental para a redução das emissões globais numa economia de transição de baixo carbono.



A Galp está comprometida com a entrega da energia do futuro, nomeadamente através da execução dos seus projetos de desenvolvimento no Brasil e em Moçambique, que incluem ativos entre os mais competitivos e resilientes da indústria.

A Galp desenvolve e executa os seus projetos de E&P tendo como premissa a eficiência operacional e energética, procurando a minimização da sua intensidade carbónica.

Gestão de CO₂ no pré-sal

Apesar de não existir nenhuma regulação no Brasil que obrigue à injeção do CO₂, os parceiros do bloco BM-S-11 tomaram a iniciativa, desde o início da concessão, de separar e injetar o CO₂ do gás natural produzido, reduzindo desta forma a pegada ecológica das operações e otimizando a manutenção da pressão do reservatório. Esta separação é feita na unidade de produção, através do método de permeação seletiva, sendo o CO₂ novamente injetado no reservatório através do método WAG.

Eficiência energética e redução da intensidade carbónica na refinação

A atividade da refinação da Galp é orientada por uma estratégia alinhada em cinco eixos distintos.



Em 2016, investimos €4,1 m em projetos de ecoeficiência na refinaria de Sines, evitando a emissão de mais de 23 kt de CO₂ equivalente.

O desenvolvimento destes eixos assenta em princípios estruturantes como a eficiência no consumo de recursos, no desenvolvimento de processos produtivos inovadores e com menor intensidade carbónica, e considerando os cenários de baixo carbono, a médio e longo prazo.

O sucesso da estratégia da refinação é aferido de forma independente através da comparação com *benchmarks* internacionais, nomeadamente no que diz respeito ao posicionamento em termos de fiabilidade e eficiência energética. Foi estabelecido como objetivo atingir, até ao final da década, o primeiro quartil de referência Solomon da Europa Ocidental e aumentar a integração do aparelho refinador.

Em 2016, a refinaria de Matosinhos passou a utilizar exclusivamente gás para a produção de energia, consolidando e mantendo a posição no primeiro quartil de referência da Europa Ocidental em eficiência energética.

Na refinaria de Sines, assistiu-se a uma redução de 1,4 pontos percentuais no indicador de intensidade energética (EI) face a 2015, por via de um conjunto de iniciativas, tais como a aplicação de variadores de velocidade nas unidades de destilação atmosférica e *reformer* catalítico.

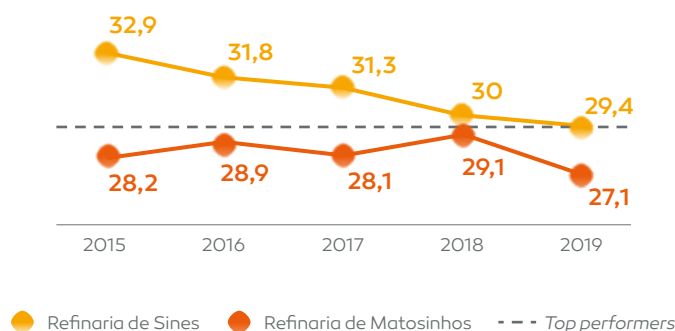
Redução de 11% do consumo total de eletricidade do *hydrocracker*

Através da implementação de uma solução inovadora, a aplicação de um sistema elétrico de rendimento contínuo num *hydrocracker* e a introdução de uma turbina processual de recuperação de potência, alcançou-se uma redução equivalente a 11% do consumo total de eletricidade do *hydrocracker* (equivalente a 2,5 MW), o que corresponde a 857 kg de CO₂ equivalente evitadas.

Até 2019, é esperado que a refinaria de Sines atinja o primeiro quartil de referência em eficiência energética, após a reconfiguração do trem de recuperação de calor da destilação atmosférica e a implementação de um sistema de recuperação de gases das *flares*.

Estes projetos irão contribuir para a maior redução da intensidade carbónica da sua atividade.

Evolução da intensidade carbónica (kg CO₂/CWT)



Biocombustíveis

A Galp está presente em toda a cadeia de valor dos biocombustíveis, incluindo a atividade de produção de matérias-primas e a produção de biocombustíveis. A Empresa conta com um projeto de produção de óleo vegetal de palma, no Brasil, que integra um processo produtivo de cachos de fruto fresco, tendo em 2016 produzido 101,3 kt, um aumento de 196% face a 2015.

No *downstream*, a Galp opera uma unidade industrial de produção em Sines, a Enerfuel, dedicada à transformação de óleos usados e gorduras animais residuais em biodiesel FAME de segunda geração.

- Produção de 19 kt de biodiesel FAME de segunda geração.
- 438 k m³ de biocombustíveis incorporados.
- 907 kt de CO₂ evitadas.
- 100% dos biocombustíveis com a sustentabilidade comprovada.

A Empresa continuará a diversificar as matérias-primas de origem residual para produção de biodiesel de segunda geração, de forma a contribuir para a redução de emissões de CO₂ igual ou superior a 83% face às emissões de combustíveis convencionais.

A Galp cumpre com a introdução de biocombustíveis na Península Ibérica, de acordo com os objetivos estabelecidos pela Comissão Europeia e os respetivos estados-membros, no intuito de atingir a meta de incorporação de 10% em 2020, utilizando os diversos complementos renováveis ao seu dispor.

Eficiência energética nos clientes e parceiros

A Galp apoia os seus clientes na implementação de projetos de eficiência energética e de energias renováveis, dirigidos particularmente ao segmento *business-to-business*.

- 18 projetos de serviços de energia ESCO (*Energy Service Companies*) implementados desde 2009.
- Mais de €5 m investidos.

Destacam-se neste âmbito dois programas para a promoção da eficiência energética: o Galp ProEnergy PME e o Galp Energy Manager.

O Galp ProEnergy PME, focado nas pequenas e médias empresas (PME), foi lançado em 2015 em parceria com a Associação das Agências de Energia e Ambiente (RNAE), o Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ) e a empresa Sair da Casca. No final de 2016, este programa contava com a participação de mais de 900 empresas de diversos sectores, disponibilizando formação gratuita a gestores de topo e quadros decisores, sobre as melhores práticas na utilização da energia elétrica. Durante o ano, foram realizadas cinco ações de formação e distinguidas 30 PME com o selo Galp ProEnergy.

Foi criado em 2016 o programa Galp Energy Manager, em parceria com a ISA Energy, que tem como objetivo dotar as PME do sector industrial de ferramentas de monitorização, gestão e controlo. A monitorização de forma contínua e em tempo real dos consumos permite às empresas conhecer o seu perfil energético, identificar consumos desnecessários e acompanhar a eficácia das medidas de eficiência implementadas. Até ao final de 2016, foram assinados 134 contratos com 116 empresas com consumos anuais de 205 GWh/ano.

Através desta atuação, a Galp tem vindo a criar soluções e serviços que contribuem para a concretização dos ODS, no que concerne à adoção de padrões de produção e consumo responsáveis.

A Galp deu ainda continuidade aos seus programas educativos, Missão Up e Power Up, através dos quais promove junto dos futuros consumidores os conceitos de eficiência energética, induzindo à adoção de novos comportamentos. Para mais informação acerca destes programas, consulte o ponto «Envolvimento com a comunidade».

Em 2016, a Galp deu continuidade ao Programa Galp 20-20-20, que vai na sua 10.ª edição, e que é considerado o maior programa nacional de investigação em matéria de eficiência energética.

Este programa promove o desenvolvimento de estudos sobre a identificação de sistemas e comportamentos energéticos racionais, aplicáveis na indústria e edifícios, tendo como finalidade a transferência de conhecimento e inovação entre o mundo empresarial e académico. No âmbito deste programa, a Galp atribui anualmente 21 bolsas de investigação para o desenvolvimento dos projetos.

Para saber mais consulte o sítio de Internet da Galp.

Programa Galp 20-20-20

- 192 projetos em 10 anos.
- Pareceria com três universidades.
- Tempo de retorno de investimento médio das medidas implementadas: 3,8 anos.
- Taxa de contratação de alunos: 22%.
- Redução média dos consumos de energia de 9-12% e de emissões de GEE 12-15%.

Resultados do programa ao nível da eficiência energética em 2016

- 7.522 tep
- €2,7 m
- 19.380 t CO₂

Pegada de carbono

A minimização da pegada de carbono, em particular por via da redução das emissões e da intensidade carbónica das operações, constitui um desafio, sobretudo num contexto de expansão das atividades. Para tal, a monitorização da pegada de carbono é fundamental e, por conseguinte, a Galp fá-lo regularmente e de forma sistemática, considerando a sua evolução aquando da definição da estratégia, dos objetivos e metas.

Pegada de carbono Galp

Resumo de emissões

| Unidade: t CO ₂ e | Total 2014 | Total 2015 | Total 2016 | Âmbito 1 2016 | Âmbito 2 2016 | Âmbito 3 2016 | % sem uso de produtos |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|----------------|-------------------|-----------------------|
| Total SEM uso de produtos | 3.997.326 | 4.435.548 | 4.532.691 | 3.759.931 | 171.950 | 600.810 | 100% |
| Exploração & Produção (Operados) | 11.981 | 2.562 | 2.123 | 2.123 | 0 | 0 | 0,05% |
| Refinação & Distribuição | 3.611.694 | 4.134.479 | 4.195.632 | 3.427.781 | 168.873 | 598.978 | 92,56% |
| Gas & Power | 356.710 | 280.949 | 320.042 | 319.432 | 610 | 0 | 7,06% |
| Outros | 16.940 | 17.559 | 14.895 | 10.596 | 2.467 | 1.832 | 0,33% |
| Total COM uso de produtos | 32.578.971 | 40.241.528 | 40.385.366 | 3.759.931 | 171.950 | 36.453.485 | - |
| Uso de produtos | 28.581.645 | 35.805.980 | 35.852.675 | 0 | 0 | 35.852.675 | - |
| E&P (Não operados) | 229.835 | 366.800 | 324.292 | 324.292 | 0 | 0 | - |

Emissões diretas (âmbito 1) - podem ser controladas diretamente pela empresa e dizem respeito a emissões devido a consumos de combustível em instalações próprias: fornos, geradores de calor ou vapor, carros da Organização. Emissões indiretas (âmbito 2) - são consequência da atividade da Empresa mas utilizam recursos de outra organização: utilização de eletricidade da rede, calor ou vapor, produzidos em instalações não-próprias. Emissões indiretas (âmbito 3) - emissões devidas a consumos de combustível em instalações não-próprias da Empresa: carros alugados, aviões, incineração de resíduos, atividades logísticas, serviços.

A pegada de carbono da Empresa ascendeu em 2016 a um valor de 4.532.691 t CO₂, 2% superior ao registado em 2015, devido ao aumento da atividade de produção de petróleo e gás. Contudo, as emissões carbónicas decorrentes da atividade de refinação (que representam aproximadamente 87% das emissões de âmbito 1 e 2 da Galp) foi reduzida em 1,2% na refinaria de Sines e 1,4% na refinaria de Matosinhos. As emissões de GEE de âmbito 3 são fortemente condicionadas pela venda e consumo de produtos petrolíferos a terceiros em cada ano em análise (cerca de 98% do total das emissões de GEE de âmbito 3 e 89% do total da pegada de carbono da Galp).

No âmbito do Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), as refinarias adquiriram 1.355.066 t de licenças de emissão (LE) para a produção de eletricidade.

5.5.

Proteção das pessoas, do ambiente e ativos

A garantia da proteção das pessoas, do ambiente e dos ativos, ao longo de todo o ciclo de vida, é condição indispensável às operações. A Galp distingue-se pela transparência na comunicação do seu desempenho, permitindo a todas as partes interessadas acompanhar o respetivo progresso.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

- 
3 Saúde de qualidade
 Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar de todos.
- 
7 Energias renováveis e acessíveis
 Assegurar o acesso à energia acessível, fiável, sustentável e moderna para todos.
- 
12 Produção e consumo sustentáveis
 Assegurar padrões de consumo e de produção responsáveis.
- 
15 Proteger a vida terrestre
 Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres.

A Empresa definiu os seguintes objetivos:

- zero acidentes com impacto significativo, classes 3 e 4, pessoais, materiais e ambientais;
- ser, em 2020, uma referência no sector ao nível do índice de frequência de acidentes (IFA).
Meta para o IFA, em 2017: 0,6

- garantir a incorporação de requisitos de sustentabilidade ao longo do ciclo de vida de ativos e atividades, consistentes com os ODS;
- manter a redução do consumo de recursos por nível de atividade;
- manter a tendência de redução das emissões atmosféricas por nível de atividade;
- incrementar a fração de resíduos valorizados;
- reduzir as perdas de contenção, mantendo os zero acidentes com danos ambientais.

Objetivos e metas das refinarias

Refinaria de Sines

| Indicador | Unidades | Desempenho 2016 | Meta 2017 |
|--|-------------------|-----------------|-----------|
| Consumo total de água normalizado por carga tratada ou processada | m ³ /t | 0,53 | 0,60 |
| Emissões de NO _x normalizadas por carga tratada ou processada | g/t | 93,3 | 94,0 |
| Emissões de SO ₂ normalizadas por carga tratada ou processada | g/t | 418 | 460 |
| Emissões de partículas normalizadas por carga tratada ou processada | g/t | 11,8 | 15,0 |

Refinaria de Matosinhos

| Indicador | Unidades | Desempenho 2016 | Meta 2017 |
|--|-------------------|-----------------|-----------|
| Consumo total de água normalizado por carga tratada ou processada | m ³ /t | 0,60 | 0,51 |
| Emissões de NO _x normalizadas por carga tratada ou processada | g/t | 88,6 | 90,0 |
| Emissões de SO ₂ normalizadas por carga tratada ou processada | g/t | 31 | 30 |
| Emissões de partículas normalizadas por carga tratada ou processada | g/t | 8,5 | 10,0 |

As metas estabelecidas atendem aos princípios de melhoria contínua considerando os planos de atividade.

O compromisso, a liderança da gestão, as competências e a formação dos seus colaboradores constituem os fatores críticos para o sucesso e para a concretização do objetivo da garantia da proteção do ambiente, pessoas e ativos. Em 2017, a Galp lançará um programa avançado de formação em SSA e qualidade.

A Galp estabelece indicadores de desempenho em matérias de sustentabilidade aos diversos níveis da Organização, nomeadamente aqueles associados aos objetivos e metas de SSA e qualidade. Estes compromissos, metas e objetivos estão disponíveis no sítio de Internet da Galp.

A abordagem do modelo de ciclo de vida nas operações

Num contexto externo tão dinâmico como é o atual e dadas as especificidades do sector em que opera, a Galp reconhece a necessidade de integrar, total e sistematicamente, os aspetos da sustentabilidade na gestão de todas as fases dos seus ativos e atividades.

O modelo de ciclo de vida adotado pela Galp define fases e estágios de decisão ao longo do processo de identificação e desenvolvimento de uma oportunidade de negócio. Os requisitos a cumprir e os documentos a entregar dependem do nível de risco identificado para cada dimensão.

Esta atuação permite obter a aprovação das entidades competentes e o consentimento das demais partes interessadas, sendo esta a condição para a manutenção da «licença social» para operar.

Avaliação dos riscos e oportunidades

Para garantir o sucesso, é necessário avaliar os riscos e oportunidades ambientais, sociais, de saúde e segurança, aplicando metodologias internas que têm por base *standards* de referência.

Materialização dos compromissos e políticas da Galp

Os compromissos assumidos são materializados em requisitos específicos a cumprir, designados por requisitos de sustentabilidade (por exemplo, requisitos ambientais, sociais, de saúde e segurança).

Aplicação de uma abordagem de ciclo de vida

Uma abordagem de gestão que considere todo o ciclo de vida permite identificar, avaliar e integrar (cumprir) os requisitos de sustentabilidade aplicáveis em cada fase de desenvolvimento de determinada oportunidade de negócio, desde a identificação da oportunidade até ao descomissionamento.

Esta abordagem dará suporte no processo de tomada de decisão e contribui para a concretização dos investimentos dos planos de negócio, dentro dos orçamentos e prazos previstos.

Sistema de gestão

O acompanhamento dos resultados das auditorias de Ambiente, Qualidade, Segurança e Energia (AQSE), assim como os respetivos indicadores-chave de desempenho – que integram o *balanced scorecard* (BSC) das unidades de negócio e gestão – são relevantes instrumentos de gestão.

Durante 2016 foram realizadas 37 auditorias AQSE, envolvendo 62 auditores internos e 22 auditores externos. Das auditorias internas realizadas, resultaram as seguintes constatações e ações:

| | | |
|------------------|--------------------------------|--|
| 344 constatações | 131 não conformidades | 213 oportunidades de melhoria |
| 316 ações | 141 ações de não conformidades | 175 ações de oportunidades de melhoria |

Em 2016, verificou-se uma evolução positiva relativamente a processos de *follow-up* de ações decorrentes da realização de auditorias.

A Galp manteve em 2016 as 35 qualificações dos seus sistemas de gestão, nas vertentes de Ambiente (ISO 14001), Qualidade (ISO 9001), Segurança (OHSAS 18001), Energia (ISO 50001) e de acreditação dos laboratórios (ISO/IEC 17025). A certificação de fornecedores é também um aspeto relevante para a Galp, em particular para as atividades de produção de biocombustíveis.

Saiba mais sobre auditorias e certificações no sítio de Internet da Galp.

Proteção ambiental

A Galp garante a incorporação dos princípios da prevenção ambiental, da ecoeficiência e da valoração dos impactos ambientais na sua operação.

Em 2016, a Galp investiu c.€30 m na proteção de pessoas, ambiente e ativos. Na área de refinação, através de medidas ao nível da eficiência energética, da reutilização de água e da valorização de resíduos, a Galp atingiu uma poupança de cerca de €24 m.

Além do retorno financeiro, são notórios os resultados ambientais alcançados:

| | | |
|--|--|---------------------------------------|
| 76% | 73 % | 87 % |
| de redução das emissões de NO _x | de redução das emissões de SO ₂ | de redução das emissões de partículas |

Resultados face a 2006.

Para mais informações sobre os objetivos e metas associados à ecoeficiência operacional da refinação, consulte o sítio de Internet da Galp.

Gestão sustentável dos solos, recursos hídricos e preservação da biodiversidade

A Galp tem uma atuação responsável e pró-ativa relativamente à gestão de solos e águas subterrâneas, recursos hídricos e preservação da biodiversidade. Além da adequada gestão do seu potencial impacte neste domínio, comunica de forma regular e transparente o mapeamento das suas operações em função do risco associado à utilização do recurso água (GWT) e a sua interação com as áreas de conservação e proteção da biodiversidade (IBAT). Saiba mais no sítio de Internet da Galp.

No exercício de 2016, o montante de provisões para fazer face ao passivo ambiental, em particular em termos de proteção de solos e águas subterrâneas e abandono de blocos de E&P, foi de €139.060 k. Saiba mais em «Provisões» no Anexo 8.1. Contas consolidadas.

Uma atividade de exploração e produção responsável

Gestão ambiental e social em São Tomé e Príncipe

A Galp está presente em quatro blocos no *offshore* de São Tomé e Príncipe, sendo a operadora do bloco 6 com uma participação de 45%. No âmbito do programa de exploração planeado, está prevista para 2017 a aquisição de sísmica 3D.

No âmbito da licença ambiental concedida pelo Governo de São Tomé e Príncipe, a Galp compromete-se a respeitar as leis e os regulamentos aplicáveis nesta geografia, bem como seguir as melhores práticas e *standards* internacionais aplicáveis.

O Estudo de Impacte Ambiental e Social desenvolvido avaliou o potencial impacto resultante desta atividade e, quando apropriado, foram identificadas medidas de mitigação para minimizar quaisquer potenciais efeitos adversos para níveis tão baixos quanto razoavelmente possível.

Para mais informações sobre o Estudo de Impacte Ambiental e Social, consulte o sítio de Internet da Galp.

O Plano de Gestão Ambiental e Social, associado às atividades planeadas, irá garantir a implementação das medidas de mitigação propostas, nomeadamente as relacionadas com:

- gestão de resíduos;
- prevenção e gestão de emergências, incluindo um plano de contingência de derrames por hidrocarbonetos;
- proteção de mamíferos e tartarugas marinhas;
- comunicação e relatórios.

O plano será monitorizado periodicamente durante o projeto. Perante eventuais incertezas e mudanças, a Galp irá assegurar que as lacunas são identificadas, os riscos e as incertezas são avaliados e que a sua atuação cumprirá os procedimentos internos relativos à gestão da mudança.

Ao longo do projeto, os impactes no capital natural e social serão monitorizados, dando suporte a uma tomada de decisão sustentada e ao diálogo com os *stakeholders*.

A Galp monitoriza e reporta trimestralmente o seu desempenho não financeiro, nomeadamente os indicadores relacionados com os capitais natural, social e de relacionamento, humano, intelectual e produtivo. Para tal, dispõe de uma plataforma informática transversal ao Grupo, criada com o objetivo de garantir transparência e fiabilidade no processo de reporte.

| Indicador | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | Refinação ¹ |
|--|-----------|-----------|-----------|------------------|------------------------|
| Consumo direto de energia por fontes primárias (TJ) | 48.919 | 44.922 | 49.286 | 45.712 | 99,00% |
| Compra de eletricidade (TJ) | 1.781 | 1.862 | 2.008 | 1.728 | 89,20% |
| Consumo total de água bruta (10 ³ m ³) | 12.342 | 10.058 | 10.535 | 10.176 | 88,40% |
| Efluentes (10 ³ m ³) | 5.691 | 5.562 | 6.543 | 6.336 | 91,50% |
| Resíduos produzidos (t) | 20.631 | 22.680 | 25.434 | 27.215 | 86,56% |
| Número de perdas de contenção primária que atingiram o ambiente ² | 20 | 11 | 8 | 4 | - |
| Volume de perdas de contenção primária que atingiram o ambiente (m ³) ² | 30 | 10 | 99 | 5 | - |
| Emissões GEE no âmbito do CELE (t CO ₂ e) | 3.874.161 | 3.211.746 | 3.496.077 | 3.424.131 | - |
| Emissões de NO _x (t) (âmbito 1) | 2.145 | 1.295 | 1.691 | 1.571 | - |
| Emissões de SO ₂ (t) (âmbito 1) | 7.508 | 5.134 | 6.008 | 5.233 | - |
| Emissões de Partículas (t) (âmbito 1) | 350 | 243 | 250 | 183 | - |
| Pegada de Carbono – Emissões diretas (t CO ₂ e) (âmbito 1) | 4.148.633 | 3.481.132 | 3.766.626 | 3.759.931 | - |
| Pegada de Carbono – Emissões indiretas (t CO ₂ e) (âmbito 2) | 154.510 | 161.626 | 273.458 | 171.950 | - |
| Gas Flaring - E&P (m ³) | 1.638.336 | 1.360.737 | 967.854 | 783.168 | - |
| Emissões de CO ₂ - Flaring E&P (t) | 4.039 | 3.354 | 2.386 | 1.964 | - |
| Emissões de Compostos Orgânicos Voláteis (COV) - Refinarias (t) | 3.489 | 3.235 | 3.234 | n.d. | - |

¹ A Refinação é o segmento de atividade com maior materialidade no desempenho ambiental da nossa Empresa. ² Inclui perdas de contenção > a 150 l, excluindo produtos gasosos.

Segurança e saúde

Segurança

O objetivo de alcançar zero acidentes é a força motriz para a Empresa atuar de acordo com as melhores práticas de segurança. A finalidade é proteger o capital humano – colaboradores e prestadores de serviços –, assim como preservar os ativos da Empresa e a envolvente onde a Galp opera.

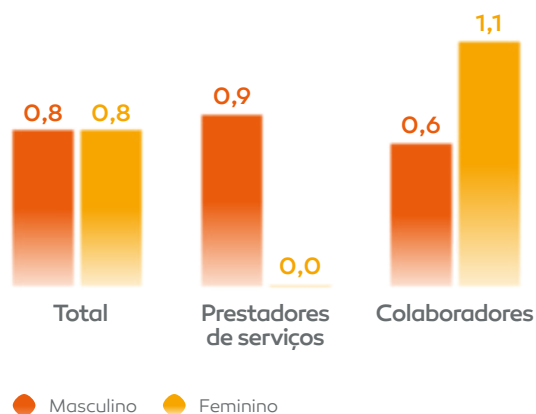
O registo e reporte de incidentes mantém-se uma prática transversal a toda a Empresa. Em 2016 registou-se uma evolução de melhoria significativa do IFA da Galp, fruto das ações de sensibilização junto dos colaboradores, em temáticas relacionadas com fatores humanos. Reforçou-se a análise dos quase acidentes e a disseminação de lições aprendidas. Do total de acidentes, 43% foram de natureza pessoal, 47% material e 10% ambiental.

Índice de frequência de acidentes

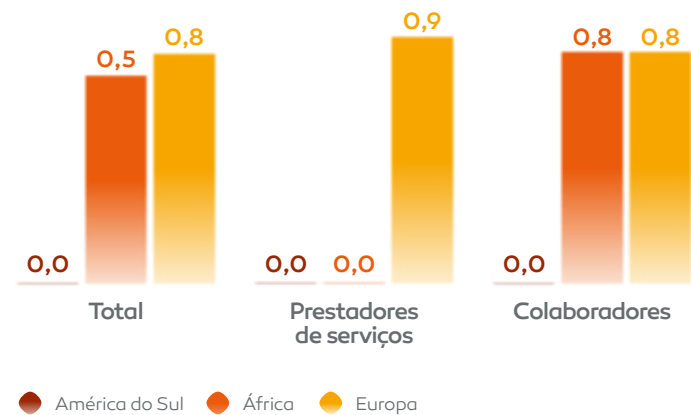
(n.º de acidentes por milhão de horas trabalhadas)

| | 2014 | 2015 | 2016 |
|-------------------------|------|------|------|
| Colaboradores | 2,0 | 1,9 | 0,8 |
| Prestadores de serviços | 0,8 | 0,4 | 0,8 |
| Total | 1,4 | 1,3 | 0,8 |

IFA por género em 2016



IFA por região em 2016

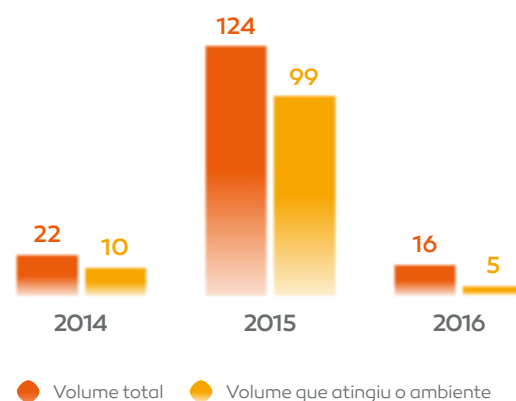


No sentido de minimizar o risco e proteger o ambiente, a Galp atua na prevenção de ocorrências, na preparação de resposta de emergência e na atuação eficiente em caso de ocorrência de incidentes.

No que diz respeito a perdas de contenção, em 2016 registou-se um volume total de perdas de contenção de aproximadamente 15.782 mil litros, com cerca de 5.425 mil litros a atingir o ambiente.

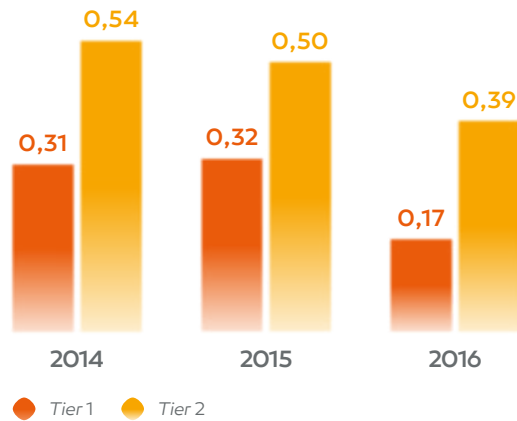
Saiba mais informação sobre perdas de contenção no sítio de Internet da Galp.

Volume de perdas de contenção (m³)



A esfera de atuação da segurança da Galp não se restringe à gestão da sinistralidade, pois também atua na segurança de produtos e de processo.

Segurança de processo



Saiba mais informações sobre os temas da segurança no sítio de Internet da Galp.

Security

A Galp reconhece a importância da avaliação do risco de *security* e de eventuais ameaças a que a Empresa está exposta para garantir as condições de segurança dos seus colaboradores e ativos. A estratégia de *security* delineada pretende avaliar os níveis de risco desta vertente nas instalações críticas da Empresa e, conseqüentemente, definir medidas ativas e passivas com o intuito de reduzir este risco.

Saúde

A Galp continua a garantir uma gestão eficaz da saúde dos seus colaboradores, baseada na aplicação das melhores práticas, indicadas pelas entidades internacionais e no cumprimento de um conjunto de normativos regulamentares e guias internos.

As iniciativas de saúde ocupacional de 2016 abrangeram dois vetores: a gestão integrada da saúde e a promoção de ações de bem-estar.

- **Monitorização e desempenho**

A monitorização e reporte de indicadores-chave de desempenho, sendo que as ações de sensibilização e prevenção também são alvo de monitorização e acompanhamento.

- **Riscos para a saúde**

Gestão de riscos para a saúde. Em 2016, foi dado especial enfoque aos riscos ergonómicos no edifício-sede e realizada a respetiva adaptação dos postos de trabalho.

- **Plano integrado de vigilância de saúde**

Desenvolvimento e implementação do plano integrado de vigilância de saúde, com resultados efetivos em termos de realização de exames médicos.

- **Estratégia de saúde corporativa**

Continuação do processo de revisão da estratégia de saúde corporativa, com alargamento a outras geografias onde a Galp desenvolve atividades.

Promoção da saúde e bem-estar

A Galp desenvolve um conjunto de iniciativas de promoção da saúde e bem-estar, adaptado às diferentes geografias onde opera e aos diversos riscos a que os seus colaboradores estão sujeitos:

- formação em epidemias e pandemias (programa de prevenção de malária/VIH/vírus Zika);
- saúde ocupacional;
- prevenção dos riscos ergonómicos;
- doenças sazonais;
- campanhas para a promoção da saúde (prevenção da obesidade, doenças cardiovasculares).

Saiba mais no sítio de Internet da Galp.



5.6.

Inovação, investigação e tecnologia

No contexto atual de descarbonização da economia e de aumento da procura de energia, a inovação constitui um dos principais motores de crescimento e de geração de valor.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

- ODS 7** **Energias renováveis e acessíveis**
Assegurar o acesso à energia acessível, fiável, sustentável e moderna para todos.
- ODS 8** **Trabalho digno e crescimento económico**
Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
- ODS 9** **Indústria, inovação e infraestruturas**
Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
- ODS 17** **Parcerias para a implementação dos objetivos**
Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

A Galp está focada na superação dos desafios de negócio, aliando conhecimento, competências e concretização. Para isso, tem vindo a promover uma cultura de inovação, dinamizando uma atitude empreendedora e atuando com agentes ativos no processo de inovação. Paralelamente, a Galp promove ativamente a investigação, o desenvolvimento e a implementação de tecnologias e soluções que contribuam para a incorporação dos princípios

da sustentabilidade nos modelos de negócio, ao longo da sua cadeia de valor.

A Empresa assegura a vigilância das principais variáveis do negócio, promovendo a sua capacitação científico-tecnológica e potenciando as redes de conhecimento através de parcerias com *players* de referência e da gestão do *pipeline* de projetos de inovação.

A Galp estabeleceu as seguintes áreas-chave de atuação:

Eficiência energética

Conceção de soluções que visam a melhoria da eficiência energética nas instalações dos nossos clientes e na implementação de projetos internos. Procuramos assim tornar a nossa Empresa numa referência no sector onde atua.

Energias renováveis diferenciadoras

A aposta numa oferta integrada de energia, que seja inovadora e diferenciadora, representa um papel fundamental na nossa proposta de valor. Esta oferta incorpora soluções baseadas em energias renováveis e numa melhor eficiência energética.

Mobilidade sustentável

Presença em três eixos:

- Cadeia energética.
- Gestão de mobilidade.
- Alteração comportamental.

Em 2016, destaca-se o fortalecimento do ecossistema de parceiros e da ligação às redes de *start-ups* nacionais e internacionais. No âmbito das parcerias, foram eleitos como prioritários os seguintes *clusters* de competências: Indústria, Digital, Media, Tecnologia e Engenharia, Grande consumo e serviços.

Extrair mais valor dos projetos de E&P através da aposta em I&T

Para vencer os desafios tecnológicos colocados às atividades de E&P nos locais onde opera, a Galp deu continuidade ao seu investimento em investigação e desenvolvimento tecnológico:

- financiamento de cerca de 100 bolsas de mestrado e doutoramento, até 2020;
- investimento da ordem dos €100 m, até 2020, com a implementação do plano estratégico de I&D para as atividades de E&P no Brasil.

Em 2016, iniciou ou deu continuidade, em particular no Brasil, a vários projetos em torno de quatro grandes áreas tecnológicas.

| | |
|---|---|
| <p>1. Produção de petróleo em reservatórios carbonáticos portadores de fluidos com elevada percentagem de CO₂</p> | <p>A redução de emissões de CO₂ é um dos mais importantes desafios mundiais.</p> <p>Neste contexto, a tecnologia de captura, separação e armazenamento de carbono tem sido alvo de investigação e desenvolvimento, uma vez que permite minimizar o impacto destas emissões. Dos projetos iniciados, sete têm por objetivo a captura e reutilização de CO₂, com um orçamento total aproximado de 6 milhões de dólares.</p> |
| <p>2. Modelação de reservatório carbonáticos</p> | <p>A modelação da resposta geomecânica de reservatórios carbonáticos tornou-se bastante relevante nos últimos anos, devido à heterogeneidade geológica que caracteriza os reservatórios carbonáticos.</p> |
| <p>3. Garantia de escoamento</p> | <p>O escoamento de hidrocarbonetos é um dos nossos maiores desafios operacionais.</p> |
| <p>4. Instalações de produção e equipamentos</p> | <p>O nosso foco no E&P e a atividade de produção de hidrocarbonetos em águas ultraprofundas.</p> <p>Desta forma, entendemos que é fundamental investir em inovação tecnológica das instalações de produção e equipamentos.</p> |

Saiba mais sobre estes programas e respetivos eixos de desenvolvimento no sítio de Internet da Galp.

Foram apresentados 20 projetos à ANP, destes, sete estão focados na extração e reutilização de CO₂.

R&D eficiente

Em 2016, foi dada continuidade ao projeto TOP-REF, lançado em 2014 pela Galp em parceria com outras nove entidades e que tem como objetivo o aumento da eficiência energética nas refinarias. No âmbito do programa de doutoramento em meio empresarial EngIQ, destacam-se os seguintes projetos de I&T, em fase de conclusão:

- otimização da rede de tratamento de gás ácido da refinaria de Sines;
- controlo avançado de processos baseado em sensores inferenciais.

Mobilidade sustentável

Como operador integrado de energia, a Galp analisa as grandes tendências de mobilidade a nível mundial.

Sendo um operador de referência em Portugal, a Empresa tem vindo a dinamizar a mobilidade sustentável no país. Em 2016, cerca de 20% da energia fornecida pela rede de mobilidade elétrica (MOBI-E) resultou de carregamentos efetuados nas áreas de serviço da Galp. Durante o ano, a Empresa alargou a rede de carregamento elétrico rápido disponível nas suas estações de serviço, com a instalação de dez postos de carga, viabilizando assim um corredor de mobilidade elétrica de Norte a Sul de Portugal. Esta iniciativa contou com a contribuição de marcas automóveis de referência, como a BMW, a Nissan, a Renault e a Volkswagen.

Esta dinâmica vem reforçar a estratégia de suporte à mobilidade sustentável que inclui o alargamento da oferta de energia através da rede de GPL e da introdução de GNV.

Distribuição de gás natural e relação com o cliente

No âmbito da atividade regulada de distribuição de gás natural em Portugal, a Galp iniciou um projeto no âmbito da Internet of Things – IoT, em parceria com uma empresa do sector das telecomunicações, aplicado à aquisição de informação a partir dos contadores de gás domésticos.

A Galp pretende reforçar o seu conhecimento na recolha e aproveitamento da informação digital associada e utilizar essa informação em futuros desenvolvimentos de serviços para os clientes domésticos.





6
Governo
societário

PARTE I

Informação sobre estrutura acionista, organização e governo da Sociedade

A – Estrutura acionista

I - Estrutura de capital

1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (art. 245.º-A, n.º 1, al. a)

O capital social da Galp é de €829.250.635, encontrando-se integralmente realizado e sendo representado por 829.250.635 ações, com um valor nominal unitário de €1,00.

Encontram-se admitidas à negociação no mercado de cotações oficiais da *Euronext Lisbon* 771.171.121 ações, que correspondem a 93% do capital social e dos direitos de voto.

As restantes 58.079.514 ações são detidas indiretamente pelo Estado português através da Parpública e não estão admitidas à negociação. Estas ações correspondem a 7% do capital social, constituindo uma categoria especial de ações sujeitas a processo de privatização, que podem ser convertidas em ações ordinárias, com a conclusão do referido processo, através de uma simples solicitação dirigida à Galp. A conversão operará por efeito imediato da referida solicitação, não carecendo da aprovação de nenhum órgão da Sociedade.

Códigos e tickers da ação Galp

| ISIN | GALP | PTGALOAM0009 |
|-----------|---|--------------|
| | Ações do Estado sujeitas a processo de privatização | PTGALXAM0006 |
| Sedol | | B1FW751 |
| WKN | | AOLB24 |
| Bloomberg | | GALP PL |
| Reuters | | GALP.LS |

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações (art. 245.º-A, n.º 1, al. b)

As ações da Galp são livremente transmissíveis, nos termos do regime geral aplicável, não existindo restrições estatutárias que coloquem entraves à respetiva transmissibilidade.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (art. 245.º-A, n.º 1, al. a)

A 31 de dezembro de 2016, a Galp não detinha ações próprias em carteira.

4. Acordos significativos de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a Sociedade, exceto se a Sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (art. 245.º-A, n.º 1, al. j)

A Galp não é parte de acordos significativos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade, na sequência de uma oferta pública de aquisição. De acordo com a prática normal do mercado, alguns contratos de financiamento incluem em caso de mudança de controlo da Sociedade, a possibilidade dos detentores de dívida solicitarem o reembolso antecipado dos empréstimos até ao montante de 468,3 milhões de Euros.

A Galp não adota medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela Sociedade, em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Os Estatutos da Galp consagram a aplicação da regra de que cada ação equivale a um voto (*one share, one vote*), não existindo disposições estatutárias nem outros instrumentos jurídicos que prevejam qualquer limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista ou ainda em concertação com outros acionistas.

Ao mesmo tempo, os Estatutos da Galp não contêm quaisquer disposições destinadas a evitar o sucesso de ofertas públicas de aquisição, nem estabelecem qualquer blindagem de votos.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da Sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (art. 245.º-A, n.º 1, al. g)

O Conselho de Administração não tem conhecimento da existência de acordos parassociais relativos à Galp que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de exercício de direitos de voto.

II - Participações sociais e obrigações detidas

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (art. 245.º-A, n.º 1, als. c) e d) e art. 16.º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação

À semelhança do que sucede em outros países europeus, os acionistas e outras entidades estão sujeitos a deveres de comunicação à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e à Galp sempre que as participações que lhes sejam imputáveis atinjam, ultrapassem ou se reduzam em relação aos limites de 2%, 5%, 10%, 15%, 20%, 25%, 1/3, 50%, 2/3 e 90% dos direitos de voto correspondentes ao capital social da Galp. As situações que determinam a imputação de direitos de voto podem ser consultadas no artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários (CVM) em www.cmvm.pt.

As participações qualificadas no capital social da Galp, a 31 de dezembro de 2016, calculadas de acordo com o referido regime do artigo 20.º do CVM, e comunicadas à Galp, estão descritas na tabela seguinte.

Participações qualificadas no capital social da Galp a 31 de dezembro de 2016

| Acionistas | N.º de ações | Percentagem de direitos de voto |
|---|--------------|---------------------------------|
| Amorim Energia, B.V. | | |
| Titularidade | 276.472.161 | 33,34% |
| Outras situações de imputação | 0 | 0,00% |
| Total imputável | 276.472.161 | 33,34% |
| Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A. | | |
| Titularidade | 58.079.514 | 7,00% |
| Outras situações de imputação | 0 | 0,00% |
| Total imputável | 58.079.514 | 7,00% |
| BlackRock, Inc. | | |
| Titularidade | 20.307.726 | 2,45% |
| Outras situações de imputação | 0 | 0,00% |
| Total imputável | 20.307.726 | 2,45% |
| Henderson Group plc | | |
| Titularidade | 19.465.726 | 2,34% |
| Outras situações de imputação | 0 | 0,00% |
| Total imputável | 19.465.726 | 2,34% |
| Standard Life Investments (Holdings) Limited¹ | | |
| Titularidade | 0 | 0,00% |
| Outras situações de imputação | 24.142.849 | 2,91% |
| Total imputável | 24.142.849 | 2,91% |
| Standard Life Investments Limited¹ | | |
| Titularidade | n.d. | 2,70% |
| Outras situações de imputação | 0 | 0,00% |
| Total imputável | n.d. | 2,70% |
| Templeton Global Advisors Limited | | |
| Titularidade | 16.870.865 | 2,03% |
| Outras situações de imputação | 0 | 0,00% |
| Total imputável | 16.870.865 | 2,03% |

¹ A 20 de março de 2017, a Standard Life Investments (Holdings) Limited comunicou à Galp a posição alcançada no dia 26 de março de 2015 da sua subsidiária Standard Life Investments Limited, que nessa data aumentou a sua participação no capital social da Galp para 2,703%, acima do limite de 2%. No seguimento desta alteração, a participação indireta da Standard Life Investments (Holdings) Limited na Galp aumentou para 24.142.849 ações, que representam 2,911% dos direitos de voto.

Transações com participações qualificadas em 2016

No início de 2016, a Templeton Global Advisors Limited (Templeton), a BlackRock, Inc. (BlackRock) e a Standard Life Investments (Holdings) Limited (Standard Life) detinham participações de 2,03%, 2,45% e 2,91% no capital social da Galp, respetivamente, com base nas comunicações efetuadas à Galp em abril de 2013, abril de 2014 e março de 2015, respetivamente, as quais se mantiveram durante o ano de 2016.

Em fevereiro de 2016, a CI Investments Inc. (CI Investments) comunicou à Galp que reduziu a sua participação indireta no capital social da Galp, e direitos de voto correspondentes, de 2,01% para 1,96%, deixando de deter uma participação qualificada.

A Black Creek Investment Management Inc. (Black Creek) comunicou, em março de 2016, a diminuição da sua participação indireta no capital social da Empresa, e dos direitos de voto correspondentes, de 2,05% para 1,97%.

Em julho de 2016, o The Bank of New York Mellon Corporation (BNYM) e a Schroders plc (Schroders) comunicaram a diminuição das respetivas participações no capital social da Galp para 1,99% e 1,965%, respetivamente, ou seja, inferiores ao limite de 2% para elegibilidade como participação qualificada.

Já em setembro de 2016, a Amorim Energia anunciou a venda, em oferta particular por *accelerated bookbuilding*, de 41.462.532 ações ordinárias, representativas de 5% do capital social da Galp, passando a deter uma participação qualificada de 33,34% do capital social e dos direitos de voto na Empresa.

Ainda em setembro, o Henderson Group plc (Henderson) comunicou o aumento da sua participação indireta no capital social da Empresa, para 2,34% do capital social e dos direitos de voto.

Em outubro de 2016, o Norges Bank comunicou o incremento da sua participação qualificada no capital social da Galp para 2,09% do capital social e dos direitos de voto, tendo ainda, no decorrer do mesmo mês, diminuído para 1,84%.

8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização

O número de ações detidas ou imputadas aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, assim como os movimentos ocorridos durante o exercício de 2016, de acordo com o disposto no número 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), constam do Anexo 8.6 do presente Relatório.

Em 31 de dezembro de 2016, nenhum dos membros do órgão de administração era titular de obrigações emitidas pela Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2016, o presidente do Conselho Fiscal era titular de EMTN Notes Galp Energia, SGPS, SA, com maturidade em 25.01.2019, não tendo realizado qualquer transação desses instrumentos de dívida durante o ano de 2016.

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (artigo 245.º-A, n.º 1, al. i), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos

O Conselho de Administração da Galp dispõe dos poderes de administração da Empresa tipicamente previstos na legislação societária para o respetivo modelo de governo societário, não se prevendo nos Estatutos quaisquer poderes especiais daquele órgão, nomeadamente a possibilidade de o Conselho de Administração deliberar sobre o aumento do capital social da Sociedade.

Foi deliberado na Assembleia Geral anual de acionistas de 2016 que o poder de decisão relativamente à aquisição e alienação de ações e obrigações próprias compete ao Conselho de Administração. O momento e a dimensão da transação são decididos em função das condições do mercado e atendendo a um conjunto de critérios definidos e aprovados pela Assembleia Geral, os quais estão disponíveis no sítio da Galp na Internet.

O número de ações a adquirir não poderá exceder 10% do capital social da Empresa em cada momento, podendo o Conselho de Administração decidir sobre a aquisição ou alienação de ações próprias por um prazo de 18 meses desde a Assembleia Geral.

No que respeita às obrigações, a partir da data da deliberação, o número de obrigações a adquirir poderá

ser, no máximo, o correspondente a 10% do montante nominal agregado da totalidade de obrigações emitidas. A aquisição ou alienação pode ser efetuada no prazo de 18 meses desde a Assembleia Geral por decisão do Conselho de Administração.

A 31 de dezembro de 2016, a Galp não detinha ações próprias ou obrigações próprias.

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade

Em 2016 não existiram relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Galp.

B – Órgãos sociais e comissões

I - Assembleia Geral

a) Composição da mesa da Assembleia Geral

11. Identificação e cargo dos membros da mesa da Assembleia Geral e respetivo mandato (início e fim)

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 11.º dos Estatutos da Galp, a mesa da Assembleia Geral é composta por um presidente, um vice-presidente e um secretário, eleitos pela Assembleia.

Os membros da mesa da Assembleia Geral eleitos para o mandato referente ao quadriénio 2015-2018, com início a 16 de abril de 2015 e termo a 31 de dezembro de 2018, são os seguintes:

Presidente: Daniel Proença de Carvalho

Vice-presidente: Victor Manuel Pereira Dias

Secretário: Maria Helena Claro Goldschmidt

b) Exercício do direito de voto

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (artigo 245.º-A, n.º 1, al. f)

Os Estatutos da Galp consagram a aplicação da regra de que cada ação equivale a um voto (*one share, one vote*), não existindo disposições estatutárias ou outros

instrumentos jurídicos que prevejam qualquer limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Nem os Estatutos nem outros instrumentos preveem restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, imposição de prazos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

A Galp não estabeleceu quaisquer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação.

O exercício do direito de voto é efetuado, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º dos Estatutos da Galp, podendo os acionistas participar, discutir e votar na Assembleia Geral, pessoalmente ou através de representante, desde que na data de registo, correspondente às 00:00 horas (WET) do 5.º dia de negociação anterior à data da realização da Assembleia Geral, sejam titulares de, pelo menos, uma ação.

A prova da titularidade das ações é feita através do envio, ao presidente da mesa da Assembleia Geral, até ao final do 5.º dia de negociação anterior à data de realização da Assembleia Geral, de declaração emitida e remetida pelo intermediário financeiro da qual conste informação sobre o número das ações registadas assim como a data de registo, podendo, para o efeito, utilizar o correio eletrónico criado especificamente.

A participação na Assembleia Geral depende ainda de o acionista manifestar essa intenção por escrito, através do envio de comunicação ao presidente da mesa da Assembleia Geral e ao intermediário financeiro junto do qual a conta de registo individualizado estiver aberta, até ao final do 6.º dia de negociação anterior à data de realização da Assembleia Geral, podendo, para o efeito, utilizar o referido correio eletrónico.

O exercício destes direitos não é prejudicado pela transmissão das ações em momento posterior às 00:00 horas (WET) da data de registo, nem depende do bloqueio das mesmas entre aquela data e a da Assembleia Geral. No entanto, os acionistas que, tendo declarado a intenção de participar na reunião da Assembleia Geral vierem a transmitir a titularidade das ações entre as 00:00 horas da data de registo e o encerramento da

Assembleia Geral devem comunicar de imediato esse facto ao presidente da mesa da Assembleia Geral e à CMVM.

A Galp assegura nos seus Estatutos (artigo 10.º, n.ºs 6 a 9) o exercício do voto por correspondência sem nenhuma restrição.

Os acionistas com direito a voto podem exercê-lo por correspondência sobre cada um dos pontos da ordem de trabalhos, mediante carta dirigida ao presidente da mesa da Assembleia Geral, enviada por correio registado com aviso de receção para a sede da Sociedade, devendo esta aí ser recebida até ao dia anterior àquele em que se realizará a Assembleia Geral, acompanhada de fotocópia do documento de identificação. No caso de acionista que seja pessoa coletiva, a declaração de voto deverá ser assinada por quem a represente legalmente.

Em qualquer dos casos, a carta para exercício do voto por correspondência deverá conter ainda a prova da inscrição, em nome do acionista, numa conta de valores mobiliários escriturais, das ações com que pretende exercer aquele direito de voto. As cartas com as declarações de voto são abertas pelo presidente da mesa da Assembleia Geral no início dos trabalhos, contando os votos emitidos por correspondência para a verificação do quórum constitutivo da Assembleia, sendo o resultado da votação por correspondência relativamente a cada ponto da ordem de trabalhos divulgado no ponto a que disser respeito. Os votos emitidos por correspondência valem como votos contra em relação a propostas de deliberação apresentadas ou alteradas ulteriormente à emissão do voto, salvo no caso de deliberações eletivas, em que tais votos são considerados como não emitidos.

O direito de voto por correspondência pode ser exercido por via eletrónica, de acordo com os requisitos definidos pelo presidente da mesa da Assembleia Geral na convocatória de cada Assembleia Geral, com vista a assegurar a sua autenticidade e confidencialidade.

13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do artigo 20.º

Os Estatutos da Galp não preveem qualquer limitação aos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações que concorrem para a imputação de direitos de voto nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do CVM.

14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias

Os Estatutos da Galp estabelecem, em conformidade com a legislação societária aplicável, que as deliberações da Assembleia Geral são aprovadas por maioria simples dos votos emitidos, salvo nos casos em que a lei ou os Estatutos exijam maiorias qualificadas. Nas votações de deliberações da Assembleia Geral não se contam as abstenções.

Os Estatutos da Sociedade estabelecem a necessidade de as deliberações da Assembleia Geral serem aprovadas por uma maioria qualificada de dois terços dos votos emitidos apenas quando respeitem às seguintes matérias:

- a) deliberações sobre matérias de gestão da Sociedade que lhe sejam submetidas à Assembleia Geral pelo Conselho de Administração;
- b) alterações dos Estatutos, incluindo aumentos de capital, bem como a limitação ou supressão do direito de preferência dos acionistas;
- c) cisão, fusão, transformação ou dissolução da Sociedade.

Em relação às deliberações da Assembleia Geral sobre as matérias indicadas nas alíneas b) e c) ou outros assuntos para os quais a lei exija maioria qualificada, o quórum deliberativo de dois terços dos votos emitidos é aplicável tanto em primeira como em segunda convocatória, ainda que estejam presentes ou representados acionistas detentores de, pelo menos, metade do capital social. O aludido quórum deliberativo tem em vista assegurar uma representatividade adequada dos acionistas na adoção de deliberações sobre matérias estratégicas para a Sociedade.

II - Administração e supervisão **(Conselho de Administração, Conselho de Administração Executivo e Conselho Geral e de Supervisão)**

a) Composição

15. Identificação do modelo de governo adotado

O modelo de governo societário em vigor na Galp compreende uma estrutura de administração, constituída pelo Conselho de Administração e por uma Comissão Executiva com poderes delegados por aquele órgão para

realizar a gestão corrente da Galp, uma estrutura de fiscalização reforçada, que integra o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas (ROC), bem como um Secretário da Sociedade, encarregue do apoio especializado aos órgãos sociais.

Os órgãos sociais que compõem o modelo de governo da Galp são obrigatórios para as sociedades emitentes de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado nas empresas que, como a Galp, adotam o modelo monista clássico previsto no artigo 278.º, n.º 1, alínea a), artigo 413.º, n.º 1, alínea b) e n.º 2, alínea a) e artigo 446.º-A, n.º 1, todos do CSC.

O modelo de governo da Galp visa a transparência e a eficácia do funcionamento do Grupo, assente numa separação clara de poderes entre os diversos órgãos sociais. Enquanto o Conselho de Administração desempenha funções de supervisão, de controlo e de acompanhamento de questões estratégicas, bem como de acompanhamento da gestão e do relacionamento entre acionistas e restantes órgãos sociais, as funções da Comissão Executiva – que lhe são delegadas pelo Conselho de Administração – são de natureza operacional e consistem na gestão corrente das unidades de negócio e do centro corporativo.

A existência de assuntos da competência exclusiva do Conselho de Administração assegura que este órgão promova o acompanhamento e o controlo das questões estratégicas da Galp.

A atribuição de responsabilidade pela coordenação de áreas de gestão específicas da Comissão Executiva a cada um dos seus membros, sem prejuízo do carácter colegial do exercício das funções de gestão por este órgão, promove o acompanhamento eficaz da gestão da Empresa e o aproveitamento de sinergias dentro de cada unidade de negócio bem como no seu conjunto.

Ao presidente do Conselho de Administração compete, sem prejuízo das demais competências previstas nas disposições legais, estatutárias e regulamentares aplicáveis, coordenar e supervisionar a relação entre a Sociedade e os seus acionistas, designadamente os acionistas de referência, atendendo aos objetivos da Sociedade, aos interesses de longo prazo dos seus acionistas e ao desenvolvimento sustentável da atividade do grupo Galp.

De acordo com os preceitos legais aplicáveis relativos ao relacionamento entre os membros não executivos do Conselho de Administração e a Comissão Executiva, nomeadamente no que respeita ao acompanhamento

pelos membros não executivos da atividade da Comissão, nos termos do artigo 407.º, n.º 8 do CSC, foi assegurado ao presidente do Conselho de Administração e a um membro especialmente designado para assuntos financeiros pelo Conselho de Administração na sua reunião de 24 de abril de 2015, o direito de assistência às reuniões da Comissão Executiva.

Por sua vez, o Conselho Fiscal é responsável pelo exercício de funções de fiscalização dos negócios sociais em quatro dimensões essenciais: (i) supervisão da atividade social; (ii) controlo da informação financeira da Sociedade; (iii) fiscalização dos sistemas internos de gestão de riscos, controlo e auditoria interna; e (iv) receção (e tratamento) de denúncias de irregularidades. O ROC é responsável por exercer igualmente a função de controlo da informação financeira da Sociedade.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão (artigo 245.º-A, n.º 1, al. h)

Cabe aos acionistas reunidos em Assembleia Geral eleger e substituir os membros do Conselho de Administração, incluindo o respetivo presidente.

Em caso de falta ou impedimento definitivo de algum dos membros do Conselho de Administração, compete ao próprio órgão de administração proceder à respetiva substituição através de cooptação, devendo submetê-la a ratificação na Assembleia Geral seguinte.

Os Estatutos da Galp estabelecem que os membros do Conselho de Administração são designados por períodos de quatro anos civis, renováveis, contando o ano civil da designação como um ano completo. Os membros deste órgão consideram-se empossados no momento da sua eleição e mantêm-se no exercício das respetivas funções até à eleição, cooptação ou designação de substituto, salvo os casos de renúncia ou destituição, em que o exercício de funções é mantido nos prazos previstos no CSC.

A eleição dos membros do Conselho de Administração é efetuada por listas, com indicação dos acionistas proponentes, incidindo o voto sobre a totalidade da lista e não sobre cada um dos seus membros, de acordo com a lei.

Os acionistas minoritários que, por si ou agrupados com outros para o efeito, sejam titulares de participação no capital social com direito de voto de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20%, dispõem do direito a proporem a eleição isolada de um administrador, nos seguintes termos previstos no n.º 2 do artigo 14.º dos Estatutos da Sociedade:

- a) cada lista deve propor pelo menos duas pessoas elegíveis por cada um dos cargos a preencher;
- b) o mesmo acionista não pode subscrever mais do que uma lista;
- c) se numa eleição isolada forem apresentadas listas por mais de um grupo de acionistas, a votação incide sobre o conjunto dessas listas;
- d) a Assembleia Geral não pode proceder à eleição de outros administradores enquanto não tiver sido eleito o administrador proposto pelos acionistas minoritários que, por si ou agrupados com outros para o efeito, sejam titulares de participação no capital social com direito de voto de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20%, salvo se não forem apresentadas as referidas listas;
- e) as regras acima referidas aplicam-se à eleição do respetivo administrador suplente.

Na falta de apresentação de qualquer lista nos termos das alíneas anteriores, ou concluído o procedimento ao abrigo das mesmas alíneas, é efetuada a eleição dos demais administradores, incluindo o presidente do Conselho de Administração, não podendo participar nesta eleição os acionistas que tenham votado favoravelmente a proposta de eleição de um administrador, ao abrigo do procedimento referido nas alíneas anteriores, que tenha obtido vencimento.

A eleição dos demais administradores, incluindo o presidente do Conselho de Administração, é realizada mediante votação das listas que venham a ser apresentadas para o efeito, considerando-se aprovada a proposta que obtiver o maior número de votos a favor.

Caso a proposta aprovada inclua o número máximo de administradores admitidos pelos Estatutos e tenha sido eleito um administrador ao abrigo do procedimento referido no n.º 2 do artigo 14.º dos Estatutos da Sociedade, o administrador assim eleito substitui a pessoa que figure em 13.º lugar na proposta que tenha obtido vencimento; caso a proposta aprovada não inclua o número máximo de administradores admitido nos Estatutos, o administrador eleito ao abrigo do procedimento referido nas alíneas a) a d) anteriores acresce ao número de administradores eleitos nos termos acima indicados.

Para efeitos do regime de substituição de administradores por falta definitiva, previsto no n.º 1 do artigo 393.º do CSC, os Estatutos da Sociedade consideram que um administrador falta definitivamente quando, sem justificação aceite pelo órgão de administração, faltar a três reuniões consecutivas ou a cinco reuniões interpoladas.

De acordo com os Estatutos da Sociedade, se a proposta para a eleição de administradores (com exceção do administrador a eleger por acionistas minoritários que, por si ou agrupados com outros para o efeito, sejam titulares de participação no capital social com direito de voto de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20%, nos termos acima indicados) não for aprovada por uma maioria de 55% dos votos emitidos, que correspondam, pelo menos, a 40% do capital social com direito a voto, os acionistas que, (i) podendo participar nesta eleição (por não terem votado na eleição do administrador a designar por acionistas minoritários), (ii) tenham votado contra aquela proposta ou tenham votado a favor de proposta que não tenha obtido vencimento, e que (iii) detenham, por si ou agrupados para o efeito, ações representativas de, pelo menos, 25% do capital social com direito de voto, podem apresentar e votar propostas, elegendo entre si um número correspondente a um terço dos administradores eleitos (com exceção do administrador a eleger por acionistas minoritários que, por si ou agrupados com outros para o efeito, sejam titulares de participação no capital social com direito de voto de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20%, nos termos acima indicados). Caso o número total de administradores eleitos não seja divisível por três, o número de administradores a eleger será arredondado para o número inteiro imediatamente superior. Os administradores eleitos ao abrigo deste procedimento substituem automaticamente aqueles que ficaram nos últimos lugares da lista inicialmente aprovada.

Nos termos legais aplicáveis, caso os administradores designados tenham contrato de trabalho em vigor com a Sociedade para a qual tenham sido designados ou com sociedade em relação de domínio ou de grupo com esta, aquele extingue-se se tiver sido celebrado há menos de um ano, ou suspende-se caso tenha durado mais do que um ano.

17. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro

De acordo com os Estatutos da Galp, o Conselho de Administração é composto por um mínimo de 19 e um máximo de 23 administradores, designados por períodos de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição por uma ou mais vezes.

Apesar de os membros do Conselho de Administração serem eleitos para mandatos de quatro anos, a sua manutenção no cargo depende da apreciação anual positiva do seu desempenho, mediante voto de louvor e/ou de confiança, pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral, no âmbito da competência prevista no número 1 do artigo 376.º do CSC. A ausência de uma apreciação anual positiva, através da atribuição de um voto de desconfiança, conduz à destituição imediata do administrador em causa, nos termos legalmente previstos.

Os atuais 19 membros efetivos do Conselho de Administração que foram eleitos na reunião da Assembleia Geral de 16 de abril de 2015 para o mandato referente ao quadriénio 2015-2018, bem como as respetivas datas de designação e termo de mandato, constam da tabela da página seguinte.

Para promover o reforço da participação das mulheres na tomada de decisão da Empresa, a Galp assumiu, perante o Governo português, a 30 de junho de 2015, o compromisso de desenvolver medidas destinadas à consecução do objetivo de participação no órgão de administração de membros correspondentes a 30% do género feminino, até 2018, ou no início do mandato subsequente.

Membros do Conselho de Administração

| Nome | Cargo | Data da primeira designação | Data de termo do mandato |
|-----------------------------|-----------------|-----------------------------|--------------------------|
| Paula Amorim | Presidente | 2012.04.24 | 2018.12.31 |
| Miguel Athayde Marques | Vice-presidente | 2012.11.23 | 2018.12.31 |
| Carlos Gomes da Silva | Vice-presidente | 2007.04.26 | 2018.12.31 |
| Filipe Crisóstomo Silva | Vogal | 2012.07.26 | 2018.12.31 |
| Thore E. Kristiansen | Vogal | 2014.10.03 | 2018.12.31 |
| Sérgio Gabrielli de Azevedo | Vogal | 2012.07.26 | 2018.12.31 |
| Abdul Magid Osman | Vogal | 2012.07.26 | 2018.12.31 |
| Marta Amorim | Vogal | 2016.10.14 | 2018.12.31 |
| Raquel Vunge | Vogal | 2014.10.03 | 2018.12.31 |
| Carlos Costa Pina | Vogal | 2012.04.24 | 2018.12.31 |
| Francisco Rêgo | Vogal | 2015.04.16 | 2018.12.31 |
| Jorge Seabra de Freitas | Vogal | 2012.11.23 | 2018.12.31 |
| José Carlos da Silva Costa | Vogal | 2012.11.23 | 2018.12.31 |
| Pedro Ricardo | Vogal | 2015.04.16 | 2018.12.31 |
| Tiago Câmara Pestana | Vogal | 2015.04.16 | 2018.12.31 |
| Rui Paulo Gonçalves | Vogal | 2008.05.06 | 2018.12.31 |
| Luís Todo Bom | Vogal | 2012.11.23 | 2018.12.31 |
| Diogo Tavares | Vogal | 2006.02.22 | 2018.12.31 |
| Joaquim Borges Gouveia | Vogal | 2008.05.06 | 2018.12.31 |

Nota: Américo Amorim renunciou ao cargo de presidente do Conselho de Administração a 14 de outubro de 2016. Na mesma data, Paula Amorim foi designada presidente do Conselho de Administração, Marta Amorim foi cooptada para vogal do Conselho de Administração e Miguel Athayde Marques designado vice-presidente do Conselho de Administração.

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão

De acordo com a Recomendação da CMVM, a independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente e, quanto aos demais membros do Conselho de Administração, considera-se independente quem não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na Sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

- a) ter sido colaborador da Sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;
- b) ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a Sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;
- c) ser beneficiário de remuneração paga pela Sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo, além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;
- d) viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares, direta ou indiretamente, de participação qualificada;
- e) ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participação qualificada.

Administradores executivos

Carlos Gomes da Silva

Filipe Crisóstomo Silva

Thore E. Kristiansen

Carlos Costa Pina

José Carlos da Silva Costa

Pedro Ricardo

Tiago Câmara Pestana

Administradores não executivos

Paula Amorim

Miguel Athayde Marques

Sérgio Gabrielli de Azevedo

Abdul Magid Osman

Marta Amorim

Raquel Vunge

Francisco Teixeira Rêgo

Jorge Seabra de Freitas

Rui Paulo Gonçalves

Luis Todo Bom

Diogo Tavares

Joaquim Borges Gouveia

O Conselho de Administração integrava, em 31 de dezembro de 2016, 12 administradores com funções não executivas (que se mantêm em funções nesta data), constituindo um número adequado de membros não executivos, tendo em conta, em particular, a estrutura acionista e a dispersão de capital da Galp. Os administradores não executivos desempenham atividades de acompanhamento e avaliação contínua da gestão da Sociedade, garantindo a efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros executivos.

Considerando os critérios de aferição de independência acima referidos relativamente aos membros não executivos do Conselho de Administração, e com base na respetiva autoavaliação, o Conselho de Administração da Galp considera independentes os cinco administradores não executivos da Sociedade relativamente ao exercício de 2016 que a seguir se indicam:

Administradores não executivos independentes

| Nome | Cargo |
|-----------------------------|-------------------------------|
| Miguel Athayde Marques | Vice-presidente não executivo |
| Sérgio Gabrielli de Azevedo | Administrador não executivo |
| Abdul Magid Osman | Administrador não executivo |
| Luis Todo Bom | Administrador não executivo |
| Joaquim Borges Gouveia | Administrador não executivo |

Na reunião do Conselho de Administração de 16 de abril de 2015, este órgão aprovou a designação dos administradores não executivos independentes Sérgio Gabrielli e Abdul Magid Osman com o encargo especial de acompanhamento da evolução de dois mercados estruturais para a Galp: Brasil e Moçambique.

Em 14 de outubro de 2016, a Galp viu reforçada a participação dos administradores independentes no seio do Conselho de Administração com a designação do administrador não executivo independente da Sociedade desde 2012 e detentor de uma reputada carreira profissional no sector financeiro e no domínio universitário, Miguel Athayde Marques, para primeiro vice-presidente do Conselho de Administração.

Tendo em conta o modelo de governo adotado, a dimensão da Sociedade, a sua estrutura acionista e o respetivo *free float*, a Galp considera que a proporção de administradores independentes (42% dos membros não executivos do órgão de administração) é adequada face ao número de administradores executivos e ao número total de administradores.

19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo

A matriz da página seguinte representa o mapeamento e a sistematização das competências, conhecimento e experiência dos administradores da Galp. Constitui um meio de reflexão no seio do Conselho de Administração e foi estabelecida para avaliar a adequação e complementaridade do conjunto das competências residentes no órgão de administração, em face do alinhamento com os desafios que a Galp enfrentará nos próximos anos, assim como para apoiar processos futuros de nomeação.

Os membros do Conselho de Administração possuem reconhecidas competências e observa-se diversidade de *backgrounds* académicos e de experiência profissional.

O Conselho de Administração considera que as competências, o conhecimento e a experiência dos seus administradores são, em conjunto, os adequados face às atividades prosseguidas pela Empresa e à estratégia definida para os próximos anos

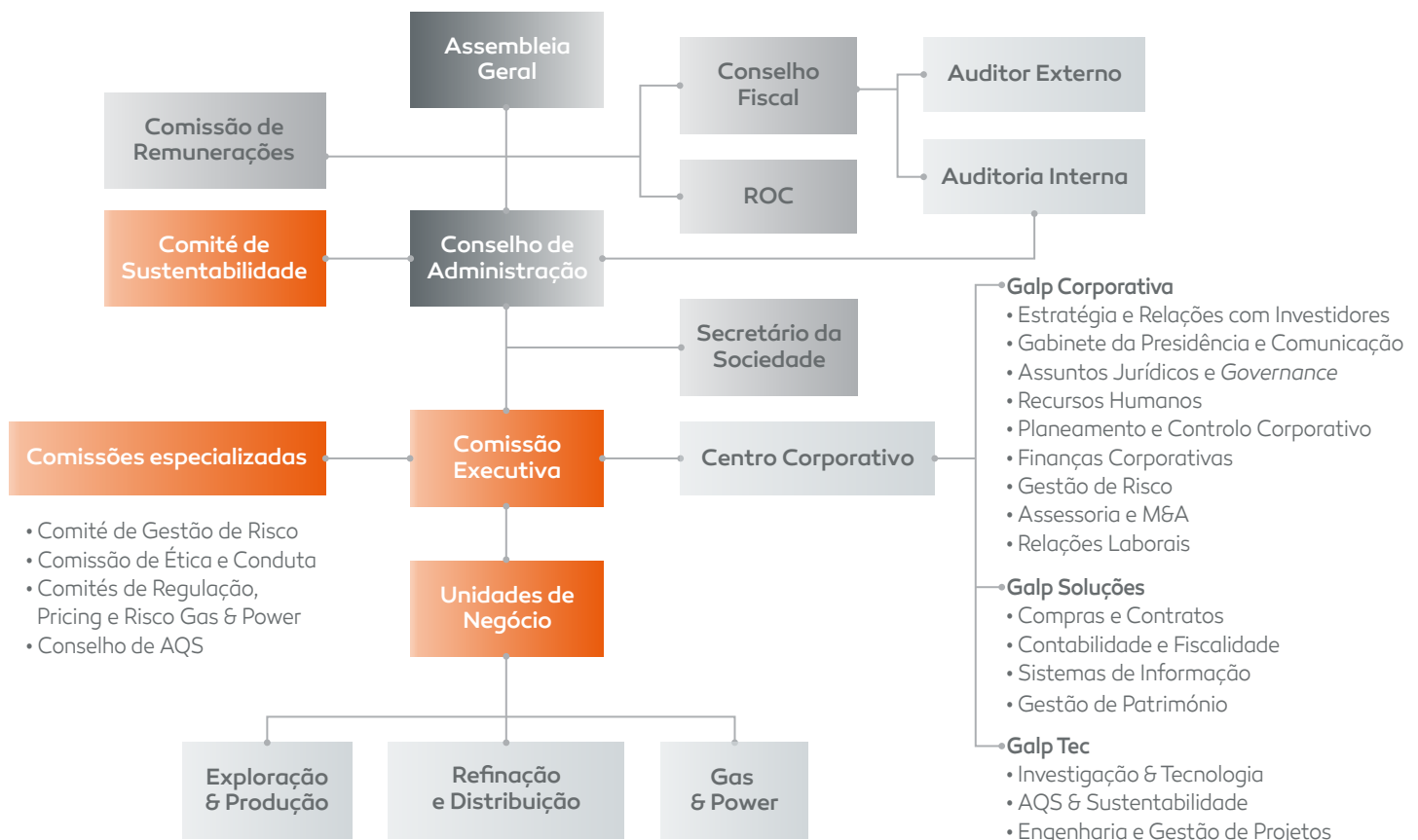
| | | Formação académica | | Principal área de experiência | | | | | | | | | | Experiência funcional | | | | | Outra experiência | | | | | | | | | | | |
|-----------------------------|-----------|--------------------|-------------------|--|---------|-----------|------------------------|----------------------|-----------------------------|------------------------------|---------|----------------------|--|-----------------------|------------------|--------|---|--|---|---------------------------|----------|---------------------------|-----------|---|----------|--------------------------------|------------------------|--|--|---|
| | | Engenharia | Economia/Finanças | Gestão e Administração de Empresas (incluindo Gestão de Risco) | Direito | Académico | Energia/Petróleo & Gás | Serviços financeiros | Papel & Produtos Florestais | Imobiliário/Hotels & Resorts | Governo | Indústria de bebidas | Mercado de valores mobiliários e derivados | Telecomunicações | Indústria têxtil | Retail | Experiência de Presidência de Conselho de Administração | Experiência de Presidência de Comissão Executiva (CEO) | Experiência de Administrador Financeiro (CFO) | Experiência internacional | Finanças | Relações com Investidores | Marketing | Aprovisionamento/Compras e Gestão de Ativos | Jurídica | Organizações de Petróleo & Gás | Associações ambientais | Programas de Desenvolvimento das Nações Unidas | Associações de Responsabilidade Social | |
| Paula Amorim (Presidente) | Não exec. | | | ● | | | | | ● | ● | | | | | | ● | | | | | | | | | | | | | | |
| Carlos Gomes da Silva (CEO) | Executivo | ● | ● | | | ● | | | | | ● | | | | | ● | | | | | | ● | | | ● | | | | | |
| Miguel Athayde Marques | Não exec. | | | ● | | ● | ● | | | | | ● | | ● | ● | ● | ● | | | | | | | | | | | | | ● |
| Filipe Crisóstomo Silva | Executivo | | ● | | | | ● | ● | | | | ● | | | | ● | ● | | | | | | | | ● | | | | | |
| Thore E. Kristiansen | Executivo | ● | | ● | | | ● | | | | | | | | | ● | | | | ● | ● | ● | ● | | | | ● | | | |
| Carlos Costa Pina | Executivo | ● | | | ● | ● | ● | ● | | ● | ● | | | | | ● | | | | ● | ● | ● | | | ● | ● | ● | | | |
| José Carlos da Silva Costa | Executivo | ● | | | | | ● | | ● | | | | | | | | | | | | | | ● | | ● | | | | | |
| Pedro Ricardo | Executivo | ● | | ● | | | ● | | | | | | | | ● | | ● | | | | | | ● | | ● | | | | | |
| Tiago Câmara Pestana | Executivo | ● | | ● | | | | | | | | | | | ● | | ● | | | ● | ● | | ● | ● | | | | | | |
| Sérgio Gabrielli de Azevedo | Não exec. | ● | | | | ● | ● | | | ● | | | | | | ● | | | | ● | ● | ● | | | | | | | | |
| Abdul Magid Osman | Não exec. | ● | | | | | ● | | | ● | | | | | | ● | ● | | | ● | | | | | | ● | | ● | | |
| Marta Amorim | Não exec. | ● | | | | | ● | | | | | | | | | | | | | ● | | | | | | | | | | |
| Francisco Teixeira Rêgo | Não exec. | ● | | ● | | | | | ● | | | | | | | ● | | | | | | | | | | | | | | |
| Raquel Vunge | Não exec. | | | ● | | | ● | ● | | | | | | | | | ● | ● | ● | | | | | | | | | | | |
| Rui Paulo Gonçalves | Não exec. | | | ● | ● | ● | ● | | | ● | | | | | | ● | | | | | | | | | ● | | | | | |
| Luís Todo Bom | Não exec. | ● | | ● | | ● | ● | ● | | | | ● | | | | ● | | | | | | | | | | | | | | |
| Diogo Tavares | Não exec. | ● | | ● | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Joaquim Borges Gouveia | Não exec. | ● | | | | ● | ● | | | | | | | | | ● | | | | | | | | | | ● | | | | |
| Jorge Seabra de Freitas | Não exec. | ● | | ● | | | | | | | | | | ● | | ● | | | | | | ● | ● | | | | | | | |

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto

| Administrador | Acionista com participação qualificada | Relação |
|-------------------------|--|---------------|
| Paula Amorim | Amorim Energia | Administrador |
| Marta Amorim | Amorim Energia | Administrador |
| Rui Paulo Gonçalves | Amorim Energia | Administrador |
| Jorge Seabra de Freitas | Amorim Energia | Administrador |
| Francisco Rêgo | Amorim Energia | Administrador |

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da Sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da Sociedade

Estrutura orgânica e funcional



A estrutura organizativa atual da Galp assenta em três unidades de negócio e um centro corporativo, sob a coordenação de cada um dos administradores executivos de acordo com a afetação funcional de áreas de atuação fixadas por decisão do presidente da Comissão Executiva, com base em orientações do Conselho de Administração, conforme descrita no ponto 29 deste capítulo do presente Relatório.

Os princípios orientadores desta estrutura são a horizontalidade, a flexibilidade, a simplicidade, a eficiência e a delegação de responsabilidade, tendo como objetivo criar valor para os acionistas, nomeadamente através da captação de sinergias dentro das unidades de negócio e entre as mesmas.

O Centro Corporativo é composto por três *clusters* de funções que refletem objetivos, culturas e formas de operar próprias (Galp Corporativa, Galp Soluções e Galp Tec), cuja liderança está repartida pelos administradores executivos da Galp. O objetivo do Centro Corporativo consiste em prestar serviços às unidades de negócio em matérias tão

diversas como o planeamento e controlo, a contabilidade, a assessoria jurídica e os recursos humanos, bem como obter sinergias importantes e servir de interface entre a Empresa e as suas partes interessadas.

Em síntese:

- a Galp Corporativa agrega as principais funções de governo, estratégia, *guidelines* e controlo corporativo, monitorizando a implementação de políticas e objetivos da Empresa;
- a Galp Soluções agrega funções de serviço e de carácter mais transaccional, com o objetivo claro de eficiência/eficácia, e foco em métricas e qualidade de serviço prestado a um custo competitivo;
- a Galp Tec agrega competências técnicas críticas e transversais destinadas a aumentar e proteger o valor da Galp.

O Centro Corporativo é composto pelas direções que a seguir se apresentam.

| Galp Corporativa | Missão |
|---|---|
| Estratégia e Relações com Investidores | Definir as linhas de orientação estratégica da Galp, promovendo uma perceção clara a nível estratégico, operacional e financeiro da Empresa junto dos seus <i>stakeholders</i> e assegurando que a Empresa possui a organização e o capital humano adequados para prosseguir a sua estratégia. |
| Gabinete da Presidência e Comunicação | Coadjuvar a presidência na gestão, coordenação e relação com os órgãos sociais da Organização e conceber a estratégia de comunicação (interna e externa) do Grupo, de modo a garantir a sua adequação aos públicos-alvo e a potenciar uma perceção homogénea, positiva, clara e rigorosa e uma gestão eficaz da marca Galp, em alinhamento com a estratégia e a dimensão do Grupo enquanto <i>player</i> integrado e global de energia. Coordenar e gerir a política de responsabilidade corporativa da Organização, para que a Galp possa ser encarada como um agente ativo de desenvolvimento das comunidades onde está presente, em Portugal e no estrangeiro. |
| Assuntos Jurídicos e Governance | Exercer e gerir as funções jurídica e de <i>compliance</i> , bem como o secretariado societário, de forma integrada e transversal para o grupo Galp, em particular nas vertentes de suporte jurídico às decisões de negócio, de monitorização da conformidade jurídica e das políticas de <i>compliance</i> , de definição e implementação do processo de organização, funcionamento e decisão dos órgãos sociais, de gestão de contencioso e de prevenção de riscos jurídicos. |
| Recursos Humanos | Atuar como agente e dinamizador de mudança, atraindo, integrando e desenvolvendo os melhores talentos, bem como assegurando o seu alinhamento com a cultura, valores e estratégia da Empresa. Promover um clima de criação de valor assente na parceria, na aprendizagem contínua e num elevado desempenho, de forma a alicerçar a sustentabilidade dos negócios da Galp. |
| Planeamento e Controlo Corporativo | Definir, acompanhar e consolidar os processos de orçamentação, planeamento e controlo da Galp, desafiar a <i>performance</i> das unidades de negócio e do Centro Corporativo e assegurar o seu alinhamento com os objetivos estratégicos do grupo Galp. |
| Finanças Corporativas | Propor e implementar a estratégia de financiamento do grupo Galp, garantindo a otimização e diversificação dos recursos financeiros e a gestão integrada de tesouraria. |
| Gestão de Risco | Promover a implementação das políticas de gestão de risco definidas pela Comissão Executiva, em articulação com as diferentes unidades de negócio do grupo Galp. Propor políticas de seguros, negociar e gerir os respetivos contratos ao nível de todo o Grupo e gerir os planos de saúde e as medicinas (curativa e de trabalho). |
| Assessoria e M&A | Desenvolver mecanismos de avaliação das Unidades Organizacionais da Galp e do Grupo, testando pressupostos estratégicos e avaliando oportunidades macro de crescimento estratégico e o seu impacto no valor da empresa e coordenar operações de fusões e aquisições. |
| Relações Laborais | Desenvolver o relacionamento com as organizações representativas dos trabalhadores, contribuindo para a estabilidade do clima social e profissional e assegurar os processos negociais com as organizações sindicais. |

| Galp Soluções | Missão |
|--|--|
| Compras e Contratos | Maximizar o poder de compra da Galp, contribuindo, desta forma, para a melhoria sustentada dos resultados do Grupo, através da obtenção da melhor relação qualidade/custo total, salvaguardando os requisitos de segurança, saúde e critérios e práticas sustentáveis na aquisição de bens e serviços, garantindo a operacionalização de procedimentos que evidenciem a transparência e ética dos processos de compra e a introdução de inovações que otimizem a cadeia de abastecimento. |
| Contabilidade e Fiscalidade | Assegurar a preparação das contas consolidadas do grupo Galp e de todas as <i>subholdings</i> e as contas individuais de todas as empresas do Grupo, de acordo com os normativos nacionais e internacionais e a preços de substituição. Efetuar os respetivos relatórios de informação de gestão numa perspetiva de contabilidade geral e analítica. Propor, implementar e acompanhar a estrutura de capitais permanentes do Grupo (através da gestão integrada dos fluxos intragrupo – capital, prestações, suprimentos e dividendos). Garantir o cumprimento das obrigações fiscais no quadro da fiscalidade internacional e da legislação fiscal dos países onde opera. |
| Sistemas de Informação | Potenciar o desenvolvimento e sustentabilidade dos negócios da Galp através da utilização de um sistema de informação gerido de uma forma eficiente, eficaz, fiável, coerente, inovadora, orientada aos processos e a custos controlados. |
| Gestão de Património | Garantir a gestão do património «não operacional» do grupo Galp, propondo e realizando a aquisição, alienação ou desenvolvimento dos ativos, com vista à sua permanente valorização e otimização do seu custo/benefício. Desenvolver, implementar e gerir a estratégia de prestação de serviços às unidades de negócio de forma a garantir elevados níveis de padrões de qualidade, segurança e ambiente, cumprindo com as normas em vigor. Estabelecer relações de parceria com a unidade de negócio no que respeita à partilha das melhores práticas. |
| Galp Tec | Missão |
| Investigação & Tecnologia | Definir e implementar políticas e projetos integrados de inovação, de investigação tecnológica e de eficiência energética, enquadrados na estratégia do grupo Galp, tendo em conta os princípios de criação de valor. Criar e manter um fórum que assegure o acesso às melhores tecnologias disponíveis e ao conhecimento requerido para responder adequadamente aos desafios tecnológicos que o grupo Galp venha a enfrentar. |
| Ambiente, Qualidade, Segurança e Sustentabilidade | Promover a eficiência dos processos, com o objetivo de proteger as pessoas o ambiente e os ativos, numa ótica de criação de valor para todos os <i>stakeholders</i> . |
| Engenharia e Gestão de Projetos | Gerir os projetos da Galp no apoio às suas unidades de negócio, desde a fase de conceção até à entrada em exploração comercial, assegurando, para cada empreendimento, a qualidade de execução, o cumprimento dos orçamentos e dos prazos, promovendo o desenvolvimento das competências técnicas críticas, a atualização de conhecimento e a homogeneização de processos e <i>standards</i> conducentes ao aumento e proteção do valor da Galp. |

As unidades de negócio atualmente existentes são as indicadas a seguir.

Exploração & Produção - Tem como missão aceder, encontrar e produzir hidrocarbonetos de maneira segura, sustentável e ética, com o objetivo de maximizar o valor para os acionistas e colaboradores, recorrendo sobretudo a parceiros diferenciados, integrados, flexíveis e com motivação geológica para desenvolver as suas atividades.

Refinação e Distribuição - A Refinação assegura o aprovisionamento de petróleo bruto e produtos petrolíferos, de modo a garantir as necessidades de abastecimento das

áreas comerciais, garantindo os mais elevados níveis de disponibilidade e fiabilidade das refinarias que permitam uma maior eficiência operacional. Define a estratégia, coordena e controla as atividades que permitem garantir, no curto e médio prazo, a maximização e sustentabilidade da margem integrada ao longo da cadeia de valor Oil, promove o desenvolvimento e otimização da atividade de *trading, supply* e logística, bem como a maximização do valor dos ativos e a satisfação dos clientes.

A Distribuição tem como missão assegurar a distribuição e comercialização de produtos petrolíferos no que diz respeito aos negócios do retalho de combustíveis e do

non fuel na Península Ibérica e em África, bem como definir a estratégia de marketing para sustentar e desenvolver o posicionamento da marca Galp, com vista à criação de valor e rentabilidade adequada, proporcionando a satisfação e fidelização dos clientes, de forma a contribuir para a rentabilização do capital investido.

Gas & Power - Tem como missão assegurar o aprovisionamento de gás natural e gás natural liquefeito, de modo a garantir as necessidades de abastecimento das áreas comerciais, atuar na atividade de trading no âmbito do mercado internacional e assegurar a comercialização da produção de gás da Galp. É ainda responsável por agir como um operador de referência, assegurando o desenvolvimento de um conjunto de atividades reguladas e liberalizadas, nomeadamente a exploração de infraestruturas de gás natural em regime regulado e a comercialização, através de uma oferta combinada de gás natural, eletricidade e serviços, a clientes finais na Península Ibérica.

O modelo organizativo da Galp prevê ainda a existência de comissões especializadas que contribuem para o processo de decisão através da obtenção de informação e alinhamento sobre a implementação de políticas e práticas com impacto transversal num conjunto de áreas da Organização, as quais são apresentadas de seguida.

Comité de Gestão de Risco

O Comité de Gestão de Risco tem como missão apoiar e monitorizar a definição e execução da estratégia e política de gestão de risco da Galp, em articulação com a Direção de Gestão de Risco e os responsáveis pelas unidades de gestão da Empresa, sendo composto pelo administrador executivo que coordena a Direção de Gestão de Risco (Chief Risk Officer), pelo Diretor da Direção de Auditoria Interna, pelo Diretor da Direção de Gestão de Risco e pelo administrador executivo que coordena a área financeira (Chief Financial Officer).

Este órgão reuniu regularmente durante o ano de 2016, tendo sistematicamente abordado os temas identificados como mais relevantes numa perspetiva de risco para o grupo Galp. Entre outros, destaca-se um acompanhamento das principais ações de mitigação subordinadas aos principais riscos da Organização tais como cibersegurança, continuidade de negócio, crédito, riscos emergentes, acesso a reservas, dependência de parceiros, geopolítico, bem como os resultados de *risk assessments* aprofundados sempre que oportuno. A Comissão Executiva foi informada dos temas tratados neste comité, bem como das deliberações daí resultantes.

No âmbito do Comité de Gestão de Risco, é dado destaque ao funcionamento de um grupo de trabalho que se subordina a temas relacionados com ambiente, qualidade e segurança, e alterações regulatórias. Garante-se deste modo que estas matérias são devidamente integradas no sistema de gestão de risco da Empresa. Durante o ano de 2016, este grupo de trabalho debruçou-se sobre os riscos de maior nível de criticidade nas referidas matérias e reportou ao comité as conclusões da sua avaliação.

Através da representação da Direção de Gestão de Risco em Comités de Risco e Crédito das várias unidades de negócio, bem como em grupos de trabalho dedicados aos principais projetos do Grupo, é garantido o alinhamento de práticas de gestão de risco e uma eficaz comunicação com o Comité de Gestão de Risco.

Comités de Regulação, Pricing e Risco G&P

No âmbito da unidade de negócio G&P, existem três comités que acompanham os assuntos regulatórios, a informação do mercado e os temas de gestão de risco e ainda o controlo interno da atividade de distribuição de gás natural e eletricidade: os Comités de Regulação, de Pricing e de Risco G&P.

O **Comité de Regulação de G&P** tem como atribuições o acompanhamento dos assuntos regulatórios da atividade de distribuição de gás natural e de eletricidade, no âmbito do quadro regulatório do sector. É constituído pelo administrador executivo que coordena a unidade de negócio de G&P e pelos responsáveis pelas áreas específicas de Regulação e Pricing, Planeamento e Controlo, Distribuição e Comercialização.

Este órgão reuniu regularmente durante o ano de 2016, tendo abordado os temas identificados como mais relevantes, tais como:

- propostas da ERSE para os parâmetros regulatórios para o Período Regulatório 2016-19 e tarifas para o Ano Gás 2016-17;
- assuntos em litigância com entidades oficiais, nomeadamente as relativas aos contratos de concessão da distribuição e à CESE do gás natural;
- aplicação do estatuto sancionatório da ERSE e questões associadas às taxas de ocupação de subsolo.

O **Comité de Pricing G&P** tem como objetivo acompanhar a informação de mercado ao nível da comercialização de gás natural e eletricidade, analisar a competitividade das

ofertas no mercado residencial e industrial ibérico, bem como acompanhar os mercados internacionais no âmbito do aprovisionamento e trading de gás natural e de GNL.

Para além do administrador executivo que coordena a unidade de negócio de G&P, participam neste comité os responsáveis pelas áreas específicas de regulação e pricing, comercialização em Portugal e Espanha, aprovisionamento e trading de gás natural e ainda o planeamento e controlo do negócio.

Este órgão reuniu regularmente durante o ano de 2016, tendo abordado os temas identificados como mais relevantes, tais como:

- análise da evolução das quotas de mercado de gás natural e eletricidade nos vários segmentos;
- acompanhamento das margens de gás natural e eletricidade nos vários segmentos;
- análise das campanhas residenciais da Galp: Plano GalpOn e Plano Energia 3;
- verificação trimestral dos preços de referência do gás natural;
- definição dos preços de referência de eletricidade Galp para o ano de 2017.

O **Comité de Gestão de Risco G&P** tem como objetivo acompanhar os temas de gestão de risco e controlo interno, no âmbito da unidade de negócio G&P, sendo composto pelo respetivo administrador executivo e pelos responsáveis de cada uma das áreas da unidade de negócio, bem como pelos diretores das áreas corporativas de assuntos jurídicos e de gestão de risco.

Este órgão reuniu com frequência durante o ano de 2016, tendo abordado os temas que correspondem aos principais riscos do negócio, através de:

- monitorização da dívida de clientes de Portugal e Espanha nos vários segmentos e principais indicadores;
- acompanhamento da Matriz TOP 10 dos riscos da unidade de negócio;
- monitorização da evolução dos principais KPI do negócio;
- identificação e monitorização de ações de mitigação dos riscos.

Conselho AQS

O Conselho AQS tem por missão coadjuvar a Comissão Executiva na promoção dos princípios que sustentam a cultura AQS da Galp, garantindo a aplicação das políticas e objetivos estratégicos de AQS.

É presidido pelo administrador executivo que coordena a área de AQS e integra os responsáveis pelas áreas de negócio e direções corporativas relevantes.

Em 2016 reuniu duas vezes, tendo abordado o desempenho de AQS (objetivos e metas) e feito o acompanhamento das iniciativas estratégicas de AQS nas unidades de negócio.

Comissão de Ética e Conduta

No seguimento da entrada em vigor do novo Código de Ética e Conduta, foi criada a Comissão de Ética e Conduta (CEC), sendo composta pelos responsáveis pelas áreas de auditoria interna, recursos humanos e assuntos jurídicos, nomeados pelo Conselho Fiscal, sob proposta da Comissão Executiva da Galp.

A CEC constitui a estrutura interna que, com independência e imparcialidade, é responsável pelo acompanhamento da aplicação e interpretação do Código de Ética e Conduta e a monitorização da sua implementação, nos termos definidos no respetivo regulamento, em substituição das anteriores e extintas comissões de Verificação de Conformidade com o Código de Ética e de Acompanhamento da Política de Combate à Corrupção. É ainda responsável pela receção e tratamento de informações a ela transmitidas ao abrigo do Procedimento de Comunicação de Irregularidades (Linha de Ética «Open Talk») em vigor na Galp e sociedades participadas, que respeitem a alegadas infrações ao estipulado no Código de Ética e Conduta ou de normas que o desenvolvem ou que versem sobre os temas nele elencados, incluindo nos domínios dos controlos contabilísticos internos, da auditoria, da luta contra a corrupção e do crime bancário e financeiro.

O Conselho Fiscal da Galp é o órgão social que zela pelo bom funcionamento e aplicação do Código de Ética e Conduta através do reporte periódico e regular da CEC.

Durante o ano de 2016, a CEC realizou três reuniões para análise e decisão sobre o encaminhamento das comunicações de irregularidades recebidas e participou em três reuniões do Conselho Fiscal, nas quais foi dado o devido reporte a este órgão.

b) Funcionamento

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo

O Conselho de Administração da Galp funciona de acordo com o regulamento de organização e funcionamento aprovado por este órgão na reunião de 16 de abril de 2015, para vigorar durante o mandato de 2015-2018, nos termos do artigo 16.º dos Estatutos, o qual está disponível no sítio oficial da Galp em http://www.galpenergia.com/PT/investidor/GovernoCorporativo/Orgaos-sociais/Documents/Regulamento_CA_PT_Web.pdf

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, às reuniões realizadas

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 16.º dos Estatutos da Galp, o Conselho de Administração deve reunir ordinariamente uma vez por mês, salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, e, além disso, sempre que for convocado pelo presidente ou por quaisquer dois administradores.

Os Estatutos da Galp preveem a possibilidade das reuniões do Conselho de Administração realizarem-se através de meios telemáticos e admitem o voto por correspondência.

Em 2016, o Conselho de Administração realizou treze reuniões, das quais quatro foram realizadas mediante voto eletrónico.

O grau de assiduidade dos membros do Conselho de Administração às nove reuniões presenciais deste órgão realizadas em 2016 foi a seguinte:

| Administradores | Presença | Representação | Ausência | Assiduidade |
|----------------------------|----------|---------------|----------|-------------|
| Paula Amorim | 9 | 0 | 0 | 100% |
| Miguel Athayde Marques | 9 | 0 | 0 | 100% |
| Carlos Gomes da Silva | 9 | 0 | 0 | 100% |
| Filipe Crisóstomo Silva | 9 | 0 | 0 | 100% |
| Thore E. Kristiansen | 9 | 0 | 0 | 100% |
| Sérgio Gabrielli | 4 | 5 | 0 | 44,4% |
| Abdul Magid Osman | 6 | 3 | 0 | 66,6% |
| Marta Amorim ¹ | 3 | 0 | 0 | 100% |
| Raquel Vunge | 5 | 0 | 4 | 55,5% |
| Carlos Costa Pina | 9 | 0 | 0 | 100% |
| Francisco Rêgo | 9 | 0 | 0 | 100% |
| Jorge Seabra de Freitas | 9 | 0 | 0 | 100% |
| José Carlos da Silva Costa | 8 | 1 | 0 | 88,8% |
| Pedro Ricardo | 9 | 0 | 0 | 100% |
| Tiago Câmara Pestana | 9 | 0 | 0 | 100% |
| Rui Paulo Gonçalves | 9 | 0 | 0 | 100% |
| Luis Todo Bom | 8 | 1 | 0 | 88,8% |
| Diogo Tavares | 9 | 0 | 0 | 100% |
| Joaquim Borges Gouveia | 7 | 2 | 0 | 77,7% |

¹ Desde a data de eleição para o mandato 2015-2018.

24. Indicação dos órgãos da Sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos

A Comissão de Remunerações realiza a avaliação de desempenho anual dos administradores executivos e não executivos, no âmbito da competência desta comissão e de acordo com o mandato que lhe foi conferido pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 8.º dos Estatutos da Sociedade. Esta Comissão recorre à auscultação dos membros não executivos quanto ao desempenho qualitativo dos membros executivos do Conselho de Administração e baseia-se no cumprimento de objetivos económicos, financeiros e operacionais quanto à avaliação quantitativa, conforme definido anualmente pela política de remunerações dos órgãos sociais da Sociedade.

Por outro lado, os membros não executivos, no âmbito da sua função de supervisão, acompanham o desempenho dos administradores executivos.

Também os acionistas, em Assembleia Geral e no âmbito da sua competência prevista no número 1 do artigo 376.º do CSC, procedem anualmente à apreciação geral da administração da Sociedade em geral e de cada um dos administradores em particular. Essa apreciação é expressa através de um voto de confiança ou desconfiança, conduzindo este último à destituição do respetivo administrador.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos

A avaliação de desempenho dos administradores executivos é realizada em função do cumprimento de determinados objetivos económicos, financeiros e operacionais, conforme definido anualmente pela política de remunerações apresentada pela Comissão de Remunerações e aprovada em Assembleia Geral.

Os critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos no exercício de 2016 constam do ponto 69 do presente capítulo deste Relatório.

26. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do Grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício

Os cargos exercidos pelos membros do Conselho de Administração noutras sociedades, dentro e fora do grupo Galp, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício de 2016 são apresentados no Anexo 8.8.

De um modo geral, os membros do Conselho de Administração da Galp apresentam um elevado grau de disponibilidade para o exercício das respetivas funções, sem prejuízo da natural acumulação de funções pelos administradores executivos em empresas do Grupo e de situações pontuais de acumulação de funções pelos administradores não executivos em empresas fora do Grupo, as quais não prejudicam o exercício dos cargos e das funções de acompanhamento, avaliação e supervisão da gestão executiva.

Conforme resulta do quadro constante do Anexo 8.8, as funções de administração exercidas noutras empresas pelos administradores executivos da Galp são em órgãos de administração de sociedades participadas, direta ou indiretamente, pela Galp. Desta forma, a sua disponibilidade para desempenhar o cargo de membro executivo do Conselho de Administração da Galp é total, sendo esta confirmada pela sua assiduidade nas reuniões do Conselho de Administração e da Comissão Executiva e pelo trabalho desenvolvido no seio da Galp e anualmente atestada pela Comissão de Remunerações no âmbito da avaliação qualitativa do desempenho dos administradores executivos.

Relativamente aos administradores não executivos com maior número de cargos exercidos noutras empresas, constata-se que os mesmos exercem essas funções no âmbito do grupo Amorim. Esta disponibilidade tem sido confirmada pela sua assiduidade nas reuniões do Conselho de Administração.

O regime legal e estatutário de faltas às reuniões do Conselho de Administração prevê a perda de mandato ou a substituição do membro da Comissão Executiva em causa por outro administrador, passando aquele a administrador não executivo.

Por outro lado, a Galp dispõe dos mecanismos legais, estatutários e regulamentares destinados a prevenir e tratar eventuais conflitos de interesse entre os administradores e a Sociedade em virtude do exercício de outros cargos fora do Grupo.

Com efeito, nos termos legais aplicáveis previstos no artigo 398.º do CSC, os administradores não podem:

- exercer qualquer atividade concorrente com a Sociedade ou sociedade em relação de domínio ou de grupo com esta, por conta própria ou alheia e exercer funções em sociedade concorrente ou ser designado por conta ou em representação desta, salvo autorização da Assembleia Geral de acionistas;
- exercer qualquer função ao abrigo de contrato de trabalho, considerando-se este extinto ou suspenso, caso tenha sido celebrado há menos ou mais de um ano, respetivamente.

Em particular, o artigo 14.º do regulamento do Conselho de Administração estabelece, para os efeitos previstos no artigo 398.º, n.ºs 3 e 4 do CSC, o regime especial de acesso a informação sensível aplicável aos membros do Conselho de Administração que se encontrem em situação de conflito de interesses pelo exercício autorizado pela Assembleia Geral de uma atividade concorrente com a Galp.

Ainda no âmbito da salvaguarda do interesse do Grupo em situações de eventual conflito de interesses entre a Sociedade e os seus administradores decorrente da realização de negócios entre estes e a Sociedade ou sociedades em relação de domínio ou de grupo, a norma regulamentar que regula as transações do Grupo com partes relacionadas sujeita a parecer prévio do Conselho Fiscal as transações de relevância significativa com partes relacionadas da Galp (ou de qualquer entidade em que esta detenha participação ou direitos de voto ou em que possa designar membros do órgão de administração), conforme definições estabelecidas na referida norma. Estas definições incluem os membros do órgão de administração da Galp e as entidades de que sejam: (i) sócio de responsabilidade limitada, dirigente, nomeadamente por ser membro dos órgãos de administração ou fiscalização ou por dispor de acesso regular a informação privilegiada e participar nas decisões sobre gestão e estratégia da entidade ou; (ii) titular, individual ou conjuntamente, de, pelo menos, metade do respetivo capital social ou direitos de voto, bem como as entidades que tenham sido constituídas em benefício de qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores.

Acresce que os Estatutos da Galp subordinam a aprovação de negócios com acionistas de valor superior a 20 milhões de Euros a deliberação favorável por uma maioria qualificada de dois terços dos administradores em exercício de funções, refletindo a especial exigência de governo societário a que estas transações se encontram sujeitas.

c) Comissões no Seio do Órgão de Administração ou Supervisão e Administradores Delegados

27. Identificação das comissões criadas no seio, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento

Comissão Executiva

O atual Conselho de Administração designou, na reunião de 16 de abril de 2015, uma Comissão Executiva composta por sete membros, tendo igualmente aprovado a respetiva delegação de competências e o regulamento que define os princípios e as regras básicas relativas à sua organização e ao seu funcionamento, o qual pode ser consultado no sítio oficial da Galp em http://www.galpenergia.com/PT/investidor/GovernoCorporativo/Orgaos-sociais/Documents/Regulamento_CE_PT_Web.pdf

O Conselho de Administração da Galp tem entendido não se justificar a constituição de comissões especializadas com competências em matéria de avaliação de desempenho da administração ou governo societário.

Este entendimento deriva do modelo de governo societário implementado, que integra um Conselho de Administração que reflete sobre o funcionamento do sistema de governo societário e o qual é maioritariamente composto por membros não executivos (incluindo o presidente), que acompanham a avaliação do desempenho global do Conselho de Administração e a análise do perfil adequado ao exercício das funções de administrador. Neste contexto, importa também salientar a existência da Comissão de Remunerações que avalia o desempenho dos administradores executivos com o apoio dos administradores não executivos, e a existência de um Conselho Fiscal, que analisa a estrutura e as práticas de governo adotadas, no sentido de verificar a sua eficácia.

Comité de Sustentabilidade

Na Galp, a gestão para a sustentabilidade é tida como estratégica, consistindo na incorporação de princípios, abordagens e práticas em favor da componente de longo prazo da criação de valor. Trata-se, portanto, de gerir para criar valor sustentável, duradouro e gerador de confiança no futuro para os vários *stakeholders*.

Com o intuito de promover a criação de valor sustentável, foi criado, em 2012, o Comité de Sustentabilidade, com a missão de assegurar a integração dos princípios de sustentabilidade na gestão do grupo Galp, promovendo as melhores práticas do sector em todas as suas áreas de negócio e centro corporativo.

Atualmente, o Comité é presidido pelo vice-presidente independente do Conselho de Administração e conta, enquanto membros permanentes, com o presidente da Comissão Executiva, o administrador executivo que coordena a área de sustentabilidade e os responsáveis pelas áreas de negócio e direções corporativas relevantes. Este órgão reporta diretamente à Comissão Executiva e ao Conselho de Administração.

Em 2016, o Comité de Sustentabilidade reuniu por quatro vezes e, nas respetivas agendas, abordaram-se as seguintes matérias:

- análise do desempenho da Galp, dos seus compromissos, objetivos e metas;
- análise e partilha do contexto de sustentabilidade da Galp, como suporte à estratégia e desenvolvimento das operações;
- integração de práticas de sustentabilidade no desenvolvimento do negócio;
- alinhamento das práticas de sustentabilidade da Galp com as melhores práticas internacionais e *benchmarking* com pares e performers de referência;
- monitorização do processo de auscultação de *stakeholders* e análise de materialidade de temas de sustentabilidade;
- análise e preparação de informação para comunicação e diálogo com as partes interessadas;
- integração do preço de carbono na análise de investimento de novos projetos.

Outras comissões especializadas

O Conselho de Administração deliberou ainda a atribuição a dois administradores não executivos independentes, Sérgio Gabrielli e Abdul Magid Osman, do encargo especial de acompanhamento da evolução dos mercados do Brasil e de Moçambique, respetivamente, com a perspetiva de assegurar uma análise estratégica detalhada de dois mercados geográficos centrais para a atividade da Empresa.

Em face do enquadramento jurídico nacional, na Galp não existe uma comissão de nomeações. Com efeito, apesar de não haver um impedimento legal relativamente à sua existência, uma tal comissão não poderia substituir-se à competência dos acionistas na eleição dos membros do Conselho de Administração, de acordo com o artigo 391.º do CSC.

28. Composição, se aplicável, da Comissão Executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s)

A Comissão Executiva da Galp é constituída atualmente pelos seguintes sete administradores:

Presidente: Carlos Gomes da Silva (CEO)

Vogais: Filipe Crisóstomo Silva (CFO)
Thore E. Kristiansen
Carlos Costa Pina
José Carlos da Silva Costa
Pedro Ricardo
Tiago Câmara Pestana

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências

A Comissão Executiva é o órgão responsável pela gestão corrente da Galp, de acordo com as linhas de orientação estratégica definidas pelo Conselho de Administração e ao abrigo dos poderes que lhe foram delegados por este mesmo conselho.

A delegação da gestão corrente da Sociedade na Comissão Executiva aprovada pelo Conselho de Administração, nos termos dos artigos 17.º e 18.º dos Estatutos e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 407.º do CSC, tem os seguintes limites:

1. Não são objeto de delegação na Comissão Executiva os seguintes poderes:

- a) escolha do presidente da Comissão Executiva;
- b) cooptação de administradores;

- c) pedido de convocação de assembleias gerais da Sociedade;
- d) aprovação de relatórios de gestão e contas anuais;
- e) prestação de cauções e de garantias pessoais ou reais pela Sociedade;
- f) mudança de sede e aumentos de capital, nos termos previstos no contrato de Sociedade;
- g) projetos de fusão, de cisão e de transformação da Sociedade.

2. Não são considerados poderes de gestão corrente da Sociedade, não sendo assim delegados na Comissão Executiva, os seguintes:

- a) aprovação de investimentos estratégicos da Sociedade e das sociedades dominadas pela Sociedade e aprovação dos respetivos financiamentos;
- b) aprovação de desinvestimentos estratégicos da Sociedade e das sociedades dominadas pela Sociedade;
- c) participação, nomeadamente através da aquisição, direta ou indireta, de participações, em sociedades que não prossigam as atividades operacionais principais prosseguidas pelas sociedades dominadas pela Sociedade (i.e., exploração, produção, refinação, transporte, comercialização e distribuição de petróleo e gás);
- d) estabelecimento de parcerias estratégicas no contexto das atividades operacionais principais prosseguidas pelas sociedades dominadas pela Sociedade;
- e) aprovação e modificação dos planos estratégicos da Sociedade e das sociedades dominadas pela Sociedade que prossigam atividades principais do grupo Galp
- f) aprovação do orçamento anual e planos de negócios do grupo Galp, bem como modificações aos mesmos que excedam em 20% o valor da rubrica em causa do orçamento ou em 10% o valor total do orçamento anual;
- g) transações da Sociedade, ou das sociedades dominadas pela Sociedade, com entidades relacionadas ou com quaisquer acionistas da Sociedade, de montante unitário ou global superior a €20.000.000,00 (vinte milhões de Euros);
- h) definição e organização da estrutura empresarial do grupo Galp;
- i) proposta e exercício do direito de voto, na eleição dos conselhos de administração das sociedades dominadas pela Sociedade;

- j) emissão de obrigações ou outros instrumentos de dívida pela Sociedade ou por sociedades dominadas pela Sociedade;
- k) projetos de cisão, fusão, dissolução de quaisquer sociedades dominadas pela Sociedade;
- l) celebração pelas sociedades dominadas pela Sociedade de contratos de subordinação e contratos de grupo paritário.

Sem prejuízo dos limites da delegação de poderes indicados nos n.ºs 1 e 2 acima, cabe à Comissão Executiva um especial dever de iniciativa e de proposta, ao Conselho de Administração, relativamente aos atos e às matérias constantes das alíneas do n.º 2 supra.

Para efeitos da delegação de poderes na Comissão Executiva, a expressão «sociedades dominadas» corresponde às seguintes sociedades ou aquelas que as sucedam:

- a) Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.
- b) Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A.
- c) Galp Energia, S.A.
- d) Galp Gás Natural, S.A.
- e) Galp Gas & Power, SGPS, S.A.
- f) Galp Energia España, S.A.U.
- g) Lisboagás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.
- h) Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A.
- i) Petrogal Brasil, S.A.
- j) Petrogal Angola, Lda.
- k) Petrogal Moçambique, Lda.
- l) Petrogal Guiné-Bissau, Lda.
- m) Galp Energia E&P, B.V.
- n) Galp Sinopec Brazil Services, B.V.

Na reunião do Conselho de Administração de 16 de abril de 2015 foi definida pelo presidente da Comissão Executiva uma afetação funcional entre os membros da Comissão Executiva de áreas de atuação relativas aos negócios e atividades da Sociedade e das sociedades dominadas ou participadas, nos termos previstos no seu regulamento, sem prejuízo do exercício colegial dos poderes deste órgão, nos termos que a seguir se apresentam.

Áreas de atuação específica dos administradores executivos

| | Conselho de Administração | | Auditoria Interna ¹ | | | | |
|---------------------|---|---|--------------------------------|---|--|------------------------------|--------------------------|
| | Carlos Gomes da Silva CEO | Filipe Silva CFO | Thore E. Kristiansen COO | José Carlos Silva COO | Tiago Câmara Pestana COO | Pedro Carmona Ricardo COO | Carlos Costa Pina CRO |
| Unidades de Negócio | | | Exploração & Produção | Aprovisionamento, Refinação e Planeamento | Distribuição Oil Ibérica e Internacional | Gas & Power | Novas Energias |
| Galp Corporativa | Gabinete da Presidência e Comunicação Estratégia e Relações com Investidores Recursos Humanos Assuntos Jurídicos e Governance Relações Laborais | Planeamento e Controlo Corporativo Finanças Corporativas Assessoria e M&A | | | | | Gestão de Risco |
| Galp Soluções | | Contabilidade e Fiscalidade | | Compras e Contratos Gestão de Património | | | Sistemas de Informação |
| Galp Tec | Investigação e Tecnologia | | | Engenharia e Gestão de Projetos | | | AQS e Sustentabilidade |

¹ Reporte hierárquico ao presidente do Conselho de Administração, reporte funcional ao Conselho Fiscal e reporte administrativo a Carlos Costa Pina

Para as matérias de gestão corrente no âmbito de solicitações dos operadores dos diversos blocos de exploração de petróleo em que a Galp participa, incluídos nos planos de desenvolvimento dos blocos e no orçamento e planos de atividade aprovados, a Comissão Executiva delegou nos administradores executivos Thore Kristiansen, Filipe Crisóstomo Silva e José Carlos Silva a aprovação das respetivas decisões, nomeadamente autorização de despesas (*Authorization for Expenditures*), chamadas de capital (*Cash Call*) e voto por escrito (*Ballot*).

A Comissão Executiva funciona de acordo com os princípios e as regras básicas constantes do seu regulamento e deve reunir uma vez por semana, tendo realizado 46 reuniões em 2016.

Com vista a assegurar um efetivo e eficiente acompanhamento pelos membros não executivos da atividade da Comissão Executiva e facilitar o exercício do respetivo direito à informação, foram adotados diversos mecanismos destinados ao eficiente acompanhamento e coordenação dos trabalhos da Comissão Executiva por parte dos membros com funções não executivas, nos termos que se seguem.

As convocatórias e as atas das reuniões da Comissão Executiva são enviadas ao presidente do Conselho de Administração e ao presidente do Conselho Fiscal.

De acordo com o Regulamento do Conselho de Administração, o presidente da Comissão Executiva informa regularmente o presidente do Conselho de Administração da agenda das reuniões da Comissão Executiva, das decisões adotadas nas suas reuniões e de outras matérias que considere relevantes para o bom desempenho das atribuições e responsabilidades do Conselho de Administração. O presidente do Conselho de Administração e quaisquer dois administradores não executivos podem pedir diretamente ao presidente da Comissão Executiva informações sobre a atividade da Comissão Executiva.

Nos termos do artigo 407.º, n.º 8 do CSC, foi assegurado ao presidente do Conselho de Administração e a um membro especialmente designado para esse efeito pelo Conselho de Administração na sua reunião de 24 de abril de 2015, o direito de assistência às reuniões da Comissão Executiva.

De acordo com o Regulamento da Comissão Executiva, o presidente da Comissão Executiva informa regularmente o presidente do Conselho de Administração acerca de quaisquer matérias que considere relevantes para o bom desempenho das atribuições e responsabilidades do Conselho de Administração. Todo e qualquer membro da Comissão Executiva tem o dever de, quando solicitado por outro membro dos órgãos sociais, prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por este requeridas.

As principais atividades desenvolvidas pela Comissão Executiva durante o ano de 2016 no exercício e nos limites das suas competências envolveram, nomeadamente:

- a) aprovação de operações a realizar pelas unidades de negócio e empresas do Grupo;
- b) apreciação dos resultados com periodicidade mensal;
- c) aprovação de propostas a submeter ao Conselho de Administração sobre matérias da sua competência exclusiva previstas nos Estatutos e no Regulamento do Conselho de Administração;
- d) aprovação de transações relevantes;
- e) apreciação de informação das comissões especializadas, designadamente, no âmbito da gestão do risco e da sustentabilidade;

- f) aprovação de operações de aumento e redução de capital das empresas do grupo Galp, realização e reembolsos de prestações acessórias e suprimentos;
- g) alteração de Estatutos de empresas do Grupo;
- h) aquisição e alienação de bens imóveis;
- i) aprovação de cartas de conforto por empresas do Grupo;
- j) indicação de sentido de voto e designação de representantes em reuniões de Assembleia Geral de empresas participadas e outras entidades.

III – Fiscalização

(Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão)

a) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização (Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão) correspondente ao modelo adotado

De acordo com o modelo de governo adotado, o Conselho Fiscal é o órgão responsável pela fiscalização da Sociedade.

Nos termos do artigo 413.º, n.º 1, alínea b) do CSC, a fiscalização da Galp, enquanto sociedade aberta, no que respeita ao exame das contas da Sociedade, integra ainda um ROC, com as funções previstas no artigo 446.º do CSC, e que não é membro do Conselho Fiscal.

31. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação, e data do termo de mandato de cada membro, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação, por força do disposto no n.º 18

De acordo com os Estatutos da Sociedade, o Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e um suplente, eleitos por deliberação da Assembleia Geral, que elege igualmente o presidente daquele Conselho.

Os membros do Conselho Fiscal são eleitos para mandatos de quatro anos, conjuntamente com os membros dos restantes órgãos sociais.

O Conselho Fiscal da Sociedade foi eleito na reunião da Assembleia Geral de 16 de abril de 2015 para o mandato de 2015-2018.

A identificação dos membros do Conselho Fiscal e as datas da respetiva designação e termo do mandato constam do quadro seguinte.

| Nome | Cargo | Data da primeira designação | Data do termo de mandato |
|--------------------------|----------------|-----------------------------|--------------------------|
| Daniel Bessa | Presidente | 2006.10.05 | 2018.12.31 |
| Gracinda Raposo | Vogal | 2011.05.30 | 2018.12.31 |
| Pedro Antunes de Almeida | Vogal | 2012.11.23 | 2018.12.31 |
| Amável Calhau | Vogal suplente | 2006.10.05 | 2018.12.31 |

32. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do artigo 414.º, n.º 5 do CSC, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação, por força do disposto no n.º 19

Nos termos do artigo 414.º, n.º 5 do CSC, considera-se independente o membro do Conselho Fiscal que não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na Sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

- ser titular ou atuar em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital social da Sociedade;
- ter sido reeleito por mais de dois mandatos, de forma contínua ou intercalada.

O Conselho Fiscal integra atualmente dois membros independentes, a saber, Gracinda Raposo e Pedro Almeida. Quanto ao presidente do Conselho Fiscal, a sua nomeação para completar o mandato 2005-2007, ocorreu no seguimento de alterações ocorridas na estrutura acionista da Galp e regras acordadas entre os acionistas relativamente à eleição dos membros dos órgãos sociais (Acordo Parassocial, celebrado em 2006). Neste sentido deve-se considerar o mandato de 2008-2010 como a primeira nomeação. Atento o exposto e considerando a reconhecida e prestigiada idoneidade e qualidade empresarial e científica do presidente do Conselho Fiscal da Galp, a Empresa considera que deve ser igualmente reconhecida a sua independência.

33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação, por força do disposto no n.º 21

Os membros do Conselho Fiscal possuem competências e qualificações profissionais adequadas ao exercício das respetivas funções, apresentando-se no Anexo 8.7 a síntese curricular de cada membro.

b) Funcionamento

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação, por força do disposto no n.º 24

As competências do Conselho Fiscal e as regras relativas ao seu funcionamento encontram-se definidas no regulamento deste órgão, aprovado a 16 de abril de 2015, que pode ser consultado no sítio da Internet da Galp, em <http://www.galpenergia.com/PT/investidor/GovernoCorporativo/Orgaos-sociais/Documents/Regulamento-do-CF-2015.pdf>

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas, consoante aplicável, de cada membro do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação, por força do disposto no n.º 25

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento do Conselho Fiscal, este órgão reúne obrigatoriamente pelo menos uma vez por trimestre, devendo também reunir sempre que o presidente o convoque para o efeito, por sua própria iniciativa, ou a pedido do presidente do Conselho de Administração, do presidente da Comissão Executiva ou do ROC.

Em 2016, o Conselho Fiscal realizou 13 reuniões.

A assiduidade dos membros do Conselho Fiscal às reuniões realizadas em 2016 foi a seguinte:

| Administradores | Presença | Representação | Ausência | Assiduidade |
|--------------------------|----------|---------------|----------|-------------|
| Daniel Bessa | 13 | 0 | 0 | 100% |
| Gracinda Raposo | 12 | 0 | 1 | 97,4% |
| Pedro Antunes de Almeida | 13 | 0 | 0 | 100% |

36. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do Grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação, por força do disposto no n.º 26

De um modo geral, os membros do Conselho Fiscal da Galp apresentam um elevado grau de disponibilidade para o exercício das respetivas funções.

Apresentam-se no Anexo 8.8 os cargos exercidos pelos membros do Conselho Fiscal no decurso do exercício de 2016.

c) Competências e funções

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo

Em conformidade com o regime jurídico da supervisão de auditoria aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, que transpôs para o ordenamento jurídico nacional a Diretiva 2014/56/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril, a contratação pela Galp ou por sociedade em relação de domínio ou de grupo de serviços adicionais ao auditor externo ou a qualquer entidade que com ele se encontre em relação de participação ou que integre a mesma rede, é precedida de parecer do Conselho Fiscal, que avalia as razões para a sua contratação e o cumprimento dos requisitos de independência do auditor, solicitando, sempre que necessário, a informação devida às áreas envolvidas.

Os serviços adicionais prestados em 2016 pelo auditor externo encontram-se descritos nos pontos 46 e 47 do presente capítulo deste Relatório.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras

Ao Conselho Fiscal cabe o papel de fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna, bem como o de avaliar anualmente o funcionamento dos sistemas e os respetivos procedimentos internos, fortalecendo assim o ambiente de controlo interno, nomeadamente através de recomendações e propostas de ajustamento ao funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos.

O Conselho Fiscal acompanha o funcionamento do sistema de governo societário adotado pela Galp e o cumprimento das normas legais e estatutárias, bem como a evolução legislativa e regulamentar em matéria de governo societário, designadamente as recomendações e regulamentos emitidos pela CMVM, apresentando propostas tendentes ao aperfeiçoamento do governo da Sociedade.

De acordo com o regime jurídico da Supervisão de Auditoria acima referido, o órgão de fiscalização da Galp tem ainda como deveres: (i) informar o órgão de administração dos resultados da revisão legal das contas e explicar o modo como esta contribuiu para a integridade do processo de preparação e divulgação de informação financeira, bem como o papel que o órgão de fiscalização desempenhou nesse processo; (ii) acompanhar o processo de preparação e divulgação de informação financeira e apresentar recomendações ou propostas para garantir a sua integridade; (iii) fiscalizar a eficácia dos sistemas de controlo de qualidade interno e de gestão do risco e de auditoria interna, no que respeita ao processo de preparação e divulgação de informação financeira, sem violar a sua independência; (iv) acompanhar a revisão legal das contas anuais individuais e consolidadas, nomeadamente a sua execução, tendo em conta as eventuais constatações e conclusões da CMVM, enquanto autoridade competente pela supervisão de auditoria; (v) verificar e acompanhar a independência do revisor oficial de contas ou da sociedade de revisores oficiais de contas nos termos legais, e, em especial, verificar a adequação e aprovar a prestação de outros serviços, para além dos serviços de auditoria; (vi) selecionar os revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas a propor à Assembleia Geral para eleição e recomendar justificadamente a preferência por um deles.

O Conselho Fiscal tem ainda como função emitir parecer sobre a realização de negócios entre a Sociedade e partes relacionadas, bem como receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Empresa, seus clientes ou fornecedores.

IV - Revisor Oficial de Contas

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 420.º do CSC, compete ao Conselho Fiscal propor à Assembleia Geral a nomeação do ROC ou sociedade de revisores oficiais de contas (SROC).

Neste sentido, a Assembleia Geral aprovou, na reunião de 16 de abril de 2015, sob proposta do Conselho Fiscal, a eleição, para o mandato relativo ao quadriénio 2015/2018, de:

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., NIPC 506628752, com sede no Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 – 3.º, 1069-316 Lisboa, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o n.º 183 e inscrita na CMVM com o n.º 20161485, representada por António Joaquim Brochado Correia, ROC n.º 1076, ou por Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão, ROC n.º 902, para o exercício das funções de ROC efetivo; e de José Manuel Henriques Bernardo, NIF 192184113, ROC n.º 903, com domicílio na Rua Ilha dos Amores, n.º 52, Bloco A, 1.º Dto., 1990-375 Moscovide, para o exercício das funções de ROC suplente.

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da Sociedade e/ou Grupo

O ROC da Galp exerce as respetivas funções desde o dia 16 de abril de 2015.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à Sociedade

A descrição de outros serviços prestados pelo ROC à Sociedade encontra-se efetuada nos pontos 46 e 47 do presente capítulo deste Relatório.

V - Auditor externo

42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do artigo 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM

O atual auditor externo do grupo Galp é a PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., sendo representado pelo sócio ROC António Joaquim Brochado Correia, ROC n.º 1076.

43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da Sociedade e/ou do Grupo

O auditor externo e o respetivo sócio ROC que o representa exercem funções consecutivamente junto da Galp e do respetivo Grupo desde 2011, ano em que foi designado após concurso, para o triénio 2011-2013.

Sob proposta do Conselho Fiscal, e pelo interesse da Sociedade em assegurar a continuidade da prestação de serviços de auditoria, a Galp procedeu ao prolongamento do contrato de auditoria externa com a PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. para os mandatos de 2014 e 2015-2018.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções

A política de rotação do auditor externo da Galp praticada pela Galp prevê a seleção do auditor externo e respetivo sócio ROC pelo Conselho Fiscal ao fim de três mandatos, mediante um processo de consulta prévia às principais auditoras de reputação internacional para um período de três anos.

Tendo em conta a política de rotação acima referida e a legislação recentemente publicada sobre esta matéria, no final do atual mandato (31 de dezembro de 2018) será dado cumprimento às novas regras de rotação obrigatória do revisor oficial de contas/auditor externo através da seleção de um novo auditor mediante concurso.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita

O Conselho Fiscal, enquanto interlocutor da Empresa e primeiro destinatário da informação elaborada pelo auditor externo, avalia anualmente a atividade do auditor externo, apreciando criticamente os relatórios e outra documentação que produza.

O Conselho Fiscal representa a Sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe ainda, de acordo com o n.º 4 do artigo 19.º dos Estatutos, propor à Assembleia Geral a nomeação do ROC ou da SROC e a respetiva remuneração.

No âmbito dos seus trabalhos específicos de auditoria/ revisão legal de contas, o auditor externo da Galp verifica a aplicação das políticas e dos sistemas de remunerações dos órgãos sociais, bem como a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno, reportando ao Conselho Fiscal quaisquer deficiências detetadas.

Compete ainda ao Conselho Fiscal a nomeação e a destituição do auditor externo, nos termos do regulamento aprovado, bem como propor a respetiva remuneração.

O Conselho Fiscal assegura que, no plano organizativo da Sociedade, nomeadamente no relacionamento com

o Conselho de Administração e a Comissão Executiva, são disponibilizadas ao auditor externo a informação e as demais condições apropriadas para a realização da respetiva prestação de serviços.

O Conselho Fiscal apresenta anualmente, no relatório anual de atividades, a avaliação do auditor externo.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a Sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação

Em 2016 foram prestados pelo auditor externo à Sociedade e a sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio os seguintes serviços distintos dos de auditoria:

- apoio a questionários e *assessment* de recursos humanos (Nota 1);
- apoio na preparação de informação não financeira no âmbito da sustentabilidade (Nota 1);
- consultoria administrativa e jurídica (Nota 1);
- estudo de governance e controlo interno
- consultoria a projetos diversos.

Os serviços distintos dos de auditoria representaram 29,1% do valor total dos serviços prestados pelo auditor externo.

Na contratação de serviços ao auditor externo são observados suficientes procedimentos internos de salvaguarda da independência dos auditores, através da definição criteriosa dos trabalhos em sede de contratação. De forma a salvaguardar a independência do auditor externo, é expressamente proibida a aquisição de todo o tipo de serviços suscetíveis de pôr em causa tal independência.

As propostas de prestação de serviços apresentadas pelo auditor são analisadas e avaliadas e, sempre que possível, comparadas com o mercado mediante processos de consulta, e subsequentemente, submetidas a aprovação do Conselho Fiscal.

Os serviços prestados pelo auditor externo em 2016 na área de recursos humanos não incluíram qualquer tipo de apoio à atividade da Comissão de Remunerações.

Os serviços prestados pelo auditor externo sobre *governance* e controlo interno respeitaram a análise comparativa de melhores práticas observáveis no mercado.

Nota 1: Serviços iniciados no exercício 2015 e anteriores.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços. [Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de maio.]

Em 2016, a remuneração paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede foi a que se apresenta no quadro seguinte.

| Pela Sociedade | | |
|--|-------------|------|
| Valor dos serviços de revisão de contas | 18.400,00 € | 1,2% |
| Valor dos serviços de garantia de fiabilidade | 17.250,00 € | 1,1% |
| Valor dos serviços de consultoria fiscal | 0 € | 0% |
| Valor de outros serviços que não revisão de contas | 0 € | 0% |

| Por entidades que integrem o Grupo | | |
|--|--------------|-------|
| Valor dos serviços de revisão de contas | 608.750,00 € | 39,9% |
| Valor dos serviços de garantia de fiabilidade | 439.209,74 € | 28,8% |
| Valor dos serviços de consultoria fiscal | 0 € | 0% |
| Valor de outros serviços que não revisão de contas | 443.717,98 € | 29,1% |

C – Organização interna

I - Estatutos

48. Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos da Sociedade (artigo 245.º-A, n.º 1, al. h)

De acordo com o n.º 4 do artigo 12.º dos Estatutos da Sociedade, as deliberações da Assembleia Geral sobre alterações dos Estatutos da Sociedade só se consideram aprovadas se reunirem uma maioria qualificada de dois terços dos votos emitidos.

II - Comunicação de irregularidades

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na Sociedade

A Galp baseia o exercício da sua atividade em princípios de lealdade, correção, honestidade, transparência e integridade, com pleno respeito pela Lei e pelas melhores práticas internacionais, dando particular atenção à criação de regulamentação interna das condutas concretizadoras destes princípios e à formação dos seus colaboradores nestes temas, no conjunto das empresas do Grupo.

A aprovação do novo Código de Ética e Conduta da Galp em reunião do Conselho de Administração da Galp ocorrida no dia 24 de julho de 2015, e consequente aprovação do mesmo pelos conselhos de administração das sociedades participadas, constitui uma das principais medidas de implementação da cultura corporativa do Grupo.

A apresentação de denúncias neste âmbito encontra-se regulada no «Procedimento de Comunicação de Irregularidades – Linha de Ética», aprovada em 3 de dezembro de 2015 pelo Conselho Fiscal e objeto de divulgação interna junto de todos os colaboradores da Galp e sociedades participadas através dos meios de comunicação normais, bem como externa através do sítio oficial da Galp em http://www.galpenergia.com/PT/investidor/GovernoCorporativo/Documents/Procedimento_Comunicacao_Irregularidades_Linha_Etica.pdf

O Procedimento de Comunicação de Irregularidades visa permitir que qualquer parte interessada relacionada com a Galp, nomeadamente os colaboradores, membros de órgãos sociais, acionistas, investidores, clientes, fornecedores ou parceiros de negócio comuniquem à CEC o conhecimento ou fundadas suspeitas da ocorrência de quaisquer irregularidades, situações de incumprimento do Código de Ética e Conduta, de normas que o desenvolvam ou que versem sobre os temas nele elencados, nos domínios da contabilidade, dos controlos contabilísticos internos, da auditoria, da luta contra a corrupção e do crime bancário e financeiro.

O aludido procedimento aplica-se à Galp e a todas as sociedades em que a Galp detenha direta ou indiretamente 50% ou mais do capital social ou nas quais exerça o controlo de gestão, em todas as zonas geográficas onde o Grupo opera.

As denúncias apresentadas no âmbito da linha de ética são recebidas e tratadas pela CEC da Galp, a qual foi constituída pelo Conselho Fiscal e reporta a este órgão social responsável pela fiscalização da Sociedade.

A segurança da informação recebida acerca de irregularidades e dos respetivos registos encontra-se assegurada por normas internas da Galp, em conformidade com a legislação aplicável em matéria de proteção de dados e segurança de informação ou legislação que a venha a substituir.

O tratamento de dados pessoais no âmbito do Procedimento de Comunicação de Irregularidades é realizado ao abrigo da Autorização n.º 7924/2015, conferida pela Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), cujas condições e limites são os fixados na referida Autorização e na Deliberação n.º 765/2009 da CNPD ou daquela que a substitua.

A informação comunicada ao abrigo do referido procedimento é utilizada apenas para as finalidades nele previstas.

Sem prejuízo do disposto no Código de Ética e Conduta, o Procedimento de Comunicação de Irregularidades tem natureza voluntária, pelo que a sua não utilização não acarreta penalidades.

Assegura-se à pessoa identificada pela denúncia o direito de informação sobre a entidade responsável, os factos denunciados e a finalidade do tratamento, bem como o direito de acesso aos dados que lhe respeitam e o direito de requerer a sua retificação ou supressão se forem inexatos, incompletos ou equívocos.

A Galp e sociedades participadas garantem que as entidades que comuniquem a prática ou suspeita de qualquer irregularidade ou forneçam informação no âmbito da investigação de comunicações de irregularidades apresentadas não serão sujeitas a qualquer ação de retaliação, intimidação ou discriminação, incluindo ação disciplinar ou retenção ou suspensão de pagamentos.

A utilização abusiva ou de má-fé do mecanismo de comunicação de irregularidades é suscetível de originar procedimento disciplinar ou judicial, conforme aplicável, caso a conduta o justifique, conforme disposto no Código de Ética e Conduta.

Não são consideradas as reclamações apresentadas quanto à qualidade dos produtos fornecidos ou dos serviços prestados.

Em caso de arquivamento liminar do processo, o Conselho Fiscal assegura a destruição da informação comunicada e recolhida. Os dados pessoais objeto de denúncia são de imediato destruídos caso se revelem inexatos ou inúteis. Quando não houver lugar a procedimento disciplinar ou judicial, os dados são destruídos no prazo de seis meses a contar da conclusão do processo.

Em caso de procedimento disciplinar ou judicial, os dados são conservados por um período máximo de seis meses subsequentes ao termo desse procedimento.

Cada processo de reporte de irregularidades é tratado como confidencial e todas as pessoas com acesso à informação constante nos processos de alegadas irregularidades ficam obrigadas a guardar sigilo.

Por motivos de confidencialidade apenas têm acesso aos processos de comunicação de irregularidades os membros do Conselho Fiscal, os membros da CEC e, numa base de estrita necessidade, os membros da Comissão Executiva e os colaboradores ou consultores externos expressamente designados para apoiar o trabalho da CEC.

A comunicação de irregularidades por qualquer parte interessada deve ser efetuada por escrito, através de correio eletrónico ou carta dirigidos à CEC, para o seguinte endereço:

Endereço eletrónico:

opentalk@galp.com

Endereço postal:

Comissão de Ética e Conduta da Galp Energia, SGPS, S.A.
Edifício Galp, Torre A
Rua Tomás da Fonseca
1600-209 Lisboa, Portugal

As comunicações de irregularidades devem adotar um formato que garanta a sua confidencialidade até à receção pela CEC, identificar o autor, cuja identidade é mantida confidencial, conter uma descrição sobre todos os factos e informações que possam suportar a apreciação da irregularidade comunicada ou, caso se trate de uma sugestão, os elementos concretos que possam evitar ou diminuir a probabilidade de uma irregularidade.

O contacto com a CEC deve ser realizado através dos canais de comunicação atrás referidos, sem prejuízo da possibilidade de a CEC solicitar os contactos presenciais necessários ao apuramento das informações recebidas.

O colaborador que tenha denunciado irregularidades fica obrigado a prestar à CEC todas as informações de que disponha e a colaborar no respetivo processo de averiguação.

No ano de 2016 foram reportados à CEC e por esta investigados cerca de dez casos ao abrigo do Procedimento de Comunicação de Irregularidades, os quais foram analisados e reportados ao Conselho Fiscal para decisão.

III - Controlo interno e gestão de riscos

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno

As matérias relativas à definição dos sistemas de controlo interno da Galp constituem funções atribuídas à Direção de Gestão de Risco e Direção de Assuntos Jurídicos e *Governance*, integradas no Centro Corporativo.

À Direção de Auditoria Interna, ao Auditor Externo e ao Conselho Fiscal cabe o papel de fiscalizar a eficácia do sistema de controlo interno e avaliar o funcionamento do sistema e dos respetivos procedimentos internos.

O Conselho de Administração é responsável pela definição da estratégia e supervisão da gestão do risco, sendo o acompanhamento assegurado pela Comissão Executiva, em particular pelo seu membro com a responsabilidade da gestão do risco da Galp.

No âmbito das suas funções, o ROC e o Auditor Externo avaliam os mecanismos de controlo interno dos principais ciclos funcionais das empresas do Grupo, com efeitos no relato financeiro.

A implementação dos sistemas de controlo interno cabe às unidades locais de gestão e controlo do risco (*Local Risk Officers*) das unidades de negócio e empresas do Grupo.

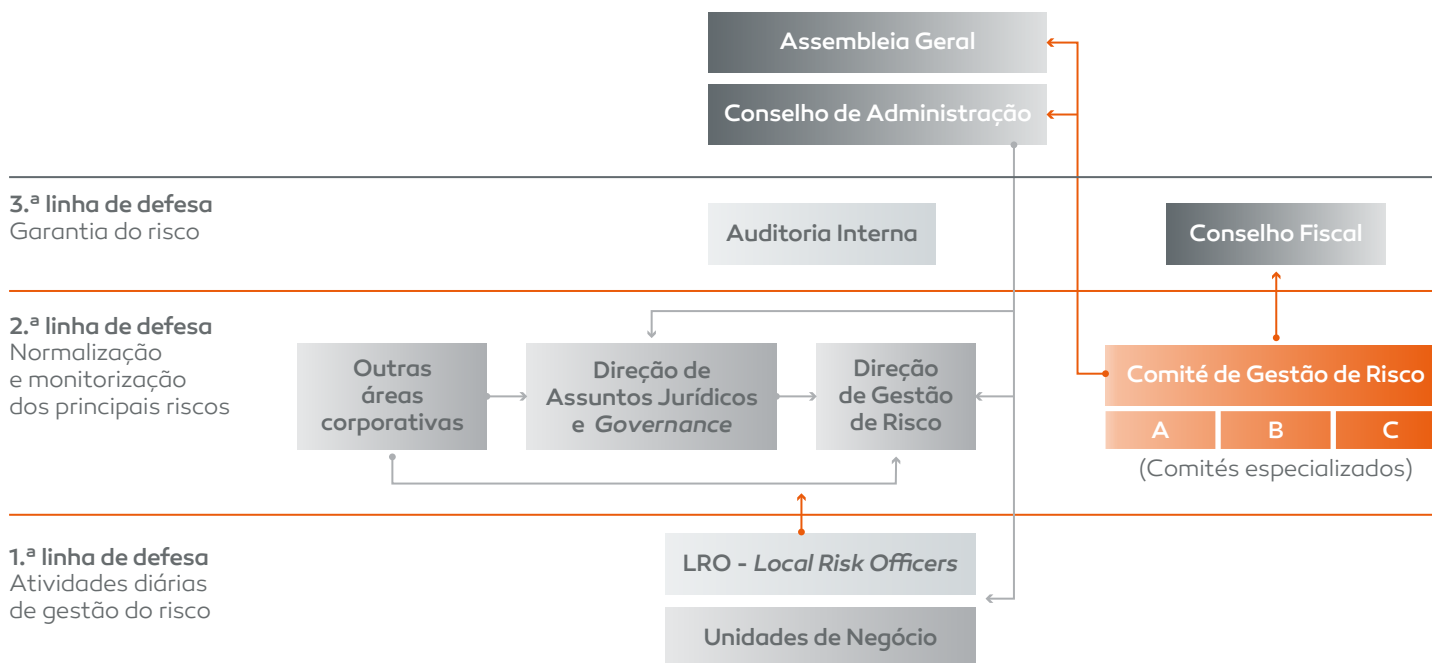
51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional, face a outros órgãos ou comissões da Sociedade

A existência de um quadro regulamentar robusto e de uma abordagem disciplinada do risco são elementos importantes numa organização com uma grande diversificação geográfica para assegurar que a execução

é realizada de acordo com os objetivos estratégicos, que os riscos aceites são devidamente recompensados e que são criadas mais-valias a longo prazo para os acionistas.

Na Galp, a organização e a estrutura de *governance* da gestão do risco assenta no modelo das «três linhas de defesa», em conformidade com as melhores práticas geralmente aceites, tal como esquematizado no organograma abaixo. A gestão diária do risco, a normalização e a monitorização dos principais riscos, e a garantia do risco, correspondem à primeira, segunda e terceira linhas de defesa, respetivamente.

Gestão do Risco Corporativo da Galp (Enterprise Risk Management - ERM)



A Gestão do Risco da Galp é abordada na política de gestão do risco. Esta abordagem possibilita um relacionamento consistente entre as atividades diárias de gestão do risco, a supervisão do risco estratégico e corporativo, e a supervisão do risco e garantia de *governance*, que permite:

- identificar e compreender o ambiente de risco, avaliar e comunicar o valor potencial de exposição ao risco, determinar e implementar a melhor forma de capturar ou mitigar a referida exposição ao risco – 1.ª linha de defesa;
- monitorizar o risco a nível corporativo, definir padrões de risco e comunicar periodicamente o risco e o *status* dos planos de ação ao Comité de Gestão do Risco, à Comissão Executiva, ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração – 2.ª linha de defesa;
- supervisionar e avaliar, por recurso a entidades internas e externas independentes, a eficácia da gestão do risco e do processo de controlo interno – 3.ª linha de defesa.

Com base na estratégia aprovada, o Conselho de Administração é o responsável máximo por estabelecer o nível de risco que a Galp está disposta a aceitar - o apetite ao risco e a tolerância ao risco - e por garantir o alinhamento da estratégia com esse nível de risco.

Embora estas sejam responsabilidades do Conselho de Administração, este pode delegar poderes na Comissão Executiva.

Com efeito, cabe à Comissão Executiva supervisionar a gestão do risco com foco nos principais riscos que o grupo Galp enfrenta, incluindo riscos estratégicos, operacionais, financeiros e regulatórios, identificados e descritos no ponto 53 deste capítulo deste Relatório.

Suportada no Comité de Gestão de Risco, a Comissão Executiva acompanha os riscos mais relevantes, bem como a execução dos projetos críticos sob o ponto de vista do risco.

O membro do Conselho de Administração com a responsabilidade da gestão do risco da Galp é membro da Comissão Executiva e presidente do Comité de Gestão de Risco, assegurando, assim, que as discussões dos temas de risco são consistentes e efetivas a todos os níveis. O Chief Risk Officer é responsável pela supervisão e coordenação dos processos de avaliação de risco e respetivas ações de mitigação em toda a Organização, bem como pela gestão adequada dos mesmos, garantindo que as linhas de orientação do Conselho de Administração e da Comissão Executiva são cumpridas e que são refletidas em políticas e procedimentos.

A Direção de Auditoria Interna avalia, de forma independente e sistemática, o adequado funcionamento dos sistemas de controlo interno e gestão de risco do Grupo, assim como a efetividade e a eficácia da implementação de controlos e de ações de mitigação, informando e alertando regularmente o presidente do Conselho de Administração e o Conselho Fiscal para factos relevantes, identificando oportunidades de melhoria, e promovendo a sua realização.

Pretende-se, assim, assegurar a aplicação efetiva do sistema de gestão de risco através do controlo contínuo da respetiva adequação e eficácia, avaliada pela sua adequabilidade para garantir a monitorização permanente dos riscos a que a Galp está exposta e a implementação das medidas corretivas adequadas.

A Direção de Auditoria Interna define anualmente um plano de auditorias, baseado nos resultados da avaliação do risco dos diferentes processos e das várias unidades de negócio e nas prioridades estratégicas da Galp, que é aprovado pelo presidente do Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal.

Apesar de depender hierarquicamente do presidente do Conselho de Administração, a Auditoria Interna reporta funcionalmente ao Conselho Fiscal, que aprova o plano anual de atividades de auditoria interna e acompanha a sua execução.

Ao Conselho Fiscal cabe o papel de fiscalizar a eficácia dos sistemas de controlo interno e de auditoria interna, bem como o de avaliar anualmente o funcionamento dos sistemas e os respetivos procedimentos internos, fortalecendo, assim, o ambiente de controlo interno.

No âmbito da respetiva função fiscalizadora, o Conselho Fiscal acompanha os planos de trabalho e os recursos afetos à Direção de Auditoria Interna e à Direção de Assuntos Jurídicos e *Governance*, sendo destinatário de relatórios periódicos realizados por estes serviços, assim como de informações sobre matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.

As funções de gestão de risco identificadas no ponto anterior são acompanhadas pelo Comité de Gestão de Risco.

No âmbito do Comité de Gestão de Risco funciona um grupo de trabalho que se subordina a temas relacionados com segurança, saúde, ambiente, qualidade e alterações ao contexto regulatório. Garante-se deste modo que estas matérias são devidamente integradas no sistema de gestão de risco da Empresa.

O modelo de relacionamento entre os órgãos, áreas e comissões responsáveis pela implementação de sistemas de controlo interno privilegia a gestão centralizada dos riscos, ao nível da Direção de Gestão de Risco.

Esta área é responsável por definir, monitorizar e avaliar riscos e medidas de mitigação, garantindo o alinhamento com as políticas e estratégias aprovadas, por garantir a consistência dos princípios, dos conceitos, das metodologias e das ferramentas de avaliação e gestão de risco de todas as unidades de negócio e empresas do Grupo.

A Direção de Gestão de Risco tem como missão assegurar a aplicação efetiva do sistema de gestão de risco, através do relacionamento com a Comissão Executiva, Comité de Gestão de Risco e *focal points* das unidades de negócio e empresas do Grupo. Compete-lhe:

- promover a implementação e coordenação da política e dos níveis aceitáveis de risco (apetite e tolerância ao risco);
- propor e garantir a aplicação da estratégia de gestão de risco adequada ao perfil de risco aprovado;
- desenvolver metodologias de avaliação de risco e garantir a sua consistência transversal a toda a Organização;
- liderar o processo de avaliação, monitorização e mitigação de riscos em colaboração com as unidades de negócio;
- suportar o Comité de Risco, a Comissão Executiva e o Conselho de Administração na definição da estratégia e das políticas de risco, na supervisão dos riscos e respetivas medidas de mitigação ao nível do Grupo;
- monitorizar o perfil de risco e reportar ao Comité de Risco, à Comissão Executiva e ao Conselho de Administração.

Os Local Risk Officers são responsáveis pela identificação, avaliação e gestão dos riscos nas respetivas unidades de negócio, tendo em consideração as normas de gestão de risco definidas. São ainda responsáveis por incorporar a informação de risco no seu processo de decisão, garantindo o cumprimento das políticas e procedimentos da gestão de risco aprovadas. Além disso, devem elaborar, reportar e publicar informação sobre a exposição ao risco na sua unidade de negócio.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos

Como referido e descrito anteriormente, todas as estruturas orgânicas da Galp têm responsabilidades no controlo dos respetivos riscos.

Além das descritas no ponto 50 supra, salientamos a Direção de Ambiente, Qualidade, Segurança e Sustentabilidade e a Direção de Sistemas de Informação, não obstante o envolvimento de todas as equipas Galp na implementação do processo de controlo de riscos no decorrer das suas atividades.

Com efeito, à Direção de Ambiente, Qualidade, Segurança e Sustentabilidade foram atribuídas competências pela gestão corporativa do risco ambiental, *safety e security*, em particular, por definir e propor metodologias de avaliação de risco ambiental e de segurança das atividades do grupo Galp e de qualidade dos produtos, em articulação com as unidades de negócio, assegurando a definição e programação de ações com vista à eliminação ou minimização daqueles riscos.

Cabe à área de cibersegurança da Direção de Sistemas de Informação definir e gerir a política de cibersegurança dos sistemas de informação do Grupo e dos seus dados e apoiar as unidades de negócio na gestão do risco e *business continuity*.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a Sociedade se expõe no exercício da atividade

As operações comerciais da Galp têm uma natureza de longo prazo, o que implica que muitos dos riscos a que está exposta sejam permanentes. No entanto, os fatores desencadeadores dos riscos, internos ou externos, são mutáveis e podem desenvolver-se e evoluir com o tempo, podendo variar em probabilidade, gravidade e detetabilidade.

Identificamos abaixo os riscos com elevada prioridade no que se refere à supervisão específica que deverá ser levada a cabo pelo Conselho de Administração. Ressalte-se, não obstante, que os mesmos poderão sofrer atualizações ao longo do ano, em resposta a alterações provocadas por fatores exógenos ou endógenos.

Refira-se ainda que não pode haver qualquer certeza quanto à eficácia das atividades de gestão do risco, nomeadamente no que concerne a mitigação desses ou de qualquer outro risco.

Riscos principais (por ordem alfabética) :

- crédito;
- dependência de parceiros;
- descoberta e desenvolvimento de recursos e reservas de petróleo e gás natural;
- eventos disruptivos;
- execução de projetos;
- geopolíticos;
- incertezas regulatórias e de *compliance*;
- TI e cibersegurança;
- volatilidade de preços e mercados.

Os principais riscos e incertezas da Galp são geridos, monitorizados e comunicados ao nível de contraparte, projeto, sector industrial e geográfico, de acordo com o caso.

Os riscos identificados através do nosso processo de gestão do risco são ordenados de acordo com o seu grau de prioridade e, dependendo da respetiva probabilidade, gravidade e detetabilidade, são comunicados ao administrador com o pelouro da gestão do risco. Os referidos riscos são discutidos na unidade de negócio responsável por eles («dona» do risco) e o seu alinhamento com os níveis aceitáveis da Galp é verificado em conjunto com a equipa de Gestão do Risco corporativo.

A responsabilidade da gestão dos riscos, e a respetiva análise periódica, é atribuída à empresa ou ao líder funcional. A Galp dispõe de estratégias de gestão dos riscos que classificam os riscos por categorias de resposta, conforme seja decidido evitar, transferir, reduzir ou aceitar o risco. As referidas estratégias de resposta são definidas de forma a assegurar que os riscos se encontram dentro das orientações gerais aceitáveis pela Comissão Executiva da Galp.

Dependendo da natureza do risco envolvido e da empresa ou função específica afetada, a Galp utiliza uma vasta gama de estratégias de mitigação.

A incorporação da atividade de seguros na Direção de Gestão do Risco corporativo permite otimizar a transferência do risco, sempre que isso se revele ser a melhor opção.

| Risco principal | Descrição e impacto | Formas de mitigação |
|---------------------------------|--|--|
| Crédito | <p>O risco decorre da possibilidade de uma contraparte não cumprir as suas obrigações contratuais de pagamento, o que significa que o nível de risco depende da sua capacidade financeira.</p> <p>O risco inclui tanto a possibilidade de uma das partes poder não cumprir as obrigações de pagamento assumidas através da celebração de contratos para aplicações financeiras e instrumentos de cobertura (relacionados com taxa de câmbio, taxa de juro ou outras), como os riscos provenientes de relações comerciais entre a Empresa e os seus clientes.</p> <p>O aumento da exposição ao risco pode, de forma relevante e adversa, afetar os resultados operacionais e a situação financeira da Galp.</p> | <p>O risco de crédito é gerido ao nível das unidades de negócio, de acordo com as diretrizes da Comissão Executiva, designadamente no que se refere aos limites de exposição de crédito e ações para minimizar ou eliminar o risco em operações com clientes ou contrapartes financeiras. As referidas ações incluem avaliação e análise prévia do potencial de crédito do cliente (manual de gestão do crédito, limite e <i>rating</i>) ou contraparte financeira; gestão de coberturas através de garantias bancárias, seguros de crédito ou outras; monitorização de crédito concedido; esforços adequados de cobrança de dívidas e gestão eficiente de contenciosos; elaboração cuidadosa de contratos, com a inclusão de condições comerciais adequadas; monitorização da rentabilidade do cliente, incluindo potenciais reembolsos; otimização dos canais de vendas e de distribuição.</p> |
| Dependência de parceiros | <p>Muitos dos principais projetos da Galp são realizados através de parcerias, podendo ser operados por terceiros, e geridos por acordos de <i>joint ventures</i>. Nesses acordos de parceria, a Empresa pode ficar vulnerável a eventos que afetem os seus parceiros, embora não estejam relacionados com a Galp.</p> <p>Os parceiros da Empresa podem também aprovar determinadas matérias sem o consentimento da Empresa.</p> <p>Os parceiros podem não ter capacidade para cumprir as suas obrigações em determinados projetos ou perante terceiros e, dessa forma, afetar a viabilidade dos projetos.</p> <p>Todos estes riscos podem colocar em perigo a execução de projetos e, em último caso, condicionar e interferir com a implementação da estratégia da Galp, podendo ter um impacto negativo nos resultados operacionais e na sua situação financeira.</p> | <p>Apesar de a Galp não operar os projetos de E&P mais relevantes no seu portefólio, a Empresa está ativamente envolvida na respetiva execução. Com efeito, a Galp monitoriza diariamente a atividade de cada projeto, utilizando equipas multidisciplinares internas, e mantém contacto direto com os operadores, que são essencialmente constituídos por empresas internacionais com uma vasta experiência no sector e de elevada reputação.</p> <p>A Galp utiliza um processo decisório de triagem prévia em relação à seleção dos parceiros estratégicos, utilizando ainda processos de <i>due diligence</i>. A Empresa desenvolve também um longo processo de negociações, que inclui redação, análise e assinatura dos Acordos de Operação Conjunta, (JOA – <i>Joint Operation Agreements</i>), por forma a assegurar os direitos e poderes da Galp nas estruturas de governance em regime de <i>joint venture</i>. A Empresa pode ainda exercer eventuais direitos de veto no âmbito de determinados processos de decisão em consórcio.</p> |

| Risco principal | Descrição e impacto | Formas de mitigação |
|---|---|--|
| <p>Dependência de parceiros (cont.)</p> | | <p>No âmbito dos ativos de E&P não operados pela Galp, as aquisições de bens e serviços regem-se por JOA, celebrados com os parceiros. Nestes acordos, é assegurado um alinhamento, entre todos os parceiros, sobre os critérios de qualidade, responsabilidade social e Saúde, Segurança e Ambiente (SSA), para a pré-qualificação de fornecedores nos processos de compra. A contratação local é um requisito, variando consoante a zona geográfica e atendendo às especificidades dos contratos de concessão.</p> <p>A Galp considera que a sua experiência comprovada e diversificada, combinada com o conhecimento adquirido nos vários projetos em que está envolvida, é um fator-chave que lhe permite ter influência nas parcerias em que participa. No entanto, o objetivo da Empresa consiste em continuar a desenvolver a sua atividade de E&P, o que tende a aumentar a sua capacidade de controlo e influência.</p> |
| <p>Descoberta e desenvolvimento de recursos e reservas de petróleo e gás natural</p> | <p>A futura produção de petróleo e de gás natural da Galp depende do seu sucesso na aquisição, descoberta e desenvolvimento, de forma consistente e rentável, de novas reservas para substituição das reservas já produzidas. No entanto, a capacidade da Empresa em adquirir e encontrar novos recursos e reservas está sujeita a diversos riscos.</p> <p>As estimativas relativas às reservas e recursos de petróleo e gás natural baseiam-se nos dados geológicos, tecnológicos e económicos disponíveis, estando, por isso, sujeitas a um grande número de incertezas. O rigor dessas estimativas depende de numerosos fatores, pressupostos e variáveis, alguns dos quais estão para além do controlo da Empresa. Estes fatores incluem alteração nos preços do petróleo e do gás natural, o que pode ter impacto na quantidade de reservas comprovadas (visto que as reservas são calculadas com base nas condições económicas vigentes à data do respetivo cálculo); alterações no regime fiscal aplicável ou noutros regulamentos e condições contratuais, que ocorram após a data de cálculo das reservas (o que pode afetar a viabilidade económica do desenvolvimento dessas reservas); e determinadas ações de terceiros, incluindo dos operadores que atuam em áreas em que a Galp está envolvida.</p> | <p>A Galp possui um conjunto de ativos excecionais. Todos os projetos realizados pela Empresa são rigorosamente analisados e submetidos à equipa de gestão para aprovação, a qual só é dada quando o valor esperado for superior ao custo do capital estimado.</p> <p>A Empresa tem uma equipa multidisciplinar, sob a responsabilidade do administrador da área de E&P, dedicada à identificação e avaliação de novas áreas que contribuam para a expansão da sua base de recursos. A Galp tem vindo a envidar esforços no sentido de alargar a sua base de conhecimentos e reforçar a competência técnica das suas equipas, com vista a melhor dominar e controlar as diferentes áreas das atividades de exploração e produção, incluindo a estimativa das suas reservas e recursos.</p> |

| Risco principal | Descrição e impacto | Formas de mitigação |
|--|---|--|
| <p>Descoberta e desenvolvimento de recursos e reservas de petróleo e gás natural (cont.)</p> | <p>As atividades de E&P são normalmente desenvolvidas em ambientes extremamente desafiadores, com riscos potenciais de falhas técnicas e catástrofes naturais. Um determinado número de fatores, tais como condições inesperadas de perfuração, de pressão ou irregularidades nas formações geológicas, avaria de equipamentos ou acidentes, condições climáticas adversas, incumprimento dos requisitos impostos por entidades governamentais, bem como falhas ou atrasos na disponibilização de plataformas de perfuração e no fornecimento de equipamento, poderão conduzir a custos mais elevados ou a <i>downsizing</i> (redução de efetivos) e a atraso ou suspensão das atividades de perfuração.</p> <p>Além disso, os blocos de produção de petróleo e gás natural são normalmente disponibilizados pelas autoridades governamentais. A Galp está sujeita a uma forte concorrência na licitação desses blocos, particularmente no que se refere aos que são considerados potencialmente mais atrativos em termos de recursos. Devido a essa concorrência, a Galp pode não ser capaz de obter os blocos de produção pretendidos, ou pode ter que pagar um preço mais elevado para os obter, o que pode afetar a viabilidade económica da produção subsequente.</p> <p>Os projetos podem ser sancionados com base em pressupostos incorretos ou informação inadequada. Os projetos podem ser entregues com atraso, ultrapassar o orçamento ou ter níveis inferiores aos padrões de fiabilidade operacional. Se não tiver êxito no <i>de-risk</i> dos recursos e no desenvolvimento de reservas, o total das reservas provadas da Empresa pode diminuir e a Galp pode correr o risco de não alcançar os seus objetivos de produção. Isso poderá afetar de forma negativa os resultados e a posição financeira da Empresa.</p> | <p>De referir ainda que a Galp aplica aos seus projetos-chave um mecanismo de aprovação por etapas que considera a maturidade e o risco do projeto em questão. Este processo permite a avaliação do perfil de risco do projeto ao longo de várias etapas, dando suporte a uma decisão que o otimiza.</p> <p>Neste momento, e considerando as formas de mitigação existentes, a Galp dispõe de uma base considerável de recursos contingentes que lhe proporciona uma posição confortável e sustentável no que se refere ao desenvolvimento futuro dos seus ativos.</p> <p>Todos os anos, a Galp recorre a uma empresa de verificação externa e independente para proceder à certificação das reservas e recursos que possui.</p> |
| <p>Eventos disruptivos (incluindo qualquer interrupção nas operações da unidade industrial, que dê origem a impactes catastróficos ao nível de SSA)</p> | <p>A variedade e a complexidade das operações da Galp - nomeadamente na exploração e produção em águas ultraprofundas ou no processo de refinação - acarretam riscos potenciais consideráveis. Esses riscos incluem incidentes como catástrofes naturais, agitação civil, guerra e terrorismo. Está ainda incluída a exposição a riscos genéricos operacionais, de saúde e de segurança pessoal, bem como os relativos a atividades criminais.</p> | <p>A Galp entende que o ambiente, a saúde e a segurança dos seus colaboradores, clientes e comunidade, em combinação com a proteção dos ativos, é fundamental para assegurar que a Empresa é sustentável. Consequentemente, a Empresa estabeleceu um compromisso no sentido de integrar os aspetos mais importantes de SSA na estratégia e nas suas atividades, bem como assegurar uma melhoria contínua do seu desempenho.</p> |

| Risco principal | Descrição e impacto | Formas de mitigação |
|--|---|--|
| <p>Eventos disruptivos (incluindo qualquer interrupção nas operações da unidade industrial, que dê origem a impactes catastróficos ao nível de SSA) (cont.)</p> | <p>Um incidente importante deste tipo poderá causar ferimentos, perda de vidas, danos ambientais ou destruição de instalações. Dependendo da causa e gravidade, qualquer um desses incidentes pode afetar a reputação, o desempenho operacional e a posição financeira da Galp.</p> | <p>É também importante destacar o sistema de gestão de SSA. Ao implementar as diretrizes deste sistema nas suas operações diárias, as unidades de negócio podem identificar e gerir os próprios riscos operacionais através do ciclo total dos diferentes projetos, equipamentos e ativos.</p> <p>A Galp tem também um programa de seguros que inclui, entre outras, responsabilidade civil, para minimizar o impacte de quaisquer riscos potenciais que se materializem.</p> |
| <p>Execução de projetos</p> | <p>O crescimento orgânico da Empresa depende da criação de uma carteira de ativos de elevada qualidade e da concretização de investimento nas melhores opções. Se a Galp não fizer uma seleção eficiente e não desenvolver os seus investimentos, o resultado pode ser uma perda de valor e/ou custos de investimento mais elevados, pondo em risco a implementação do seu plano estratégico.</p> <p>O sucesso dos projetos de grande dimensão é, pois, essencial para o crescimento futuro da Galp. A não execução destes projetos dentro do orçamento e prazos estabelecidos, e em conformidade com as especificações previamente definidas, pode ter influência na execução da estratégia da Galp, bem como nos seus resultados, reputação e situação financeira.</p> <p>No entanto, a execução de projetos está exposta a uma diversidade de riscos, designadamente no âmbito da saúde, segurança e ambiente, económicos, técnicos, comerciais, legais e regulatórios.</p> <p>Paralelamente, a atividade da Galp depende do desempenho dos seus parceiros, de vários prestadores de serviços e de outras partes contratadas, pelo que a Empresa está exposta ao risco de execução através destas entidades.</p> | <p>Na Galp, a decisão final de investimento num projeto é tomada após a revisão detalhada de estudos de viabilidade, da avaliação de variáveis-chave na fase de implementação, da definição do conceito de desenvolvimento, bem como das medidas de mitigação que podem proteger a execução futura do projeto.</p> <p>Além das equipas que analisam detalhadamente a viabilidade de cada projeto, a Galp tem uma equipa que analisa a carteira de projetos/ativos e a forma como a mesma se ajusta à estratégia da Empresa. O objetivo consiste em assegurar que a Galp escolhe os seus investimentos de forma a proteger o valor acionista e garantir a sustentabilidade da Empresa.</p> <p>Na fase de execução, a Empresa monitoriza constantemente os fatores críticos de forma a identificar potenciais riscos o mais rapidamente possível, garantindo dessa forma uma atempada implementação de medidas corretivas. Também no que se refere aos projetos em que não é operadora, a Empresa procede à monitorização das atividades e participa nas várias fases do projeto, com equipas multidisciplinares internas.</p> |

| Risco principal | Descrição e impacto | Formas de mitigação |
|--|---|---|
| <p>Execução de projetos (cont.)</p> | | <p>É ainda importante a informação recolhida em cada projeto, a qual é posteriormente utilizada em outros projetos, permitindo à Empresa beneficiar da curva de experiência e aprendizagem. A Galp está presente em numerosos projetos a nível mundial, o que lhe permite tirar proveito da experiência e conhecimento diversificados que possui, aplicando diversas técnicas e curvas de experiência de uma região para outra.</p> <p>Relativamente ao risco que resulta do desempenho dos seus parceiros, é de destacar que a Galp desenvolve parcerias com empresas de referência no sector, reconhecidas pelo seu conhecimento e experiência. Acerca deste tema, recomenda-se a consulta da secção relativa ao risco «Dependência de Parceiros».</p> <p>No que se refere ao risco que advém de contratar fornecedores, prestadores de serviços e outros terceiros, a Galp analisa e implementa um processo de seleção e contratação que combina vários critérios no âmbito operacional, de compliance e de SSA.</p> |
| <p>Geopolíticos</p> | <p>A Galp desenvolve os seus projetos de E&P mais relevantes em países que não integram a região da Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Económico (OCDE), o que pode levantar algumas questões no que se refere a falhas de segurança, perturbação civil ou expropriação de ativos e, conseqüentemente, comprometer e afetar de forma negativa os resultados das operações e a situação financeira da Galp, colocando em risco a implementação da estratégia da Empresa.</p> <p>Neste âmbito, destaca-se o projeto Lula/Iracema no Brasil, que é atualmente o maior contribuidor para a base de reservas de petróleo e gás natural da Empresa. Embora, até à data, a Galp não tenha tido quaisquer problemas materiais com as suas operações naquele país, não existem garantias de que esses eventos não possam ocorrer no futuro. Assim, apesar de as autoridades e o governo brasileiro terem vindo a cooperar em termos de desenvolvimento das reservas de petróleo e gás natural do país, qualquer circunstância adversa que possa surgir durante a fase de desenvolvimento dos projetos de E&P pode pôr em risco as operações desenvolvidas naquele país. Assim, as metas de produção estabelecidas pela Empresa podem estar comprometidas e afetar negativamente os resultados das operações e a sua situação financeira.</p> | <p>A Galp está permanentemente atenta a todos os eventos que ocorram nos países em que desenvolve a sua atividade e que possam ter implicações na atividade da Empresa, nomeadamente no Brasil, em Angola e em Moçambique.</p> <p>No caso do Brasil, a presença da Empresa e as relações que construiu com a empresa petrolífera de referência, a Petrobras, facilitam a existência de um canal de comunicação aberto e permitem-lhe reagir de forma atempada, designadamente no que se refere ao processo de tomada de decisão e à sua subsequente capacidade de influenciar as partes interessadas a nível local, incluindo a empresa sua parceira.</p> |

| Risco principal | Descrição e impacto | Formas de mitigação |
|--|---|---|
| <p>Incertezas regulatórias e de <i>compliance</i></p> | <p>Os principais projetos de E&P da Galp estão localizados em países não europeus, com economias em vias de desenvolvimento ou onde a conjuntura política e regulatória tem um historial de instabilidade.</p> <p>Além disso, a Galp abastece-se de gás natural para o seu negócio de supply & trading na Argélia e na Nigéria e vende produtos petrolíferos em outros países africanos. Por conseguinte, uma parcela dos proveitos da Galp provém, e provirá cada vez mais, ou estará dependente, de países com maior risco económico e político.</p> <p>Estes incluem a possível expropriação e nacionalização de bens, aumentos significativos de impostos e <i>royalties</i> sobre a produção de petróleo e gás natural, entre outros.</p> <p>Além disso, alterações políticas podem levar a alterações no contexto em que a Empresa desenvolve as suas atividades, tais como alterações regulatórias sobre matérias como a atribuição de licenças de exploração e produção, e à imposição de obrigações específicas sobre as atividades de perfuração e exploração.</p> <p>Embora a Galp não tenha experienciado, até à data, perturbações de relevo resultantes de instabilidade económica ou política, ou alterações no enquadramento legal, regulatório ou fiscal, possíveis perturbações futuras podem afetar negativamente a sua atividade, resultados operacionais e situação financeira.</p> <p>As atividades de <i>downstream</i> na Península Ibérica estão também sujeitas a riscos de natureza política, legal e regulatória. De facto, quaisquer alterações a estes níveis podem ter impacto no contexto do negócio em que a Empresa opera, afetando potencialmente a atividade da Galp e os seus resultados operacionais.</p> <p>Alterações significativas aos regimes fiscais em vigor nos países onde a Galp desenvolve as suas atividades de <i>downstream</i> podem ter também um impacto materialmente adverso nos resultados operacionais e na situação financeira da Empresa.</p> <p>A Galp considera que atua de acordo com os padrões internacionais aplicáveis em todos os países em que desenvolve a sua atividade. No entanto, quaisquer irregularidades (reais ou alegadas) podem ter um efeito adverso muito importante na capacidade da Galp em desenvolver a sua atividade.</p> | <p>Em relação aos riscos de âmbito regulatório e de <i>compliance</i> a que a Empresa possa estar exposta nas suas atividades de E&P, a Galp atua em duas frentes distintas.</p> <p>Em primeiro lugar, a Empresa tem vindo a constituir uma carteira de projetos equilibrada com a entrada em novas zonas geográficas, o que contribui para a diminuição da exposição ao risco relativo a um qualquer país.</p> <p>O nível de exposição aos riscos regulatórios é analisado no processo de entrada em novas áreas, e potenciais alterações introduzidas pelos legisladores ou reguladores desses países são permanentemente monitorizadas, agindo a Galp em conformidade e por forma a proteger os interesses dos seus <i>stakeholders</i>.</p> <p>Em conformidade com as melhores práticas de <i>compliance</i>, a Galp implementou um procedimento em que as transações com novas contrapartes estão sujeitas a um processo de <i>due diligence</i>.</p> <p>Simultaneamente, a Galp tem um Código de Ética e Conduta e uma política anticorrupção que têm por objetivo a divulgação pública do seu compromisso em garantir permanentemente o total cumprimento das melhores práticas e legislação internacionais.</p> <p>De acordo com a atualização do seu Código de Ética e Conduta, a Galp implementou ainda uma nova versão do seu procedimento de comunicação de irregularidades que ocorram em empresas do Grupo. Este procedimento está em conformidade com as melhores práticas de <i>governance</i> corporativa e com as normas e regulamentos aplicáveis dos mercados de capital. Está ainda em linha com os princípios de lealdade, retidão, honestidade, transparência e integridade, nos quais se baseia a atividade da Galp, com a finalidade de promover uma cultura ética e responsável e evitar ou proibir práticas impróprias ou ilegais.</p> |

| Risco principal | Descrição e impacto | Formas de mitigação |
|--|---|--|
| Falhas de sistemas de informação e cibersegurança | <p>As falhas do sistema, quer sejam acidentais quer resultem de ações intencionais, tais como ataques informáticos ou outros, incluindo as que são provocadas por falhas de rede, de <i>hardware</i> ou de <i>software</i>, podem ter impactos nefastos a vários níveis.</p> <p>Essas falhas podem, nomeadamente, afetar a qualidade da atividade da Galp ou causar a interrupção da mesma, podem conduzir a perda, utilização indevida ou abusiva de informação sensível, perda de vidas, danos no ambiente ou em ativos e incumprimentos de âmbito legal ou regulatório, com possibilidade de aplicação de multas ou de qualquer outro tipo de medidas impostas pelas autoridades regulatórias.</p> <p>Estes acontecimentos podem ter consequências para a reputação da Empresa, comprometer gravemente as operações da Galp e resultar em custos significativos.</p> | <p>A Galp mitiga estes riscos através de um conjunto de medidas, incluindo procedimentos de controlo, sistemas de <i>backup</i>, bem como sistemas de proteção, tais como <i>firewalls</i>, antivírus e segurança de edifícios.</p> <p>Além disso, a Galp implementou políticas de segurança de informação e realiza regularmente auditorias, complementando-as com avaliações de risco informático no que se refere aos ativos mais importantes.</p> |
| Volatilidade de preços e mercados | <p>As cotações do petróleo, do gás natural, do GNL e de produtos derivados do petróleo são afetados pelas dinâmicas da oferta e da procura do mercado. Por seu turno, estas são influenciadas por diferentes fatores, tais como as circunstâncias económicas ou operacionais, catástrofes naturais, condições climáticas, instabilidade política, conflitos armados ou estrangimentos na oferta por parte de países exportadores de petróleo. Assim, no decurso das operações e atividades de trading, os resultados da Galp estão expostos à volatilidade dos preços do petróleo, do gás natural e de produtos derivados.</p> <p>Embora, a longo prazo, os custos operacionais tendam a estar alinhados com os aumentos e diminuições de preços das matérias-primas e produtos, não há garantias de que isso ocorra no curto prazo. Consequentemente, a diminuição no preço do petróleo ou do gás natural pode comprometer os planos de investimento, incluindo as atividades de exploração e desenvolvimento.</p> <p>Por outro lado, o aumento dos preços do petróleo ou do gás natural pode afetar o valor e a rentabilidade dos ativos da Galp. Embora os preços que a Empresa pratica junto dos seus clientes reflitam os preços de mercado, os mesmos podem não ser ajustados de imediato, podendo não refletir totalmente as alterações nos preços de mercado.</p> | <p>A presença da Galp simultaneamente no <i>upstream</i> e <i>downstream</i> tem permitido uma cobertura natural das suas atividades.</p> <p>Novos projetos e investimentos são avaliados internamente, tendo em consideração a análise de sensibilidade às variáveis-chave, designadamente dos preços das <i>commodities</i>.</p> <p>O risco associado à volatilidade dos preços das matérias-primas, nomeadamente a margem de refinação, é gerido ao nível das unidades de negócios, equilibrando as obrigações de aquisição e fornecimento.</p> <p>O referido risco é gerido através do instrumento disponibilizado pelos mercados <i>over-the-counter</i> (OTC) ou <i>Intercontinental Exchange</i> (ICE).</p> |

| Risco principal | Descrição e impacto | Formas de mitigação |
|--|--|---|
| Volatilidade de preços e mercados (cont.) | <p>Além do mais, as alterações significativas de preço que ocorram entre a compra das matérias-primas e a venda de produtos refinados podem afetar de forma negativa os resultados operacionais e a situação financeira da Galp.</p> <p>A Galp está ainda exposta às flutuações das taxas de câmbio devido ao facto de os resultados e o <i>cash flow</i> gerados pela venda do petróleo, do gás natural e de produtos refinados estarem normalmente relacionados com o dólar dos Estados Unidos e serem afetados pelas taxas de câmbio associadas a esta moeda.</p> <p>Nos países em que a Galp desenvolve, direta ou indiretamente, atividades comerciais, os resultados operacionais estão também expostos às flutuações das taxas de câmbio relevantes.</p> <p>A Galp está também exposta ao risco de câmbio no que se refere ao valor dos ativos financeiros e dos investimentos, principalmente os que são denominados em dólares dos Estados Unidos e em Reais do Brasil, que pode ter impacto na posição financeira da Empresa, dado que as demonstrações financeiras são expressas em Euros.</p> <p>Apesar da capacidade de acesso aos instrumentos de mercado destinados a cobrir o risco de taxa de juro, os custos de financiamento da Galp podem ser afetados pela volatilidade das taxas do mercado, que podem influenciar de forma negativa os seus resultados.</p> | <p>A taxa de juro, a taxa de câmbio e outros riscos financeiros, incluindo investimentos financeiros e dívida, são geridos de forma centralizada. A gestão do risco da taxa de juro visa reduzir a volatilidade dos encargos com juros através da utilização de instrumentos derivativos simples como, por exemplo, os <i>swaps</i>. Com o objetivo de mitigar o risco da taxa de câmbio, a Galp pode, quando o considere necessário, cobrir a sua posição através da utilização de derivativos, para os quais existe um mercado líquido.</p> |
| Captação e retenção de capital humano qualificado | <p>A execução bem-sucedida da estratégia empresarial da Galp depende da competência e dos esforços das suas equipas de colaboradores e gestores.</p> <p>No sector da energia, e em particular do petróleo e do gás, a concorrência em termos de capital humano com qualificações e experiência é muito acentuada.</p> <p>Se a Galp não conseguir, no futuro, atrair, reter e motivar o capital humano certo, tal pode comprometer o sucesso da Empresa e, conseqüentemente, os seus resultados operacionais e situação financeira.</p> | <p>A Galp posiciona-se como um empregador atrativo, oferecendo condições para atrair, desenvolver e reter o talento dos colaboradores, considerando os desafios estratégicos e de contexto que a Organização enfrenta.</p> <p>Para isso, a Empresa definiu uma estratégia para o capital humano com enfoque nos seguintes domínios de atuação: recrutamento, desenvolvimento, gestão de desempenho, compensação, sistemas de informação, acolhimento, aprendizagem e formação.</p> |
| Concorrência | <p>A indústria da energia é extremamente competitiva, estando também exposta a <i>players</i> de outros sectores.</p> <p>A concorrência pressiona os preços das matérias-primas e produtos, afeta nomeadamente as atividades de distribuição de produtos petrolíferos e exige um enfoque constante no controlo de custos e reforço da eficiência, ao mesmo tempo que se garante a segurança das operações.</p> | <p>Em face da concorrência existente no sector energético, e para reduzir a exposição aos riscos associados ao elevado nível de complexidade operacional no sector, a Galp aplica, de forma sistemática, as melhores práticas do sector.</p> |

| Risco principal | Descrição e impacto | Formas de mitigação |
|--|---|---|
| <p>Concorrência (cont.)</p> | <p>Neste contexto, a implementação da estratégia da Empresa requer esforços consideráveis no sentido da inovação e dos constantes progressos tecnológicos, incluindo os progressos obtidos no âmbito da exploração, produção, refinação e eficiência energética.</p> <p>O desempenho da Empresa pode ser afetado se os seus concorrentes desenvolverem ou adquirirem direitos de propriedade intelectual ou tecnologia de que a Empresa necessite ou se a Empresa não for capaz de acompanhar o sector em termos de inovação.</p> <p>Alguns concorrentes da Galp são operadores bem implantados nos mercados de referência, com dimensão e acesso a recursos relevantes.</p> <p>O peso destas empresas no mercado deve-se a uma combinação de fatores, incluindo risco diversificado e reduzido; capacidade financeira necessária para os desenvolvimentos que requerem elevados níveis de investimento; capacidade de beneficiar de economias de escala em termos de tecnologia e organização; e uma dimensão que lhes permite beneficiar de vantagens relacionadas com as competências adquiridas, infraestruturas estabelecidas e reservas. Dessa forma, essas empresas apresentam capacidade para realizar propostas competitivas com impactos diretos na eficácia das operações da Galp.</p> <p>A concorrência intensa a que a Empresa está sujeita pode afetar de forma adversa a sua atividade, os seus resultados operacionais e a sua situação financeira.</p> | <p>A Empresa tem implementada uma sólida cultura de I&D, de modo a acompanhar de forma constante os progressos mais recentes na indústria, estando comprometida com o desenvolvimento de competências, quer internamente, quer através de parcerias, que lhe permitam criar, estudar e implementar novas e melhores soluções técnicas e tecnológicas.</p> <p>Em relação ao facto de alguns concorrentes da Galp serem operadores de maior dimensão, com uma capacidade financeira potencialmente maior e com a possibilidade de acesso a um maior número de recursos, importa salientar que a Empresa tira partido das suas vantagens competitivas.</p> <p>No negócio de E&P, a Galp está envolvida em dois dos mais importantes projetos de desenvolvimento à escala mundial - o polo do pré-sal na bacia de Santos, no Brasil, e o projeto de GNL na bacia do Rovuma, em Moçambique, o que favorece a sua competitividade em relação a outras empresas do sector. Além disso, a Galp tem uma série de vantagens competitivas e mantém uma sólida estrutura de capital que suportam as suas atividades de E&P.</p> <p>Nos negócios de <i>downstream</i>, a Galp desenvolve um conjunto alargado de atividades ao longo da cadeia de valor, sendo um operador de referência na Península Ibérica, o seu mercado <i>core</i>, e tendo vindo a desenvolver competências relevantes que contribuem para a expansão da sua atividade no mercado internacional, nomeadamente no âmbito das suas atividades de trading.</p> |
| <p>Necessidades de financiamento e liquidez</p> | <p>Devido à sua estratégia e plano de investimentos, espera-se que a Galp venha a necessitar de fundos significativos.</p> <p>A Galp espera financiar uma parte substancial do seu plano de investimentos com a utilização do <i>cash flow</i> operacional, da caixa e equivalentes e outras linhas de crédito disponíveis.</p> | <p>Um dos pilares estratégicos da Galp é a manutenção de uma sólida estrutura de capital, designadamente através de uma forte disciplina financeira, o que deverá facilitar o acesso a diversas fontes de financiamento a custos competitivos.</p> |

| Risco principal | Descrição e impacto | Formas de mitigação |
|--|---|--|
| <p>Necessidades de financiamento e liquidez (cont.)</p> | <p>No entanto, se as suas operações não gerarem suficiente <i>cash flow</i>, a Empresa poderá ter de recorrer a outras fontes de financiamento externo, além das que tinha originalmente planeado, incluindo empréstimos bancários, colocação de dívida e capital próprio no mercado de capitais ou estabelecendo parcerias.</p> <p>Não há qualquer garantia de que a Galp consiga satisfazer todas as suas necessidades financeiras para executar o seu plano de investimentos em condições comercialmente aceitáveis.</p> <p>Se a Empresa não for capaz de lidar com as suas necessidades de financiamento e liquidez, poderá ter de reduzir o seu plano de investimentos, o que pode ter um impacto negativo no plano estratégico da Empresa, na sua atividade e, conseqüentemente, nos seus resultados operacionais.</p> | <p>A sólida estrutura de capital, o <i>cash flow</i> resiliente gerado pelos negócios de <i>downstream</i>, juntamente com a geração de <i>cash flow</i> esperada com o aumento de produção no Brasil, será essencial tanto para uma melhoria das condições de crédito permitindo prorrogar maturidades e negociando taxas competitivas, bem como para uma diversificação das fontes de financiamento.</p> <p>Além disso, a Galp tem mantido linhas de crédito num nível considerado adequado, o que lhe dá flexibilidade em termos de necessidades de tesouraria.</p> |
| <p>Perdas resultantes de atividades de trading</p> | <p>No decorrer da sua atividade, a Galp está sujeita a riscos operacionais inerentes às atividades de gestão de tesouraria e de trading.</p> <p>A Galp opera no mercado de derivados, dispendo de procedimentos destinados a limitar a exposição aos riscos que as referidas transações envolvem, realizados periodicamente.</p> <p>Em relação ao mercado físico de matérias-primas ligado à atividade da Galp, não há qualquer garantia de que, no futuro, a Empresa não venha a sofrer perdas devido à tendência para descida dos preços das referidas matérias-primas ou a outros fatores que possam influenciar as posições comerciais da Empresa. O controlo eficaz destas atividades depende da capacidade da Galp para processar, gerir e monitorizar um grande número de transações complexas, em diferentes mercados e moedas. Em relação a isso, qualquer evento que resulte em perdas pode ter um impacto negativo na atividade, nos resultados operacionais e na situação financeira da Galp.</p> | <p>A Galp tem implementado um conjunto de procedimentos que têm por objetivo a redução do risco das atividades de trading.</p> <p>Para uma atividade de trading bem sucedida é essencial assegurar uma oferta suficiente de produtos derivados do petróleo e matérias-primas, tais como petróleo e gás natural. Assim, a Galp visa manter um cabaz diversificado e flexível de aprovisionamento de crude, gás natural, GNL e eletricidade.</p> <p>Em relação ao trading de produtos petrolíferos, a prioridade da Empresa é a de colocá-los nos mercados de maior atratividade, como, por exemplo, na Península Ibérica, Estados Unidos da América e em mercados selecionados africanos. A Galp planeia a sua produção de forma adequada, analisando os melhores mercados para colocar os produtos disponíveis para trading. Em relação ao trading de GNL, além de assegurar um cabaz de aprovisionamento diversificado e flexível, a Galp procura manter uma base estável de procura de gás natural na Península Ibérica, o que, por sua vez, irá permitir a tomada de risco de aprovisionamento e a gestão eficaz do portefólio.</p> <p>Além disso, a Galp tem procedimentos e controlos implementados no sentido de limitar a exposição a riscos que envolvam operações de trading.</p> |

54. Identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos

O sistema de controlo interno consiste num conjunto de políticas e procedimentos adotados com a finalidade de assegurar, com uma probabilidade razoável de êxito, o cumprimento dos objetivos da Empresa em matéria de:

- condução das atividades de forma ordenada e eficiente;
- salvaguarda dos ativos;
- prevenção e deteção de fraudes e erros;
- cumprimento das leis e regulamentos; e
- fiabilidade do reporte financeiro.

Este sistema é baseado na orientação do COSO - Committee of Sponsoring Organisations of the Treadway Commission (Comité de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway), no que se refere aos principais componentes do controlo interno da Galp: ambiente de controlo, avaliação de risco, atividades de controlo, informação e comunicação e monitorização.

Metodologia de avaliação e gestão de riscos do grupo Galp



O ambiente de controlo constitui a base do sistema de controlo interno. Influencia a forma como a estratégia e os objetivos da Empresa são definidos, como as atividades operacionais são estruturadas e como a cultura de risco da Empresa é assumida. É composto por vários elementos, incluindo os valores, a atitude geral e o estilo de gestão.

O ambiente de controlo da Galp é baseado num conjunto de códigos, políticas, normas e procedimentos internos, que definem princípios de conduta ética e asseguram o escrutínio dos diferentes atos de gestão, em linha com as melhores práticas internacionais e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios, que foram adotados com a finalidade de assegurar, com razoável probabilidade, o cumprimento das metas da Empresa e das expectativas e exigências dos *stakeholders* internos e externos da Galp.

Uma atempada identificação dos fatores e a consequente avaliação de riscos permite que a Empresa identifique os potenciais eventos que podem afetar a prossecução dos objetivos corporativos. Assim, a Galp promove a contínua identificação de fatores e uma avaliação sistemática dos principais riscos que poderiam comprometer os objetivos das unidades de negócios. Este é um processo bottom up, da responsabilidade das diversas unidades de negócio «donas do risco».

Através de um processo que envolve a gestão do risco corporativo e as unidades de negócio, as opções adequadas para mitigação do risco são identificadas e selecionadas, considerando tanto o efeito dessas opções sobre a probabilidade e impacto de eventos, como o custo de cada opção em relação aos respetivos benefícios. Após ter escolhido a opção, a unidade de negócio prepara um plano de ação de resposta para mitigar, transferir, evitar ou aceitar o risco.

As atividades de controlo destinadas a garantir que as respostas ao risco são eficazes, permitindo alcançar os objetivos, são da responsabilidade de cada unidade de negócio. No entanto, a equipa de gestão do risco corporativo e os comités criados com essa finalidade são também intervenientes. Os riscos residuais são avaliados e os desvios face ao nível de risco assumido no plano de negócios da unidade de negócio são identificados, o que garante a monitorização e a comunicação do plano de mitigação.

Este processo está em conformidade com o que é recomendado pela COSO e está ilustrado no gráfico anterior, que mostra também a sequência e as dependências das diversas atividades.

Para assegurar um sistema de controlo interno efetivo, a Galp promove o intercâmbio de informação de relevo, mantendo uma comunicação permanente com os vários intervenientes, tanto internos como externos.

Atendendo a que os riscos inerentes e a eficácia dos controlos internos dependem de variáveis internas e externas, este processo não é estático. Por essa razão, é uma boa prática fazer uma reavaliação periódica do risco das atividades principais da Galp, com o objetivo de garantir que existe um alinhamento entre o perfil do risco, decidido pela administração, e o plano de mitigação implementado pelas unidades de negócio.

Finalmente, são conduzidas auditorias operacionais, de *compliance* e financeiras, assim como revisões aos sistemas de informação, com a finalidade de testar a efetividade dos mecanismos de controlo interno implementados.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (artigo 245.º-A, n.º 1, al. m)

O processo de divulgação de informação financeira pela Galp é acompanhado tanto pelos órgãos de administração e fiscalização como pelas unidades de negócio e pelo Centro Corporativo. Os documentos de apresentação de informação financeira ao mercado de capitais são elaborados pela Direção de Estratégia e Relações com Investidores (DERI), com base na informação disponibilizada pelas unidades de negócio, pela Direção de Contabilidade e Fiscalidade e pela Direção de Planeamento e Controlo Corporativo. Antes da divulgação, os documentos são enviados aos órgãos de administração e de fiscalização. Todos os documentos de apresentação de informação financeira são aprovados por estes dois órgãos antes de serem divulgados.

IV – Apoio ao investidor

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto

Composição

O serviço responsável pelo apoio ao investidor está integrado na DERI e tem a seguinte composição:

Diretor: Pedro Dias

Investor Relations Officer: Otelo Ruivo

Colaboradores: Cátia Lopes, João G. Pereira, João P. Pereira, Teresa Rodrigues

Principais funções

A DERI assume todas as funções do gabinete de apoio aos investidores. Este departamento depende diretamente do Chief Executive Officer (CEO) e tem por missão elaborar, gerir e coordenar todas as atividades necessárias para que sejam atingidos os objetivos da Galp no que respeita às relações com o mercado de capitais, nomeadamente acionistas, sejam aqueles denominados de referência ou os detentores de participações minoritárias, investidores institucionais e analistas financeiros.

A área de Relações com Investidores (RI) é responsável por garantir que o resultado da comunicação ao mercado de capitais seja uma perceção integral e consistente da estratégia e das operações da Galp, para que os investidores sejam capazes de tomar decisões informadas. Para este fim, a área de RI presta ao mercado informação relevante, clara e precisa acerca da Galp, de forma regular, transparente e oportuna, visando a simetria de informação no mercado.

A área de RI tem igualmente a seu cargo o cumprimento das obrigações legais de informação junto das autoridades de regulação e do mercado, que incluem a elaboração dos relatórios de divulgação de resultados e das atividades do Grupo, a redação e divulgação de comunicados acerca de informação relevante, a resposta aos pedidos de informação de investidores, analistas financeiros e outros participantes no mercado de capitais, assim como o apoio à Comissão Executiva em aspetos relacionados com o estatuto de sociedade aberta.

A área de RI acompanha a evolução da cotação das ações da Galp e das suas empresas comparáveis e apoia a equipa de gestão nos contactos, diretos e regulares, com analistas financeiros e investidores institucionais, nacionais e estrangeiros, quer em conferências e apresentações coletivas direcionadas a investidores, quer em reuniões bilaterais.

Informação disponibilizada

A política de comunicação da Galp com o mercado de capitais tem por objetivo disponibilizar toda a informação relevante, de modo a permitir a formação de juízos fundamentados acerca da evolução da atividade da Empresa, dos resultados alcançados e esperados, assim como dos diversos riscos e oportunidades que podem afetar a atividade da mesma.

Neste sentido, a Galp promove uma comunicação transparente e coerente, apoiada na explicação dos critérios utilizados na prestação da informação e no esclarecimento dos motivos conducentes à eventual alteração dos mesmos, de modo a facilitar a comparação da informação prestada em períodos diferentes de relato.

Execução estratégica

A Galp disponibiliza informação sobre a sua estratégia, bem como sobre o desenvolvimento das atividades inerentes à sua execução. O seu sítio na Internet www.galp.com inclui uma descrição das atividades e da estratégia da Empresa, incluindo apresentações direcionadas ao mercado de capitais.

Governo societário

A Galp disponibiliza informação sobre o governo corporativo da Sociedade, de acordo com as normas em vigor no mercado português e atendendo às melhores práticas internacionais. No sítio da Internet da Empresa, é disponibilizada informação acerca dos Estatutos e dos Órgãos Sociais, entre outros. Na secção dedicada à Assembleia Geral dos acionistas, é possível consultar toda a informação relevante, como a convocatória, as propostas, os procedimentos e as deliberações.

Resultados

A informação divulgada ao mercado inclui uma síntese da informação operacional de cada trimestre, denominado *trading update*, comunicado normalmente duas semanas antes do anúncio dos resultados trimestrais. Os relatórios e as apresentações de resultados trimestrais e os respetivos ficheiros de apoio são divulgados normalmente antes da abertura do mercado, no dia previamente anunciado, sendo posteriormente publicados o áudio e a transcrição das conferências telefónicas de apresentação de resultados.

Consensos

A Galp publica o consenso dos resultados trimestrais e de médio e longo prazo estimados pelos analistas que acompanham a ação da Empresa e divulga um sumário das suas recomendações sobre a cotação da ação.

Ação Galp

Com mais foco no mercado de capitais, o sítio na Internet disponibiliza uma secção com o histórico das cotações da ação Galp, que inclui comparações com a evolução

do PSI-20 e das cotações de empresas comparáveis. É ainda possível obter informação pormenorizada sobre a estrutura acionista da Empresa, nomeadamente uma descrição sobre as participações qualificadas, assim como informação detalhada e histórica acerca do pagamento de dividendos.

Calendário financeiro

Seguindo as melhores práticas internacionais, a Galp publica em dezembro as datas previstas de eventos relevantes para o acionista no ano seguinte.

Calendário de 2016:

| Evento | Data |
|--------------------------------------|----------------|
| Trading Update 4.º trimestre 2015 | 25 de janeiro |
| Resultados 4.º trimestre 2015 | 8 de fevereiro |
| Capital Markets Day 2016 | 15 de março |
| Relatório & Contas 2015 (Auditado) | 5 de abril |
| Trading Update 1.º trimestre 2016 | 15 de abril |
| Resultados 1.º trimestre 2016 | 29 de abril |
| Assembleia Geral anual de acionistas | 5 de maio |
| Trading Update 2.º trimestre 2016 | 15 de julho |
| Resultados 2.º trimestre 2016 | 29 de julho |
| Trading Update 3.º trimestre 2016 | 14 de outubro |
| Resultados 3.º trimestre 2016 | 28 de outubro |

O calendário previsto para 2017 é o seguinte:*

| Evento | Data |
|--|-----------------|
| Trading Update 4.º trimestre 2016 | 31 de janeiro |
| Capital Markets Day 2017 e Resultados 4.º trimestre 2016 | 21 de fevereiro |
| Relatório & Contas 2016 (Auditado) | 11 de abril |
| Trading Update 1.º trimestre 2017 | 18 de abril |
| Resultados 1.º trimestre 2017 | 2 de maio |
| Assembleia Geral anual de acionistas | 12 de maio |
| Trading Update 2.º trimestre 2017 | 17 de julho |
| Resultados 2.º trimestre 2017 | 31 de julho |
| Trading Update 3.º trimestre 2017 | 16 de outubro |
| Resultados 3.º trimestre 2017 | 30 de outubro |

*Estas datas estão sujeitas a alteração.

Comunicação ao mercado

Toda a informação relevante é divulgada preferencialmente antes da abertura da Euronext Lisbon, ou depois do seu fecho, sendo disponibilizada em português e em inglês através do sistema de difusão de informação da CMVM. A informação é também disponibilizada de modo a permitir o acesso, rápido e sem custos específicos, a uma base de dados não discriminatória, enviada através de correio eletrónico a todos os investidores e outras partes interessadas que o tenham solicitado previamente. A base de dados conta já com mais de 2.300 contactos. A informação relevante é divulgada simultaneamente na secção «Investidor» do sítio da Internet da Galp: <http://www.galpenergia.com/PT/investidor/Noticias/Paginas/Home.aspx>

Contactos

A Galp promove uma relação estreita com a comunidade financeira, participando ativamente em reuniões com investidores institucionais e analistas, de modo a informar, de forma regular e consistente, sobre a estratégia da Empresa e a respetiva execução.

Em março de 2016, a Galp organizou um evento destinado ao mercado de capitais, para informação sobre a atualização estratégica e perspetivas financeiras até 2020. A Empresa realizou também quatro *conference calls*, abertas ao mercado de capitais, para discussão dos resultados trimestrais e atualização da execução estratégica.

Além disso, ao longo do ano, a Galp participou em 17 conferências e 15 *roadshows*. Ao todo, e incluindo reuniões *ad-hoc* e *conference calls*, a equipa de RI participou em mais de 210 reuniões com investidores institucionais, abrangendo um total de cerca de 230 fundos de investimento na Europa, América do Norte, América Latina e Ásia. Em 53% do total de reuniões, esteve presente pelo menos um membro da Comissão Executiva, o que comprova o empenho da equipa de gestão, ao mais alto nível, em divulgar a estratégia da Empresa e a respetiva execução junto do mercado de capitais.

Durante o ano de 2016, a equipa de RI respondeu a mais de 350 pedidos de informação, sendo um princípio da equipa de RI garantir uma elevada disponibilidade e celeridade de resposta a todos os agentes de mercado.

Durante as horas de funcionamento da Euronext Lisbon, o contacto com a área de RI é assegurado através do endereço de correio eletrónico investor.relations@galp.com e do número de telefone +351 217 240 866.

57. Representante para as relações com o mercado

O representante da Galp para as relações com o mercado é Pedro Dias, diretor da DERI.

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores

No intuito de promover uma relação estreita com a comunidade do mercado de capitais, a DERI assegura a resposta aos pedidos de informação recebidos, nomeadamente através de contacto telefónico e de correio eletrónico.

As respostas e os esclarecimentos são providenciados com a maior brevidade possível, adequando o prazo de resposta à natureza e complexidade das questões em causa, e assegurando sempre a transparência, simetria e consistência da informação disponível no mercado. Durante 2016, o tempo de resposta médio foi de um dia útil, em linha com o objetivo definido.

V - Sítio de Internet

59. Endereço(s)

A Galp disponibiliza a informação no seu sítio na Internet: <http://www.galp.com>

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais

As informações constantes do artigo 171.º do CSC encontram-se no sítio da Internet da Galp em <http://www.galpenergia.com/PT/Contactos/Paginas/ContactoGeral.aspx>

61. Local onde se encontram os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões

Os Estatutos da Galp são disponibilizados no sítio da Internet da Galp em http://www.galpenergia.com/PT/investidor/GovernoCorporativo/Documents/Estatutos_Galp_v20042016_PT.pdf

O Regulamento do Conselho Fiscal da Galp encontra-se no sítio da Internet da Galp em <http://www.galpenergia.com/PT/investidor/GovernoCorporativo/Orgaos-sociais/Documents/Regulamento-do-CF-2015.pdf>

O Regulamento do Conselho de Administração da Galp encontra-se no sítio da Internet da Galp em http://www.galpenergia.com/PT/investidor/GovernoCorporativo/Orgaos-sociais/Documents/Regulamento_CA_PT_Web.pdf

O Regulamento da Comissão Executiva da Galp encontra-se no sítio da Internet da Galp em http://www.galpenergia.com/PT/investidor/GovernoCorporativo/Orgaos-sociais/Documents/Regulamento_CE_PT_Web.pdf

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso

A informação sobre os titulares dos órgãos sociais é disponibilizada no sítio da Internet da Galp em <http://www.galpenergia.com/PT/investidor/GovernoCorporativo/Orgaos-sociais/Paginas/Orgaos-sociais-da-Galp-Energia.aspx>

A informação sobre o representante para as relações com o mercado e o departamento de RI é disponibilizada no sítio da Internet da Galp em <http://www.galpenergia.com/PT/investidor/Paginas/Equipa.aspx>

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da Assembleia Geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais

Os documentos de prestação de contas estão acessíveis no sítio da Internet da Galp em <http://www.galpenergia.com/PT/investidor/Relatorios-e-resultados/Paginas/Home.aspx> e o calendário em <http://www.galpenergia.com/PT/investidor/Calendario/Paginas/Home.aspx>

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada

A convocatória para a reunião da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada são divulgadas no sítio da Internet da Galp em <http://www.galpenergia.com/PT/investidor/AssembleiaGeral/Paginas/Home.aspx>

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos três anos antecedentes

O acervo histórico dos últimos anos com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações encontra-se no sítio da Internet da Galp em <http://www.galpenergia.com/PT/investidor/AssembleiaGeral/Arquivo/Paginas/Home.aspx>

D – Remunerações

I - Competência para a determinação

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da Comissão Executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da Sociedade

De acordo com o disposto no artigo 8.º dos Estatutos da Galp, a Comissão de Remunerações é o órgão social competente para determinar o valor das remunerações a pagar aos membros dos órgãos sociais e da Comissão Executiva da Galp, sendo constituída por três acionistas eleitos pela Assembleia Geral que não sejam membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal.

Os quadros dirigentes da Galp, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º B do CVM, são os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade. Com efeito, além dos membros daqueles órgãos, não existe nenhum responsável que possua acesso regular a informação privilegiada e participe nas decisões sobre a gestão e estratégia negocial da Empresa.

II - Comissão de Remunerações

67. Composição da Comissão de Remunerações, incluindo a identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores

A atual Comissão de Remunerações foi eleita na reunião da Assembleia Geral de 16 de abril de 2015 para o mandato de 2015-2018, sendo composta pelos seguintes membros:

- Amorim Energia
- Jorge Armindo Carvalho Teixeira
- Joaquim Alberto Hierro Lopes

Os elementos da Comissão de Remunerações são independentes relativamente aos membros executivos do Conselho de Administração da Sociedade, em cumprimento do disposto no artigo 8.º dos Estatutos da Sociedade, que estipula a incompatibilidade entre os referidos cargos.

O facto de os administradores não executivos Paula Amorim, Marta Amorim, Francisco Teixeira Rêgo, Rui Paulo Gonçalves e Jorge Seabra de Freitas serem membros do Conselho de Administração da Amorim Energia não prejudica a independência desta enquanto elemento da Comissão de Remunerações, tendo em conta que aqueles não determinam, por si só ou em conjunto, as decisões do Conselho de Administração da Amorim Energia.

Em 2016, a Comissão de Remunerações realizou duas reuniões.

Em 2016, não foi contratada qualquer pessoa singular ou coletiva para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da Comissão de Remunerações em matéria de política de remunerações

Os membros da Comissão de Remunerações têm competência em matéria de política de remunerações baseada na sua formação académica e vasta experiência profissional em empresas, sendo considerados adequados à reflexão e decisão sobre todas as matérias da competência da Comissão de Remunerações, conforme evidenciado pelas notas biográficas constantes do Anexo 8.9.

Em concreto, o membro da Comissão de Remunerações Jorge Armindo Carvalho Teixeira apresenta um vasto currículo profissional que inclui experiência em sociedades cotadas, em cargos de administração, incluindo presidência, que lhe confere adequado *know-how* em matéria remuneratória de órgãos sociais deste tipo de sociedades.

III - Estrutura das remunerações

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da lei n.º 28/2009, de 19 de junho

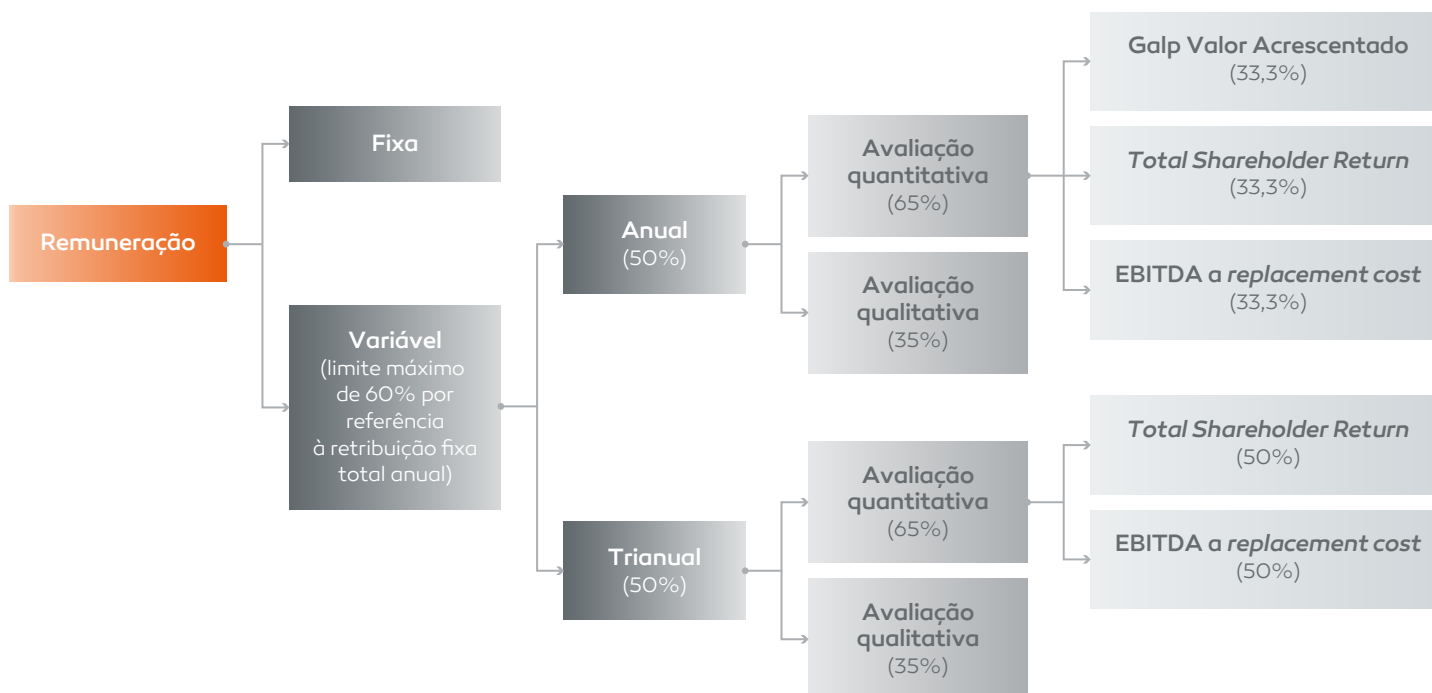
No âmbito do mandato que lhe foi conferido pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 8.º dos Estatutos, a Comissão de Remunerações submeteu à aprovação da Assembleia Geral da Galp, reunida em 5 de maio de 2016, uma declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização, que descreve o processo seguido para definição e implementação da política de remunerações da Galp para 2016, bem como os respetivos objetivos e princípios gerais, em consonância com a Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, e em harmonia com o Regulamento da CMVM n.º 4/2013 e o Código de Governo das Sociedades (Recomendações de 2013), tendo em vista assegurar maior clareza e efetividade na comunicação da política de remunerações, quer ao mercado, quer aos acionistas. Esta política encontra-se disponível no sítio da Internet da Galp em http://www.galpenergia.com/PT/investidor/AssembleiaGeral/Arquivo/2016/Lists/DocumentosPropostas/AG05052016_Ponto6.pdf apresentando-se de seguida uma breve descrição da mesma.

Conselho de Administração

Membros não executivos - retribuição fixa mensal, paga 12 vezes por ano, cujo montante é determinado pela Comissão de Remunerações por referência aos valores praticados no mercado, podendo ser diferenciada no caso do presidente do Conselho de Administração, pelas especiais funções de representação da Sociedade que lhe são legalmente cometidas, e dos membros não executivos do Conselho de Administração que exerçam funções especiais de supervisão e acompanhamento da Sociedade, em resultado de encargo especial conferido pelo Conselho de Administração ou no quadro de comissões constituídas por este órgão, existentes ou que venham a ser criadas.

A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não inclui qualquer componente cujo valor dependa do desempenho da Sociedade.

Membros executivos



A retribuição dos membros executivos do Conselho de Administração para 2016 envolve três componentes principais:

Remuneração fixa - a componente fixa da remuneração corresponde a uma retribuição mensal, paga 14 vezes por ano, cujo montante é determinado pela Comissão de Remunerações, tendo em atenção a natureza das funções e responsabilidades cometidas e as práticas observadas no mercado relativamente a posições equivalentes em grandes empresas nacionais e internacionais que operem nos mesmos sectores.

Remuneração variável anual - representa 50% da remuneração variável total, sendo a determinação do respetivo montante efetuada com base nos seguintes indicadores:

- i) Galp Valor Acrescentado (GVA, ou seja, *Economic Value Added* aplicado à Galp) com um peso de 33,3%;
- ii) *Total Shareholder Return* (TSR), com um peso de 33,3%, que permite comparar a evolução bolsista da Galp (incluindo o pagamento de dividendos) face a um grupo de empresas comparáveis composto pelas seguintes

sociedades: Neste Oil, Repsol, OMV, MOL e Eni, bem como pelo índice PSI 20;

- iii) EBITDA da Galp, a *replacement cost*, com um peso de 33,3%.

Remuneração variável trienal - representa 50% da remuneração variável total, sendo a determinação do respetivo montante efetuada com base nos seguintes indicadores:

- i) TSR Galp vs empresas comparáveis, com um peso de 50%;
- ii) EBITDA da Galp, a RC, com um peso de 50%.

Os membros executivos do Conselho de Administração têm ainda direito a um montante correspondente a 25% da remuneração fixa, o qual é pago 14 vezes por ano, para efeitos de constituição de um plano poupança reforma ou produto financeiro similar.

Os membros executivos do Conselho de Administração beneficiam igualmente das regalias (*fringe benefits*) em vigor na Galp pelo desempenho da respetiva função, de acordo com os termos e condições vigentes na Sociedade.

Os administradores executivos que se encontram deslocados das suas residências têm o direito a receber um complemento para despesas de habitação fixado pela Comissão de Remunerações.

A remuneração dos administradores da Galp inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em órgãos de administração noutras sociedades do Grupo.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal corresponde a uma retribuição fixa mensal, paga 12 vezes por ano, sendo a remuneração do presidente do Conselho Fiscal diferenciada relativamente à dos demais membros do Conselho Fiscal, tendo em conta as funções especiais desempenhadas pelo presidente.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal não inclui qualquer componente variável.

ROC

A remuneração do ROC retribui o trabalho de revisão e certificação legal das contas da Sociedade e é contratualizada em condições normais de mercado.

Mesa da Assembleia Geral

A remuneração dos membros da mesa da Assembleia Geral é fixada em linha com a prática do mercado para funções idênticas e paga numa única prestação anual.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da Sociedade, bem como sobre o modo como se baseia na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos

De forma a melhor estimular o alinhamento da atuação dos administradores com os objetivos da Sociedade a longo prazo, foi introduzida em 2012 uma política de definição de objetivos plurianuais, com carácter trianual.

Com efeito, conforme resulta da política de remunerações descrita no ponto 69, a remuneração variável dos administradores que exercem funções executivas integra uma componente variável anual e outra trianual, com a mesma ponderação (50% cada). Esta ponderação depende da avaliação do desempenho realizada pela Comissão de Remunerações com base em critérios específicos, mensuráveis e predefinidos que, em conjunto, consideram indicadores

de crescimento da Empresa e riqueza gerada para os acionistas de forma sustentada, a curto, médio e longo prazo, com desfasamento de três anos relativamente ao exercício em causa no caso da componente plurianual, nos termos constantes da política de remunerações para 2016 atrás descrita.

Neste sentido, a utilização de critérios qualitativos orientados para uma perspetiva estratégica de médio prazo no desenvolvimento da empresa, o período temporal de três anos considerado para a determinação do valor da componente variável plurianual da remuneração, a existência de um limite máximo para a remuneração variável, constituem elementos determinantes para fomentar uma gestão alinhada com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade e dos acionistas.

Os membros do órgão de administração não celebraram contratos, nem com a Sociedade, nem com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração fixada pela Sociedade.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente

Em 2016, a remuneração dos administradores executivos integrou uma componente variável determinada em função do grau de cumprimento de determinados objetivos económicos, financeiros e operacionais em relação ao exercício de 2015, nas condições previstas na política de remunerações para 2016.

O valor da remuneração variável total para cada ano é fixado pela Comissão de Remunerações de acordo com o cumprimento dos objetivos específicos previamente definidos, com o limite máximo potencial de 60% por referência à retribuição fixa total anual.

Os indicadores de desempenho acima mencionados contribuem em 65% para a definição do montante da remuneração variável anual e trianual aplicável, correspondendo os restantes 35% de cada uma das referidas componentes ao resultado da avaliação qualitativa pela Comissão de Remunerações da atividade desenvolvida pelos administradores executivos no exercício ou no triénio relevante, consoante o caso.

Tendo em vista manter a coerência entre os resultados obtidos e o montante total da remuneração variável pago, este depende dos resultados líquidos da Galp. Desta forma, se a Galp obtiver resultados líquidos inferiores a 80% do orçamento, não haverá lugar ao pagamento da remuneração variável.

Para 2016, a Comissão de Remunerações estabeleceu que a remuneração variável anual representa 50% da remuneração variável total, estando em linha com as práticas geralmente reconhecidas no mercado nacional, constituindo uma proporção razoável entre a componente variável e a componente fixa da remuneração.

Para 2016, a Comissão de Remunerações estabeleceu ainda que a remuneração variável trianual representaria 50% da remuneração variável total, estando em linha com as práticas geralmente reconhecidas no mercado nacional e com o regime aplicável às instituições bancárias estabelecido no Anexo II, n.º 1, al. n), da Diretiva 2011/61/UE, de 8 de junho de 2011, o qual fixa um montante mínimo de 40% para a remuneração variável diferida.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento

A política de remunerações para 2016 prevê o diferimento por três anos do pagamento de 50% da componente variável da remuneração, considerando triénios sucessivos e sobrepostos.

A remuneração variável trianual é apreciada anualmente pela Comissão de Remunerações que estabelece um valor provisório com base na avaliação efetuada em cada ano que integra o triénio. Porém, o valor efetivo diferido da remuneração variável trianual depende, por um lado, do cumprimento dos objetivos globais para o triénio em causa e, por outro, pela avaliação qualitativa pela Comissão de Remunerações depois de auscultados os administradores não executivos, pelo que no final do triénio em causa os valores provisórios podem ser reduzidos ou aumentados em função da respetiva avaliação.

O primeiro triénio a ser considerado foi o de 2013-2015.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações, bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (hedging) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual

A Galp não tem atualmente qualquer sistema de atribuição de remuneração variável em ações.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício

A Galp não tem atualmente qualquer sistema de atribuição de remuneração variável em opções.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários

Na Galp, não está estabelecido qualquer sistema de prémios anuais, nem estão previstos quaisquer outros benefícios não pecuniários relevantes.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em Assembleia Geral, em termos individuais

A política de remuneração para 2016, aprovada pela Assembleia Geral e descrita no ponto 69 do presente capítulo deste Relatório, prevê um plano poupança reforma ou produto financeiro similar em benefício dos membros da Comissão Executiva, através da aplicação de um montante correspondente a uma percentagem da respetiva remuneração anual fixa.

Este plano poupança não acarreta qualquer encargo para a Galp no futuro, na medida em que corresponde apenas à atribuição de um montante para aplicação financeira, enquanto os membros da Comissão Executiva exercem as suas funções, não se enquadrando nos termos previstos no n.º 1 do artigo 402.º do CSC.

IV - Divulgação das remunerações

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da Sociedade, proveniente da Sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem

O montante anual bruto da remuneração auferida de forma agregada pelos membros do órgão de administração da Sociedade durante o exercício de 2016, conforme fixado pela Comissão de Remunerações, foi de € 6.045.407,85, sendo € 4.012.000,00 a título de remuneração fixa, €952.455,00 como remuneração variável, €761.500,00 a título de plano poupança reforma e €319.452,85 a título de outros benefícios.

Na tabela abaixo, encontra-se discriminada a remuneração individual bruta auferida pelos membros do Conselho de Administração no ano de 2016.

Remuneração individual dos membros do Conselho de Administração no ano 2016 (€)

| Administradores executivos | | | | | | |
|----------------------------|--|---------------------|-----------------------------------|-------------------|-------------------|---------------------|
| Nome | Cargo | Remuneração fixa | Remuneração variável ¹ | PPR | Outros benefícios | Total remuneração |
| Carlos Gomes da Silva | Vice-presidente e presidente executivo | 980.000,00 | 285.600,00 | 245.000,00 | 110.769,24 | 1.621.369,24 |
| Filipe Crisóstomo Silva | Administrador executivo | 420.000,00 | 159.600,00 | 105.000,00 | 0 | 684.600,00 |
| Thore E. Kristiansen | Administrador executivo | 490.000,00 | 110.250,00 | 122.500,00 | 116.375,89 | 839.125,89 |
| Carlos Costa Pina | Administrador executivo | 420.000,00 | 159.600,00 | 105.000,00 | 0 | 684.600,00 |
| Carlos Silva Costa | Administrador executivo | 420.000,00 | 130.305,00 | 0 | 92.307,72 | 642.612,72 |
| Pedro Ricardo | Administrador executivo | 368.000,00 | 53.550,00 | 92.000,00 | 0 | 513.550,00 |
| Tiago da Câmara Pestana | Administrador executivo | 368.000,00 | 53.550,00 | 92.000,00 | 0 | 513.550,00 |
| Total | | 3.466.000,00 | 952.455,00 | 761.500,00 | 319.452,85 | 5.499.407,85 |

| Administradores não executivos | | | | | | |
|--------------------------------|-------------------------------|-------------------|-----------------------------------|-----|-------------------|-------------------|
| Nome | Cargo | Remuneração fixa | Remuneração variável ¹ | PPR | Outros benefícios | Total remuneração |
| Paula Amorim ² | Presidente não executivo | 33.133,00 | 0 | 0 | 0 | 33.133,00 |
| Miguel Athayde Marques | Vice-presidente não executivo | 42.000,00 | 0 | 0 | 0 | 42.000,00 |
| José Sergio Gabrielli Azevedo | Administrador não executivo | 84.000,00 | 0 | 0 | 0 | 84.000,00 |
| Abdul Magid Osman | Administrador não executivo | 84.000,00 | 0 | 0 | 0 | 84.000,00 |
| Marta Amorim ³ | Administrador não executivo | 8.867,00 | 0 | 0 | 0 | 8.867,00 |
| Raquel Rute Costa David Vunge | Administrador não executivo | 42.000,00 | 0 | 0 | 0 | 42.000,00 |
| Francisco Teixeira Rêgo | Administrador não executivo | 42.000,00 | 0 | 0 | 0 | 42.000,00 |
| Jorge Seabra de Freitas | Administrador não executivo | 42.000,00 | 0 | 0 | 0 | 42.000,00 |
| Rui Paulo Gonçalves | Administrador não executivo | 42.000,00 | 0 | 0 | 0 | 42.000,00 |
| Luis Todo Bom | Administrador não executivo | 42.000,00 | 0 | 0 | 0 | 42.000,00 |
| Diogo Mendonça Tavares | Administrador não executivo | 42.000,00 | 0 | 0 | 0 | 42.000,00 |
| Joaquim Borges Gouveia | Administrador não executivo | 42.000,00 | 0 | 0 | 0 | 42.000,00 |
| Total | | 546.000,00 | | | | 546.000,00 |

| | | | | | | |
|-----------------------------|-----------------------------|---|---|---|---|---|
| Américo Amorim ⁴ | Ex-presidente não executivo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
|-----------------------------|-----------------------------|---|---|---|---|---|

¹ Corresponde à remuneração variável anual relativa a 2015 e remuneração variável plurianual relativa ao triénio 2013-2015. ² Remuneração auferida na qualidade de administradora não executiva; a atual presidente do Conselho de Administração não auferiu remuneração a partir da data da sua designação (14 de outubro de 2016). ³ Remuneração auferida desde a sua designação como administradora não executiva (14 de outubro de 2016). ⁴ O ex-presidente do Conselho de Administração abdicou da sua remuneração a favor da Fundação Galp Energia.

Não foram efetuados aos membros do Conselho de Administração quaisquer pagamentos pelas sociedades que integram a cadeia de domínio da Galp.

A remuneração variável é determinada de acordo com os termos indicados no ponto 72 do presente capítulo deste Relatório.

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum

A remuneração dos administradores da Galp inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em órgãos de administração de sociedades do grupo Galp.

Não foram, por isso, pagos quaisquer montantes a qualquer título por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participações nos lucros foram concedidos

Na Galp, não está estabelecido qualquer outro sistema de pagamento de remuneração a administradores sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios, não tendo havido qualquer remuneração paga a esse título.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos, relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não houve indemnizações pagas nem devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das respetivas funções durante o exercício de 2016.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da Sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho

De acordo com a política de remunerações para 2016 aprovada em reunião de Assembleia Geral de 5 de maio de 2016, a remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal correspondente a uma retribuição fixa mensal, paga 12 vezes por ano.

A remuneração agregada paga aos membros efetivos do Conselho Fiscal em 2016, de acordo com o fixado pela Comissão de Remunerações, foi de € 92.400,00.

Os membros do Conselho Fiscal não auferem remuneração variável.

A seguir apresenta-se a remuneração individual paga aos membros efetivos do Conselho Fiscal em 2016.

| Nome | Cargo | Remuneração fixa (€) |
|-----------------------|------------|----------------------|
| Daniel Bessa | Presidente | 42.000,00 |
| Gracinda Raposo | Vogal | 25.200,00 |
| Pedro Antunes Almeida | Vogal | 25.200,00 |
| Total | | 92.400,00 |

V - Acordos com implicações remuneratórias

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da Assembleia Geral

Em 2016, a título de remuneração foi pago ao presidente da mesa da Assembleia Geral o montante de € 3.000,00.

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração

De acordo com a política de remunerações para 2016, não existem na Galp quaisquer contratos em vigor que prevejam pagamentos em caso de destituição sem justa causa de administrador.

Em caso de destituição sem justa causa de administrador, os montantes que serão devidos correspondem aos que resultam das disposições legais aplicáveis, não havendo lugar à atribuição de montantes remuneratórios respeitantes à componente variável, se os resultados líquidos da Galp forem inferiores a 80% do orçamento.

A deliberação da Comissão de Remunerações que fixa as remunerações dos membros dos órgãos sociais constitui o instrumento jurídico nos termos do qual ao administrador destituído por inadequado desempenho são aplicáveis as regras legais em vigor, não sendo exigível qualquer indemnização ou compensação que extravase esse regime legal.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade (artigo 245.º-A n.º 1, al. I)

A Galp não é parte em qualquer acordo com os titulares do órgão de administração ou dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º B do CVM, que preveja indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

Tendo em conta a evolução do mercado internacional de recrutamento de altos executivos com experiência e compromisso de disponibilidade de médio/longo prazo, e a necessidade de assegurar à Sociedade condições competitivas quer de recrutamento, quer de retenção dos mesmos, a política de remunerações da Galp em vigor admite, em casos, excepcionais e devidamente justificados, nomeadamente pela especial criticidade empresarial das funções a exercer, a aplicação de mecanismos específicos de compensação ou incentivo, até um período máximo de dois mandatos sucessivos.

No âmbito deste regime e tendo em conta a relevância específica das respetivas funções numa fase de crescimento ímpar da Empresa e de desenvolvimento acelerado da atividade de E&P, a Comissão de Remunerações aprovou em reunião de 20 de julho de 2016 a implementação de um mecanismo de incentivo/compensação à retenção do presidente da Comissão Executiva e do administrador responsável pela coordenação da área de negócios da E&P, nos termos do qual se promove a respetiva manutenção por dois mandatos mediante a atribuição, em caso de cessação antecipada sem justa causa ou não reeleição para o segundo mandato, de uma compensação adicional à legalmente exigível correspondente, respetivamente, ao triplo e ao dobro da retribuição total anual auferida por cada um daqueles administradores.

Os quadros dirigentes da Galp, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do CVM, são os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade. Com efeito, além dos membros daqueles órgãos, não existe nenhum responsável que possua acesso regular a informação privilegiada e participe nas decisões sobre a gestão e estratégia negocial da empresa.

VI - Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações (*stock options*)

85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários

A Galp não dispõe de planos de atribuição de ações, nem opções de aquisição de ações.

86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e ou o exercício de opções)

A Galp não dispõe de planos de atribuição de ações, nem opções de aquisição de ações.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações (*stock options*) de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa

A Galp não dispõe de planos de atribuição de ações, nem opções de aquisição de ações.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (art. 245.º A, n.º 1, al. e)

A Galp não dispõe de planos de atribuição de ações, nem opções de aquisição de ações.

E - Transações com partes relacionadas

I - Mecanismos e procedimentos de controlo

89. Mecanismos implementados pela Sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24)

No âmbito do reforço qualitativo das boas práticas governativas, o Conselho de Administração aprovou em reunião de 20 de março de 2015, sob proposta do Conselho Fiscal, a norma regulamentar sobre o controlo de transações realizadas entre a Galp e partes relacionadas,

com vista a salvaguardar o interesse do Grupo em situações de eventual conflito de interesses, bem como a adoção dos procedimentos internos aplicáveis para cumprimento das normas contabilísticas relevantes, em particular a IAS 24.

A referida norma estabelece as regras e os procedimentos internos de identificação, reporte interno e atuação em caso de transações com partes relacionadas.

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência

No ano de 2016, não houve transações com partes relacionadas sujeitas a controlo do Conselho Fiscal.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, no termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários

A realização pela Galp de negócios com titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do CVM, depende de parecer prévio do Conselho Fiscal, nos termos previstos no «Regulamento aplicável às Transações do grupo Galp com Partes Relacionadas», aprovado pelo Conselho Fiscal, com vista a salvaguardar o interesse do Grupo em situações de eventual conflito de interesses sem prejuízo do cumprimento das normas legais, que pode ser consultado em <http://www.galpennergia.com/PT/investidor/GovernoCorporativo/Documents/Regulamento-transacoes-com-partes-relacionadas.pdf>

O referido regulamento aplica-se a transações de relevância significativa realizadas entre a Galp (ou qualquer entidade em que detenha participação ou direitos de voto ou em que possa designar membros do órgão de administração) e partes relacionadas.

Para efeitos do referido regulamento, «Parte Relacionada» significa qualquer das seguintes entidades:

a) os acionistas da Galp (ou de qualquer sociedade em relação de domínio ou de grupo com esta) titulares de participação qualificada (igual ou superior a 2% dos direitos de voto correspondentes ao respetivo capital social), incluindo as situações referidas no art. 20º do CVM;

b) os membros dos órgãos de administração e fiscalização da Galp (ou de qualquer sociedade em relação de domínio ou de grupo com esta);

c) cônjuge ou pessoa que viva em união de facto com pessoa referida na alínea anterior, descendentes a seu cargo e outros familiares que com ela coabitem há mais de um ano;

d) as entidades de que qualquer pessoa referida nas alíneas anteriores seja: (i) sócia de responsabilidade limitada; (ii) dirigente, nomeadamente por ser membro dos órgãos de administração ou fiscalização ou por dispor de acesso regular a informação privilegiada e participar nas decisões sobre gestão e estratégia da entidade ou; (iii) titular, individual ou conjuntamente, de, pelo menos, metade do respetivo capital social ou direitos de voto, bem como as entidades que tenham sido constituídas em benefício de qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores.

Para efeitos do referido regulamento, consideram-se «Transações de Relevância Significativa» as transações que se encontrem compreendidas nas seguintes situações:

a) financiamentos, suprimentos e investimentos financeiros com um valor agregado anual de endividamento, em termos individuais ou agregados, superior a 10 milhões de Euros, salvo em caso de operações desenvolvidas no quadro de condições contratuais pré-existentes que tenham sido objeto de parecer prévio do Conselho Fiscal;

b) aquisição ou alienação de participações sociais;

c) aquisição, venda, comercialização ou fornecimento de produtos energéticos e/ou produtos e serviços conexos com um valor económico superior a 10 milhões de Euros;

d) qualquer transação não prevista nas alíneas anteriores com um valor económico superior a 5 milhões de Euros;

e) qualquer transação que, não estando compreendida em nenhum dos critérios de materialidade anteriormente definidos, seja considerada relevante para este efeito pelo Conselho de Administração ou pela Comissão Executiva, em virtude da sua natureza ou da especial suscetibilidade de configurar uma situação de conflito de interesses.

Os negócios com partes relacionadas que não estejam sujeitas a parecer prévio do Conselho Fiscal, de acordo com os requisitos acima referidos, são comunicados

subsequentemente a este órgão para apreciação do cumprimento do princípio segundo o qual as transações devem ser realizadas em condições normais de mercado.

Cabe à Comissão Executiva, através do Secretário da Sociedade, submeter a parecer prévio do Conselho Fiscal a proposta de Transação de Relevância Significativa aprovada previamente pela Comissão Executiva ou pelo Conselho de Administração da Galp, consoante o órgão que seja competente para aprovação do negócio em causa, juntamente com a informação de suporte apresentada pelas estruturas organizacionais e de gestão da Galp (ou qualquer entidade em que detenha participação ou direitos de voto ou em que possa designar membros do órgão de administração) proponentes da transação, incluindo designadamente o seu valor económico, a menção dos procedimentos de formação contratual adotados e demonstração da adequação das condições da transação às condições normais de mercado.

O Conselho Fiscal deve emitir parecer no prazo máximo de dez dias úteis, considerando-se parecer favorável a falta de pronúncia no referido prazo. Caso, por motivos excepcionais, devidamente justificados e explicitados, não seja possível solicitar a aprovação do Conselho Fiscal antes da realização da transação, deverá ser solicitada autorização *a posteriori* com carácter de regularização acompanhada da respetiva justificação. No caso de o Conselho Fiscal emitir parecer desfavorável, a aprovação de uma Transação de Relevância Significativa pela Comissão Executiva ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso, deve ser especialmente fundamentada no sentido da prossecução do interesse social da Galp ou das sociedades em relação de domínio ou de grupo com esta.

No âmbito das suas funções de fiscalização e com vista a prevenir situações de conflito de interesses, compete ao Conselho Fiscal:

- a) solicitar informações sobre a transação em causa à Comissão Executiva ou ao Conselho de Administração, conforme o caso, através do Secretário da Sociedade;
- b) apresentar recomendações à Comissão Executiva ou ao Conselho de Administração, conforme o caso, designadamente sobre medidas de prevenção e identificação de conflitos de interesses, bem como medidas tendentes a compatibilizar o interesse social da Galp ou das sociedades em relação de domínio ou de grupo com esta, com a conclusão da transação em causa;

- c) elaborar um relatório semestral relativo às Transações com Partes Relacionadas apreciadas prévia e subsequentemente;
- d) avaliar anualmente a adequação do regulamento aplicável às transações do grupo Galp com partes relacionadas e, quando necessário, propor ao Conselho de Administração a sua revisão.

II - Elementos relativos aos negócios

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas

A informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, está disponível na Nota 28 do Anexo às contas consolidadas da Galp.

PARTE II

Avaliação do governo societário

1. Identificação do Código de Governo das Sociedades adotado

Ao abrigo e para os efeitos do artigo 2.º do Regulamento da CMVM n.º 4/2013, a Galp decidiu voluntariamente sujeitar-se ao Código de Governo das Sociedades da CMVM, aprovado em 2013 (recomendações da CMVM), que se encontra disponível no sítio desta entidade na Internet, em www.cmvm.pt.

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

O governo da Sociedade tem evoluído no sentido da aproximação desta às melhores práticas de governo societário e ao Código de Governo da CMVM, tendo acolhido a grande maioria das recomendações aplicáveis.

Com efeito, num total de 40 recomendações, a Galp adotou, na íntegra, 31 recomendações, sendo que seis não lhe são aplicáveis e três não adotou pelas razões expostas no quadro infra. A justificação do cumprimento de cada recomendação ou a remissão para o ponto do presente capítulo deste Relatório, onde a questão é desenvolvida (capítulo, título, ponto, página), é também indicada no quadro que se encontra de seguida, bem como a justificação para o eventual não cumprimento ou cumprimento parcial e ainda respetiva indicação de eventual mecanismo alternativo adotado pela Sociedade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação.

| Recomendação da CMVM | Prática de governo da Sociedade | Justificação | Remissão para o presente Relatório |
|--|---------------------------------|--|---|
| I - Votação e controlo da Sociedade | | | |
| I.1 As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via eletrónica. | Adotada | | Capítulo 6, Parte I, B, título I b), ponto 12, página 103 |
| I.2 As sociedades não devem adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei. | Não adotada | O quórum deliberativo de dois terços dos votos emitidos, previsto estatutariamente, para algumas deliberações da Assembleia Geral, além das matérias previstas na lei, tem em vista assegurar uma representatividade adequada dos acionistas na adoção de deliberações sobre matérias estratégicas para a Sociedade. | |
| I.3 As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos acionistas. | Adotada | | Capítulo 6, Parte I, B, título I b), ponto 12, página 103 |

| Recomendação da CMVM | Prática de governo da Sociedade | Justificação | Remissão para o presente Relatório |
|--|---------------------------------|--|---|
| I.4. Os Estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela Assembleia Geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária - sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal - e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione. | Não aplicável | Os Estatutos da Galp atribuem um voto a cada ação (<i>one share, one vote</i>), não prevendo qualquer limitação ao número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas. | Capítulo 6, Parte I, B, título I b), ponto 12, página 103 |
| I.5. Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração. | Adotada | | Capítulo 6, Parte I, A, título I, ponto 4, página 101 |
| II - Supervisão, administração e fiscalização | | | |
| II.1.1. Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o governo da Sociedade. | Adotada | | Capítulo 6, Parte I, B, título II a), pontos 21 e 29, páginas 111 e 119 |
| II.1.2. O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais. | Adotada | | Capítulo 6, Parte I, B, título II a), ponto 29, página 119 |
| II.1.3. O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da sociedade. | Não aplicável | O modelo de governo da Galp não inclui um Conselho Geral e de Supervisão, pelo que a recomendação não é aplicável. | |
| II.1.4. Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: a) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; b) refletir sobre o sistema, a estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria. | Adotada | | Capítulo 6, Parte I, B, título III b), pontos 24 e 27, páginas 117 e 118 Capítulo 5, Parte I, sub-capítulo B, título III c), pontos 27 e 38, páginas 118 e 124 |


| Recomendação da CMVM | Prática de governo da Sociedade | Justificação | Remissão para o presente Relatório |
|---|---------------------------------|--------------|--|
| II.1.5. O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos. | Adotada | | Capítulo 6, Parte I, C, título III c), pontos 50 a 52, páginas 129 a 132 |
| II.1.6. O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração. | Adotada | | Capítulo 6, Parte I, B, título II a), ponto 18, página 108 |
| II.1.7. Entre os administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista e o respetivo <i>free float</i> . A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente, e quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: <ul style="list-style-type: none"> a) ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; b) ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; c) ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; d) viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; e) ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas. | Adotada | | Capítulo 6, Parte I, B, título II a), ponto 18, página 108 |
| II.1.8. Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas. | Adotada | | Capítulo 6, Parte I, B, título I c), ponto 29, página 119 |
| II.1.9. O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao presidente do Conselho de Administração, ao presidente do Conselho Fiscal, ao presidente da Comissão de Auditoria, ao presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões. | Adotada | | Capítulo 6, Parte I, B, título I c), ponto 29, página 119 |

| Recomendação da CMVM | Prática de governo da Sociedade | Justificação | Remissão para o presente Relatório |
|--|---------------------------------|---|--|
| II.1.10. Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação. | Não aplicável | O presidente do Conselho de Administração da Galp não exerce funções executivas. | |
| II.2.1. Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções. | Não adotada | O presidente do Conselho Fiscal foi reeleito pela terceira vez. Porém, devemos considerar que a respetiva nomeação para completar o mandato 2005-2007 ocorreu no seguimento de alterações ocorridas na estrutura acionista da Galp e de regras acordadas entre os acionistas relativamente à eleição dos membros dos órgãos sociais (Acordo Parassocial, celebrado em 2006). Neste sentido, considera-se o mandato de 2008-2010 como a primeira nomeação. Face ao exposto e ainda à reconhecida e prestigiada idoneidade e qualidade empresarial e científica do presidente do Conselho Fiscal da Galp, a Empresa não tem dúvidas quanto à sua independência. | |
| II.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços. | Adotada | | Capítulo 6, Parte I, B, título V, ponto 45, página 126 |
| II.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito. | Adotada | | Capítulo 6, Parte I, B, título V, ponto 45, página 126 |
| II.2.4. O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários. | Adotada | | Capítulo 6, Parte I, C, título III, pontos 50 e 51, página 129 |
| II.2.5. A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de <i>compliance</i>), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades. | Adotada | | Capítulo 6, Parte I, C, título III, pontos 50 e 51, página 129 |
| II.3. - Fixação de remunerações | | | |
| II.3.1. Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração. | Adotada | | Capítulo 6, Parte I, D, título II, ponto 67, página 147 |

| Recomendação da CMVM | Prática de governo da Sociedade | Justificação | Remissão para o presente Relatório |
|---|---------------------------------|--|--|
| II.3.2. Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços. | Adotada | | Capítulo 6, Parte I, D, título II, ponto 67, página 147 |
| II.3.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, deverá conter, adicionalmente: <ul style="list-style-type: none"> a) identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais; b) informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos; c) informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores. | Adotada | | Capítulo 6, Parte I, D, título III, ponto 69, página 148 |
| II.3.4. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano. | Não aplicável | A Galp não dispõe de planos de atribuição de ações, nem de opções de aquisição de ações. | |
| II.3.5. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do sistema. | Não adotada | De acordo com o disposto no artigo 8.º dos Estatutos da Galp, a Comissão de Remunerações, eleita pela Assembleia Geral, é a entidade competente para aprovar a pensão ou compensação de pensão, a cargo da Sociedade, a que os administradores executivos têm direito. | |
| III - Remunerações | | | |
| III.1. A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efetivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos. | Adotada | | Capítulo 6, Parte I, D, título III, ponto 70, página 150 |
| III.2. A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor. | Adotada | | Capítulo 6, Parte I, D, título III, ponto 69, página 148 |
| III.3. A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes. | Adotada | | Capítulo 6, Parte I, D, título III, ponto 71, página 150 |
| III.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período. | Adotada | | Capítulo 5, Parte I, D, título III, ponto 72, página 151 |

| Recomendação da CMVM | Prática de governo da Sociedade | Justificação | Remissão para o presente Relatório |
|---|---------------------------------|--|---|
| III.5. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade. | Adotada | | Capítulo 6, Parte I, D, título III, ponto 70, página 150 |
| III.6. Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações. | Não aplicável | Não foram atribuídas aos administradores executivos ações da Sociedade a título de remuneração variável. | |
| III.7. Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos. | Não aplicável | A remuneração variável não compreende a atribuição de opções de ações. | |
| III.8. Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível. | Adotada | | Capítulo 6, Parte I, D, título III, ponto 83, página 153 |
| IV - Auditoria | | | |
| IV.1. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade. | Adotada | | Capítulo 65, Parte I, B, título V, ponto 45, página 126 |
| IV.2. A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços - que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade - eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade. | Adotada | | Capítulo 6, Parte I, B, título V, pontos 46 e 47, páginas 126 e 127 |
| IV.3. As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição. | Adotada | | Capítulo 6, Parte I, B, título V, ponto 44, página 126 |
| V - Conflitos de interesses e transações com partes relacionadas | | | |
| V.1. Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado. | Adotada | | Capítulo 6, Parte I, D, título III, ponto 10, página 103 |

| Recomendação da CMVM | Prática de governo da Sociedade | Justificação | Remissão para o presente Relatório |
|--|---------------------------------------|--------------|---|
| V.2. O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários, fiscalização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão. | Adotada | | Capítulo 6, Parte I, E, título I, pontos 89 e 91, páginas 154 e 155 |
| VI - Informação | | | |
| VI.1 As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo. | Adotada | | Capítulo 6, Parte I, C, título V, pontos 59 a 65, páginas 146 e 147 |
| VI.2 As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado. | Adotada | | Capítulo 6, Parte I, C, título IV, ponto 56, página 144 |



7
Proposta
de aplicação
de resultados

A Galp Energia SGPS, S.A. numa base individual, encerrou o exercício de 2016 com um resultado líquido positivo de €413.783.597,68, apurado em conformidade com as Normas Internacionais do Relato Financeiro (IFRS).

O Conselho de Administração propõe, nos termos legais, que o resultado líquido do exercício de 2016, seja aplicado da seguinte forma: €1.095.409,66 para resultados acumulados e €412.688.188,02 para distribuição de dividendos.

O montante a pagar aos acionistas no ano 2017, relativo ao exercício de 2016, será de €206.344.094,01 (€0,248832/ação), uma vez que no passado mês de setembro já foram pagos €206.344.094,01, sob a forma de adiantamento por conta de lucros do exercício, o que corresponde a um dividendo total de €0,497664 por ação.

Lisboa, 7 de abril de 2017

O Conselho de Administração

Presidente

Paula Amorim

Vice-Presidente

Miguel Athayde Marques

Vice-Presidente

Carlos Gomes da Silva

Vogais

Filipe Crisóstomo Silva

Thore E. Kristiansen

Sérgio Gabrielli de Azevedo

Abdul Magid Osman

Marta Amorim

Raquel Vunge

Carlos Costa Pina

Francisco Rêgo

Jorge Seabra de Freitas

José Carlos da Silva Costa

Pedro Ricardo

Tiago Câmara Pestana

Rui Paulo Gonçalves

Luis Todo Bom

Diogo Tavares

Joaquim Borges Gouveia

Página intencionalmente em branco.



8
Anexos

FPSO CIDADE DE ITAGUAI MV28
NASSAU

8.1.

Contas consolidadas**Índice**

| | | | |
|---|------------|--|------------|
| Demonstração da posição financeira consolidada | 171 | 4.6.2. Operações conjuntas – Agrupamento Complementar de Empresas (A.C.E.) | 245 |
| Demonstração dos resultados consolidados | 172 | 5. Proveitos operacionais | 246 |
| Demonstração consolidada do rendimento integral | 173 | 6. Custos operacionais | 248 |
| Demonstração consolidada das alterações no capital | 174 | 7. Informação por segmentos | 249 |
| Demonstração consolidada dos fluxos de caixa | 176 | 8. Proveitos e custos financeiros | 254 |
| Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016 | 177 | 9. Imposto sobre o rendimento | 254 |
| 1. Nota introdutória | 177 | 10. Resultados por ação | 262 |
| 2. Principais políticas contabilísticas | 179 | 11. Goodwill | 263 |
| 2.1. Bases de apresentação | 179 | 12. Ativos tangíveis e intangíveis | 266 |
| 2.2. Princípios de consolidação | 185 | 12.1. Movimento em ativos tangíveis: | 266 |
| 2.3. Ativos tangíveis | 189 | 12.2. Movimento em ativos intangíveis: | 270 |
| 2.4. Ativos intangíveis | 190 | 12.3. Principais incidências durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016: | 274 |
| 2.5. Ativos não correntes detidos para venda | 191 | 12.4. Imparidades de ativos tangíveis e intangíveis | 274 |
| 2.6. Imparidade de ativos não correntes, exceto <i>Goodwill</i> | 192 | 12.5. Amortizações, depreciações e imparidades do exercício | 275 |
| 2.7. Locações | 194 | 12.6. A repartição dos ativos tangíveis e intangíveis em curso | 275 |
| 2.8. Inventários | 194 | 12.7. Ativos do segmento de exploração | 276 |
| 2.9. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas | 196 | 12.8. Análises de sensibilidade nos testes de imparidade de ativos tangíveis e intangíveis | 278 |
| 2.10. Provisões | 196 | 13. Subsídios | 280 |
| 2.11. Responsabilidades com pensões | 196 | 14. Outras contas a receber | 280 |
| 2.12. Outros benefícios de reforma - cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida | 197 | 15. Clientes | 287 |
| 2.13. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira | 198 | 16. Inventários | 289 |
| 2.14. Proveitos e especialização de exercícios | 198 | 17. Outros investimentos financeiros | 291 |
| 2.15. Encargos financeiros com empréstimos obtidos | 200 | 18. Caixa e seus equivalentes | 292 |
| 2.16. Imposto sobre o rendimento | 200 | 19. Capital social | 293 |
| 2.17. Instrumentos financeiros | 201 | 20. Reservas | 294 |
| 2.18. Hierarquia de justo valor | 203 | 21. Interesses que não controlam | 298 |
| 2.19. Licenças de emissão de CO ₂ | 203 | 22. Empréstimos | 310 |
| 2.20. Classificação na demonstração da posição financeira consolidada | 203 | 23. Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios | 314 |
| 2.21. Eventos subsequentes | 204 | 24. Outras contas a pagar | 330 |
| 2.22. Informação por segmentos | 204 | 25. Provisões | 332 |
| 2.23. Estimativas e julgamentos | 204 | 26. Fornecedores | 335 |
| 2.24. Política de gestão do capital | 206 | 27. Outros instrumentos financeiros – derivados financeiros | 335 |
| 2.25. Política de gestão de riscos e respetivas coberturas | 206 | 28. Entidades relacionadas | 338 |
| 2.26. Alteração de políticas contabilísticas | 206 | 29. Remunerações dos órgãos sociais | 350 |
| 3. Empresas incluídas na consolidação | 208 | 30. Dividendos | 354 |
| 3.1. Perímetro de consolidação | 208 | 31. Reservas petrolíferas e de gás (não auditado) | 354 |
| 3.2. Alterações de perímetro de consolidação | 218 | 32. Gestão de riscos financeiros | 356 |
| 4. Participações financeiras em empresas | 220 | 33. Ativos e responsabilidades contingentes | 359 |
| 4.1. Participações financeiras em empreendimentos conjuntos | 220 | 34. Ativos e passivos financeiros ao valor escriturado e ao justo valor | 362 |
| 4.2. Participações financeiras em empresas associadas | 230 | 35. Informação sobre matérias ambientais | 363 |
| 4.3. Ativos financeiros disponíveis para venda | 239 | 36. Eventos subsequentes | 364 |
| 4.4. Resultados relativos a participações financeiras | 240 | 37. Aprovação das demonstrações financeiras | 364 |
| 4.5. Dividendos relativos a participações financeiras | 241 | | |
| 4.6. Operações conjuntas | 241 | | |
| 4.6.1. Operações conjuntas – consórcios petrolíferos | 241 | | |

Demonstração da posição financeira consolidada

Galp Energia, SGPS, S.A. e subsidiárias

Demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015

(Montantes expressos em milhares de Euros - €k)

| Ativo | Notas | Dezembro 2016 | Dezembro 2015 |
|---|-------|-------------------|-------------------|
| Ativo não corrente: | | | |
| Ativos tangíveis | 12 | 5.910.111 | 5.215.723 |
| Goodwill | 11 | 86.758 | 137.035 |
| Ativos intangíveis | 12 | 267.551 | 1.402.977 |
| Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos | 4 | 1.431.598 | 1.113.576 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 4 | 2.735 | 2.487 |
| Clientes | 15 | 1.081 | 24.162 |
| Outras contas a receber | 14 | 245.535 | 298.149 |
| Ativos por impostos diferidos | 9 | 334.984 | 462.134 |
| Outros investimentos financeiros | 17 | 26.402 | 24.430 |
| Total de ativos não correntes: | | 8.306.755 | 8.680.673 |
| Ativo corrente: | | | |
| Inventários | 16 | 868.924 | 872.518 |
| Clientes | 15 | 1.041.070 | 804.880 |
| Empréstimos à Sinopec | 14 | 610.003 | 722.936 |
| Outras contas a receber | 14 | 555.814 | 576.960 |
| Outros investimentos financeiros | 17 | 18.953 | 4.458 |
| Caixa e seus equivalentes | 18 | 1.033.498 | 1.130.606 |
| | | 4.128.262 | 4.112.358 |
| Ativos não correntes detidos para venda | 3.2 | 4.128 | - |
| Total dos ativos correntes: | | 4.132.390 | 4.112.358 |
| Total do ativo: | | 12.439.145 | 12.793.031 |
| Capital próprio e passivo | | | |
| Capital próprio: | | | |
| Capital social | 19 | 829.251 | 829.251 |
| Prémios de emissão | | 82.006 | 82.006 |
| Reservas | 20 | 3.095.103 | 2.682.394 |
| Resultados acumulados | | 795.014 | 1.055.861 |
| Resultado líquido consolidado do exercício | 10 | 179.097 | 122.566 |
| Total do capital próprio atribuível aos acionistas: | | 4.980.471 | 4.772.078 |
| Interesses que não controlam | 21 | 1.562.936 | 1.416.046 |
| Total do capital próprio: | | 6.543.407 | 6.188.124 |
| Passivo: | | | |
| Passivo não corrente: | | | |
| Empréstimos | 22 | 911.873 | 1.151.416 |
| Empréstimos obrigacionistas | 22 | 1.665.656 | 1.908.109 |
| Outras contas a pagar | 24 | 305.076 | 551.287 |
| Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios | 23 | 359.122 | 421.540 |
| Passivos por impostos diferidos | 9 | 65.813 | 109.384 |
| Outros instrumentos financeiros | 27 | 1.222 | 2.498 |
| Provisões | 25 | 429.487 | 428.762 |
| Total do passivo não corrente: | | 3.738.249 | 4.572.996 |
| Passivo corrente: | | | |
| Empréstimos e descobertos bancários | 22 | 308.308 | 246.791 |
| Empréstimos obrigacionistas | 22 | 16.855 | 245.756 |
| Fornecedores | 26 | 850.412 | 656.346 |
| Outras contas a pagar | 24 | 884.008 | 844.333 |
| Outros instrumentos financeiros | 27 | 17.056 | 29.471 |
| Imposto corrente sobre o rendimento a pagar | 9 | 75.440 | 9.214 |
| | | 2.152.079 | 2.031.911 |
| Passivos associados a ativos não correntes detidos para venda | 3.2 | 5.410 | - |
| Total do passivo corrente: | | 2.157.489 | 2.031.911 |
| Total do passivo: | | 5.895.738 | 6.604.907 |
| Total do capital próprio e do passivo: | | 12.439.145 | 12.793.031 |

As notas anexas fazem parte da demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2016.

Demonstração dos resultados consolidados

Galp Energia, SGPS, S.A. e subsidiárias

Demonstração dos resultados consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Montantes expressos em milhares de Euros - €k)

| | Notas | Dezembro 2016 | Dezembro 2015 reexpresso |
|--|-----------|-------------------|-----------------------------|
| Proveitos operacionais: | | | |
| Vendas | 5 | 12.487.942 | 14.869.272 (a) |
| Prestação de serviços | 5 | 631.314 | 634.481 (a) |
| Outros proveitos operacionais | 5 | 121.336 | 101.193 (a) |
| Total de proveitos operacionais: | | 13.240.592 | 15.604.946 (a) |
| Custos operacionais: | | | |
| Custo das vendas | 6 | 10.135.520 | 12.793.197 (a) |
| Fornecimentos e serviços externos | 6 | 1.284.500 | 1.227.917 (a) |
| Custos com o pessoal | 6 | 333.848 | 343.498 (a) |
| Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de ativos fixos | 6 | 834.858 | 719.635 |
| Provisões e perdas por imparidade de contas a receber | 6 | 10.785 | 31.125 |
| Outros custos operacionais | 6 | 97.540 | 66.350 (a) |
| Total de gastos operacionais: | | 12.697.051 | 15.181.722 (a) |
| Resultados operacionais: | | 543.541 | 423.224 (a) |
| Proveitos financeiros | 8 | 38.643 | 32.387 |
| Custos financeiros | 8 | (72.026) | (79.700) |
| Ganhos (perdas) cambiais | | (8.661) | (9.792) (a) |
| Resultados relativos a participações financeiras e perdas por imparidades de <i>Goodwill</i> | 4 e 11 | 17.238 | 19.308 |
| Rendimento de instrumentos financeiros | 27 | 17.392 | (12.776) |
| Resultado antes de impostos: | | 536.127 | 372.651 (a) |
| Imposto sobre o rendimento | 9 | (260.385) | (151.431) (a) |
| Contribuição extraordinária sector energético | 9 | (68.047) | (67.002) |
| Resultado líquido consolidado do exercício | | 207.695 | 154.218 |
| Resultado líquido atribuível a: | | | |
| Interesses que não controlam | 21 | 28.598 | 31.652 |
| Acionistas da Galp Energia, SGPS, S.A. | 10 | 179.097 | 122.566 |
| Resultado líquido consolidado do exercício | | 207.695 | 154.218 |
| Resultado por ação (valor em Euros) | 10 | 0,22 | 0,15 |

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.26. As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Demonstração consolidada do rendimento integral

Galp Energia, SGPS, S.A. e subsidiárias

Demonstração consolidada do rendimento integral para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Montantes expressos em milhares de Euros - €k)

| | Notas | Dezembro 2016 | | Dezembro 2015 | |
|--|-----------|---------------------------|--|---------------------------|--|
| | | Atribuível aos acionistas | Interesses que não controlam (Nota 21) | Atribuível aos acionistas | Interesses que não controlam (Nota 21) |
| Resultado líquido consolidado do exercício | 10 | 179.097 | 28.598 | 122.566 | 31.652 |
| Outro rendimento integral do exercício que no futuro não será reciclado por resultados do exercício: | | | | | |
| Ganhos e perdas atuariais - fundo pensões | | | | | |
| Ganhos e perdas atuariais - fundo pensões | 23 | (1.718) | (12) | (22.699) | - |
| Imposto relacionado com a componente de ganhos e perdas atuariais - fundo pensões | 9 | (293) | - | 1.867 | 1 |
| | | (2.011) | (12) | (20.832) | 1 |
| Outro rendimento integral do exercício que no futuro poderá ser reciclado por resultados do exercício: | | | | | |
| Diferenças de conversão cambial: | | | | | |
| Diferenças de conversão cambial (empresas do Grupo) | 20 | 240.686 | 98.471 | 75.202 | 64.197 |
| Diferenças de conversão cambial (Empresas associadas/Empreendimentos conjuntos) | 4 e 20 | 41.502 | - | 58.212 | - |
| Diferenças de conversão cambial - <i>Goodwill</i> | 11 e 20 | 815 | - | 2.157 | - |
| Diferenças de conversão cambial - Dotações financeiras (<i>quasi capital</i>) | 20 | 183.447 | 78.621 | (232.534) | (99.657) |
| Imposto diferido relacionado com as componentes de diferenças de conversão cambial - Dotações financeiras (<i>quasi capital</i>) | 9 e 20 | (62.372) | (26.731) | 79.061 | 33.883 |
| | | 404.078 | 150.361 | (17.902) | (1.577) |
| Reservas de cobertura: | | | | | |
| Aumentos/diminuições reservas de cobertura (Empresas do Grupo) | 27 e 20 | 7.353 | - | (1.134) | - |
| Imposto diferido relacionado com as componentes de reservas de cobertura (Empresas do Grupo) | 9 e 20 | (1.654) | - | 265 | - |
| Aumentos/diminuições reservas de cobertura (Empresas Associadas/Empreendimentos Conjuntos) | 27 e 20 | (223) | - | (42) | - |
| Imposto diferido relacionado com as componentes de reservas de cobertura (Empresas Associadas/Empreendimentos Conjuntos) | 20 | 50 | - | (11) | - |
| | | 5.526 | - | (922) | - |
| Outros aumentos/diminuições | | | | | |
| Aumentos da participação no capital de subsidiárias (Nota 21 g) | | - | - | - | (17.921) |
| Outros aumentos/diminuições | | - | 10 | - | (4) |
| | | - | 10 | - | (17.925) |
| Outro Rendimento integral do período líquido de imposto | | 407.593 | 150.359 | (39.656) | (19.501) |
| Rendimento integral do período atribuível a acionistas | | 586.690 | | 82.910 | |
| Rendimento integral do período atribuível a interesses que não controlam | 21 | | 178.957 | | 12.151 |
| Total do rendimento integral do exercício | | 586.690 | 178.957 | 82.910 | 12.151 |

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Demonstração consolidada das alterações no capital

Galp Energia, SGPS, S.A. e subsidiárias

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Montantes expressos em milhares de Euros - €k)

| Movimentos do exercício | Notas | Capital social | Prémios de emissão | Reservas de conversão cambial (Nota 20) | Outras reservas (Nota 20) | Reservas de cobertura (Nota 20) | Resultados acumulados - ganhos e perdas atuariais-fundo de pensões (Nota 23) | Resultados acumulados | Resultado líquido consolidado do exercício | Subtotal | Interesses que não controlam (Nota 21) | Total |
|---|--------|----------------|--------------------|---|---------------------------|---------------------------------|--|-----------------------|--|-----------|--|-----------|
| Saldo em 1 de janeiro de 2015 | | 829.251 | 82.006 | 17.669 | 2.684.414 | (744) | (99.570) | 1.664.905 | (173.394) | 5.004.537 | 1.420.184 | 6.424.721 |
| Resultado líquido consolidado do exercício | 10 | - | - | - | - | - | - | - | 122.566 | 122.566 | 31.652 | 154.218 |
| Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios | | - | - | (17.902) | - | (922) | (20.832) | - | - | (39.656) | (19.501) | (59.157) |
| Rendimento integral do exercício | | - | - | (17.902) | - | (922) | (20.832) | - | 122.566 | 82.910 | 12.151 | 95.061 |
| Distribuição de Dividendos/Dividendos antecipados | | - | - | - | - | - | - | (315.248) | - | (315.248) | (7.722) | (322.970) |
| Incremento de capital em subsidiárias | | - | - | - | (121) | - | - | - | - | (121) | (8.567) | (8.688) |
| Aumentos de reservas por aplicação de resultados | | - | - | - | - | - | - | (173.394) | 173.394 | - | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | | 829.251 | 82.006 | (233) | 2.684.293 | (1.666) | (120.402) | 1.176.263 | 122.566 | 4.772.078 | 1.416.046 | 6.188.124 |
| Saldo em 1 de janeiro de 2016 | | 829.251 | 82.006 | (233) | 2.684.293 | (1.666) | (120.402) | 1.176.263 | 122.566 | 4.772.078 | 1.416.046 | 6.188.124 |
| Resultado líquido consolidado do exercício | 10 | - | - | - | - | - | - | - | 179.097 | 179.097 | 28.598 | 207.695 |
| Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios | | - | - | 404.078 | - | 5.526 | (2.011) | - | - | 407.593 | 150.359 | 557.952 |
| Rendimento integral do exercício | | - | - | 404.078 | - | 5.526 | (2.011) | - | 179.097 | 586.690 | 178.957 | 765.647 |
| Distribuição de Dividendos/Dividendos antecipados | 30 | - | - | - | - | - | - | (378.297) | - | (378.297) | (12.547) | (390.844) |
| Varição do perímetro de consolidação | 3 e 21 | - | - | - | 3.061 | 44 | 4.536 | (7.641) | - | - | (19.520) | (19.520) |
| Aumentos de reservas por aplicação de resultados | | - | - | - | - | - | - | 122.566 | (122.566) | - | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | | 829.251 | 82.006 | 403.845 | 2.687.354 | 3.904 | (117.877) | 912.891 | 179.097 | 4.980.471 | 1.562.936 | 6.543.407 |

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Galp Energia, SGPS, S.A. e subsidiárias

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Montantes expressos em milhares de Euros - €k)

| | Notas | Dezembro 2016 | Dezembro 2015 |
|--|-------|--------------------|--------------------|
| Atividades operacionais: | | | |
| Recebimentos de clientes | | 15.156.153 | 17.665.676 |
| (Pagamentos) a fornecedores | | (9.093.921) | (11.420.662) |
| (Pagamento) de imposto sobre produtos petrolíferos (ISP) | | (2.752.218) | (2.632.665) |
| (Pagamento) de imposto sobre o consumo (IVA) | | (1.412.350) | (1.624.430) |
| (Pagamento) de royalties, taxas, PIS e Cofins, e outros | | (78.823) | (50.022) |
| Margem bruta operacional | | 1.818.841 | 1.937.897 |
| (Pagamento) de remunerações, contribuições para o fundo de pensões e outros benefícios | | (214.432) | (209.348) |
| (Pagamentos) de retenções efetuadas a terceiros | | (83.165) | (85.246) |
| Contribuições para a Segurança Social (TSU) | | (75.074) | (76.389) |
| Pagamentos relacionados com pessoal | | (372.671) | (370.983) |
| Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional | | (80.078) | (46.074) |
| Fluxo gerado pelas operações | | 1.366.092 | 1.520.840 |
| (Pagamento)/recebimento de imposto sobre o rendimento (IRC, IRP e participação especial) | | (172.408) | (127.016) |
| Fluxos das atividades operacionais (1) | | 1.193.684 | 1.393.824 |
| Atividades de investimento: | | | |
| Recebimentos por alienações de ativos tangíveis e intangíveis | | 946 | 68.893 |
| (Pagamentos) por aquisições de ativos tangíveis e intangíveis | | (1.042.556) | (989.812) |
| Recebimentos de investimentos financeiros | 3 e 4 | 164.210 | 35.370 |
| (Pagamentos) de investimentos financeiros | | (189.604) | (308.346) |
| Investimento financeiro líquido | | (1.067.004) | (1.193.895) |
| Recebimentos de empréstimos concedidos | | 133.843 | 260.784 |
| (Pagamentos) de empréstimos concedidos | | (6.818) | (400) |
| Recebimento de juros e proveitos similares | | 17.581 | 21.855 |
| Recebimento de dividendos | 4 e 5 | 70.115 | 72.901 |
| Fluxos das atividades de investimento (2) | | (852.283) | (838.755) |
| Atividades de financiamento: | | | |
| Recebimento de empréstimos obtidos | | 2.536.836 | 1.282.504 |
| (Pagamento) de empréstimos obtidos | | (2.568.791) | (1.407.753) |
| Recebimento/(Pagamento) de juros e custos similares | | (137.277) | (132.411) |
| Dividendos pagos | 30 | (387.409) | (318.211) |
| Outras operações de financiamento | | 395 | 1.904 |
| Fluxos das atividades de financiamento (3) | | (556.246) | (573.967) |
| Variação líquida de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3) | | (214.845) | (18.898) |
| Efeito da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes | | 130.630 | 41.393 |
| Variação de caixa por variações no perímetro de consolidação | 3 | (38.441) | (1.040) |
| Caixa e seus equivalentes no início do exercício | | 1.044.851 | 1.023.396 |
| Caixa e seus equivalentes associados a ativos não correntes detidos para venda | 3 | 1.048 | - |
| Caixa e seus equivalentes no fim do exercício | 18 | 923.243 | 1.044.851 |

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016

1. Nota introdutória

a) Empresa-mãe:

A Galp Energia, SGPS, S.A. (adiante designada por Galp ou Empresa), tem a sua sede na Rua Tomás da Fonseca em Lisboa, Portugal e tem como objeto social a gestão de participações sociais de outras sociedades.

A estrutura acionista da Empresa em 31 de dezembro de 2016 é evidenciada na Nota 19.

A Empresa encontra-se cotada em Bolsa, na Euronext Lisbon.

b) O Grupo:

Em 31 de dezembro de 2016 o Grupo Galp (“Grupo”) é constituído pela Galp e subsidiárias, as quais incluem, entre outras: (i) a Galp Energia E&P BV e respetivas subsidiárias que desenvolvem a sua atividade na exploração e produção de petróleo e gás e biocombustíveis; (ii) a Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. (“Petrogal”) e respetivas subsidiárias que desenvolvem as suas atividades na área da refinação de petróleo bruto e distribuição de seus derivados; (iii) a Galp Gas & Power SGPS, S.A. e respetivas subsidiárias que desenvolvem a sua atividade na área do gás natural, no sector da eletricidade e das energias renováveis e (iv) a Galp Energia, S.A., empresa que integra os serviços corporativos.

b1) Atividade de *Upstream*

O segmento de negócio de Exploração & Produção (E&P) é responsável pela presença da Galp no sector *upstream* da indústria petrolífera, levando a cabo a supervisão e execução de todas as atividades relacionadas com a exploração, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos essencialmente no Brasil, Moçambique e Angola.

b2) Atividade de *Midstream* e *Downstream*

O segmento de negócio de Refinação & Distribuição de produtos petrolíferos (R&D) detém duas refinarias em Portugal e inclui ainda todas as atividades de comercialização, a retalho e grossista,

de produtos refinados (incluindo GPL). O segmento de R&D engloba igualmente infraestruturas de armazenamento e transporte de produtos petrolíferos em Portugal e Espanha, quer para a exportação e importação quer para a distribuição dos produtos nos principais centros de consumo. Esta atividade de comercialização a retalho com a marca Galp, estende-se ainda a Angola, Cabo-Verde, Espanha, Gâmbia, Guiné-Bissau, Moçambique e Suazilândia com subsidiárias detidas pelo Grupo.

b3) Atividade de gás natural e produção e comercialização de energia

O segmento de negócio de gás natural e power abrange as áreas de aprovisionamento, comercialização, distribuição e armazenagem de gás natural e geração de energia elétrica e térmica.

O negócio de gás natural do grupo Galp engloba um conjunto de atividades, nomeadamente o aprovisionamento e a comercialização a clientes finais na Península Ibérica.

A área de gás natural respeita ao aprovisionamento e comercialização de gás natural a qual se destina a fornecer gás natural a grandes clientes industriais, com um consumo anual superior a 2 milhões de m³, a empresas produtoras de eletricidade, às empresas comercializadoras de gás natural e às UAG ‘s (Unidades Autónomas de Gás). A Galp mantém contratos de aprovisionamento de longo prazo com empresas da Argélia e da Nigéria, de forma a satisfazer a procura dos seus clientes.

As empresas subsidiárias do grupo Galp que têm atividade de armazenagem e distribuição de gás natural em Portugal operam com base em contratos de concessão celebrados com o Estado português. Findo o prazo das concessões ou licenças, os bens afetos serão transferidos para o Estado português e as empresas serão indemnizadas por um montante correspondente ao valor líquido contabilístico daqueles bens àquela data, líquido de amortizações, participações financeiras e subsídios a fundo perdido.

Nos termos cobertos pela regulamentação sectorial aplicável em Portugal, aprovada pelo respetivo regulador (ERSE – www.erse.pt), descritas nos respetivos regulamentos em maior pormenor, temos as condições que a seguir se apresentam.

Operadores de rede de distribuição

- Atividade de Acesso à Rede Nacional de Transporte de Gás Natural (RNTGN) e à Rede Nacional de Distribuição de Gás Natural (RNDGN) exercida pelos operadores das redes de distribuição.
- Atividade de distribuição de gás natural exercida pelos operadores das redes de distribuição.

Comercializador de último recurso grossista

- Atividade de compra e venda de gás natural no âmbito da gestão dos contratos de aprovisionamento de longo prazo em regime de *Take or Pay* celebrados em data anterior à publicação da Diretiva 2003/55/CE, de 26 de junho exercida pelo comercializador do Sistema Nacional de gás natural (SNGN).

Para cobrir as necessidades previstas de gás natural em Portugal, foi assinado um contrato de compra de gás natural de 2,3 bcm por ano, por um período de 23 anos, com a Sonatrach, sociedade detida pelo Estado argelino. A entrada em vigor deste contrato, bem como as primeiras entregas de gás natural, tiveram início em janeiro de 1997, em simultâneo com a ligação do gasoduto Europe-Maghreb à rede de transporte e distribuição em Portugal.

Foram também assinados três contratos, por um período de 20 anos, com a NLNG, uma empresa nigeriana, para a aquisição de um total de 3,5 bcm por ano de GNL. O fornecimento nos termos destes contratos iniciou-se em 2000, 2003 e 2006, respetivamente.

Contratos de aquisição de gás natural e LNG

| Contratos | País | Quantidade (mm ³ /ano) | Duração (anos) | Início |
|-----------|---------|-----------------------------------|----------------|--------|
| NLNG I | Nigéria | 420 | 20 | 2000 |
| NLNG II | Nigéria | 1.000 | 20 | 2003 |
| NLNG + | Nigéria | 2.000 | 20 | 2006 |
| Sonatrach | Argélia | 2.300 | 23 | 1997 |

O preço de compra do gás natural no âmbito dos contratos de aquisição de longo prazo é geralmente calculado segundo uma fórmula de preço estabelecida com base no preço de combustíveis alternativos, como os *benchmarks* do preço do crude e outros elementos, nomeadamente a inflação e as taxas de câmbio. Tipicamente, a fórmula de preço destes contratos prevê o seu ajustamento periódico com base nas variações do *benchmark* escolhido.

Por norma, os contratos de compra de gás natural a longo prazo definem uma quantidade mínima anual a adquirir

e uma margem de flexibilidade para cada ano. Estes contratos costumam estabelecer uma obrigação de *take or pay*, que obriga a comprar as quantidades acordadas de gás natural, independentemente de a respetiva necessidade ocorrer ou não. Estes contratos permitem transferir quantidades de um ano para o outro, dentro de determinados limites, se a procura for inferior aos níveis mínimos anuais estabelecidos.

Aquando da dispersão do capital da Galp em Bolsa, foi efetuada uma análise destes contratos no âmbito de deteção de derivados embutidos, ou seja, cláusulas contratuais que pudessem ser entendidas como derivados financeiros. Da análise efetuada por consultores externos e pelo Grupo, não se detetaram derivados financeiros suscetíveis de serem valorizados ao justo valor, já que as características destes contratos são intrínsecas à atividade do gás.

Quando existem derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração dos resultados.

Embora sejam de duração igual ou superior a 20 anos, os contratos de aprovisionamento de longo prazo preveem a possibilidade de renegociação ao longo da vigência do contrato de acordo com regras contratualmente definidas.

A atividade de compra e venda de gás natural para fornecimento aos comercializadores de último recurso, exercida pelo comercializador de último recurso grossista, inclui as seguintes funções:

- função de compra e venda de gás natural, resultantes da aquisição de gás natural, diretamente ou através de leilões, no âmbito dos contratos de aprovisionamento de longo prazo, do comercializador de SNGN;
- função de compra e venda de gás natural em mercados organizados ou através de contratos bilaterais (não aplicável na Galp para o ano em análise).

Comercializadores de último recurso retalhistas

A atividade de comercialização de gás natural, exercida pelos comercializadores de último recurso retalhistas, inclui as seguintes funções:

- compra e venda de gás natural;
- compra e venda do acesso à RNTGN e à RNDGN;
- comercialização de gás natural.

O negócio Power do Grupo engloba a geração de energia através do portefólio de cogerações localizadas em Portugal e a comercialização de eletricidade a clientes finais. Este negócio revela-se complementar ao negócio de gás natural, por via dos autoconsumos de gás natural nas cogerações e da oferta combinada de eletricidade e gás.

A atividade do sub-segmento Power, consiste atualmente na operação de centrais de cogeração e de energia eólica através de empreendimentos conjuntos.

Identificam-se abaixo os mercados geográficos por atividades desenvolvidas:

- aprovisionamento de gás natural;
- distribuição de gás natural: Portugal;
- venda de gás natural e eletricidade: Portugal e Espanha;
- produção de eletricidade: Portugal.

2. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas para o Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são as que se mencionam a seguir. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 ocorreram alterações de políticas contabilísticas, expressas

no ponto 2.26, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior. Não existem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em milhares de Euros, exceto se expresso em contrário.

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo Galp foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros derivados que se encontram registados pelo justo valor (Nota 2.16), a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 3 e 4) de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, efetivas para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2016. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (IASC) e respetivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo Standing Interpretation Committee (SIC) e International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por IFRS.

As normas IFRS publicadas pelo IASB e aprovadas e publicadas no *Jornal Oficial da União Europeia* (JOUE) durante o exercício 2016 e com aplicação prevista contabilística em exercícios posteriores são resumidamente apresentadas nos quadros abaixo:

Normas e interpretações publicadas pelo IASB mas ainda não aprovadas pela UE:

| Normas IAS | Data da publicação no IASB | Data prevista de aprovação da UE | Exercício económico em que se aplica | Observações |
|---|----------------------------|----------------------------------|--------------------------------------|---|
| IFRS 14 Desvios tarifários | 30/Jan/2014 | sem data prevista | - | Não aplicável. |
| IFRS 16 Locações | 13/Jan/2016 | 2.º semestre 2017 | 2019 | Impacto, ainda por determinar, da aplicação da norma. |
| Emendas à IAS 12 Impostos sobre o rendimento | 19/Jan/2016 | 2.º trimestre 2017 | 2017 | Sem impacto previsível. |
| Emendas IAS 7 Demonstração de fluxos de caixa | 29/Jan/2016 | 2.º trimestre 2017 | 2017 | Impacto nas divulgações do anexo às contas. |
| Clarificação à IFRS 15 Réditos de contratos com clientes | 12/Abr/2016 | 2.º trimestre 2017 | 2018 | Impacto, ainda por determinar, da aplicação da norma. |
| Emendas IFRS 2 Pagamento com base em ações | 20/Jun/2016 | 2.º semestre 2017 | 2018 | Não aplicável. |
| Emendas IFRS 4 Contratos de Seguro | 12/Set/2016 | 2017 | 2018 | Sem impacto previsível. |
| Melhorias anuais no ciclo IFRS 2014-2016 | 08/Dez/2016 | 2.º semestre 2017 | 2017/2018 | Sem impactos contabilísticos relevantes. |
| IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada | 08/Dez/2016 | 2.º semestre 2017 | 2018 | Sem impacto previsível. |
| Emendas à IAS 40 Propriedades de investimento | 08/Dez/2016 | 2.º semestre 2017 | 2018 | Sem impacto previsível. |

Normas e interpretações publicadas pelo IASB mas ainda não aprovadas pela UE:

| Normas IAS | Data da publicação no JOUE | Data de aplicação contabilística | Exercício económico em que se aplica | Observações |
|--|----------------------------|----------------------------------|--------------------------------------|---|
| IFRS 9 Instrumentos Financeiros | 29/Nov/2016 | 01/Jan/2018 | 2018 | Impacto nos derivados financeiros classificados contabilisticamente como de cobertura, classificação de ativos financeiros e no cálculo das perdas de imparidade de contas a receber. |
| IFRS 15 Rêdito de contratos com clientes | 29/Out/2016 | 01/Jan/2018 | 2018 | Impacto, ainda por determinar, no reconhecimento do rêdito. |

Normas e interpretações adotadas, se aplicáveis:

| Normas IAS | Data da publicação no JOUE | Data de aplicação contabilística | Exercício económico em que se aplica | Observações |
|---|----------------------------|----------------------------------|--------------------------------------|---|
| Emendas à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28: Entidades de investimento - aplicação da isenção de consolidar | 23/Set/2016 | 01/Jan/2016 | 2016 | Não aplicável. |
| Emendas à IAS 27 Demonstrações financeiras separadas | 23/Dez/2015 | 01/Jan/2016 | 2016 | Sem impacto. |
| Emendas à IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras | 19/Dez/2015 | 01/Jan/2016 | 2016 | Sem impactos contabilísticos relevantes. |
| Melhorias anuais ao ciclo IFRS 2012-2014 | 16/Dez/2015 | 01/Jan/2016 | 2016 | Sem impactos contabilísticos relevantes. |
| Emendas à IAS 16 Ativos fixos tangíveis e IAS 38 Ativos intangíveis | 03/Dez/2015 | 01/Jan/2016 | 2016 | Não aplicável. |
| Emendas à IFRS 11 Acordos conjuntos | 25/Nov/2015 | 01/Jan/2016 | 2016 | Impacto potencial em novas aquisições de operações conjuntas. |
| Emendas à IAS 16 Ativos fixos tangíveis e IAS 41 Agricultura | 25/Nov/2015 | 01/Jan/2016 | 2016 | Não aplicável. |
| Melhorias anuais ao ciclo IFRS 2010-2012 | 09/Jan/2015 | 01/Fev/2015 | 2016 | Sem impactos contabilísticos relevantes. |
| Emendas à IAS 19 - Plano de Benefício definido: Contribuições dos empregados | 09/Jan/2015 | 01/Fev/2015 | 2016 | Sem impactos contabilísticos relevantes. |

Normas e interpretações publicadas pelo IASB mas ainda não aprovadas pela União Europeia

IFRS 14 – Desvios tarifários

A norma permite que uma entidade que adota pela primeira vez as IFRS contabilize, com algumas alterações limitadas, os saldos com diferimentos regulatórios em conformidade com os normativos contabilísticos anteriores, tanto na adoção inicial das IFRS como nas demonstrações financeiras subsequentes. Os saldos das contas de diferimento regulatórias, e os respetivos movimentos são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira, na demonstração de resultados e no rendimento integral, e são exigidas divulgações específicas.

Como a Galp não é primeira adotante das IFRS não irá aplicar a norma. Para além disso, a União Europeia decidiu não proceder ao endosso desta norma.

IFRS 16 – Locações

A norma específica como se deve reconhecer, mensurar, apresentar e divulgar locações. Esta norma prevê um único modelo de contabilização para o locatário, exigindo o reconhecimento de ativos e passivos para todas as locações, exceto para locações com maturidades inferiores a um ano ou que sejam de valor imaterial. Os locadores irão continuar a classificar as locações como operacionais ou financeiros, à semelhança do que já era prescrito pela norma IAS 17.

A Galp ainda está a determinar o impacto desta nova norma nas suas atividades. Resultante de uma análise inicial, a Galp clarifica que a norma das locações não terá impacto nos Bónus de Assinatura (*Mineral rights*) relacionados com a atividade de Exploração & Produção. No entanto, ainda se encontra a analisar todos os impactos decorrentes desta norma.

Emendas à IAS 12 – Impostos sobre o rendimento

A emenda à norma IAS 12 refere-se ao reconhecimento de imposto diferido ativo para perdas não realizadas e clarifica os seguintes aspetos:

- i) perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor ou ao custo para fins fiscais dão origem a uma diferença temporária dedutível independentemente de o detentor do instrumento de dívida pretender recuperar o seu valor escriturado pela venda ou pelo uso;
- ii) o valor escriturado de um ativo não limita a estimativa do seu valor de realização futura, que pode ser superior;
- iii) as estimativas de lucros tributáveis futuros excluem deduções fiscais que resultam da reversão de diferenças temporárias dedutíveis;
- iv) uma entidade estima um imposto diferido ativo em combinação com outros impostos diferidos ativos. Quando a lei fiscal restringe a utilização de prejuízos fiscais, a entidade deverá estimar o imposto diferido ativo em combinação com outros impostos diferidos ativos do mesmo tipo.

Não se espera que esta clarificação da norma IAS 12 tenha impacto nos cálculos e registos dos impostos diferidos efetuados pela Galp.

IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa: Divulgações

A entidade terá de divulgar uma reconciliação entre as alterações dos passivos financeiros com os fluxos de caixa (atividades de financiamento), nomeadamente:

- i) alterações dos fluxos de caixa de financiamento;
- ii) alterações resultantes de obtenção ou perda de controlo de subsidiárias ou outros negócios;
- iii) o efeito de alterações nas taxas de câmbio;
- iv) alterações de justo valor; e
- v) outras alterações não monetárias.

Esta emenda terá impactos nas futuras divulgações a constar do anexo às contas.

Clarificação à IFRS 15 – Réditos de contratos com clientes

As alterações referem-se a indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal *versus* agente e aos novos regimes previstos para simplificar a transição.

A Galp está a analisar o futuro impacto da referida norma, nomeadamente no reconhecimento do rédito nas diversas atividades que exerce.

Emendas IFRS 2 – Pagamento com base em ações

A emenda clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente (*cash-settled*) e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente (*cash-settled*) para liquidado com capital próprio (*equity-settled*).

Além disso, a emenda introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (*equity-settled*), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal.

Esta emenda não tem impacto contabilístico nas contas da Galp, dado não existirem planos de pagamentos baseados em ações atribuídos.

Emendas IFRS 4 – Contratos de seguro

As emendas à IFRS 4 permitem duas soluções diferentes para as empresas seguradoras: uma isenção temporária da IFRS 9 para as entidades que satisfazem requisitos específicos (aplicados ao nível da entidade que relata); e a *overlay approach*.

No entanto, prevê-se que a IFRS 4 seja substituída pela próxima nova norma de contratos de seguros. Consequentemente, espera-se que tanto a isenção temporária como a *overlay approach* deixem de ser aplicáveis quando a nova norma de seguro entrar em vigor.

A Galp considera ser prematuro determinar eventuais impactos destas emendas, pois as mesmas ainda estão sujeitas a futuras alterações.

Melhorias anuais no ciclo IFRS 2014-2016

- IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro

A melhoria à IFRS 1 elimina as isenções de curto prazo para a IFRS 7, IFRS 10 e IAS 19, por já não serem aplicáveis, para as entidades que adotem as IFRS pela primeira vez.

- IFRS 12 – Divulgação de interesses noutras entidades

A melhoria clarifica o âmbito da aplicação da norma, especificando que os requisitos de divulgação aplicam-se aos interesses em entidades elencadas pela norma (i.e. subsidiária, acordos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas) que sejam mantidas para venda ou como operações descontinuadas, e que a única isenção refere-se à divulgação do resumo da informação financeira dessas entidades.

- IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

A melhoria clarifica que a escolha pela opção de mensurar pelo justo valor através dos resultados os investimentos em associadas ou empreendimentos conjuntos, que sejam detidos por uma organização de capital de risco ou outra entidade similar, é efetuada para cada investimento em cada entidade associada ou empreendimento conjunto (numa base individual, sem exigir a consistência para cada classe de investimento), no reconhecimento inicial.

A Galp considera que as emendas em questão clarificam as normas existentes, não tendo efeitos relevantes na mensuração ou apresentação das contas.

IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada

A interpretação visa determinar a data da transação que define a taxa de câmbio a aplicar às transações em moeda estrangeira. A interpretação aplica-se quando uma entidade paga ou recebe contraprestação antecipada por contratos em moeda estrangeira e define que:

- a data da transação, para fins de determinação da taxa de câmbio, é a data do reconhecimento inicial do ativo não monetário resultante do pagamento antecipado ou do passivo não monetário resultante do recebimento antecipado;
- se houver vários pagamentos ou recibos antecipados, é estabelecida para cada pagamento ou recibo uma data de transação.

A Galp considera que a interpretação não tem impacto contabilístico nas contas, na medida que a Galp já efetua a contabilização em conformidade com tal interpretação.

Emendas à IAS 40 – Propriedades de investimento

A emenda visa esclarecer que para transferir para, ou de propriedades de investimento, deve haver uma alteração na utilização. Para concluir se houve alteração do uso de uma propriedade de investimento deve existir uma avaliação a confirmar que a propriedade cumpre a definição prevista na norma. Esta alteração deve ser suportada por evidências, dado que uma mudança de intenção, por parte da gestão, não é por si só suficiente para suportar uma transferência.

A Galp prevê que as emendas não terão impacto contabilístico nas contas.

Normas e interpretações aprovadas pela UE a aplicar em exercícios posteriores, se aplicáveis:

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

A IFRS 9 substitui a IAS 39 – ‘Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração’ e introduz alterações no que se refere:

- à classificação e mensuração dos ativos financeiros, introduzindo uma simplificação na classificação com base no modelo de negócio definido pela gestão;

- ao reconhecimento da componente de *own credit risk* na mensuração do justo valor de passivos classificados como mensurados voluntariamente ao justo valor;
- ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber, com base no modelo de perdas estimadas em substituição do modelo de perdas incorridas; e
- às regras da contabilidade de cobertura, que se pretende que estejam mais alinhadas com o racional económico da cobertura de riscos definido pela Gestão.

A Galp considera que a IFRS 9 irá alterar a forma de reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber, a classificação e mensuração de ativos financeiros, bem como poderá afetar a contabilidade de cobertura, já que a mesma ficará mais alinhada com a cobertura económica. A Galp ainda se encontra a determinar os impactos desta norma.

IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes

Esta norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços a clientes, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita; e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme a metodologia expressa na norma.

A Galp está a analisar o futuro impacto da referida norma, nomeadamente no reconhecimento do rédito nas diversas atividades que exerce.

Normas e interpretações adotadas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2016, se aplicáveis:

Emendas à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28: Entidades de investimento - aplicação da isenção de consolidar

Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar aplica-se a uma empresa-mãe intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, clarifica que a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial é extensível a uma entidade que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma entidade de investimento.

Estas emendas não são aplicáveis à Galp.

Emendas à IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas

Esta alteração permite que uma entidade aplique retrospectivamente o método da equivalência

patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas.

A Galp mantém a sua política contabilística de registar as participações financeiras ao custo de aquisição em contas separadas, pelo que as emendas não têm impacto nas contas.

Emendas à IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras

Esta alteração à IAS 1 resulta de um projeto de revisão às divulgações das IFRS e refere-se à materialidade e agregação de rubricas, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas, à apresentação dos itens de Outros rendimentos integrais gerados por investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial e à apresentação de subtotaís nas demonstrações financeiras IFRS.

A Galp considera que as emendas não têm impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Melhorias anuais ao ciclo IFRS 2012-2014

- IFRS 5 – ‘Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas’

A melhoria à IFRS 5 clarifica que quando um ativo (ou grupo para alienação) é reclassificado de «detido para venda» para «detido para distribuição aos acionistas» ou vice-versa, tal não constitui uma alteração ao plano de vender ou distribuir.

- IFRS 7 – ‘Instrumentos financeiros: divulgações’

A melhoria à IFRS 7 inclui informação adicional sobre o significado de envolvimento continuado na transferência (desreconhecimento) de ativos financeiros, para efeitos de divulgação.

- IAS 19 – ‘Benefícios dos empregados’

A melhoria clarifica que na determinação da taxa de desconto das responsabilidades com planos de benefícios definidos pós-emprego, esta tem de corresponder a obrigações de elevada qualidade, na mesma moeda em que as responsabilidades são calculadas.

- IAS 34 – ‘Relato financeiro intercalar’

Esta melhoria clarifica o significado de «informação divulgada em outra área das demonstrações financeiras intercalares», e exige a inclusão de referências cruzadas para essa informação, bem como a sua disponibilização em simultâneo.

A Galp considera que as emendas em questão clarificam as normas existentes, não tendo efeitos relevantes nas divulgações e valores apresentados.

Emendas à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis

Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/amortizações de ativos com base no rédito obtido, não são, regra geral, consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo.

A Galp considera esta emenda como não aplicável, dado que não tem a prática de depreciar/amortizar os seus ativos com base no rédito obtido, mas sim no desgaste técnico dos mesmos.

Emendas à IFRS 11 – Acordos conjuntos

Esta alteração introduz uma orientação sobre a contabilização a efetuar na aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – Concentrações de atividades empresariais, com exceção quanto à remensuração ao justo valor de qualquer interesse detido anteriormente.

Esta emenda à norma IFRS 11 é aplicável a futuras aquisições pela Galp de Acordos conjuntos.

Emendas à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 41 – Agricultura

A alteração define o conceito de uma planta que produz ativos biológicos consumíveis, e retira este tipo de ativos do âmbito da aplicação da IAS 41 – Agricultura, para a IAS 16 – Ativos tangíveis, com o conseqüente impacto na mensuração. Contudo, os ativos biológicos consumíveis produzidos por estas plantas, mantêm-se no âmbito da IAS 41 – Agricultura.

Esta emenda não é aplicável às subsidiárias do grupo Galp e, portanto, não tem relevância na mensuração ou apresentação das contas.

Emendas à IAS 19 – Plano de benefício definido: Contribuições dos empregados

Esta alteração à IAS 19 refere-se à contabilização de contribuições de empregados e entidades terceiras para planos de benefícios definidos atribuídos aos empregados, e pretende simplificar a contabilização destas contribuições,

nos casos em que estas sejam independentes dos anos de serviço dos empregados (dependência de outros fatores).

A Galp considera que esta emenda não tem impactos contabilísticos relevantes.

Melhorias anuais ao ciclo IFRS 2010-2012

- IFRS 2 – Pagamento com base em ações

A melhoria à IFRS 2 altera a definição de «condições de aquisição» (*vesting conditions*), passando a prever apenas dois tipos de condições de aquisição: «condições de serviço» e «condições de performance». A nova definição de «condições de performance» prevê que apenas condições relacionadas com a entidade são consideradas.

- IFRS 3 – ‘Concentrações de atividades empresariais’

A melhoria à IFRS 3 clarifica que uma obrigação por pagamentos contingentes é classificada de acordo com a IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação, com um passivo, ou como um instrumentos de capital, caso cumpra com a definição de instrumento financeiro. Os pagamentos contingentes classificados como passivos são mensurados inicial, e subsequentemente, ao justo valor através de resultados. Os pagamentos contingentes classificados como instrumentos de capital apenas são mensurados ao justo valor no reconhecimento inicial.

- IFRS 8 – ‘Segmentos operacionais’

Esta melhoria altera a IFRS 8, que passa a exigir a divulgação dos julgamentos efetuados pela Gestão para a agregação de segmentos operacionais, passando ainda a ser exigida a reconciliação entre os ativos por segmentos e os ativos globais da empresa, quando esta informação é reportada.

- IFRS 13 – ‘Justo valor: mensuração e divulgação’

A melhoria efetuada à IFRS 13 clarifica que a norma possibilita a mensuração de contas a receber e a pagar correntes com base nos valores faturados, quando o efeito de desconto é imaterial.

- IAS 16 – ‘Ativos fixos tangíveis’ e IAS 38 – ‘Ativos intangíveis’

A melhoria à IAS 16 e à IAS 38 clarifica o tratamento contabilístico a dar aos valores brutos contabilísticos e depreciações/amortizações acumuladas, quando a Entidade adote o modelo da revalorização na mensuração

subsequente de ativos fixos tangíveis e/ou ativos intangíveis, prevendo dois métodos de registo.

- IAS 24 – ‘Divulgações de partes relacionadas’

A melhoria à IAS 24 altera a definição de parte relacionada, passando a fazer parte deste conceito todas as entidades que prestam serviços de gestão à entidade que reporta, ou à entidade-mãe da entidade que reporta.

A Galp considera que estas emendas às normas não têm impacto relevante nas suas políticas contabilísticas.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

O grupo Galp, na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, declara estar em cumprimento, de forma explícita e sem reservas, com as normas IAS/IFRS e suas interpretações SIC/IFRIC, aprovadas pela União Europeia e efetivas a 31 de dezembro de 2016.

2.2 Princípios de consolidação

Os métodos de consolidação adotados pelo Grupo são os seguintes.

a) Participações financeiras em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detém o controlo, nomeadamente se este tiver cumulativamente:

- poder sobre a investida;
- exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida; e
- a capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos resultados para os investidores,

foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na Nota 3.

O capital próprio e o resultado líquido correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias são

apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidados, respetivamente na rubrica interesses que não controlam. Os prejuízos e ganhos aplicáveis aos interesses que não controlam são imputados aos mesmos, mesmo que excedam, no caso dos prejuízos, o valor investido pelos interesses que não controlam.

Os ativos e passivos de cada empresa do Grupo são identificados ao seu justo valor na data de aquisição tal como previsto na IFRS 3 e podem ser revistos durante um período de 12 meses após aquela data. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como *Goodwill* (Nota 2.2 d)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do exercício.

Quando à data de aquisição de controlo, o Grupo já detém uma participação adquirida previamente, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *Goodwill* ou *Goodwill* negativo.

Os custos de transação diretamente atribuíveis às combinações empresariais são imediatamente reconhecidos nos resultados.

Os interesses que não controlam incluem a proporção dos terceiros no justo valor dos ativos e passivos identificáveis à data de aquisição das subsidiárias.

Quando a aquisição do controlo é efetuada em percentagem inferior a cem por cento, na aplicação do método de compra os interesses que não controlam podem ser mensurados ao justo valor ou na proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transação.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos na demonstração dos resultados consolidados desde a data da sua aquisição ou data de exercício do controlo até à data da sua venda.

Transações subsequentes de alienação ou aquisição de participações financeiras de interesses que não controlam, que não implicam alteração de controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou *Goodwill*, sendo qualquer diferença apurada entre o valor de transação e o valor contabilístico de participação transacionado reconhecido no Capital Próprio.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo.

As transações (incluindo as eventuais mais e menos-valias derivadas de alienações entre empresas do Grupo), os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação, exceto as menos valias que constituam evidência de perdas de imparidade nos ativos transferidos.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades estruturadas, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. As entidades nessas situações, quando existam, estão incluídas na Nota 3.

b) Interesses em acordos conjuntos (Empreendimentos conjuntos e Operações conjuntas)

A Galp tem Interesses em Acordos conjuntos em que o controlo conjunto consiste na partilha contratualmente acordada do controlo sobre um Acordo, que só existe quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que partilham o controlo.

A classificação de um Acordo conjunto como uma operação conjunta ou um empreendimento conjunto depende dos direitos e obrigações das partes no Acordo.

Uma Operação conjunta é um acordo conjunto pelo qual as partes que detêm o controlo conjunto do acordo têm direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados com esse Acordo. Estas partes são denominadas operadores conjuntos.

Um empreendimento conjunto é um acordo conjunto pelo qual as partes que detêm o controlo conjunto do Acordo têm direitos sobre os ativos líquidos do acordo. Estas partes são denominadas empreendedores conjuntos.

A classificação dos investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos ou de operações conjuntas é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto. Assim sendo, a Galp quando classifica uma participação ou consórcio como sendo um acordo conjunto considera vários aspetos legais, contratuais e exigências dos normativos contabilísticos para a sua classificação contabilística apropriada.

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o controlo conjunto é exercido. Os empreendimentos conjuntos reconhecidos

pelo método de equivalência patrimonial encontram-se detalhados na Nota 4. O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis dos empreendimentos conjuntos na data de aquisição é reconhecido como *Goodwill* e mantido no valor do investimento financeiro na rubrica Participações financeiras em associadas e em empreendimentos conjuntos. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do exercício na rubrica Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e empreendimentos conjuntos, após confirmação do justo valor atribuído.

É efetuada uma avaliação dos investimentos em empreendimentos conjuntos quando existem indícios de que a participação possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas de imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados do empreendimento conjunto excede o valor pelo qual a participação se encontra registada, a participação financeira é reportada por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos com o empreendimento conjunto. Nesse caso, o Grupo regista uma perda pelo montante da responsabilidade solidária assumida junto do empreendimento conjunto.

Os ganhos e perdas não realizados em transações com empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo no empreendimento conjunto, por contrapartida do investimento nessa mesma entidade. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

As operações conjuntas em consórcios de exploração petrolífera são reconhecidas contabilisticamente em conformidade com os contratos estabelecidos. Assim sendo, essas operações conjuntas são reconhecidas na contabilidade pela quota-parte detida (*working interest*) no consórcio petrolífero.

A atividade de Exploração & Produção do Grupo desenvolve-se essencialmente através de consórcios com outras entidades, refletindo-se na demonstração da posição financeira e na demonstração de resultados a percentagem detida pelo Grupo nesses consórcios.

Em detalhe, o grupo Galp reconhece os seguintes itens nas suas demonstrações financeiras consolidadas, sempre que qualifica como um operador conjunto numa operação conjunta:

- ativos do Grupo contribuídos para a operação;
- passivos próprios associados à operação conjunta;
- quota-parte de ativos adquiridos e passivos incorridos com a execução da operação conjunta;
- quota-parte de rendimentos gerados pela venda do *output* da operação;
- quaisquer rendimentos decorrentes da venda da sua quota-parte do *output*, juntamente com a sua quota-parte de gastos incorridos com a operação; e
- gastos e perdas próprios incorridos com a operação.

c) Participações financeiras em empresas associadas e participadas

As participações financeiras em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa, mas não detém quer o controlo quer o controlo conjunto das mesmas, normalmente quando detém entre 20% e 50% do capital de uma empresa) são registadas pelo método de equivalência patrimonial.

As participações financeiras em empresas participadas (empresas em que o Grupo não tem influência significativa nem controlo, normalmente quando detém menos de 20% do seu capital social ou direitos de voto) são registados ao justo valor ou ao custo de aquisição nos casos em que não têm capital cotado e o justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade.

As participações financeiras em empresas participadas são classificadas como Ativos disponíveis para venda em conformidade com a classificação da IAS 39 e estão classificadas como Ativos não correntes.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício na rubrica Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas, bem como de dividendos recebidos.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis da associada na data de

aquisição é reconhecido como diferença de consolidação *Goodwill* e mantida no valor do investimento financeiro em associadas. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do exercício na rubrica Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas, após confirmação do justo valor atribuído.

É efetuada uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que a participação possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas de imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual a participação se encontra registada, a participação financeira é reportada por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos com a associada, e nesse caso o Grupo regista uma perda pelo montante da responsabilidade solidária assumida junto da associada.

Os ganhos e perdas não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

As participações financeiras em empresas associadas e ativos financeiros disponíveis para venda encontram-se detalhadas na Nota 4.2 e 4.3 respectivamente.

d) *Goodwill*

As diferenças entre o custo de aquisição das subsidiárias e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição (ou durante um período de 12 meses após aquela data), se positivas, são registadas na rubrica *Goodwill* (caso respeite a empresas do Grupo) (Nota 11) ou incluídas na rubrica Participações financeiras em empresas associadas (caso respeite a empresas associadas). Se negativas, são registadas de imediato em resultados do exercício.

As diferenças positivas entre o custo de aquisição dos investimentos em entidades sedeadas no estrangeiro e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas entidades à data da sua aquisição (ou durante um período de 12 meses após aquela data), encontram-se registadas

na moeda funcional das mesmas, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (Euros) à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reservas de conversão, no capital próprio.

O *Goodwill* originado em aquisições anteriores à data de transição para IFRS (1 de janeiro de 2004) foi mantido pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (*deemed cost*) àquela data, e foi objeto de testes de imparidade à data das demonstrações financeiras. O *Goodwill* deixou de ser amortizado a partir daquela data, sendo contudo sujeito, pelo menos anualmente, a um teste de imparidade.

Qualquer perda por imparidade é registada imediatamente na demonstração da posição financeira como dedução ao valor do ativo e na demonstração dos resultados na rubrica Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e perdas por imparidade de *Goodwill* em Resultados financeiros.

Se a contabilização inicial de uma concentração de atividades empresariais puder ser determinada apenas provisoriamente no final do período em que a concentração for efetuada (porque os justos valores a atribuir aos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida ou o custo da concentração apenas podem ser determinados provisoriamente), o grupo Galp contabiliza a concentração usando a informação disponível. Esses valores determinados provisoriamente serão ajustados aquando da determinação final dos justos valores dos Ativos e Passivos a ocorrer até um período máximo de doze meses após a data de aquisição. Durante esse período, o *Goodwill* ou qualquer ganho reconhecido será ajustado desde a data da aquisição por uma quantia igual ao ajustamento no justo valor à data de aquisição dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis a serem reconhecidos ou ajustados e a informação comparativa apresentada para os períodos anteriores à conclusão da contabilização inicial da concentração. Isto inclui qualquer depreciação, amortização ou outro efeito de lucro ou perda adicional reconhecido como resultado de concluir a contabilização inicial.

Na análise de imparidade do *Goodwill*, o mesmo é alocado à unidade ou unidades geradoras de caixa a que respeita. O valor recuperável do *Goodwill* é estimado com base no valor de uso, o qual é determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados da unidade geradora de caixa. A quantia recuperável é estimada para a unidade geradora de caixa a que este possa pertencer, segundo o método dos fluxos de caixa descontados. A taxa de

desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o Weighted Average Cost of Capital, ou seja, o Custo Médio Ponderado do Capital (WACC) do grupo Galp para o segmento de negócio e país a que a unidade geradora de caixa pertence.

e) Conversão de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira

São tratadas como entidades estrangeiras aquelas que operando no estrangeiro são uma subsidiária, associada, acordo conjunto ou sucursal da entidade reportante, têm uma moeda funcional diferente da moeda de relato dessa entidade reportante.

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes à data das demonstrações financeiras e os custos e proveitos e fluxos de caixa dessas demonstrações financeiras são convertidos para Euros utilizando-se a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), é registada no capital próprio na rubrica Reservas de conversão cambial. As diferenças cambiais geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de Resultados acumulados (Nota 20).

O *Goodwill* e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para Euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é transferida da rubrica de reservas de conversão cambial do capital próprio para a rubrica de outros ganhos ou perdas da demonstração de resultados.

Os suprimentos em moeda diferente da moeda funcional de reporte da empresa-mãe e que não tenham prazo estipulado de reembolso são vistos como investimentos líquidos nessas entidades estrangeiras. As diferenças cambiais geradas, mas não anuladas no processo de consolidação, na transposição dos saldos dos suprimentos para a moeda funcional de reporte da empresa são reciclados na rubrica Reservas de conversão cambial constante dos capitais próprios atribuíveis aos acionistas.

As demonstrações financeiras das entidades estrangeiras, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

anexas, foram convertidas para Euros através da utilização das seguintes taxas de câmbio:

| Divisas | Vigente no final do ano | | Média do ano | |
|-------------------------------------|----------------------------|--------|--------------|--------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Dalasi da Gâmbia | 44,10 | 42,19 | 45,77 | 44,57 |
| Dirham de Marrocos | 10,61 | 10,75 | 11,52 | 11,57 |
| Dólar dos Estados Unidos da América | 1,05 | 1,09 | 1,11 | 1,11 |
| Escudo de Cabo Verde | 110,27 | 110,27 | 110,27 | 110,27 |
| Franco CFA da Guiné Bissau | 655,96 | 655,96 | 655,96 | 655,96 |
| Lilangeni da Suazilândia | 14,42 | 16,78 | 16,07 | 14,23 |
| Meticail de Moçambique | 74,94 | 50,50 | 69,10 | 43,14 |
| Kwanza de Angola | 184,48 | 147,11 | 182,04 | 132,89 |
| Real do Brasil | 3,43 | 4,31 | 3,86 | 3,70 |

2.3 Ativos tangíveis

Geral

Os ativos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) encontram-se registados à luz da opção prevista pela IFRS 1 pelo seu custo considerado *deemed cost*, o qual corresponde ao custo de aquisição, reavaliado, quando aplicável, de acordo com as disposições legais até aquela data, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade.

Os ativos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui o preço de fatura, as despesas de transporte, montagem e os encargos financeiros suportados pela empresa durante o período de construção.

Os ativos tangíveis em curso refletem ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade, sendo depreciados a partir do momento em que os projetos de investimentos estejam substancialmente concluídos ou prontos para uso.

As depreciações são calculadas sobre o valor de custo considerado (para as aquisições até 1 de janeiro de 2004) ou sobre o custo de aquisição, pelo método das quotas constantes por duodécimos, aplicada a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para serem usados como pretendidos pela gestão. Utiliza-se de entre as taxas económicas mais apropriadas, as que permitam a reintegração do imobilizado, durante a sua vida útil estimada, tendo em conta, nos casos em que tal é aplicável, o período de concessão.

As taxas de depreciação anuais médias efetivas podem resumir-se como segue:

| | Taxas 2016 | Taxas 2015 |
|--------------------------------|------------|------------|
| Terrenos e recursos naturais | - | 0,10% |
| Edifícios e outras construções | 4,48% | 4,41% |
| Equipamento básico | 10,25% | 9,04% |
| Equipamento de transporte | 17,41% | 16,97% |
| Ferramentas e utensílios | 19,38% | 17,63% |
| Equipamento administrativo | 18,99% | 19,39% |
| Taras e vasilhame | 13,43% | 13,12% |
| Outros ativos tangíveis | 8,61% | 8,40% |

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou abate dos ativos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate. O valor líquido contabilístico incorpora as perdas por imparidade acumuladas. As mais e menos-valias contabilísticas apuradas são registadas na demonstração de resultados nas rubricas de outros proveitos operacionais ou outros custos operacionais, respetivamente.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são registados como gastos do exercício em que são incorridos. As grandes reparações relativas à substituição de partes de equipamentos ou outros ativos tangíveis são registadas como ativos tangíveis, caso seja identificada e abatida a componente substituída, e depreciados às taxas correspondentes à vida útil residual dos respetivos ativos fixos principais.

Atividade de Exploração & Produção petrolífera

A atividade de Exploração & Produção está dividida em três fases: a de exploração, a de desenvolvimento e a de produção.

O que distingue estas três fases é essencialmente o estágio dos trabalhos e a descoberta ou não de reservas comercialmente fiáveis. Assim sendo, na fase de exploração a Empresa efetua dispêndios com pesquisa (i.e. sísmica, perfurações, estudos geológicos e geofísicos). Nesta fase aplica-se a norma IFRS 6, sendo que a Galp adoptou o critério contabilístico permitido pelo normativo de manutenção da sua política contabilística anterior, que neste caso é de capitalização dessas despesas de exploração. Nesta fase, existem recursos contingentes e prospetivos, sendo que a empresa efetua análises de imparidade periódicas, bem como reconhece poços secos (i.e. sem reservas provadas ou sem utilidade posterior) como custo do exercício.

A empresa pode incorrer em algumas despesas anteriores à aquisição de direitos sobre os minérios, que reconhece em custos do exercício.

Na fase de desenvolvimento, já há reservas comercialmente fiáveis que não se encontram desenvolvidas. Assim, a Galp começa a efetuar investimentos para a extração dessas reservas, que passam por plataformas, tubagens e despesas com mão-de-obra técnica contratada e interna. A Galp capitaliza os custos de mão-de-obra interna técnica com engenheiros e geólogos contratados pela Galp para o desenvolvimento de recursos e reservas com a finalidade extrativa desses minerais.

Por fim, a fase de produção é aquela em que existem reservas provadas desenvolvidas, sendo que se começa a extrair e a vender esses minerais.

Em qualquer destas fases, incluindo a de produção, a Empresa efetua testes de imparidade periódicos com vista a despistar quaisquer indícios de não recuperabilidade do seu investimento.

Os ativos tangíveis relacionados com a atividade de Exploração & Produção petrolífera encontram-se registados ao custo de aquisição e correspondem essencialmente a despesas incorridas com a pesquisa e desenvolvimento da área de exploração, adicionadas dos custos de estrutura incorridos até à data do início da produção, os quais são contabilizados em ativos tangíveis em curso. Quando o campo inicia a sua produção, estas despesas são transferidas de ativos tangíveis em curso para ativos fixos tangíveis, e são depreciados com base na taxa de depreciação calculada de acordo com o método da unidade de produção (UOP), tendo em consideração a natureza das despesas.

As operações conjuntas em consórcios de exploração petrolífera são reconhecidos contabilisticamente em conformidade com os contratos estabelecidos. Assim sendo, essas operações conjuntas são reconhecidas na contabilidade pela quota-parte detida *working interest* no consórcio petrolífero.

As despesas de desenvolvimento são depreciadas de acordo com o coeficiente calculado pela proporção de volume de produção verificado em cada período de depreciação sobre o volume de reservas provadas desenvolvidas (*proved developed reserves*) determinadas no final desse período, adicionadas da produção daquele período (Método UOP).

As despesas de pesquisa são amortizadas de acordo com o coeficiente calculado pela proporção do volume

de produção verificado em cada período de amortização, sobre o volume de reservas provadas desenvolvidas (*proved developed reserves*) determinadas no final desse período adicionadas à produção do período.

As reservas provadas desenvolvidas utilizadas pelo Grupo no apuramento da taxa de depreciação de acordo com o método UOP, foram determinadas por uma entidade especializada e independente.

As despesas de pesquisa afetas a campos que ainda se encontram na fase de exploração e desenvolvimento encontram-se classificadas em ativos tangíveis em curso na rubrica de ativos tangíveis.

2.4 Ativos intangíveis

Geral

Os ativos intangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo e sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

As despesas com desenvolvimento somente são registadas como ativos intangíveis se o Grupo demonstrar capacidade técnica e económica, bem como decisão para completar esse desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso próprio, e demonstre igualmente, a probabilidade do ativo criado gerar benefícios económicos futuros. Caso as despesas não satisfaçam esses requisitos, as despesas com desenvolvimento são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

As despesas com pesquisa não relacionadas com a atividade de Exploração & Produção petrolífera são reconhecidas como custo do exercício.

Os ativos intangíveis incluem despesas incorridas com projetos de desenvolvimento informático e prémios de exclusividade pagos a revendedores de produtos Galp e encargos com direitos de superfície, os quais são amortizados durante o período de duração dos respetivos contratos (o qual varia entre dez e vinte anos).

Os ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados pelo método das quotas constantes.

As taxas de amortização variam conforme os prazos dos contratos existentes ou a expectativa de uso do ativo intangível.

Atividade de Exploração & Produção petrolífera

Os ativos intangíveis reconhecidos com a atividade de Exploração & Produção petrolífera encontram-se registados ao custo de aquisição e correspondem essencialmente a despesas de aquisição da licença de Exploração & Produção petrolífera (bónus de assinatura) e são amortizados em quotas constantes durante o período remanescente da licença após o início da produção.

Atividade de gás natural

Com a aplicação da IFRIC 12, a Galp classifica os ativos do gás natural alvo da concessão, e cuja remuneração é controlada pela ERSE, em conformidade com o Modelo de Ativo intangível. Assim, os Ativos tangíveis dessas empresas com atividade regulada estão classificados como Ativos intangíveis, na rubrica de Acordos de Serviços de Concessão, sendo amortizados pela sua vida útil económica e de acordo com o modelo que melhor se adequa aos benefícios económicos deles resultantes, nomeadamente os decretados pelo regulador (Entidade Reguladora do Sector Energético - ERSE) para efeito do apuramento das tarifas e consequente regulação de proveitos permitidos do grupo Galp.

Os direitos de uso sobre as infraestruturas afetas ao gás natural, nomeadamente as redes de distribuição de gás encontram-se a ser amortizadas pelo prazo de concessão (45 anos) ou da licença de exploração (20 anos).

O Grupo capitaliza as despesas relacionadas com a reconversão de consumos para gás natural que se consubstanciam na adaptação de instalações. O Grupo considera que consegue controlar os benefícios económicos futuros dessas reconversões através da venda continuada de gás aos fogos conforme previsto no decreto-lei 140/2006 de 26 de julho. Estas despesas são amortizadas em quotas constantes até ao final do período de concessão atribuído às empresas distribuidoras de gás natural.

2.5 Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente,

devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de custos com a venda.

Os ativos e passivos de um grupo para alienação são mensurados de acordo com os princípios da IFRS 5, a menos que estes estejam excluídos do âmbito de mensuração do normativo, caso em que deverão ser aplicadas as disposições contabilísticas das normas que se aplicam a estes ativos e passivos.

No que se refere à classificação de participações financeiras como detidas para venda:

- i) no caso das subsidiárias, estas continuam a ser consolidadas até à data da sua alienação, devendo contudo o conjunto dos seus ativos e passivos ser classificado como detidos para venda e contabilizado ao menor entre o valor contabilístico e o justo valor menos custos de vender, cessando o registo de depreciações/amortizações;
- ii) no caso das associadas e empreendimentos conjuntos mensurados pelo método da equivalência patrimonial, estes passam a ser mensurados ao menor entre o valor contabilístico e o justo valor menos custos de vender, cessando a aplicação da equivalência patrimonial.

Devido a alterações de circunstâncias do Grupo, os ativos não correntes e/ou grupos para alienação podem deixar de ser classificados como detidos para venda. Quando tal acontecer, estes ativos e/ou grupos para alienação serão reclassificados de acordo com a natureza subjacente dos ativos.

Quando reclassificados para detidos para uso, os ativos e/ou grupos para alienação serão remensurados pelo menor entre:

- i) o valor contabilístico antes de terem sido classificados como detidos para venda, ajustado por quaisquer gastos de depreciação/amortização, caso esses ativos não tivessem sido classificados como detidos para venda; e
- ii) os valores recuperáveis dos itens na data em que são reclassificados de acordo com a sua natureza subjacente.

Estes ajustamentos serão reconhecidos nos resultados do exercício.

2.6 Imparidade de ativos não correntes, exceto *Goodwill*

São efetuados testes de imparidade à data das demonstrações financeiras e sempre que seja identificada uma desvalorização do ativo em apreço. Nos casos em que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, que é registada na demonstração de resultados na rubrica de amortizações, depreciações e perdas por imparidade de ativos.

A quantia recuperável é o maior entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados do ativo durante a sua vida útil estimada. A quantia recuperável é estimada para o ativo ou unidade geradora de caixa a que este possa pertencer. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC do grupo Galp utilizado para o segmento de negócio e País a que o ativo pertence. A unidade geradora de caixa alvo de análise para deteção de imparidade depende do segmento de negócio: no segmento de Refinação & Distribuição, a unidade geradora de caixa é a rede de postos de abastecimento por país; no segmento da Exploração, a unidade geradora de caixa é a mais baixa identificada, podendo ser o país, área de desenvolvimento, bloco ou mesmo o campo consoante a fase do investimento, as características dos contratos firmados, a forma dos influxos de caixa, isto é independentes ou não, bem como as características de partilha das infraestruturas; e no segmento do Gas & Power, a unidade geradora de caixa é determinada pelo conjunto de ativos geradores de benefícios económicos.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como dedução à rubrica Amortizações, depreciações e perdas de imparidade de ativos. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Ativos do segmento de Refinação & Distribuição

Na data da demonstração da posição financeira, o Grupo procede à realização de testes anuais de imparidade, considerando fontes internas e externas de informação, para os ativos tangíveis e intangíveis que se encontram afetos à atividade de Refinação & Distribuição de produtos petrolíferos, nomeadamente no que respeita à rede de estações de serviço que o Grupo opera no mercado português e espanhol. A Galp considera como Unidade Geradora de Caixa (UGC) a rede de postos, tendo sido este critério aplicado de forma consistente dada a relevância da interdependência das receitas resultante da existência dos cartões de fidelização e frotistas que a empresa faculta aos seus clientes. Assim, a gestão interna baseia-se nas operações da rede de cada país, sendo as decisões operacionais e de investimento tomadas com base nesse pressuposto.

O teste de imparidade efetuado pelo Grupo tem por base a estimativa da quantia recuperável de cada estação de serviço em comparação com o seu valor líquido contabilístico na data da Demonstração da posição financeira. A quantia recuperável (valor de uso) determinada pelo Grupo resulta da atualização para o momento presente dos fluxos de caixa futuros determinados com base em orçamentos anuais e planos de negócio plurianuais para cada estação de serviço na sua condição atual, utilizando-se como taxa de desconto a taxa do WACC para este segmento de negócio em função do risco específico inerente a este segmento.

São ainda efetuados testes de imparidade a outros ativos do segmento de Refinação & Distribuição, nomeadamente às refinarias e aos ativos tangíveis associados as atividades de logística e armazenagem.

O período de projeções dos fluxos varia em função da vida útil média da unidade geradora de caixa.

Ativos do segmento Gas & Power

Sempre que existem indícios de imparidade nos Ativos do segmento do Gas & Power, a Empresa efetua testes de imparidade. A UGC do negócio do gás está definida como sendo as redes de gás e respetivas concessões. Quanto ao negócio do Power, as UGC definidas são as próprias unidades de cogeração.

O teste de imparidade efetuado pelo Grupo tem por base a estimativa da quantia recuperável de cada UGC em comparação com o seu valor líquido contabilístico na data da Demonstração da posição financeira. A quantia

recuperável (valor de uso) determinada pelo Grupo, resulta da atualização para o momento presente dos fluxos de caixa futuros determinados com base em orçamentos anuais e planos de negócio plurianuais para cada UGC na sua condição atual, utilizando-se como taxa de desconto a taxa do WACC para este segmento de negócio em função do risco específico inerente a este segmento.

O período de projeções dos fluxos varia em função da vida útil média da unidade geradora de caixa.

No caso de atividades em que os ativos são regulados a análise de imparidade baseia-se no *Regulatory Asset Base* (RAB). Esta análise baseia-se no valor dos Ativos remunerados para fins de tarifa regulada.

Ativos do segmento de atividade de Exploração & Produção

As perdas por imparidade dos ativos na atividade de Exploração & Produção petrolífera são determinadas quando:

- não sejam encontradas reservas economicamente viáveis;
- o período de licenciamento caducar e não for expectável a renovação da licença de exploração;
- uma área adquirida for entregue ou abandonada;
- os benefícios económicos futuros esperados forem inferiores ao investimento efetuado.

A Empresa efetua uma avaliação periódica (anual e revisões trimestrais ou quando existem indícios) quanto à existência de imparidade dos ativos tangíveis e intangíveis afetos à atividade de Exploração & Produção, sendo selecionada a unidade geradora de caixa dependendo da fase de maturidade em que se encontram os investimentos.

A avaliação de imparidade é efetuada pelo modelo EMV (*Expected Monetary Value*) através da comparação do valor líquido contabilístico dos investimentos efetuados com o valor atual esperado do retorno do investimento que resulta da atualização dos fluxos de caixa futuros, através da taxa de desconto que representa o WACC, calculados atendendo estimativas de:

- i) reservas prováveis;
- ii) investimento e custos operacionais futuros necessários para recuperar as reservas prováveis;
- iii) recursos contingentes, corrigidos por um fator de probabilidade de sucesso;

- iv) investimento e custos operacionais futuros necessários para recuperar os recursos contingentes;
- v) preço de referência do barril de *Brent*;
- vi) taxa de câmbio Euro/US Dólar;
- vii) mecanismos de tributação da UGC;
- viii) nível de produção estimado e período de concessão; e
- ix) custos de abandono e recuperação ambiental.

O modelo EMV toma em consideração no seu cálculo a P.O.S. (*Probability of Geological Success* ou somente *Probability of Success*) que é uma probabilidade condicional estatística (probabilidade bayesiana). Esta probabilidade utilizada na ciência da Geologia segue uma matriz probabilística tendo por base informação sísmica e outra de G&G (*Geological & Geophysical*). Assim essa informação é medida tendo em consideração a quantidade, qualidade e certeza (*data control*) da mesma.

O período de projeção de fluxos de caixa é igual ao da recuperação das reservas e recursos, limitado ao período dos contratos de concessão, quando aplicável.

A informação constante nas alíneas:

(i) é determinada por especialistas independentes para a quantificação das reservas petrolíferas estimadas;

(ii), (iii), (iv), (vii), (viii) e (ix) é determinada internamente pela Galp ou, sempre que disponível, através de informação facultada pelo Operador, nomeadamente, a que decorre dos planos de desenvolvimento aprovados, ajustados de acordo com a expectativa da Empresa e da informação legal disponibilizada; e

(v) e (vi) é a que consta do orçamento e plano a cinco anos do grupo Galp e constante após esse período.

O método de avaliação de imparidade pela menor UGC disponível é semelhante caso seja o país, área de desenvolvimento, bloco ou campo. Todavia, caso ainda não tenham sido determinadas reservas prováveis, os fluxos de caixa são estimados atendendo apenas o referido nas alíneas (iii) a (ix) acima.

A Galp efetua testes de imparidade em qualquer fase da atividade de Exploração & Produção, isto é, na fase exploração, de desenvolvimento e produção.

Na fase de exploração, a UGC depende das características/condições de investimento em cada país onde se investe. Numa fase inicial de investimento num determinado país, a UGC é o país, dado que o investimento compreende o investimento em bônus

de assinatura e a eventual pesquisa genérica à área/áreas totais. Quando as áreas totais são repartidas pelo organismo oficial do país em blocos, a Galp passa a definir a sua UGC como sendo o bloco, descendo assim de nível de avaliação nos testes de imparidade. Na fase de exploração, é a fase onde ainda não existem reservas, a Galp utiliza nos testes de imparidade os recursos prospetivos e contingentes (1C, 2C e 3C) com P.O.S. muito baixas. Assim, se houver descoberta de reservas, o investimento passa para a fase seguinte, a de desenvolvimento, tendo sido previamente sujeito a testes de imparidade.

Na fase de desenvolvimento e de produção, a Galp considera como UGC o bloco, podendo vir a descer de UGC em conformidade com as características/condições do investimento, partilha de infraestruturas produtivas e características dos influxos de caixa. Também nestas fases o modelo considera P.O.S., mas mais elevadas que na primeira fase, dado já haver reservas comercialmente viáveis. Os testes de imparidade são realizados tendo por base reservas 2P (reservas provadas e prováveis), já que são estas as utilizadas pela Galp e parceiros nos consórcios nas decisões de realizar ou não investimento.

2.7 Locações

Os contratos de locação são classificados como:

- locações financeiras, se forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e
- locações operacionais, nas situações em que tal não se verifique.

A classificação das locações financeiras ou operacionais é efetuada em função da substância sobre a forma e não da forma legal do respetivo contrato.

Locações em que o Grupo age como locatário

Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo (o menor valor entre o justo valor e o valor descontado das rendas) é registado na rubrica Ativos tangíveis. A correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo, calculada conforme descrito na Nota 2.3, são registados na rubrica Gastos financeiros e Gastos com amortizações e depreciações, respetivamente. Nas locações consideradas como operacionais, as rendas são reconhecidas como gastos do exercício na rubrica

Fornecimentos e serviços externos, da demonstração dos resultados, de forma linear durante o período do contrato de locação.

O Grupo não tem contratos de locações operacionais ou financeiras materialmente relevantes, além das mencionadas na Nota 24.

As rendas dos FPSO que estão a ser utilizados no negócio de Exploração & Produção decorrem de contratos estabelecidos no âmbito dos consórcios existentes e são debitadas ao Grupo na proporção da quota detida em cada um dos consórcios.

2.8 Inventários

Os inventários (mercadorias, matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) encontram-se registados ao custo de aquisição (no caso das mercadorias e matérias-primas e subsidiárias) ou produção (no caso dos produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal, deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor realizável líquido dos inventários, no caso deste ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais na rubrica Custo das vendas.

O custo dos inventários utilizados/vendidos é determinado de acordo com os seguintes critérios:

a) Matérias-primas e subsidiárias

Petróleo bruto – o custo de aquisição inclui o preço da fatura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se como método de custeio das saídas de inventário o Custo Médio Ponderado, aplicado a uma família única, a qual inclui a totalidade das ramas.

Outras matérias-primas (excluindo materiais gerais) – o custo de aquisição inclui o preço da fatura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se como método de custeio das saídas o Custo Médio Ponderado, aplicado a famílias de produtos, constituídas tendo em consideração as características das diversas matérias.

Materiais gerais – o custo de aquisição inclui o preço de fatura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se o Custo Médio Ponderado como método de custeio das saídas.

b) Produtos e trabalhos em curso

O custo de produção inclui materiais, fornecimentos e serviços externos e gastos gerais.

c) Produtos acabados e intermédios

Petróleo bruto – corresponde ao petróleo bruto produzido na atividade de Exploração & Produção petrolífera e que se encontra em *stock* em 31 de dezembro de cada ano, correspondente à quota-parte no total do *stock* de cada uma das áreas de desenvolvimento. Estas existências encontram-se valorizadas ao seu custo de produção, que inclui os custos diretos de produção adicionados das imputações de amortizações do exercício e provisão para custos de abandono, utilizando-se o Custo Médio Ponderado como método de custeio das saídas. Contudo, o petróleo bruto extraído, nomeadamente do Brasil encontra-se valorizado na posição financeira (Balanço) ao Valor realizável Líquido (VRL) dado existir um contrato firmado com o operador para venda do crude e por ser igualmente comum os produtores petrolíferos avaliarem o *Stock* de Crude ao VRL conforme a norma IAS 2.3 al. a) e IAS 2.4.

Produtos derivados do petróleo – as entradas de produtos acabados e intermédios são valorizados com base no custo de produção, o qual é constituído pelos consumos de matérias-primas e outras, pelos encargos com mão-de-obra direta e pelos gastos gerais de fabrico. No caso de produtos adquiridos a terceiros, estes são valorizados ao custo de aquisição, o qual inclui o preço da fatura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se como método de custeio das saídas o Custo Médio Ponderado aplicado a famílias de produtos, constituídas tendo em consideração as características das mesmas.

O subgrupo Petrogal inclui na rubrica de produtos acabados e intermédios o Imposto sobre Produtos Petrolíferos (ISP) relativo à introdução ao consumo dos produtos acabados já despachados sujeitos àquele imposto, o qual se encontra valorizado ao custo de aquisição (por ser similar a um direito aduaneiro), utilizando-se como método de custeio das saídas o Custo Médio Ponderado. Este imposto é refletido em Custo da Venda quando da venda dos produtos acabados e por sua vez igualmente refletido no preço de venda dos produtos em igual valor. A Galp detalha o montante reconhecido como Custo da Venda na Nota 6.

Outros produtos acabados e intermédios – o custo de produção, inclui matérias-primas, custos industriais variáveis e fixos, utilizando-se como método de custeio de saídas o Custo Médio Ponderado.

d) Mercadorias

O custo de aquisição inclui o preço da fatura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se o Custo Médio Ponderado, como método de custeio das saídas.

No caso do gás natural importado, o seu custo de aquisição engloba igualmente os gastos suportados até à fronteira portuguesa, nomeadamente o transporte e direitos de passagem pelo território de Marrocos.

Como anteriormente referido, o subgrupo Petrogal inclui igualmente o ISP na rubrica de existências relativo a mercadorias já despachadas sujeitas àquele imposto.

As matérias-primas e subsidiárias e mercadorias em trânsito, por não se encontrarem disponíveis para consumo ou venda, encontram-se segregadas das restantes existências e são valorizadas ao custo de aquisição específico.

e) Under/Overlifting

É prática da indústria efetuar *Under* ou *Overliftings* da sua quota-parte no crude. Com ela pretende-se otimizar os custos de transporte entre os parceiros. No caso do *Underlifting*, o parceiro efetuou uma venda por conta da empresa. Assim, a Galp regista uma conta a receber (Nota 14) por contrapartida de Vendas. Essa conta a receber é testada por imparidades. Isto é, caso o preço de mercado do crude no final de cada período de reporte seja inferior ao preço considerado na valorização da conta a receber (especialização) é registado uma imparidade na demonstração dos resultados (margem bruta) por contrapartida da conta a receber. No caso do *Overlifting* a empresa regista uma venda e anula-a por contrapartida de Outras contas a pagar (Nota 24). O *Underlifting* é de facto, numa perspetiva de prevalência da substância sobre a forma, uma Venda efetuada pelo parceiro de *stock* que por direito é da Galp, obedecendo portanto à norma IAS 18.14. O *Overlifting* é uma venda efetuada pela Galp de *stock* que por direito é do parceiro. Assim, o princípio de reconhecimento do rédito não é satisfeito e por esse motivo a venda é anulada por contrapartida de outras contas a pagar. O recebimento e pagamento dos saldos de *Under* e *Overlifting* são compensados em data posterior por barris de crude como definido no contrato de partilha. A Empresa considera que na substância sobre a forma do PSA (*Production Sharing Agreement*) não está sujeita ao risco de preço, dado a operação ser para uso próprio dos grupos empreiteiros petrolíferos e a liquidação dos saldos de *Under* e *Overlifting* ser efetuada em produto físico (Barris de Petróleo Bruto). Assim, a conta a receber e conta

a pagar não são abrangidos pela norma IAS 39, isto é, pela avaliação ao justo valor, sendo excluídos pelo parágrafo 5 (*own use exemption*).

f) Adiantamentos de terceiros por conta de constituição de reservas estratégicas

A Galp armazena, nos termos da lei, as reservas estratégicas de algumas entidades a isso obrigadas e que são clientes da GALP. As reservas estratégicas, tal como o restante *stock* na demonstração da posição financeira, são propriedade da GALP e são valorizadas ao mais baixo entre o valor contabilístico (custo de aquisição ou de produção, influenciado pelo método do Custo Médio Ponderado como custeio das saídas) e o preço de mercado. Os adiantamentos são valorizados ao preço de mercado dos produtos refinados que constituem as reservas estratégicas, com base nas cotações dos primeiros cinco dias úteis do mês. No último dia útil de cada mês os adiantamentos são liquidados em dinheiro, conforme prática estabelecida. Sobre o *stock* estratégico armazenado para terceiros a GALP cobra um *fee* de armazenagem.

2.9 Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que as empresas do Grupo irão cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados na parte proporcional aos gastos incorridos.

Os subsídios atribuídos ao Grupo, a fundo perdido, para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis (reconversões) são registados no passivo, como Proveitos diferidos, e reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados, como outros proveitos operacionais, proporcionalmente às depreciações e amortizações dos ativos subsidiados.

2.10 Provisões

Geral

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal, contratual ou construtiva) resultante de um evento passado e seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos

e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira consolidada e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

A Galp mensura as posições fiscais incertas, nomeadamente as provisões com impostos pelo desfecho mais provável e não por probabilidades.

Atividade de Exploração & Produção (abandono de blocos)

As provisões de custos de abandono destinam-se a cobrir a totalidade dos custos a suportar pela Empresa no final da vida útil de produção das áreas petrolíferas.

O cálculo é efetuado com base numa estimativa de custos totais de abandono enviada pelo operador. A Empresa começa a reconhecer proporcionalmente as provisões de abandono assim que constrói cada poço produtor, de modo a fazer face às suas obrigações de desmantelamento dos mesmos. Assim, rateia o dispêndio com o desmantelamento dos poços e recuperação ambiental pelo número de poços que estima construir, reconhecendo ao longo do tempo a obrigação proporcionalmente aos poços já construídos. O valor do dispêndio previsto com o abandono é atualizado a uma taxa de juro sem risco e capitalizado no Ativo tangível. A provisão de abandono é posteriormente incrementada pela taxa de juro sem risco e incrementada ou reduzida pelas alterações de estimativas que possam ser comunicadas pelo operador. Por sua vez, as alterações de estimativa afetam igualmente o Ativo.

Os dispêndios previstos com o abandono capitalizados como Ativo tangível são depreciados pelo método UOP, no qual se aplica o coeficiente calculado pela proporção do volume de produção verificada em cada período de amortização, sobre o volume de reservas provadas desenvolvidas no final desse período adicionadas da produção daquele período.

2.11 Responsabilidades com pensões

Algumas empresas do grupo Galp assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez e pensões de sobrevivência, de reforma antecipada e pré-reforma. Estas prestações, com exceção das pensões de reforma antecipada e pré-reforma, consistem num valor, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador. As pensões de reforma antecipada e as de pré-reforma correspondem essencialmente

a uma percentagem do valor do vencimento do empregado. Incluem-se nestes compromissos, quando aplicáveis, o pagamento da Segurança Social dos pré-reformados, o seguro social voluntário relativo aos reformados antecipadamente e o prémio de reforma a atribuir na data de passagem à reforma.

Para cobrir estas responsabilidades foram constituídos fundos de pensões autónomos geridos por entidades externas (Fundo de Pensões Petrogal, Fundo de Pensões Sacor Marítima e Fundo de Pensão Galp España), para financiar as responsabilidades pelos complementos de reforma por velhice e invalidez e pensões de sobrevivência, para os empregados no ativo e reformados e, no caso da Petrogal, também para os reformados antecipadamente e pré-reformados. Contudo, o Fundo de Pensões Petrogal não cobre as responsabilidades com pensões de reforma antecipada, pré-reforma, Segurança Social dos pré-reformados e com o pagamento do seguro social voluntário e prémio de reforma. Estas responsabilidades são cobertas através de provisões específicas, incluídas na demonstração da posição financeira na rubrica responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios (Nota 23).

No final de cada período contabilístico, as empresas obtêm estudos atuariais das responsabilidades preparadas por uma entidade especializada, calculados de acordo com o método das unidades de crédito projetadas (*Projected Unit Credit Method*) e comparam o montante das suas responsabilidades com serviços passados com o valor de mercado do fundo e com o saldo das responsabilidades constituídas, de forma a determinar o montante das responsabilidades adicionais a registar.

Os ganhos e perdas atuariais apurados em cada exercício, e para cada plano de benefícios atribuído, resultantes dos ajustamentos nos pressupostos demográficos, ajustamentos de experiência, são registados na demonstração do rendimento integral com reflexo na posição financeira.

A taxa de desconto é determinada pelo actuário através de modelos desenvolvidos que têm em consideração a maturidade das responsabilidades e características da população de cada plano. A taxa de desconto consiste em *half-yearly* (i.e. *zero coupon*) rates desenvolvida a partir de informação de *pricing* e *yield* de obrigações corporate de alta qualidade em conformidade com a norma IAS 19.

O juro líquido referente às responsabilidades com pensões é refletido na rubrica Juros com benefícios de reforma e outros benefícios em Resultados financeiros.

Os planos de benefícios atribuídos que foram identificados pelo subgrupo Petrogal para apuramento destas responsabilidades são:

- complemento de pensões de reforma, invalidez e orfandade;
- pré-reformas;
- reformas antecipadas;
- prémio de reforma;
- seguro social voluntário;
- benefício mínimo do plano de contribuição definida.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pelo subgrupo GDP para apuramento destas responsabilidades são:

- complemento de pensões de reforma, invalidez e orfandade;
- reformas antecipadas;
- pré-reformas;
- benefício mínimo do plano de contribuição definida.

Em 31 de dezembro de 2002, foi autorizado pelo ISP a constituição do Fundo de Pensões da Galp de contribuição definida. Durante o exercício de 2003, a Galp Energia, SGPS, S.A., criou um Fundo de Pensões de contribuição definida para os seus colaboradores e possibilitou a adesão a este fundo de empregados de outras empresas do Grupo. A Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., a GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A., a Lisboaagás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. e a Galp e Nova, S.A. (em 17 de dezembro de 2003, a Galp Energia, S.A. incorporou esta empresa por fusão), entraram como associadas deste Fundo e deram a possibilidade aos seus colaboradores de optarem entre este novo plano de pensões de contribuição definida e o existente plano de benefícios definidos. No caso de opção pelo novo plano, as empresas do Grupo contribuem com um valor definido anualmente para este fundo, correspondente a uma percentagem do salário de cada empregado, o qual é reconhecido como custo desse exercício.

2.12 Outros benefícios de reforma - cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida

Os encargos a suportar pelo Grupo com a prestação de cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida, são reconhecidos

como custos durante o período em que os empregados que auferem estes benefícios de reforma prestem serviços às respetivas empresas, encontrando-se estas responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira na rubrica Responsabilidades por benefícios de reforma e outros benefícios (Nota 23). Os pagamentos efetuados aos beneficiários no decurso de cada exercício são registados como uma redução desta rubrica.

No final de cada período contabilístico, as empresas obtêm os estudos atuariais das responsabilidades preparadas por uma entidade especializada de acordo com o método das unidades de crédito projetadas (*Projected Unit Credit Method*) e comparam o montante das suas responsabilidades com o saldo das responsabilidades constituídas, de forma a determinar o montante das responsabilidades adicionais a registar.

Os ganhos e perdas atuariais apurados em cada exercício são registados contabilisticamente conforme descrito na alínea 2.11 anterior.

2.13 Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações são registadas nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias na moeda funcional da mesma, utilizando as taxas em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária utilizando as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração da posição financeira de cada período. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como proveitos e/ou gastos na demonstração dos resultados consolidados do exercício nas mesmas rubricas onde estão refletidos os réditos e perdas associados com essas transações, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio.

As diferenças de câmbio resultantes de empréstimos intra-Grupo e que façam parte do investimento líquido

numa unidade operacional estrangeira são registadas, em contas consolidadas, diretamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio, o Grupo contrata instrumentos financeiros derivados (Nota 2.17.f).

2.14 Proveitos e especialização de exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante do proveito correspondente possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, com exceção do imposto sobre produtos petrolíferos na atividade de distribuição de combustíveis, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas Outros ativos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

Os juros recebidos são reconhecidos pelo princípio da especialização do exercício, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa de juro efetiva durante o período até à maturidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando for estabelecido o direito da Empresa a reconhecer o respetivo montante.

Atividade de gás natural

O preço de venda do gás natural a empresas produtoras de eletricidade é estabelecido tendo por base acordos comerciais efetuados.

As tarifas reguladas, aplicadas na faturação do gás natural vendido no sistema nacional de gás natural, são estabelecidas pela ERSE, de modo a que as mesmas permitam a recuperação dos proveitos permitidos estimados para cada Ano Gás calculados para cada atividade regulada. Os proveitos permitidos incluem,

para além dos custos de exploração incorridos por cada atividade, a seguinte remuneração: (i) para a atividade de comercialização, a remuneração da compra e venda de gás natural, a qual corresponde ao custo efetivo do gás natural e a remuneração dos custos operacionais de comercialização acrescidos de uma margem de comercialização e, (ii) para as atividades de receção, transporte e armazenagem de gás natural uma remuneração sobre os ativos fixos líquidos de amortizações e subsídios afetos àquelas atividades. Os proveitos permitidos para as atividades/funções de *pass-through* pressupõem a recuperação dos custos reais incorridos. Consequentemente, cada atividade é compensada pelos custos incorridos acrescidos da sua própria remuneração, nos casos em que esta exista.

Em resultado do acima exposto e pelo facto de deter o risco de crédito da recuperação das tarifas faturadas aos clientes finais, as empresas reguladas do Grupo, como comercializadoras a clientes finais, têm incluído nos seus proveitos as tarifas que incorporam a remuneração/recuperação de todas as atividades.

Atendendo à legislação e enquadramento regulatório em vigor, as diferenças para os proveitos permitidos apurados em cada exercício cumprem um conjunto de características (fiabilidade de mensuração, remuneração de ativo financeiro, direito à sua recuperação e transmissibilidade dos mesmos, ...) que suportam o seu reconhecimento como proveito, e como ativo no ano em que são apurados, nomeadamente por serem mensuráveis com fiabilidade e por ser certo que os benefícios económicos associados fluem para a Empresa. Os Regulamentos tarifários publicados no primeiro e segundo período regulatório incluem na fórmula de cálculo do proveito permitido de cada «Ano Gás n» uma componente relativa ao ajustamento do «Ano Gás n-2». Tal racional é igualmente válido quando são apurados desvios negativos para os proveitos permitidos, os quais são configuráveis como passivos e como custos.

Em anos anteriores, todas as diferenças para os proveitos permitidos reconhecidos pelo Grupo foram, de acordo com os mecanismos previstos, integralmente incorporados no cálculo das tarifas respetivas.

Nas atividades de armazenagem, distribuição e comercialização de último recurso retalhista, o Grupo reflete nas suas demonstrações financeiras, nas rubricas Acréscimos e diferimentos correntes, a diferença entre a faturação real emitida pela aplicação das tarifas reguladas ao gás natural vendido e os proveitos permitidos estimados definidos pela ERSE para cada Ano Gás, alocados a cada semestre de acordo com os

coeficientes de sazonalidade acordados entre as empresas do sistema nacional de gás natural para o mecanismo de compensação – Proveito Permitido (Notas 14 e 24).

Na atividade de comercialização de último recurso grossista, o Grupo reconhece nas rubricas de acréscimos e diferimentos a diferença entre a faturação real emitida pela aplicação das tarifas reguladas ao gás natural vendido e o custo efetivo do gás natural adquirido - Desvio Tarifário (Nota 14).

Dado que o sistema de regulação do gás natural pretende uma uniformidade tarifária (aplicável a todas as regiões do país), e dados os vários níveis de eficiência das empresas no mercado regulado, a ERSE publicou o mecanismo de compensação a praticar entre as empresas do sector, de forma a permitir a aproximação dos proveitos recuperados por aplicação das tarifas reguladas aos proveitos permitidos dessas empresas. Deste modo, a ERSE, nos seus documentos - *Tarifas e Preços de Gás Natural para cada Ano Gás*, indicou os montantes previstos das compensações a liquidar entre as empresas do Sistema Nacional de Gás Natural, no âmbito das suas atividades de comercialização de último recurso retalhista e distribuição de gás natural. De forma a garantir um procedimento prático, objetivo e transparente para a referida liquidação, as empresas com estas atividades acordaram voluntariamente nos coeficientes de sazonalidade a aplicar na emissão das faturas relativas à uniformidade tarifária. Foi estabelecida uma sazonalidade única para todo o Sistema Nacional de Gás Natural, que pretendeu enquadrar os diferentes mercados regionais. As diferenças de sazonalidade existentes entre as atividades de comercialização e distribuição repercutem a diferença dos prazos de pagamento existentes.

As leituras, faturação e respetivas cobranças relacionadas com a atividade de distribuição e comercialização do gás são feitas pelas próprias empresas ou, no caso das leituras e cobranças, com recurso a parceiros externos.

As vendas de gás não faturadas são registadas mensalmente na rubrica de outras contas a receber com base na faturação esperada de acordo com informação histórica real ou leituras efetuadas consoante o tipo de cliente e corrigidas em resultados no período em que é efetuada a faturação (Nota 14).

No que diz respeito aos contratos de construção enquadráveis na IFRIC12, a construção dos Ativos concessionados é subcontratada a entidades especializadas, as quais assumem o risco próprio da atividade de construção, sendo reconhecidos proveitos e custos associados à construção destes ativos (Notas 5 e 6).

2.15 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como custo financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros, resultantes de empréstimos contraídos, genéricos e específicos, para financiar os investimentos em ativos fixos, são imputados a ativos fixos em curso, na proporção dos gastos totais incorridos naqueles investimentos líquidos de recebimentos de subsídios ao investimento (Nota 2.9), até à entrada em funcionamento dos mesmos (Notas 2.3 e 2.4), sendo os restantes reconhecidos na rubrica Gastos financeiros na demonstração de resultados do exercício (Nota 8). Os eventuais proveitos por juros obtidos com empréstimos diretamente relacionados com o financiamento de ativos fixos em construção são deduzidos aos encargos financeiros capitalizáveis.

Os encargos financeiros incluídos nos ativos fixos são depreciados de acordo com o período de vida útil dos bens respetivos.

2.16 Imposto sobre o rendimento

Geral

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais aplicáveis e em vigor no local da sede de cada empresa do grupo Galp.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação substantivamente decretadas que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Na data de cada demonstração da posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos

não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura (Nota 9).

Os impostos diferidos são registados na demonstração dos resultados do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é igualmente registado naquela rubrica.

Atividade de Exploração & Produção

Imposto sobre o Rendimento do Petróleo – Angola

O Imposto sobre o Rendimento do Petróleo (IRP) encontra-se regulado pela lei n.º 13/04, de 24 de dezembro (Lei sobre a Tributação das Atividades Petrolíferas), em Angola. Conforme referido no artigo 18.º da referida lei, trata-se de um imposto que «incide sobre o rendimento tributável apurado nos termos desta lei». A taxa aplicável aos contratos de Partilha de Produção é de 50%, incidindo sobre o *profit oil* da companhia. O *profit oil* da companhia é dado pela diferença entre o petróleo vendido, acrescido de eventuais rendimentos acessórios das atividades petrolíferas (incluindo as mais-valias resultantes da alienação de interesses participativos), deduzido do petróleo para recuperação de custos (ou *cost-oil*), que inclui o valor dos custos considerados recuperáveis. O valor do *profit oil* não inclui, por sua vez, a parcela do *profit oil* que deverá ser partilhado com a concessionária nacional (Sonangol), no âmbito do contrato de Partilha de Produção. O apuramento do imposto é em tudo semelhante a um imposto sobre o rendimento (por exemplo, do tipo IRC). Assim, as empresas petrolíferas sujeitas a este imposto deixam de estar sujeitas a outros impostos sobre o rendimento em Angola.

Sempre que se realiza uma venda, há lugar ao pagamento de IRP ao governo angolano, registando o montante efetivamente pago na rubrica de imposto sobre o rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, nem todo o imposto pago deverá ser custo do exercício, dado que o Grupo recorre a empréstimo de barris aos parceiros no consórcio de modo a poder realizar as vendas no seguimento do acordo de levantamento conjunto assinado entre os parceiros do bloco concessionado, ficando numa situação de *Overlifting* (Nota 9).

Assim, e de modo a ter uma margem que esteja diretamente associada à rubrica de imposto sobre o rendimento, contabiliza-se um imposto diferido ativo no equivalente aos barris que toma de empréstimo e que se encontram sujeitos

a pagamento de IRP, ficando apenas refletido o imposto sobre os barris que efetivamente tinha disponíveis para venda. O imposto diferido ativo reverte na direta proporção do reconhecimento da margem, através da produção que o Grupo vai tendo.

Quando o Grupo concede empréstimos (*Underlifting*), é calculado IRP sobre os barris concedidos, sendo estes registados na rubrica de imposto corrente sobre o rendimento a pagar.

Participação especial - Brasil

Nos termos do decreto n.º 2.705, de 3 de agosto de 1998, da Agência Nacional Do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a Participação Especial constitui uma compensação financeira, com caráter trimestral, devida pelos concessionários de Exploração & Produção de petróleo ou gás natural. Para efeitos do apuramento da Participação Especial, calcula-se um determinado rendimento (resultante da multiplicação dos volumes de produção pelos preços de referência utilizados na venda do petróleo/gás), ao qual se deduz um conjunto de encargos operacionais relacionados com a produção de hidrocarbonetos.

A Galp considera que estes impostos estão no âmbito da IAS 12.

2.17 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando o Grupo se torna parte contratual do respetivo instrumento financeiro.

Os ativos e passivos financeiros não são compensados entre si, exceto se houver condições contratuais ou legais que assim o permitam.

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- investimentos detidos até ao vencimento;
- investimentos mensurados ao justo valor através de resultados;
- investimentos disponíveis para venda.

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como Investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da

demonstração da posição financeira, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida e para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data. O grupo Galp não tem investimentos detidos até ao vencimento a 31 de dezembro de 2016.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como investimentos correntes.

Os investimentos disponíveis para venda são classificados como ativos não correntes, no caso das participações financeiras em empresas participadas.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, exceto quanto aos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Nas situações em que os investimentos sejam em instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados, e para os quais não é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, os mesmos são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade não reversíveis.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de reserva de justo valor até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição de forma prolongada, em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ganhos relativos a juros, calculados através do método da taxa de juro efetiva, assim como os ganhos e perdas cambiais relacionados com instrumentos de dívida classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos em resultados do período.

Os dividendos obtidos de instrumentos de capital, classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, e as perdas de imparidade para todos estes ativos financeiros são, de igual modo, contabilizadas em resultados do período.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) na demonstração dos resultados do exercício.

b) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são inicialmente registadas ao justo valor e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica Perdas por imparidade em contas a receber.

Usualmente, o custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal.

c) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

d) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Os empréstimos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, e contabilizados na demonstração dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros incluem os juros e eventualmente os gastos de comissões com a estruturação dos empréstimos.

e) Contas a pagar a fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar são mensuradas inicialmente ao justo valor e são subsequentemente mensuradas ao custo amortizado através do método da taxa efetiva. Usualmente, o custo amortizado destes passivos não difere do seu valor nominal.

f) Instrumentos derivados

Contabilidade de cobertura

Por vezes, o Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados para cobertura de riscos financeiros com o objetivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa incluem instrumentos de cobertura de preço da volatilidade dos preços de *commodities* (eletricidade). Os indexantes são os mais idênticos possíveis às compras realizadas. Os instrumentos derivados utilizados como cobertura de justo valor respeitam a instrumentos de cobertura de volatilidade dos preços de *commodities* (gás natural). Os indexantes são idênticos aos contratos celebrados com clientes.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa e cobertura de justo valor são os seguintes:

- espera-se que a cobertura seja muito eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto (*cash flow hedge*) ou variação do justo valor no caso da cobertura de justo valor (*fair value hedge*);
- a eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura; e
- a transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os derivados financeiros são inicialmente registados pelo seu justo valor calculado por entidades externas e independentes através de métodos de avaliação (tais como modelo de *Discounted Cash-flows*, modelo de Black Scholes, modelo Binomial e Trinomial, e Simulações de Monte-Carlo, entre outras variantes dependendo do tipo e características do derivado financeiro sob análise) tendo por base princípios geralmente aceites e variáveis observáveis no mercado.

As alterações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de fluxo de caixa são reconhecidas em capitais próprios na rubrica Reservas de cobertura, sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

Na cobertura de justo valor, os derivados são registados pelo seu justo valor através da demonstração dos resultados.

Nas situações em que o instrumento objeto de cobertura não é mensurado ao justo valor (nomeadamente, contratos de negociação de *commodities*), a parcela eficaz de cobertura é ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto através da demonstração dos resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração dos resultados.

É efetuada uma análise dos contratos existentes no grupo Galp, no âmbito de deteção de derivados embutidos, ou seja, cláusulas contratuais que pudessem ser entendidas como derivados financeiros, não se tendo detetado derivados financeiros suscetíveis de serem valorizados ao justo valor.

Quando existem derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

Instrumentos de negociação

O Grupo utiliza na cobertura do risco de flutuação da margem de refinação instrumentos financeiros derivados, essencialmente *swaps* sobre petróleo bruto e produtos acabados. Estes instrumentos financeiros, embora contratados com o objetivo de efetuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão do risco do Grupo, por não cumprirem todas as disposições do IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, apresentam as respetivas variações no justo valor na demonstração dos resultados do período em que ocorrem. Estes instrumentos encontram-se registados pelo seu justo valor.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos

bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica Caixa e equivalentes de caixa compreende também descobertos bancários incluídos na rubrica Empréstimos e descobertos bancários, na demonstração da posição financeira.

2.18 Hierarquia de justo valor

Em conformidade com a norma IFRS 13, uma entidade deve classificar as mensurações do justo valor baseando-se numa hierarquia do justo valor que reflita o significado dos *inputs* utilizados na mensuração. A hierarquia de justo valor deverá ter os seguintes níveis:

- Nível 1 - o justo valor dos ativos ou passivos é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência do balanço;
- Nível 2 - o justo valor dos ativos ou passivos é determinado com recurso a modelos de avaliação baseados em *inputs* observáveis no mercado;
- Nível 3 - o justo valor dos ativos ou passivos é determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

2.19 Licenças de emissão de CO₂

As emissões de CO₂ realizadas pelas instalações industriais do Grupo e as «licenças de CO₂» que lhe foram atribuídas no âmbito do Plano Nacional de Atribuição de Licenças CO₂, não dão origem a qualquer reconhecimento patrimonial, desde que: (i) não se estime como provável a existência de custos a incorrer pelo Grupo com a aquisição de licenças de emissão no mercado, situação em que é reconhecida uma especialização de custo ou; (ii) se estime que as mesmas não sejam alienadas. Em caso de excedentes e venda dos mesmos é reconhecido um proveito.

2.20 Classificação na demonstração da posição financeira consolidada

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data das demonstrações financeiras consolidadas são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

2.21 Eventos subsequentes

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se significativos (Nota 36).

2.22 Informação por segmentos

Segmento de negócio é um grupo de ativos e operações do Grupo que estão sujeitos a riscos e retornos diferentes dos outros segmentos de negócio, sendo reportados de forma consistente com o *reporting* interno para a gestão.

As políticas contábilísticas no relato por segmentos são utilizadas consistentemente no Grupo. Todos os réditos intersegmentais são a preços de mercado e são eliminados na consolidação.

A informação financeira relativa aos proveitos dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 7, onde estes se encontram identificados e caracterizados.

2.23 Estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contábilísticos geralmente aceites, requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

Determinadas estimativas são consideradas críticas se: (i) a natureza das estimativas é considerada significativa devido aos níveis de subjetividade e julgamentos necessários para a contabilização de situações em que existe grande incerteza ou pela elevada suscetibilidade de variação dessas situações e; (ii) o impacto das estimativas na situação financeira ou na atuação operativa é significativo.

Os princípios contábilísticos e as áreas que requerem um maior número de juízos e estimativas na preparação das demonstrações financeiras são: (i) reservas de petróleo bruto relacionadas com a atividade de exploração petrolífera; (ii) imparidade de *Goodwill*, ativos tangíveis,

ativos intangíveis e participações financeiras; (iii) provisões para contingências e passivos ambientais; (iv) pressupostos demográficos e financeiros utilizados para cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma; (v) imparidade para contas a receber; (vi) vidas úteis e valores residuais de ativos tangíveis e intangíveis; (vii) ativos por impostos diferidos; (viii) provisões para abandono; e (ix) estimativas sobre posições fiscais incertas.

Reservas de petróleo bruto

As estimativas das reservas de petróleo bruto são uma parte integrante do processo de tomada de decisões relativamente aos ativos da atividade de pesquisa e desenvolvimento de petróleo bruto, suportando adicionalmente o desenvolvimento ou a implementação de técnicas de recuperação secundária. O volume de reservas provadas de petróleo bruto é utilizado para o cálculo da depreciação dos ativos afetos à atividade de Exploração & Produção petrolífera de acordo com o método da UOP, sendo que o volume de reservas prováveis e recursos contingentes e prospetivos são utilizados, dependendo da fase de prospeção que se encontram, nas avaliações de imparidade nos investimentos em ativos associados a essa atividade. A estimativa das reservas provadas de petróleo bruto é também utilizada para o reconhecimento anual dos custos com o abandono de áreas de desenvolvimento.

A estimativa das reservas provadas está sujeita a revisões futuras, com base em nova informação disponível, por exemplo, relativamente às atividades de desenvolvimento, perfuração ou produção, taxas de câmbio, preços, datas de fim de contrato ou planos de desenvolvimento. Os volumes de petróleo bruto produzidos e o custo dos ativos são conhecidos, enquanto que as reservas provadas têm uma alta probabilidade de recuperação e se baseiam em estimativas sujeitas a alguns ajustamentos. O impacto nas amortizações e provisões para custos de abandono de variações nas reservas provadas estimadas é tratado de forma prospetiva, amortizando o valor líquido remanescente dos ativos e reforçando a provisão para custos de abandono, respetivamente, em função da produção futura prevista.

Ver Nota 31 para a quantidade e tipo de reservas petrolíferas utilizadas para fins contábilísticos.

Imparidade do *Goodwill*

O Grupo efetua testes anuais de imparidade ao *Goodwill*, conforme indicado na Nota 2.2 d). Os montantes recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram

determinados baseando-se no valor de uso. Para o cálculo do valor de uso, o Grupo estimou os fluxos de caixa futuros que se esperam obter das unidades geradoras de caixa, bem como a taxa de desconto apropriada para calcular o valor presente destes fluxos. O valor do *Goodwill* encontra-se expresso na Nota 11.

Imparidade de ativos tangíveis, intangíveis e participações financeiras

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Provisões para contingências

O custo final de processos judiciais, liquidações e outros litígios pode variar devido a estimativas baseadas em diferentes interpretações das normas, opiniões e avaliações finais do montante de perdas. Desse modo, qualquer variação nas circunstâncias relacionadas com este tipo de contingências poderia ter um efeito significativo no montante da provisão para contingências registado.

Passivos ambientais

A Galp efetua juízos e estimativas para cálculo das provisões para matérias ambientais tais como o CO₂. Para esta situação ambiental, a Galp recebe anualmente licenças gratuitas (EUA – Emission Unit Allowances) da Agência Portuguesa do Ambiente para fazer face aos gases com efeito de estufa emitidos. Caso as licenças gratuitas sejam insuficientes para fazerem face às emissões de gases com efeitos de estufa, a Galp pode adquirir em Bolsa, os EUA ou títulos alternativos/complementares denominados como certificados verdes (ERU -Emission Reduction Units) assumindo um custo que é registado na rubrica de Outros custos operacionais. Porém, se as emissões com gases com efeito de estufa forem superiores às licenças e certificados verdes em carteira no final do exercício económico, é especializado um custo pela melhor estimativa do dispêndio a efetuar à cotação *spot* das licenças e/ou certificados em Bolsa. As quantidades de títulos detidos em carteira encontram-se expressas na Nota 35.

A Galp efetua igualmente juízos e estimativas para cálculo das suas obrigações conhecidas com a descontaminação de solos, estas baseadas na informação atual relativa a custos

e planos esperados de intervenção. Estes custos podem variar devido a alterações em legislação e regulamentos, alterações das condições de um determinado lugar, bem como variação nas tecnologias de saneamento. Desse modo, qualquer alteração nos fatores circunstanciais a este tipo de provisões, bem como nas normas e regulamentos poderá ter, como consequência, um efeito significativo nas provisões para estes assuntos. A provisão para matérias ambientais é revista anualmente.

O montante de provisões para fazer face a passivos ambientais encontra-se expresso nas Notas 25 e 35.

Pressupostos demográficos e financeiros utilizados para cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma

Ver Nota 23.

Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do cliente e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada pela gestão, dos riscos estimados de cobrança existentes à data da demonstração da posição financeira, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração do rendimento integral consolidado de cada período. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

Ativos por impostos diferidos

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existe convicção de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expetável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela gestão no final de cada período tendo em atenção a expectativa de *performance* da Empresa no futuro.

Provisões para abandono

Ver Nota 2.10.

Estimativas sobre posições fiscais incertas

A mensuração de posições fiscais incertas respeitante a estimativas de imposto é efetuada pelo seu valor mais provável e não por um valor ponderado por probabilidades associadas.

Quanto a posições fiscais incertas que são provisionadas, ver Nota 2.10.

2.24 Política de gestão do capital

O grupo Galp tem capitais próprios a 31 de dezembro de 2016 no montante de €6,5 bn e fixou na sua política de gestão do capital um limite de endividamento em montante igual ou inferior a 2x Net Debt/EBITDA, apesar de os contratos com os bancos permitirem a fixação de um rácio entre 3,5 e 3,75. A dívida líquida no final de 2016 ascendeu a €1.870,6 m, fixando este rácio objetivo em 1,35.

A estrutura organizacional do Grupo está suportada em três *subholdings*, uma para o negócio de Exploração & Produção, outra para o negócio de Refinação & Distribuição e outra para o Gás & Eletricidade.

A Galp Energia E&P, B.V. cobre todo o negócio do E&P, em dólares, e financia as suas subsidiárias prioritariamente com capital próprio e empréstimos internos. O capital empregue afeto ao negócio reside essencialmente na Galp E&P, B.V. e na Galp Sinopec Brazil Services, B.V. e ascende aproximadamente a €4,9 bn.

O negócio da Refinação & Distribuição é desenvolvido pela Petrogal, S.A. e suas subsidiárias, que apresenta um capital empregue de €2,8 bn. A Petrogal está financiada com suprimentos no montante de €2,2 bn em obediência a um rácio razoável de Net Debt/EBITDA.

O negócio do G&P é basicamente suportado pela Galp Gás Natural, S.A., com um capital empregue de €0,6 bn.

2.25 Política de gestão de riscos e respetivas coberturas

As atividades do Grupo levam a uma exposição a riscos de: (i) mercado, como consequência da volatilidade dos preços do petróleo e gás natural e seus derivados, das

taxas de câmbio e das taxas de juro; (ii) de crédito, como consequência da atividade comercial; (iii) riscos de liquidez, na medida em que o Grupo pode encontrar dificuldades em dispor de recursos financeiros necessários para fazer frente aos seus compromissos.

O Grupo dispõe de uma organização e sistemas que permitem identificar, medir e controlar os diferentes riscos a que está exposto e utiliza diversos instrumentos financeiros para realizar coberturas, de acordo com diretrizes corporativas comuns a todo o Grupo. A contratação destes instrumentos está centralizada.

A descrição dessas coberturas encontra-se em mais detalhe nas políticas contabilísticas elencadas neste capítulo.

2.26 Alteração de políticas contabilísticas

A empresa decidiu alterar a sua política contabilística relativamente à apresentação das diferenças de câmbio na demonstração dos resultados resultantes de saldos em moeda estrangeira de Outras contas a receber (Clientes e Outros devedores) e Outras contas a pagar (Fornecedores e Outros Credores). Essas diferenças de câmbio eram apresentadas em Resultados financeiros, juntamente com outras diferenças de câmbio geradas durante o exercício económico. Assim, a partir de 2016 as diferenças de câmbio geradas por saldos em moeda estrangeira de Outras contas a receber e a pagar, acima referidas serão apresentadas nas mesmas naturezas operacionais na demonstração dos resultados consolidados onde estão refletidos os réditos e perdas associados com essas transações. A Empresa considera que esta alteração de política contabilística, segue o preconizado na norma IAS 8§14 al. b) e reflete melhor os eventos operacionais e financeiros do Grupo. Como tal, e em conformidade com a norma IAS8§19 al. b), a Empresa refletiu retrospectivamente os impactos no seu comparativo.

Além disso, o Grupo procedeu à reclassificação de: i) €73.747 k que se encontravam registados na rubrica Fornecimento e serviços externos-Transporte de mercadorias para a rubrica Custo da venda e; ii) €16.106 k que se encontravam registados na rubrica Fornecimento e serviços externos-Outros custos relacionados com campanhas cruzadas para a rubrica Vendas. A Empresa considera que esta reclassificação reflete melhor a natureza da operação. As demonstrações financeiras foram reexpressas à data de 31 de dezembro de 2015, sendo os efeitos na demonstração de resultados apresentados nos quadros seguintes:

Demonstração de resultados

| | | | | | unid: €k |
|--|--------|-------------------|------------------|-------------------------|-----------------------------|
| | | | | | Reexpressão |
| | Notas | Dezembro 2015 | Reclassificações | Diferenças de câmbio | Dezembro 2015 reexpresso |
| Proveitos operacionais | | | | | |
| Vendas | 5 | 14.883.581 | (16.106) | 1.797 | 14.869.272 |
| Prestação de serviços | 5 | 632.920 | - | 1.561 | 634.481 |
| Variação do valor das propriedades de investimento | | - | - | - | - |
| Outros proveitos operacionais | 5 | 100.181 | - | 1.012 | 101.193 |
| Total de proveitos operacionais | | 15.616.682 | (16.106) | 4.370 | 15.604.946 |
| Custos operacionais | | | | | |
| Custo das vendas | 6 | 12.693.354 | 73.747 | 26.096 | 12.793.197 |
| Fornecimentos e serviços externos | 6 | 1.316.406 | (89.853) | 1.364 | 1.227.917 |
| Custos com o pessoal | 6 | 343.304 | - | 194 | 343.498 |
| Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de ativos fixos | 6 | 719.635 | - | - | 719.635 |
| Provisões e perdas por imparidade de contas a receber | 6 | 31.125 | - | - | 31.125 |
| Outros custos operacionais | 6 | 63.491 | - | 2.859 | 66.350 |
| Total de gastos operacionais | | 15.167.315 | (16.106) | 30.513 | 15.181.722 |
| Resultados operacionais | | 449.367 | - | (26.143) | 423.224 |
| Proveitos financeiros | 8 | 32.387 | - | - | 32.387 |
| Custos financeiros | 8 | (79.700) | - | - | (79.700) |
| Ganhos (perdas) cambiais | | (35.196) | - | 25.404 | (9.792) |
| Resultados relativos a participações financeiras e perdas por imparidades de <i>Goodwill</i> | 4 e 11 | 19.308 | - | - | 19.308 |
| Rendimento de instrumentos financeiros | 27 | (12.776) | - | - | (12.776) |
| Resultados relativos a propriedades de investimento | | - | - | - | - |
| Resultado antes de impostos | | 373.390 | - | (739) | 372.651 |
| Imposto sobre o rendimento | 9 | (152.170) | - | 739 | (151.431) |
| Contribuição extraordinária sector energético | 9 | (67.002) | - | - | (67.002) |
| Resultado líquido consolidado do período | | 154.218 | - | - | 154.218 |
| Resultado líquido atribuível a: | | | | | |
| Interesses que não controlam | 21 | 31.652 | - | - | 31.652 |
| Acionistas da Galp Energia, SGPS, S.A. | 10 | 122.566 | - | - | 122.566 |
| Resultado líquido consolidado do período | | 154.218 | - | - | 154.218 |
| Resultado por ação (valor em Euros) | 10 | 0,15 | - | - | 0,15 |

3. Empresas incluídas na consolidação

3.1 Perímetro de consolidação

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital e atividades principais detidas são as seguintes:

| Empresas | Sede social | | | Percentagem de capital detido | | Principal atividade |
|---|-------------|------------|----------|-------------------------------|------|---|
| | Notas | Localidade | País | 2016 | 2015 | |
| Empresas do Grupo | | | | | | |
| Empresa-mãe: | | | | | | |
| Galp Energia, SGPS, S.A. | e3) | Lisboa | Portugal | - | - | Gestão de participações sociais de outras sociedades do sector energético, como forma indireta do exercício de atividades económicas. |
| Subsidiárias: | | | | | | |
| Galp Energia, S.A. | | Lisboa | Portugal | 100% | 100% | Prestação de serviços e consultoria de apoio e consultoria à gestão empresarial. |
| Subgrupo Galp Energia E&P: | | | | | | |
| Galp Energia E&P, B.V. | e2) | Roterdão | Holanda | 100% | 100% | Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas. |
| Subsidiárias: | | | | | | |
| Galp Sinopec Brazil Services, B.V. e subsidiária: | | Roterdão | Holanda | 70% | 70% | Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas. |
| Galp Sinopec Brazil Services (Cyprus), Limited | | Nicosia | Chipre | 100% | 100% | Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas. |
| Galp E&P Brazil, B.V. e subsidiária: | | Roterdão | Holanda | 100% | 100% | Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas. |
| Galp Energia Brasil, S.A. | | Recife | Brasil | 100% | 100% | Pesquisa, exploração, desenvolvimento e produção de petróleo bruto, de gás natural e biocombustíveis; importação, exportação, refinação, comercialização, distribuição, transporte e armazenagem de petróleo e seus derivados; comercialização de gás natural e de biocombustíveis produzidos; bem como quaisquer outras atividades conexas à atividades principal, podendo ainda participar de consórcios de empresas que venham a ser necessários para o desenvolvimento de seus objetivos. |
| Petrogal Brasil, B.V. e subsidiária: | | Roterdão | Holanda | 100% | 100% | Gestão de participações sociais e financiamento de negócios e empresas que se dedicam à exploração e produção de petróleo e gás natural, bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos. |
| Petrogal Brasil, S.A. e subsidiária: | | Recife | Brasil | 70% | 70% | Refinação de petróleo bruto e seus derivados, o seu transporte, distribuição e comercialização e ainda a pesquisa e exploração de petróleo bruto e gás natural. |
| Fundo Vera Cruz | | Recife | Brasil | 100% | 100% | Fundo exclusivo de investimento aberto. |
| Galp Exploração Serviços do Brasil, Lda. | | Recife | Brasil | 100% | 100% | Prestação de serviços de apoio à gestão empresarial. |

| Empresas | Sede social | | Percentagem de capital detido | | Principal atividade | |
|---|-------------|------------|-------------------------------|------|---------------------|--|
| | Notas | Localidade | País | 2016 | | 2015 |
| Galp East Africa, B.V. e subsidiária: | | Roterdão | Holanda | 100% | 100% | Gestão de participações sociais e financiamento de negócios e empresas que se dedicam à exploração e produção de petróleo e gás natural, bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos. |
| Galp Energia Rovuma, B.V. | | Amesterdão | Holanda | 100% | 100% | Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas. |
| Galp Energia Rovuma, B.V. (Sucursal em Moçambique) | | Maputo | Moçambique | - | - | Exploração e produção de petróleo e gás natural. |
| Galp Exploração e Produção Petrolífera, SGPS, S.A. e subsidiária: | e2) e4) | Lisboa | Portugal | 100% | 100% | Gestão de participações sociais em outras sociedades como forma indireta do exercício de atividade económica |
| Galp Energia São Tomé e Príncipe Unipessoal, Limitada | e4) | São Tomé | São Tomé e Príncipe | 100% | 100% | Desenvolvimento de todas e quaisquer atividades relacionadas com a pesquisa e exploração de recursos naturais |
| Galp Energia Overseas, B.V. e subsidiárias: | e2) | Amesterdão | Holanda | 100% | 100% | Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas. |
| Galp Energia Overseas Block 14, B.V. | e2) | Roterdão | Holanda | 100% | 100% | Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas. |
| Galp Energia Overseas Block 14, B.V. (Sucursal de Angola) | e2) | Luanda | Angola | - | - | Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas. |
| Galp Energia Overseas Block 32, B.V. | e2) | Roterdão | Holanda | 100% | 100% | Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas. |
| Galp Energia Overseas Block 32, B.V. (Sucursal de Angola) | e2) | Luanda | Angola | - | - | Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas. |
| Galp Energia Overseas Block 33, B.V. | e2) | Roterdão | Holanda | 100% | 100% | Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas. |
| Galp Energia Overseas Block 33, B.V. (Sucursal de Angola) | e2) | Luanda | Angola | - | - | Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas. |
| Galp Energia Overseas LNG, B.V. | e2) | Roterdão | Holanda | 100% | 100% | Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas. |
| Galp Energia Overseas LNG, B.V. (Sucursal de Angola) | e2) | Luanda | Angola | - | - | Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas. |
| Galp Bioenergy, B.V. | | Amesterdão | Holanda | 100% | 100% | Exercício de atividades relacionadas com projetos de biocombustíveis, incluindo mas não limitado à pesquisa, produção, transformação logística, comercialização de grãos, óleo vegetal, produtos de biocombustíveis e seus derivados; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas. |

| Empresas | Sede social | | | Percentagem de capital detido | | Principal atividade |
|---|-------------------|----------------|------------|-------------------------------|------|--|
| | Notas | Localidade | País | 2016 | 2015 | |
| Galp Energia Tarfaya, B.V. | c) | Roterdão | Holanda | - | 100% | Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas. |
| Galp Energia Tarfaya, B.V. (Sucursal em Marrocos) | c) | Rabat | Marrocos | - | - | Exploração e produção de petróleo e gás natural, bem como o comércio de petróleo, gás natural e produtos à base de óleo, e desenvolvimento de atividades comerciais relacionadas com a exploração e produção de petróleo e gás natural. |
| Windhoek PEL 23, B.V. | | Roterdão | Holanda | 100% | 100% | Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas. |
| Windhoek PEL 23, B.V. (Sucursal em Namíbia) | | Windhoek | Namíbia | - | - | Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas. |
| Windhoek PEL 24, B.V. | | Roterdão | Holanda | 100% | 100% | Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas. |
| Windhoek PEL 24, B.V. (Sucursal em Namíbia) | | Windhoek | Namíbia | - | - | Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas. |
| Windhoek PEL 28, B.V. | | Roterdão | Holanda | 100% | 100% | Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas. |
| Windhoek PEL 28, B.V. (Sucursal em Namíbia) | | Windhoek | Namíbia | - | - | Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas. |
| Galp Trading, S.A. | | Genebra | Suíça | 100% | 100% | Desenvolvimento da atividade de trading de petróleo bruto, de produtos petrolíferos, de produtos petroquímicos e de gás natural; atividade de afretamento de navios para o transporte marítimo dos produtos objeto da atividade de trading. |
| Tagus Re, S.A. | | Luxemburgo | Luxemburgo | 100% | 100% | Operações de resseguro em todos os ramos, com exclusão das operações de seguro diretas. |
| Galp Alentejo E&P, S.A. | | Lisboa | Portugal | 100% | 100% | Pesquisa e exploração de petróleo, distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos-base e lubrificantes e outros derivados do petróleo. |
| ISPG - Centro Tecnológico, S.A. | | Rio de Janeiro | Brasil | 100% | 100% | Gestão de participações sociais |
| ISPG - Centro Tecnológico, S.A. | | Rio de Janeiro | Brasil | 100% | 100% | Gestão de participações sociais |
| Subgrupo Petrogal: | | | | | | |
| Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. | e1) e3) e4) | Lisboa | Portugal | 100% | 100% | Refinação de petróleo bruto e seus derivados; transporte, distribuição e comercialização de petróleo bruto e seus derivados e gás natural; pesquisa e exploração de petróleo bruto e gás natural; e quaisquer outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou prestação de serviços conexos. |

| Empresas | Sede social | | Percentagem de capital detido | | Principal atividade | |
|---|-------------|------------------|-------------------------------|--------|---------------------|---|
| | Notas | Localidade | País | 2016 | | 2015 |
| Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. (Sucursal na Venezuela) | | Município Chacao | Venezuela | - | - | Refinação de petróleo bruto e seus derivados; transporte, distribuição e comercialização de petróleo bruto e seus derivados e gás natural; pesquisa e exploração de petróleo bruto e gás natural; e quaisquer outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou prestação de serviços conexos. |
| Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. (Sucursal em Espanha) e subsidiárias: | | Madrid | Espanha | - | - | Gestão de participações sociais de sociedades do sector da distribuição de produtos refinados na península ibérica. |
| Galp Energia España, S.A. e subsidiárias: | | Madrid | Espanha | 100% | 100% | Obtenção, representação e comercialização de produtos petrolíferos, de produtos químicos e tudo o que lhes seja conexo. |
| Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S.L.U. | | Madrid | Espanha | 100% | 100% | Gestão e exploração de estações de serviço. |
| Multiservicios Galp Barcelona | * | Barcelona | Espanha | 50% | 50% | Gerir o abastecimento do negócio da aviação no Aeroporto de Barcelona. |
| Galp Açores - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, S.A. e subsidiária: | | Ponta Delgada | Portugal | 100% | 100% | Distribuição, armazenagem, transporte e comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, lubrificantes e outros derivados do petróleo. |
| Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A. | | Ponta Delgada | Portugal | 67,65% | 67,65% | Construção e/ou exploração de estações de enchimento e respetivos parques de armazenagem de GPL e de outros combustíveis na Região Autónoma dos Açores. |
| Galp Madeira - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, S.A. e subsidiárias: | | Funchal | Portugal | 100% | 100% | Distribuição, armazenagem, transporte e comercialização de combustíveis líquidos e gasosos lubrificantes e outros derivados do petróleo. |
| CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. | | Funchal | Portugal | 75% | 75% | Instalação e exploração de parques de armazenagem de combustíveis líquidos e gasosos, bem como das respetivas estruturas de transporte, receção, movimentação, enchimento e expedição; e outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, conexas com aquelas atividades. |
| Gasinsular - Combustíveis do Atlântico, S.A. | | Funchal | Portugal | 100% | 100% | A sociedade tem por objeto principal a distribuição, armazenagem, transporte, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos-base e lubrificantes e outros derivados do petróleo e a exploração direta ou indireta de postos de abastecimento de combustíveis e de áreas de serviço e atividades complementares, nomeadamente estações de serviço e oficinas de reparação e manutenção automóvel, venda de peças e acessórios para veículos motorizados, restauração e hotelarias. |
| Sacor Marítima, S.A. | | Lisboa | Portugal | 100% | 100% | Transportes marítimos em navios próprios ou fretados. |
| C.L.T. - Companhia Logística de Terminais Marítimos, S.A. | | Matosinhos | Portugal | 100% | 100% | Exploração de terminais marítimos e atividades conexas. |
| Galp Energia Portugal Holdings, B.V. | | Amesterdão | Holanda | 100% | 100% | Gestão de participações sociais de outras sociedades do sector energético, como forma indireta do exercício de atividades económicas. |
| Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda. | | Lisboa | Portugal | 75% | 75% | Comércio retalhista de produtos alimentares, utilidades domésticas, presentes e artigos vários onde se incluem: jornais, revistas, discos, vídeos, brinquedos, bebidas, tabacos, cosméticos, artigos de higiene, de viagem e acessórios para veículos. |

| Empresas | Sede social | | Percentagem de capital detido | | Principal atividade | |
|--|-------------|------------|-------------------------------|------|---------------------|---|
| | Notas | Localidade | País | 2016 | | 2015 |
| Tanquisado - Terminais Marítimos, S.A. | | Setúbal | Portugal | 100% | 100% | Desenvolvimento e exploração de terminais marítimos. |
| Galp Exploração e Produção (Timor-Leste), S.A. | | Lisboa | Portugal | 100% | 100% | Comércio e a indústria de petróleo, incluindo a prospeção, pesquisa e exploração de hidrocarbonetos em Timor-Leste. |
| Galpgeste - Gestão de Áreas de Serviço, S.A. | | Lisboa | Portugal | 100% | 100% | Exploração ou gestão, direta ou indireta, de áreas de serviço e postos de abastecimento de combustíveis e atividades conexas ou complementares, tais como estações de serviço e oficinas, venda de lubrificantes, peças e acessórios para veículos motorizados, restauração e hotelaria. |
| Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E. | * | Sines | Portugal | 60% | 60,00% | Conceção e construção de caverna subterrânea de armazenagem de GPL, das instalações de superfície complementares necessárias à movimentação de produtos. Gestão e exploração operacional de caverna, incluindo instalações de superfície, tanques e esferas de GPL. |
| Pergás – Armazenamento de Gás, A.C.E. | * e a) | Matosinhos | Portugal | 51% | - | Executar a operação e manutenção do Parque de Perafita, assegurando o desenvolvimento das atividades de importação pelos respetivos membros, receção, armazenamento, enchimento e expedição de GPL. |
| Enerfuel, S.A. | e3) | Lisboa | Portugal | 100% | 100% | Estudos, projetos, instalação, produção e comercialização de biocombustíveis, tratamento, valorização e recuperação de resíduos, compra e venda de equipamentos. |
| Portcogeração, S.A. | | Lisboa | Portugal | 100% | 100% | Produção, transporte e distribuição de energia elétrica e térmica proveniente de sistemas de cogeração e energias renováveis. |
| Galp Marketing Internacional, S.A. e subsidiárias: | e1) | Lisboa | Portugal | 100% | 100% | Pesquisa e exploração de petróleo, distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos-base e lubrificantes e outros derivados do petróleo e a exploração de postos de abastecimento e de estações de serviços de assistência a automóveis, bem como quaisquer atividades industriais, comerciais, de marketing, de investigação ou de prestação de serviços conexos com este objeto. |
| Petrogal Guiné-Bissau, Lda. e subsidiárias: | | Bissau | Guiné -Bissau | 100% | 100% | Distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos, base e lubrificantes e outros derivados do petróleo e exploração de postos de abastecimento e de estações de serviço de assistência a automóveis. |
| Petromar - Sociedade de Abastecimentos de Combustíveis, Lda. | | Bissau | Guiné -Bissau | 80% | 80% | Comércio de bancas marítimas. |
| Petrogás - Importação, Armazenagem e Distribuição de Gás, Lda. | | Bissau | Guiné -Bissau | 65% | 65% | Importação, armazenagem e distribuição de GPL. |
| Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L e subsidiárias: | ** e1) | Mindelo | Cabo Verde | 48% | 48% | Importação, processamento, distribuição, transporte, armazenagem, comercialização e reexportação de hidrocarbonetos e seus derivados, incluindo betumes, óleos-base e lubrificantes, a exploração de parques de armazenagem, bem como das respetivas estruturas de transporte primário intra e inter-ilhas, receção, movimentação, enchimento e expedição de combustíveis líquidos e gasosos, a exploração de postos de abastecimento e áreas de serviço, de assistência a automóveis, a produção, distribuição e comercialização de outras formas de energia não fóssil, designadamente solar, eólica, hídrica e outras de fontes renováveis, a exploração das respetivas instalações, bem como outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, conexas com este objeto principal. |

| Empresas | Sede social | | | Percentagem de capital detido | | Principal atividade |
|---|-------------|------------|-------------|-------------------------------|------|--|
| | Notas | Localidade | País | 2016 | 2015 | |
| Enamar - Sociedade Transportes Marítimos, Sociedade Unipessoal, S.A. | ** e1) | Mindelo | Cabo Verde | 100% | 100% | Transportes marítimos e atividades relacionadas. |
| EnacolGest, Lda. | ** e1) | Mindelo | Cabo Verde | 100% | 100% | Importação e comercialização, gestão do aprovisionamento, exploração de áreas de serviço e postos de abastecimento de combustíveis, elaboração e gestão de projetos de manutenção e construção das instalações e postos de abastecimento. |
| Galp Gambia, Limited | f) | Banjul | Gâmbia | 100% | 100% | Distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos e exploração de postos de abastecimento . |
| Petrogal Moçambique, Lda. | | Maputo | Moçambique | 100% | 100% | Distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos, exploração de postos de abastecimento. |
| Galp Moçambique, Lda. | | Maputo | Moçambique | 100% | 100% | Armazenagem, comercialização e distribuição, importação, exportação e transporte de petróleo e seus derivados. Bem como de todo o tipo de óleos, sejam de origem animal, vegetal ou mineral. |
| Galp Moçambique, Lda. (Sucursal no Malawi) | | Blantyre | Malawi | - | - | Armazenagem, comercialização e distribuição, importação, exportação e transporte de petróleo e seus derivados. Bem como de todo o tipo de óleos, sejam de origem animal, vegetal ou mineral. |
| Galp Swaziland (PTY) Limited | | Matsapha | Suazilândia | 100% | 100% | Distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos, exploração de postos de abastecimento . |
| Petrogal Angola, Lda. | | Luanda | Angola | 100% | 100% | Produção, distribuição e comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos-base e lubrificantes e também a exploração de postos de abastecimento e estações de serviço. |
| Subgrupo GDP: | | | | | | |
| Galp Gás e Power, SGPS, S.A. | | Lisboa | Portugal | 100% | 100% | Gestão de participações sociais. |
| Subsidiárias: | | | | | | |
| GDP Gás de Portugal, S.A. | | Lisboa | Portugal | 100% | 100% | Prestação de serviços de apoio à gestão empresarial. |
| Lisboagás Comercialização, S.A. | | Lisboa | Portugal | 100% | 100% | Comercialização de último recurso retalhista de gás natural. |
| Lusitaniagás Comercialização, S.A. | | Aveiro | Portugal | 100% | 100% | Comercialização de último recurso retalhista de gás natural. |
| Setgás Comercialização, S.A. | | Setúbal | Portugal | 100% | 100% | Produção e distribuição de gás natural e dos seus gases de substituição. |
| Carriço Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A. | | Lisboa | Portugal | 65% | 65% | Produção sob a forma de cogeração e venda de energia elétrica e térmica. |
| Galp Power, S.A. | | Lisboa | Portugal | 100% | 100% | Exercício da compra e venda de energia, bem como a prestação de serviços e o exercício de atividades direta ou indiretamente relacionados com energia. |
| Agroger - Sociedade de Cogeração do Oeste, S.A. | | Lisboa | Portugal | 100% | 100% | Produção sob a forma de cogeração, e a venda de energia elétrica e térmica, incluindo a conceção, construção, financiamento e exploração de instalações de cogeração, bem como o exercício de todas as atividades e a prestação de serviços conexos. |
| Galp Gás Natural, S.A. e subsidiárias: | | Lisboa | Portugal | 100% | 100% | Importação de gás natural, armazenagem, distribuição através de rede de alta pressão, construção e manutenção de redes. |

| Empresas | Sede social | | | Percentagem de capital detido | | Principal atividade |
|--|-------------|------------|----------|-------------------------------|--------|--|
| | Notas | Localidade | País | 2016 | 2015 | |
| Transgás Armazenagem - Soc. Portuguesa de Armazenagem de Gás Natural, S.A. | | Lisboa | Portugal | 100% | 100% | Armazenagem de gás natural em regime de subconcessão de serviço público, incluindo a construção, manutenção, reparação e exploração de todas as infraestruturas e equipamentos conexos. |
| Transgás, S.A. | | Lisboa | Portugal | 100% | 100% | Comercialização de último recurso grossista de gás natural. |
| Galp Gás Natural Distribuição, SGPS, S.A. e subsidiárias: | d) | Lisboa | Portugal | - | 100% | Exercício de atividades no sector energético, em particular na distribuição de gás natural, incluindo a prestação de serviços de apoio à gestão empresarial, nas áreas de gestão, administrativa e logística, compras e aprovisionamento e sistemas de informação. |
| Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A. | b) d) | Viseu | Portugal | - | 59,51% | Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural. |
| Dianagás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Évora, S.A. | d) | Lisboa | Portugal | - | 100% | Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases. |
| Duriensegás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Douro, S.A. | d) | Vila Real | Portugal | - | 100% | Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases. |
| Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. | d) | Lisboa | Portugal | - | 100% | Obtenção, armazenagem e distribuição de gás combustível canalizado. |
| Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. | d) | Aveiro | Portugal | - | 96,84% | Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases. |
| Medigás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Algarve, S.A. | d) | Lisboa | Portugal | - | 100% | Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases. |
| Paxgás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Beja, S.A. | d) | Lisboa | Portugal | - | 100% | Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases. |
| Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. | d) | Setúbal | Portugal | - | 99,93% | Distribuição de gás natural em média e baixa pressão, exercida em regime de serviço público nos termos da regulamentação aplicável, na área geográfica da concessão, abrangendo designadamente a construção e operação de infraestruturas que integrem a Rede Nacional de Distribuição de Gás Natural, a promoção da construção, conversão ou adequação de instalações de utilização de gás natural, e ainda outras atividades relacionadas com o objeto principal, incluindo a exploração da capacidade excedentária da rede de telecomunicações instalada. |

* Com a aplicação da IFRS 11 - Acordos conjuntos, a partir de 1 de janeiro de 2014, o Grupo identificou as entidades Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E., Pergás-Armazenamento de Gás, A.C.E e Multiservicios Galp Barcelona, como sendo entidades em que os acionistas têm controlo conjunto operacional e financeiro sobre os Ativos e Passivos da sociedade sendo qualificadas como Operações conjuntas. Assim, os Ativos, Passivos, Ganhos e Perdas foram incorporados nas contas consolidadas pela percentagem detida nessas entidades, ou seja, 60%, 51% e 50% respetivamente (Nota 4.6.2).

** Embora o Grupo Galp detenha através da sua subsidiária Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. apenas 48,29% do capital da Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol S.A.R.L, o Grupo controla, com expetável permanência, as políticas financeiras e operacionais desta por via de uma maioria representativa de votos nas reuniões do Conselho de Administração. Assim, a Galp tem em conformidade com a norma IFRS 10 (a) poder sobre a investida (b) exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida e (c) capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos resultados para os investidores, deste modo, a subsidiária é consolidada pelo método de consolidação integral.

As subsidiárias com interesses que não controlam têm como local (i.e. país) de atividade o mesmo que o indicado no quadro acima.

A Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol S.A.R.L. detém participação nas subsidiárias: i) Enamar - Sociedade Transportes Marítimos, Sociedade Unipessoal, S.A. (100%); ii) EnacolGest, Ld.^a (100%); e iii) Sodigás - Sociedade Industrial de Gases, S.A.R.L. (44%) (Nota 4.2).

As participações detidas na Enamar - Sociedade Transportes Marítimos, Sociedade Unipessoal, S.A. e na EnacolGest, Lda são consolidadas pelo método integral e a Sodigás - Sociedade Industrial de Gases, S.A.R.L. é incluída na rubrica de Participações financeiras em empresas associadas (Nota 4.2).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o perímetro foi alterado face ao exercício precedente conforme se indica a seguir.

a) Empresas constituídas:

Em 23 de abril de 2015, foi constituído um Agrupamento Complementar de Empresas, denominado de «PERGÁS – Armazenamento de Gás, A.C.E.», detido em 51% pela subsidiária Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., 30,75% pela empresa Rubis Energia Portugal, S.A. e 18,25% pela empresa Repsol Gás Portugal, SA., não tendo realizado qualquer operação nesse exercício. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 iniciou a sua atividade sendo os seus ativos, passivos, ganhos e perdas incorporados nas contas consolidadas pela percentagem detida (Nota 4.6.2).

b) Empresas adquiridas:

b1) Em 3 de agosto de 2016 através da subsidiária Galp Gás Natural Distribuição, S.A. o Grupo adquiriu, 0,01473% do capital da subsidiária Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A. pelo montante de €5 k. Com esta aquisição o Grupo passou a deter 59,51941% do capital da subsidiária. A subsidiária Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A., já era anteriormente controlada pelo Grupo e consolidava pelo método integral (detida a 59,50468%). A diferença entre o valor pago e o valor contabilístico do capital próprio na data de aquisição foi reconhecido na demonstração de resultados consolidados na rubrica Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e entidades conjuntamente controladas pelo montante €1 k (Nota 4.4).

c) Empresas dissolvidas e liquidadas:

c1) Em 21 de dezembro de 2016 a subsidiária Galp Energia Tarfaya B.V. e a sucursal, em Marrocos, detida a 100% pela Galp Energia E&P, B.V., foi dissolvida. Resultante desta operação, o Grupo reconheceu na demonstração dos resultados consolidados o montante €13.712 k (Nota 4.4) referentes a perdas relacionadas com as diferenças cambiais da conversão das demonstrações financeiras da subsidiária Galp Energia Tarfaya B.V., expressas em moeda estrangeira (USD) que se encontravam registadas em capital próprio na rubrica reservas de conversão cambial.

d) Alienação:

Em 27 de julho de 2016 a Galp Energia, SGPS, S.A. (grupo Galp), através da sua subsidiária Galp Gas & Power, SGPS, S.A. (GGP), chegou a acordo com um consórcio liderado pela Marubeni Corporation para estabelecer uma parceria no negócio de infraestruturas reguladas de gás natural da Galp.

Esta parceria resulta da estratégia de gestão de portefólio da Galp e reflete a natureza do negócio de infraestruturas reguladas e o ambiente historicamente baixo das taxas de juro, permitindo à Galp cristalizar valor e potenciar as suas opções estratégicas de crescimento.

O acordo estabelece a aquisição por parte do consórcio de 22,5% do capital social da Galp Gás Natural Distribuição, S.A. (GGND), por um valor de €138 m, e a partilha de determinados direitos no governo desta sociedade.

Previamente à conclusão da transação, a Galp Gás Natural Distribuição, S.A. financiou-se autonomamente de forma a reembolsar o empréstimo acionista no montante de €568 m.

Para o efeito, a Galp Gás Natural Distribuição, S.A. estabeleceu a 25 agosto de 2016, um Programa de EMTN (“EUR 1,000,000,000 Euro Medium Term Note Programme”) e obteve um *rating* de *Investment Grade* da Standard & Poor's.

Ao abrigo do Programa de EMTN, no dia 19 de setembro de 2016, a Galp Gás Natural Distribuição S.A. emitiu *notes* no montante de €600.000 k, com vencimento em 19 de setembro de 2023 e cupão de 1,375%, admitidas à negociação no mercado regulamentado da London Stock Exchange.

No dia 27 de outubro, após aprovação regulatória, o grupo Galp Energia, SGPS, S.A. através da sua subsidiária Galp Gas & Power, SGPS, S.A., completou a venda de 22,5% da GGND à Meet Europe, detida pela Marubeni Corporation (50%) e pela Toho Gas Co., Ltd. (50%). O preço final foi de €140.950 k, baseado no preço inicial acordado somado de ajustamentos conforme estabelecido no SPA.

Considerando que a Galp Gás Natural Distribuição, S.A. procedeu, em setembro, ao reembolso à Galp Energia, SGPS, S.A. do empréstimo acionista no montante de €568 m, o encaixe financeiro total resultante desta transação foi de €709 m.

Após conclusão da transação, o grupo GGND deixou de consolidar integralmente no grupo Galp Energia, SGPS, S.A., passando as empresas que o compõem a ser tratadas como empreendimentos conjuntos.

As participações financeiras do subgrupo Galp Gás Natural Distribuição (GGND) foram reconhecidas ao justo valor na data em que o Grupo deixou de ter o controlo do subgrupo GGND.

Decorrente desta operação, o Grupo reconheceu em resultados na rubrica Resultados relativos a participações financeiras uma mais-valia líquida no montante de €131.561 k (Nota 4.4) e transferiu para a rubrica Resultados acumulados o montante de €7.641 k:

| % detida na data de alienação | 100,00% | -22,50% | 77,50% |
|---|----------------|-----------------|----------------|
| Valor de venda | | 138.100 | |
| Ajuste ao valor de venda inicial | | 2.850 | |
| Valor recebido | | 140.950 | |
| Provisão Outros riscos encargos- Shares Purchase Price Adjustment (Nota 25) | | (7.476) | |
| Valor venda deduzido da Provisão para outros riscos e encargos | | 133.474 | |
| Ativo menos passivo | 264.587 | | |
| Interesses que não controlam (Nota 21) | (19.520) | | |
| Valor contabilístico da participação financeira à data de alienação | 245.067 | (55.140) | 189.927 |
| Imputação do Justo Valor referente 77.5% da percentagem detida após venda | | | 53.227 |
| Justo valor da participação financeira à data de perda de controlo* (Nota 4.1) | | | 243.154 |
| Mais-valia resultante da alienação [A] | | 78.334 | |
| Mais-valia resultante da imputação do justo valor aos 77,5% [B] | | | 53.227 |
| Resultados relativos a participações financeiras ([A] + [B]) (Nota 4.4) | | 131.561 | |
| Ganhos e perdas atuariais - fundo pensões | (20.157) | 5.609 | |
| Imposto relacionado com a componente de Ganhos e perdas atuariais - fundo pensões | 4.774 | (1.073) | |
| Reservas de cobertura (Empresas Associadas/Empreendimentos Conjuntos) | (259) | 59 | |
| Imposto diferido relacionado com as componentes de reservas de cobertura | 65 | (15) | |
| Outras reservas (Nota 20) | 2.598 | 2.598 | |
| Reservas especiais (Nota 20) | 463 | 463 | |
| Resultados acumulados | | (7.641) | |

* Para efeitos de apuramento do justo valor foi considerado o RAB do Grupo GGND em 31 de outubro 2016.

e) Reestruturação societária:

e1) A subsidiária Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. é detentora de participações em empresas sediadas no continente africano que operam na área da distribuição Oil. Estas participações têm sido gradualmente transferidas para a subsidiária Galp Marketing Internacional, S.A.

Em 29 de abril de 2016, a Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. alienou à Galp Marketing Internacional, S.A as quotas detidas na subsidiária Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R. (48,2871%) que detém participações nas subsidiárias:

i) Enamar - Sociedade Transportes Marítimos, Sociedade Unipessoal, S.A. (100%), e ii) EnacolGest, Ld.^a (100%).

e2) Em 10 de agosto 2016 através de aumento de capital realizado pela Galp Energia E&P, B.V. a subsidiária Galp Energia Overseas B.V. passou a ser detida a 62.16216% (anteriormente detida a 53.33333%) pela subsidiária Galp Energia E&P, B.V. e a 37,83784% (anteriormente detida a 46,66667%) pela Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A.

e3) Em 30 de agosto 2016 a Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. alienou 5% da participação detida na subsidiária Enerfuel, S.A. a Galp Energia SGPS, S.A.. Com esta operação a subsidiária Enerfuel, S.A. passou a ser detida a 10,5556% pela Galp Energia SGPS, S.A. e a 89,44444% pela Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.

e4) Em 4 de março 2016, a Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. cedeu à Galp Exploração e Produção Petrolífera, SGPS, S.A. a totalidade (100%) das quotas detidas na subsidiária Galp Energia São Tomé e Príncipe Unipessoal, Limitada.

Visto tratar-se de operação entre empresas do Grupo, não se verificou qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

f) Ativos não correntes detidos para venda

Em 17 de outubro de 2016, o grupo Galp Energia, SGPS, S.A., através das subsidiárias Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. e Galp Energia, SGPS, S.A., que detém respetivamente 99,98% e 0,02% do capital da subsidiária Galp Gambia, Limited, chegaram a acordo com entidade Premiere Investment Group, SAL, que prevê a alienação de 100% do capital social da Galp Gambia, Limited.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em consequência deste acordo, os Ativos e Passivos da subsidiária Galp Gambia, Limited foram classificados nas contas consolidadas da Galp Energia, SGPS como Ativos não correntes detidos para venda e passivos associados a Ativos não correntes detidos para venda.

O montante €5.327 k recebido encontra-se reconhecidos na rubrica Outras contas a pagar – Adiantamento por conta de alienação de investimentos financeiros (Nota 24).

No dia 17 de janeiro de 2017, a venda foi concretizada. O preço final foi de €4.873 k, baseado no preço inicial acordado somado de ajustamentos conforme estabelecido no SPA.

Reconciliação da rubrica Recebimentos de Investimentos financeiros apresentada na demonstração consolidada de fluxos de caixa - Atividades Investimentos

O montante €164.210 k apresentado na rubrica Recebimentos de Investimentos financeiros da demonstração consolidada de fluxos de caixa - Atividades Investimentos tem o seguinte detalhe:

| | Notas | unid: €k 2016 |
|---|--------|------------------|
| Atividades de investimento - Recebimentos de investimentos financeiros relativos a: | | |
| Participação detida pela subsidiária Galp Gás e Power, SGPS, S.A. | | |
| Venda de 22,5% da Galp Gás Natural Distribuição, S.A. à Meet Europe, detida pela Marubeni Corporation (50%) e pela Toho Gas Co., Ltd. (50%). | 3.1 d) | 140.950 |
| Participação detida pela subsidiária Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. | | |
| Diminuição de capital efetuado pela associada C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A. | 4.1 | 13.000 |
| Participação detida pela subsidiária Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A e Galp Energia, SGPS, S.A. | | |
| Adiantamento relativo ao acordo com entidade Premiere Investment Group, SAL, que prevê a alienação de 100% do capital social da Galp Gambia, Limited. | 3.1 f) | 5.327 |
| Participação detida pela subsidiária Galp Gás Natural, S.A. | | |
| Diminuições de capital efetuadas pela associada Gasoducto Extremadura, S.A. | 4.2 | 2.691 |
| Diminuições de capital efetuadas pela associada Gasoducto Al-Andalus, S.A. | 4.2 | 2.242 |
| | | 164.210 |

3.2 Alterações de perímetro de consolidação

As alterações no perímetro de consolidação ocorridas no período findo em 31 de dezembro de 2016 tiveram o seguinte impacto na demonstração da posição financeira consolidada do grupo Galp:

| Demonstração da posição financeira | Alienação (Nota 3.1.d) (*) | | | | | | | | | | | | | | | | Ativos não correntes detidos para venda (Nota 3.1.f) |
|---|---|---|--|--|-------------------------------------|---|---------------|--|--|---|--|---|---|---|--|---|--|
| | Total relativo às subsidiárias alienadas e detidas para venda | Subsidiárias | | | | | | Associada | | | | | | | | | |
| | | Total relativos as subsidiárias alienadas | Eliminações Intragrupo Galp Energia, SGP, S.A. | Galp Gás Natural Distribuição, S.A. e subsidiárias | Galp Gás Natural Distribuição, S.A. | Eliminações Intrasubgrupo Galp Gás Natural Distribuição, S.A. | | Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A. | Dianagás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Évora, S.A. | Duriensegás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Douro, S.A. | Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. | Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. | Paxgás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Beja, S.A. | Medigás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Algarve, S.A. | Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. | Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A. | |
| Ativo não corrente: | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ativos tangíveis | 2.688 | 547 | - | 547 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 547 | - | - | 2.141 |
| Goodwill | 2.275 | 2.275 | - | 2.275 | 2.275 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ativos intangíveis | 1.110.495 | 1.110.306 | (3.320) | 1.113.626 | - | - | 70.427 | 11.866 | 36.066 | 520.335 | 278.669 | 5.518 | 17.918 | 172.827 | - | - | 189 |
| Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos | 14.996 | 14.996 | - | 14.996 | 270.576 | (270.576) | - | - | - | - | - | - | - | - | 14.996 | - | - |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 3 | 3 | - | 3 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 3 | - | - | - |
| Outras contas a receber | 45.886 | 45.886 | - | 45.886 | 545.118 | (540.109) | 2.333 | 106 | 1.074 | 19.179 | 13.279 | 16 | 235 | 4.655 | - | - | - |
| Ativos por impostos diferidos | 17.561 | 17.561 | 829 | 16.732 | 1 | - | 509 | 243 | 978 | 13.862 | 568 | 12 | 320 | 239 | - | - | - |
| Total de ativos não correntes: | 1.193.904 | 1.191.574 | (2.491) | 1.194.065 | 817.970 | (810.685) | 73.269 | 12.215 | 38.118 | 553.376 | 292.516 | 5.546 | 18.473 | 178.271 | 14.996 | 2.330 | |
| Inventários | 1.676 | 1.367 | - | 1.367 | - | - | 180 | 44 | 145 | 520 | 270 | 20 | 73 | 115 | - | - | 309 |
| Clientes | 10.594 | 10.263 | - | 10.263 | 1.225 | (1.496) | 637 | 393 | 903 | 5.165 | 1.678 | 117 | 323 | 1.318 | - | - | 331 |
| Outras contas a receber | 69.808 | 69.240 | - | 69.240 | 16.768 | (34.102) | 2.409 | 2.723 | 3.164 | 45.737 | 16.628 | 877 | 1.536 | 13.500 | - | - | 568 |
| Caixa e seus equivalentes | 39.275 | 38.684 | - | 38.684 | 28.251 | - | 6.431 | 156 | 320 | 914 | 1.697 | 124 | 224 | 567 | - | - | 591 |
| Subtotal dos ativos correntes: | 121.353 | 119.554 | - | 119.554 | 46.274 | (41.114) | 11.200 | 3.316 | 4.535 | 52.336 | 22.175 | 1.138 | 2.178 | 17.516 | - | - | 1.799 |
| Ativos não correntes detidos para venda | (4.128) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (4.128) |
| Total do ativo: | 1.311.129 | 1.311.128 | (2.491) | 1.313.619 | 864.244 | (851.799) | 84.469 | 15.531 | 42.653 | 605.712 | 314.691 | 6.684 | 20.651 | 195.787 | 14.996 | 1 | |
| Passivo: | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Empréstimos | 33.922 | 33.922 | - | 33.922 | - | - | 10.856 | - | - | 18.462 | 4.604 | - | - | - | - | - | - |
| Empréstimos obrigacionistas | 595.378 | 595.378 | - | 595.378 | 595.378 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras contas a pagar | 236.909 | 236.909 | - | 236.909 | 61 | (540.109) | 18.474 | 12.037 | 31.115 | 359.631 | 209.518 | 4.677 | 17.283 | 124.222 | - | - | - |
| Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios | 54.602 | 54.602 | - | 54.602 | 3 | - | 297 | 19 | 24 | 53.424 | 259 | 7 | 14 | 555 | - | - | - |
| Passivos por impostos diferidos | 11.065 | 11.065 | - | 11.065 | - | - | 206 | 113 | 296 | 3.029 | 3.593 | 16 | 71 | 3.741 | - | - | - |
| Provisões | 31.734 | 31.734 | - | 31.734 | - | - | 1.949 | 293 | 886 | 16.395 | 7.466 | 155 | 437 | 4.153 | - | - | - |
| Total do passivo não corrente: | 963.610 | 963.610 | - | 963.610 | 595.442 | (540.109) | 31.782 | 12.462 | 32.321 | 450.941 | 225.440 | 4.855 | 17.805 | 132.671 | - | - | |
| Empréstimos e descobertos bancários | 15.080 | 13.441 | - | 13.441 | 5 | - | 2.700 | - | - | 6.154 | 2.371 | - | - | 2.211 | - | - | 1.639 |
| Fornecedores | 19.454 | 16.146 | - | 16.146 | 1.505 | (2.526) | 936 | 158 | 368 | 5.198 | 5.150 | 176 | 242 | 4.939 | - | - | 3.308 |
| Outras contas a pagar | 40.486 | 40.089 | - | 40.089 | 19.363 | (33.073) | 3.877 | 1.264 | 2.781 | 20.568 | 15.065 | 383 | 967 | 8.894 | - | - | 397 |
| Imposto corrente sobre o rendimento a pagar | 13.322 | 13.255 | - | 13.255 | 450 | (5.516) | 1.675 | 209 | 454 | 9.346 | 4.615 | 69 | 218 | 1.735 | - | - | 67 |
| Subtotal do passivo corrente: | 88.342 | 82.931 | - | 82.931 | 21.323 | (41.115) | 9.188 | 1.631 | 3.603 | 41.266 | 27.201 | 628 | 1.427 | 17.779 | - | - | 5.411 |
| Passivos associados a ativos não correntes detidos para venda | (5.410) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (5.410) |
| Total do passivo: | 1.046.542 | 1.046.541 | - | 1.046.541 | 616.765 | (581.224) | 40.970 | 14.093 | 35.924 | 492.207 | 252.641 | 5.483 | 19.232 | 150.450 | - | 1 | |
| Ativos menos passivos | 264.587 | 264.587 | (2.491) | 267.078 | 247.479 | (270.575) | 43.499 | 1.438 | 6.729 | 113.505 | 62.050 | 1.201 | 1.419 | 45.337 | 14.996 | - | |
| Interesses que não controlam | (19.520) | (19.520) | 78 | (19.598) | - | (19.598) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Valor contabilístico da participação financeira | 245.067 | 245.067 | (2.413) | 247.480 | 247.479 | (290.173) | 43.499 | 1.438 | 6.729 | 113.505 | 62.050 | 1.201 | 1.419 | 45.337 | 14.996 | - | |
| % detida na data de alienação | | | | | 100,00% | | 59,519% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 96,84% | 100,00% | 100,00% | 99,93% | 41,33% | 100,00% | |
| % alienada | | | | | -22,50% | | | | | | | | | | | | |
| % detida após perda de controlo (Nota 4) | | | | | 77,50% | | 46,13% | 77,50% | 77,50% | 77,50% | 75,05% | 77,50% | 77,50% | 77,45% | 32,03% | | |

* Demonstração da posição financeira em 31 de outubro de 2016

4. Participações financeiras em empresas

4.1 Participações financeiras em empreendimentos conjuntos

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos, suas sedes sociais, proporção de capital e suas atividades detidas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são as seguintes:

unid: €k

| Empresas | Sede social | | Porcentagem de capital detido | | Valor contabilístico | | Principal atividade |
|--|----------------------------|------------|-------------------------------|--------|----------------------|---------|---|
| | Localidade | País | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 | |
| Tupi, B.V. | (e) (j) Roterdão | Holanda | 10,00% | 10,00% | 1.026.728 | 890.515 | Gestão, Construção, Compra, Venda e Aluguer de materiais e equipamentos destinados à exploração, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos, incluindo plataformas, navios FPSOs (floating production storage and offloading), navios de transporte de crude, navios de abastecimento e outros tipos de navios. |
| Belem Bioenergia Brasil, S.A. | (d) Belém | Brasil | 50,00% | 50,00% | 38.000 | 57.599 | Produção, logística e comercialização de óleo vegetal, bem como de quaisquer outros produtos, subprodutos e atividades afins; pesquisa e desenvolvimento em processos agroindustriais, matérias-primas, insumos, produtos, subprodutos e aplicações; produção, logística, processamento e comercialização de matérias-primas e insumos, incluindo mas não se limitando a cacho de fruto fresco, sementes e mudas; geração e comercialização de energia elétrica associada às suas operações. |
| C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A. | (b) (i) Aveiras de Cima | Portugal | 65,00% | 65,00% | 7.045 | 20.157 | Instalação e exploração de parques de armazenagem de combustíveis líquidos e gasosos, bem como das respetivas estruturas de transporte. Outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, conexas com aquelas atividades. |
| Galp Disa Aviacion, S.A. | (f) Santa Cruz de Tenerife | Espanha | 50,00% | 50,00% | 6.766 | 7.184 | Prestação de serviço de abastecimento petrolífero aeronáutico, de forma direta ou via participação em Empresas com a mesma atividade. |
| Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda. | (a) Oeiras | Portugal | 50,00% | 50,00% | 1.572 | 1.600 | Produção de energia elétrica e eólica |
| Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A. | (g) (h) Maputo | Moçambique | 50,00% | 50,00% | 712 | 456 | O exercício da agricultura e atividades conexas, incluindo a transformação de sementes de oleaginosas em óleos vegetais que constituam matérias-primas ou produtos semiacabados para utilização em outras indústrias, designadamente para o fabrico de biodiesel, e a comercialização dos mesmos tanto a nível nacional como internacional, incluindo consequentemente o respetivo transporte, bem como qualquer prestação de serviços e assistência técnica no âmbito da atividade referida. |
| Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda. | (b) Lisboa | Portugal | 50,00% | 50,00% | 36 | 28 | Prestação de serviço de abastecimento petrolífero aeronáutico. |
| Caiggeste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda. | (c) Elvas | Portugal | 50,00% | 50,00% | (34) | (27) | Gestão e exploração de duas áreas de serviço localizadas na zona do Caia, incluindo o exercício de quaisquer atividades e a prestação de quaisquer serviços conexos com tais estabelecimentos ou instalações, nomeadamente: o abastecimento de combustíveis e lubrificantes, a comercialização de produtos e artigos dos ramos da conveniência e dos supermercados, a gestão e a exploração de restaurantes e outras unidades de natureza hoteleira ou similar, estações de serviço e pontos de venda de lembranças e utilidades. |
| Galpek, Lda. | (m) Lisboa | Portugal | 50,00% | - | 491 | - | Produção, transporte e comercialização de produtos químicos e outros produtos análogos ou derivados, incluindo paraxileno, benzeno, refinado, outros aromáticos e demais subprodutos; a realização de estudos e projetos e a conceção, construção, operação e exploração de instalações de produção e de armazenamento dos produtos referidos na alínea anterior; e quaisquer outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços conexas com as referidas nas alíneas anteriores. |
| Ventinveste, S.A. e subsidiárias | (a) (j) Lisboa | Portugal | 35,00% | 35,00% | (1.498) | (1.604) | Construção e exploração de unidades industriais para fabrico e montagem de componentes de turbinas eólicas e a construção e exploração de parques eólicos. |

unid: €k

| Empresas | Sede social | | Percentagem de capital detido | | Valor contabilístico | | Principal atividade | |
|--|-------------|-----------|-------------------------------|--------|----------------------|---------|---------------------|---|
| | Localidade | País | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 | | |
| Parque Eólico da Serra do Oeste, S.A. | (j) (l) | Lisboa | Portugal | - | 35,00% | - | - | Construção e exploração de parques eólicos. |
| Parque Eólico de Torrinhelas, S.A. | (j) (l) | Lisboa | Portugal | - | 35,00% | - | - | Construção e exploração de parques eólicos. |
| Parque Eólico do Cabeço Norte, S.A. | (j) (l) | Lisboa | Portugal | - | 35,00% | - | - | Construção e exploração de parques eólicos. |
| Parque Eólico de Vale Grande, S.A. | (j) | Lisboa | Portugal | 35,00% | 35,00% | - | - | Construção e exploração de parques eólicos. |
| Parque Eólico do Pinhal Oeste, S.A. | (j) (l) | Lisboa | Portugal | - | 35,00% | - | - | Construção e exploração de parques eólicos. |
| Parque Eólico do Planalto, S.A. | (j) (l) | Lisboa | Portugal | - | 35,00% | - | - | Construção e exploração de parques eólicos. |
| Âncora Wind-Energia Eólica, S.A e subsidiárias | (k) | Lisboa | Portugal | 17,00% | 17,00% | - | - | A produção, distribuição e venda de energia elétrica com recurso a fontes eólicas, através da construção e exploração de parques eólicos e de linhas de transporte de energia elétrica, bem como a realização de qualquer outra atividade relacionada com a utilização de fontes renováveis de energia eólica. |
| Parque Eólico do Douro Sul, S.A. | (k) | Lisboa | Portugal | 17,00% | 17,00% | - | - | Construção e exploração de parques eólicos. |
| Parque Eólico de Vale do Chão, S.A. | (k) | Lisboa | Portugal | 17,00% | 17,00% | - | - | Construção e exploração de parques eólicos. |
| Galp Gás Natural Distribuição, S.A. e subsidiárias | (n) | Lisboa | Portugal | 77,50% | - | 241.633 | - | A Sociedade tem como objeto único a gestão de participações sociais em outras sociedades como forma indireta do exercício de atividade económica. |
| Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A. | (n) | Viseu | Portugal | 46,19% | - | - | - | Exploração em regime exclusivo e serviço público, da rede de distribuição regional de gás natural e dos seus gases de substituição na zona centro interior e a construção das respetivas infraestruturas. |
| Dianagás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Évora, S.A. | (n) | Lisboa | Portugal | 77,50% | - | - | - | O aprovisionamento e a distribuição de gás natural e outros gases combustíveis canalizados em regime de serviço público, incluindo a construção e exploração de redes locais autónomas de distribuição e o aproveitamento dessas infraestruturas e equipamentos para outras utilizações compatíveis, bem como o exercício de todas as atividades direta ou indiretamente relacionadas. |
| Duriensegás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Douro, S.A. | (n) | Vila Real | Portugal | 77,50% | - | - | - | O aprovisionamento e a distribuição de gás natural e outros gases combustíveis canalizados em regime de serviço público, incluindo a construção e exploração de redes locais autónomas de distribuição e o aproveitamento dessas infraestruturas e equipamentos para outras utilizações compatíveis, bem como o exercício de todas as atividades direta ou indiretamente relacionadas. |
| Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. | (n) | Lisboa | Portugal | 77,50% | - | - | - | Distribuição de gás natural em média e baixa pressão, exercida em regime de serviço público nos termos da regulamentação aplicável, na área geográfica da concessão, abrangendo designadamente a construção e operação de infraestruturas que integrem a Rede Nacional de Distribuição de Gás Natural, a promoção da construção, conversão ou adequação de instalações de utilização de gás natural, e ainda outras atividades acessórias ou complementares ao objeto principal, incluindo a exploração da capacidade excedentária da rede de telecomunicações instalada |
| Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. | (n) | Aveiro | Portugal | 75,05% | - | - | - | Distribuição de gás natural em média e baixa pressão, exercida em regime de serviço público nos termos da regulamentação aplicável, na área geográfica da concessão, abrangendo designadamente a construção e operação de infraestruturas que integrem a Rede Nacional de Distribuição de Gás Natural, a promoção da construção, conversão ou adequação de instalações de utilização de gás natural, e ainda outras atividades acessórias ou complementares ao objeto principal, incluindo a exploração da capacidade excedentária da rede de telecomunicações instalada. |

unid: €k

| Empresas | Sede social | | Percentagem de capital detido | | Valor contabilístico | | Principal atividade |
|---|--------------|----------|-------------------------------|------|----------------------|----------------|--|
| | Localidade | País | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 | |
| Medigás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Algarve, S.A. | (n) Lisboa | Portugal | 77,50% | - | - | - | O aprovisionamento e a distribuição de gás natural e outros gases combustíveis canalizados em regime de serviço público, incluindo a construção e exploração de redes locais autónomas de distribuição e o aproveitamento dessas infraestruturas e equipamentos para outras utilizações compatíveis, bem como o exercício de todas as atividades direta ou indiretamente relacionadas. |
| Paxgás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Beja, S.A. | (n) Lisboa | Portugal | 77,50% | - | - | - | O aprovisionamento e a distribuição de gás natural e outros gases combustíveis canalizados em regime de serviço público, incluindo a construção e exploração de redes locais autónomas de distribuição e o aproveitamento dessas infraestruturas e equipamentos para outras utilizações compatíveis, bem como o exercício de todas as atividades direta ou indiretamente relacionadas. |
| Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. | (n) Setúbal | Portugal | 77,45% | - | - | - | Distribuição de gás natural em média e baixa pressão, exercida em regime de serviço público nos termos da regulamentação aplicável, na área geográfica da concessão, abrangendo designadamente a construção e operação de infra-estruturas que integrem a Rede Nacional de Distribuição de Gás Natural, a promoção da construção, conversão ou adequação de instalações de utilização de gás natural, e ainda outras atividades relacionadas com o objecto principal, incluindo a exploração da capacidade excedentária da rede de telecomunicações instalada. |
| Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A. | (n) Santarém | Portugal | 32,03% | - | - | - | Produção e distribuição de gás natural, e outros gases combustíveis canalizados. |
| Valor líquido das participações financeiras | | | | | 1.321.451 | 975.908 | |
| Provisão para responsabilidades em empreendimentos conjuntos (Nota 25) | (o) | | | | (1.532) | (1.631) | |
| Valor das participações financeiras em empreendimentos conjuntos | | | | | 1.322.983 | 977.539 | |

Participação detida pela GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A.

a) Participação detida pela Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.

b) Participação detida pela Galpgeste - Gestão de Áreas de Serviço, S.A.

c) Participação detida pela Galp Bioenergy, B.V.

d) Participação detida pela Galp Sinopec Brazil Services, B.V.

e) Participação detida pela Galp Energia España, S.A.

f) Participação detida pela Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.G.P.S., S.A.

g) O controlo do empreendimento conjunto Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A., é partilhado entre: a Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.G.P.S., S.A., a Ecomoz – Energias Alternativas Renováveis, Lda., e a Petromoc S.A.R.L., que detêm respetivamente 50%, 49% e 1% do seu capital social.

h) Apesar de o Grupo deter mais de 50% da participação, a entidade é classificada como empreendimento conjunto uma vez que existem Acordos Parassociais que conferem controlo partilhado de gestão operacional e financeiro da empresa.

i) Apesar de o Grupo deter menos de 50% da participação, a entidade é classificada como empreendimento conjunto uma vez que existem Acordos Parassociais que conferem controlo partilhado de gestão operacional e financeiro da empresa.

- j) O grupo Galp, através do empreendimento conjunto Ventinveste, S.A., e no âmbito do projeto eólico já existente, estabeleceu um conjunto de acordos com fornecedores e entidades financeiras para a construção de quatro parques eólicos. O projeto, denominado «Âncora», é desenvolvido no âmbito de uma parceria entre a Ventinveste e a Ferrostaal GmbH e é financiado em regime de *project finance*.

O controlo da Âncora Wind - Energia Eólica, S.A. é partilhado entre a Ventinveste, S.A. e a Ferrostaal GmbH, que detêm cada uma 50% do seu capital social.

- k) Subsidiária do empreendimento conjunto Ventinveste, S.A., alienada à EDP Renewables, SGPS, S.A., em 28 de junho de 2016.
- l) Em 3 de outubro de 2016, foi constituída a entidade Galpek, Lda, cujo controlo é partilhado entre a Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. e a Dak Americas Exterior SL, em 50% do seu capital social, cada uma.
- m) Em 3 de outubro de 2016, foi constituída a entidade Galpek, Lda, cujo controlo é partilhado entre a Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. e a Dak Americas Exterior SL, em 50% do seu capital social, cada uma.
- n) Em 27 de outubro de 2016, foram alienados 22,5% da participação no capital social da Galp Gás Natural Distribuição, S.A., à Meet Europe Natural Gas, Lda, passando a ser considerada, assim como as suas subsidiárias, como empreendimento conjunto. Ainda no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a empresa Galp Gás Natural Distribuição, S.A. adquiriu, 0,08842% do capital da subsidiária Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A. pelo montante €31 k, passando a deter 59,5931% do capital da subsidiária. Com esta aquisição o Grupo Galpergia passou a deter 46,19% do capital da Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.
- o) Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a provisão para participações financeiras em empreendimentos conjuntos, representa o compromisso solidário do Grupo junto dos empreendimentos conjuntos que apresentavam capitais próprios negativos.

2015

unidade: €k

| Empresas | Informação financeira dos empreendimentos conjuntos em 31 de dezembro de 2015* | | | | | | | | | | | | | | Percentagem detida e Valor contabilístico | | | | | | | | | | | | | | |
|--|--|---------------------------------------|----------------------------|------------------|------------------------------------|----------------------------------|--------------------------------|------------------------------|--------------------|------------------|------------------------|---|-------------------------------|-------------------------|---|--------------------------|---------------------------------|------------------------------|--|------------------------|----------------------------|---|--------------------------------|--------------------------------------|---------------------|----------------------|----------------|---------------------|---------------|
| | Ativos não correntes | Ativos correntes-Caixa e equivalentes | Ativos correntes-restantes | Total dos ativos | Passivos financeiros não correntes | Passivos não correntes-restantes | Passivos financeiros correntes | Passivos correntes-restantes | Total dos passivos | Capital próprio | Proveitos operacionais | Custos operacionais-Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de ativos | Custos operacionais-restantes | Resultados operacionais | Proveitos financeiros-Juros | Custos financeiros-Juros | Proveitos financeiros-Restantes | Custos financeiros-Restantes | Resultados relativos participações financeiras | Resultados financeiros | Imposto sobre o rendimento | Contribuição extraordinária sector energético | Resultado líquido do exercício | Rendimento Integral do exercício (a) | % de capital detido | Valor contabilístico | Ganhos/Perdas | Rendimento Integral | |
| Tupi, B.V. | 8.547.851 | 322.924 | 434.516 | 9.305.291 | - | - | - | (400.141) | (400.141) | 8.905.150 | 748.862 | - | (593.494) | 155.368 | 1.342 | (3.852) | - | - | - | (2.510) | (26.740) | - | 126.118 | 836.958 | 10,00% | 890.515 | 16.246 | 87.330 | |
| Belem Bioenergia Brasil, S.A. | 137.482 | 1.844 | 6.860 | 146.186 | (21.899) | (183) | (2.322) | (6.584) | (30.988) | 115.198 | 3.092 | (1.401) | (15.493) | (13.802) | 6.770 | (4.083) | 2.140 | (7.581) | - | (2.754) | - | - | (16.556) | (39.024) | 50,00% | 57.599 | (8.669) | (19.903) | |
| C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A. | 28.194 | 6.171 | 102.011 | 136.376 | - | (2.042) | - | (103.323) | (105.365) | 31.011 | 25.346 | (7.773) | (10.732) | 6.841 | 213 | (24) | 3 | (18) | 79 | 253 | (1.799) | (284) | 5.011 | 5.011 | 65,00% | 20.157 | 3.258 | 3.258 | |
| Galp Disa Aviacion, S.A. | 13.547 | 820 | 3 | 14.370 | - | - | (2) | - | (2) | 14.368 | - | (6) | 1 | (5) | - | - | - | - | 2.466 | 2.466 | 5 | - | 2.466 | 2.466 | 50,00% | 7.184 | 1.367 | 1.367 | |
| Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda. | 939 | 29 | 71 | 1.039 | (1.722) | - | - | (28) | (1.750) | (711) | - | - | 52 | 52 | - | (52) | - | - | - | (52) | - | - | - | - | 50,00% | 1.600 | (28) | (28) | |
| Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A. | 15 | 115 | 95 | 225 | - | (548) | - | 1.235 | 687 | 912 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 240 | 50,00% | 456 | 21 | 141 | | |
| Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda. | - | 235 | 196 | 431 | - | - | - | (375) | (375) | 56 | 2.112 | - | (2.097) | 15 | - | (1) | 1 | - | - | - | (3) | - | 12 | 12 | 50,00% | 28 | 5 | 5 | |
| Ventinveste, S.A. | 38.858 | 3.120 | (379) | 41.599 | (42.943) | (3.738) | - | (15.983) | (62.664) | (21.065) | 463 | - | 250 | 713 | (32) | (625) | 32 | (60) | 13 | (672) | (9) | - | 32 | 55 | 35,00% | (1.604) | (160) | (152) | |
| Ventinveste Eólica, SGPS, S.A. | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 0,00% | - | - | - | |
| Parque Eólico da Serra do Oeste, S.A. | 2.405 | 3 | 24 | 2.432 | (2.044) | - | - | (536) | (2.580) | (148) | - | (9) | (17) | (26) | - | - | - | - | - | - | 5 | - | (21) | (21) | 35,00% | - | - | - | |
| Parque Eólico de Torrinhelas, S.A. | 863 | 32 | 21 | 916 | (272) | (3) | - | (618) | (893) | 23 | - | (4) | (1) | (5) | - | - | - | - | - | - | 1 | - | (4) | (4) | 35,00% | - | - | - | |
| Parque Eólico do Cabeço Norte, S.A. | 567 | 40 | 31 | 638 | (416) | - | - | (511) | (927) | (289) | - | - | (1) | (1) | - | (13) | - | - | - | (13) | 3 | - | (11) | (11) | 35,00% | - | - | - | |
| Parque Eólico de Vale Grande, S.A. | 15.865 | 1.024 | 409 | 17.298 | (15.490) | (852) | (1.594) | (1.112) | (19.048) | (1.750) | 2.339 | (978) | (647) | 714 | - | (878) | - | (74) | - | (952) | 109 | - | (129) | (129) | 35,00% | - | - | - | |
| Parque Eólico do Pinhal Oeste, S.A. | 1.161 | - | 458 | 1.619 | (2.906) | - | - | (149) | (3.055) | (1.436) | - | (2) | (30) | (32) | - | (59) | - | - | - | (59) | 19 | - | (72) | (72) | 35,00% | - | - | - | |
| Parque Eólico do Planalto, S.A. | 1.307 | - | 11 | 1.318 | (1.179) | - | - | (253) | (1.432) | (114) | - | - | (10) | (10) | - | - | - | - | - | - | (7) | - | (17) | (17) | 35,00% | - | - | - | |
| Âncora Wind - Energia Eólica, S.A. | 53 | 103 | 1 | 157 | - | - | - | (16) | (16) | 141 | - | - | (61) | (61) | - | - | - | - | (2) | (2) | - | - | (63) | (63) | 17,00% | - | - | - | |
| Parque Eólico do Douro Sul, S.A. | 81.979 | 9.359 | 1.000 | 92.338 | (50.695) | (1.944) | (4) | (5.673) | (58.316) | 34.022 | - | (21) | (378) | (399) | - | 1.478 | - | (1.479) | - | (1) | 83 | - | (317) | (317) | 17,00% | - | - | - | |
| Parque Eólico de Vale do Chão, S.A. | 25.201 | 2.298 | 40 | 27.539 | (19.569) | (365) | - | (184) | (20.118) | 7.421 | 3 | (5) | (130) | (132) | - | 274 | - | (274) | - | - | 28 | - | (104) | (104) | 17,00% | - | - | - | |
| Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda. | - | 16 | 79 | 95 | - | - | - | (149) | (149) | (54) | 1.217 | - | (1.271) | (54) | - | (1) | - | - | - | (1) | (1) | - | (56) | (56) | 50,00% | (27) | (28) | (28) | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 975.908 | 12.012 | 71.990 |

* Contas provisórias à data de fecho, consideradas pelo Grupo para efeitos de aplicação do método de equivalência patrimonial.

(a) Inclui os montantes relativos às Reservas de conversão cambial das demonstrações financeiras

O movimento ocorrido na rubrica Participações financeiras em empreendimentos conjuntos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 que se encontram refletidas pelo método da equivalência patrimonial foi o seguinte:

| 2016 | | | | | | | | | | unid: €k |
|--|-----|----------------|----------------------|--------------------------|--------------------------|---------------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------------------------|------------------|
| Empresas | | Saldo inicial | Aumento participação | Ganhos/Perdas (Nota 4.4) | Ajust. conversão cambial | Ajust. reservas cobertura | Ganhos e perdas atuariais | Dividendos (Nota 4.5) | Variações de perímetro (Nota 3.2) | Saldo final |
| Participações financeiras | | | | | | | | | | |
| Tupi, B.V. | (a) | 890.515 | 167.063 | (64.781) | 33.931 | - | - | - | - | 1.026.728 |
| Belem Bioenergia Brasil, S.A. | (b) | 57.599 | 21.730 | (50.685) | 9.356 | - | - | - | - | 38.000 |
| C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A. | (c) | 20.157 | (13.000) | 3.145 | - | - | - | (3.257) | - | 7.045 |
| Galp Disa Aviacion, S.A. | | 7.184 | - | 1.383 | - | - | - | (1.801) | - | 6.766 |
| Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda. | | 1.600 | - | (28) | - | - | - | - | - | 1.572 |
| Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A. | | 456 | - | 150 | 106 | - | - | - | - | 712 |
| Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda. | | 28 | - | 14 | - | - | - | (6) | - | 36 |
| Galp Gás Natural Distribuição, S.A. | | - | - | 1.908 | - | - | (3.429) | - | 243.154 | 241.633 |
| Galpek, Lda. | (e) | - | 500 | (9) | - | - | - | - | - | 491 |
| | | 977.539 | 176.293 | (108.903) | 43.393 | - | (3.429) | (5.064) | 243.154 | 1.322.983 |
| Provisões para partes de capital em empreendimentos conjuntos (Nota 25) | | | | | | | | | | |
| Ventinveste, S.A. | | (1.604) | - | 321 | - | (215) | - | - | - | (1.498) |
| Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda. | (d) | (27) | 28 | (35) | - | - | - | - | - | (34) |
| | | (1.631) | 28 | 286 | - | (215) | - | - | - | (1.532) |
| | | 975.908 | 176.321 | (108.617) | 43.393 | (215) | (3.429) | (5.064) | 243.154 | 1.321.451 |

31 de dezembro de 2016:

- (a) €167.063 k corresponde ao aumento de capital efetuado pela Galp Sinopec Brazil Services, B.V. O controlo da Tupi, B.V. é partilhado entre: a Galp Sinopec Brazil Services, B.V., a Petrobras Netherlands, B.V. e a BG Overseas Holding Ltd, que detêm respetivamente 10%, 65% e 25% do seu capital social.
- (b) €21.730 k corresponde ao aumento de capital efetuado na Belém Bioenergia Brasil, S.A. O controlo da Belém Bioenergia Brasil, S.A. é partilhado entre: Galp Bioenergy B.V. e a Petrobras Biocombustíveis SA., detendo cada uma 50% do seu capital social.
- (c) €13.000 k corresponde a diminuição de capital efetuado na C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.
- (d) €28k corresponde a prestações suplementares efetuadas pela Galpgeste - Gestão de Áreas de Serviço, S.A. O controlo da Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda. é partilhado entre: a Galpgeste - Gestão de Áreas de Serviço, S.A. e a Gespost - Gestão e Administração de Postos de Abastecimento, Unipessoal, Lda. detendo cada uma 50% do seu capital social.
- (e) €500 k corresponde a constituição de capital efetuado na Galpek, Lda.. O controlo da Galpek, Lda. é partilhado entre: Petróleos de Portugal - Petrolgal, S.A. e a Dak Americas Exterior SL, detendo cada uma 50% do seu capital social.

2015

unid: €k

| Empresas | Saldo inicial | Aumento participação | Ganhos/Perdas (Nota 4.4) | Ajust. conversão cambial | Ajust. reservas cobertura | Ganhos e perdas Atuariais | Dividendos (Nota 4.5) | Variações de perímetro | Saldo final |
|--|----------------|----------------------|--------------------------|--------------------------|---------------------------|---------------------------|-----------------------|------------------------|----------------|
| Participações financeiras | | | | | | | | | |
| Tupi B.V. (f) | 591.859 | 211.326 | 16.246 | 71.084 | - | - | - | - | 890.515 |
| Belem Bioenergia Brasil, S.A. (g) | 45.838 | 31.664 | (8.669) | (11.234) | - | - | - | - | 57.599 |
| C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A. | 23.412 | - | 3.258 | - | - | - | (6.513) | - | 20.157 |
| Galp Disa Aviacion, S.A. | 8.891 | - | 1.367 | - | - | - | (3.074) | - | 7.184 |
| Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda. | 1.628 | - | (28) | - | - | - | - | - | 1.600 |
| Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A. | 315 | - | 21 | 120 | - | - | - | - | 456 |
| Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda. | 23 | - | 5 | - | - | - | - | - | 28 |
| | 671.966 | 242.990 | 12.200 | 59.970 | - | - | (9.587) | - | 977.539 |
| Provisões para partes de capital em empreendimentos conjuntos (Nota 25) | | | | | | | | | |
| Ventinveste, S.A. | (1.452) | - | (160) | - | 8 | - | - | - | (1.604) |
| Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda. (h) | (15) | 16 | (28) | - | - | - | - | - | (27) |
| | (1.467) | 16 | (188) | - | 8 | - | - | - | (1.631) |
| | 670.499 | 243.006 | 12.012 | 59.970 | 8 | - | (9.587) | - | 975.908 |

31 de dezembro de 2015:

- (f) €211.326 k corresponde ao aumento de capital efetuado pela Galp Sinopec Brazil Services, B.V. O controlo da Tupi, B.V. é partilhado entre: a Galp Sinopec Brazil Services, B.V., a Petrobras Netherlands, B.V. e a BG Overseas Holding Ltd, que detêm respetivamente 10%, 65% e 25% do seu capital social.
- (g) €31.664 k corresponde ao aumento de capital efetuado na Belém Bioenergia Brasil, S.A. O controlo da Belém Bioenergia Brasil, S.A. é partilhado entre: Galp Bioenergy B.V. e a Petrobras Biocombustíveis SA., detendo cada uma 50% do seu capital social.
- (h) €16k corresponde a prestações suplementares efetuadas pela Galpgeste - Gestão de Áreas de Serviço, S.A. O controlo da Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda. é partilhado entre: a Galpgeste - Gestão de Áreas de Serviço, S.A. e a Gespost - Gestão e Administração de Postos de Abastecimento, Unipessoal, Lda. detendo cada uma 50% do seu capital social.

4.2 Participações financeiras em empresas associadas

As participações financeiras em empresas associadas, suas sedes sociais, proporção de capital e suas atividades detidas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são as seguintes:

| Empresa | | Sede social | | Percentagem de capital detido | | Valor contabilístico | | Principal atividade |
|---|-----|-------------------|--------------|-------------------------------|--------|----------------------|----------------|--|
| | | Localidade | País | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 | |
| EMPL - Europe-Maghreb Pipeline, Ltd. | (a) | Madrid | Espanha | 22,80% | 22,80% | 62.922 | 61.579 | Construção e operação de gasodutos para transporte de gás natural entre Marrocos e Espanha. |
| Gasoducto Al-Andalus, S.A. | (a) | Madrid | Espanha | 33,04% | 33,04% | 15.120 | 20.706 | Construção e exploração do gasoduto Tarifa-Córdoba. |
| Gasoducto Extremadura, S.A. | (a) | Madrid | Espanha | 49,00% | 49,00% | 11.483 | 17.456 | Construção e exploração do gasoduto Córdoba-Campo Maior. |
| Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A. | (b) | Santarém | Portugal | - | 41,33% | - | 14.169 | Produção e distribuição de gás natural, e outros gases combustíveis canalizados. |
| Sonangal - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda. | (e) | Luanda | Angola | 49,00% | 49,00% | 12.991 | 10.807 | Distribuição e comercialização de combustíveis líquidos, lubrificantes e outros derivados de petróleo e exploração de postos de abastecimento e estações de serviço, de assistência a automóveis e outras conexas. |
| Metragaz, S.A. | (a) | Tânger | Marrocos | 22,64% | 22,64% | 1.425 | 1.347 | Construção, manutenção e exploração do gasoduto Magrebe-Europa. |
| Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda. | (d) | Angra do Heroísmo | Portugal | 23,50% | 23,50% | 493 | 546 | Construção e/ou a exploração de parques de armazenagem de combustíveis. |
| C.L.C. Guiné-Bissau - Companhia Logística de Combustíveis da Guiné-Bissau, Lda. | (c) | Bissau | Guiné-Bissau | 45,00% | 45,00% | 1.243 | 943 | Gestão e exploração do parque de Armazenagem de Combustíveis Líquidos e do Terminal Petrolífero de Bandim. |
| IPG Galp Beira Terminal Lda. | (f) | Maputo | Moçambique | 45,00% | 45,00% | 459 | 4.094 | Desenvolver e operar um terminal de armazenamento de produtos petrolíferos, incluindo sem limitação, hidrocarbonetos, químicos, petróleo líquido gaseificado e betume. |
| Sodigás - Sociedade Industrial de Gases, S.A.R.L. | (g) | Mindelo | Cabo-Verde | 44,00% | 30,00% | 524 | 516 | Produção e comercialização de oxigénio, acetileno, azoto e demais gases industriais. |
| Galp IPG Matola Terminal Lda. | (f) | Maputo | Moçambique | 45,00% | 45,00% | 1.955 | 3.874 | Desenvolver e operar um terminal de armazenamento de produtos petrolíferos, incluindo sem limitação, hidrocarbonetos, químicos, petróleo líquido gaseificado e betume. |
| Aero Serviços, S.A.R.L. - Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários | (c) | Bissau | Guiné-Bissau | 50,00% | 50,00% | (57) | (67) | A prestação de serviços relacionados com armazenagem e abastecimento de derivados do petróleo e aeronaves e prática de outras atividades acessórias, conexas ou complementares. |
| Energin - Sociedade de Produção de Eletricidade e Calor, S.A. | (h) | Lisboa | Portugal | 35,00% | 35,00% | (2.416) | (2.416) | Produção sob a forma de cogeração e venda de energia eléctrica e térmica. |
| Valor líquido das participações financeiras | | | | | | 106.142 | 133.554 | |
| Provisão para responsabilidades em empresas associadas (Nota 25) | (i) | | | | | (2.473) | (2.483) | |
| Valor das participações financeiras em empresas associadas | | | | | | 108.615 | 136.037 | |

unid: €k

(a) Participação detida pela Galp Gás Natural, S.A.

(b) A associada passou a ser considerada como empreendimento conjunto após a venda de 22,5% da participação da Galp Gás Natural Distribuição, S.A.

(c) Participação detida pela Petrogal Guiné-Bissau, Lda.

(d) Participação detida pela Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A.

(e) Participação detida pela Petrogal Angola, Lda.

(f) Participação detida pela Petrogal Moçambique, Lda.

(g) Participação detida pela Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L.

(h) Participação detida pela GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A.

(i) Em 31 de dezembro de 2016, a provisão para partes de capital das empresas associadas é, representante do compromisso solidário do Grupo junto das associadas que apresentavam capitais próprios negativos.

Apresenta-se uma síntese das demonstrações financeiras das empresas associadas referente a 31 de dezembro de 2016 e 2015:

| 2016 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | unid: €k | | | | |
|---|----------------------|--|-----------------------------|------------------|------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|--------------------|-----------------|------------------------|--|--------------------------------|-------------------------|------------------------------|---------------------------|----------------------------------|---|------------------------|----------------------------|---|--------------------------------|--------------------------------------|---------------------|----------------------|----------------|---------------------|
| Informação financeira de empresas associadas em 31 de dezembro de 2016* | | | | | | | | | | | | | | | | | | Percentagem detida e Valor contabilístico | | | | | | | | | |
| Empresa | Ativos não correntes | Ativos correntes- Caixa e Equivalentes | Ativos correntes- restantes | Total dos ativos | Passivos financeiros não correntes | Passivos não correntes- restantes | Passivos financeiros correntes | Passivos correntes- restantes | Total dos Passivos | Capital próprio | Proveitos operacionais | Custos operacionais- Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de ativos | Custos operacionais- restantes | Resultados operacionais | Proveitos financeiros- Juros | Custos financeiros- Juros | Proveitos financeiros- Restantes | Custos financeiros- Restantes | Resultados financeiros | Imposto sobre o rendimento | Contribuição extraordinária sector energético | Resultado líquido do exercício | Rendimento Integral do exercício (a) | % de capital detido | Valor contabilístico | Ganhos/ Perdas | Rendimento integral |
| EMPL - Europe-Maghreb Pipeline, Ltd. | - | 8.126 | 283.755 | 291.881 | - | (15.906) | - | - | (15.906) | 213.957 | 310.284 | (36.830) | (23.670) | 249.784 | - | - | 716 | (1.832) | (1.116) | (72.265) | - | 176.403 | 189.754 | 22,80% | 62.922 | 40.220 | 43.264 |
| Gasoducto Al-Andalus, S.A. | 29.035 | 25.764 | 3.739 | 58.538 | - | - | - | (12.775) | (12.775) | 45.762 | 43.012 | (7.380) | (9.408) | 26.224 | - | - | 4 | - | 4 | (6.557) | - | 19.671 | 19.671 | 33,04% | 15.120 | 6.499 | 6.499 |
| Gasoducto Extremadura, S.A. | 12.344 | 15.684 | 2.178 | 30.206 | - | - | - | (6.772) | (6.772) | 23.433 | 27.824 | (3.303) | (6.111) | 18.410 | - | - | 3 | - | 3 | (4.603) | - | 13.810 | 13.810 | 49,00% | 11.483 | 6.767 | 6.767 |
| Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A. | 82.870 | 4.160 | 4.566 | 91.596 | (20.276) | (23.418) | - | (11.616) | (55.310) | 36.287 | 17.638 | (2.630) | (10.106) | 4.902 | - | - | 31 | (1.680) | (1.649) | (662) | (693) | 1.898 | 2.000 | 0,00% | - | 785 | 827 |
| Sonangal - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda. | 21.778 | 28.050 | 5.280 | 55.108 | (678) | (6.821) | - | (21.099) | (28.598) | 26.509 | 196.099 | (1.701) | (178.505) | 15.893 | - | - | 874 | (868) | 6 | (5.444) | - | 10.455 | 4.457 | 49,00% | 12.991 | 5.123 | 2.184 |
| Metragaz, S.A. | 1.612 | 1.879 | 9.025 | 12.516 | - | (159) | - | (6.062) | (6.221) | 6.296 | 18.209 | (451) | (16.177) | 1.581 | 17 | - | 146 | (131) | 32 | - | - | 1.613 | 1.794 | 22,64% | 1.425 | 365 | 406 |
| Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda. | 6.968 | 2.642 | 2.445 | 12.055 | (8.067) | - | - | (1.892) | (9.959) | 2.096 | 2.861 | (1.436) | (1.191) | 234 | 2 | (34) | - | - | (32) | 74 | - | 276 | 276 | 23,50% | 493 | 65 | 65 |
| C.L.C. Guiné-Bissau - Companhia Logística de Combustíveis da Guiné-Bissau, Lda. | 2.206 | 1.264 | 275 | 3.745 | - | - | - | (982) | (982) | 2.763 | 1.622 | (376) | (283) | 963 | - | - | - | (73) | (73) | (223) | - | 667 | 667 | 45,00% | 1.243 | 300 | 300 |
| IPG Galp Beira Terminal, Lda. | 11.887 | 2.347 | 1.946 | 16.180 | - | - | (6.518) | (8.642) | (15.160) | 1.021 | - | (1) | (207) | (208) | - | - | 1.186 | (7.058) | (5.872) | - | - | (6.080) | (8.077) | 45,00% | 459 | (2.736) | (3.635) |
| Sodigás - Sociedade Industrial de Gases, S.A.R.L. | 325 | 409 | 532 | 1.266 | - | - | - | (76) | (76) | 1.190 | 325 | (55) | (277) | (7) | - | - | 17 | - | 17 | (12) | - | (2) | (2) | 44,00% | 524 | (1) | (1) |
| Galp IPG Matola Terminal Lda. | 7.099 | 37 | 7.252 | 14.388 | - | - | (7.817) | (2.226) | (10.043) | 4.344 | - | (1) | (53) | (54) | - | - | 712 | (2.506) | (1.794) | 110 | - | (1.738) | (4.265) | 45,00% | 1.955 | (782) | (1.919) |
| Aero Serviços, S.A.R.L. - Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários | 8 | 12 | 873 | 893 | - | - | - | (1.007) | (1.007) | (118) | 136 | (3) | (104) | 29 | - | - | - | (6) | (6) | (3) | - | 20 | 20 | 50,00% | (57) | 10 | 10 |
| Energin - Sociedade de Produção de Eletricidade e Calor, S.A. | 298 | 523 | 464 | 1.285 | - | (2.115) | (661) | (5.411) | (8.187) | (6.902) | 62 | - | 66 | 128 | 2 | (129) | - | - | (127) | - | - | 1 | 1 | 35,00% | (2.416) | - | - |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 106.142 | 56.615 | 54.767 | | |

* Contas provisórias á data de fecho, consideradas pelo Grupo para efeitos de aplicação do método de equivalência patrimonial.

(a) Inclui os montantes relativos às Reservas de conversão cambial das demonstrações financeiras

2015

unidade: €k

Informação financeira de empresas associadas em 31 de dezembro de 2015*

Percentagem detida e Valor contabilístico

| Empresa | Ativos não correntes | Ativos correntes- Caixa e Equivalentes | Ativos correntes- restantes | Total dos ativos | Passivos financeiros não correntes | Passivos não correntes- restantes | Passivos financeiros correntes | Passivos correntes- restantes | Total dos Passivos | Capital próprio | Proveitos operacionais | Custos operacionais- Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de ativos | Custos operacionais- restantes | Resultados operacionais | Proveitos financeiros- Juros | Custos financeiros- Juros | Proveitos financeiros- Restantes | Custos financeiros- Restantes | Resultados financeiros | Imposto sobre o rendimento | Contribuição extraordinária sector energético | Resultado líquido do exercício | Rendimento Integral do exercício (a) | % de capital detido | Valor contabilístico | Ganhos/ Perdas | Rendimento integral |
|---|----------------------|--|-----------------------------|------------------|------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|--------------------|-----------------|------------------------|--|--------------------------------|-------------------------|------------------------------|---------------------------|----------------------------------|-------------------------------|------------------------|----------------------------|---|--------------------------------|--------------------------------------|---------------------|----------------------|----------------|---------------------|
| EMPL - Europe-Maghreb Pipeline, Ltd. | - | 6.786 | 277.775 | 284.561 | - | (14.477) | - | - | (14.477) | 270.084 | 297.463 | (35.801) | (20.991) | 240.671 | - | - | 261 | (238) | 23 | (9) | - | 240.685 | 244.724 | 22,80% | 61.579 | 54.876 | 55.797 |
| Gasoducto Al-Andalus, S.A. | 36.743 | 28.176 | 3.765 | 68.684 | - | - | - | (6.015) | (6.015) | 62.669 | 42.599 | (7.380) | (9.041) | 26.178 | - | - | 12 | - | 12 | (7.333) | - | 18.857 | 18.857 | 33,04% | 20.706 | 6.208 | 6.208 |
| Gasoducto Extremadura, S.A. | 15.804 | 20.489 | 2.323 | 38.616 | - | - | - | (2.991) | (2.991) | 35.625 | 26.833 | (3.303) | (6.014) | 17.516 | - | - | 10 | - | 10 | (4.907) | - | 12.619 | 12.619 | 49,00% | 17.456 | 6.143 | 6.143 |
| Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A. | 83.506 | 5.611 | 4.814 | 93.931 | (20.226) | (24.378) | (4.650) | (10.395) | (59.649) | 34.282 | 2.802 | - | - | 2.802 | - | - | - | - | - | - | - | 2.802 | 2.929 | 41,33% | 14.169 | 1.175 | 1.228 |
| Sonangal - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda. | 33.103 | 14.319 | 5.566 | 52.988 | (1.583) | (10.268) | - | (19.082) | (30.933) | 22.055 | 186.799 | (3.067) | (178.892) | 4.840 | 131 | (449) | 1.086 | (573) | 195 | (1.876) | - | 3.159 | (1.694) | 49,00% | 10.807 | 2.310 | (68) |
| Metragaz, S.A. | 1.934 | 1.855 | 7.988 | 11.777 | - | (61) | - | (5.767) | (5.828) | 5.949 | 15.238 | (381) | (13.498) | 1.359 | 18 | - | 134 | (151) | 1 | - | - | 1.360 | 1.532 | 22,64% | 1.347 | 307 | 346 |
| Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda. | 8.535 | 2.919 | 1.928 | 13.382 | (8.067) | - | (985) | (2.005) | (11.057) | 2.325 | 2.871 | (1.779) | (1.124) | (32) | 16 | (48) | - | - | (32) | 4 | (181) | (241) | (241) | 23,50% | 546 | (61) | (61) |
| C.L.C. Guiné-Bissau - Companhia Logística de Combustíveis do Guiné-Bissau, Lda. | 2.524 | 419 | 361 | 3.304 | - | - | (809) | (399) | (1.208) | 2.096 | 1.142 | (369) | (280) | 493 | - | (86) | - | (15) | (101) | (98) | - | 294 | 294 | 45,00% | 943 | 132 | 132 |
| IPG Galp Beira Terminal, Lda. | 11.530 | 2.246 | 1.681 | 15.457 | - | - | - | (6.359) | (6.359) | 7.449 | - | (2) | 4 | 2 | - | - | 812 | (813) | (1) | - | - | 1 | (450) | 45,00% | 4.094 | - | (203) |
| Sodigás-Sociedade Industrial de Gases, S.A.R.L. | 376 | 481 | 578 | 1.435 | - | - | - | (441) | (441) | 994 | 558 | (44) | (507) | 7 | 14 | - | 5 | (1) | 18 | (41) | - | (16) | (16) | 30,00% | 516 | 242 | 242 |
| Galp IPG Matola Terminal, Lda. | 6.735 | 1.064 | 1.065 | 8.864 | - | - | - | (255) | (255) | 8.609 | - | (2) | 4 | 2 | - | - | 459 | (460) | (1) | - | - | (304) | 45,00% | 3.874 | - | (137) | |
| Aero Serviços, S.A.R.L. - Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários | 6 | 13 | 904 | 923 | - | (2) | - | (1.055) | (1.057) | (134) | 156 | (10) | (84) | 62 | - | - | - | (1) | (1) | (15) | - | 46 | 46 | 50,00% | (67) | 23 | 23 |
| Energim - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A. | 298 | 523 | 464 | 1.285 | - | (2.115) | (661) | (5.411) | (8.187) | (6.902) | 62 | - | 9 | 71 | 2 | (129) | - | - | (127) | - | - | (56) | (56) | 35,00% | (2.416) | (19) | (19) |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 133.554 | 71.336 | 69.631 |

* Contas provisórias á data de fecho, consideradas pelo Grupo para efeitos de aplicação do método de equivalência patrimonial.

(a) Inclui os montantes relativos às Reservas de conversão cambial das demonstrações financeiras

O movimento ocorrido na rubrica Participações financeiras em empresas associadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi o seguinte:

| 2016 | | | | | | | | | | | unid: €k |
|---|----------------|----------------------|--------------------------|--------------------------|---------------------------|---------------------------|-----------------------|-------------------------------|-----------------------------------|----------------|----------|
| Empresas | Saldo inicial | Aumento participação | Ganhos/Perdas (Nota 4.4) | Ajust. conversão cambial | Ajust. reservas cobertura | Ganhos e perdas atuariais | Dividendos (Nota 4.5) | Transferências/Regularizações | Variações de perímetro (Nota 3.2) | Saldo final | |
| Participações financeiras | | | | | | | | | | | |
| EMPL - Europe-Maghreb Pipeline, Ltd. | 61.579 | - | 40.220 | 3.044 | - | - | (41.921) | - | - | 62.922 | |
| Gasoducto Al-Andalus, S.A. | (a) 20.706 | (2.242) | 6.499 | - | - | - | (9.843) | - | - | 15.120 | |
| Gasoducto Extremadura, S.A. | (a) 17.456 | (2.691) | 6.767 | - | - | - | (10.049) | - | - | 11.483 | |
| Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A. | (b) 14.169 | - | 785 | - | 42 | - | - | - | (14.996) | - | |
| Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda. | 10.807 | - | 5.123 | (2.939) | - | - | - | - | - | 12.991 | |
| Metragaz, S.A. | 1.347 | - | 365 | 41 | - | - | (328) | - | - | 1.425 | |
| Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda. | 546 | - | 65 | - | - | - | (118) | - | - | 493 | |
| C.L.C. Guiné-Bissau - Companhia Logística de Combustíveis da Guiné-Bissau, Lda. | 943 | - | 300 | - | - | - | - | - | - | 1.243 | |
| IPG Galp Beira Terminal, Lda. | 4.094 | - | (2.736) | (899) | - | - | - | - | - | 459 | |
| Sodigás - Sociedade Industrial de Gases, S.A.R.L. | 516 | 4 | (1) | - | - | - | (65) | 70 | - | 524 | |
| Galp IPG Matola Terminal, Lda. | 3.874 | - | (782) | (1.137) | - | - | - | - | - | 1.955 | |
| | 136.037 | (4.929) | 56.605 | (1.890) | 42 | - | (62.324) | 70 | (14.996) | 108.615 | |
| Provisões para partes de capital em empresas associadas (Nota 25) | | | | | | | | | | | |
| Energin - Sociedade de Produção de Eletricidade e Calor, S.A. | (2.416) | - | - | - | - | - | - | - | - | (2.416) | |
| Aero Serviços, S.A.R.L. - Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários | (67) | - | 10 | - | - | - | - | - | - | (57) | |
| | (2.483) | - | 10 | - | - | - | - | - | - | (2.473) | |
| | 133.554 | (4.929) | 56.615 | (1.890) | 42 | - | (62.324) | 70 | (14.996) | 106.142 | |
| 2015 | | | | | | | | | | | unid: €k |
| Empresas | Saldo inicial | Aumento participação | Ganhos/Perdas (Nota 4.4) | Ajust. conversão cambial | Ajust. reservas cobertura | Ganhos e perdas atuariais | Dividendos (Nota 4.5) | Transferências/Regularizações | Variações de perímetro | Saldo final | |
| Participações financeiras | | | | | | | | | | | |
| EMPL - Europe-Maghreb Pipeline, Ltd. | 52.668 | - | 54.876 | 921 | - | - | (46.886) | - | - | 61.579 | |
| Gasoducto Al-Andalus, S.A. | 18.354 | - | 6.208 | - | - | - | (3.856) | - | - | 20.706 | |
| Gasoducto Extremadura, S.A. | 15.278 | - | 6.143 | - | - | - | (3.965) | - | - | 17.456 | |
| Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A. | 12.941 | - | 1.175 | - | 50 | 3 | - | - | - | 14.169 | |
| Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda. | 10.875 | - | 2.310 | (2.378) | - | - | - | - | - | 10.807 | |
| Metragaz, S.A. | 1.124 | - | 307 | 39 | - | - | (123) | - | - | 1.347 | |
| Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda. | 795 | - | (61) | - | - | - | (188) | - | - | 546 | |
| C.L.C. Guiné-Bissau - Companhia Logística de Combustíveis da Guiné-Bissau, Lda. | 811 | - | 132 | - | - | - | - | - | - | 943 | |
| IPG Galp Beira Terminal Lda. | c) 1.011 | 3.286 | - | (203) | - | - | - | - | - | 4.094 | |
| Sodigás - Sociedade Industrial de Gases, S.A.R.L. | 197 | 112 | 242 | - | - | - | (35) | - | - | 516 | |
| Galp IPG Matola Terminal, Lda. | c) 682 | 3.329 | - | (137) | - | - | - | - | - | 3.874 | |
| | 114.736 | 6.727 | 71.332 | (1.758) | 50 | 3 | (55.053) | - | - | 136.037 | |
| Provisões para partes de capital em empresas associadas (Nota 25) | | | | | | | | | | | |
| Energin - Sociedade de Produção de Eletricidade e Calor, S.A. | (2.397) | - | (19) | - | - | - | - | - | - | (2.416) | |
| Aero Serviços, S.A.R.L. - Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários | (90) | - | 23 | - | - | - | - | - | - | (67) | |
| | (2.487) | - | 4 | - | - | - | - | - | - | (2.483) | |
| | 112.249 | 6.727 | 71.336 | (1.758) | 50 | 3 | (55.053) | - | - | 133.554 | |

31 de dezembro de 2016:

(a) Os montantes €2.242 k e €2.691 k registados em aumento de participação correspondem a diminuições de capital efetuadas pelas subsidiárias Gasoducto Al-Andalus, S.A. e Gasoducto Extremadura, S.A.

(b) Após alienação dos 22,5%, a subsidiária Galp Gás Natural Distribuição deixou de consolidar integralmente no grupo Galp Energia, SGPS, S.A., passando as empresas que o compõem a ser tratadas como conjuntamente controladas. O montantes €14.996 k registados na variação de perímetro corresponde ao montante da participação financeira à data de alienação (Notas 3.1 d) e 3.2).

31 de dezembro de 2015:

(c) Os montantes €3.286 k e €3.329 k registados em aumento de participação correspondem a prestações suplementares efetuadas pela subsidiária Petrogal Moçambique, Lda.

A rubrica Participações financeiras em empresas associadas e empreendimentos conjuntos, inclui o *Goodwill* positivo relativo a empresas associadas e o justo valor relativo a participações financeiras em empreendimentos conjuntos, que foram objetos de teste de imparidade efetuado por unidade geradora de caixa cujo detalhe em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 era o seguinte:

| | unid: €k | |
|--|---------------|---------------|
| | Dezembro 2016 | Dezembro 2015 |
| Goodwill | | |
| Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda. | 1.939 | 1.939 |
| Justo valor (Nota 3.1 d) | | |
| Galp Gás Natural Distribuição, S.A. | 53.227 | - |
| | 55.166 | 1.939 |

4.3 Ativos financeiros disponíveis para venda

As participações financeiras em empresas participadas, apresentadas na Demonstração da posição financeira como Ativos financeiros disponíveis para venda, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são as seguintes:

| Empresa | Sede social | | Percentagem de capital detido | | Valor contabilístico | |
|--|-------------|------------|-------------------------------|--------|----------------------|--------------|
| | Localidade | País | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| | unid: €k | | | | | |
| Corporación de Reservas Estratégicas de Productos Petrolíferos | Madrid | Espanha | n.d. | n.d. | 1.808 | 1.808 |
| Portugal Ventures | Porto | Portugal | 1,25% | 1,25% | 499 | 505 |
| Adene - Agência para a Energia, S.A. | Amadora | Portugal | 10,98% | 10,98% | 114 | 114 |
| Omégás - Soc. D'Étude du Gazoduc Magreb Europe | Tânger | Marrocos | 5,00% | 5,00% | 35 | 35 |
| Clube Financeiro de Vigo | Vigo | Espanha | - | - | 19 | 19 |
| P.I.M. - Parque Industrial da Matola, S.A.R.L. | Maputo | Moçambique | 1,50% | 1,50% | 16 | 13 |
| ADEPORTO - Agência de Energia do Porto | Porto | Portugal | - | - | 13 | 13 |
| Imopetro - Importadora Moçambicana de Petróleos, Lda. | Maputo | Moçambique | 15,38% | 15,38% | 5 | 8 |
| OIL Insurance Limited | Hamilton | Bermuda | 1,00% | 1,00% | 9 | 9 |
| MIBG - Mercado Ibérico de Gás | Madrid | Espanha | 1,76% | - | 53 | - |
| ISPG - Instituto do Petróleo e Gás | Lisboa | Portugal | 76,67% | - | 230 | - |
| Outras Empresas Participadas | | | n.d. | n.d. | 2 | 28 |
| | | | | | 2.803 | 2.552 |
| Imparidades de ativos financeiros disponíveis para venda | | | | | | |
| Portugal Ventures | Porto | Portugal | 1,82% | 1,82% | (52) | (52) |
| Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. | Maputo | Moçambique | 1,50% | 1,50% | (16) | (13) |
| | | | | | (68) | (65) |
| | | | | | 2.735 | 2.487 |

O ISPG é uma associação sem fins lucrativos, constituída pela Galp e pela Universidade de Aveiro, Universidade de Coimbra, Universidade do Minho, Universidade Nova de Lisboa, Universidade do Porto, Instituto Superior Técnico e Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. A missão do ISPG consiste na reunião e centralização de conhecimento e na promoção do desenvolvimento, transmissão e difusão da ciência e tecnologia aplicada das atividades da fileira energética, em especial do petróleo e gás. As atividades desenvolvidas visam potenciar a competitividade das indústrias de energia, nomeadamente através da formação avançada de quadros técnicos relevantes, de uma rede de cooperação entre empresas, instituições de ensino superior e outras entidades públicas e privadas de I&D e de inovação industrial.

Em 29 de novembro de 2016, a Galp Energia, SGPS, S.A. subscreveu e realizou €230 k pelas unidades de participação no ISPG. (230 Up's). Ainda no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Galp Energia, SGPS, S.A. alienou à Petróleos de Portugal-Petrogal, S.A. 30 Up.

A Galp Energia SGPS mantém o seu estatuto de Associado Fundador passando a deter 200 Up's e a Petrogal entra como Associado no ISPG com 30 Up (das 300 totais que representam o capital do ISPG, sendo as demais detidas pelas universidades).

4.4 Resultados relativos a participações financeiras

A rubrica de resultados relativos a participações financeiras em empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos registadas nas demonstrações consolidadas dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 tem a seguinte composição:

| | unid: €k | |
|---|---------------|---------------|
| | Dezembro 2016 | Dezembro 2015 |
| Efeito de aplicação do método de equivalência patrimonial: | | |
| Empresas associadas (Nota 4.2) | 56.615 | 71.336 |
| Empreendimentos conjuntos (Nota 4.1) | (108.617) | 12.012 |
| Efeito da alienação de partes de capital de empresas do Grupo e associadas: | | |
| Mais-valia na alienação de 22,5% da participação da Galp Gás Natural Distribuição, S.A. (Notas 3 e 4.1) | 131.561 | - |
| Menos-valia na alienação 100% da participação da Madrileña Suministro de Gas S.L. | - | (12.914) |
| Mais-valia na alienação de 100% da participação da Madrileña Suministro de Gas SUR S.L. | - | 319 |
| Efeito do acerto de preço de alienação de partes de capital de empresas do Grupo e associadas: | | |
| Acerto do custo de aquisição referente a participação da Madrileña Suministro de Gas S.L. ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. | 884 | - |
| Acerto do custo de aquisição referente a participação da Madrileña Suministro de Gas SUR S.L. ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. | (675) | - |
| Mais-valia na alienação da participação da Compañia Logística de Hidrocarburos CLH, S.A. | - | 2 |
| Efeito da alienação de Ativos financeiros disponíveis para venda /Participações financeiras em empresas participadas: | | |
| Mais-valia na alienação da participação da Ressa - Red Española de Servicios, S.A. (Nota 4.3) | - | 584 |
| Diferenças de aquisição de partes de capital de empresas do Grupo e associadas : | | |
| Aquisição de 0,01473% da participação da Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A. | (1) | - |
| Efeito da liquidação de empresas do Grupo: | | |
| Liquidação da subsidiária Next Priority, SGPS, S.A. | - | (1) |
| Anulação das diferenças cambiais referentes a conversão de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira da subsidiária Galp Energia Tarfaya B.V., que se encontravam registadas em capital próprio na rubrica Reservas. | (13.712) | - |
| Efeito das imparidades do Goodwill de empresas do Grupo: | | |
| Imparidade do Goodwill da subsidiária Galp Distribución Oil España, S.A.U., que se encontra registado na rubrica Goodwill (Nota 11). | (11.092) | (8.541) |
| Imparidade do Goodwill da subsidiária Galp Comercializacion Oil España, S.L., que se encontra registado na rubrica Goodwill (Nota 11). | (37.725) | (35.731) |
| Imparidade do Goodwill da subsidiária Petróleos de Valência, S.A. Sociedad Unipersonal, que se encontra registado na rubrica Goodwill (Nota 11). | - | (7.759) |
| Outros | - | 1 |
| | 17.238 | 19.308 |

4.5 Dividendos relativos a participações financeiras

31 de dezembro de 2016:

Foi refletido na rubrica Participações financeiras em empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Notas 4.1 e 4.2), o montante total de €67.388 k relativos a dividendos correspondentes aos montantes aprovados em Assembleia Geral das respetivas empresas. O valor recebido de dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de €70.115 k.

A diferença entre o valor recebido e o valor reconhecido na rubrica de participações financeiras em empresas associadas e empreendimentos conjuntos no montante de €2.727 k referem-se a: i) €106 k diferenças cambiais desfavoráveis que ocorrem no momento do pagamento e que foram refletidas na rubrica de ganhos (perdas) cambiais, na demonstração de resultados; (ii) €2.621 k a dividendos recebidos de Ativos disponíveis para venda.

31 de dezembro de 2015:

Foi refletido na rubrica de participações financeiras em empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Notas 4.1 e 4.2), o montante total de €64.640 k relativos a dividendos correspondentes aos montantes aprovados em Assembleia Geral das respetivas empresas. O valor recebido de dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de €72.901 k.

A diferença entre o valor recebido e o valor reconhecido na rubrica de participações financeiras em empresas associadas e empreendimentos conjuntos no montante de €8.261 k referem-se a: i) €5.269 k diferenças cambiais desfavoráveis que ocorrem no momento do pagamento e que foram refletidas na rubrica de ganhos (perdas) cambiais, na demonstração de resultados; (ii) €482 k a dividendos recebidos referentes a montantes aprovados em Assembleia Geral em anos anteriores; e (iii) €2.510 k a dividendos recebidos de Ativos disponíveis para venda.

4.6 Operações conjuntas

4.6.1. Operações conjuntas – consórcios petrolíferos

As operações conjuntas são alvo de acordos conjuntos denominados como (JOA). Estes JOA definem as decisões conjuntas entre os parceiros dos consórcios petrolíferos. Além dos JOA podem existir os contratos de partilha de produção denominados internacionalmente como PSA (Production Sharing Agreements) que são usados essencialmente para se determinar qual a quota-parte da produção consorciado. Nos PSA, a empresa petrolífera nacional remunera a execução, pela empresa petrolífera internacional (*contractor*), da atividade de exploração e produção. O *contractor* assume o risco mineral e financeiro da iniciativa e, se houver sucesso, recupera as despesas de capital despendidas e custos incorridos no ano (*cost oil*) por meio da quota-parte da produção. Em Angola, a variabilidade dos preços internacionais de petróleo afeta igualmente a quota-parte de produção (*net entitlement*) pelo qual o *contractor* tem direito de remunerar o seu capital investido (*profit oil*) após custos incorridos pagos pelo *cost oil*. Assim, os Investimentos e *Stock* são reconhecidos na quota-parte detida dos Ativos, enquanto que as Vendas e Custos são reconhecidas na Demonstração de Resultados.

O petróleo lucro (*profit oil*) consiste numa forma de remuneração do Estado própria da modalidade de contrato de partilha de produção em Angola. O *profit oil* traduz a diferença entre: (i) a totalidade de petróleo, produzido e arrecadado a partir de cada área de desenvolvimento e não utilizado nas operações petrolíferas, e; (ii) o petróleo para a recuperação de custos (*cost oil*) da mesma área de desenvolvimento. Anualmente são efetuadas auditorias às contas apresentadas pelo consórcio por auditores independentes, nas quais é aferida a aceitação destes custos o que dá origem a acertos por excesso ou insuficiência de *profit oil*.

As Operações conjuntas - Consórcios petrolíferos, por zona geográfica e percentagens detidas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são as seguintes:

| 2016 | | | |
|---------------------|-------------------|--|--|
| País | Consórcio | Aquisição | Companhias participantes e percentagens de participação |
| Brasil | BM-S-8 | Setembro/2000 | Statoil (66%); Petrogal Brasil (14%); Barra Energia (10%); Queiroz Galvão (10%) |
| | BM-S-11 | | Petróleo Brasileiro, S.A. (65%); BG E&P Brasil, S.A. (25%); Petrogal Brasil S.A. (10%) |
| | BM-S-24 | Agosto /2001 | Petróleo Brasileiro, S.A. (80%); Petrogal Brasil, S.A. (20%) |
| | BT-POT-29 | Novembro/2004 | Petrogal Brasil, S.A. (50%); Petróleo Brasileiro, S.A. (50%) |
| | BT-POT-32 | | Petróleo Brasileiro, S.A. (50%); Petrogal Brasil, S.A. (50%) |
| | BT- POT-51 | Janeiro /2006 | Petrogal Brasil, S.A. (50%); Petróleo Brasileiro, S.A. (50%) |
| | BT-SEAL-13 | Janeiro/2006 | Petróleo Brasileiro, S.A. (50%); Petrogal Brasil, S.A. (50%) |
| | | | Petrogal Brasil, S.A. (50%); Petróleo Brasileiro, S.A. (50%) |
| | BM-POT-17 | Janeiro/2006 | Petróleo Brasileiro, S.A. (80%); Petrogal Brasil, S.A. (20%) |
| | | | Petróleo Brasileiro, S.A. (80%); Petrogal Brasil, S.A. (20%) |
| | BM-POT-16 | Janeiro/2006 | Petróleo Brasileiro, S.A. (60%); Petrogal Brasil, S.A. (20%); Encana Brasil, S.A. (20%) |
| | PEPB-M-783 | Março/2008 | Petróleo Brasileiro, S.A. (80%); Petrogal Brasil, S.A. (20%) |
| | PEPB-M-839 | | Petróleo Brasileiro, S.A. (80%); Petrogal Brasil, S.A. (20%) |
| | BAR-300 | Agosto /2013 | Shell BG (50%); Petrobras (40%); Galp Energia Brasil, S.A. (10%) |
| | BAR-342 | | Shell BG (50%); Petrobras (40%); Galp Energia Brasil, S.A. (10%) |
| | BAR-344 | | Shell BG (50%); Petrobras (40%); Galp Energia Brasil, S.A. (10%) |
| | BAR-388 | | Shell BG (50%); Petrobras (40%); Galp Energia Brasil, S.A. (10%) |
| | PN-T-136 | | Galp Energia Brasil, S.A. (50%); Petrobras (50%) |
| | PN-T-150 | | Petrobras (50%); Galp Energia Brasil, S.A. (50%) |
| | PN-T-166 | | Petrobras (50%); Galp Energia Brasil, S.A. (50%) |
| | PN-T-182 | Galp Energia Brasil, S.A. (50%); Petrobras (50%) | |
| | POT-M-764 | | Petrobras (40%); BP (40%); Galp Energia Brasil, S.A. (20%) |
| | Angola | Bloco 14 | Dezembro/1999 |
| Bloco 14K | | Dezembro/2002 | Galp (4,5%); Chevron Overseas Congo Ltd (15,75%); CABGOG (15,5%); Sonangol (10%); SNPC (7,5%); TFE (10%); TEPC (26,75%); Eni (10%) |
| Bloco 32 | | Maio/2007 | Galp (5%); Total (30%); Sonangol (30%); SSI Limited (20%); Esso (15%) |
| Bloco 33 | | Maio/2007 | Galp (5,33%); Total (58,67%); Sonangol (20%); Falcon (16%) |
| Sonagas | | Dezembro/2007 | Galp (10%); Sonagas (40%); Eni (20%); Gas Natural (20%); EXEM (10%) |
| Moçambique | Área 4 | Dezembro/2007 | Galp (10%); KOGAS (10%); Eni (70%); ENH (10%) |
| Timor-Leste | Bloco (E) S06-04 | Dezembro/2007 | Galp (10%); KOGAS (10%); Eni (80%) |
| Namíbia | PEL23 | 2013 | Galp (14%); HRT (86%) |
| | PEL24 | | |
| | PEL28 | | |
| | PEL82 | Agosto /2016 | Galp (80%); TPY (10%); NAMCOR (10%) |
| | PEL83 | | |
| Portugal | Bacia de peniche | Maio/2014 | Galp (30%); Repsol (34%); Kosmos (31%); Partex (5%) |
| | Bacia do alentejo | Dezembro/2014 | Galp (50%); Eni (50%) |
| | Aljubarrota | 2012 | Galp (50%); Porto Energy (50%) |
| Uruguai | Área 3 | 2009 | Galp (20%); Shell (40%); YPF (40%) |
| | Área 4 | | |
| São Tomé e Príncipe | Bloco 6 | 2015 | Galp (45%); Kosmos Energy (45%); ANP-STP (10%) |
| | Bloco 5 | 2016 | Galp (20%); Kosmos Energy (45%); ANP-STP (15%); Equator (20%) |
| | Bloco 11 | 2016 | Galp (20%); Kosmos Energy (65%); ANP-STP (15%) |
| | Bloco 12 | 2016 | Galp (20%); Kosmos Energy (45%); ANP-STP (12,5%); Equator (22,5%) |

2015

| Pais | Consórcio | Aquisição | Companhias participantes e percentagens de participação |
|---------------------|--------------------|--|--|
| Brasil | BM-S-8 | Setembro/2000 | Petróleo Brasileiro, S.A. (66%); Petrogal Brasil (14%); Barra Energia (10%); Queiroz Galvão (10%) |
| | BM-S-11 | | Petróleo Brasileiro, S.A. (65%); BG E&P Brasil, S.A. (25%); Petrogal Brasil, S.A. (10%) |
| | BM-S-24 | Agosto/2001 | Petróleo Brasileiro, S.A. (80%); Petrogal Brasil, S.A. (20%) |
| | BT-POT-28 | Novembro/2004 | Petrogal Brasil, S.A. (50%); Petróleo Brasileiro, S.A. (50%) |
| | BT-POT-29 | | Petrogal Brasil, S.A. (50%); Petróleo Brasileiro, S.A. (50%) |
| | BT-POT-32 | Novembro/2004 | Petróleo Brasileiro, S.A. (50%); Petrogal Brasil, S.A. (50%) |
| | | | Petróleo Brasileiro, S.A. (50%); Petrogal Brasil, S.A. (50%) |
| | | | Petróleo Brasileiro, S.A. (50%); Petrogal Brasil, S.A. (50%) |
| | BT-POT-36 | Novembro/2004 | Petrogal Brasil, S.A. (50%); Petróleo Brasileiro, S.A. (50%) |
| | BT-POT-51 | Janeiro/2006 | Petrogal Brasil, S.A. (50%); Petróleo Brasileiro, S.A. (50%) |
| | | | Petrogal Brasil, S.A. (50%); Petróleo Brasileiro, S.A. (50%) |
| | BT-SEAL-13 | Janeiro/2006 | Petrogal Brasil, S.A. (50%); Petróleo Brasileiro, S.A. (50%) |
| | | | Petrogal Brasil, S.A. (50%); Petróleo Brasileiro, S.A. (50%) |
| | BM-POT-17 | Janeiro/2006 | Petróleo Brasileiro, S.A. (80%); Petrogal Brasil, S.A. (20%) |
| | | | Petróleo Brasileiro, S.A. (80%); Petrogal Brasil, S.A. (20%) |
| | BM-POT-16 | Janeiro/2006 | Petróleo Brasileiro, S.A. (60%); Petrogal Brasil, S.A. (20%); Encana Brasil, S.A. (20%) |
| | | | Petróleo Brasileiro, S.A. (60%); Petrogal Brasil, S.A. (20%); Encana Brasil, S.A. (20%) |
| | PEPB-M-783 | Março/2008 | Petróleo Brasileiro, S.A. (80%); Petrogal Brasil, S.A. (20%) |
| | PEPB-M-839 | | Petróleo Brasileiro, S.A. (80%); Petrogal Brasil, S.A. (20%) |
| | AM-T-84 | Abril/2009 | Petróleo Brasileiro, S.A. (60%); Petrogal Brasil, S.A. (40%) |
| | BAR-300 | Agosto/2013 | BG (50%); Petrobras (40%); Galp Energia Brasil S.A. (10%) |
| | BAR-342 | | BG (50%); Petrobras (40%); Galp Energia Brasil S.A. (10%) |
| | BAR-344 | | BG (50%); Petrobras (40%); Galp Energia Brasil S.A. (10%) |
| | BAR-388 | | BG (50%); Petrobras (40%); Galp Energia Brasil S.A. (10%) |
| | PN-T-136 | | Galp Energia Brasil, S.A. (50%); Petrobras (50%) |
| | PN-T-150 | | Petrobras (50%); Galp Energia Brasil, S.A. (50%) |
| | PN-T-166 | | Petrobras (50%); Galp Energia Brasil, S.A. (50%) |
| | PN-T-182 | Galp Energia Brasil, S.A. (50%); Petrobras (50%) | |
| | POT-M-764 | | Petrobras (40%); BP (40%); Galp Energia Brasil S.A. (20%) |
| | Angola | Bloco 14 | Dezembro/1999 |
| Bloco 14K | | Dezembro/2002 | Galp (4,5%); Chevron Overseas Congo Ltd (15,75%); CABGOG (15,5%); Sonangol (10%); SNPC (7,5%); TFE (10%); TEPC (26,75%); Eni (10%) |
| Bloco 32 | | Maio/2007 | Galp (5%); Total (30%); Sonangol (30%); SSI Limited (20%); Esso (15%) |
| Bloco 33 | | Maio/2007 | Galp (5,33%); Total (58,67%); Sonangol (20%); Falcon (16%) |
| Sonagas | | Dezembro/2007 | Galp (10%); Sonagas (40%); Eni (20%); Gas Natural (20%); EXEM (10%) |
| Moçambique | Área 4 | Dezembro/2007 | Galp (10%); KOGAS (10%); Eni (70%); ENH (10%) |
| Timor-Leste | Bloco (E) S06-04 | Dezembro/2007 | Galp (10%); KOGAS (10%); Eni (80%) |
| Marrocos | Tarfaya Offshore 1 | Dezembro/2012 | Galp (50%); ONHYM (25%); Tangiers (25%) |
| Namíbia | PEL23 | 2013 | Galp (14%); HRT (86%) |
| | PEL24 | | |
| | PEL28 | | |
| Portugal | Bacia de peniche | Maio/2014 | Galp (30%); Repsol (34%); Kosmos (31%); Partex (5%) |
| | Bacia do alentejo | Dezembro/2014 | Galp (50%); Eni (50%) |
| | Aljubarrota | 2012 | Galp (50%); Porto Energy (50%) |
| Uruguai | Área 3 | 2009 | Galp (20%); Petrobras (40%); YPF (40%) |
| | Área 4 | | |
| São Tomé e Príncipe | Bloco 6 | 2015 | Galp (45%); Kosmos (45%); ANP-STP (10%) |

Principais incidências durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

a) Brasil

O bloco não operado AM-T-84 revelou-se economicamente inviável, por esse motivo o Grupo procedeu ao seu abate e devolução da área à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP:

| | | |
|---------|------------|--|
| AM-T-84 | Abril/2009 | Petróleo Brasileiro S.A. (60%); Petrogal Brasil S.A. (40%) |
|---------|------------|--|

O Grupo procedeu à venda do Campo Andorinha (BT-POT-28 e BT-POT-36), estando os seus ativos totalmente depreciados:

| | | |
|-----------|---------------|--|
| BT-POT-28 | Novembro/2004 | Petrogal Brasil S.A. (50%); Petróleo Brasileiro S.A. (50%) |
| BT-POT-36 | | |

b) Namíbia

Em 11 de agosto de 2016 foram adquiridas duas novas licenças para operar na Namíbia e o consórcio funciona com duas entidades locais:

| | | | |
|-------|---------------------|--------------|-------------------------------------|
| PEL82 | Blocos 2112B e 2112 | Agosto /2016 | Galp (80%); TPY (10%); NAMCOR (10%) |
| PEL83 | Blocos 2813B e 2814 | | |

c) Marrocos

A empresa Galp Energia Tarfaya que operava na área Tarfaya Offshore foi liquidada em 21 de dezembro de 2016 (Nota 3.1 c1):

| | | |
|--------------------|---------------|---|
| Tarfaya Offshore 1 | Dezembro/2012 | Galp (50%); ONHYM (25%); Tangiers (25%) |
|--------------------|---------------|---|

d) São Tomé e Príncipe

O grupo Galp chegou a acordo com a Kosmos Energy (Kosmos) para a aquisição de uma participação de 20% nos blocos 5, 11 e 12, no *offshore* de São Tomé e Príncipe. Através desta aquisição, a Galp reforça a sua presença no país, onde detém, desde 2015, a operação no bloco 6, no qual a Kosmos também participa.

| | | |
|----------|------|---|
| Bloco 5 | 2016 | Galp (20%); Kosmos Energy (45%); ANP-STP(15%); Equator (20%) |
| Bloco 11 | | Galp (20%); Kosmos Energy (65%); ANP-STP (15%) |
| Bloco 12 | | Galp (20%); Kosmos Energy (45%); ANP-STP (12,5%); Equator (22,5%) |

4.6.2. Operações conjuntas – Agrupamento Complementar de Empresas (A.C.E)

As Operações conjuntas em Agrupamento Complementar de Empresas (A.C.E), suas sedes sociais, atividades principais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são as seguintes:

| Empresas | Sede social | | Percentagem detido pelo Grupo | | Empresas participantes e percentagem de participação | Principal atividade |
|--|-------------|----------|-------------------------------|------|--|--|
| | Localidade | País | 2016 | 2015 | | |
| Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E. | Sines | Portugal | 60% | 60% | Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. (60%); Rubis Energia Portugal, S.A. (35%); Repsol Polímeros, S.A. (5%) | Conceção e construção de caverna subterrânea de armazenagem de GPL, das instalações de superfície complementares necessárias à movimentação de produtos. Gestão e exploração operacional de caverna incluindo instalações de superfície, tanques e esferas de GPL. |
| Pergás – Armazenamento de Gás, A.C.E. (Nota 3.1 a) | Matosinhos | Portugal | 51% | - | Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. (51%); Rubis Energia Portugal, S.A. (30,75%); Repsol Gás Portugal, SA. (18,25%) | Executar a operação e manutenção do Parque de Perafita, assegurando o desenvolvimento das atividades de importação pelos respetivos membros, receção, armazenamento, enchimento e expedição de GPL. |
| Multiservicios Galp Barcelona | Barcelona | Espanha | 50% | 50% | Galp Energia España, S.A. (50%); Multiservicios Aeroportuarios, S.A. (50%) | Gerir o abastecimento do negócio da aviação no Aeroporto de Barcelona. |

5. Proveitos operacionais

O detalhe dos proveitos operacionais do Grupo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

| Rubricas | unid: €k | |
|---|-------------------|-----------------------|
| | 2016 | 2015 |
| Vendas: | | |
| de mercadorias | 5.134.354 | 6.721.787 (a) |
| de produtos | 7.362.517 | 8.147.520 (a) |
| diferenças de câmbio | (8.929) | (35) (a) |
| | 12.487.942 | 14.869.272 (a) |
| Prestação de serviços | 631.278 | 632.920 |
| Diferenças de câmbio | 36 | 1.561 (a) |
| | 631.314 | 634.481 (a) |
| Outros proveitos operacionais: | | |
| Proveitos suplementares | 83.058 | 49.080 |
| Proveitos provenientes da construção de Ativos ao abrigo IFRIC 12 | 15.904 | 19.827 |
| Subsídios à exploração | 217 | 305 |
| Subsídios ao investimento (Nota 13) | 8.414 | 12.618 |
| Ganhos em ativos tangíveis e intangíveis | 5.303 | 8.527 |
| Diferenças de câmbio | (34) | 1.012 (a) |
| Outros | 8.474 | 9.824 |
| | 121.336 | 101.193 (a) |
| | 13.240.592 | 15.604.946 (a) |

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.26

As vendas de combustíveis incluem o valor de Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP).

O detalhe da rubrica Vendas de mercadorias e produtos por tipo de produto é apresentado da seguinte forma:

| Detalhe das vendas por tipo de produto | unid: €k | |
|--|-------------------|-------------------|
| | Dezembro 2016 | Dezembro 2015 |
| Crudes | 658.743 | 749.966 |
| Gasolinas | 2.123.655 | 2.196.672 |
| Gasóleos | 5.553.054 | 6.127.811 |
| Jets | 715.284 | 832.274 |
| Fuel | 516.093 | 657.172 |
| GPL (gás petrolífero) | 352.018 | 350.764 |
| Óleos base e lubrificantes | 128.966 | 136.141 |
| Químicos, solventes e aromáticos | 181.274 | 255.970 |
| Naftas | 277.951 | 472.066 |
| GN (gás natural) | 1.550.175 | 2.268.858 |
| Eletricidade | 236.878 | 277.568 |
| Produtos loja | 104.892 | 100.758 |
| Produtos petrolíferos basket | 81.511 | 413.058 |
| Outros | 7.448 | 30.194 (a) |
| Total das vendas | 12.487.942 | 14.869.272 |

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.26

A variação na rubrica Vendas deve-se essencialmente a uma redução dos preços de venda sendo que as quantidades vendidas subiram face ao ano anterior.

A rubrica Prestação de serviços e vendas inclui o montante de €13.732 k negativos relativos à atividade de comercialização, distribuição e armazenagem de gás natural relacionados com (Nota 14):

- €1.710 k negativos relativo ao ajuste entre os proveitos permitidos estimados e o valor dos proveitos faturados relativamente à atividade de distribuição, comercialização e armazenagem (Nota 14);
- €2.351 k negativos relativos ao ajuste efetuado pela ERSE na fixação dos desvios tarifários – proveitos permitidos das Empresas (Nota 14);
- €7.748 k negativo relativos à respetiva amortização do proveito permitido referente a 2013 (Nota 14);
- €1.923 k negativo relativos à respetiva amortização do proveito permitido referente a 2014 (Nota 14).

No que diz respeito aos contratos de construção enquadráveis na IFRIC12, a construção dos Ativos concessionados é subcontratada a entidades especializadas, as quais assumem o risco próprio da atividade de construção. Os proveitos e custos associados à construção destes ativos são de montantes iguais e imateriais face ao volume total dos proveitos e custos operacionais e desdobram-se como segue:

| Rubricas | unid: €k | |
|--|----------|----------|
| | 2016 | 2015 |
| Custos provenientes da construção de Ativos ao abrigo IFRIC12 (Nota 6) | (15.904) | (19.827) |
| Proveitos provenientes da construção de Ativos ao abrigo IFRIC12 | 15.904 | 19.827 |
| Margem | - | - |

6. Custos operacionais

Os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram afetados pelas seguintes rubricas de custos operacionais:

| Rubricas | unid: €k | |
|--|-------------------|-----------------------|
| | 2016 | 2015 |
| Custo das vendas: | | |
| Matérias-primas e subsidiárias | 4.529.693 | 6.059.056 (a) |
| Mercadorias | 3.045.970 | 4.067.561 |
| Imposto sobre produtos petrolíferos | 2.779.945 | 2.598.385 |
| Varição da produção | (269.379) | 67.908 |
| Imparidade de inventários (Nota 16) | (16.020) | (85.080) |
| Derivados financeiros (Nota 27) | 47.778 | 59.272 |
| Diferenças de câmbio | 17.533 | 26.095 (a) |
| | 10.135.520 | 12.793.197 (a) |
| Fornecimento e serviços externos: | | |
| Subcontratos - utilização de redes | 385.125 | 382.849 |
| Subcontratos | 5.807 | 8.176 |
| Transporte de mercadorias | 119.894 | 123.484 (a) |
| Armazenagem e enchimento | 51.458 | 56.776 |
| Rendas e alugueres | 97.667 | 84.986 |
| Custos de produção de blocos | 177.732 | 139.495 |
| Conservação e reparação | 51.881 | 52.523 |
| Seguros | 55.451 | 47.197 |
| Royalties | 70.881 | 49.950 |
| Serviços informáticos | 29.841 | 25.339 |
| Comissões | 10.522 | 13.027 |
| Publicidade | 13.323 | 11.571 |
| Eletricidade, água, vapor e comunicações | 55.952 | 62.675 |
| Serviços de assistência técnica e inspeção | 3.725 | 7.844 |
| Serviços e taxas portuárias | 8.633 | 9.100 |
| Outros serviços especializados | 75.244 | 67.571 |
| Outros fornecimentos e serviços externos | 23.805 | 25.066 |
| Diferenças de câmbio | (6.185) | 1.363 (a) |
| Outros custos | 53.744 | 58.925 (a) |
| | 1 284 500 | 1.227.917 (a) |
| Custos com pessoal: | | |
| Remunerações órgãos sociais (Nota 29) | 5 627 | 9.480 |
| Remunerações do pessoal | 232 939 | 240.996 |
| Encargos sociais | 54 022 | 53.855 |
| Benefícios de reforma - pensões e seguros | 29 257 | 35.369 |
| Outros seguros | 9 041 | 8.895 |
| Capitalização de custos com pessoal | (5.967) | (12.228) |
| Diferenças de câmbio | (422) | 192 (a) |
| Outros gastos | 9.351 | 6.939 (a) |
| | 333.848 | 343.498 (a) |
| Amortizações, depreciações e imparidades: | | |
| Depreciações e imparidades de ativos tangíveis (Nota 12) | 769.670 | 634.826 |
| Amortizações e imparidades de ativos intangíveis (Nota 12) | 30.873 | 43.598 |
| Amortizações e imparidades de acordos de concessão (Nota 12) | 34.315 | 41.211 |
| | 834.858 | 719.635 |

| Rubricas | unid: €k | |
|--|-------------------|-----------------------|
| | 2016 | 2015 |
| Provisões e imparidade de contas a receber | | |
| Provisões e reversões (Nota 25) | (11.897) | 16.232 |
| Perdas de imparidade de contas a receber de clientes (Nota 15) | 20.938 | 13.467 |
| Provisões e reversões para riscos ambientais (Nota 25) | 1.475 | 450 |
| Perdas e ganhos de imparidade de outras contas a receber (Nota 14) | 269 | 976 |
| | 10.785 | 31.125 |
| Outros custos operacionais | | |
| Outros impostos | 19.525 | 15.146 |
| Custos provenientes da construção de Ativos ao abrigo IFRIC12 (Nota 5) | 15.904 | 19.827 |
| Perdas em ativos tangíveis e intangíveis | 2.441 | 6.236 |
| Donativos | 1.544 | 1.692 |
| Licenças de CO ₂ (Nota 35) | 7.561 | 7.597 |
| Diferenças de câmbio | (16) | 2.863 (a) |
| Outros custos operacionais | 50.581 | 12.989 (a) |
| | 97.540 | 66.350 (a) |
| Total de gastos operacionais | 12.697.051 | 15.181.722 (a) |

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.26.

A variação na rubrica Custo das vendas deve-se essencialmente a uma redução dos preços dos produtos adquiridos.

A rubrica Subcontratos - utilização de redes refere-se às tarifas:

- de utilização da rede de distribuição (URD);
- de utilização da rede de transporte (URT);
- de utilização global de sistema (UGS).

A rubrica Subcontratos, inclui o efeito das tarifas reguladas do uso global do sistema e do uso da rede de transporte, debitadas pelo operador de rede de transporte (REN) às Operadoras de Distribuição que, por sua vez, através do mecanismo das compensações de acesso às redes pela uniformidade tarifária, faturam (*pass-through*) às comercializadoras (Nota 14).

O montante de €385.125 k registado nesta rubrica inclui essencialmente o montante de €6.443 k debitados pela Madrileña Red de Gas, €170.939 k debitados pela EDP Distribuição Energia e €78.707 k debitado pela Ren Gasodutos.

O montante €70.881 k de *royalties* registado em FSE diz essencialmente respeito à atividade de Exploração e Produção de petróleo e gás no Brasil.

Os *royalties* são apurados tendo em conta uma taxa aplicável de 10% aos volumes de produção na proporção do share Galp valorizados ao preço de referência do óleo ou gás (o maior entre o preço de venda mínimo da ANP e o preço de venda contratualizado).

7. Informação por segmentos

Segmentos de negócio

O Grupo está organizado em três segmentos de negócio os quais foram definidos com base no tipo de produtos vendidos e serviços prestados, com as seguintes unidades de negócio:

- Exploração & Produção;
- Refinação & Distribuição;
- Gas & Power;
- outros.

Relativamente a «outros», o Grupo considerou a empresa holding Galp Energia, SGPS, S.A., e empresas com atividades distintas nomeadamente a Tagus Re, S.A. e a Galp Energia, S.A., tratando-se de uma resseguradora e de uma prestadora de serviços ao nível corporativo, respetivamente.

Na Nota 1 é apresentada uma descrição das atividades de cada um dos segmentos de negócio.

Seguidamente apresenta-se a informação financeira relativa aos segmentos identificados anteriormente, em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

| | Exploração & Produção | | Refinação & Distribuição | | Gas & Power | | Outros | | Eliminações | | Consolidado | |
|---|-----------------------|------------------|--------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|--------------------|--------------------|-------------------|-------------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| | unid: €k | | | | | | | | | | | |
| Proveitos | | | | | | | | | | | | |
| Vendas e prestações serviços | 852.114 | 617.444 | 10.517.874 | 12.097.377 | 2.437.331 | 3.230.405 | 124.406 | 123.597 | (812.469) | (565.070) | 13.119.256 | 15.503.753 |
| Intersegmentais | 555.512 | 251.214 | 1.638 | 1.880 | 157.459 | 213.867 | 97.860 | 98.109 | (812.469) | (565.070) | - | - |
| Externas | 296.602 | 366.230 | 10.516.236 | 12.095.497 | 2.279.872 | 3.016.538 | 26.546 | 25.488 | - | - | 13.119.256 | 15.503.753 |
| Custo venda | (28.845) | 6.484 | (9.147.286) | (10.856.668) | (1.610.281) | (2.335.587) | 2 | (68) | 650.890 | 392.642 | (10.135.520) | (12.793.197) |
| Custo venda mat. vendidos e consumidos | 2.014 | (1.630) | (9.425.388) | (10.761.403) | (1.632.417) | (2.354.830) | 2 | (68) | 650.890 | 392.642 | (10.404.899) | (12.725.289) |
| Variação produção | (30.859) | 8.114 | 278.102 | (95.265) | 22.136 | 19.243 | - | - | - | - | 269.379 | (67.908) |
| EBITDA (1) | 480.658 | 347.607 | 572.161 | 445.093 | 309.711 | 356.702 | 26.656 | 24.582 | (2) | - | 1.389.184 | 1.173.984 |
| Gastos não desembolsáveis | | | | | | | | | | | | |
| Amortizações e ajustamentos | (466.435) | (374.916) | (312.476) | (279.715) | (51.264) | (60.610) | (4.683) | (4.394) | - | - | (834.858) | (719.635) |
| Depreciações e amortizações | (274.134) | (210.915) | (305.146) | (270.568) | (52.380) | (58.220) | (4.683) | (4.394) | - | - | (636.343) | (544.097) |
| Imparidades | (192.301) | (164.001) | (7.330) | (9.147) | 1.116 | (2.390) | - | - | - | - | (198.515) | (175.538) |
| Provisões (liq.) | 13.486 | (1.129) | (16.861) | (9.065) | (7.410) | (20.931) | - | - | - | - | (10.785) | (31.125) |
| Provisões | (5.274) | - | (4.362) | (7.555) | (219) | (10.625) | - | - | - | - | (9.855) | (18.180) |
| Imparidades | - | (1.129) | (36.538) | (18.520) | (10.751) | (12.900) | - | - | - | - | (47.289) | (32.549) |
| Provisões - Reversões | 18.743 | - | 804 | 1.241 | 726 | 255 | - | - | - | - | 20.273 | 1.496 |
| Imparidades - Reversões | 17 | - | 23.235 | 15.770 | 2.834 | 2.338 | - | - | - | - | 26.086 | 18.108 |
| EBIT IAS / IFRS | 27.709 | (28.438) | 242.824 | 156.313 | 251.037 | 275.161 | 21.973 | 20.188 | (2) | - | 543.541 | 423.224 |
| Resultados particip. financeiras | (78.345) | 12.994 | (93.708) | (49.273) | 189.283 | 55.588 | 6 | (1) | 2 | - | 17.238 | 19.308 |
| Outros result. financeiros | 81.385 | 102.763 | (60.133) | (106.485) | (30.972) | (18.236) | (14.932) | (47.923) | - | - | (24.652) | (69.881) |
| Gastos de juros | 58.022 | 63.417 | (79.403) | (78.001) | (27.424) | (37.039) | (108.282) | (125.456) | 97.510 | 107.621 | (59.577) | (69.458) |
| Rédito de juros | 28.850 | 52.115 | 8.862 | 4.590 | 1.828 | 2.793 | 91.749 | 75.664 | (97.553) | (106.723) | 33.736 | 28.439 |
| O. Encargos Financeiros | (5.487) | (12.769) | 10.408 | (33.074) | (5.376) | 16.010 | 1.601 | 1.869 | 43 | (898) | 1.189 | (28.862) |
| Imposto sobre o Rendimento | (176.309) | (95.964) | (46.615) | (6.579) | (35.638) | (58.088) | (1.823) | 9.200 | - | - | (260.385) | (151.431) |
| Imposto Contribuição sobre Sector Energético | - | - | (28.667) | (29.005) | (39.380) | (37.997) | - | - | - | - | (68.047) | (67.002) |
| Interesses que não controlam | (22.927) | (27.969) | (4.444) | (1.800) | (1.227) | (1.883) | - | - | - | - | (28.598) | (31.652) |
| Resultado líquido consolidado do período | (168.487) | (36.614) | 9.257 | (36.829) | 333.103 | 214.545 | 5.224 | (18.536) | - | - | 179.097 | 122.566 |
| Em 31 dezembro 2016 e 31 dezembro 2015 | | | | | | | | | | | | |
| Outras informações | | | | | | | | | | | | |
| Ativos do segmento (2) | | | | | | | | | | | | |
| Participações financeiras (3) | 1.027.440 | 890.971 | 72.307 | 108.055 | 334.215 | 116.866 | 371 | 171 | - | - | 1.434.333 | 1.116.063 |
| Ativos não correntes detidos para venda | - | - | 4.128 | - | - | - | - | - | - | - | 4.128 | - |
| Outros ativos | 5.754.950 | 4.977.938 | 4.768.888 | 4.935.698 | 1.330.823 | 2.647.550 | 2.607.160 | 2.113.399 | (3.461.137) | (2.997.617) | 11.000.684 | 11.676.968 |
| Ativos totais consolidados | 6.782.390 | 5.868.909 | 4.845.323 | 5.043.753 | 1.665.038 | 2.764.416 | 2.607.531 | 2.113.570 | (3.461.137) | (2.997.617) | 12.439.145 | 12.793.031 |
| Passivos associados a ativos não correntes detidos para venda | - | - | 5.410 | - | - | - | - | - | - | - | 5.410 | - |
| Outros passivos | 938.974 | 930.460 | 4.347.969 | 2.962.612 | 862.748 | 2.108.828 | 3.201.773 | 3.600.624 | (3.461.137) | (2.997.617) | 5.890.328 | 6.604.907 |
| Passivos totais consolidados | 938.974 | 930.460 | 4.353.379 | 2.962.612 | 862.748 | 2.108.828 | 3.201.773 | 3.600.624 | (3.461.137) | (2.997.617) | 5.895.738 | 6.604.907 |
| Investimento ativos tangíveis e intangíveis | 961.609 | 966.901 | 123.828 | 67.886 | 22.585 | 28.406 | 3.784 | 4.192 | | | 1.111.806 | 1.067.384 |

(1) EBITDA - Resultados Segmentais/EBIT + Amortizações+Provisões

(2) Quantia líquida.

(3) Pelo Método da Equivalência Patrimonial.

Vendas e prestações de serviços intersegmentais

| Segmentos | | | | | unid: €k |
|--------------------------|-----------------------|--------------------------|----------------|---------------|----------------|
| | Exploração & Produção | Refinação & Distribuição | Gas & Power | Outros | Total |
| Gas & Power | - | 1.259 | - | 27.437 | 28.696 |
| Refinação & Distribuição | 555.512 | - | 157.457 | 59.941 | 772.910 |
| Exploração & Produção | - | 82 | - | 10.482 | 10.564 |
| Outros | - | 297 | 2 | - | 299 |
| | 555.512 | 1.638 | 157.459 | 97.860 | 812.469 |

As principais transações intersegmentais de vendas e prestações de serviços referem-se essencialmente a:

- Gas & Power: venda de gás natural para o processo produtivo das refinarias de Matosinhos e Sines (Refinação & Distribuição);
- Refinação & Distribuição: abastecimento de viaturas de todas as empresas do Grupo;
- Exploração & Produção: venda de crude ao segmento de Refinação & Distribuição;
- Outros: serviços de *backoffice* e de gestão.

Num contexto de partes relacionadas, à semelhança do que acontece entre empresas independentes que efetuam operações entre si, as condições em que assentam as suas relações comerciais e financeiras são regidas pelos mecanismos de mercado (Nota 28).

Os pressupostos subjacentes à determinação dos preços nas transações entre as empresas do Grupo assentam na consideração das realidades e características económicas das situações em apreço, ou seja, na comparação das características das operações ou das empresas suscetíveis de terem impacto sobre as condições inerentes às transações comerciais em análise. Neste contexto, são analisados, entre outros, os bens e serviços transacionados, as funções exercidas pelas partes (incluindo os ativos utilizados e os riscos assumidos), as cláusulas contratuais, a situação económica dos intervenientes bem como as respetivas estratégias negociais.

A remuneração, num contexto de partes relacionadas, corresponde assim à que é adequada, por regra, às funções exercidas por cada empresa interveniente, tendo em atenção os ativos utilizados e os riscos assumidos. Assim, e para determinação desta remuneração, são identificadas as atividades desenvolvidas e riscos assumidos pelas empresas no âmbito da cadeia de valor dos bens/serviços que transacionam, de acordo com o seu perfil funcional, designadamente, no que concerne às funções que levam a cabo - importação, fabrico, distribuição, retalho.

Em suma, os preços de mercado são determinados não apenas com recurso à análise das funções que são desempenhadas, dos ativos utilizados e riscos incorridos por uma entidade, mas também tendo presente o contributo desses elementos para a rentabilidade da empresa. Esta análise passa por verificar se os indicadores de rentabilidade das empresas envolvidas se enquadram dentro dos intervalos calculados com base na avaliação de um painel de empresas funcionalmente comparáveis, mas independentes, permitindo assim que os preços sejam fixados com vista a que se respeite o princípio de plena concorrência.

Apresenta-se informação detalhada sobre as vendas e prestação de serviços, ativos tangíveis e intangíveis e investimentos financeiros por cada região geográfica onde a Galp opera:

| | unid: €k | | | | | |
|-----------------------|--------------------------------|-------------------|-------------------------------|------------------|---------------------------|------------------|
| | Vendas e prestação de serviços | | Ativo tangíveis e intangíveis | | Investimentos financeiros | |
| | 2016 | 2015 (a) | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| África | 266.649 | 410.067 | 1.221.909 | 1.183.091 | 17.174 | 20.240 |
| América latina | 284.176 | 366.376 | 2.400.080 | 1.534.150 | - | - |
| Europa | 12.568.431 | 14.727.310 | 2.642.431 | 4.038.494 | 1.417.159 | 1.095.823 |
| Portugal | 8.466.824 | 10.149.233 | 2.269.177 | 3.590.260 | 343.839 | 138.700 |
| Outros países Europa | 4.101.607 | 4.578.077 | 373.254 | 448.234 | 1.073.320 | 957.123 |
| | 13.119.256 | 15.503.753 | 6.264.420 | 6.755.735 | 1.434.333 | 1.116.063 |

(a) Valores reexpressos

Do total de €1.073.320 k considerado em Investimentos financeiros em Outros países Europa, €1.026.728 k foram investidos em empresas relacionadas com projetos no Brasil.

A reconciliação entre as rubricas Relato por segmentos e a Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

| Rubricas do Relato por segmentos | 2016 | | 2015 | | Rubricas da demonstração de resultados | 2016 | | 2015 | |
|---|------------------|------------------|------|--|---|------------------|------------------|------|--|
| | | | | | | | | | |
| Proveitos | | | | | | | | | |
| Vendas e prestações de serviços | 13.119.256 | 15.503.753 | | | Vendas | 12.487.942 | 14.869.272 | | |
| | | | | | Prestações de serviços | 631.314 | 634.481 | | |
| Custo das vendas | (10.135.520) | (12.793.197) | | | Custo das vendas | (10.135.520) | (12.793.197) | | |
| | | | | | Outros proveitos operacionais | 121.336 | 101.193 | | |
| | | | | | Fornecimentos e serviços externos | (1.284.500) | (1.227.917) | | |
| | | | | | Custos com o pessoal | (333.848) | (343.498) | | |
| | | | | | Outros custos operacionais | (97.540) | (66.350) | | |
| EBITDA IAS/IFRS (1) | 1.389.184 | 1.173.984 | | | Resultado operac. antes amort e prov | 1.389.184 | 1.173.984 | | |
| Gastos não desembolsáveis | | | | | | | | | |
| Amortizações e ajustamentos | (834.858) | (719.635) | | | Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de ativos fixos | (834.858) | (719.635) | | |
| Provisões (liq.) | (10.785) | (31.125) | | | Provisões e perdas por imparidade de contas a receber | (10.785) | (31.125) | | |
| EBIT IAS/IFRS | 543.541 | 423.224 | | | Outros custos operacionais | 543.541 | 423.224 | | |
| Resultados particip. financeiras | 17.238 | 19.308 | | | Resultados relativos a participações financeiras e perdas por imparidades de Goodwill | 17.238 | 19.308 | | |
| Outros result. financeiros | (24.652) | (69.881) | | | | | | | |
| | | | | | Proveitos financeiros | 38.643 | 32.387 | | |
| | | | | | Custos financeiros | (72.026) | (79.700) | | |
| | | | | | Ganhos (perdas) cambiais | (8.661) | (9.792) | | |
| | | | | | Rendimento de instrumentos financeiros | 17.392 | (12.776) | | |
| Imposto sobre o rendimento | (260.385) | (151.431) | | | Imposto sobre o rendimento | (260.385) | (151.431) | | |
| Contribuição extraordinária sector energético | (68.047) | (67.002) | | | Contribuição extraordinária sector energético | (68.047) | (67.002) | | |
| Interesses minoritários | (28.598) | (31.652) | | | Interesses que não controlam | (28.598) | (31.652) | | |
| Resultado líquido do exercício | 179.097 | 122.566 | | | Resultado líquido do exercício | 179.097 | 122.566 | | |

8. Proveitos e custos financeiros

O detalhe do valor apurado relativamente a proveitos e custos financeiros para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

| Rubricas | unid: €k | |
|--|-----------------|-----------------|
| | Dezembro 2016 | Dezembro 2015 |
| Proveitos financeiros: | | |
| Juros de depósitos bancários | 27.272 | 23.294 |
| Juros obtidos e outros proveitos relativos a empresas relacionadas | 6.465 | 5.169 |
| Outros proveitos financeiros | 4.906 | 3.924 |
| | 38.643 | 32.387 |
| Custos financeiros: | | |
| Juros de empréstimos, descobertos bancários e outros | (112.730) | (122.361) |
| Juros suportados relativos a empresas relacionadas | (8.669) | (7.898) |
| Juros capitalizados nos ativos fixos (Nota 12) | 81.254 | 88.522 |
| Juros líquidos com benefícios de reforma e outros benefícios | (9.798) | (10.140) |
| Encargos relacionados com empréstimos | (12.935) | (17.019) |
| Outros custos financeiros | (9.148) | (10.804) |
| | (72.026) | (79.700) |
| | (33.383) | (47.313) |

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Grupo procedeu à capitalização na rubrica Ativos tangíveis em curso, o montante de €81.254 k, relacionado com encargos financeiros incorridos com empréstimos para financiamento de investimentos em ativos tangíveis e intangíveis durante o seu período de construção (Nota 12).

Durante 2016, o montante capitalizado corresponde a 72% do total do juros suportados pelo Grupo no montante de € 112.730 k. O montante de juros capitalizados é rateado pelos investimentos em curso.

9. Imposto sobre o rendimento

As operações do Grupo têm lugar em várias regiões geográficas e desenvolvidas por diversas entidades legais, sendo aplicáveis as taxas de imposto sobre o rendimento estabelecidos localmente.

As empresas do Grupo com sede em Portugal e cuja percentagem de participação detida pelo Grupo é igual

ou superior a 75%, desde que tal participação lhe confira mais de 50% do direito de voto, são tributadas através do regime especial de tributação de grupos de sociedades, sendo o resultado fiscal apurado na Galp Energia, SGPS, S.A. A taxa média de imposto aplicada às empresas com sede em Portugal foi de 25%.

As empresas com sede fiscal em Espanha, e cuja percentagem de participação detida pelo Grupo é superior a 75% passaram a partir do exercício de 2005 a ser tributadas numa ótica consolidada. Neste momento, a referida consolidação fiscal é efetuada pela Galp Energia Espanha S.A. em representação da sociedade Galp Energia SGPS, S.A. A taxa de imposto aplicada às empresas com sede em Espanha foi de 25%.

Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento da Empresa e suas subsidiárias é registada com base nos seus resultados fiscais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi registado na rubrica imposto sobre o rendimento o montante €260.385 k.

As seguintes situações podem afetar os impostos sobre os lucros a pagar no futuro:

- i) De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.
- ii) Durante os exercícios de 2001 a 2016, a subsidiária Petrogal, S.A. foi objeto de diversas inspeções por parte das autoridades fiscais com incidência sobre os exercícios de 1997 a 2011 e que se encontram a seguir o seu curso normal tendo em consideração a avaliação da empresa. Nos pontos (v) a (xiii) abaixo detalham-se os procedimentos em aberto.
- iii) Durante o exercício de 2009, foi concluída uma ação de inspeção ao exercício de 2005 e de 2006 da Galp Energia, SGPS, S.A. e das subsidiárias Petrogal, S.A. e Galp Gás & Power, SGPS, S.A., cujas correções são resumidas no ponto (vii) abaixo.
- iv) As declarações fiscais da Galp relativas aos exercícios de 2013 a 2016 poderão ainda ser sujeitas a revisão. Todavia, a Administração da Galp considera que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015.
- v) Conforme mencionado no ponto ii) acima, ocorreu durante o exercício de 2004, uma inspeção das autoridades fiscais às declarações de IRC da subsidiária Petrogal S.A. referente aos exercícios de 2000, 2001 e 2002 da qual resultaram liquidações adicionais à matéria coletável comunicada nos montantes de €740 k, €10.806 k e €2.479 k, respetivamente, que se encontram parcialmente pagas no montante de €11.865 k. Adicionalmente, e com referência ao exercício de 2001 a Petrogal procedeu à impugnação judicial da liquidação emitida. Nessa medida, e atendendo à expectativa do montante adicional a incorrer com aquelas liquidações, a Petrogal procedeu à constituição de uma provisão para fazer face às referidas liquidações no montante de €7.394 k (Nota 25).
- vi) Conforme mencionado no ponto (ii) acima, ocorreu durante o exercício de 2006, uma inspeção das autoridades fiscais à declaração de IRC do exercício de 2003 da subsidiária Petrogal S.A da qual resultou uma correção à matéria coletável comunicada a essa sociedade no montante de €12.098 k a que corresponde uma liquidação de €5.265 k, que foi contestada e parcialmente paga no decurso do exercício de 2008 no montante de €2.568 k tendo sido reconhecida como custo nas demonstrações dos resultados daquele exercício.
- vii) Conforme mencionado nos pontos (ii) e (iii) acima, ocorreu durante o exercício de 2009, uma inspeção fiscal à declaração de IRC do exercício de 2005 da Galp Energia, SGPS, S.A. e das subsidiárias Petrogal, S.A. e Galp Gás & Power SGPS, S.A. (anteriormente designada como GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A.). Desta, resultaram correções às matérias coletáveis comunicadas às Empresas e que conduzem a uma liquidação adicional de €23.587 k, tendo sido prestada uma garantia bancária em Janeiro de 2010 no montante de €27.010 k. Por não concordar com a correção efetuada, a Empresa, apresentou uma reclamação graciosa e ainda a respetiva impugnação judicial onde contesta a fundamentação da liquidação em apreço, tendo a Galp Energia SGPS, S.A. constituído em exercícios anteriores uma provisão pelo montante de €3.230 k e a sua subsidiária Galp Gás & Power, SGPS, S.A. (anteriormente designada como GDP, SGPS, S.A.) pelo montante de €2.092 k para esse efeito. Atendendo aos desenvolvimentos favoráveis verificados em 2014, a empresa anulou integralmente nesse ano a provisão anteriormente constituída.
- viii) Adicionalmente e em consequência de processos inspetivos ocorridos no decurso do ano de 2010 sobre os exercícios de 2006 e 2007, as declarações da Petrogal S.A foram objeto de correções que originam montantes de imposto a pagar de €479 k e €190 k, respetivamente. Por discordar parcialmente das correções efetuadas, a empresa não procedeu ao pagamento do montante de €304 k relativamente ao exercício de 2006 e de €87 k relativamente ao exercício de 2007. Dos montantes não pagos, a empresa apresentou as respetivas Reclamações Graciosas, tendo subsequentemente procedido a impugnação judicial do indeferimento das mesmas.

- ix) No decurso do exercício de 2011, a subsidiária Petrogal, S.A. foi alvo de uma inspeção incidente sobre o exercício de 2008, tendo desta resultado correções ao Lucro Tributável a que corresponde um imposto a pagar de €492 k. Por discordar de parte das correções antes referidas, a Empresa apresentou a respetiva contestação que se encontra em apreciação na via judicial.
- x) Em resultado da inspeção efetuada sobre o exercício de 2009 da subsidiária Petrogal, S.A., resultaram correções em sede de IRC que correspondem a um imposto a pagar do qual a Empresa optou por contestar o montante de €375 k, através da apresentação de reclamação graciosa e subsequente Recurso Hierárquico e que se encontra no seu normal trânsito na via administrativa.
- xi) No exercício de 2014 foi concluída a inspeção fiscal incidente sobre o exercício de 2010 da subsidiária Petrogal, S.A, bem como das outras empresas integrantes do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades do qual resultaram correções a favor do Grupo que originaram um reembolso de imposto ao Grupo de €1 k.
- xii) No exercício de 2015 foi concluída a inspeção fiscal sobre o exercício de 2011 da subsidiária Petrogal S.A. e ainda do Grupo de consolidação fiscal liderado pela Galp Energia SGPS, S.A. Das referidas inspeções não resultaram quaisquer correções que correspondam a um imposto a pagar com referência ao exercício em apreço.
- xiii) Será ainda de referir que a subsidiária Petrogal, S.A., em consequência de processo inspetivo ocorrido no decurso do exercício de 2009, foi objeto de uma correção em sede de imposto sobre o valor acrescentado (IVA) pelo montante de €4.577 k. Atendendo ao facto da referida correção respeitar a um aspeto meramente formal, a Empresa entende que o supracitado montante não será devido, desde que a formalidade exigida esteja cumprida, o que já se verificou. Neste sentido, a Empresa apresentou reclamação graciosa e subsequente Recurso Hierárquico onde contesta a antedita correção, tendo ambos sido indeferidos. A Empresa por manter a convicção da sua razão apresentou impugnação judicial das decisões antes referidas, tendo todavia procedido, no exercício de 2016, ao pagamento da dívida fiscal correspondente e ao seu reconhecimento enquanto gasto do exercício.
- xiv) Derivado das operações de pesquisa e produção petrolífera em Angola, o Grupo encontra-se ainda sujeito ao pagamento do Imposto sobre o Rendimento do Petróleo (IRP) determinado com base no regime fiscal angolano, aplicado aos contratos de partilha de produção onde o Grupo participa. Em 31 de dezembro de 2016, encontram-se em discussão com o Ministério das Finanças de Angola os resultados preliminares das auditorias fiscais ao cálculo de IRP relativo aos exercícios de 2003 a 2010, tendo o Grupo entendido proceder à constituição de uma provisão para fazer face a eventuais correções daí resultantes. Assim, a 31 de dezembro de 2016, a provisão constituída ascende a €22.581 k (Notas 25 e 33).
- xv) Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais em Portugal são reportáveis e passíveis de utilização em períodos futuros pelo prazo de 5 e 12 exercícios, consoante sejam gerados nos exercícios de 2012 e 2013, ou nos exercícios de 2014, 2015 e 2016 em diante, respetivamente.
- xvi) No que se refere aos prejuízos fiscais das empresas do Grupo com sede em território brasileiro e espanhol, não existe qualquer limitação temporal à sua utilização futura. Por outro lado, os prejuízos fiscais das empresas com sede na Holanda podem ser utilizados em períodos futuros no prazo de nove exercícios.
- xvii) O Grupo entendeu registar impostos diferidos ativos por prejuízos fiscais reportáveis apenas para as subsidiárias em que existem perspectivas de recuperação.

Os impostos sobre o rendimento e a contribuição extraordinária sobre o sector energético, reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são detalhados como segue:

| Rubricas | unid: €k | |
|--|----------------|--------------------|
| | Dezembro 2016 | Dezembro 2015 |
| Imposto corrente | 118.701 | 72.454 |
| IRP - Imposto s/ rendimento petróleo | 11.645 | 23.764 |
| PE - Participação especial | 103.719 | 82.920 |
| (Excesso)/insuficiência da estimativa de imposto do ano anterior | 4.196 | (10.296) |
| Imposto diferido | 21.941 | (16.672) |
| Diferenças de câmbio | 183 | (739) (a) |
| Imposto sobre o rendimento | 260.385 | 151.431 (a) |
| Contribuição extraordinária sobre o sector energético | 68.047 | 67.002 |
| | 328.432 | 218.433 (a) |

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2,26

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Grupo tem registado em Imposto corrente sobre o rendimento a pagar o montante de €75.440 k e €9.214 k respetivamente, conforme segue:

| Rubricas | unid: €k | |
|--|-----------------|----------------|
| | 2016 | 2015 |
| Grupo Galp Gás Natural Distribuição (Nota 28) | | |
| Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. (Nota 28) | 9.925 | - |
| Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. (Nota 28) | 3.094 | - |
| Galp Gás Natural Distribuição, S.A. (Nota 28) | 1.349 | - |
| Duriensegás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Douro, S.A. (Nota 28) | 545 | - |
| Dianagás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Évora, S.A. (Nota 28) | 212 | - |
| Medigás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Algarve, S.A. (Nota 28) | 210 | - |
| Paxgás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Beja, S.A. (Nota 28) | 62 | - |
| | 15.397 | - |
| Estado e outros entes públicos | (90.837) | (9.214) |
| | (75.440) | (9.214) |

Seguidamente, apresenta-se a reconciliação do imposto do exercício sobre o rendimento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e o detalhe dos impostos diferidos:

| | Dezembro 2016 (€ k) | Taxa | Imposto sobre o rendimento (€ k) | Dezembro 2015 (€ k) | | Taxa | Imposto sobre o rendimento (€ k) | |
|---|---------------------------|---------------|--|---------------------------|-----|---------------|--|-----|
| Resultado antes de impostos: | 536.127 | 27,00% | 144.754 | 372.651 | (a) | 27,00% | 100.815 | (a) |
| Ajustamentos ao imposto sobre o rendimento: | | | | | | | | |
| Equivalência patrimonial | | -0,87% | (4.654) | | | -1,60% | (5.975) | |
| Benefícios fiscais | | -0,17% | (925) | | | -0,71% | (2.653) | |
| Realizações de utilidade social | | 0,00% | - | | | 0,09% | 330 | |
| Diferenças de taxa de imposto | | 0,49% | 2.615 | | | 4,20% | 15.660 | |
| (Excesso)/Insuficiência da estimativa de imposto do ano anterior | | 0,78% | 4.196 | | | -2,76% | (10.296) | |
| Tributação autónoma | | 0,51% | 2.747 | | | 0,84% | 3.123 | |
| PE - Participação especial e IRP - Imposto s/ rendimento Petróleo | | 14,31% | 76.714 | | | 17,40% | 64.823 | |
| Outros acréscimos e deduções | | 6,52% | 34.938 | | | -3,86% | (14.396) | (a) |
| Taxa e Imposto sobre o rendimento efetivo sobre os lucros | | 48,57% | 260.385 | | | 40,58% | 151.431 | (a) |

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.26

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Grupo suportou, através da Galp Energia Overseas Block 14 B.V., em nome da sua sucursal em Angola, o montante de €10.891 k a título de Imposto sobre o Rendimento do Petróleo (IRP), determinado com base no regime fiscal angolano aplicado aos Contratos de Partilha de Produção (CPP), em que o Grupo participa.

Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o saldo de impostos diferidos ativos e passivos é composto como segue:

unid: €k

| Rubricas | Impostos diferidos dezembro 2016 - Ativos | | | | | | |
|--|---|----------------------|---------------------------|----------------------------|--------------------------------------|---------------------|----------------|
| | Saldo inicial | Efeito em resultados | Efeito em capital próprio | Efeito da variação cambial | Varição do perímetro de consolidação | Outros ajustamentos | Saldo final |
| Ajustamentos em acréscimos e diferimentos | 6.512 | (318) | - | - | (828) | - | 5.366 |
| Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis | 41.214 | (14.111) | - | 1.964 | (7) | (1.428) | 27.632 |
| Ajustamentos em inventários | 631 | 26 | - | - | - | - | 657 |
| Ajustamentos <i>Overlifting</i> | 927 | 607 | - | 61 | - | - | 1.595 |
| Benefícios de reforma e outros benefícios | 102.402 | (2.065) | (1.366) | - | (12.083) | 14 | 86.902 |
| Dupla tributação económica | 2.752 | - | - | - | - | - | 2.752 |
| Instrumentos financeiros | 254 | 1.445 | (1.654) | - | - | - | 45 |
| Prejuízos fiscais reportáveis | 102.430 | (13.130) | - | 5.625 | - | 1.428 | 96.353 |
| Proveitos permitidos | 8.541 | 1.109 | - | - | (2.492) | 240 | 7.398 |
| Provisões não aceites fiscalmente | 33.036 | 11.604 | - | 3.809 | (1.286) | (6) | 47.157 |
| Diferenças de câmbio potenciais Brasil | 133.192 | (50.103) | (89.103) | 27.082 | - | 298 | 21.366 |
| Outros | 30.243 | 4.747 | - | 3.647 | (865) | (11) | 37.761 |
| | 462.134 | (60.189) | (92.123) | 42.188 | (17.561) | 535 | 334.984 |

unid: €k

| Rubricas | Impostos diferidos dezembro 2015 - Ativos | | | | | | |
|--|---|----------------------|---------------------------|----------------------------|---------------------|----------------|--|
| | Saldo inicial | Efeito em resultados | Efeito em capital próprio | Efeito da variação cambial | Outros ajustamentos | Saldo final | |
| Ajustamentos em acréscimos e diferimentos | 8.284 | (1.814) | - | - | 42 | 6.512 | |
| Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis | 25.033 | 134 | - | 4.037 | 12.010 | 41.214 | |
| Ajustamentos em inventários | 742 | (111) | - | - | - | 631 | |
| Ajustamentos <i>Overlifting</i> | 147 | 749 | - | 31 | - | 927 | |
| Benefícios de reforma e outros benefícios | 100.847 | (353) | 1.867 | - | 41 | 102.402 | |
| Dupla tributação económica | 3.522 | (771) | - | - | 1 | 2.752 | |
| Instrumentos financeiros | - | - | 254 | - | - | 254 | |
| Prejuízos fiscais reportáveis | 65.950 | 40.061 | - | (4.302) | 721 | 102.430 | |
| Proveitos Permitidos | 14.083 | (5.542) | - | - | - | 8.541 | |
| Provisões não aceites fiscalmente | 27.374 | 8.489 | - | (2.790) | (37) | 33.036 | |
| Diferenças de câmbio potenciais Brasil | 79.523 | (31.661) | 112.945 | (16.876) | (10.739) | 133.192 | |
| Outros | 38.468 | (17.138) | - | (171) | 9.084 | 30.243 | |
| | 363.973 | (7.957) | 115.066 | (20.071) | 11.123 | 462.134 | |

unid: €k

| Impostos diferidos dezembro 2016 - Passivos | | | | | |
|--|------------------|----------------------|----------------------------|---------------------------------------|-----------------|
| Rubricas | Saldo inicial | Efeito em resultados | Efeito da variação cambial | Variação do perímetro de consolidação | Saldo final |
| Ajustamentos em acréscimos e diferimentos | (13) | (540) | 46 | - | (507) |
| Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis | (34.531) | 27.114 | (5.128) | - | (12.545) |
| Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis Justo Valor | (20.682) | (5.235) | (657) | 3.452 | (23.122) |
| Ajustamentos em inventários | (181) | 99 | - | - | (82) |
| Ajustamentos <i>Underlifting</i> | (389) | 298 | 2 | - | (89) |
| Dividendos | (27.612) | 13.441 | - | - | (14.171) |
| Instrumentos financeiros | - | (1.446) | - | - | (1.446) |
| Proveitos permitidos | (22.622) | 4.327 | - | 6.450 | (11.845) |
| Reavaliações contabilísticas | (2.386) | 202 | - | 1.163 | (1.021) |
| Outros | (968) | (12) | (5) | - | (985) |
| | (109.384) | 38.248 | (5.742) | 11.065 | (65.813) |

unid: €k

| Impostos diferidos dezembro 2016 - Passivos | | | | | |
|--|------------------|----------------------|----------------------------|---------------------------------------|------------------|
| Rubricas | Saldo inicial | Efeito em resultados | Efeito da variação cambial | Variação do perímetro de consolidação | Saldo final |
| Ajustamentos em acréscimos e diferimentos | (53) | 2 | 38 | - | (13) |
| Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis | (20.019) | (8.526) | 1.149 | (12.736) | (40.132) |
| Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis Justo Valor | (16.496) | 2.626 | - | (1.211) | (15.081) |
| Ajustamentos em inventários | (181) | - | - | - | (181) |
| Ajustamentos <i>Underlifting</i> | (1.113) | 836 | (112) | - | (389) |
| Dividendos | (39.973) | 12.361 | - | - | (27.612) |
| Proveitos permitidos | (39.828) | 17.206 | - | - | (22.622) |
| Reavaliações contabilísticas | (2.605) | 219 | - | - | (2.386) |
| Outros | (920) | (95) | 8 | 39 | (968) |
| | (121.188) | 24.629 | 1.083 | (13.908) | (109.384) |

A variação do imposto diferido refletido no Capital Próprio é repartido da seguinte forma:

- O montante €1.366 k de variações dos impostos diferidos relacionados com a componente de Ganhos e Perdas atuariais inclui: i) €293 k relativos a empresas do Grupo, e ii) €1.073 k relativos aos impostos diferidos registados até a data em que as empresas que foram alienadas (Nota 3.1 d).
- 1.654 k de variações dos impostos diferidos relacionados com as componentes de reservas de cobertura;
- €89.103k que inclui €62.372 k relativo aos impostos diferidos de diferenças cambiais resultantes das dotações financeiras que são assemelhadas a *quasi capital* (Nota 20) e €26.731 k relativos a interesses que não controlam.

As diferenças de câmbio potenciais do Brasil resultam de um opção fiscal de tributar as diferenças de câmbio apenas quando estas se realizam.

No que respeita aos prejuízos fiscais para os quais se encontram constituídos impostos diferidos ativos, os mesmos tem o seguinte detalhe:

| Ano | Prejuízos fiscais reportáveis | Ano limite utilização | Imposto diferido ativo |
|-------------------|-------------------------------|-----------------------|------------------------|
| Holanda: | | | |
| 2012 e anteriores | 16.842 | 2022 | |
| 2013 | 1.863 | 2023 | |
| 2014 | 217 | 2024 | |
| 2015 | 834 | 2025 | |
| 2016 | 56.966 | 2026 | |
| | 76.722 | | 13.674 |
| Espanha: | | | |
| 2012 e anteriores | 33.183 | Sem limite | |
| 2013 | - | Sem limite | |
| 2014 | 89.462 | Sem limite | |
| 2015 | 141.864 | Sem limite | |
| | 264.509 | | 65.695 |
| Brasil: | | | |
| 2013 | 2.233 | Sem limite | |
| 2014 | 520 | Sem limite | |
| 2015 | 7.321 | Sem limite | |
| 2016 | 38.629 | Sem limite | |
| | 48.703 | | 16.559 |
| Portugal: | | | |
| 2014 | 265 | 2026 | |
| 2015 | 1.760 | 2027 | |
| | 2.025 | | 425 |

Relativamente aos pressupostos que suportam a existência de lucros tributáveis futuros suficientes à realização dos impostos diferidos ativos, a Galp segue o plano a médio e longo prazo elaborado para as empresas.

Será ainda de referir que, no caso das jurisdições em que existem regimes de consolidação fiscal, a Galp simula a realização dessas consolidações. Deve-se ainda referir que é considerado como período para recuperação dos impostos diferidos ativos por prejuízos fiscais, os prazos legalmente fixados para que essa recuperação possa ocorrer.

Nas situações em que o período legal para recuperação excede os períodos para os quais o Grupo procede a preparação de Orçamentos e Planos, são efetuadas previsões para esses períodos com base nos valores apurados para os exercícios dos Orçamentos e Planos.

No caso das perdas existentes com referência ao Brasil, as mesmas serão recuperadas pelos resultados tributáveis futuros expetáveis em função da crescente atividade de exploração petrolífera.

Relativamente à Holanda, apenas foram constituídos impostos diferidos ativos relativamente a parte das perdas reconhecidas respeitantes a liquidação da sociedade Tarfaya BV que se encontrava constituída para a exploração de hidrocarbonetos numa área de exploração em Marrocos, cuja exploração comercial veio a verificar-se não ser possível.

Essas perdas serão naturalmente utilizadas nos resultados gerados no exercício normal da atividade da sociedade Galp Energia E&P B.V., conforme os orçamentos e planos existentes.

No caso específico de Espanha, a recuperação dos prejuízos fiscais ocorre para além dos prazos relativamente aos quais preparamos orçamentos e planos, sendo, todavia, baseados em extrapolações desses orçamentos e planos assentes em critérios de razoabilidade económica.

Será a esse propósito de realçar que a expectável melhoria dos resultados fiscais em Espanha tem por base o incremento da atividade atualmente existente e ainda a constante procura de novos negócios e soluções.

10. Resultados por ação

O resultado por ação em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi o seguinte:

| | unid: €k | |
|---|---------------|---------------|
| | Dezembro 2016 | Dezembro 2015 |
| Resultados | | |
| Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação (resultado líquido consolidado do exercício atribuível aos Acionistas da Galp Energia SGPS, S.A.) | 179.097 | 122.566 |
| Número de ações | | |
| Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação (Nota 19) | 829.250.635 | 829.250.635 |
| Resultado por ação básico e diluído (valores em Euros): | 0,22 | 0,15 |

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado líquido por ação básico.

11. Goodwill

A diferença entre os montantes pagos na aquisição de participações em empresas do Grupo e o justo valor dos capitais próprios das empresas adquiridas era, em 31 de dezembro de 2016, conforme segue:

| 2016 | | | | | | | | | | | unid: €k |
|---|------------------|--|---------|----------|---------------|-------------------------|--------------------------|-----------------|-----------------|---------------|----------|
| Subsidiárias | Ano de aquisição | Proporção dos capitais próprios adquiridos à data de aquisição | | | | Movimento do Goodwill | | | | | |
| | | Custo de aquisição | % | Montante | Dezembro 2015 | Diferenças cambiais (d) | Varição de perímetro (e) | Imparidades (g) | Dezembro 2016 | | |
| Galp Energia España, S.A. | | | | | | | | | | | |
| Galp Comercializacion Oil España, S.L. | (a) | 2008 | 176.920 | 100,00% | 129.471 | 37.725 | - | - | (37.725) | - | |
| Galp Distribución Oil España, S.A.U. | (b) | 2008 | 172.822 | 100,00% | 123.611 | 11.092 | - | - | (11.092) | - | |
| Petróleos de Valência, S.A. Sociedad Unipersonal | (a) | 2005 | 13.937 | 100,00% | 6.099 | - | - | - | - | - | |
| | | | | | | 48.817 | - | - | (48.817) | - | |
| Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. | | | | | | | | | | | |
| Galp Comercialização Portugal, S.A. | (c) | 2008 | 146.000 | 100,00% | 69.027 | 50.556 | - | - | - | 50.556 | |
| | | | | | | 50.556 | - | - | - | 50.556 | |
| Galp Swaziland (PTY) Limited | | 2008 | 18.117 | 100,00% | 651 | 20.914 | 687 | - | - | 21.601 | |
| Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S.L.U. | | 2003 | 6.938 | 100,00% | 1.370 | 5.568 | - | - | - | 5.568 | |
| Galp Gambia, Limited | (f) | 2008 | 6.447 | 100,00% | 1.693 | - | - | - | - | - | |
| Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L. | | 2007 e 2008 | 8.360 | 15,77% | 4.031 | 4.329 | - | - | - | 4.329 | |
| Galp Moçambique, Lda. | | 2008 | 5.943 | 100,00% | 2.978 | 3.893 | 128 | - | - | 4.021 | |
| Duriensegás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Douro, S.A. | | 2006 | 3.094 | 25,00% | 1.454 | 1.640 | - | (1.640) | - | - | |
| Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. | | 2002/3 e 2007/8/9 | 1.440 | 1,543% | 856 | 584 | - | (584) | - | - | |
| Gasinsular - Combustíveis do Atlântico, S.A. | | 2005 | 50 | 100,00% | (353) | 403 | - | - | - | 403 | |
| Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A. | | 2005 | 858 | 67,65% | 580 | 278 | - | - | - | 278 | |
| Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A. | | 2003/6 e 2007 | 152 | 0,94% | 107 | 51 | - | (51) | - | - | |
| Galp Sinopec Brazil Services (Cyprus) | | 2012 | 3 | 100,00% | 1 | 2 | - | - | - | 2 | |
| | | | | | | 137.035 | 815 | (2.275) | (48.817) | 86.758 | |

2015

unid: €k

| Subsidiárias | Ano de aquisição | Proporção dos capitais próprios adquiridos à data de aquisição | | | Movimento do Goodwill | | | | | |
|---|------------------|--|---------|----------|-----------------------|-------------------------|-----------------------|-----------------|-----------------|----------------|
| | | Custo de aquisição | % | Montante | 2014 | Diferenças cambiais (d) | Variação de perímetro | Imparidades (g) | 2015 | |
| Galp Energia España, S.A. | | | | | | | | | | |
| Galp Comercializacion Oil España, S.L. | (a) | 2008 | 176.920 | 100,00% | 129.471 | 46.266 | - | - | (8.541) | 37.725 |
| Petróleos de Valência, S.A. Sociedad Unipersonal | (a) | 2005 | 13.937 | 100,00% | 6.099 | 7.759 | - | - | (7.759) | - |
| Galp Distribución Oil España, S.A.U. | (b) | 2008 | 172.822 | 100,00 % | 123.611 | 46.823 | - | - | (35.731) | 11.092 |
| | | | | | 100.848 | | - | - | (52.031) | 48.817 |
| Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. | | | | | | | | | | |
| Galp Comercialização Portugal, S.A. | (c) | 2008 | 146.000 | 100,00% | 69.027 | 50.556 | - | - | - | 50.556 |
| | | | | | 50.556 | | - | - | - | 50.556 |
| Galp Swaziland (PTY) Limited | | 2008 | 18.117 | 100,00% | 651 | 18.754 | 2.160 | - | - | 20.914 |
| Madrileña Suministro de Gas S.L. | | 2010 | 43.356 | 100,00% | 12.641 | 29.766 | - | (29.766) | - | - |
| Madrileña Suministro de Gas SUR S.L. | | 2010 | 12.523 | 100,00% | 3.573 | 8.686 | - | (8.686) | - | - |
| Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S.L.U. | | 2003 | 6.938 | 100,00% | 1.370 | 5.568 | - | - | - | 5.568 |
| Galp Gambia, Limited | | 2008 | 6.447 | 100,00% | 1.693 | 405 | (405) | - | - | - |
| Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L | | 2007 e 2008 | 8.360 | 15,77% | 4.031 | 4.329 | - | - | - | 4.329 |
| Galp Moçambique, Lda. | | 2008 | 5.943 | 100,00% | 2.978 | 3.491 | 402 | - | - | 3.893 |
| Duriensegás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Douro, S.A. | | 2006 | 3.094 | 25,00% | 1.454 | 1.640 | - | - | - | 1.640 |
| Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. | | 2002/3 e 2007/8/9 | 1.440 | 1,543% | 856 | 584 | - | - | - | 584 |
| Probigalp - Ligantes Betuminosos, S.A. | | 2007 | 720 | 10,00% | 190 | - | - | - | - | - |
| Gasinsular - Combustíveis do Atlântico, S.A. | | 2005 | 50 | 100,00% | (353) | 403 | - | - | - | 403 |
| Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A. | | 2005 | 858 | 67,65% | 580 | 278 | - | - | - | 278 |
| Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A. | | 2003/6 e 2007 | 152 | 0,94% | 107 | 51 | - | - | - | 51 |
| Galp Sinopec Brazil Services (Cyprus) | | 2012 | 3 | 100,00% | 1 | 2 | - | - | - | 2 |
| | | | | | 225.361 | | 2.157 | (38.452) | (52.031) | 137.035 |

(a) As subsidiárias Petróleos de Valência, S.A. Sociedad Unipersonal e Galp Comercializacion Oil España, S.L. foram integradas na Galp Energia España, S.A., através de um processo de fusão por incorporação, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

(b) A subsidiária Galp Distribución Oil España, S.A.U., foi integrada na Galp Energia España, S.A. através de um processo de fusão por incorporação no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

(c) A subsidiária Galp Comercialização Portugal, S.A., foi integrada na Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. através de um processo de fusão por incorporação no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

(d) As diferenças cambiais resultam da conversão do Goodwill registado na moeda funcional das empresas, para a moeda de reporte do Grupo (Euros) à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras (Notas 2.2 d) e 20).

(e) O grupo Galp Gás Natural Distribuição (GGND) deixou de consolidar integralmente no Grupo Galp Energia, SGPS, S.A., passando as empresas que o compõem a ser tratadas como empreendimentos conjuntos (Notas 3.1 d) e 4.1).

(f) Ativos não correntes detidos para venda (Nota 3.1 f)

(g) Valores apurados na sequência dos testes de imparidade do Goodwill (Nota 4.4).

Análise de imparidade do Goodwill

Na análise da imparidade do *Goodwill*, o mesmo é adicionado à unidade ou unidades geradoras de caixa a que respeita. O valor de uso é determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados da unidade geradora de caixa. A quantia recuperável é estimada para a unidade geradora de caixa a que o *Goodwill* seja alocado, segundo o método dos fluxos de caixa descontados. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC (Weighted Average Cost of Capital) do grupo Galp para o segmento de negócio e país a que a unidade geradora de caixa pertence.

31 de dezembro de 2016:

| Pressupostos | | | | |
|---|-------------------------------------|--|---|---|
| Unidade geradora de caixa | Modelo de avaliação | Fluxos de caixa | Fator de crescimento | Taxas de desconto |
| Participação financeira (compreendida em segmentos de negócios) | DCF (<i>Discounted Cash Flow</i>) | Conforme plano de negócios corporativo | Modelo de Gordon com fator de crescimento para a perpetuidade de 2% | WACC entre: R&M [7,3%-11,1%] E&P [10%-12%] G&P [6,3%-6,9%] |

E&P - Exploração & Produção

R&M - Refinação & Distribuição de produtos petrolíferos

G&P - Gas & Power

31 de dezembro de 2015:

| Pressupostos | | | | |
|---|-------------------------------------|--|---|--|
| Unidade geradora de caixa | Modelo de avaliação | Fluxos de caixa | Fator de crescimento | Taxas de desconto |
| Participação financeira (compreendida em segmentos de negócios) | DCF (<i>Discounted Cash Flow</i>) | Conforme plano de negócios corporativo | Modelo de Gordon com fator de crescimento para a perpetuidade de 2% | WACC entre: R&M [7,2%-10%] E&P [9,8%-12,2%] G&P [6,2%-6,8%] |

As participações ex-Esso (Galp Comercialização Portugal e Espanha) e ex-Agip (Galp Distribuição Espanha) foram fusionadas na Galp Energia Espanha, as respeitantes a Espanha e na Petrogal as respeitantes a Portugal. Assim, o *Goodwill* é testado por imparidades juntamente com esses ativos (i.e. a rede de postos) com as respetivas análises de sensibilidade (*vide* Nota 12).

Tendo em consideração a volatilidade dos *cash-flows*, resultante da não renovação de contratos de distribuição, que resultou numa perda de quota de mercado, levando igualmente a uma otimização da rede por fecho de estações de serviço durante o ano de 2016, a Galp reviu os pressupostos que efetuou no final do ano de 2015. Assim, foi reconhecida uma imparidade integral ao restante *Goodwill* existente da rede de postos em Espanha no montante de €48.817k (Nota 4.4.). A taxa de desconto utilizada, para a Unidade Geradora de Caixa foi de 7,3%. *Vide* análise de sensibilidade à rede de postos em Espanha na Nota 12.

12. Ativos tangíveis e intangíveis

12.1 Movimento em ativos tangíveis:

Movimento em ativos tangíveis a 31 de dezembro de 2016:

| 2016 | | | | | | | | | | | | unid: €k |
|--|------------------------------|--------------------------------|--------------------|---------------------------|--------------------------|----------------------------|-------------------|-------------------------|---------------------------|--|---------------------------|----------|
| Ativos tangíveis: | Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Ferramentas e utensílios | Equipamento administrativo | Taras e vasilhame | Outros ativos tangíveis | Ativos tangíveis em curso | Adiantamentos por conta ativos tangíveis | Total de ativos tangíveis | |
| Custo de aquisição: | | | | | | | | | | | | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2016 | 285.435 | 942.509 | 7.498.249 | 30.474 | 4.673 | 177.520 | 159.213 | 91.720 | 2.277.774 | - | 11.467.567 | |
| Adições | 175 | 1.075 | 40.384 | 361 | 72 | 2.302 | 90 | 502 | 980.219 | - | 1.025.180 | |
| Adições por capitalização de encargos financeiros (Nota 8) | - | - | - | - | - | - | - | - | 81.254 | - | 81.254 | |
| Abates/vendas | (1.062) | (11.342) | (86.786) | (641) | (135) | (5.399) | (3.172) | (2.690) | (122.979) | - | (234.206) | |
| Regularizações | - | - | (130.888) | - | - | - | - | 65 | (3.907) | 7 | (134.723) | |
| Regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial | 29 | (2.924) | 202.922 | (163) | (3) | 113 | (1.506) | 299 | 317.581 | - | 516.348 | |
| Transferências | 56 | 9.371 | 576.749 | 523 | 41 | 3.682 | 5.805 | 2.016 | (594.564) | - | 3.679 | |
| Transferência para investimentos detidos para venda | - | (1.848) | (3.378) | (687) | - | (432) | (186) | (323) | - | - | (6.854) | |
| Variações de perímetro (Nota 3) | - | (938) | - | - | - | - | - | - | - | - | (938) | |
| Custo de aquisição bruto em 31 de dezembro 2016 | 284.633 | 935.903 | 8.097.252 | 29.867 | 4.648 | 177.786 | 160.244 | 91.589 | 2.935.378 | 7 | 12.717.307 | |
| Saldo de imparidades em 01 de janeiro 2016 | | | | | | | | | | | | |
| Saldo de imparidades em 01 de janeiro 2016 | (9.720) | (21.166) | (24.324) | - | (61) | (1.182) | (1) | (2.384) | (230.186) | - | (289.024) | |
| Aumento de imparidades | (2.079) | (1.043) | (7.851) | - | - | - | - | (11) | (191.170) | - | (202.154) | |
| Reversões de imparidades | - | - | 2.445 | - | - | - | - | - | - | - | 2.445 | |
| Regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial | - | - | 108 | - | - | - | - | - | (15.354) | - | (15.246) | |
| Utilização/transferências de imparidades | (2.545) | 7.406 | 6.815 | - | - | (3) | - | - | 112.419 | - | 124.092 | |
| Saldo de imparidades em 31 de dezembro 2016 | (14.344) | (14.803) | (22.807) | - | (61) | (1.185) | (1) | (2.395) | (324.291) | - | (379.887) | |
| Depreciações e perdas por imparidades acumuladas: | | | | | | | | | | | | |
| Saldo em 01 de janeiro 2016 | (1.947) | (675.855) | (4.860.488) | (27.705) | (4.070) | (167.146) | (145.271) | (80.337) | - | - | (5.962.819) | |
| Depreciação do exercício | (276) | (24.107) | (532.549) | (1.151) | (192) | (5.353) | (3.947) | (2.386) | - | - | (569.961) | |
| Abates/venda | 6 | 8.781 | 76.183 | 456 | 128 | 5.241 | 3.063 | 2.513 | - | - | 96.371 | |
| Regularizações | 255 | (67) | 86.804 | 182 | - | (25) | 25 | (13) | - | - | 87.161 | |
| Regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial | (55) | 1.003 | (84.854) | 117 | 3 | (112) | 967 | (234) | - | - | (83.165) | |
| Transferências | - | 9 | (21) | - | - | - | - | 12 | - | - | - | |
| Transferência para investimentos detidos para venda | - | 1.099 | 2.192 | 573 | - | 390 | 191 | 268 | - | - | 4.713 | |
| Variações de perímetro (Nota 3) | - | 391 | - | - | - | - | - | - | - | - | 391 | |
| Saldo em 31 de dezembro 2016 | (2.017) | (688.746) | (5.312.733) | (27.528) | (4.131) | (167.005) | (144.972) | (80.177) | - | - | (6.427.309) | |
| Valor líquido: | | | | | | | | | | | | |
| em 31 de dezembro de 2016 | 268.272 | 232.354 | 2.761.712 | 2.339 | 456 | 9.596 | 15.271 | 9.017 | 2.611.087 | 7 | 5.910.111 | |

Os ativos tangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida na Nota 2.3. As taxas de depreciação que estão a ser aplicadas constam na mesma nota.

As regularizações por diferenças de câmbio de ativos tangíveis dizem respeito à revalorização dos saldos iniciais em moeda externa face ao Euro dos ativos tangíveis das subsidiárias expressas em moeda estrangeira.

2015

unid: €k

| Ativos tangíveis: | Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Ferramentas e utensílios | Equipamento Administrativo | Taras e vasilhame | Outros ativos tangíveis | Ativos tangíveis em curso | Adiantamentos por conta ativos tangíveis | Total de ativos tangíveis |
|--|------------------------------|--------------------------------|--------------------|---------------------------|--------------------------|----------------------------|-------------------|-------------------------|---------------------------|--|---------------------------|
| Custo de aquisição: | | | | | | | | | | | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2015 | 286.994 | 940.163 | 7.142.059 | 31.060 | 4.469 | 174.666 | 158.791 | 91.740 | 1.907.460 | 28 | 10.737.430 |
| Adições | 61 | 765 | 41.600 | 210 | 22 | 1.399 | 508 | 685 | 907.565 | - | 952.815 |
| Adições por capitalização de encargos financeiros (Nota 8) | - | - | - | - | - | - | - | - | 88.522 | - | 88.522 |
| Abates/vendas | (1.676) | (1.698) | (25.749) | (787) | (63) | (849) | (4.177) | (775) | (86.885) | - | (122.659) |
| Regularizações | - | - | - | - | - | - | - | (64) | 1.167 | (28) | 1.075 |
| Regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial | (35) | (2.474) | (4.745) | (94) | (3) | (228) | (917) | (432) | (173.347) | - | (182.275) |
| Transferências | 91 | 5.753 | 345.084 | 85 | 248 | 2.532 | 5.008 | 566 | (366.708) | - | (7.341) |
| Custo de aquisição bruto em 31 de dezembro de 2015 | 285.435 | 942.509 | 7.498.249 | 30.474 | 4.673 | 177.520 | 159.213 | 91.720 | 2.277.774 | - | 11.467.567 |
| Saldo de imparidades em 01 de janeiro de 2015 | (8.667) | (20.849) | (39.263) | - | (61) | (1.182) | (1) | (2.384) | (158.063) | - | (230.470) |
| Aumento de imparidades | (1.297) | (313) | (4.756) | - | - | - | - | - | (155.732) | - | (162.098) |
| Reversões de imparidades | - | - | (149) | - | - | - | - | - | 590 | - | 441 |
| Regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial | - | - | - | - | - | - | - | - | (4.877) | - | (4.877) |
| Utilização/transferências de imparidades | 244 | (4) | 19.844 | - | - | - | - | - | 87.896 | - | 107.980 |
| Saldo de imparidades em 31 de dezembro de 2015 | (9.720) | (21.166) | (24.324) | - | (61) | (1.182) | (1) | (2.384) | (230.186) | - | (289.024) |
| Depreciações e perdas por imparidades acumuladas: | | | | | | | | | | | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2015 | (2.005) | (654.368) | (4.382.246) | (27.308) | (3.915) | (159.688) | (146.060) | (79.014) | - | - | (5.454.604) |
| Depreciação do exercício | (288) | (23.383) | (433.370) | (1.171) | (206) | (8.385) | (4.072) | (2.294) | - | - | (473.169) |
| Abates/venda | - | 1.284 | 21.427 | 674 | 48 | 778 | 4.176 | 667 | - | - | 29.054 |
| Regularizações | 45 | 72 | (1.740) | 42 | - | 18 | 56 | 13 | - | - | (1.494) |
| Regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial | 64 | 631 | (64.415) | 68 | 3 | 137 | 629 | 281 | - | - | (62.602) |
| Transferências | 237 | (91) | (144) | (10) | - | (6) | - | 10 | - | - | (4) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | (1.947) | (675.855) | (4.860.488) | (27.705) | (4.070) | (167.146) | (145.271) | (80.337) | - | - | (5.962.819) |
| Valor líquido: | | | | | | | | | | | |
| em 31 de dezembro de 2015 | 273.768 | 245.488 | 2.613.437 | 2.769 | 542 | 9.192 | 13.941 | 8.999 | 2.047.588 | - | 5.215.724 |

12.2 Movimento em ativos intangíveis:

Movimento em ativos intangíveis a 31 de dezembro de 2016:

| 2016 | | | | | | | | | | unid: €k |
|--|---|--|-----------------|--|---------------------------|----------------------|-----------------|-----------------------------------|-----------------------------|----------|
| Ativos intangíveis: | Despesas de investigação e de desenvolvimento | Propriedade industrial e outros direitos | Trespases | Reconversão de consumos para gás natural | Outros ativos intangíveis | Acordos de concessão | Ativos em curso | Ativos em curso acordos concessão | Total de ativos intangíveis | |
| Custo de aquisição: | | | | | | | | | | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2016 | 285 | 599.521 | 19.668 | 551 | 498 | 1.743.641 | 32.663 | 1.701 | 2.398.528 | |
| Adições | - | 4.310 | - | - | - | - | 19.794 | 15.904 | 40.008 | |
| Abates/vendas | - | (10.384) | - | - | - | (671) | (195) | - | (11.250) | |
| Regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial | - | 3.932 | - | - | - | - | 3.744 | - | 7.676 | |
| Transferências | - | 10.558 | - | - | - | 15.252 | (14.237) | (15.252) | (3.679) | |
| Transferência para investimentos detidos para venda | - | (684) | - | - | - | - | - | - | (684) | |
| Variações de perímetro | - | - | - | - | - | (1.758.222) | - | (2.353) | (1.760.575) | |
| Custo de aquisição bruto em 31 de dezembro 2016 | 285 | 607.253 | 19.668 | 551 | 498 | - | 41.769 | - | 670.024 | |
| Saldo de imparidades em 1 de janeiro de 2016 | (5) | (50.761) | (7.810) | - | - | - | (3.431) | - | (62.007) | |
| Aumento de imparidades | - | (1.131) | - | - | - | - | - | - | (1.131) | |
| Regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial | - | (1.499) | - | - | - | - | - | - | (1.499) | |
| Utilização/transferências de imparidades | - | 7.320 | - | - | - | - | 115 | - | 7.435 | |
| Saldo de imparidades em 31 de dezembro 2016 | (5) | (46.071) | (7.810) | - | - | - | (3.316) | - | (57.202) | |
| Depreciações e perdas por imparidades acumuladas: | | | | | | | | | | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2016 | (279) | (305.555) | (10.206) | (439) | (498) | (616.567) | - | - | (933.544) | |
| Amortizações do exercício | - | (29.734) | - | (8) | - | (34.315) | - | - | (64.057) | |
| Abates/venda | - | 1.386 | - | - | - | 610 | - | - | 1.996 | |
| Regularizações | (1) | (67) | - | - | - | - | - | - | (68) | |
| Regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial | - | (365) | - | - | - | - | - | - | (365) | |
| Transferência para investimentos detidos para venda | - | 495 | - | - | - | - | - | - | 495 | |
| Variações de perímetro | - | - | - | - | - | 650.272 | - | - | 650.272 | |
| Saldo em 31 de dezembro 2016 | (280) | (333.840) | (10.206) | (447) | (498) | - | - | - | (345.271) | |
| Valor líquido: | | | | | | | | | | |
| em 31 de dezembro de 2016 | - | 227.342 | 1.652 | 104 | - | - | 38.453 | - | 267.551 | |

Os ativos intangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida na Nota 2.4. As amortizações são apuradas conforme definidas na mesma nota.

As rubricas Regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial dizem respeito à revalorização dos saldos iniciais em moeda externa face ao Euro dos ativos intangíveis das subsidiárias expressas em moeda estrangeira.

A rubrica Propriedade Industrial e Outros Direitos inclui essencialmente os Direitos de Superfície e Bónus de Assinatura.

2015

unid: €k

| Ativos intangíveis: | Despesas de investigação e de desenvolvimento | Propriedade industrial e outros direitos | Trespases | Reconversão de consumos para gás natural | Outros ativos intangíveis | Acordos de concessão | Ativos em curso | Ativos em curso acordos concessão | Total de ativos intangíveis |
|---|---|--|-----------------|--|---------------------------|----------------------|-----------------|-----------------------------------|-----------------------------|
| Custo de aquisição: | | | | | | | | | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2015 | 285 | 601.734 | 19.668 | 551 | 498 | 1.718.566 | 35.533 | 3.199 | 2.380.034 |
| Adições | - | 4.125 | - | - | - | - | 15.135 | 19.816 | 39.076 |
| Abates/vendas | - | (2.734) | - | - | - | (1.523) | - | - | (4.257) |
| Regularizações | - | 2 | - | - | - | 5.284 | 26 | - | 5.312 |
| Regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial | - | 4.479 | - | - | - | - | (3.729) | - | 750 |
| Transferências | - | 14.394 | - | - | - | 21.314 | (14.302) | (21.314) | 92 |
| Variações de perímetro | - | (22.479) | - | - | - | - | - | - | (22.479) |
| Saldo de aquisição bruto em 31 de dezembro de 2015 | 285 | 599.521 | 19.668 | 551 | 498 | 1.743.641 | 32.663 | 1.701 | 2.398.528 |
| Saldo de imparidades em 01 de janeiro de 2015 | | | | | | | | | |
| Aumento de imparidades | - | (8.818) | (5.327) | - | - | - | (114) | - | (14.259) |
| Regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial | - | (3.933) | - | - | - | - | - | - | (3.933) |
| Utilização/transferências de imparidades | - | 1.952 | - | - | - | - | (1) | - | 1.951 |
| Saldo de imparidades em 31 de dezembro de 2015 | (5) | (50.761) | (7.810) | - | - | - | (3.431) | - | (62.007) |
| Depreciações e perdas por imparidades acumuladas: | | | | | | | | | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2015 | (271) | (299.391) | (10.205) | (431) | (498) | (576.566) | - | - | (887.362) |
| Amortizações do exercício | (9) | (29.322) | - | (8) | - | (41.211) | - | - | (70.550) |
| Abates/venda | - | 1.039 | - | - | - | 1.323 | - | - | 2.362 |
| Regularizações | 1 | 86 | (1) | - | - | (113) | - | - | (27) |
| Regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial | - | 385 | - | - | - | - | - | - | 385 |
| Transferências | - | 4 | - | - | - | - | - | - | 4 |
| Variações de perímetro | - | 21.644 | - | - | - | - | - | - | 21.644 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | (279) | (305.555) | (10.206) | (439) | (498) | (616.567) | - | - | (933.544) |
| Valor líquido: | | | | | | | | | |
| em 31 de dezembro de 2015 | 1 | 243.205 | 1.652 | 112 | - | 1.127.074 | 29.232 | 1.701 | 1.402.977 |

12.3 Principais incidências durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

Os aumentos verificados nas rubricas Ativos tangíveis e intangíveis, no montante de €1.146.442 k, incluem essencialmente:

- i) segmento de Exploração & Produção petrolífera
 - €671.917 k relativos a despesas de pesquisa e desenvolvimento em blocos no Brasil;
 - €223.382 k relativos a despesas de pesquisa do bloco 32 em Angola;
 - €30.278 k relativos a despesas de pesquisa do bloco 4 em Moçambique;
 - €25.133 k relativos a despesas de pesquisa e desenvolvimento no bloco 14 em Angola;
 - €4.215 k relativos a despesas de pesquisa de petróleo na Namíbia; e
- ii) segmento de Gas & Power
 - €22.450 k relativos à construção de infraestruturas (redes, ramais, lotes e outras infraestruturas) de gás natural dos quais o montante de €15.904 k é abrangido pela IFRIC 12 (Notas 5 e 6).
- iii) segmento de Refinação & Distribuição de produtos petrolíferos
 - €35.528 k relativos à unidade de negócio do Retalho e devem-se essencialmente à remodelação dos postos, lojas de conveniência, expansão de atividades e desenvolvimento dos sistemas de informação.
 - €35.445 k relativos a investimentos industriais efetuados nas refinarias de Sines e Matosinhos;
 - €11.468 k relativos a investimentos para a paragem sectorial na Fábrica Combustíveis de Aromáticos de Matosinhos;
 - €10.279 k relativos ao projeto da Monobóia do terminal de Leixões;
 - €7.980 k relativos à paragem geral da refinaria de Sines;
 - €4.980 k relativos ao projeto de *revamping* no parque da Perafita; e
 - €4.786 k relativos a requalificação de garrafas de gás.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram alienados e abatidos bens de natureza tangível e intangível no montante líquido de €147.089 k e que incluem:

- €91.868 k relativos ao abate de equipamentos, despesas e direitos de blocos em Marrocos sem viabilidade económica, que se encontravam em imparidade total;
- €38.824 k relativos ao abate de equipamentos, despesas e direitos de blocos no Brasil sem viabilidade económica que se encontravam em imparidade total; e
- €16.116 k relativos a abates relativos à unidade de negócio do Retalho e devem-se essencialmente à remodelação dos postos, lojas de conveniência, expansão de atividades e desenvolvimento dos sistemas de informação que, na sua maioria, se encontravam totalmente amortizados.

O montante líquido de €1.110.850 k na rubrica Variação de perímetro corresponde à alienação da subsidiária Galp Gás Natural Distribuição, SGPS, S.A. (Nota 3.2).

O montante líquido de €2.330 k na rubrica Transferência para investimentos detidos para venda respeita à subsidiária Galp Gambia, Limited.

12.4 Imparidades de ativos tangíveis e intangíveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, encontram-se constituídas imparidades de ativos tangíveis e intangíveis no montante de €407.603 k, que incluem essencialmente:

- €260.913 k para fazer face à imparidade de blocos operados e não operados e outros ativos no Brasil e em Angola;
- €78.987 k para fazer face à imparidade de blocos na Namíbia;
- €36.672 k para fazer face à imparidade na rede de retalho em Portugal e Espanha;
- €8.753 k para fazer face à imparidade na pesquisa em Aljubarrota;
- €7.670 k para fazer face à imparidade na pesquisa no Uruguai;
- €7.365 k para fazer face à imparidade na pesquisa em Moçambique; e
- €4.638 k para fazer face à imparidade de blocos em Timor-Leste.

12.5 Amortizações, depreciações e imparidades do exercício

As amortizações, depreciações e perdas por imparidades do exercício de 2016 e 2015 decompõem-se da seguinte forma:

| | Dezembro 2016 | | | Dezembro 2015 | | |
|---|---------------|-------------|---------|---------------|-------------|---------|
| | Tangíveis | Intangíveis | Total | Tangíveis | Intangíveis | Total |
| | unid: €k | | | | | |
| Amortizações/depreciações do exercício | 569.961 | 29.742 | 599.703 | 473.169 | 29.340 | 502.509 |
| Amortizações do exercício acordos concessão | - | 34.315 | 34.315 | - | 41.211 | 41.211 |
| Imparidades | 199.709 | 1.131 | 200.840 | 161.657 | 14.258 | 175.915 |
| Amortizações, depreciações e imparidades (Nota 6) | 769.670 | 65.188 | 834.858 | 634.826 | 84.809 | 719.635 |

12.6 A repartição dos ativos tangíveis e intangíveis em curso

A repartição dos ativos tangíveis e intangíveis em curso (incluindo adiantamentos por conta de ativos tangíveis e intangíveis, deduzido de perdas de imparidade), no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, é composto como se segue:

| | Ativos em curso | | Imparidades | Liquido |
|---|-----------------|--|-------------|-----------|
| | unid: €k | | | |
| Pesquisa e exploração de petróleo no Brasil | 1.567.863 | | (29.897) | 1.537.966 |
| Pesquisa e exploração de petróleo em Angola e no Congo | 834.593 | | (230.338) | 604.255 |
| Pesquisa em Moçambique | 315.122 | | (7.365) | 307.757 |
| Pesquisa em Portugal | 69.343 | | (8.753) | 60.590 |
| Investimentos industriais afetos às Refinarias | 57.119 | | - | 57.119 |
| Renovação e expansão da rede | 46.642 | | (278) | 46.364 |
| Pesquisa na Namíbia | 45.270 | | (40.661) | 4.609 |
| Pesquisa em S. Tomé e Príncipe | 3.249 | | - | 3.249 |
| Transporte e logística | 2.101 | | - | 2.101 |
| Projetos de conversão das refinarias de Sines e de Matosinhos | 977 | | - | 977 |
| Armazenagem subterrânea de gás natural | 26 | | - | 26 |
| Pesquisa de petróleo nos blocos 3 e 4 no Urugai | 7.670 | | (7.670) | - |
| Pesquisa em Timor-Leste | 2.645 | | (2.645) | - |
| Outros projetos | 24.534 | | - | 24.534 |
| | 2.977.154 | | (327.607) | 2.649.547 |

O segmento de Exploração & Produção é dividido em três fases: a de exploração, a de desenvolvimento e a de produção.

A passagem da fase de exploração para a de desenvolvimento está estritamente relacionada com a descoberta de reservas comercialmente viáveis e a passagem para a fase de produção está relacionada com o início do processo produtivo.

Como referido nas políticas contabilísticas a Galp capitaliza como Investimento as despesas que efetua nessas três fases, sujeitando as mesmas a testes de imparidade periódicos.

12.7 Ativos do segmento de exploração

O quadro dos ativos do segmento de Exploração & Produção que se encontram em Imobilizado em curso e Em firme apresenta-se como segue:

2016

unid: €k

| | Imobilizado em curso | | | | | | | | | | Imobilizado em firme | | | | | | | | | | Total |
|--------------|----------------------|----------------|--------------------|------------------|---------------------------|------------------|-------------------|--------------|--------------|---------------------|----------------------|--------------------|------------|---------------------------|-----------------|-------------------|------------|--------------|------------------|--|-------|
| | Bónus de assinatura | | Ativos em pesquisa | | Ativos em desenvolvimento | | Juros financeiros | | Outros | Bónus de assinatura | | Ativos em pesquisa | | Ativos em desenvolvimento | | Juros financeiros | | Outros | | | |
| | Investimento | Imparidade | Investimento | Imparidade | Investimento | Imparidade | Investimento | Imparidade | Investimento | Investimento | Imparidade | Investimento | Imparidade | Investimento | Imparidade | Investimento | Imparidade | Investimento | | | |
| Angola | 49 | - | 265.406 | (108.557) | 555.788 | (101.280) | 17.931 | - | - | 23.320 | (567) | 110.870 | - | 1.199.626 | (20.501) | 1.724 | - | 288 | 1.944.097 | | |
| Brasil | 14.221 | (110) | 481.280 | (21.105) | 888.238 | (8.133) | 149.492 | (660) | - | 1.378 | - | 75.470 | - | 1.196.106 | - | 56.796 | - | 1 | 2.832.974 | | |
| Timor-Leste | - | - | 2.645 | (2.645) | - | - | - | - | - | 1.993 | (1.993) | - | - | - | - | - | - | - | - | | |
| Namíbia | - | - | 45.270 | (40.661) | - | - | - | - | - | 38.327 | (38.327) | - | - | - | - | - | - | - | 4.609 | | |
| Moçambique | 2.107 | - | 276.094 | (7.364) | 6.562 | - | 30.358 | - | - | 4.445 | - | - | - | - | - | - | - | 55 | 312.257 | | |
| Portugal | 3.368 | (3.316) | 61.969 | 8.753 | - | - | 10.625 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 63.893 | | |
| Uruguai | - | - | 7.670 | (7.670) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | | |
| São Tomé | 949 | - | 3.249 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 4.198 | | |
| Total | 20.694 | (3.426) | 1.143.583 | (196.755) | 1.450.588 | (109.413) | 208.406 | (660) | - | 69.463 | (40.887) | 186.340 | - | 2.395.732 | (20.501) | 58.520 | - | 344 | 5.162.028 | | |

2015

unid: €k

| | Imobilizado em curso | | | | | | | | | | Imobilizado em firme | | | | | | | | | | Total |
|--------------|----------------------|--------------|--------------------|------------------|---------------------------|-----------------|-------------------|-------------|--------------|---------------------|----------------------|--------------------|------------|---------------------------|------------|-------------------|------------|--------------|------------------|--|-------|
| | Bónus de assinatura | | Ativos em pesquisa | | Ativos em desenvolvimento | | Juros financeiros | | Outros | Bónus de assinatura | | Ativos em pesquisa | | Ativos em desenvolvimento | | Juros financeiros | | Outros | | | |
| | Investimento | Imparidade | Investimento | Imparidade | Investimento | Imparidade | Investimento | Imparidade | Investimento | Investimento | Imparidade | Investimento | Imparidade | Investimento | Imparidade | Investimento | Imparidade | Investimento | | | |
| Angola | 2 | - | 249.312 | (51.682) | 361.202 | (17.544) | 5.348 | - | - | 22.516 | (549) | 74.921 | - | 1.270.886 | - | 1.669 | - | 279 | 1.916.360 | | |
| Brasil | 8.778 | - | 382.867 | (14.189) | 643.241 | (2.609) | 77.976 | (33) | 2.964 | 4.722 | (142) | 69.840 | - | 526.482 | - | 39.438 | - | 4.341 | 1.743.676 | | |
| Timor-Leste | - | - | 2.597 | (2.597) | - | - | - | - | - | 1.993 | (1.993) | - | - | - | - | - | - | - | - | | |
| Marrocos | 115 | (115) | 81.658 | (81.658) | - | - | - | - | - | 6.889 | (6.889) | - | - | - | - | - | - | - | - | | |
| Namíbia | - | - | 39.751 | (39.751) | - | - | - | - | - | 37.108 | (37.108) | - | - | - | - | - | - | - | - | | |
| Moçambique | 2.040 | - | 253.447 | (7.184) | - | - | 20.318 | - | - | 4.304 | - | - | - | - | - | - | - | 54 | 272.979 | | |
| Portugal | - | - | 68.183 | (8.753) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 59.430 | | |
| Uruguai | - | - | 7.670 | (7.670) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | | |
| Total | 10.935 | (115) | 1.085.485 | (213.484) | 1.004.443 | (20.153) | 103.642 | (33) | 2.964 | 77.532 | (46.682) | 144.761 | - | 1.797.368 | - | 41.107 | - | 4.674 | 3.992.445 | | |

Apresenta-se informação sobre as despesas capitalizadas como ativos na fase de exploração e avaliação onde ainda não existem reservas provadas:

| 2016 | | | | | | | | unid: €k | |
|--------------|---------------------|----------------|---------------|------------------|------------------|----------------|-----------------|------------------|--|
| Geografia | Ativo bruto | | | | Imparidades | Ativo líquido | Custos | Cash flow | |
| | Bónus de assinatura | Pesquisa | Juros | Total | | | Imparidade ano | investimento ano | |
| Angola | 567 | 50.373 | - | 50.940 | (50.940) | - | 121 | (127) | |
| Brasil | 34.668 | 510.599 | 50.682 | 595.949 | (214.097) | 381.852 | (25.068) | 45.349 | |
| Timor-Leste | 1.993 | 2.645 | - | 4.638 | (4.638) | - | (48) | 48 | |
| Marrocos | - | - | - | - | - | - | (282) | 296 | |
| Namíbia | 38.326 | 45.270 | - | 83.596 | (78.987) | 4.609 | - | 4.215 | |
| Moçambique | 6.552 | 276.095 | 30.358 | 313.005 | (7.365) | 305.640 | 38 | 20.905 | |
| Portugal | 3.368 | 55.312 | 10.625 | 69.305 | (8.753) | 60.551 | - | (748) | |
| Uruguai | - | 7.670 | - | 7.670 | (7.670) | - | - | - | |
| São Tomé | 949 | 3.249 | - | 4.198 | - | 4.198 | - | 3.181 | |
| Total | 86.423 | 951.213 | 91.665 | 1.129.301 | (372.451) | 756.850 | (25.238) | 73.119 | |

| 2015 | | | | | | | | unid: €k | |
|--------------|---------------------|----------------|---------------|------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|--|
| Geografia | Ativo bruto | | | | Imparidades | Ativo líquido | Custos | Cash flow | |
| | Bónus de assinatura | Pesquisa | Juros | Total | | | Imparidade ano | investimento ano | |
| Angola | 549 | 48.895 | - | 49.444 | (49.444) | - | (39.953) | 454 | |
| Brasil | 22.223 | 390.512 | 25.476 | 438.211 | (114.340) | 323.870 | (58.757) | 108.658 | |
| Timor-Leste | 1.993 | 2.597 | - | 4.590 | (4.590) | - | (32) | 32 | |
| Marrocos | 7.004 | 81.658 | - | 88.662 | (88.662) | - | (16.555) | 9.982 | |
| Namíbia | 38.326 | 38.533 | - | 76.859 | (76.477) | 382 | - | - | |
| Moçambique | 6.344 | 253.501 | 20.318 | 280.164 | (7.184) | 272.980 | (732) | 55.174 | |
| Portugal | 3.368 | 55.138 | 9.678 | 68.184 | (8.753) | 59.431 | 72 | 6.847 | |
| Uruguai | - | 7.579 | 90 | 7.670 | (7.670) | - | (5.975) | 70 | |
| Total | 79.807 | 878.413 | 55.562 | 1.013.782 | (357.119) | 656.663 | (121.933) | 181.218 | |

12.8 Análises de sensibilidade nos testes de imparidade de ativos tangíveis e intangíveis

Segmento de Exploração & Produção petrolífera

Os ativos da E&P foram sujeitos a testes de imparidade no final do exercício de 2016, tendo sido também testada em simultâneo a sensibilidade do valor dos principais ativos à volatilidade do *Brent*.

Pressupostos:

A projeção de preços de *Brent* considerados nos estudos de imparidade tiveram por base uma análise das projeções dos principais *brokers* e *peers* da Galp (ver tabela abaixo), sendo que os recursos e reservas de crude utilizados para fins contabilísticos são os relevados na Nota 31.

| Ano 2017 | Ano 2018 | Ano 2019 | Ano 2020 | Ano 2021 |
|----------|----------|----------|----------|----------|
| 50\$/bbl | 55\$/bbl | 60\$/bbl | 65\$/bbl | 70\$/bbl |

A análise efetuada considerou um câmbio médio futuro de €/USD de 1,1 e USD/BRL de 3,64 e uma taxa de desconto de 10,8%, a qual traduz a WACC da unidade de negócio do E&P, calculada numa base em USD.

Dos testes de imparidade efetuados constata-se que a margem de segurança, face ao valor escriturado por UGC, das regiões geográficas onde a Galp atua (Angola, Moçambique e Brasil) é positiva.

De referir que a margem de segurança em Angola é próxima de zero, consequência direta da imparidade reconhecida para os ativos em produção no bloco 14/14k decorrente dos testes de imparidade efetuados no fecho do exercício de 2016.

No âmbito das análises de sensibilidade efetuadas, com o objetivo de testar o impacto da volatilidade do *Brent* no valor dos principais ativos da E&P, é possível sumarizar as seguintes conclusões.

- Angola: a redução de 10% no preço de *Brent* tem um impacto negativo no teste de imparidade traduzindo-se numa potencial imparidade de cerca de 142 milhões de Euros em específicas unidades geradoras de caixa (UGC). Esta imparidade poderá vir a verificar-se num cenário futuro de redução do pressuposto do *Brent* e em que as restantes variáveis da análise permaneceriam como imutáveis (por exemplo, Opex, Capex).
- Moçambique e Brasil: a redução de 10% no preço de *Brent* não representa risco de potenciais imparidades nas UGC destas geografias.

Durante o exercício de 2016 foram reconhecidas imparidades em Angola (151,4 milhões de Euros - bloco 14/14k) e no Brasil (10,7 milhões de Euros - Sergipe), tendo estas imparidades resultado da revisão em baixa das estimativas de produção futura destes ativos, fruto da deterioração no curto-médio prazo do cenário macroeconómico e das condições de investimento. O valor de imparidade reconhecida no bloco

14/14k inclui ainda a imparidade de ativos na fase de exploração, decorrente da revisão efetuada no exercício ao portefólio dos ativos da Galp, a partir da qual se concluiu existir uma baixa probabilidade de estes ativos virem a ser desenvolvidos a médio prazo.

As restantes imparidades registadas no exercício representam os custos incorridos na perfuração de poços que não tiveram descoberta de reservas de hidrocarbonetos (26,1 milhões de Euros - Amazonas), bem como do valor da aquisição de dados de sísmica (3,2 milhões de Euros) no âmbito da qual o investimento não será realizado.

Segmento de refinação e distribuição de produtos petrolíferos

Foram efetuados testes de imparidade à rede de postos em Portugal e em Espanha acompanhados por uma análise de sensibilidade.

Para as duas UGC rede de postos em Portugal e rede de postos em Espanha, a análise de sensibilidade efetuada teve como pressupostos fundamentais:

- uma variação negativa dos *cash flows* em 10%;
- uma subida da taxa de desconto em 1%.

Consideramos que estes dois pressupostos representam um bom *stress test* aos testes de imparidade.

A rede de postos em Portugal apresenta margem de segurança positiva, bem como sujeita a uma análise de sensibilidade. Tendo em consideração os pressupostos acima mencionados não revela potenciais imparidades futuras. A UGC foi sujeita a uma taxa de desconto de 7,3%.

A rede de postos em Espanha apresenta, após registo de imparidade do *Goodwill* (vide - Nota 11), uma margem de segurança positiva. Numa análise de sensibilidade à rede de Espanha, com incorporação do *Goodwill*, e considerando os pressupostos acima referidos, existe uma imparidade potencial adicional à registada em cerca de 117 milhões de Euros. Esta imparidade poderá ocorrer se os pressupostos negativos se verificarem no futuro e tendo em conta um cenário que considera os restantes pressupostos da análise como imutáveis. A unidade geradora de caixa foi sujeita a uma taxa de desconto de 7,3%.

Foram identificados diversos ativos obsoletos na refinação durante o período de paragem programada, os quais sofreram uma imparidade individual de €7.851 k.

Estes ativos foram posteriormente desmantelados. Da análise efetuada à unidade geradora de caixa que é a refinação, a mesma apresenta uma margem de segurança positiva. Foi efetuada uma análise de sensibilidade ao teste de imparidade, tendo para tal sido considerados pressupostos idênticos aos utilizados para os testes de imparidade da rede de postos. O resultado dessa análise de sensibilidade foi positivo. A unidade geradora de caixa foi sujeita a uma taxa de desconto de 8,2%.

13. Subsídios

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, os montantes a reconhecer de subsídios em exercícios futuros são €7.492 k e €253.679 k, respetivamente (Nota 24).

A redução significativa dos subsídios deveu-se, essencialmente, à alteração de perímetro ocorrida no exercício de 2016 (Nota 3).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 31 de dezembro de 2015, foram reconhecidos na demonstração dos resultados €8.414 k e €12.618 k, respetivamente (Nota 5).

14. Outras contas a receber

A rubrica Outras contas a receber não correntes e correntes apresentava o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015:

| Rubricas | unid: €k | | | |
|---|---------------|--------------|---------------|--------------|
| | Dezembro 2016 | | Dezembro 2015 | |
| | Corrente | Não corrente | Corrente | Não corrente |
| Estado e outros entes públicos: | | | | |
| IVA - Reembolsos solicitados | 4.376 | - | 539 | - |
| ISP | 237 | - | 558 | - |
| Outros | 73.463 | - | 16.769 | - |
| Empréstimos concedidos ao Grupo Sinopec (Nota 28) | 610.003 | - | 722.936 | - |
| Blocos não operados | 143.663 | - | - | - |
| Outras contas a receber - empresas associadas, empreendimentos conjuntos e outras partes relacionadas (Nota 28) | 20.802 | - | 5.821 | 90 |
| <i>Underlifting</i> | 19.333 | - | 27.792 | - |
| Saldo devedores de fornecedores | 16.619 | - | 7.536 | - |
| Adiantamentos a fornecedores | 7.024 | - | 2.457 | - |
| Meios de pagamento | 6.618 | - | 7.276 | - |
| Blocos operados | 5.459 | - | 18.817 | - |
| Pessoal | 1.797 | - | 1.588 | - |
| Cauções prestadas | 1.285 | 11.663 | 12.541 | - |
| ISP - Crédito das congéneres | 685 | - | - | - |
| Empréstimos a clientes | 531 | 839 | 124 | 1.355 |
| Taxas de subsolo | 182 | - | 24.750 | 28.068 |
| Adiantamentos a fornecedores de imobilizado | 25 | - | 99.795 | - |

unid: €k

| Rubricas | Dezembro 2016 | | Dezembro 2015 | |
|---|------------------|----------------|------------------|----------------|
| | Corrente | Não corrente | Corrente | Não corrente |
| Carry de interesses de participações estatais | - | - | 22.937 | - |
| Processo Spanish Bitumen | - | - | 385 | - |
| Contrato de cessão de direitos de utilização de infraestruturas de telecomunicações | - | - | 86 | - |
| Empréstimos a empresas associadas, empreendimentos conjuntos e outras partes relacionadas (Nota 28) | - | 38.375 | - | 30.271 |
| Outras contas a receber | 35.207 | 23.342 | 37.723 | 28.294 |
| | 947.309 | 74.219 | 1.010.430 | 88.078 |
| Acréscimos de proveitos: | | | | |
| Vendas e prestações de serviços realizados e não faturadas de gás natural | 56.582 | - | 109.809 | - |
| Vendas e prestações de serviços realizados e não faturadas de eletricidade | 45.070 | - | 28.698 | - |
| Vendas e prestações de serviços realizados e não faturados | 21.672 | - | 7.903 | - |
| Acertos de desvio tarifário - <i>pass through</i> - regulação ERSE | 21.006 | - | 29.424 | - |
| Encargos de estrutura e gestão a debitar | 2.158 | - | 7.581 | - |
| Acertos de desvio tarifário - proveitos permitidos - regulação ERSE | 1.682 | 776 | 23.231 | 17.551 |
| <i>Rappel</i> a receber sobre compras | 1.042 | - | 884 | - |
| Compensações pela uniformidade tarifária | 882 | - | 1.032 | - |
| Venda de produtos acabados a faturar na rede de postos de abastecimento | 820 | - | 724 | - |
| Juros a receber | 360 | - | 1.691 | - |
| Neutralidade financeira - regulação ERSE | - | - | 6.102 | - |
| Acerto de desvio tarifário - tarifa de energia - regulação ERSE | - | 61.639 | - | 61.639 |
| Outros acréscimos de proveitos | 11.824 | - | 8.531 | 63 |
| | 163.098 | 62.415 | 225.610 | 79.253 |
| Custos diferidos: | | | | |
| Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético | 21.740 | 85.923 | 23.370 | 107.663 |
| Custos com catalisadores | 13.983 | - | 20.070 | - |
| Custos diferidos - Outros Fornecimentos Serviços Externos | 6.025 | - | 7.020 | - |
| Encargos com rendas pagas antecipadamente | 4.942 | - | 4.309 | - |
| Rendas antecipadas relativas a contratos de concessão de áreas de serviço | 2.928 | 25.277 | 2.894 | 25.633 |
| Juros e outros encargos financeiros | 1.978 | - | 180 | - |
| Seguros pagos antecipadamente | 1.044 | - | 1.033 | - |
| Benefícios de reforma (Nota 23) | - | 271 | - | 176 |
| Outros custos diferidos | 11.125 | 183 | 13.076 | 99 |
| | 63.765 | 111.654 | 71.952 | 133.571 |
| | 1.174.172 | 248.288 | 1.307.992 | 300.902 |
| Imparidade de outras contas a receber | (8.355) | (2.753) | (8.096) | (2.753) |
| | 1.165.817 | 245.535 | 1.299.896 | 298.149 |

Seguidamente apresenta-se o movimento ocorrido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 na rubrica Imparidades de outras contas a receber:

| | unid: €k | | | | | |
|--|---------------|--------------|--------------|--------------|----------------|---------------|
| Outras contas a receber | Saldo inicial | Aumentos | Diminuições | Utilização | Regularizações | Saldo final |
| 2016 | | | | | | |
| Outras contas a receber - Corrente | 8.096 | 306 | (37) | (104) | 97 | 8.355 |
| Outras contas a receber - Não corrente | 2.753 | - | - | - | - | 2.753 |
| | 10.849 | 306 | (37) | (104) | 97 | 11.108 |
| 2015 | | | | | | |
| Outras contas a receber - Corrente | 7.406 | 1.215 | (239) | (306) | 20 | 8.096 |
| Outras contas a receber - Não corrente | 2.753 | - | - | - | - | 2.753 |
| | 10.159 | 1.215 | (239) | (306) | 20 | 10.849 |

O aumento e diminuição da rubrica Imparidades de outras contas a receber no montante líquido de €269 k está incluído na rubrica Provisões e imparidades de contas a receber (Nota 6).

A rubrica Empréstimos concedidos inclui o montante de €610.003 k (USD643.005 k) referente ao valor do empréstimo que o Grupo concedeu à Tip Top Energy, S.A.R.L. (empresa pertencente ao Grupo Sinopec) em 28 de março de 2012, renovável de três em três meses até setembro de 2017 encontrando-se registado em corrente, o qual é remunerado à taxa de juro LIBOR 3 meses acrescido de um *spread*. Vide igualmente Nota 28.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, encontram-se reconhecidos na rubrica Juros, respeitantes a empréstimos concedidos, relativos a empresas relacionadas o montante de €5.446 k (Nota 28).

O montante de €19.333 k registado na rubrica Outras contas a receber – *Underlifting* corresponde aos montantes a receber pelo Grupo pelo levantamento de barris de crude abaixo da quota de produção (*underlifting*) e encontra-se valorizada pelo menor de entre o preço de mercado na data da venda e o preço de mercado em 31 de dezembro de 2016.

O montante €143.663 k registado na rubrica Contas a receber – Blocos não operados inclui o montante de €29.605 k, relativo a *carry* de interesses de participações estatais respeitante ao valor a recuperar dos parceiros estatais durante o período de exploração. Os *Farm-in*

acordados com os parceiros preveem que, durante o período de exploração, o Grupo é responsável pelo investimento pago com *cash call* e solicitado pelo operador ao Estado até ao limite da sua participação.

A rubrica Meios de pagamento no montante de €6.618 k diz respeito a valores a receber por vendas efetuadas através de cartões visa/multibanco, que à data de 31 de dezembro de 2016 se encontravam pendentes de recebimento.

O montante de €20.802 k registado na rubrica Outras contas a receber - empresas associadas, empreendimentos conjuntos e relacionadas, corrente e não corrente refere-se a contas a receber de empresas que não foram consolidadas pelo método de consolidação integral.

A rubrica Cauções prestadas no montante total de €12.948 k inclui o saldo não corrente de €11.663 k referente a entregas por conta e negociação de garantias para suporte às transações e operação no mercado de eletricidade espanhol e francês.

O montante de €16.619 k registado na rubrica Saldos devedores de fornecedores respeitam, essencialmente, a créditos emitidos por fornecedores e a receber em 2017.

A rubrica Acréscimos de proveitos - vendas ainda não faturadas, no montante de €101.652 k, refere-se essencialmente à faturação de consumo de gás natural e eletricidade de dezembro a emitir a clientes em janeiro do ano seguinte e apresenta o seguinte detalhe:

| Empresa | unid: €k | | |
|--|----------------|---------------|---------------|
| | Total | Gás natural | Eletricidade |
| Galp Gás Natural, S.A. | 49.855 | 49.855 | - |
| Galp Power, S.A. | 34.986 | 28 | 34.958 |
| Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. | 4.651 | - | 4.651 |
| Portcogeração, S.A. | 4.695 | - | 4.695 |
| Lisboagás Comercialização, S.A. | 2.064 | 2.064 | - |
| Galp Energia España, S.A. | 2.846 | 2.484 | 362 |
| Lusitaniagás Comercialização, S.A. | 687 | 687 | - |
| Setgás Comercialização, S.A. | 527 | 527 | - |
| Transgás, S.A. | 937 | 937 | - |
| Agrocer-Sociedade de Cogeração do Oeste S.A. | 400 | - | 400 |
| Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Eletricidade e Calor, S.A. | 4 | - | 4 |
| | 101.652 | 56.582 | 45.070 |

A rubrica Acréscimos de proveitos – venda de produtos acabados a faturar na rede de postos de abastecimento, no montante de €820 k, diz respeito a consumos efetuados até 31 de dezembro de 2016 através do cartão Galp Frota e que irão ser faturados nos meses seguintes.

As despesas registadas Custos diferidos, no montante de €28.205 k, relativas a pagamentos antecipados de rendas referentes a contratos de arrendamento de áreas de serviço, são reconhecidas como custo durante o respetivo período de concessão, o qual varia entre 17 e 32 anos.

Nos Comercializadores de Último Recurso (CUR), existem atividades *core* e atividades *pass through*. Esta classificação tem a ver com a natureza de cada uma sendo que na primeira existe «criação de valor» intrínseco para a empresa. Na segunda atividade, a empresa limita-se a faturar aos seus clientes, e a repassar a empresas a montante, os valores que são devidos a estas pelas suas atividades *core*.

Genericamente, no caso das atividades *pass through*:

- no caso dos CUR, estes cobram aos clientes finais as tarifas de acesso às infraestruturas de transporte e distribuição (Tarifas UGS, URT e URD), que repassam aos ORDs (a fração da tarifa de acesso ao transporte é depois passada por estes à REN) e o custo do gás natural que é simplesmente repassado ao Comercializador de Último Recurso Grossista (CURG) na tarifa de energia.

A rubrica Acréscimo de proveitos – acerto de desvio tarifário – tarifa de energia – regulação ERSE apresenta o seguinte detalhe:

| | | | unid: €k |
|--|-----------------|----------------|-----------------|
| Atividade comercialização Gás grossista - Tarifa de Energia (CURG) | 2015 | Variação | 2016 |
| Ano Gás 2008-2009 | | | |
| 1.º Semestre Ano Gás 2008-2009 (31.12.2008) | 32.325 | - | 32.325 |
| 2.º Semestre Ano Gás 2008-2009 (30.06.2009) | 28.531 | - | 28.531 |
| Ajustamento do Proveito Permitido Real Ano Gás de 2008-2009 | 6.535 | - | 6.535 |
| Amortização da diferença do Proveito Permitido Ano Gás 2008-2009 | (65.375) | - | (65.375) |
| | 2.016 | - | 2.016 |
| 2.º Semestre 2009 | | | |
| 2.º Semestre Ano 2009 | 8.314 | - | 8.314 |
| | 8.314 | - | 8.314 |
| Ano Civil 2010 | | | |
| 1.º Semestre Ano 2010 | 14.651 | - | 14.651 |
| 2.º Semestre Ano 2010 | 987 | - | 987 |
| | 15.638 | - | 15.638 |
| Ano Civil 2011 | | | |
| 1.º Semestre Ano 2011 | 21.154 | - | 21.154 |
| 2.º Semestre Ano 2011 | 12.427 | - | 12.427 |
| | 33.581 | - | 33.581 |
| Ano Civil 2012 | | | |
| 1.º Semestre Ano 2012 | (4.224) | - | (4.224) |
| 2.º Semestre Ano 2012 | 563 | - | 563 |
| | (3.661) | - | (3.661) |
| Ano Civil 2013 | | | |
| 1.º Semestre Ano 2013 | (657) | - | (657) |
| 2.º Semestre Ano 2013 | (1.074) | - | (1.074) |
| | (1.731) | - | (1.731) |
| Ano Civil 2014 | | | |
| 1.º Semestre Ano 2014 | (6.275) | - | (6.275) |
| 2.º Semestre Ano 2014 | (4.164) | - | (4.164) |
| | (10.439) | - | (10.439) |
| Ano Civil 2015 | | | |
| 1.º Semestre Ano 2015 | 821 | - | 821 |
| 2.º Semestre Ano 2015 | 1.269 | - | 1.269 |
| | 2.090 | - | 2.090 |
| Ano Civil 2016 | | | |
| 1.º Semestre Ano 2016 | - | (1.221) | (1.221) |
| 2.º Semestre Ano 2016 | - | (1.120) | (1.120) |
| | - | (2.341) | (2.341) |
| | 45.808 | (2.341) | 43.467 |
| Acréscimos de Custos (Nota 24) | (15.831) | (2.341) | (18.172) |
| Acréscimos de Proveitos (Nota 14) | 61.639 | - | 61.639 |
| | 45.808 | (2.341) | 43.467 |

O montante de €43.467 k diz respeito à diferença acumulada entre o custo de aquisição do gás natural aos fornecedores do Grupo e as tarifas de energia reguladas definidas pela ERSE para cada Ano Gás, aplicadas na faturação aos clientes. Este diferencial será recuperado através da revisão de tarifas dos próximos exercícios, de acordo com o mecanismo definido pela ERSE. Estes montantes são remunerados à taxa Euribor a doze meses, acrescido de um *spread* fixado anualmente pela ERSE.

A Galp tem contabilizado em Ativo não corrente, em 31 de dezembro de 2016, um valor €61.639 k referente a desvio tarifário de energia, o qual será recuperado de acordo com o calendário definido pela ERSE. Atualmente, desde o Ano Gás 2014-2015, este processo está interrompido.

A rubrica Acréscimo de proveitos – acerto de desvio tarifário - proveitos permitidos - regulação ERSE apresenta o seguinte detalhe:

unid: €k

| Atividades de comercialização e distribuição de gás natural | 2015 | Ajustamento do Proveito Permitido Real Ano Gás (Nota 5) | Amortização/ Reversão da diferença do Proveito Permitido Ano Gás (Nota 5) | Ajuste entre os proveitos permitidos estimados e o valor dos proveitos faturados (Nota 5) | Outras reclassificações | Alterações de perímetro | 2016 |
|---|----------------|---|---|---|-------------------------|-------------------------|-----------------|
| Ano Civil 2013 | | | | | | | |
| 1.º Semestre Ano 2013 | (2.221) | - | - | - | - | - | (2.221) |
| 2.º Semestre Ano 2013 | 22.638 | - | - | - | - | - | 22.638 |
| Ajustamento Ano Civil 2013 | (809) | (809) | - | - | - | - | (1.618) |
| Reversão do PP Ano Civil 2013 | (7.747) | - | (7.748) | - | - | - | (15.495) |
| Reclassificação | (3.304) | - | - | - | - | - | (3.304) |
| | 8.557 | (809) | (7.748) | - | - | - | - |
| Ano Civil 2014 | | | | | | | |
| 1.º Semestre Ano 2014 | (746) | - | - | - | (221) | (194) | (1.161) |
| 2.º Semestre Ano 2014 | 10.208 | - | - | - | 931 | (12.524) | (1.385) |
| Ajustamento Ano Civil 2014 | (419) | (1.542) | - | - | - | 1.959 | (2) |
| Reversão do PP Ano Civil 2014 | 3 | - | (1.923) | - | - | 3.549 | 1.629 |
| Reclassificação | 6.921 | - | - | - | (3.946) | (2.975) | - |
| | 15.967 | (1.542) | (1.923) | - | (3.236) | (10.185) | (919) |
| Ano Civil 2015 | | | | | | | |
| 1.º Semestre Ano 2015 | (10.236) | - | - | - | 937 | 9.644 | 345 |
| 2.º Semestre Ano 2015 | 6.381 | - | - | - | (1.174) | (11.137) | (5.930) |
| Reclassificação | (3.620) | - | - | - | 3.946 | (326) | - |
| | (7.475) | - | - | - | 3.709 | (1.819) | (5.585) |
| Ano Civil 2016 | | | | | | | |
| 1.º Semestre Ano 2016 | - | - | - | (16.529) | - | 13.690 | (2.839) |
| 2.º Semestre Ano 2016 | - | - | - | 14.819 | - | (17.447) | (2.628) |
| Reclassificação | - | - | - | - | - | - | - |
| | - | - | - | (1.710) | - | (3.757) | (5.467) |
| | 17.049 | (2.351) | (9.671) | (1.710) | 473 | (15.761) | (11.971) |
| Acréscimos de Custos (Nota 24) | (23.733) | - | 6.133 | (18.659) | 9.880 | 11.950 | (14.429) |
| Acréscimos de Proveitos (Nota 14) | 40.782 | (2.351) | (15.804) | 16.949 | (9.407) | (27.711) | 2.458 |
| | 17.049 | (2.351) | (9.671) | (1.710) | 473 | (15.761) | (11.971) |

PP - proveito permitido

A rubrica Acerto de desvio tarifário – proveitos permitidos no montante de €11.971 k diz respeito à diferença entre os proveitos permitidos estimados publicados para a sua atividade regulada e os proveitos decorrente da faturação real emitida (Nota 2.14). Estes montantes encontram-se a ser remunerados à taxa Euribor a doze meses acrescido de *spread* definido pela ERSE.

Os valores a pagar ou a receber relativos a cada Ano Gás são apresentados para cada atividade pelo seu valor líquido, consoante a sua natureza em cada Ano Gás, em virtude de ser este o modo de aprovação dos desvios de proveitos permitidos por parte da ERSE.

A partir de 2010, as Contas Reguladas Auditadas preparadas para a ERSE – Entidade Reguladora do Sector Energético passaram a ser reportadas de acordo com o ano civil. Consequentemente, os saldos iniciais foram reclassificados para uma ótica de ano civil.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, ocorreu a fixação das diferenças para os proveitos permitidos do Grupo referentes ao ano civil de 2014, os quais ascenderam ao montante a pagar de €919 k. Em virtude de a especialização efetuada ser inferior face ao montante fixado, o Grupo reconheceu na rubrica Prestações de serviços a respetiva diminuição no montante €1.542 k.

Conforme referido na Nota 2.14, o montante total a recuperar foi incluído pela ERSE nos proveitos permitidos a recuperar no Ano Gás 2016-2017 pelo que o Grupo se encontra a reconhecer nas demonstrações dos resultados a reversão do montante do desvio tarifário aprovado.

Os artigos constantes da Secção IX do Regulamento Tarifário, «Compensação pela aplicação da uniformidade tarifária do Regulamento Tarifário», definem as Compensações e Transferências entre Entidades Reguladas. Esses montantes, plasmados anualmente na Publicação da ERSE de proveitos permitidos têm por finalidade assegurar a recuperação de proveitos permitidos, bem como garantir o equilíbrio económico e financeiro das entidades reguladas.

Nota-se finalmente que a ERSE estabeleceu este mecanismo de compensações e transferências para permitir a concretização da uniformidade tarifária nacional, dado que pela própria estrutura de consumo em cada área de distribuição (dimensão absoluta do consumo e peso relativo dos sectores doméstico e industrial), existem distribuidoras que não conseguiriam alcançar a recuperação de proveitos (tarifa «insuficiente»), enquanto que noutras ocorre uma recuperação excessiva (tarifa «elevada»). Deste modo, estas últimas («pagadoras») transferem o excesso de proveitos recuperados para as primeiras («recedoras»), garantindo-se o equilíbrio de recuperação dos proveitos permitidos.

A especialização de compensações pela uniformidade tarifária ascende a €882 k.

Apresenta-se de seguida um mapa de antiguidade de saldos de outras contas a receber do Grupo a 31 de dezembro de 2016 e 2015:

unid: €k

| <i>Aging</i> contas a receber | Não vencidos | Mora até 90 dias | Mora até 180 dias | Mora até 365 dias | Mora até 545 dias | Mora até 730 dias | Mora superior a 730 dias | Total |
|-------------------------------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------------|------------------|
| 2016 Bruto | 1.411.598 | 358 | 10 | 25 | 998 | 2.656 | 6.815 | 1.422.460 |
| Imparidades | (5.278) | - | - | (3) | (27) | (12) | (5.788) | (11.108) |
| | 1.406.320 | 358 | 10 | 22 | 971 | 2.644 | 1.027 | 1.411.352 |
| 2015 Bruto | 1.584.106 | 8.385 | 1.840 | 4.332 | 450 | 1.115 | 8.666 | 1.608.894 |
| Imparidades | (2.754) | - | - | (576) | (286) | (581) | (6.652) | (10.849) |
| | 1.581.352 | 8.385 | 1.840 | 3.756 | 164 | 534 | 2.014 | 1.598.045 |

O Grupo considera como montantes não vencidos os saldos com outras contas a receber que não estão em mora e as rubricas de acréscimos de proveitos e custos diferidos nos montantes de €400.932 k e €510.386 k de 2016 e 2015, respetivamente.

Os saldos com outras contas a receber em mora que não sofreram imparidades correspondem a créditos em que existem acordos de pagamento, estão cobertos por seguros de crédito ou para os quais existe uma expectativa de liquidação parcial ou total.

A Galp possui garantias relativas a contas a receber, nomeadamente garantias bancárias e cauções, cujo valor em 31 de dezembro de 2016 é de cerca de €105.320 k.

15. Clientes

A rubrica Clientes, em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, apresentava o seguinte detalhe:

unid: €k

| Rubricas | Dezembro 2016 | | Dezembro 2015 | |
|---------------------------------|------------------|--------------|------------------|---------------|
| | Corrente | Não corrente | Corrente | Não corrente |
| Clientes conta corrente | 1.034.498 | 1.081 | 797.927 | 24.162 |
| Clientes de cobrança duvidosa | 187.818 | - | 202.120 | - |
| Clientes - títulos a receber | 1.731 | - | 4.261 | - |
| | 1.224.047 | 1.081 | 1.004.308 | 24.162 |
| Imparidades de contas a receber | (182.977) | - | (199.428) | - |
| | 1.041.070 | 1.081 | 804.880 | 24.162 |

A rubrica Clientes conta corrente em situação de dívida não corrente, no montante de €1.081 k e €24.162 k, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 respetivamente, referem-se a acordos de pagamento de dívidas de clientes com prazo superior a um ano.

O movimento das imparidades de clientes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi o seguinte:

unid: €k

| Imparidades de clientes | Saldo inicial | Aumentos | Diminuições | Utilização | Regularizações | Ativos detidos para venda | Varição de perímetro | Saldo final |
|-------------------------|---------------|----------|-------------|------------|----------------|---------------------------|----------------------|-------------|
| 2016 | 199.428 | 46.988 | (26.050) | (35.538) | (541) | (142) | (1.168) | 182.977 |
| 2015 | 228.828 | 30.238 | (16.771) | (14.259) | (565) | - | (28.043) | 199.428 |

O aumento e diminuição da rubrica Imparidades de contas a receber de clientes no montante líquido de €20.938 k foi reconhecido na rubrica de provisões e imparidades de contas a receber (Nota 6).

A alteração de perímetro resulta de a Galp ter admitido abdicar do controlo integral do Grupo Galp Gás Natural Distribuição, passando as empresas que o compõem a ser tratadas como empreendimentos conjuntos (Nota 3).

A rubrica Ativos detidos para venda corresponde à associada Galp Gambia, Limited que se encontra em processo de alienação (Nota 3).

De seguida, apresenta-se um mapa de antiguidade de saldos de clientes do Grupo a 31 de dezembro de 2016 e 2015:

unid: €k

| Aging clientes | Não vencidos | Mora até 90 dias | Mora até 180 dias | Mora até 365 dias | Mora até 545 dias | Mora até 730 dias | Mora superior a 730 dias | Total |
|----------------|----------------|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------------|------------------|
| 2016 Bruto | 865.757 | 90.745 | 58.294 | 11.866 | 7.046 | 13.042 | 178.378 | 1.225.128 |
| Ajustamentos | - | (7.712) | (33.344) | (7.693) | (6.028) | (9.682) | (118.518) | (182.977) |
| | 865.757 | 83.033 | 24.950 | 4.173 | 1.018 | 3.360 | 59.860 | 1.042.151 |
| 2015 Bruto | 536.435 | 188.505 | 19.831 | 80.291 | 15.516 | 14.342 | 173.550 | 1.028.470 |
| Ajustamentos | - | (1.187) | (3.968) | (16.794) | (7.830) | (9.461) | (160.188) | (199.428) |
| | 536.435 | 187.318 | 15.863 | 63.497 | 7.686 | 4.881 | 13.362 | 829.042 |

Os saldos de clientes em mora que não sofreram ajustamentos correspondem a créditos em que existem acordos de pagamento, estão cobertos por seguros de crédito ou para os quais existe uma expectativa de liquidação parcial ou total.

O Prazo Médio de Recebimentos (PMR) do saldo não vencido dos clientes da Galp é inferior a 30 dias.

16. Inventários

A rubrica Inventários apresentava o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

| Rubricas | Dezembro 2016 | Dezembro 2015 |
|--|----------------|----------------|
| unid: €k | | |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo: | | |
| Petróleo bruto | 142.111 | 126.476 |
| Outras matérias-primas e materiais diversos | 60.260 | 48.435 |
| Matérias-primas em trânsito | 59.407 | 30.850 |
| | 261.778 | 205.761 |
| Imparidade de matérias-primas, subsidiárias e de consumo | (11.701) | (11.639) |
| | 250.077 | 194.122 |
| Produtos acabados e intermédios: | | |
| Produtos acabados | 209.141 | 141.965 |
| Produtos intermédios | 195.879 | 188.573 |
| Produtos acabados em trânsito | 2.667 | 3.986 |
| | 407.687 | 334.524 |
| Imparidade de produtos acabados e intermédios | (32) | (3.677) |
| | 407.655 | 330.847 |
| Produtos e trabalhos em curso | 43 | 156 |
| | 43 | 156 |
| Mercadorias | 212.342 | 359.849 |
| Mercadorias em trânsito | 254 | 1.477 |
| | 212.596 | 361.326 |
| Imparidade de mercadorias | (1.447) | (13.933) |
| | 211.149 | 347.393 |
| | 868.924 | 872.518 |

O detalhe da rubrica Inventários por tipo de produto é apresentado da seguinte forma:

| Detalhe dos inventários por tipo de produto | Dezembro 2016 | Dezembro 2015 |
|--|----------------------|----------------------|
| Crudes | 197.536 | 155.324 |
| Outras matérias-primas | 14.728 | 11.781 |
| Gasolinas | 94.331 | 80.344 |
| Gasóleos | 245.611 | 293.347 |
| Jets | 56.355 | 65.753 |
| Fuel | 38.654 | 41.390 |
| GPL (gas petrolífero) | 11.722 | 12.958 |
| Óleos-base e lubrificantes | 29.659 | 21.115 |
| Químicos, solventes e aromáticos | 16.865 | 16.349 |
| Naftas | 18.711 | 16.623 |
| GN | 51.058 | 76.460 |
| Imposto especial (ISP em Portugal e IIEE em Espanha) | 23.774 | 26.466 |
| Produtos loja | 6.176 | 6.347 |
| Materiais diversos | 27.763 | 21.036 |
| Produtos petrolíferos basket | 28.969 | 23.159 |
| Outros | 7.010 | 4.066 |
| Total dos inventários | 868.924 | 872.518 |

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica Mercadorias, no montante de €212.342 k, corresponde essencialmente ao gás natural que se encontra em gasodutos no montante de €51.058 k, a existências de produtos derivados de petróleo bruto da subsidiária Galp Energia España, S.A., Petrogal Moçambique, Lda. e Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L. nos montantes de €133.342 k, €7.272 k e €5.823 k respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as responsabilidades do Grupo perante concorrentes por reservas estratégicas, que são satisfeitas através de adiantamentos por contrapartida de vendas, ascendiam a €34.644 k e 30.002k, respetivamente (Nota 24).

A subsidiária Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. tem com a Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E. (ENMC) um contrato de armazenagem e permuta de crude e de armazenagem de produtos refinados, constituintes da reserva estratégica nacional. O crude e os produtos refinados da ENMC encontram-se armazenados nas instalações da Petrogal, de uma forma que a ENMC os possa auditar, sempre que entender,

em termos da sua quantidade e qualidade. De acordo com o contrato, a Petrogal obriga-se a permutar o crude armazenado por produtos refinados quando a ENMC o exigir, recebendo por tal permuta um valor representativo da margem de refinação à data da permuta. Os crudes e os produtos refinados armazenados nas instalações da Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. ao abrigo deste contrato não se encontram registados nas demonstrações financeiras do Grupo.

O movimento ocorrido nas rubricas Imparidade de inventários nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi o seguinte:

| | | | | | | | unid: €k |
|--|----------------|--------------|-----------------|-------------|----------------|------------------------|---------------|
| Rubricas | Saldo inicial | Aumentos | Diminuições | Utilizações | Regularizações | Alteração de perímetro | Saldo final |
| 2016 | | | | | | | |
| Imparidade de matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 11.639 | 412 | (195) | - | - | (155) | 11.701 |
| Imparidade de produtos acabados e intermédios | 3.677 | 641 | (4.254) | - | (32) | - | 32 |
| Imparidade de mercadorias | 13.933 | 192 | (12.816) | (63) | 201 | - | 1.447 |
| | 29.249 | 1.245 | (17.265) | (63) | 169 | (155) | 13.180 |
| 2015 | | | | | | | |
| Imparidade de matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 44.466 | - | (32.803) | (24) | - | - | 11.639 |
| Imparidade de produtos acabados e intermédios | 40.781 | 395 | (37.592) | - | 93 | - | 3.677 |
| Imparidade de mercadorias | 29.074 | 389 | (15.469) | - | (61) | - | 13.933 |
| | 114.321 | 784 | (85.864) | (24) | 32 | - | 29.249 |

O montante líquido de aumentos e diminuições no montante de €16.020 k foi registado por contrapartida da rubrica Custo das vendas – reduções de inventários da demonstração de resultados (Nota 6). Esta redução deve-se essencialmente a evolução dos preços de mercado.

17. Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Outros investimentos financeiros apresentava o seguinte detalhe:

| | | | | | unid: €k |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|----------|
| Rubricas | Dezembro 2016 | | Dezembro 2015 | | |
| | Corrente | Não corrente | Corrente | Não corrente | |
| Derivados financeiros ao justo valor através dos resultados (Nota 27) | | | | | |
| Swaps e Opções sobre commodities | 18.922 | 2.246 | 4.458 | 1.041 | |
| Swaps cambiais | 31 | 0 | 0 | 0 | |
| | 18.953 | 2.246 | 4.458 | 1.041 | |
| Outros ativos financeiros | | | | | |
| Outros | - | 24.156 | - | 23.389 | |
| | - | 24.156 | - | 23.389 | |
| | 18.953 | 26.402 | 4.458 | 24.430 | |

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os instrumentos financeiros derivados encontram-se registados pelo seu justo valor respetivo reportado naquelas datas (Nota 27).

18. Caixa e seus equivalentes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Caixa e seus equivalentes apresentava o seguinte detalhe:

| Rubricas | unid: €k | |
|--|------------------|------------------|
| | Dezembro 2016 | Dezembro 2015 |
| Numerário | 5.066 | 3.589 |
| Depósitos à ordem | 218.564 | 263.519 |
| Depósitos a prazo | 33.427 | 5.866 |
| Outros títulos negociáveis | 68.604 | 69.147 |
| Outras aplicações de tesouraria | 707.837 | 788.485 |
| Caixa e seus equivalentes na demonstração da posição financeira consolidada | 1.033.498 | 1.130.606 |
| Descobertos bancários (Nota 22) | (110.255) | (85.755) |
| Caixa e seus equivalentes na demonstração consolidada de fluxos de caixa | 923.243 | 1.044.851 |

A rubrica Outros títulos negociáveis inclui essencialmente:

- €63.436 k de referentes a certificados de depósitos bancários;
- €4.001 k de Futuros financeiros sobre eletricidade, Futuros de CO₂ e Futuros sobre *commodities (Brent)* (Nota 27);
- €1.163 k de Futuros sobre o gás natural com entrega física.

Estes Futuros encontram-se registados nesta rubrica devido à sua elevada liquidez e reduzido risco de perda de valor (Nota 27).

A rubrica Outras aplicações de tesouraria inclui diversas aplicações de excedentes de tesouraria, com vencimento inferior a três meses, das seguintes empresas do Grupo:

| Empresas | unid: €k | |
|---|----------------|----------------|
| | Dezembro 2016 | Dezembro 2015 |
| Galp Energia E&P, B.V. | 572.589 | 666.662 |
| Galp Sinopec Brazil Services B.V. | 92.970 | 91.853 |
| Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. | 20.586 | - |
| Petrogal Brasil, S.A. | 11.304 | 589 |
| Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda. | 4.000 | 3.700 |
| CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. | 4.000 | 6.800 |
| Galp Energia España, S.A. | 1.423 | - |
| Galp Energia Brasil S.A. | 601 | - |
| Galp Exploração Serviços do Brasil, Lda. | 364 | 1.881 |
| Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. Sucursal en España | - | 13.000 |
| Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A. | - | 4.000 |
| | 707.837 | 788.485 |

Não se verificaram durante o ano de 2016 restrições ou condicionalismos além dos que resultam da própria lei, de utilização e repatriação das disponibilidades que a Galp tem classificadas como Caixa e seus Equivalentes, nas suas diversas geografias.

19. Capital social

Estrutura acionista

O capital social da Galp é composto por 829.250.635 ações, com valor nominal de 1 Euro e totalmente realizado. Destas, 771.171.121, ou seja, 93% do capital social, estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon. As restantes 58.079.514 ações, que representam cerca de 7% do capital social, são detidas indiretamente pelo Estado português através da Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública) e não estão admitidas à negociação.

Com a venda da participação de 5% no capital social da Galp pelo acionista Amorim Energia, B.V. concluída em setembro de 2016, o *free float* aumentou de 54,66% para 59,66% face a 31 de dezembro de 2015.

As participações qualificadas no capital social da Galp, são calculadas de acordo com o artigo 16.º e 20.º do CVM. Segundo este artigo, os acionistas da Galp têm que notificar a Empresa sempre que as suas participações atinjam, ultrapassem ou se reduzam em relação a determinados limites. Estes limites são 2%, 5%, 10%, 15%, 20%, 25%, 1/3, 50%, 2/3 e 90% dos direitos de voto.

Estrutura acionista a 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

2016

| | N.º ações | Participação (%) | Participação imputável % |
|---|--------------------|------------------|--------------------------|
| Amorim Energia, B.V. | 276.472.161 | 33,34% | 33,34% |
| Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A. | 58.079.514 | 7,00% | 7,00% |
| <i>Free float</i> | 494.698.960 | 59,66% | 59,66% |
| Total | 829.250.635 | 100,00% | - |

2015

| | N.º ações | Participação (%) | Participação imputável % |
|---|--------------------|------------------|--------------------------|
| Amorim Energia, B.V. | 317.934.693 | 38,34% | 38,34% |
| Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. | 58.079.514 | 7,00% | 7,00% |
| <i>Free float</i> | 453.236.428 | 54,66% | 54,66% |
| Total | 829.250.635 | 100,00% | - |

20. Reservas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de Reservas de conversão, Reservas de cobertura e Outras reservas é detalhada como segue:

| Rubricas | unid: €k | |
|---|------------------|------------------|
| | Dezembro 2016 | Dezembro 2015 |
| Reservas de conversão cambial: | | |
| Reservas - Dotações financeiras (<i>quasi capital</i>) | (243.076) | (426.523) |
| Reservas - Imposto sobre Dotações financeiras (<i>quasi capital</i>) (Nota 9) | 94.365 | 156.737 |
| | (148.711) | (269.786) |
| Reservas - Conversão das demonstrações financeiras | 547.366 | 265.178 |
| Reservas - Atualizações cambiais do <i>Goodwill</i> (Nota 11) | 5.190 | 4.375 |
| | 403.845 | (233) |
| Reservas de cobertura: | | |
| Reservas - derivados financeiros (Nota 27) | 5.254 | (1.920) |
| Reservas - Imposto diferido sobre derivados financeiros (Nota 9) | (1.350) | 254 |
| | 3.904 | (1.666) |
| Outras reservas: | | |
| Reservas legais | 165.850 | 165.850 |
| Reservas livres | 27.977 | 27.977 |
| Reservas especiais (Nota 3) | 20 | (443) |
| Reservas - Aumento de capital nas subsidiárias Petrogal Brasil, S.A. e Galp Sinopec Brazil Services B.V | 2.493.088 | 2.493.088 |
| Reservas - Aumento de 10,7532% em 2012 e de 0,3438% em 2013, na participação do capital da subsidiária Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. (Nota 3) | - | (2.027) |
| Reservas - Aumento de 33,05427% em 2015, na participação do capital da subsidiária Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. (Nota 3) | - | (571) |
| Reservas - Aumento de 33,0541% em 2015, na participação do capital da subsidiária Setgás Comercialização, S.A. | 450 | 450 |
| Reservas - Aumento de 99% na participação do capital da subsidiária Enerfuel, S.A. | (31) | (31) |
| | 2.687.354 | 2.684.293 |
| | 3.095.103 | 2.682.394 |

Reservas de conversão cambial:

A rubrica de reservas de conversão cambial reflete as variações cambiais:

- i) €547.366 k relativo às diferenças cambiais positivas resultantes da conversão das demonstrações financeiras em moeda estrangeira para Euros;

| | unid: €k | | | | |
|---|---------------------------------------|----------------------|-----------------|--------------------|---------------------------------------|
| Reservas de conversão cambial - por moeda: | Câmbio em 31 dezembro 2015 | Saldo inicial | Variação | Saldo final | Câmbio em 31 dezembro 2016 |
| Dalasi da Gâmbia | 42,19 | (799) | 250 | (549) | 44,10 |
| Dólar dos Estados Unidos da América | 1,09 | 564.811 | 144.757 | 709.568 | 1,05 |
| Escudo de Cabo Verde | 110,27 | (69) | - | (69) | 110,27 |
| Franco CFA da Guiné Bissau | 655,96 | (202) | 2 | (200) | 655,96 |
| Kwanza de Angola | 147,11 | (4.796) | (3.551) | (8.347) | 184,48 |
| Lilangeni da Suazilândia | 16,78 | (1.212) | 1.039 | (173) | 14,42 |
| Metical de Moçambique | 50,50 | (11.389) | (10.069) | (21.458) | 74,94 |
| Real do Brasil | 4,31 | (281.216) | 149.739 | (131.477) | 3,43 |
| Dirham de Marrocos | 10,75 | 50 | 21 | 71 | 10,61 |
| | | 265.178 | 282.188 | 547.366 | |

- ii) €148.711 k relativos às diferenças cambiais negativas resultantes das dotações financeiras da Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A., da Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., da Petrogal Brazil B.V., da Galp Sinopec Brazil Services B.V. e da Winland International Petroleum, S.A.R.L. (W.I.P.), à Petrogal Brasil, S.A., denominadas em Euros e em Dólares dos Estados Unidos, remuneradas e não remuneradas e para os quais não existe intenção de reembolso pelo que são assemelhadas a capital social (*quasi capital*) fazendo igualmente parte integrante do investimento líquido naquela unidade operacional estrangeira em conformidade com a IAS 21;

- iii) €5.190 k relativo às diferenças cambiais positivas resultantes da atualização cambial do *Goodwill*.

Reservas de cobertura:

A rubrica Reservas de cobertura reflete as variações que ocorreram nos derivados financeiros sobre *commodities* (i.e. eletricidade) da Galp Power e taxa de juro de empreendimentos conjuntos e associadas que são contraídos para fins de cobertura da variação de preço e taxa de juro de empréstimos (denominados como sendo de «cobertura de fluxo de caixa») e respetivos impostos diferidos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o montante €5.254 k (Nota 27) referente ao justo valor dos derivados financeiros - cobertura de fluxo de caixa e o montante €1.350 k referente ao efeito fiscal tem o seguinte detalhe:

| | unid: €k | | | |
|--|----------------|----------------|---------------------------------------|-----------------------|
| Reservas de cobertura: | Dezembro 2016 | Dezembro 2015 | Variação do perímetro (Nota 3.1 d) | Variação do exercício |
| Reservas - derivados financeiros (Nota 27) | | | | |
| Empresas do Grupo | 6.224 | (1.129) | - | 7.353 |
| Participações financeiras em empreendimentos conjuntos e empresas associadas | (970) | (791) | 44 | (223) |
| | 5.254 | (1.920) | 44 | 7.130 |
| Reservas - Imposto diferido sobre derivados financeiros | | | | |
| Empresas do Grupo (Nota 9) | (1.400) | 254 | - | (1.654) |
| Participações financeiras em empreendimentos conjuntos e empresas associadas | 50 | - | - | 50 |
| | (1.350) | 254 | - | (1.604) |
| | 3.904 | (1.666) | 44 | 5.526 |

Outras reservas:

Reservas legais

De acordo com o disposto nos Estatutos da Empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica Reservas legais, incluída na rubrica Outras reservas, no capital próprio, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta mesma atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas. Em 2016, a rubrica Reservas legais não teve variação uma vez que ascendem a 20% do capital social.

Reservas especiais

O montante €20 k dizem respeito a uma doação na subsidiária Gasinsular - Combustíveis do Atlântico, S.A.

Reservas - Aumentos de capital na Petrogal Brasil, S.A. e na Galp Brasil Services, B.V.

Em 28 de março de 2012, a empresa Winland International Petroleum, S.A.R.L. (W.I.P.), subsidiária da Tip Top Energy, S.A.R.L. (Grupo Sinopec), subscreveu e realizou um aumento de capital no montante de USD4.797.528.044,74 nas subsidiárias Petrogal Brasil, S.A. e Galp Sinopec Brazil Services B.V. (anteriormente denominada Galp Brazil Services, B.V.), passando aquela empresa a deter 30% das ações e direitos de voto de ambas as subsidiárias da Galp.

Com a operação de aumento de capital, o grupo Galp manteve o controlo operacional e financeiro das companhias, das quais passa a deter 70% do capital e dos direitos de voto, continuando, conforme IFRS 10, a consolidar os seus ativos pelo método integral. Assim a diferença entre o valor realizado de aumento de capital e valor contabilístico do capital próprio na data do aumento, foi reconhecido em capital próprio na rubrica Reservas pelo montante €2.493.088 k.

Reservas - Aumento de 99% na participação do capital da subsidiária Enerfuel, S.A.

Em julho de 2013, o Grupo adquiriu 99% do capital da Enerfuel, S.A., no âmbito do acordo celebrado em agosto de 2012 no qual se comprometia a adquirir o remanescente da participação social na data final da conclusão do projeto da unidade industrial. Dado existir o controlo por parte do Grupo, a empresa já estava a ser consolidada pelo método integral. Assim, a diferença entre o valor pago e o valor contabilístico do capital próprio na data de aquisição foi reconhecida em capital próprio na rubrica Reservas pelo montante negativo de €31 k.

Reservas - Aumento de 33,0541% na participação do capital da subsidiária Setgás Comercialização, S.A.

Em 21 dezembro de 2015, o Grupo adquiriu à Enagás – SGPS, S.A., 33,0541% do capital da Setgás Comercialização, S.A., que já era anteriormente controlada pelo Grupo e consolidava pelo método integral. Assim, a diferença entre o valor pago e o valor contabilístico do capital próprio na data de aquisição foi reconhecido em capital próprio na rubrica Reservas pelo montante €450 k.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, devido às alterações de perímetro mencionadas nas Notas 3.1 d) e 3.2) foram recicladas para a rubrica Resultados acumulados as seguintes reservas:

Reservas especiais

O montante negativo de €443 k na rubrica Reservas especiais dizem respeito a uma correção de impostos diferidos - reavaliações nos capitais próprios da subsidiária Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.

Reservas - Aumento de 11,097% na participação do capital da subsidiária Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.

Em julho de 2012, o Grupo adquiriu 10,7532% do capital da subsidiária Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., que já era anteriormente controlada pelo Grupo e consolidava pelo método integral. Assim a diferença entre o valor pago e o valor contabilístico do capital próprio na data de aquisição, foi reconhecido em capital próprio na rubrica de reservas pelo montante €1.935 k.

Em maio de 2013, o Grupo adquiriu 0,3438% do capital da subsidiária Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A, tendo sido reconhecido em capital próprio na rubrica Reservas o montante €92 k, devido à diferença entre o valor pago e o valor contabilístico.

Reservas - Aumento de 33,05427% na participação do capital da subsidiária Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.

Em 21 dezembro de 2015, o Grupo adquiriu à Enagás – SGPS, S.A., 33,05427% do capital da subsidiária Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., que já era anteriormente controlada pelo Grupo e consolidava pelo método integral. Assim, a diferença entre o valor pago e o valor contabilístico do capital próprio na data de aquisição foi reconhecido em capital próprio na rubrica Reservas pelo montante negativo de €571 k.

21. Interesses que não controlam

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o detalhe dos Interesses que não controlam incluídos no capital próprio refere-se às seguintes empresas subsidiárias:

| 2016 | | | | | | | | | | | | unid: €k |
|---|---|------------------|--------------------|---------------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|---|---|-------------------------|------------------|---|----------|
| | % de Interesses que não controlam dezembro 2015 | Dezembro 2015 | Capital e reservas | Dividendos atribuídos (b) | Resultados de exercícios anteriores | Reservas de conversão cambial (d) | Resultados acumulados - Ganhos e Perdas Atuariais | Varição de perímetro de consolidação (Nota 3) | Resultados do exercício | Dezembro 2016 | % de Interesses que não controlam dezembro 2016 | |
| Galp Sinopec Brazil Services B.V. | 30,00% | 1.268.700 | - | - | - | 41.613 | - | - | (613) | 1.309.700 | 30,00% | |
| Petrogal Brasil, S.A. | 30,00% | 105.140 | - | (7.382) | - | 108.748 | - | - | 23.540 | 230.046 | 30,00% | |
| Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L | 51,71% | 19.703 | - | (2.538) | 10 | - | - | - | 2.178 | 19.353 | 51,71% | |
| Petromar - Sociedade de Abastecimentos de Combustíveis, Lda. | 20,00% | 2.874 | - | (490) | - | - | - | - | 956 | 3.340 | 20,00% | |
| Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda. | 25,00% | 1.236 | - | (353) | - | - | - | - | 455 | 1.338 | 25,00% | |
| Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A. | 32,35% | 1.039 | - | (238) | - | - | (12) | - | 194 | 983 | 32,35% | |
| CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. | 25,00% | 631 | - | (481) | - | - | - | - | 647 | 797 | 25,00% | |
| Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. | (c) 3,16% | 1.999 | - | (225) | - | - | - | (1.922) | 148 | - | - | |
| Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A. | (c) 40,50% | 17.096 | - | (810) | - | - | - | (17.568) | 1.282 | - | - | |
| Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. | (c) 0,07% | 59 | - | (30) | - | - | - | (30) | 1 | - | - | |
| Petrogás Guiné Bissau - Importação, Armazenagem e Distribuição de Gás, Lda. | (a) 35,00% | (191) | - | - | - | - | - | - | 14 | (177) | 35,00% | |
| Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Eletricidade e Calor, S.A. | (a) 35,00% | (2.240) | - | - | - | - | - | - | (204) | (2.444) | 35,00% | |
| | | 1.416.046 | - | (12.547) | 10 | 150.361 | (12) | (19.520) | 28.598 | 1.562.936 | | |

| 2015 | | | | | | | | | | | | unid: €k |
|---|---|------------------|--------------------|---------------------------|-------------------------------------|-------------------------------|---|--------------------------------------|-------------------------|------------------|---|----------|
| | % de Interesses que não controlam dezembro 2014 | Dezembro 2014 | Capital e reservas | Dividendos atribuídos (f) | Resultados de exercícios anteriores | Reservas de conversão cambial | Resultados acumulados - Ganhos e Perdas Atuariais | Varição de perímetro de consolidação | Resultados do exercício | Dezembro 2015 | % de Interesses que não controlam dezembro 2015 | |
| Galp Sinopec Brazil Services B.V. | 30,00% | 1,127,303 | - | - | - | 130,063 | - | - | 11,334 | 1,268,700 | 30,00% | |
| Petrogal Brasil, S.A. | 30,00% | 225,790 | - | (5,649) | - | (131,640) | - | - | 16,639 | 105,140 | 30,00% | |
| Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. | (g) 33,12% | 23,804 | (7,903) | - | (17,473) | - | 1 | - | 1,630 | 59 | 0,07% | |
| Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L | 51,71% | 20,247 | - | (608) | - | - | - | - | 64 | 19,703 | 51,71% | |
| Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A. | 40,50% | 15,653 | - | - | - | - | - | - | 1,443 | 17,096 | 40,50% | |
| Petromar - Sociedade de Abastecimentos de Combustíveis, Lda. | 20,00% | 2,622 | - | (457) | 1 | - | - | - | 708 | 2,874 | 20,00% | |
| Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. | 3,16% | 1,771 | - | - | - | - | - | - | 228 | 1,999 | 3,16% | |
| Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda. | 25,00% | 1,180 | - | (297) | - | - | - | - | 353 | 1,236 | 25,00% | |
| Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A. | 32,35% | 1,100 | - | (218) | (5) | - | - | - | 162 | 1,039 | 32,35% | |
| Setgás Comercialização, S.A. | (h) 33,05% | 999 | (664) | - | (448) | - | - | - | 113 | - | - | |
| CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. | 25,00% | 643 | - | (493) | - | - | - | - | 481 | 631 | 25,00% | |
| Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Eletricidade e Calor, S.A. | (e) 35,00% | (709) | - | - | - | - | - | - | (1,531) | (2,240) | 35,00% | |
| Petrogás Guiné Bissau - Importação, Armazenagem e Distribuição de Gás, Lda. | (e) 35,00% | (219) | - | - | - | - | - | - | 28 | (191) | 35,00% | |
| | | 1,420,184 | (8,567) | (7,722) | (17,925) | (1,577) | 1 | - | 31,652 | 1,416,046 | | |

31 de dezembro de 2016:

- (a) Em 31 de dezembro de 2016, as subsidiárias Petrogás Guiné-Bissau, Lda. e Carriço Cogeração, S.A. apresentam capitais próprios negativos. Deste modo, o Grupo apenas reconheceu as perdas acumuladas na proporção do capital detido naquela subsidiária, motivo pelo qual os interesses que não controlam apresentam um saldo devedor.
- (b) Do montante de €12.547 k de dividendos atribuídos, foram liquidados €5.152 k no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Ao mesmo tempo, a subsidiária Petrogal Brasil, S.A. procedeu ao pagamento de €3.960 k, relativos a dividendos atribuídos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, ao acionista minoritário Winland International Petroleum, S.A.R.L. . Assim, no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram liquidados dividendos no montante de €9.112 k a acionistas minoritários (Nota 30).
- (c) A Empresa Galp Gás Natural Distribuição, S.A. detém participação nas subsidiárias: i) Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. (96,842%); ii) Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A. (59,519%); e iii) Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.

Decorrente da alienação de 22,5% do capital social da subsidiária Galp Gás Natural Distribuição, S.A. (GGND) e em virtude dos Acordos Parassociais que conferem controlo conjunto da Empresa (Notas 3 e 4.1), a Galp Gás Natural Distribuição, S.A. e respetivas subsidiárias passaram a ser contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

O montante €19.520 corresponde aos Interesses que não controlam das subsidiárias na data de alienação, momento em que deixaram de consolidar pelo método integral e passaram a ser consideradas pelo método de equivalência patrimonial (Notas 3.2 e 4.1):

| | unid: €k | | |
|--|---|--|---|
| Capital próprio em 31 de outubro de 2016 | Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A. | Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. | Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. |
| Capital próprio: | | | |
| Capital social | 11.580 | 20.500 | 9.000 |
| Prestações suplementares e outros instrumentos de capital | - | - | 7.482 |
| Reservas | 2.273 | 5.266 | 7.426 |
| Resultados acumulados | 26.491 | 31.697 | 19.667 |
| Resultado líquido consolidado do período | 3.155 | 4.587 | 1.762 |
| Total do capital próprio atribuível a Galp Gás Natural Distribuição, S.A. | 43.499 | 62.050 | 45.337 |
| Eliminações intragrupo Galp Energia, SGPS, S.A. | (117) | (1.191) | (231) |
| | 43.382 | 60.859 | 45.106 |
| % de Interesses que não controlam à data de alienação | 40,50% | 3,158% | 0,07% |
| Interesses que não controlam | 17.568 | 1.922 | 30 |

(d) A variação dos interesses que não controlam da rubrica Reservas de conversão cambial tem o seguinte detalhe:

d1) €41.613 k relativos às variações cambiais positivas resultantes da conversão das demonstrações financeiras da subsidiária Galp Sinopec Brazil Services B.V. em dólares dos Estados Unidos (USD) para Euros (EUR);

d2) €108.748 k relativos às variações cambiais positivas da subsidiária Petrogal Brasil, S.A. dos quais:

- €56.859 k são relativos às variações cambiais positivas resultantes da conversão das demonstrações financeiras da subsidiária Petrogal Brasil, S.A. em reais do Brasil (BRL) para Euros (EUR);
- €51.889 k são relativos às diferenças cambiais positivas resultantes das dotações financeiras da Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A., da Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., da Petrogal Brazil B.V., da Galp Sinopec Brazil Services B.V. e da Winland International Petroleum, S.A.R.L., à Petrogal Brasil, S.A., denominadas em Euros e em dólares dos Estados Unidos, remuneradas e não remuneradas e para os quais não existe intenção de reembolso pelo que são assemelhadas a capital social (*quasi capital*) fazendo igualmente parte integrante do investimento líquido naquela unidade operacional estrangeira em conformidade com a IAS 21.

31 de dezembro de 2015:

(a) Em 31 de dezembro de 2015, as subsidiárias Petrogás Guiné-Bissau, Lda. e Carriço Cogeração, S.A. apresentam capitais próprios negativos. Deste modo, o Grupo apenas reconheceu as perdas acumuladas na proporção do capital detido naquela subsidiária, motivo pelo qual os interesses que não controlam apresentam um saldo devedor.

(b) Do montante de €7.722 k de dividendos atribuídos, foram liquidados €2.693 k no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(c) A subsidiária Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., que era anteriormente detida a 66,87906% passou a ser detida a 99,93333% pelo Grupo. Decorrente do aumento de 33,05427%, registou-se na rubrica Interesses que não controlam, o montante negativo de €25.376 k referente a variação da percentagem detida pelo Grupo. O montante negativo de €7.903 k corresponde a variação dos interesses que não controlam das rubricas de capital social, outras reservas e prestações suplementares e o montante negativo de €17.473 k corresponde a variação dos interesses que não controlam da rubrica Resultados acumulados até à data do aumento da participação.

(d) A subsidiária Setgás Comercialização, S.A., que era anteriormente detida a 66,496% passou a ser detida a 100% pelo Grupo. Decorrente do aumento de 33,0541%, registou-se na rubrica Interesses que não controlam o montante negativo de €1.112 k referente à variação da percentagem detida pelo Grupo. O montante negativo de €664 k corresponde à variação dos interesses que não controlam das rubricas Capital social, Outras reservas e Prestações suplementares e o montante negativo de €448 k corresponde a variação dos interesses que não controlam da rubrica Resultados acumulados até à data do aumento da participação.

Apresenta-se detalhe das demonstrações financeiras (i.e. posição financeira, demonstração de resultados e fluxo de caixa) individuais das entidades que têm interesses que não controlam a 31 de dezembro de 2016:

Demonstração da posição financeira:

| 2016 | | | | | | | | | | | unid: €k |
|---|-----------------------------------|-----------------------|--|--|---|--|---|---|--|--|----------|
| Ativo | Galp Sinopec Brazil Services B.V. | Petrogal Brasil, S.A. | Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L | Petromar - Sociedade de Abastecimentos de Combustíveis, Lda. | Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda. | Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A. | CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. | Petrogás Guiné Bissau - Importação, Armazenagem e Distribuição de Gás, Lda. | Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Eletricidade e Calor, S.A. | | |
| Ativo não corrente: | | | | | | | | | | | |
| Ativos tangíveis | - | 2.351.702 | 17.001 | 4.777 | 1.127 | 1.658 | 29.877 | 475 | 4 | | |
| Goodwill | 2 | - | - | - | - | - | - | - | - | | |
| Ativos intangíveis | - | 8.289 | 59 | 3 | - | - | - | - | - | | |
| Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos | 1.027.313 | - | 1.909 | - | - | 493 | - | - | - | | |
| Outras contas a receber | 1.185.846 | 18.986 | - | - | - | 1 | - | - | - | | |
| Ativos por impostos diferidos | - | 88.233 | 348 | 69 | 79 | 70 | - | - | 80 | | |
| Total de ativos não correntes: | 2.213.161 | 2.467.210 | 19.317 | 4.849 | 1.206 | 2.222 | 29.877 | 475 | 84 | | |
| Inventários | - | 19.367 | 4.886 | 3.747 | 2.910 | - | - | - | - | | |
| Clientes | 34 | 156.064 | 14.603 | 1.843 | 405 | 663 | 6.010 | - | 4 | | |
| Outras contas a receber | 2.069.197 | 199.943 | 6.752 | 3.107 | 2.528 | 273 | 52 | 24 | 37 | | |
| Imposto corrente sobre o rendimento a receber | - | - | - | - | - | - | - | 15 | 290 | | |
| Caixa e seus equivalentes | 95.601 | 74.951 | 16.551 | 7.075 | 4.225 | 1.255 | 6.538 | 504 | 19 | | |
| Subtotal dos ativos correntes: | 2.164.832 | 450.325 | 42.792 | 15.772 | 10.068 | 2.191 | 12.600 | 543 | 350 | | |
| Total do ativo: | 4.377.993 | 2.917.535 | 62.109 | 20.621 | 11.274 | 4.413 | 42.477 | 1.018 | 434 | | |
| Passivo: | | | | | | | | | | | |
| Empréstimos | - | - | - | - | - | 384 | 18.268 | - | - | | |
| Outras contas a pagar | - | 1.780.922 | - | - | - | 105 | 6.279 | 228 | 3.453 | | |
| Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios | - | - | - | - | - | 328 | - | - | - | | |
| Passivos por impostos diferidos | - | 12.545 | - | - | - | - | - | - | - | | |
| Provisões | - | 93.774 | 182 | 75 | - | 29 | 1.669 | - | 71 | | |
| Total do passivo não corrente: | - | 1.887.241 | 182 | 75 | - | 846 | 26.216 | 228 | 3.524 | | |
| Empréstimos e descobertos bancários | - | - | - | - | - | - | 3.217 | - | - | | |
| Fornecedores | 1.179 | 16.665 | 15.554 | 2.402 | 5.050 | 186 | 3.159 | 47 | 1.248 | | |
| Outras contas a pagar | 135 | 196.843 | 8.167 | 921 | 306 | 320 | 6.628 | 1.248 | 2.644 | | |
| Outros instrumentos financeiros | - | 1.001 | - | - | - | - | - | - | - | | |
| Imposto corrente sobre o rendimento a pagar | 11.012 | 48.963 | 784 | 524 | 564 | 23 | 67 | - | - | | |
| Subtotal do passivo corrente: | 12.326 | 263.472 | 24.505 | 3.847 | 5.920 | 529 | 13.071 | 1.295 | 3.892 | | |
| Total do passivo: | 12.326 | 2.150.713 | 24.687 | 3.922 | 5.920 | 1.375 | 39.287 | 1.523 | 7.416 | | |
| % de Interesses que não controlam | 30,00% | 30,00% | 51,71% | 20,00% | 25,00% | 32,35% | 25,00% | 35,00% | 35,00% | | |
| Interesses que não controlam | 1.309.700 | 230.046 | 19.353 | 3.340 | 1.338 | 983 | 797 | (177) | (2.444) | | |

2015

unid: €k

| Ativo | Galp Sinopec Brazil Services B.V. | Petrogal Brasil, S.A. | Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. | Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L | Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A. | Petromar - Sociedade de Abastecimentos de Combustíveis, Lda. | Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. | Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda. | Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A. | CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. | Petrogás Guiné Bissau - Importação, Armazenagem e Distribuição de Gás, Lda. | Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Eletricidade e Calor, S.A. |
|---|-----------------------------------|-----------------------|--|--|--|--|---|---|--|---|---|--|
| Ativo não corrente: | | | | | | | | | | | | |
| Ativos tangíveis | - | 1.501.954 | 563 | 18.253 | - | 4.789 | - | 1.700 | 1.596 | 32.871 | 518 | 6 |
| Goodwill | 2 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ativos intangíveis | - | 8.040 | 173.655 | 140 | 71.239 | 6 | 281.207 | - | - | - | - | - |
| Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos | 896.099 | - | - | 1.572 | - | - | - | - | 546 | - | - | - |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | - | - | 3 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras contas a receber | 2.426.264 | 23.710 | 5.924 | - | 2.886 | - | 10.684 | - | 1 | - | - | - |
| Ativos por impostos diferidos | - | 190.541 | 501 | - | 88 | 105 | 482 | 79 | 61 | - | - | 193 |
| Total de ativos não correntes: | 3.322.365 | 1.724.245 | 180.646 | 19.965 | 74.213 | 4.900 | 292.373 | 1.779 | 2.204 | 32.871 | 518 | 199 |
| Inventários | - | 12.957 | 61 | 6.876 | 246 | 3.284 | 189 | 2.930 | - | - | - | - |
| Clientes | 18 | 25.804 | 1.520 | 16.917 | 1.826 | 1.624 | 1.937 | 362 | 665 | 7.991 | - | 8 |
| Outras contas a receber | 758.705 | 106.331 | 55.751 | 2.479 | 5.007 | 3.432 | 21.681 | 2.490 | 413 | 61 | 108 | (665) |
| Imposto corrente sobre o rendimento a receber | - | 2.210 | - | 394 | - | - | - | - | - | - | - | 333 |
| Caixa e seus equivalentes | 151.444 | 65.680 | 14 | 7.718 | 5.249 | 10.281 | 6.069 | 3.983 | 1.301 | 8.563 | 342 | 62 |
| Subtotal dos ativos correntes: | 910.167 | 212.982 | 57.346 | 34.384 | 12.328 | 18.621 | 29.876 | 9.765 | 2.379 | 16.615 | 450 | (262) |
| Total do ativo: | 4.232.532 | 1.937.227 | 237.992 | 54.349 | 86.541 | 23.521 | 322.249 | 11.544 | 4.583 | 49.486 | 968 | (63) |
| Passivo: | | | | | | | | | | | | |
| Empréstimos | - | - | 2.041 | - | 12.225 | - | 6.906 | - | 384 | 21.486 | - | - |
| Outras contas a pagar | - | 1.315.617 | 125.262 | - | 20.370 | - | 209.517 | - | 128 | 7.055 | - | 3.462 |
| Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios | - | - | 631 | - | 291 | - | 179 | - | 320 | - | - | - |
| Passivos por impostos diferidos | - | 32.034 | 4.527 | - | 463 | - | 3.288 | - | - | - | - | - |
| Provisões | - | 63.037 | 2.760 | - | 1.421 | 75 | 4.970 | 9 | 15 | 1.251 | - | 68 |
| Total do passivo não corrente: | - | 1.410.688 | 135.221 | - | 34.770 | 75 | 224.860 | 9 | 847 | 29.792 | - | 3.530 |
| Empréstimos e descobertos bancários | 8 | - | 6.205 | 439 | 2.630 | - | 2.302 | - | - | 7.687 | - | - |
| Fornecedores | 458 | 6.362 | 1.141 | 13.238 | 1.256 | 6.075 | 4.195 | 5.505 | 159 | 2.663 | 47 | 1.134 |
| Outras contas a pagar | 52 | 169.431 | 5.931 | 2.572 | 4.520 | 2.626 | 21.315 | 318 | 332 | 6.755 | 1.439 | 1.672 |
| Outros instrumentos financeiros | - | 277 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Imposto corrente sobre o rendimento a pagar | 3.012 | - | 1.166 | - | 1.150 | 377 | 6.275 | 765 | 31 | 66 | 26 | - |
| Subtotal do passivo corrente: | 3.530 | 176.070 | 14.443 | 16.249 | 9.556 | 9.078 | 34.087 | 6.588 | 522 | 17.171 | 1.512 | 2.806 |
| Total do passivo: | 3.530 | 1.586.758 | 149.664 | 16.249 | 44.326 | 9.153 | 258.947 | 6.597 | 1.369 | 46.963 | 1.512 | 6.336 |
| % de Interesses que não controlam | 30,00% | 30,00% | 0,07% | 51,71% | 40,50% | 20,00% | 3,16% | 25,00% | 32,35% | 25,00% | 35,00% | 35,00% |
| Interesses que não controlam | 1.268.700 | 105.140 | 59 | 19.703 | 17.096 | 2.874 | 1.999 | 1.236 | 1.039 | 631 | (191) | (2.240) |

Demonstração de resultados:

2016

unid: €k

| | Galp Sinopec Brazil Services B.V. | Petrogal Brasil, S.A. | Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. | Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L | Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A. | Petromar - Sociedade de Abastecimentos de Combustíveis, Lda. | Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. | Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda. | Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A. | CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. | Petrogás Guiné Bissau - Importação, Armazenagem e Distribuição de Gás, Lda. | Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Eletricidade e Calor, S.A. |
|-----------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|--|--|--|--|---|--|---|---|--|--|
| Total de proveitos operacionais: | 15.927 | 758.581 | 26.179 | 89.832 | 14.004 | 51.926 | 52.395 | 57.312 | 3.582 | 9.841 | 343 | 54 |
| Total de gastos operacionais: | 16.163 | 516.223 | 17.967 | 86.119 | 9.933 | 45.071 | 36.395 | 54.936 | 2.890 | 6.670 | 288 | 297 |
| Resultados operacionais: | (236) | 242.358 | 8.212 | 3.713 | 4.071 | 6.855 | 16.000 | 2.376 | 692 | 3.171 | 55 | (243) |
| Resultado antes de impostos: | 14.801 | 216.727 | 4.297 | 5.527 | 3.951 | 6.413 | 9.739 | 2.386 | 745 | 2.952 | 53 | (411) |
| Resultado líquido do exercício | (2.046) | 78.468 | 1.779 | 4.211 | 3.168 | 4.782 | 4.681 | 1.819 | 599 | 2.590 | 40 | (583) |
| % de Interesses que não controlam | 30,00% | 30,00% | 0,00% | 51,71% | 0,00% | 20,00% | 0,00% | 25,00% | 32,35% | 25,00% | 35,00% | 35,00% |
| Interesses que não controlam | (613) | 23.540 | 1 | 2.178 | 1.282 | 956 | 148 | 455 | 194 | 647 | 14 | (204) |

2015

unid: €k

| | Galp Sinopec Brazil Services B.V. | Petrogal Brasil, S.A. | Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. | Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L | Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A. | Petromar - Sociedade de Abastecimentos de Combustíveis, Lda. | Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. | Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda. | Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A. | Setgás Comercialização, S.A. | CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. | Petrogás Guiné Bissau - Importação, Armazenagem e Distribuição de Gás, Lda. | Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Eletricidade e Calor, S.A. |
|-----------------------------------|---|--------------------------|--|---|---|--|--|--|---|------------------------------------|--|--|--|
| Total de proveitos operacionais: | 3.663 | 494.730 | 32.735 | 108.844 | 18.536 | 48.507 | 66.138 | 55.395 | 3.552 | 12.695 | 9.532 | 393 | 5.981 |
| Total de gastos operacionais: | 27.912 | 366.817 | 21.810 | 108.250 | 12.805 | 43.543 | 44.992 | 53.556 | 2.841 | 12.124 | 6.979 | 243 | 10.216 |
| Resultados operacionais: | (24.249) | 127.913 | 10.925 | 594 | 5.731 | 4.964 | 21.146 | 1.839 | 711 | 571 | 2.553 | 150 | (4.235) |
| Resultado antes de impostos: | 43.306 | 139.924 | 8.833 | 1.340 | 5.455 | 4.700 | 13.283 | 1.852 | 648 | 667 | 2.250 | 127 | (4.342) |
| Resultado líquido do exercício | 37.782 | 55.462 | 5.497 | 1.133 | 3.678 | 3.535 | 7.177 | 1.412 | 487 | 285 | 1.923 | 95 | (4.374) |
| % de Interesses que não controlam | 30,00% | 30,00% | 0,07% | 51,71% | 40,50% | 20,00% | 3,16% | 25,00% | 32,35% | 0,00% | 25,00% | 35,00% | 35,00% |
| Interesses que não controlam | 11.334 | 16.639 | 1.630 | 64 | 1.443 | 708 | 228 | 353 | 162 | 113 | 481 | 28 | (1.531) |

Demonstração de Fluxos de caixa:

2016

unid: €k

| | Galp Sinopec Brazil Services B.V. | Petrogal Brasil, S.A. | Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L | Petromar - Sociedade de Abastecimentos de Combustíveis, Lda. | Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda. | Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A. | CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. | Petrogás Guiné Bissau - Importação, Armazenagem e Distribuição de Gás, Lda. | Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Eletricidade e Calor, S.A. |
|--|--------------------------------------|-----------------------|--|--|---|--|---|---|--|
| Fluxos das atividades operacionais (1) | (4.099) | 301.779 | 14.030 | (2.627) | 1.655 | 910 | 8.011 | 162 | (43) |
| Fluxos das atividades de investimento (2) | (56.691) | (645.254) | 44 | (89) | - | (219) | (194) | - | - |
| Fluxos das atividades de financiamento (3) | (17) | 347.810 | (5.345) | (490) | (1.413) | (737) | (5.367) | - | - |
| Variação líquida de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3) | (60.807) | 4.335 | 8.729 | (3.206) | 242 | (46) | 2.450 | 162 | (43) |
| Efeito da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes | 4.972 | 4.936 | 104 | - | - | - | - | - | - |
| Caixa e seus equivalentes no início do exercício | 151.436 | 65.680 | 7.718 | 10.281 | 3.983 | 1.301 | 4.088 | 342 | 62 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do exercício | 95.601 | 74.951 | 16.551 | 7.075 | 4.225 | 1.255 | 6.538 | 504 | 19 |

2015

unid: €k

| | Galp Sinopec Brazil Services B.V. | Petrogal Brasil, S.A. | Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. | Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L | Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A. | Petromar - Sociedade de Abastecimentos de Combustíveis, Lda. | Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. | Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda. | Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A. | CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. | Petrogás Guiné Bissau - Importação, Armazenagem e Distribuição de Gás, Lda. | Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Eletricidade e Calor, S.A. |
|--|--------------------------------------|--------------------------|--|---|---|--|---|--|---|---|--|--|
| Fluxos das atividades operacionais (1) | (5.022) | 247.600 | 10.824 | 7.600 | 8.604 | 1.661 | 29.615 | 1.903 | 877 | 3.771 | (18) | 23 |
| Fluxos das atividades de investimento (2) | 148.050 | (611.412) | (48.286) | (2.311) | (1.379) | (135) | (5.351) | (1) | 66 | (189) | - | 2 |
| Fluxos das atividades de financiamento (3) | (34) | 407.062 | 52.364 | (6.968) | (9.465) | (457) | (10.127) | (1.188) | (704) | (5.441) | - | - |
| Variação líquida de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3) | 142.994 | 43.250 | 14.902 | (1.679) | (2.240) | 1.069 | 14.137 | 714 | 239 | (1.859) | (18) | 25 |
| Efeito da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes | 899 | (6.264) | - | (30) | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Caixa e seus equivalentes no início do exercício | 7.551 | 28.694 | (17.012) | 9.427 | 7.489 | 9.212 | (8.068) | 3.269 | 1.062 | 5.947 | 360 | 37 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do exercício | 151.444 | 65.680 | (2.110) | 7.718 | 5.249 | 10.281 | 6.069 | 3.983 | 1.301 | 4.088 | 342 | 62 |

22. Empréstimos

Detalhe dos empréstimos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os empréstimos obtidos detalham-se como se segue:

| | Dezembro 2016 | | Dezembro 2015 | |
|-------------------------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|
| | Corrente | Não corrente | Corrente | Não corrente |
| unid: €k | | | | |
| Empréstimos bancários: | | | | |
| Empréstimos | 198.556 | 912.749 | 162.439 | 1.152.214 |
| Descobertos bancários (Nota 18) | 110.255 | - | 85.755 | - |
| Desconto de letras | 631 | - | 2.174 | - |
| | 309.442 | 912.749 | 250.368 | 1.152.214 |
| <i>Origination fees</i> | (1.134) | (1.260) | (3.578) | (1.182) |
| | 308.308 | 911.489 | 246.790 | 1.151.032 |
| Outros empréstimos obtidos: | | | | |
| IAPMEI/SIDER | - | 384 | 1 | 384 |
| | - | 384 | 1 | 384 |
| | 308.308 | 911.873 | 246.791 | 1.151.416 |
| Empréstimos por obrigações e notes: | | | | |
| Empréstimos obrigacionistas | 22.500 | 670.000 | 250.000 | 920.000 |
| Notes | - | 1.000.000 | - | 1.000.000 |
| | 22.500 | 1.670.000 | 250.000 | 1.920.000 |
| <i>Origination fees</i> | (5.645) | (4.344) | - | (11.891) |
| | 16.855 | 1.665.656 | 245.756 | 1.908.109 |
| | 325.163 | 2.577.529 | 492.547 | 3.059.525 |

Os empréstimos corrente e não corrente, excluindo *origination fees*, descobertos bancários e descontos de letras, em 31 de dezembro de 2016, apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

| Vencimento | Empréstimos | | |
|------------------|------------------|----------------|------------------|
| | Total | Corrente | Não corrente |
| 2017 | 221.056 | 221.056 | - |
| 2018 | 628.739 | - | 628.739 |
| 2019 | 698.988 | - | 698.988 |
| 2020 | 649.372 | - | 649.372 |
| 2021 | 535.091 | - | 535.091 |
| 2022 | 25.943 | - | 25.943 |
| 2023 | 20.000 | - | 20.000 |
| 2024 e seguintes | 25.000 | - | 25.000 |
| | 2.804.189 | 221.056 | 2.583.133 |

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a totalidade dos empréstimos obtidos, excluindo descobertos bancários e descontos de letras, encontram-se expressos nas seguintes moeda:

| Divisa | | Dezembro 2016 | | Dezembro 2015 | |
|---------------------------------------|-----|-------------------------|-----------------------------|-------------------------|-----------------------------|
| | | Montante global Inicial | Montante em dívida unid: €k | Montante global Inicial | Montante em dívida unid: €k |
| Dólares dos Estados Unidos da América | USD | 126.000 | 59.767 | 126.000 | 115.734 |
| Escudos de Cabo Verde | CVE | - | - | 48.377 | 439 |
| Euros | EUR | 3.580.353 | 2.744.422 | 3.662.172 | 3.368.865 |
| | | | 2.804.189 | | 3.485.038 |

A taxa de juro média dos empréstimos, incluindo custos com descobertos bancários, suportada pelo Grupo, em 2016 e 2015, ascendem a 3,52% e 3,75% respetivamente.

Caracterização dos principais empréstimos

Emissões papel comercial

A 31 de dezembro de 2016, o Grupo tem contratado programas de papel comercial com tomada firme no montante total de €940.000 k de médio e longo prazo. Deste montante estão utilizados €490.000 k a médio e longo prazo.

Estas emissões são remuneradas à taxa Euribor para o prazo de emissão respetivo, adicionada de spreads variáveis. A taxa de juro referida incide sobre o montante de cada emissão e mantém-se inalterada durante o respetivo prazo de emissão.

Empréstimos bancários

Detalhe dos principais empréstimos bancários, à data de 31 de dezembro de 2016:

| Entidade | Montante em dívida | Taxa de juro | Maturidade | unid: €k | |
|------------------------|--------------------|----------------------------|------------|-----------|--|
| | | | | Reembolso | |
| Banco Itaú | 59.767 | Libor 6M + <i>spread</i> | Abril 17 | Abril 17 | |
| UniCredit Bank Austria | 150.000 | Euribor 6M + <i>spread</i> | Abril 20 | Abril 20 | |
| | 209.767 | | | | |

Adicionalmente, o Grupo tem registado em empréstimos o montante de €22.048 k, realizados pelas empresas Agroger - Sociedade de Cogeração do Oeste S.A. e CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.

Detalhe dos principais empréstimos contratualizados com o Banco Europeu de Investimento, à data de 31 de dezembro de 2016:

| Entidade | Montante em dívida | Taxa de juro | Maturidade | unid: €k | |
|--|--------------------|---------------------|--------------|---|--|
| | | | | Reembolso | |
| BEI (cogeração de Matosinhos) | 50.000 | Taxa fixa | Outubro 17 | Outubro 17 | |
| BEI (Tranche A - Cogeração de Sines) | 19.286 | Taxa fixa | Setembro 21 | Prestações semestrais com início em março 10 | |
| BEI (Tranche B - Cogeração de Sines) | 10.205 | Taxa fixa | Março 22 | Prestações semestrais com início em setembro 10 | |
| BEI (Tranche A - Conversão refinarias) | 186.000 | Taxa fixa revisível | Fevereiro 25 | Prestações semestrais com início em agosto 12 | |
| BEI (Tranche B - Conversão refinarias) | 124.000 | Taxa fixa | Fevereiro 25 | Prestações semestrais com início em agosto 12 | |
| | 389.491 | | | | |

Os financiamentos contratados com o Banco Europeu de Investimento destinados à concretização dos projetos da cogeração da refinaria de Sines, da cogeração da refinaria de Matosinhos e da tranche A do projeto de conversão das refinarias de Sines e de Matosinhos são garantidos através de contratos de garantia celebrados com a Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.

O restante financiamento contratado com o Banco Europeu de Investimento, no montante em dívida de €124.000 k, são garantidos por Sindicato Bancário.

O grupo Galp tem empréstimos bancários contratados que em alguns casos apresentam *covenants* que podem, caso sejam acionados pelas entidades bancárias, conduzir ao reembolso antecipado dos montantes tomados (Nota 33).

Empréstimos obrigacionistas

Detalhe por empréstimo obrigacionista à data de 31 de dezembro de 2016:

| unid: €k | | | | |
|------------------------------------|--------------------|----------------------------|--------------|--------------|
| Emissão | Montante em dívida | Taxa de juro | Maturidade | Reembolso |
| GALP ENERGIA/2013-2017 €600 M. FRN | 22.500 | Euribor 6M + <i>spread</i> | Maio 17 | Maio 17 |
| GALP ENERGIA/2012-2018 FRN | 260.000 | Euribor 3M + <i>spread</i> | Fevereiro 18 | Fevereiro 18 |
| GALP ENERGIA/2013 - 2018 | 110.000 | Euribor 3M + <i>spread</i> | Março 18 | Março 18 |
| GALP ENERGIA/2013-2018 €200 M. | 200.000 | Euribor 6M + <i>spread</i> | Abril 18 | Abril 18 |
| GALP ENERGIA/2012-2020 | 100.000 | Euribor 6M + <i>spread</i> | Junho 20 | Junho 20 |
| | 692.500 | | | |

A Galp Energia, SGPS, S.A., nos termos previstos nos respetivos termos e condições, exerceu a opção de compra da totalidade das obrigações representativas do empréstimo obrigacionista denominado EUR 455,000,000.00 Floating Rate Notes Due 2017 (Código CVM: GALKOM).

A aquisição das referidas obrigações foi efetuada ao valor nominal acrescido de juros corridos e ocorreu no dia 21 de novembro de 2016, data de pagamento do período de juros, tendo-se seguido a amortização do mesmo.

Emissões de *notes*

A Galp estabeleceu, no âmbito do seu plano de financiamento, um programa de EMTN (EUR 5,000,000,000 Euro Medium Term Note Programme).

Detalhe por emissão à data de 31 de dezembro de 2016:

| unid: €k | | | | |
|---------------------|--------------------|------------------|--------------|--------------|
| Emissão | Montante em dívida | Taxa de juro | Maturidade | Reembolso |
| Galp 4,125% 01.2019 | 500.000 | Taxa fixa 4,125% | Janeiro 2019 | Janeiro 2019 |
| Galp 3,000% 01.2021 | 500.000 | Taxa fixa 3,000% | Janeiro 2021 | Janeiro 2021 |
| | 1.000.000 | | | |

O justo valor dos empréstimos obrigacionistas foi mensurado com base em variáveis observáveis no mercado. Assim, a classificação na hierarquia de Justo Valor é de Nível 2 (Nota 34).

23. Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios

O Grupo proporciona aos seus colaboradores dois planos de benefício definido não contributivos pelos participantes e um plano de contribuição definida. Proporciona ainda benefícios relativos ao seguro de saúde, seguro de vida e complemento do plano de contribuição definida em caso de morte ou invalidez.

Os dois planos de benefício definido são os seguintes.

Plano de Pensões da Petrogal

- Complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez.
- Complementos de pensões de sobrevivência (morte no ativo e pós-reforma).
- Pensão de reforma antecipada.
- Pensão de pré-reforma.
- Prémio de reforma.
- Seguro social voluntário.

O Fundo de Pensões fechado da Petrogal tem como objetivo o pagamento de complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez e ainda de pensões de sobrevivência.

Plano de Pensões da Sacor Marítima

- Complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez.
- Complementos de pensões de sobrevivência (morte no ativo e pós reforma).
- Pensão de pré-reforma.

O Fundo de Pensões fechado da Sacor Marítima tem como objetivo o pagamento de complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez e ainda de pensões de sobrevivência.

Para o cálculo das responsabilidades destes planos de benefício definidos foram utilizados dois cenários.

- Cenário de Financiamento – utilizado pelo grupo Galp para apuramento das responsabilidades passadas; e

- Cenário do Nível Mínimo de Solvência – cenário que utiliza os pressupostos recomendados para o apuramento do valor mínimo de financiamento dos Fundos de Pensões (Norma n.º 21/96-R).

As responsabilidades apresentadas neste relatório foram calculadas com base no método Projected Unit Credit. O princípio subjacente a este método é o de custear os benefícios de cada participante do plano à medida que vão sendo acumulados, tendo em consideração o crescimento futuro dos custos associados ao benefício em análise. Assim, o custo total relativo a cada um dos participantes é dividido em unidades, cada uma das quais associadas a um ano de serviço passado ou futuro.

A responsabilidade acumulada de um indivíduo é o valor atual dos benefícios acumulados, para efeitos de avaliação, na data de referência.

As Responsabilidades por Serviços Passados (RSP) resultam da soma das responsabilidades acumuladas para todos os participantes do plano.

O Plano de Pensões da Petrogal é complementar do regime público de Segurança Social, de acordo com as regras oficialmente em vigor em 31 de dezembro de 1993.

Os benefícios de Reforma (velhice e invalidez) e Sobrevivência são pagos diretamente pelo Fundo de Pensões. Os benefícios de Reforma Antecipada, Pré-reforma, seguro social voluntário e Prémio de Reforma não estão a cargo do Fundo de Pensões, sendo pagos diretamente pela Petrogal através da utilização de provisões contabilísticas criadas para o efeito.

O Plano de Pensões da Sacor Marítima é complementar dos regimes públicos.

Os benefícios garantidos ao abrigo do Plano são pagos pelo Fundo de Pensões. As responsabilidades associadas aos Pré-reformados são pagas diretamente pela Sacor Marítima através da utilização de provisões contabilísticas criadas para o efeito.

A Galp oferece ainda aos seus colaboradores um plano de contribuição definida, do qual são atualmente associadas as seguintes empresas: Galp Energia SGPS, Petróleos de Portugal-Petrogal, S.A., Galp Energia S.A., Galp Exploração e Produção Petrolífera S.A., SAAGA-Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A., Galp Gás Natural, S.A., Galp Gas & Power,SGPS, S.A., Galp Power, S.A.

No Plano de Contribuição Definida, os benefícios a atribuir aos colaboradores são os resultantes das contribuições da Empresa e dos próprios, efetuadas até ao momento da idade da reforma.

As Empresas efetuam contribuições de 3% sobre o salário pensionável e efetuam contribuição *matching* de valor igual à contribuição do colaborador até ao limite de 1% do seu salário pensionável.

O custo é anual e fixo em percentagem e não tem risco face a alterações da esperança de vida, rendibilidade do fundo, contribuições da Segurança Social, não sendo necessárias avaliações atuariais.

Este plano de contribuição definida contempla ainda um benefício mínimo em caso de morte ou invalidez no ativo, através de atribuição de uma pensão total mínima a crescer à da Segurança Social, que garanta uma pensão total mínima igual a 50% do salário pensionável do trabalhador à data de ocorrência.

Os planos de pensões da Petrogal e da Sacor Marítima são regulados pela legislação portuguesa aplicada aos fundos de pensões e supervisionados pela ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Pensões).

Compete à sociedade gestora a prática de todos os atos e operações necessários ou convenientes à boa administração e gestão do fundo, de acordo com o estabelecido no contrato constitutivo e no contrato de gestão do fundo.

A CGD Pensões é a sociedade gestora do fundo da Petrogal e a Pensões Gere é a sociedade gestora do fundo de pensões da Sacor Marítima.

O benefício do Seguro de Saúde serve para cobrir despesas médicas/hospitalares de acordo com as apólices vigentes.

O benefício do Seguro de Vida serve para garantir a proteção financeira dos colaboradores e/ou cônjuges e filhos em caso de morte ou invalidez e de acordo com as apólices vigentes.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os patrimónios dos Fundos de Pensões, valorizadas ao justo valor, apresentavam a seguinte composição de acordo com o relatório apresentado pela sociedade gestora respetiva:

| | unid: €k | |
|----------------------------|----------------|----------------|
| | Dezembro 2016 | Dezembro 2015 |
| Obrigações | 171.354 | 182.803 |
| Ações | 51.108 | 61.862 |
| Investimentos alternativos | 10.279 | 10.066 |
| Imobiliário | 2.628 | 3.274 |
| Liquidez | 17.141 | 30.039 |
| Imóvel Galp | 30.245 | 29.566 |
| Total | 282.755 | 317.610 |

A rubrica Imóvel Galp refere-se ao valor dos imóveis que estão a ser utilizados pelo Grupo.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não se efetuou nenhuma dotação para Fundo de Pensões. Os ativos estão a diminuir de acordo com a evolução da população beneficiária.

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo tinha registado os seguintes montantes relativos a responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios:

| Rubricas | Dezembro 2016 | | | Dezembro 2015 | | |
|--|--------------------|------------------|-----------------|--------------------|------------------|-----------------|
| | Ativo (Nota 14) | Passivo | Capital próprio | Ativo (Nota 14) | Passivo | Capital próprio |
| Benefícios de reforma | | | | | | |
| Afetas ao fundo | 271 | (7.031) | 44.345 | 176 | (4.835) | 42.009 |
| Reformados | - | (750) | 1.452 | - | (3.839) | 1.910 |
| Pré-reformas | - | (56.518) | 9.107 | - | (67.175) | 9.006 |
| Reformas antecipadas | - | (63.026) | 7.744 | - | (83.152) | 5.806 |
| Prémios de reforma | - | (7.029) | 341 | - | (6.919) | 43 |
| Seguro social voluntário | - | (2.257) | 3.892 | - | (2.319) | 3.543 |
| Outros benefícios | | | | | | |
| Cuidado de saúde | - | (208.283) | 75.342 | - | (241.635) | 85.769 |
| Seguro de vida | - | (2.816) | 238 | - | (3.129) | 66 |
| Benefício mínimo do plano de contribuição definida | - | (11.412) | 19 | - | (8.537) | (1.621) |
| | 271 | (359.122) | 142.480 | 176 | (421.540) | 146.531 |

A rubrica Afetas ao Fundo no montante de €7.031 k inclui €133 k relativos ao Plano por Velhice e por Invalidez - Amortização do défice do Plano de Benefício Definido da subsidiária SAAGA – Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A. Até 31 de dezembro de 2009, o benefício de reforma consistiu num plano de benefícios definidos. Em 3 de maio de 2010, foi alterado este esquema de benefícios de reforma passando os mesmos a ser de contribuição definida (plano existente ao nível do grupo Galp). Assim, para as responsabilidades com pensões para velhice e invalidez existentes em 3 de maio de 2010 no montante de €394 k, correspondentes ao montante daquelas responsabilidades que não se encontravam cobertas pelo património do fundo de pensões, foi acordado um plano de amortização daquele diferencial durante o período de dez anos, acrescido de juros. Em 31 de dezembro de 2016, o valor destas responsabilidades ascendia a €133 k.

A rubrica Reformados no montante de €338 k inclui €20 k relativos provisão para fazer face às responsabilidades futuras assumidas pela subsidiária Petrogal Moçambique, Lda. para com os empregados reformados até 1990 (antes da criação do sistema de segurança social de Moçambique).

A rubrica Pré-reformas no montante de €56.518 k inclui €2.983 k da subsidiária Petróleos de Portugal-Petrogal, S.A. respetivamente, para fazerem face a pré-reformas já acordadas e que só irão ser efetivadas em 2017.

A rubrica Custos com pessoal – Benefícios de reforma no montante de €29.257 k (Nota 6) inclui essencialmente: (i) €950 k referentes a benefícios afetos ao fundo; (ii) €13.723 k dos restantes benefícios de reforma; (iii) uma perda de €6.403 k dos outros benefícios; (iv) €4.002 k do plano de contribuição definida e (v) uma perda de €4.179 k referentes a pré-reformas e reformas antecipadas não incluídas nos outros benefícios.

A diferença de €24.603 k, no detalhe do Capital próprio apresentado acima e na rubrica Resultados acumulados – Ganhos e perdas atuariais – fundo de pensões da demonstração consolidada das alterações no capital, respeita ao montante de imposto diferido.

O quadro que se segue apresenta o número de participantes e beneficiários classificados por categoria:

| | Dezembro 2016 | Dezembro 2015 |
|-------------------------------|---------------|---------------|
| Ativos | 1.659 | 1.880 |
| Pré-reformados | 312 | 370 |
| Reformas antecipadas | 320 | 341 |
| Reformas invalidez | 72 | 83 |
| Reformas velhice | 2.671 | 2.968 |
| Pensionistas viuvez/orfandade | 1.612 | 1.773 |
| | 6.646 | 7.415 |

Durante o ano de 2016 existiram 28 novos casos de Pré-reforma, 26 novos caso de Reforma antecipada e 8 saídas por rescisão por mútuo acordo.

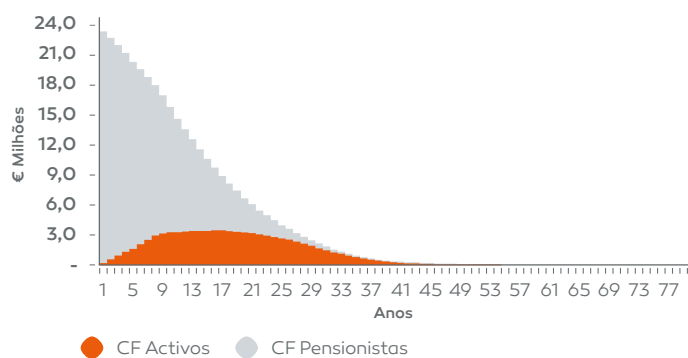
A redução do número de participantes e beneficiários resulta especialmente da variação de perímetro ocorrido em 2016, o que resultou na saída de 635 participantes.

A maturidade média das responsabilidades, para os planos de benefício definido, é de 10,5 anos.

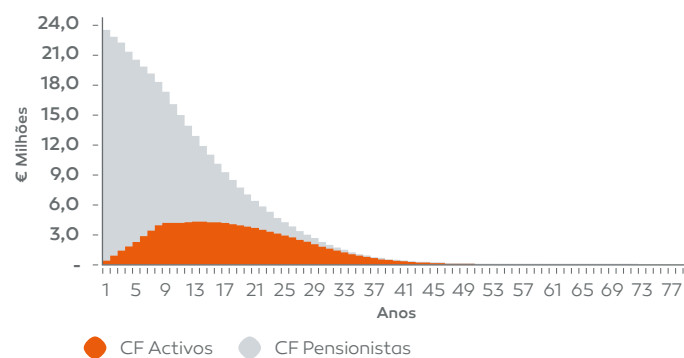
Distribuição de pagamentos associados aos Fundos de Pensões Petrogal

Petrogal

Cenário de financiamento



Mínimo de solvência



Os pressupostos utilizados para o cálculo dos benefícios pós-emprego são os considerados pelo Grupo como aqueles que melhor satisfazem os compromissos estabelecidos no plano de pensões, para Portugal, são os seguintes:

| | unid: €k | |
|--|---|---|
| | 2016 | 2015 |
| Pressuposto | | |
| Taxa de rendimentos dos ativos | 2,25% | 2,50% |
| Taxa técnica de juro | 2,25% | 2,50% |
| Taxa de crescimento dos salários | 1,00% | 1,00% |
| Taxa de crescimento das pensões | [0,00% - 1,40%] | [0,00% - 2,00%] |
| Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados | INE 2009-2011 | INE 2009-2011 |
| Tábua de mortalidade reformados | INE 2009-2011 | INE 2009-2011 |
| Tábua de invalidez | 50% EVK 80 | 50% EVK 80 |
| Idade normal de reforma | 66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65 anos | 66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65 anos |
| Método | Unidade de Crédito Projetada | Unidade de Crédito Projetada |
| Alterações nas responsabilidades por serviços passados (RSP) | | |
| RSP no final do exercício anterior | 322.275 | 325.515 |
| Custo dos serviços correntes | 564 | 773 |
| Juro líquido | 7.635 | 8.604 |
| (Ganhos)/Perdas Atuariais | 9.394 | 13.539 |
| Pagamento de benefícios efetuados pelo Fundo | (24.757) | (25.208) |
| Alterações ao plano de benefícios | - | (756) |
| Cortes - Reformas antecipadas | 362 | 694 |
| Cortes - Pré-reformas | 13 | 20 |
| Cortes - Migração para CD | (28) | (896) |
| Liquidações | - | (9) |
| Variação de perímetro | (25.806) | - |
| Outros ajustamentos | - | - |
| RSP no final do exercício corrente | 289.652 | 322.275 |
| Evolução dos ativos financeiros de cobertura (Fundo) | | |
| Valor dos ativos no final do exercício anterior | 317.610 | 334.950 |
| Juro líquido | 7.524 | 8.863 |
| Contribuição do associado | - | 1.650 |
| Pagamento de benefícios | (24.757) | (25.208) |
| Variação de perímetro | (23.864) | - |
| Cortes - Migração para CD | (37) | (896) |
| Ganhos/(perdas) financeiras | 6.279 | (1.749) |
| Valor dos ativos no final do exercício corrente | 282.755 | 317.610 |
| Reconciliação de ganhos e perdas reconhecidos - via Rendimento Integral | | |
| (Ganho)/perda atuarial de experiência | (3.067) | (6.176) |
| (Ganho)/perda atuarial por alteração de pressupostos | (6.327) | (7.363) |
| (Ganho)/perda financeira | 6.279 | (1.749) |
| Outros impactos | 3.115 | 15.288 |
| Remensuração por reconhecer no final do exercício | - | - |

| | 2016 | 2015 |
|--|----------------|----------------|
| unid: €k | | |
| Reconciliação para a Demonstração da Posição Financeira | | |
| Total reconhecido no início do exercício - Ativo/(Passivo) | (4.665) | 9.435 |
| Custo líquido do exercício | (1.060) | (462) |
| Contribuições do associado | - | 1.650 |
| Ganhos/(perdas) reconhecidos - via Rendimento Integral | (3.115) | (15.288) |
| Variação de perímetro | 1.942 | - |
| Total reconhecido no final do exercício - Ativo/(Passivo) | (6.898) | (4.665) |
| Custo Líquido do Exercício | | |
| Custo dos Serviços Correntes | 564 | 773 |
| Juro Líquido | 111 | (259) |
| Custo Líquido do Exercício antes de Eventos Especiais | 675 | 514 |
| Impacto de cortes - Reformas Antecipadas | 362 | 694 |
| Impacto de cortes - Pré-Reformas | 13 | 20 |
| Impactos liquidações | - | (9) |
| Impacto de cortes - Migração para CD | 10 | (756) |
| Custo Líquido do Exercício | 1.060 | 463 |
| Reconciliação de Ganhos e Perdas Reconhecidos - via Rendimento Integral | | |
| (Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no início do exercício | 39.692 | 24.404 |
| (Ganho)/perda atuarial de experiência | 3.067 | 6.176 |
| (Ganho)/perda atuarial por alteração de pressupostos | 6.327 | 7.363 |
| (Ganho)/perda financeira | (6.279) | 1.749 |
| Empresas Associadas | 812 | - |
| Variação de perímetro | (1.500) | - |
| Outros impactos | 1 | - |
| (Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício | 42.120 | 39.692 |

As perdas atuariais decorrentes das responsabilidades por serviços passados ocorridas no exercício de 2016 no montante de €9.394 k poderão ser segregadas conforme segue:

- por alteração de pressupostos: perdas no valor de €6.327 k. Este montante é relativo apenas à alteração da taxa de desconto. Dado que a alteração da INR decorreu da alteração da legislação, o impacto foi considerado como ganho/perda por experiência; e
- por experiência: perdas no valor de €3.067 k.

As perdas financeiras decorrentes dos Fundos, no montante de €6.279 k, que resultam da diferença entre o valor estimado para a evolução do Fundo e o valor real apresentado no ponto anterior, conforme se detalha abaixo:

| | Estimado | Real | Desvios | Data valor |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|-------------------|
| Saldo inicial | 317.610 | 317.610 | - | 31/12/2015 |
| Pagamento de benefícios | (25.362) | (24.757) | 605 | |
| Direitos adquiridos | - | - | - | |
| Contribuições associado | 5.402 | - | (5.402) | |
| Contribuições participante | - | - | - | |
| Transferência para o Fundo Pensões Galp (relativamente à migração de colaboradores para o Plano CD) | - | (37) | (37) | 2016 |
| Variação de perímetro | - | (23.864) | (23.864) | |
| Total Movimentos | (19.960) | (48.658) | (28.698) | |
| Rendimento do Fundo | 7.524 | 13.803 | 6.279 | |
| Saldo Final | 305.174 | 282.755 | (22.419) | 31/12/2016 |

Os pressupostos utilizados para o cálculo dos benefícios pós-emprego são os considerados pelo Grupo como aqueles que melhor satisfazem os compromissos estabelecidos no plano de pensões, para Espanha, são os seguintes:

| | unid: €k | |
|--|------------------------------|------------------------------|
| | Grupo em Espanha | |
| | 2016 | 2015 |
| Pressuposto | | |
| Taxa de rendimentos dos ativos | 1,85% | 2,45% |
| Taxa técnica de juro | 1,85% | 2,45% |
| Taxa de crescimento dos salários | 2,50% | 2,50% |
| Taxa de crescimento das pensões | 2,00% | 2,00% |
| Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados | PERMF 2000P | PERMF 2000P |
| Tábua de mortalidade reformados | PERMF 2000P | PERMF 2000P |
| Idade normal de reforma | 65 | 65 |
| Método | Unidade de crédito projetada | Unidade de crédito projetada |
| Alterações nas responsabilidades por serviços passados (RSP) | | |
| RSP no final do exercício anterior | 434 | 431 |
| Custo dos serviços correntes | 2 | 5 |
| Juro líquido | 11 | 10 |
| (Ganhos)/Perdas atuariais | 51 | 1 |
| Outros ajustamentos | - | (13) |
| RSP no final do exercício corrente | 498 | 434 |
| Evolução dos ativos financeiros de cobertura (Fundo) | | |
| Valor dos ativos no final do exercício anterior | 610 | 554 |
| Juro líquido | 15 | 12 |
| Contribuição do associado | - | 22 |
| Outros ajustamentos | 1 | - |
| Ganhos/(perdas) financeiras | 143 | 22 |
| Valor dos ativos no final do exercício corrente | 769 | 610 |
| Reconciliação para a demonstração da posição financeira | | |
| Total reconhecido no início do exercício - Ativo/(Passivo) | 176 | 123 |
| Custo líquido do exercício | 2 | 10 |
| Contribuições do associado | - | 22 |
| Ganhos/(perdas) reconhecidos - via Rendimento Integral | 92 | 21 |
| Outros ajustamentos | 1 | - |
| Total reconhecido no final do exercício - Ativo/(Passivo) | 271 | 176 |
| Custo líquido do exercício | | |
| Custo dos serviços correntes | 2 | 5 |
| Juro líquido | (4) | (2) |
| Custo líquido do exercício antes de eventos especiais | (2) | 3 |
| Impactos liquidações | - | (13) |
| Custo líquido do exercício | (2) | (10) |
| Reconciliação de Ganhos e Perdas Reconhecidos - via Rendimento Integral | | |
| (Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no início do exercício | 2.317 | 2.338 |
| (Ganho)/perda atuarial de experiência | 2 | 13 |
| (Ganho)/perda atuarial por alteração de pressupostos | 49 | (12) |
| (Ganho)/perda financeira | (143) | (22) |
| (Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício | 2.225 | 2.317 |

Outros benefícios de reforma não afetos aos fundos

| | | | | | | unid: €k |
|--|---|---|---|---|---|---------------|
| | | | | | | Grupo em 2016 |
| | Reformados | Pré-reformas | Reformas antecipadas | Prémios de reforma | Seguro social voluntário | Total |
| Pressuposto | | | | | | |
| Taxa técnica de juro | 2,25% | 2,25% | 2,25% | 2,25% | 2,25% | |
| Taxa de crescimento dos salários | 1,00% | 1,00% | 1,00% | 1,00% | 1,00% | |
| Taxa de crescimento das pensões | [0,00% - 1,40%] | [0,00% - 2,00%] | [0,00% - 2,00%] | [0,05% - 1,40%] | [0,05% - 1,40%] | |
| Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados | INE 2009-2011 | INE 2009-2011 | INE 2009-2011 | INE 2009-2011 | INE 2009-2011 | |
| Tábua de mortalidade reformados | INE 2009-2011 | INE 2009-2011 | INE 2009-2011 | INE 2009-2011 | INE 2009-2011 | |
| Tábua de invalidez | EVK 80 - 50% | EVK 80 - 50% | EVK 80 - 50% | EVK 80 - 50% | EVK 80 - 50% | |
| Idade normal de reforma | 66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65 anos | 66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65 anos | 66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65 anos | 66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65 anos | 66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65 anos | |
| Método | Unidade de Crédito Projetada | Unidade de Crédito Projetada | Unidade de Crédito Projetada | Unidade de Crédito Projetada | Unidade de Crédito Projetada | |
| Alterações nas responsabilidades por serviços passados (RSP) | | | | | | |
| RSP no final do exercício anterior | 3.807 | 65.199 | 82.973 | 6.919 | 2.319 | 161.217 |
| Custo dos serviços correntes | 5 | 9 | 484 | 217 | - | 715 |
| Juro líquido | 76 | 1.426 | 1.852 | 170 | 52 | 3.576 |
| (Ganhos)/Perdas atuariais | 25 | 193 | 550 | 298 | 349 | 1.415 |
| Pagamento de benefícios efectuados pela Empresa | (305) | (15.072) | (11.942) | (469) | (477) | (28.265) |
| Cortes - Reformas antecipadas | - | - | 7.185 | (71) | 14 | 7.128 |
| Cortes - Pré-reformas | - | 5.728 | 184 | 5 | - | 5.917 |
| Cortes - Rescisões Mútuo Acordo | - | - | - | (40) | - | (40) |
| Variação de perímetro | (2.876) | (3.948) | (18.262) | - | - | (25.086) |
| Outros ajustamentos | (2) | - | 2 | - | - | - |
| RSP no final do exercício corrente | 730 | 53.535 | 63.026 | 7.029 | 2.257 | 126.577 |
| Reconciliação para a Demonstração da Posição Financeira | | | | | | |
| Total reconhecido no início do exercício - Ativo/(Passivo) | (3.807) | (65.199) | (82.973) | (6.919) | (2.319) | (161.217) |
| Custo líquido do exercício | (81) | (7.163) | (9.705) | (281) | (66) | (17.296) |
| Benefícios pagos diretamente pela Empresa | 305 | 15.072 | 11.942 | 469 | 477 | 28.265 |
| Ganhos/(perdas) reconhecidos - via Rendimento Integral | (25) | (193) | (550) | (298) | (349) | (1.415) |
| Alterações de perímetro | 2.876 | 3.948 | 18.262 | - | - | 25.086 |
| Efeito de outros ajustamentos | 2 | - | - | - | - | 2 |
| Total reconhecido no final do exercício - Ativo/(Passivo) | (730) | (53.535) | (63.024) | (7.029) | (2.257) | (126.575) |
| Custo líquido do exercício | | | | | | |
| Custo dos serviços correntes | 5 | 9 | 484 | 217 | - | 715 |
| Juro líquido | 76 | 1.426 | 1.852 | 170 | 52 | 3.576 |
| Custo Líquido do Exercício antes de Eventos Especiais | 81 | 1.435 | 2.336 | 387 | 52 | 4.291 |
| Impacto de cortes - Reformas Antecipadas | - | - | 7.185 | (71) | 14 | 7.128 |
| Impacto de cortes - Pré-Reformas | - | 5.728 | 184 | 5 | - | 5.917 |
| Impactos liquidações | - | - | - | (40) | - | (40) |
| Custo líquido do exercício | 81 | 7.163 | 9.705 | 281 | 66 | 17.296 |
| Reconciliação de Ganhos e Perdas Reconhecidos - via Rendimento Integral | | | | | | |
| (Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no início do exercício | 1.910 | 9.006 | 5.806 | 43 | 3.543 | 20.308 |
| (Ganho)/perda atuarial de experiência | 10 | (178) | (90) | 140 | 332 | 214 |
| (Ganho)/perda atuarial por alteração de pressupostos | 15 | 371 | 640 | 158 | 17 | 1.201 |
| Empresas Associadas | (69) | 159 | 2.990 | - | - | 3.080 |
| Variação de perímetro | (413) | (251) | (1.602) | - | - | (2.266) |
| Outros impactos | - | - | - | - | - | (1) |
| Interesses que não controlam | - | - | - | - | - | - |
| (Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício | 1.452 | 9.107 | 7.744 | 341 | 3.892 | 22.536 |

| | Reformados | Pré-reformas | Reformas antecipadas | Prémios de reforma | Seguro social voluntário | Total |
|--|---|---|---|---|---|---------------|
| unid: €k | | | | | | |
| Grupo em 2015 | | | | | | |
| Pressuposto | | | | | | |
| Taxa técnica de juro | 2,50% | 2,50% | 2,50% | 2,50% | 2,50% | |
| Taxa de crescimento dos salários | 1,00% | 1,00% | 1,00% | 1,00% | 1,00% | |
| Taxa de crescimento das pensões | [0,00% - 2,00%] | [0,00% - 2,00%] | [0,00% - 2,00%] | [0,05% - 1,40%] | [0,05% - 1,40%] | |
| Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados | INE 2009-2011 | INE 2009-2011 | INE 2009-2011 | INE 2009-2011 | INE 2009-2011 | |
| Tábua de mortalidade reformados | INE 2009-2011 | INE 2009-2011 | INE 2009-2011 | INE 2009-2011 | INE 2009-2011 | |
| Tábua de invalidez | 50% EVK 80 | 50% EVK 80 | 50% EVK 80 | 50% EVK 80 | 50% EVK 80 | |
| Idade normal de reforma | 66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a.S.S. aos 65 anos | 66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a.S.S. aos 65 anos | 66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a.S.S. aos 65 anos | 66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a.S.S. aos 65 anos | 66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a.S.S. aos 65 anos | |
| Método | Unidade de Crédito Projetada | Unidade de Crédito Projetada | Unidade de Crédito Projetada | Unidade de Crédito Projetada | Unidade de Crédito Projetada | |
| Alterações nas responsabilidades por serviços passados (RSP) | | | | | | |
| RSP no final do exercício anterior | 3.897 | 60.515 | 75.473 | 6.974 | 2.600 | 149.459 |
| Custo dos serviços correntes | 5 | 9 | 498 | 228 | - | 740 |
| Juro líquido | 98 | 1.471 | 1.925 | 189 | 65 | 3.748 |
| (Ganhos)/Perdas atuariais | 415 | (248) | 2.763 | 211 | 70 | 3.211 |
| Pagamento de benefícios efectuados pela Empresa | (608) | (15.199) | (11.115) | (557) | (452) | (27.931) |
| Cortes - Reformas antecipadas | - | - | 13.636 | (127) | 36 | 13.545 |
| Cortes - Pré-reformas | - | 18.651 | (207) | 30 | - | 18.474 |
| Liquidações | - | - | - | (29) | - | (29) |
| RSP no final do exercício corrente | 3.807 | 65.199 | 82.973 | 6.919 | 2.319 | 161.217 |
| Reconciliação para a Demonstração da Posição Financeira | | | | | | |
| Total reconhecido no início do exercício - Ativo/(Passivo) | (3.897) | (60.515) | (75.473) | (6.974) | (2.600) | (149.459) |
| Custo líquido do exercício | (103) | (20.131) | (15.852) | (291) | (101) | (36.478) |
| Benefícios pagos diretamente pela Empresa | 608 | 15.199 | 11.115 | 557 | 452 | 27.931 |
| Ganhos/(perdas) reconhecidos - via Rendimento Integral | (415) | 248 | (2.763) | (211) | (70) | (3.211) |
| Total reconhecido no final do exercício - Ativo/(Passivo) | (3.807) | (65.199) | (82.973) | (6.919) | (2.319) | (161.217) |
| Custo líquido do exercício | | | | | | |
| Custo dos serviços correntes | 5 | 9 | 498 | 228 | - | 740 |
| Juro líquido | 98 | 1.471 | 1.925 | 189 | 65 | 3.748 |
| Custo Líquido do Exercício antes de Eventos Especiais | 103 | 1.480 | 2.423 | 417 | 65 | 4.488 |
| Impacto de cortes - Reformas Antecipadas | - | - | 13.636 | (127) | 36 | 13.545 |
| Impacto de cortes - Pré-Reformas | - | 18.651 | (207) | 30 | - | 18.474 |
| Impactos liquidações | - | - | - | (29) | - | (29) |
| Custo líquido do exercício | 103 | 20.131 | 15.852 | 291 | 101 | 36.478 |
| Reconciliação de Ganhos e Perdas Reconhecidos - via Rendimento Integral | | | | | | |
| (Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no início do exercício | 1.495 | 9.239 | 3.042 | (168) | 3.473 | 17.081 |
| (Ganho)/perda atuarial de experiência | 367 | (1.210) | 1.705 | 46 | 54 | 962 |
| (Ganho)/perda atuarial por alteração de pressupostos | 48 | 962 | 1.059 | 165 | 16 | 2.250 |
| Outros impactos | - | 15 | - | - | - | 15 |
| Interesses que não controlam | - | - | - | - | - | - |
| (Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício | 1.910 | 9.006 | 5.806 | 43 | 3.543 | 20.308 |

Conforme mencionado na Nota 2.11, em 31 de dezembro de 2002, foi autorizado pelo ISP a constituição do Fundo de Pensões da Galp de contribuição definida, dando a possibilidade aos seus colaboradores de optarem entre este novo plano de pensões de contribuição definida e o existente plano de benefícios definidos. Foi reconhecido, durante o exercício de 2016, um custo na rubrica Custos com o pessoal no montante de €4.002 k relativo às contribuições do ano das empresas associadas do Fundo de Pensões de contribuição definida da Galp, a favor dos seus empregados, em contrapartida de entrega à sociedade gestora deste fundo.

Outros benefícios de reforma – cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida (invalidez e sobrevivência)

Conforme referido na Nota 2.12, o Grupo tem registado, em 31 de dezembro de 2016, uma provisão destinada à cobertura das suas responsabilidades com cuidados de saúde, seguro de vida por serviços passados dos ativos e responsabilidades totais da restante população e com o benefício mínimo do plano de contribuição definida. O valor atual das responsabilidades por serviços passados e pressupostos atuariais utilizados no seu cálculo são os seguintes:

unid: €k

Grupo em 2016

| | Cuidados de saúde | Seguro de vida | Benefício mínimo do plano contribuição definida | Total |
|--|---------------------------------|---------------------------------|---|------------------|
| Pressuposto | | | | |
| Taxa técnica de juro | 2,25% | 2,25% | 2,25% | |
| Taxa de crescimento dos custos | 4,00% | 1,00% | 1,00% | |
| Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados | INE 2009-2011 | INE 2009-2011 | INE 2009-2011 | |
| Tábua de mortalidade reformados | INE 2009-2011 | INE 2009-2011 | GKF95 | |
| Tábua de invalidez | 50% EVK 80 | 50% EVK 80 | 50% EVK 80 | |
| Idade normal de reforma | 66 | 66 | 66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65 anos | |
| Método | Unidade de Crédito Projetada | Unidade de Crédito Projetada | Unidade de Crédito Projetada | |
| Alterações nas responsabilidades por serviços passados (RSP) | | | | |
| RSP no final do exercício anterior | 241.635 | 3.129 | 8.537 | 253.301 |
| Custo dos serviços correntes | 4.493 | 92 | 1.818 | 6.403 |
| Juro líquido | 5.826 | 73 | 210 | 6.109 |
| (Ganhos)/Perdas atuariais | (8.933) | 151 | 1.571 | (7.211) |
| Pagamento de benefícios efectuados pela Empresa | (10.251) | (240) | - | (10.491) |
| Varição de perímetro | (24.487) | (389) | (724) | (25.600) |
| RSP no final do exercício corrente | 208.283 | 2.816 | 11.412 | 222.511 |
| Reconciliação para a Demonstração da Posição Financeira | | | | |
| Total reconhecido no início do exercício - Ativo/(Passivo) | (241.635) | (3.129) | (8.537) | (253.301) |
| Custo líquido do exercício | (10.319) | (165) | (2.028) | (12.512) |
| Benefícios pagos diretamente pela empresa | 10.251 | 240 | - | 10.491 |
| Ganhos/(perdas) reconhecidos - via Rendimento Integral | 8.933 | (151) | (1.571) | 7.211 |
| Alterações de perímetro | 24.487 | 389 | 724 | 25.600 |
| Total reconhecido no final do exercício - Ativo/(Passivo) | (208.283) | (2.816) | (11.412) | (222.511) |
| Custo Líquido do Exercício | | | | |
| Custo dos serviços correntes | 4.493 | 92 | 1.818 | 6.403 |
| Juro líquido | 5.826 | 73 | 210 | 6.109 |
| Custo líquido do exercício | 10.319 | 165 | 2.028 | 12.512 |
| Reconciliação de Ganhos e Perdas Reconhecidos - via Rendimento Integral | | | | |
| (Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no início do exercício | 85.769 | 66 | (1.621) | 84.214 |
| (Ganho)/perda atuarial de experiência | (16.601) | 90 | (1.449) | (17.960) |
| (Ganho)/perda atuarial por alteração de pressupostos | 7.668 | 61 | 3.020 | 10.749 |
| Empresas associadas | 1.656 | 23 | 58 | 1.737 |
| Varição de perímetro | (3.146) | 16 | 26 | (3.104) |
| Outros impactos | (2) | | | (4) |
| (Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício | 75.344 | 255 | 33 | 75.632 |
| Interesses que não controlam | (2) | (17) | (14) | (33) |
| (Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício | 75.342 | 238 | 19 | 75.599 |

O custo dos serviços correntes, no montante total de €6.403 k, foi registado pelo Grupo na demonstração dos resultados consolidados na rubrica Custos com o pessoal (Nota 6).

O juro líquido, no montante total de €6.109 k, foi registado pelo Grupo na demonstração dos resultados consolidados na rubrica Outros juros suportados (Nota 8).

| | unid: €k | | | |
|--|------------------------------|------------------------------|---|------------------|
| | Grupo em 2015 | | | |
| | Cuidados de saúde | Seguro de vida | Benefício mínimo do plano contribuição definida | Total |
| Pressuposto | | | | |
| Taxa técnica de juro | 2,50% | 2,50% | 2,50% | |
| Taxa de crescimento dos custos | 4,00% | 1,00% | 1,00% | |
| Taxa de crescimento das pensões | [0,00% - 1,40%] | [0,00% - 1,40%] | 0,00% | |
| Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados | INE 2009-2011 | INE 2009-2011 | INE 2009-2011 | |
| Tábua de mortalidade reformados | INE 2009-2011 | INE 2009-2011 | GKF95 | |
| Tábua de invalidez | EVK 80 - 50% | EVK 80 - 50% | EVK 80 - 50% | |
| Idade normal de reforma | 66 * | 66 * | 66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65 anos | |
| Método | Unidade de Crédito Projetada | Unidade de Crédito Projetada | Unidade de Crédito Projetada | |
| Alterações nas responsabilidades por serviços passados (RSP) | | | | |
| RSP no final do exercício anterior | 236.627 | 2.919 | 7.843 | 247.389 |
| Custo dos serviços correntes | 4.533 | 92 | 1.440 | 6.065 |
| Juro líquido | 6.361 | 77 | 215 | 6.653 |
| (Ganhos)/Perdas atuariais | 5.420 | 275 | (1.473) | 4.222 |
| Pagamento de benefícios efetuados pela Empresa | (11.306) | (234) | - | (11.540) |
| Outros ajustamentos | - | - | 512 | 512 |
| RSP no final do exercício corrente | 241.635 | 3.129 | 8.537 | 253.301 |
| Reconciliação para a Demonstração da Posição Financeira | | | | |
| Total reconhecido no início do exercício - Ativo/(Passivo) | (236.627) | (2.919) | (7.843) | (247.389) |
| Custo líquido do exercício | (10.894) | (169) | (2.164) | (13.227) |
| Benefícios pagos diretamente pela empresa | 11.306 | 234 | - | 11.540 |
| Ganhos/(perdas) reconhecidos - via Rendimento Integral | (5.420) | (275) | 1.473 | (4.222) |
| Efeito de outros ajustamentos | - | - | (3) | (3) |
| Total reconhecido no final do exercício - Ativo/(Passivo) | (241.635) | (3.129) | (8.537) | (253.301) |
| Custo Líquido do Exercício | | | | |
| Custo dos serviços correntes | 4.533 | 92 | 1.440 | 6.065 |
| Juro líquido | 6.361 | 77 | 215 | 6.653 |
| Custo líquido do exercício antes de eventos especiais | 10.894 | 169 | 1.655 | 12.718 |
| Outros ajustamentos | - | - | 509 | 509 |
| Custo líquido do exercício | 10.894 | 169 | 2.164 | 13.227 |
| Reconciliação de Ganhos e Perdas Reconhecidos - via Rendimento Integral | | | | |
| (Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no início do exercício | 80.348 | (204) | (148) | 79.996 |
| (Ganho)/perda atuarial de experiência | (3.336) | 209 | (1.595) | (4.722) |
| (Ganho)/perda atuarial por alteração de pressupostos | 8.757 | 66 | 122 | 8.945 |
| Outros impactos | - | (5) | - | (5) |
| (Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício | 85.769 | 66 | (1.621) | 84.214 |
| Interesses que não controlam (Nota 21) | 1 | (3) | 14 | 12 |
| (Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício | 85.768 | 69 | (1.635) | 84.202 |

(*) Para a empresa Lisboaágas, S.A. consideram-se satisfeitas as condições de reforma quando atingidos os 40 anos de serviço, 35 de serviço e uma idade igual ou superior a 60 anos ou quando atingidos os 66 anos ou 65 anos de idade com pelo menos 43 anos de descontos para a Segurança Social a essa idade (primeira ocorrência de entre as 4 condições).

De acordo com os estudos atuariais elaborados pela entidade especializada, a estimativa de contribuição, para os vários planos de cuidados de saúde, seguros de vida, reformados, pré-reformas, reformas antecipadas, seguro social voluntário, benefício mínimo do plano de contribuição definida e prémios de reforma, para 2017 é de €35.504 k.

Variação da taxa de desconto

A passagem da taxa de desconto de 2,50% a 2,25% do ano de 2015 para 2016 reflete o decréscimo ocorrido nas taxas de juro de referência do mercado.

Análise de sensibilidade da taxa de desconto

Foi efetuada uma análise de sensibilidade, com vista a medir o impacto nas responsabilidades causado pela alteração da taxa de desconto (exceto para o Grupo em Espanha). Para este efeito, considerámos uma variação negativa de 25 b.p. na taxa de desconto.

| | unid: €k | | |
|---|------------------------|------------------------|---------|
| Responsabilidades | Taxa de desconto 2,25% | Taxa de desconto 2,00% | Varição |
| Benefícios de reforma: | | | |
| Afetas ao fundo de pensões | 289.652 | 296.237 | 2,27% |
| Não afetas ao fundo de pensões | 126.577 | 127.810 | 0,97% |
| | 416.229 | 424.047 | |
| Outros benefícios: | | | |
| Cuidados de saúde | 208.283 | 216.430 | 3,91% |
| Seguro de vida | 2.816 | 2.877 | 2,16% |
| Benefício mínimo do plano contribuição definida | 11.412 | 11.593 | 1,59% |
| | 222.511 | 230.900 | |
| | 638.740 | 654.947 | |

Taxa de tendência dos custos médicos

A taxa de crescimento de custos médicos de médio e longo prazo considerada pelo grupo Galp, com base nas taxas históricas de crescimento dos prémios e da sinistralidade, é de 4%. A análise de sensibilidade efetuada reflete que um aumento de 1% na taxa de crescimento dos prémios implica um acréscimo de 17% nas responsabilidades (€35.025 k), enquanto que um decréscimo de 1% na taxa de crescimento dos prémios resulta num decréscimo de 13% das responsabilidades (€27.707 k).

Análise de sensibilidade do seguro de saúde

| | unid: €k | | |
|---|----------|---------|---------|
| Rubricas | 3,00% | 4,00% | 5,00% |
| Responsabilidades por serviços passados | 180.576 | 208.283 | 243.308 |
| Impacto nas responsabilidades por serviços passados | (27.707) | - | 35.025 |

Análise histórica dos ganhos e perdas atuariais

A análise histórica dos ganhos e perdas atuariais foi realizada com referência ao Fundo de Pensões da Petrogal.

| | unid: €k | | | | | | | | | |
|---|----------|----------|----------|---------|----------|----------|---------|----------|----------|---------|
| Taxa de desconto | 2,25% | 2,50% | 2,75% | 3,75% | 4,50% | 5,25% | 5,25% | 5,25% | 6,10% | 5,45% |
| | 2016 | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 | 2010 | 2009 | 2008 | 2007 |
| Valor das Responsabilidades (a) | 281.741 | 288.409 | 293.615 | 302.461 | 342.720 | 336.401 | 329.908 | 339.565 | 311.357 | 328.220 |
| Valor do Fundo (b) | 275.443 | 285.777 | 304.127 | 306.892 | 320.518 | 288.047 | 304.235 | 308.472 | 302.572 | 333.403 |
| Ganhos (+) e Perdas (-) Atuariais | (9.645) | (11.319) | (19.062) | 35.491 | (6.483) | (8.694) | 8.833 | (32.210) | 12.871 | 24.205 |
| Ganhos (+) e Perdas (-) Atuariais por alteração de pressupostos | (6.101) | (6.307) | (24.452) | 44.243 | 4.055 | - | - | (27.009) | 20.337 | 30.430 |
| Ganhos (+) e Perdas (-) Atuariais por experiência (c) | (3.544) | (5.012) | 5.390 | (8.752) | (10.538) | (8.694) | 8.833 | (5.201) | (7.466) | (6.225) |
| Ganhos (+) e Perdas (-) Financeiros (d) | 6.688 | (1.806) | 26.365 | (2.744) | 20.213 | (15.219) | 1.706 | 11.013 | (26.840) | (7.363) |
| (c)/(a) | -1% | -2% | 2% | -3% | -3% | -3% | 3% | -2% | -2% | -2% |
| (d)/(b) | 2% | -1% | 9% | -1% | 6% | -5% | 1% | 4% | -9% | -2% |
| Retorno Real dos Ativos do Plano (%) | 4,9% | 2,1% | 12,7% | 3,6% | 12,5% | 0,3% | 4,8% | 8,9% | -2,9% | 3,1% |
| Retorno Real dos Ativos do Plano | 13.537 | 6.231 | 37.426 | 11.128 | 36.200 | 125 | 15.857 | 25.535 | (9.796) | 9.694 |

Os Planos de Pensões de Benefício Definido e os Cuidados de Saúde e Vida pós-emprego do Grupo estão expostos a vários riscos, dos quais se destacam os seguintes:

a) Risco de longevidade

Longevidade real superior à projetada poderá refletir-se num aumento de responsabilidades.

b) Risco de taxa de juro de obrigações

Uma diminuição da taxa de juro de referência usada como taxa de desconto leva ao aumento de responsabilidades, que pode ser mitigado nos casos em que existe um fundo como veículo de financiamento, pela exposição dos ativos ao segmento obrigacionista.

c) Risco de investimento

Os principais riscos de investimento são o risco de taxa de juro, risco de crédito, risco de mercado acionista e risco cambial. As implicações que o nível de risco subjacente à política de investimento poderá ter no cumprimento do mínimo de solvência do fundo, resultam de oscilações da taxa de juro, da exposição aos mercados acionistas e alternativos, resultarem numa performance inferior à taxa de desconto. Sendo, neste caso específico, o risco de oscilação de taxa de juro o mais relevante, uma vez que as carteiras estão maioritariamente investidas nesta classe de ativos. Este facto, juntamente com o impacto dos riscos não mitigáveis (e.g. variações da população), aumenta a probabilidade de serem necessárias contribuições extraordinárias (i.e. para além do custo dos serviços correntes) de forma a manter a solvência do fundo.

d) Risco de evolução desfavorável do custo real com seguros de saúde e vida

Estratégia de gestão do Ativo/Passivo usadas para mitigação do risco

A atual estratégia de investimentos do fundo resultou de um estudo de adequação entre ativos financeiros e responsabilidades (ALM) promovida pelo associado. O associado colabora com o Atuário Responsável na monitorização da adequação dos ativos financeiros que integram o património do fundo e as responsabilidades assumidas pelo plano de pensões.

A entidade gestora dispõe de *softwares* em que são modelizadas as restrições ao investimento estabelecidas pela legislação em vigor a cada momento. Tem também modelizado as restrições decorrentes da Política de Investimento acordada com o associado. Uma vez que todos os ativos em carteira são objeto de classificação e enquadrados em um ou vários agrupamentos criados para o efeito, estão disponíveis diariamente e de forma automática, relatórios de controlo de desvios e é analisada a necessidade de introdução de ajustamentos na gestão.

24. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Outras contas a pagar não correntes e correntes pode ser detalhada como segue:

| Rubricas | unid: €k | | | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Dezembro 2016 | | Dezembro 2015 | |
| | Corrente | Não corrente | Corrente | Não corrente |
| Estado e outros entes públicos: | | | | |
| IVA a pagar | 194.719 | - | 175.698 | - |
| ISP - Imposto sobre Produtos Petrolíferos | 115.853 | - | 90.904 | - |
| IRS retenções efetuadas a terceiros | 9.937 | - | 8.500 | - |
| Segurança Social | 5.572 | - | 6.301 | - |
| Outras tributações | 23.780 | 2 | 19.519 | - |
| Fornecedores de ativos tangíveis e intangíveis | 97.076 | 83.998 | 146.116 | 88.182 |
| Overlifting | 59.752 | - | 21.447 | - |
| Adiantamentos por conta de vendas (Nota 16) | 34.644 | - | 30.002 | - |
| Outras contas a pagar - Empresas associadas, participadas e relacionadas (Nota 28) | 7.092 | 121 | 3.652 | 121 |
| Pessoal | 6.815 | - | 4.946 | - |
| Dividendos a pagar | 5.449 | - | - | - |
| Adiantamentos por conta de alienação de investimentos financeiros (Nota 3.1 f) | 5.327 | - | - | - |
| ISP - Débito das congéneres | 4.553 | - | 1.821 | - |
| Saldos credores de clientes | 3.165 | - | 3.782 | - |
| Depósito de cauções e garantias recebidas | 2.457 | 3.292 | 2.723 | - |
| Blocos não operados | 1.902 | - | - | - |
| Empréstimos - Empresas associadas, participadas e relacionadas (Nota 28) | 365 | 178.515 | 365 | 172.842 |
| Adiantamentos de clientes | 264 | - | 2.999 | - |
| Blocos operados | 122 | - | - | - |
| Outras contas a pagar - Outros acionistas | 2 | - | 3.495 | - |
| Empréstimos - Outros acionistas | - | 1.205 | - | 1.653 |
| Outros credores | 12.139 | 597 | 25.966 | 3.536 |
| | 590.985 | 267.730 | 548.236 | 266.334 |
| Acréscimos de custos: | | | | |
| Fornecimentos e serviços externos | 116.510 | - | 111.293 | - |
| Juros a liquidar | 49.208 | - | 53.582 | - |
| Prémios de produtividade | 26.579 | 3.704 | 28.457 | 8.369 |
| Férias, subsídio de férias e respetivos encargos | 25.698 | - | 28.967 | - |
| Acerto de desvio tarifário - proveitos permitidos - regulação ERSE (Nota 14) | 5.337 | 9.092 | 7.559 | 16.174 |
| Acertos de desvio tarifário - outras atividades - regulação ERSE | 4.944 | - | 16.707 | - |
| Descontos, bónus e <i>rappel</i> relacionados com vendas | 3.985 | - | 2.139 | - |
| Prémios de seguro a liquidar | 1.656 | - | 992 | - |
| Acréscimos de custos com pessoal - outros | 1.489 | - | 64 | - |
| Custos e perdas financeiros | 1.013 | - | 876 | - |
| Brindes Fastgalp | 118 | - | 2.576 | - |
| Acerto de desvio tarifário - tarifa de energia - regulação ERSE (Nota 14) | - | 18.172 | - | 15.831 |
| Neutralidade financeira - regulação ERSE | - | - | 161 | - |
| Outros acréscimos de custos | 34.233 | - | 16.351 | - |
| | 270.770 | 30.968 | 269.724 | 40.374 |
| Proveitos diferidos: | | | | |
| Prestação de serviços | 7.177 | - | 4.322 | - |
| Subsídios ao investimento (Nota 13) | 1.156 | 6.336 | 10.142 | 243.537 |
| Fibra ótica | - | - | 404 | 991 |
| Outros | 13.920 | 42 | 11.505 | 51 |
| | 22.253 | 6.378 | 26.373 | 244.579 |
| | 884.008 | 305.076 | 844.333 | 551.287 |

A rubrica Adiantamentos por conta de vendas, no montante de €34.644 k, é relativa a responsabilidades do Grupo perante concorrentes por reservas estratégicas (Nota 16).

O montante de €59.752 k, registado na rubrica Outras contas a pagar – *Overlifting*, corresponde à responsabilidade do Grupo pelo levantamento de barris de crude em excesso face à sua quota de produção e encontra-se valorizada conforme descrito Nota 2.8 e).

O montante de €4.553 k, registado na rubrica ISP – Débito a congéneres, deve-se ao facto de o entreposto fiscal estar confinado à Galp. Assim sendo, a recolha do ISP dos congéneres (parceiros/concorrentes) compete à Galp, que tem a obrigação de o entregar ao Estado.

O montante de €2.457 k, registado na rubrica Depósitos de cauções e garantias recebidas, inclui €2.145 k referente à responsabilidade da Petrogal em 31 de dezembro de 2016, por cauções recebidas pela cedência de garrafas de gás, que foram registadas ao valor de aquisição, o qual corresponde aproximadamente ao seu justo valor.

O montante de €178.515 k, registado na rubrica Empréstimos - Empresas associadas, participadas e relacionadas refere-se aos empréstimos descritos de seguida.

A empresa Winland International Petroleum, S.A.R.L., concedeu, em março de 2012, empréstimos no montante global de €178.515 k (USD188.173.000) a título de suprimentos à subsidiária Petrogal Brasil, S.A. Estes vencem juros à taxa de mercado e têm prazo de reembolso definido de 10 anos. No período findo em 31 de dezembro de 2016 encontram-se reconhecidos na rubrica Juros, respeitantes a empréstimos obtidos, relativos a empresas relacionadas o montante de €8.669 k (Notas 8 e 28).

O montante de €1.205 k registado na rubrica Empréstimos - Outros acionistas a médio e longo prazo a pagar à EDP Cogeração, S.A. é relativo a suprimentos obtidos pela subsidiária Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Eletricidade e Calor, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido.

Os subsídios ao investimento encontram-se a ser reconhecidos em resultados durante a vida útil dos bens. O montante a reconhecer em períodos futuros ascende a €7.492 k (Nota 13). A variação verificada deve-se essencialmente à alteração de perímetro conforme referido na Nota 3.2.

A rubrica Fornecedores de ativos tangíveis e intangíveis não correntes respeita essencialmente a direitos de superfície.

Os direitos de superfície registados nas contas da Galp representam direitos de uso exclusivo sobre os terrenos. Esses direitos conferem os mesmos direitos e obrigações legais dos atribuídos aos proprietários dos terrenos (em particular, os direitos de construir e usufruir) durante um determinado tempo prévio e devidamente estabelecido contratualmente.

O direito de superfície sobre terrenos da refinaria de Sines em Portugal é o mais relevante, tendo uma duração inicial de 30 anos e sendo continuamente prorrogável por opção da Galp, o qual se encontra registado como Imobilizado Intangível no valor líquido contabilístico de €50.983 k. Quanto a Espanha, os diversos direitos de superfície registados como Ativo Intangível apresentam o valor líquido contabilístico de €24.023 k.

A maturidade das responsabilidades com o pagamento de direitos de superfície detalha-se como se segue:

| | |
|--------------------------|---------------|
| < 1 ano | 5.832 |
| > 1 ano e < 5 anos | 22.086 |
| > 5 anos | 45.229 |
| Total | 73.147 |
| Juros (Custo amortizado) | 6.048 |
| Valor líquido | 67.099 |

Dado a maturidade dos direitos de superfície e as condições de renovação destes direitos, os mesmos são equiparáveis a uma locação financeira.

25. Provisões

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Provisões apresentava os seguintes movimentos:

| | | | | | | | | unid: €k |
|------------------------------------|----------------|----------------|-----------------|-----------------|----------------|----------------|----------------------|----------------|
| Rubricas | Saldo inicial | Aumentos | Diminuições | Utilização | Transferências | Regularizações | Varição de perímetro | Saldo final |
| 2016 | | | | | | | | |
| Processos judiciais | 29.179 | 297 | (12.874) | (492) | 98 | 4.564 | (429) | 20.343 |
| Investimentos financeiros (Nota 4) | 4.115 | 35 | (331) | - | - | 186 | - | 4.005 |
| Impostos | 33.405 | 1.516 | - | (4.735) | - | 968 | - | 31.154 |
| Matérias ambientais | 2.208 | 1.475 | - | (229) | - | - | - | 3.454 |
| Abandono de blocos | 128.795 | 47.264 | (40.597) | - | - | 3.598 | - | 139.060 |
| Outros riscos e encargos | 231.060 | 41.926 | 1.388 | (10.393) | (98) | (1.107) | (31.305) | 231.471 |
| | 428.762 | 92.513 | (52.414) | (15.849) | - | 8.209 | (31.734) | 429.487 |
| 2015 | | | | | | | | |
| Processos judiciais | 11.252 | 27.472 | (1.496) | (5.113) | - | (2.936) | - | 29.179 |
| Investimentos financeiros (Nota 4) | 3.954 | 184 | - | - | - | (23) | - | 4.115 |
| Impostos | 21.238 | 10.892 | - | - | - | 1.275 | - | 33.405 |
| Matérias ambientais | 2.021 | 450 | - | (263) | - | - | - | 2.208 |
| Abandono de blocos | 111.360 | 21.538 | (12.665) | (4.058) | - | 12.620 | - | 128.795 |
| Outros riscos e encargos | 34.715 | 196.788 | - | (113) | - | (270) | (60) | 231.060 |
| | 184.540 | 257.324 | (14.161) | (9.547) | - | 10.666 | (60) | 428.762 |

Os aumentos de provisões, líquidos de diminuições no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram registados como se segue:

| | | unid: €k | |
|--|--|---------------|----------------|
| | | 2016 | 2015 |
| Capitalização dos custos da provisão para abandono blocos | | 19.866 | 8.873 |
| Contribuição extraordinária sector energético . CESE I | | 28.402 | 28.531 |
| Provisões (Nota 6) | | (10.422) | 16.682 |
| Responsabilidade futura cláusula de alienação da Galp Gás Natural Distribuição, SGPS, S.A. (Nota 3.1 d) | | 7.476 | - |
| Contribuição extraordinária sector energético - CESE II | | 4.274 | 157.820 |
| Estimativa de liquidações adicionais de IRP em Angola | | 754 | 10.365 |
| Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 4) | | (296) | 184 |
| Estimativa de liquidações adicionais de participação especial no Brasil | | (9.955) | 20.708 |
| | | 40.099 | 243.163 |

Processos judiciais

A provisão para processos judiciais em curso ascende ao montante de €20.343 k e inclui essencialmente o montante de €4.180 k relativo a responsabilidades por multas aplicadas pela Autoridade da Concorrência relativas a contratos celebrados com distribuidores na área do GPL; o montante de €2.204 k relativo a responsabilidades pela liquidação de taxas de ocupação do subsolo e ao montante de €11.147 k referente à provisão da estimativa para liquidação do valor adicional da participação especial no Brasil. O montante de €4.564 k na rubrica Regularizações corresponde a diferenças cambiais resultantes da conversão da moeda funcional para a moeda de reporte do Grupo (EUR) essencialmente desta provisão. O montante de €429 k na rubrica Alterações de perímetro corresponde à saída por alienação de parte do capital da Galp Gás Natural Distribuição. A Galp abdicou do controlo integral do Grupo Galp Gás Natural Distribuição, passando as empresas que o compõem a ser tratadas como conjuntamente controladas.

Investimentos financeiros

A provisão para investimentos financeiros refere-se ao compromisso solidário do Grupo junto das associadas e empreendimentos conjuntos que apresentavam capitais próprios negativos (Nota 4).

Impostos

A rubrica Provisão para impostos no montante de €31.154 k inclui essencialmente:

- i) €22.581 k de liquidações adicionais em sede de IRP (Nota 9);
- ii) €7.394 k para fazer face a uma contingência fiscal, relacionada com uma correção à matéria coletável da subsidiária Petrogal relativa aos exercícios de 2001 e 2002 (Nota 9).

O aumento da provisão para impostos no montante de €1.516 k corresponde à liquidação adicional em sede de IRP em Angola no montante de €754 k e à provisão da associada Galp Swaziland (PTY) Limited, no montante de €762 k, referente ao acordo com as entidades fiscais no processo de alfândega de exercícios anteriores.

A utilização da provisão no montante de €4.735 k corresponde essencialmente ao montante de €3.377 k referente ao pagamento efetuado ao abrigo do programa PERES, relativo um processo com a autoridade fiscal.

Matérias ambientais

O montante €3.454 k registado na rubrica Provisões para meio ambiente é para fazer face aos custos associados com descontaminação de solos de algumas instalações ocupadas pelo Grupo onde já se tomou a decisão de descontaminação por obrigatoriedade legal.

O montante de €1.475 k registado em Aumentos corresponde a €1.100 k para descontaminação de solos na ETAR de Matosinhos e a €375 k para descontaminação de solos e caleiras FUT no Porto.

O montante de €229 k registado em utilização corresponde a €18 k para descontaminação de solos na refinaria de Sines e €211 k para descontaminação em Matosinhos.

Abandono de blocos

O montante de €139.060 k registado na rubrica Provisões para abandono de blocos destina-se a cobrir a totalidade dos custos a suportar no final da vida útil de produção daquelas áreas petrolíferas com o desmantelamento de ativos e a descontaminação de solos que no período findo apresenta o seguinte movimento:

| | Saldo inicial | Aumentos | Aumentos Juros NPV | Diminuições | Diferenças cambiais (CTA) (a) | Diferenças cambiais (P/L) (b) | Saldo final |
|-------------------------|----------------|---------------|--------------------|-----------------|-------------------------------|-------------------------------|----------------|
| unid: €k | | | | | | | |
| Blocos no Brasil | | | | | | | |
| Lula e Gaspeline | 24.328 | 25.553 | 816 | - | 6.249 | (6.233) | 50.713 |
| Andorinha | 618 | - | 19 | (796) | 159 | - | - |
| Rabo Branco | 704 | - | 10 | - | 181 | (552) | 343 |
| Iracema | 18.371 | 8.327 | 626 | - | 4.719 | (3.668) | 28.375 |
| | 44.021 | 33.880 | 1.471 | (796) | 11.308 | (10.453) | 79.431 |
| Blocos em Angola | | | | | | | |
| Bloco 1 | 1.209 | 6.028 | - | - | - | - | 7.237 |
| Bloco 14 - Kuito | 15.949 | - | 468 | (4.378) | 523 | - | 12.562 |
| Bloco 14 - BBLT | 14.406 | - | 421 | (17.948) | 473 | - | (2.648) |
| Bloco 14 - TL | 51.321 | 3.249 | 1.688 | (17.475) | 1.685 | - | 40.468 |
| Bloco 14 - K | 1.889 | - | 59 | - | 62 | - | 2.010 |
| | 84.774 | 9.277 | 2.636 | (39.801) | 2.743 | - | 59.629 |
| Total | 128.795 | 43.157 | 4.107 | (40.597) | 14.051 | (10.453) | 139.060 |

(a) As diferenças cambiais resultantes da conversão da moeda funcional para a moeda de reporte do Grupo (EUR) é registada em capital na rubrica Reservas de cambiais (CTA)

(b) A provisão é constituída em USD, a avaliação cambial para a moeda funcional da(s) empresa(s) é registada na demonstração de resultados (P/L) na rubrica Ganhos/Perdas cambiais

Outros riscos e encargos

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica Provisões – outros riscos e encargos no montante de €231.471 k refere-se essencialmente a:

- i) €7.476 k à provisão para fazer face a potenciais correções ao preço de venda inerentes ao contrato de alienação de 22,5% do capital da Galp Gás Natural Distribuição S.A., nomeadamente à clausula que prevê correção preço, caso as subsidiárias do Grupo Galp Gás Natural Distribuição S.A efetuem o pagamento do CESE I;
- ii) €4.561 k para fazer face a processos relativos a responsabilidades por «sanções» aplicadas pelas Autoridades Aduaneiras devido a um atraso na declaração de destino aduaneiro de cargas de navios recebidos em Sines;
- iii) €52.342 k relativos à provisão para fazer face à contribuição extraordinária sobre o sector energético CESE I;

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o grupo Galp foi sujeito a um imposto extraordinário (Contribuição Extraordinária para o Sector Energético CESE I), ao abrigo do artigo 228.º da Lei 83C/2013 de 31 de dezembro, que

refere que as empresas do sector energético com Ativos líquidos a 1 de janeiro de 2014 em determinadas atividades estão sujeitas a um imposto que incide sobre esse montante de ativos líquidos nessa data;

Como pretende contestar a Lei, o grupo Galp registou o valor total da responsabilidade no montante de €81.429 kn no passivo na rubrica de provisões tendo refletido o montante de €29.087 k na rubrica de alterações de perímetro. O valor total da responsabilidade em 31 de dezembro de 2015 ascendia a €53.027 k. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, para fazer face a responsabilidade total, foi efetuado um reforço da provisão no montante de €28.402 k, reconhecido em resultados na rubrica de Contribuição extraordinária sector energético;

- iv) €162.094 k relativos à provisão para fazer face à contribuição extraordinária sobre o sector energético CESE II;

No período findo em 31 de dezembro de 2015, o grupo Galp foi sujeito a um imposto extraordinário (Contribuição Extraordinária para o Sector Energético CESE II), ao abrigo da Lei 33/2015 de 27 de abril e da Portaria n.º 157-B/2015 de 28 de maio, que incide sobre o valor das vendas futuras, tendo como base os quatro

contratos em vigor de aprovisionamento de longo prazo em regime de *take-or-pay*. Resultante da Lei e Portaria respetivas, a Galp apurou um valor total a pagar de €156.156 k, que seria realizado em prestações de €52.052 k em maio do ano de 2015, 2016 e 2017, respetivamente, ao qual acresceu o montante de €5.938 k relativos a juros de mora.

Como pretende contestar a Lei e Portaria, o grupo Galp registou o valor total da responsabilidade no montante de €162.094 k no passivo na rubrica Provisões sendo o custo diferido na rubrica Outras contas a receber - Custos diferidos, pelo prazo de vigência dos contratos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Grupo reconheceu em resultados na rubrica de Contribuição extraordinária sector energético o montante de €27.645 k e as rubricas de Outras contas a receber Custos diferido corrente e não corrente ascendem respetivamente a €21.740 k e a €85.923 k (Nota 14).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi ainda liquidado e reconhecido em resultados relativos a contribuição especial para sector energético o montante €12.000 k (Nota 9), de «Fondo Nacional de Eficiência Energética (FNEE)», relativos às entidades do Grupo sedeadas em Espanha.

- v) €1.844 k para fazer face às imparidades dos ativos das participadas, Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A.; e

O montante de €31.305 k na rubrica de variação de perímetro incluem o montante de €29.087 k referente à CESE I conforme referido na alínea iii) e o montante de €2.218 k para fazer face aos débitos relativos ao exercício de 2012 efetuados pela Administração do Porto de Lisboa, pela ocupação do terreno de Cabo Ruivo reclamados pela Empresa. A alteração de perímetro resulta da Galp ter admitido abdicar do controlo integral do Grupo Galp Gás Natural Distribuição, passando as empresas que o compõem a ser tratadas como empreendimentos conjuntos (Nota 3).

26. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 a rubrica Fornecedores apresentava o seguinte detalhe:

| Rubricas | unid: €k | |
|---|----------------|----------------|
| | Dezembro 2016 | Dezembro 2015 |
| Fornecedores c/c | 363.288 | 367.891 |
| Fornecedores - faturas em receção e conferência | 487.124 | 288.455 |
| | 850.412 | 656.346 |

Os saldos das contas a pagar a fornecedores – faturas em receção e conferência, correspondem essencialmente às compras de matérias-primas de petróleo bruto, gás natural e de mercadorias em trânsito àquelas datas.

27. Outros instrumentos financeiros – derivados financeiros

É frequente o Grupo utilizar derivados financeiros para cobrir riscos de taxas de juro, riscos de flutuação de mercado, nomeadamente os riscos de variação do preço de petróleo bruto, produtos acabados e margens de refinação, bem como riscos de variação do preço do gás natural e eletricidade os quais afetam o valor financeiro dos ativos e dos *cash flows* futuros esperados da sua atividade.

Os derivados financeiros são denominados, segundo as normas IAS/IFRS, como «ativos financeiros pelo justo valor através dos resultados» ou «passivos financeiros pelo justo valor através dos resultados». Os derivados financeiros sobre *commodities* que são contraídos para fins de fixação do fluxo de caixa relativamente à variabilidade do preço são denominados como sendo de «cobertura de fluxo de caixa». Os derivados financeiros sobre *commodities* que são contraídos para fins de cobertura da variabilidade do justo valor ou para colmatar quaisquer riscos que possam afetar os resultados do exercício de contratos de clientes são denominados como sendo de «cobertura de justo valor».

O justo valor dos derivados é de Nível 2 na Hierarquia do Justo Valor, sendo calculado por entidades externas e independentes através de métodos de avaliação (tais como modelo de *Discounted Cash flows*, modelo de Black-Scholes, modelo Binomial e Trinomial e simulações Monte-Carlo, entre outras variantes dependendo do tipo e características do derivado financeiro sob análise, tendo por base princípios geralmente aceites.

Os futuros são transacionados em Bolsa sujeitos à Câmara de compensação, sendo o valor determinado pelos preços cotados (Nível 1 na Hierarquia do Justo Valor).

O justo valor dos restantes derivados financeiros (Swaps, Forwards e Opções) contabilizados foi determinado por entidades bancárias tendo por base *inputs* observáveis no mercado e utilizados nos modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites.

Os instrumentos financeiros derivados em carteira em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são apresentados no quadro seguinte:

| | Justo valor em 31 de dezembro 2016 | | | | | Justo valor em 31 de dezembro de 2015 | | | | |
|------------------------------------|------------------------------------|--------------|-----------------|----------------|---------------------------|---------------------------------------|--------------|-----------------|----------------|-----------------|
| | Ativo | | Passivo | | Capital próprio (Nota 20) | Ativo | | Passivo | | Capital próprio |
| | Corrente | Não corrente | Corrente | Não corrente | | Corrente | Não corrente | Corrente | Não corrente | |
| | unid: €k | | | | | | | | | |
| Derivados sobre commodities | | | | | | | | | | |
| Swaps (Nota 17) | 18.922 | 2.246 | (16.055) | (1.222) | 1.169 | 4.458 | 1.041 | (29.091) | (2.498) | - |
| Futuros (Nota 18) | 4.001 | - | - | - | 5.055 | 4.241 | - | - | - | (1.134) |
| | 22.923 | 2.246 | (16.055) | (1.222) | 6.224 | 8.699 | 1.041 | (29.091) | (2.498) | (1.134) |
| Derivados sobre câmbios | | | | | | | | | | |
| Non-deliverable Forwards | - | - | (1.001) | - | - | - | - | (277) | - | - |
| Forwards | 31 | - | - | - | - | - | - | (103) | - | - |
| | 31 | - | (1.001) | - | - | - | - | (380) | - | - |
| | 22.954 | 2.246 | (17.056) | (1.222) | 6.224 | 8.699 | 1.041 | (29.471) | (2.498) | (1.134) |

O *mark-to-market* (MTM) dos passivos financeiros derivados ascende a €18.278 k. Deste montante, €17.056 k estão classificados como passivo corrente e assim realizam-se no espaço de um ano. O valor registado como Passivo não corrente, no montante de €1.222 k realiza-se no espaço de dois anos (ou seja, no ano de 2018).

O impacto contabilístico a 31 de dezembro de 2016 e 2015 dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivados é apresentado no quadro seguinte:

| | 31 de dezembro de 2016 | | | | 30 de dezembro de 2015 | | | |
|------------------------------------|----------------------------|-----------------|-----------------|---------------------------|----------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | Demonstração de resultados | | | Capital Próprio (Nota 20) | Demonstração de resultados | | | Capital próprio |
| | Potencial (MTM) | Real | MTM+Real | | Potencial (MTM) | Potencial (MTM) | Real | |
| | unid: €k | | | | | | | |
| Derivados sobre commodities | | | | | | | | |
| Swaps | 29.639 | (13.554) | 16.084 | 1.509 | (18.021) | (87.294) | (105.315) | - |
| Swaps - Fair value hedge | (22.834) | - | (22.834) | - | 2.712 | - | 2.712 | - |
| Opções | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Futuros | 671 | (34.224) | (33.553) | 5.844 | 2.481 | 28.022 | 30.504 | (1.134) |
| | 7.476 | (47.778) | (40.303) | 7.353 | (12.828) | (59.272) | (72.099) | (1.134) |
| Derivados sobre câmbios | | | | | | | | |
| Non-deliverable Forwards | (724) | (9.895) | (10.619) | - | (512) | 2.359 | 1.848 | - |
| Forwards | 134 | 437 | 571 | - | 418 | (4.773) | (4.355) | - |
| Currency Interest Rate Swaps | - | - | - | - | (3.209) | 21.916 | 18.707 | - |
| | (590) | (9.458) | (10.048) | - | (3.303) | 19.502 | 16.200 | - |
| | 6.886 | (57.236) | (50.351) | 7.353 | (16.131) | (39.770) | (55.899) | (1.134) |

Nota: MTM - variação do *mark-to-market* de janeiro até à data do reporte.
Real - valor da posições fechadas.

O valor potencial do MTM (*mark-to-market*) reconhecido na rubrica de Rendimentos de Instrumentos Financeiros compreende a valorização potencial da componente de juros dos derivados Currency Interest Rate Swaps (ano 2015) e derivados sobre *commodities*, no montante de €7.476 k positivos, como apresentado no quadro abaixo:

| | unid: €k | |
|--|---------------|-----------------|
| | Dezembro 2016 | Dezembro 2015 |
| Rendimentos de Instrumentos Financeiros | | |
| Derivados sobre commodities | | |
| Swaps | 6.805 | (15.309) |
| Opções | - | - |
| Futuros | 671 | 2.481 |
| Derivados sobre câmbios | | |
| Currency Interest Rate Swaps (Juro) | - | 50 |
| Outras operações de trading | 9.916 | 1 |
| | 17.392 | (12.776) |

O valor real dos derivados financeiros reconhecidos na rubrica de custo da venda ascende a €47.778 k negativos que compreende os derivados sobre *commodities* (Nota 6).

Relativamente aos derivados CIRS, o MTM respeitante à parte cambial é reconhecido na rubrica de Ganhos (Perdas) cambiais, e o remanescente, respeitante ao Juro, é reconhecido na rubrica de Rendimentos de Instrumentos Financeiros da demonstração de resultados.

O valor respeitante a outras operações de Trading refere-se essencialmente a uma operação de contango, no valor de €9.330 k.

Os movimentos ocorridos no Justo Valor repercutidos no Capital Próprio, resultante da cobertura de fluxo de caixa, são como se segue:

| | unid: €k | |
|---|---------------|----------------|
| Variação de Justo Valor nos Capitais Próprios | Dezembro 2016 | Dezembro 2015 |
| Empresas do Grupo (Nota 20) | 7.353 | (1.134) |
| | 7.353 | (1.134) |
| Empreendimentos conjuntos e empresas associadas (Nota 20) | (223) | (42) |
| | 7.130 | (1.176) |

Os derivados financeiros em aberto apresentam os seguintes valores nominais por maturidade:

| | | unid: €k | | | |
|------------------------------------|--------|------------------------|----------------|------------------------|---------------|
| | | 31 de dezembro de 2016 | | 31 de dezembro de 2015 | |
| | | Maturidades | | Maturidades | |
| | | < 1 ano | > 1 ano | < 1 ano | > 1 ano |
| Derivados sobre commodities | | | | | |
| Swaps | Compra | 129.438 | 13.650 | 88.161 | 13.895 |
| | Venda | 141.708 | 21.274 | 77.204 | 10.256 |
| Opções | Compra | - | - | 661 | 477 |
| | Venda | - | - | 587 | 432 |
| Futuros | Compra | 75.696 | 1.844 | 98.618 | 7.980 |
| | Venda | 5.681 | - | 47.742 | - |
| Derivados sobre câmbios | | | | | |
| Non-deliverable Forwards | Compra | 27.363 | - | 29.887 | - |
| | Venda | - | - | - | - |
| Swaps | Compra | 41.054 | - | - | - |
| | Venda | 44.352 | - | 29.204 | - |
| | | 81.810 | (5.780) | 62.590 | 11.664 |

Nota: valor nominal equivalente em milhares de Euros.

O Grupo Galp tem derivados financeiros sobre *commodities* classificados como cobertura de Justo Valor (*Fair value hedge*) e fluxo de caixa (*Cash flow hedge*). Esses derivados financeiros foram celebrados para a redução de riscos associados com contratos celebrados com clientes e fornecedores. Assim sendo, foi registado na Demonstração de Resultados, na rubrica MTM (*mark-to-market*) o montante de €22.834 k negativos, por contrapartida da rubrica Outros instrumentos financeiros, respeitante à cobertura de justo valor e €7.353 k positivos em Capital Próprio, na rubrica Reservas de cobertura, respeitante à cobertura de fluxo de caixa. Os montantes de coberturas de fluxo de caixa refletidos em capital próprio, cujas posições fecharam, são reclassificados para resultados do exercício. O montante dos instrumentos de cobertura fechados ascende a €16.615 k negativos, tendo sido reconhecido na rubrica Custo da Venda, juntamente com os itens cobertos.

O grupo Galp transaciona instrumentos financeiros denominados como Futuros. Devido à sua elevada liquidez, pelo facto de serem transacionados em Bolsa, os mesmos encontram-se classificados como Ativos financeiros ao justo valor por resultados e fazem parte integrante da rubrica Caixa e seus equivalentes. Os ganhos e perdas realizados com os futuros sobre commodities (*Brent*, gás natural e eletricidade) estão classificados na rubrica Custo das Vendas. As variações de justo valor das posições abertas são registados na rubrica Rendimentos de instrumentos financeiros. Como os Futuros são transacionados em Bolsa, sujeitos à Câmara de Compensação, os ganhos e perdas são registados de forma contínua na Demonstração dos Resultados.

28. Entidades relacionadas

Os saldos e transações com entidades relacionadas verificados no exercício de 2016 e 2015, respetivamente podem ser resumidos como se segue:

Saldos ativos

| | 2016 | | | | | | | unid: €k |
|---|----------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|--------------|----------|----------------------------------|-----------------------------------|---------------------------|
| | Total das entidades relacionadas | Não corrente | | | Clientes | Correntes | | |
| | | Empréstimos concedidos (Nota 14) | Outras contas a receber (Nota 14) | | | Empréstimos concedidos (Nota 14) | Outras contas a receber (Nota 14) | Acréscimos e diferimentos |
| Empresas associadas | | | | | | | | |
| Galp IPG Matola Terminal Lda. | 8.127 | 6.280 | - | 814 | - | 1.033 | - | |
| IPG Galp Beira Terminal Lda. | 7.975 | 6.156 | - | 794 | - | 1.025 | - | |
| Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda. | 3.630 | - | - | 3.447 | - | 183 | - | |
| Energin - Sociedade de Produção de Eletricidade e Calor, S.A. | 2.888 | 2.753 | - | - | - | 135 | - | |
| Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A. | 2.090 | - | - | 379 | - | 1.621 | 90 | |
| Gasoducto Extremadura, S.A. | 1.407 | - | - | - | - | - | 1.407 | |
| Gasoducto Al-Andalus, S.A. | 1.056 | - | - | - | - | - | 1.056 | |
| EMPL - Europe-Maghreb Pipeline, Ltd. | 553 | - | - | (3) | - | - | 556 | |
| Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda. | 215 | - | - | 215 | - | - | - | |
| Tagusgás Propano, S.A. | 40 | - | - | 40 | - | - | - | |
| C.L.C. Guiné Bissau - Companhia Logística de Combustíveis da Guiné Bissau, Lda. | 38 | - | - | 11 | - | 27 | - | |
| Aero Serviços, S.A.R.L. - Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários | 2 | - | - | 1 | - | 1 | - | |
| | 28.021 | 15.189 | - | 5.698 | - | 4.025 | 3.109 | |
| Empreendimentos conjuntos | | | | | | | | |
| Ventinveste, S.A. | 22.257 | 22.196 | - | 28 | - | - | 33 | |
| Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. | 10.248 | - | - | 278 | - | 9.931 | 39 | |

2016

unid: €k

| | Total das entidades relacionadas | Não corrente | | | Correntes | | |
|---|----------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|--------------|----------------------------------|-----------------------------------|---------------------------|
| | | Empréstimos concedidos (Nota 14) | Outras contas a receber (Nota 14) | Clientes | Empréstimos concedidos (Nota 14) | Outras contas a receber (Nota 14) | Acréscimos e diferimentos |
| Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. | 3.310 | - | - | 181 | - | 3.094 | 35 |
| Galp Gás Natural Distribuição, S.A. | 2.241 | - | - | 578 | - | 1.427 | 236 |
| Belem Bioenergia Brasil, S.A. | 976 | - | - | 528 | - | 448 | - |
| Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda. | 901 | 900 | - | - | - | - | 1 |
| C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A. | 888 | - | - | (279) | - | 688 | 479 |
| Duriensegás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Douro, S.A. | 664 | - | - | 22 | - | 545 | 97 |
| Dianagás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Évora, S.A. | 295 | - | - | 25 | - | 212 | 58 |
| Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. | 287 | - | - | 129 | - | 53 | 105 |
| Medigás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Algarve, S.A. | 263 | - | - | 17 | - | 210 | 36 |
| Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A. | 209 | - | - | 56 | - | - | 153 |
| Paxgás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Beja, S.A. | 204 | - | - | 111 | - | 62 | 31 |
| Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E. | 148 | - | - | 48 | - | 92 | 8 |
| PERGÁS - Armazenamento de Gás, A.C.E. | 22 | - | - | 22 | - | - | - |
| Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A. | 7 | - | - | 7 | - | - | - |
| Parque Eólico do Douro Sul, S.A. | 5 | - | - | 2 | - | - | 3 |
| Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda. | 1 | - | - | - | - | 1 | - |
| Tupi, B.V. | 1 | - | - | 1 | - | - | - |
| Caiaigeste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda. | (15) | - | - | (18) | - | 3 | - |
| | 42.912 | 23.096 | - | 1.736 | - | 16.766 | 1.314 |
| Ativos disponíveis para venda e outras partes relacionadas | | | | | | | |
| Tip Top Energy, S.A.R.L. | 610.318 | - | - | - | 610.003 | - | 315 |
| Adene - Agência para a Energia, S.A. | 102 | 90 | - | 1 | - | 11 | - |
| SABA - Sociedade Abastecedora de Aeronaves, Lda. | 37 | - | - | 37 | - | - | - |
| PME Ventures | 2 | - | - | 2 | - | - | - |
| Portugal Ventures | 1 | - | - | 1 | - | - | - |
| | 610.460 | 90 | - | 41 | 610.003 | 11 | 315 |
| | 681.393 | 38.375 | - | 7.475 | 610.003 | 20.802 | 4.738 |

| 2015 | | | | | | | | unid: €k |
|---|----------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|---------------|----------------------------------|-----------------------------------|---------------------------|----------|
| | Total das entidades relacionadas | Não corrente | | | Correntes | | | |
| | | Empréstimos concedidos (Nota 14) | Outras contas a receber (Nota 14) | Clientes | Empréstimos concedidos (Nota 14) | Outras contas a receber (Nota 14) | Acréscimos e diferimentos | |
| Empresas associadas | | | | | | | | |
| Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A. | 8.019 | 5.008 | - | 722 | - | 2.187 | 102 | |
| Sonangal - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda. | 7.460 | - | - | 7.460 | - | - | - | |
| Energin - Sociedade de Produção de Eletricidade e Calor, S.A. | 2.850 | 2.753 | - | - | - | 50 | 47 | |
| IPG Galp Beira Terminal, Lda. | 1.831 | - | - | 839 | - | 992 | - | |
| Galp IPG Matola Terminal, Lda. | 1.798 | - | - | 799 | - | 999 | - | |
| Gasoducto Extremadura, S.A. | 1.339 | - | - | - | - | - | 1.339 | |
| Gasoducto Al-Andalus, S.A. | 1.054 | - | - | - | - | - | 1.054 | |
| EMPL - Europe-Maghreb Pipeline, Ltd. | 738 | - | - | (3) | - | - | 741 | |
| Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda. | 222 | - | - | 222 | - | - | - | |
| C.L.C. Guiné Bissau - Companhia Logística de Combustíveis da Guiné Bissau, Lda. | 41 | - | - | 19 | - | 22 | - | |
| Tagusgás Propano, S.A. | 36 | - | - | 36 | - | - | - | |
| Aero Serviços, S.A.R.L. - Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários | 15 | - | - | 3 | - | 12 | - | |
| | 25.403 | 7.761 | - | 10.097 | - | 4.262 | 3.283 | |
| Empreendimentos conjuntos | | | | | | | | |
| Ventinveste, S.A. | 21.592 | 21.546 | - | 17 | - | - | 29 | |
| C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A. | 1.240 | - | - | 121 | - | 311 | 808 | |
| Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda. | 875 | 874 | - | - | - | - | 1 | |
| Belem Bioenergia Brasil, S.A. | 773 | - | - | 325 | - | 448 | - | |
| Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A. | 624 | - | - | 9 | - | 615 | - | |
| Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E. | 175 | - | - | 55 | - | 112 | 8 | |
| Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda. | 89 | - | - | 71 | - | 18 | - | |
| Parque Eólico do Douro Sul, S.A. | 13 | - | - | 13 | - | - | - | |
| Parque Eólico do Pinhal Oeste, S.A. | 3 | - | - | 3 | - | - | - | |
| Parque Eólico da Serra do Oeste, S.A. | 3 | - | - | 3 | - | - | - | |
| Parque Eólico de Vale do Chão, S.A. | 3 | - | - | 3 | - | - | - | |

2015

unid: €k

| | Total das entidades relacionadas | Não corrente | | | Correntes | | |
|---|----------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|---------------|----------------------------------|-----------------------------------|---------------------------|
| | | Empréstimos concedidos (Nota 14) | Outras contas a receber (Nota 14) | Clientes | Empréstimos concedidos (Nota 14) | Outras contas a receber (Nota 14) | Acréscimos e diferimentos |
| Parque Eólico do Planalto, S.A. | 2 | - | - | 2 | - | - | - |
| Parque Eólico do Cabeço Norte, S.A. | 1 | - | - | 1 | - | - | - |
| Parque Eólico de Vale Grande, S.A. | 1 | - | - | 1 | - | - | - |
| Parque Eólico de Torrinhelas, S.A. | 1 | - | - | 1 | - | - | - |
| Âncora Wind - Energia Eólica, S.A. | 1 | - | - | 1 | - | - | - |
| Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda. | 1 | - | - | - | - | 1 | - |
| Tupi, B.V. | 1 | - | - | 1 | - | - | - |
| | 25.398 | 22.420 | - | 627 | - | 1.505 | 846 |
| Ativos disponíveis para venda e outras partes relacionadas | | | | | | | |
| Tip Top Energy, S.A.R.L. | 723.165 | - | - | - | 722.936 | - | 229 |
| Adene - Agência para a Energia, S.A. | 92 | 90 | - | 1 | - | 1 | - |
| ADEPORTO - Agência de Energia do Porto | 90 | - | 90 | - | - | - | - |
| Cooperativa de Habitação da Petrogal, C.R.L. | 53 | - | - | - | - | 53 | - |
| SABA - Sociedade Abastecedora de Aeronaves, Lda. | 24 | - | - | 24 | - | - | - |
| Portugal Ventures | 1 | - | - | 1 | - | - | - |
| PME Ventures | 1 | - | - | 1 | - | - | - |
| | 723.426 | 90 | 90 | 27 | 722.936 | 54 | 229 |
| | 774.227 | 30.271 | 90 | 10.751 | 722.936 | 5.821 | 4.358 |

Os empréstimos a empresas associadas, empreendimentos conjuntos e empresas relacionadas não corrente e corrente em 31 de dezembro de 2016 respeitam essencialmente a empréstimos de financiamento concedidos às seguintes entidades:

| | unid: €k | | |
|---|---|---|--|
| | Ativo corrente - Empréstimos concedidos (Nota 14) | Ativo não corrente - Empréstimos concedidos (Nota 14) | Juros respeitantes a empréstimos concedidos (Nota 8) |
| Energim - Sociedade de Produção de Eletricidade e Calor, S.A. | - | 2.753 | 39 |
| Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda. | - | 900 | 25 |
| Ventinveste, S.A. | - | 22.196 | 649 |
| Pela Galp Gas & Power, SGPS, S.A. | - | 25.849 | 713 |
| Galp IPG Matola Terminal, Lda. | - | 6.280 | - |
| IPG Galp Beira Terminal, Lda. | - | 6.156 | - |
| Pela Petrogal Moçambique, Lda. | - | 12.436 | - |
| Tip Top Energy, S.A.R.L. | 610.003 | - | 5.446 |
| Pela Galp Sinopec Brazil Services, B.V. | 610.003 | - | 5.446 |
| | 610.003 | 38.285 | 6.159 |

Em fevereiro de 2012 a Sinopec (através da Winland Energy Petroleum, S.A.R.L.), subscreveu e realizou um aumento de capital correspondente a 30% do capital da Galp Sinopec Brazil Services BV. Os fundos resultantes deste aumento de capital serão utilizados no financiamento do projeto de E&P Brasil.

Parte dos fundos foi entretanto emprestada aos acionistas (70% Galp, 30% Sinopec) devido ao facto de os dispêndios a efetuar no Brasil não serem imediatamente necessários.

Em março de 2012 as partes assinaram com esta finalidade um Loan Facility Agreement, no qual estabeleceram que parte dos fundos resultantes do aumento de capital referido seria emprestada aos acionistas ficando o plano de reembolso desses empréstimos indexado às necessidades de investimento do E&P Brasil até março de 2016 (4 anos). Contudo, como os saldos dos empréstimos têm-se reduzido menos do que previsto, fruto de um nível de investimentos mais eficiente, a Galp e o parceiro em junho de 2015 decidiram estender aquele prazo até setembro de 2017.

Consequentemente, a Galp e a Sinopec acordaram alterar os termos da cláusula de reembolso final estabelecida no *Loan Facility Agreement*, passando de março de 2016 para setembro de 2017. Atendendo ao exposto, e com o objetivo de dar uma maior flexibilidade à gestão do acordo as partes, acordam ainda que o *Loan Facility Agreement* seria renovado a partir de março de 2016 por períodos sucessivos de três meses até setembro de 2017, podendo qualquer das partes notificar as restantes de que não pretende a renovação, devendo esta notificação ser realizada com uma antecedência mínima de 180 dias da renovação seguinte.

A Galp e o acionista minoritário Sinopec estimam que a partir daquela data a Petrogal Brasil será capaz de gerar *cash flows* operacionais positivos suficientes para financiar os investimentos correntes futuros.

Quanto ao risco de crédito do saldo, a Sinopec apresenta rating de A+ (S&P) e Aa3 (Moody's). Nem a Sinopec exigiu garantias à Galp nem a Galp Sinopec beneficia de qualquer garantia da Sinopec. O contrato de empréstimo segue um formato de *Unsecured loan*.

O empréstimo que a Galp Sinopec Brazil Services, B.V. concedeu à Sinopec em 28 de março de 2012 é remunerado à taxa de juro LIBOR 3 meses, acrescida de um *spread*, cuja maturidade é atingida a setembro de 2017.

O movimento ocorrido na rubrica Empréstimos concedidos à Sinopec desde a celebração do contrato até ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 segue abaixo discriminado:

| | USD | Câmbio 31/12/2016 | unid: €k |
|-----------------------------------|-----------------------|-------------------|----------------|
| Empréstimo 28/03/2012 | 1.228.626.253,42 | 1,0541 | 1.165.569 |
| Capitalização juros | 69.398.831,28 | 1,0541 | 65.837 |
| Recebimentos juros | (61.012.962,89) | 1,0541 | (57.882) |
| Recebimentos parciais | (594.007.500,00) | 1,0541 | (563.521) |
| Contas a receber (Nota 14) | 643.004.621,81 | 1,0541 | 610.003 |

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram registados na rubrica Juros respeitantes a empréstimos concedidos relativos a empresas relacionadas o montante de €5.446 k (Notas 8 e 14).

Os restantes empréstimos concedidos vencem juros a taxas de mercado e não têm prazo de reembolso definido.

Saldos passivos

| | Total das entidades relacionadas | Não corrente | | Fornecedores | Correntes | | unid: €k |
|---|----------------------------------|-------------------------------|---------------------------------|--------------|-------------------------------|---------------------------------|---------------|
| | | Empréstimos obtidos (Nota 24) | Outras contas a pagar (Nota 24) | | Empréstimos obtidos (Nota 24) | Outras contas a pagar (Nota 24) | |
| Empresas associadas | | | | | | | |
| EMPL - Europe-Maghreb Pipeline, Ltd. | 6.885 | - | - | - | 6.885 | - | - |
| Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A. | 431 | - | - | - | 276 | 2 | 153 |
| Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda. | 91 | - | - | - | 91 | - | - |
| Aero Serviços, S.A.R.L. - Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários | 54 | - | - | - | - | 54 | - |
| C.L.C. Guiné Bissau - Companhia Logística de Combustíveis da Guiné Bissau, Lda. | 35 | - | - | - | - | 35 | - |
| | 7.496 | - | - | - | 7.252 | 91 | 153 |
| Empreendimentos conjuntos | | | | | | | |
| C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A. | 53.114 | - | - | - | 52.419 | - | 695 |
| Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. | 11.119 | - | - | - | 2.354 | 542 | 8.223 |
| Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. | 9.628 | - | - | - | 778 | 154 | 8.696 |
| Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. | 2.603 | - | - | - | 394 | 91 | 2.118 |
| Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A. | 806 | - | - | - | 194 | 96 | 516 |
| Duriensegás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Douro, S.A. | 455 | - | - | - | 33 | 75 | 347 |
| Medigás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Algarve, S.A. | 271 | - | - | - | 25 | 128 | 118 |
| Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda. | 196 | - | - | - | 196 | - | - |
| Dianagás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Évora, S.A. | 188 | - | - | - | 54 | 46 | 88 |
| Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E. | 113 | - | - | - | 113 | - | - |
| Paxgás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Beja, S.A. | 77 | - | - | - | 7 | 37 | 33 |
| Galp Gás Natural Distribuição, S.A. | 34 | - | - | - | - | 34 | - |
| Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A. | 5 | - | - | - | 5 | - | - |
| Caigeste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda. | 1 | - | - | - | 1 | - | - |
| | 78.610 | - | - | - | 56.573 | 1.203 | 20.834 |
| Ativos disponíveis para venda e outras partes relacionadas | | | | | | | |
| Winland International Petroleum, S.A.R.L. (W.I.P.) | 190.419 | 178.515 | - | - | - | 5.449 | 6.455 |
| Fundação Galp Energia | 3 | - | - | - | - | 3 | - |
| Amorim Energia, B.V. | 121 | - | 121 | - | - | - | - |
| Outras Empresas Associadas | 711 | - | - | 365 | - | 346 | - |
| | 191.254 | 178.515 | 121 | 365 | - | 5.798 | 6.455 |
| | 277.360 | 178.515 | 121 | 365 | 63.825 | 7.092 | 27.442 |

O montante de €178.515 k registado a médio e longo prazo a pagar à Winland International Petroleum, S.A.R.L. (W.I.P.) respeita a suprimentos obtidos pela subsidiária Petrogal Brasil, S.A. (Nota 24), os quais vencem juros à taxa de mercado e têm prazo de reembolso definido de 10 anos.

| | Total das entidades relacionadas | Não corrente | | | Fornecedores | Correntes | |
|---|----------------------------------|-------------------------------|---------------------------------|-------------------------------|---------------|---------------------------------|---------------------------|
| | | Empréstimos obtidos (Nota 24) | Outras contas a pagar (Nota 24) | Empréstimos obtidos (Nota 24) | | Outras contas a pagar (Nota 24) | Acréscimos e diferimentos |
| Empresas associadas | | | | | | | |
| Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A. | 1.266 | - | - | - | 1.019 | - | 247 |
| EMPL - Europe-Maghreb Pipeline, Ltd. | 899 | - | - | - | 899 | - | - |
| C.L.C. Guiné Bissau - Companhia Logística de Combustíveis da Guiné Bissau, Lda. | 133 | - | - | - | - | 133 | - |
| Aero Serviços, S.A.R.L. - Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários | 23 | - | - | - | - | 23 | - |
| Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda. | 12 | - | - | - | 12 | - | - |
| | 2.333 | - | - | - | 1.930 | 156 | 247 |
| Empreendimentos conjuntos | | | | | | | |
| C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A. | 45.538 | - | - | - | 45.538 | - | - |
| Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E. | 387 | - | - | - | 151 | - | 236 |
| Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A. | 5 | - | - | - | 5 | - | - |
| | 45.930 | - | - | - | 45.694 | - | 236 |
| Ativos disponíveis para venda e outras partes relacionadas | | | | | | | |
| Winland International Petroleum, S.A.R.L. (W.I.P.) | 181.620 | 172.842 | - | - | - | 3.151 | 5.627 |
| Amorim Energia, B.V. | 271 | - | 121 | - | - | - | 150 |
| SABA - Sociedade Abastecedora de Aeronaves, Lda. | 40 | - | - | - | 40 | - | - |
| Outras Empresas Associadas | 710 | - | - | 365 | - | 345 | - |
| | 182.641 | 172.842 | 121 | 365 | 40 | 3.496 | 5.777 |
| | 230.904 | 172.842 | 121 | 365 | 47.664 | 3.652 | 6.260 |

Imposto corrente sobre o rendimento

A rubrica Imposto corrente sobre o rendimento a pagar inclui os valores apurados através do regime especial de tributação de grupos de sociedades a receber pela Galp Energia, SGPS, S.A. e apresenta o seguinte detalhe:

| | unid: €k |
|--|-------------------------------------|
| | Imposto sobre o rendimento (Nota 9) |
| Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. | 9.925 |
| Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. | 3.094 |
| Galp Gás Natural Distribuição, S.A. | 1.349 |
| Duriensegás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Douro, S.A. | 545 |
| Dianagás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Évora, S.A. | 212 |
| Medigás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Algarve, S.A. | 210 |
| Paxgás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Beja, S.A. | 62 |
| à Galp Energia, SGPS, S.A. | 15.397 |

Transações

2016

| | unid: €k | | | | |
|---|---------------|---------------------|------------------------|-----------------------------|--------------------------------|
| | Compras | Custos operacionais | Proveitos operacionais | Custos financeiros (Nota 8) | Proveitos financeiros (Nota 8) |
| Empresas associadas | | | | | |
| Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda. | - | 1.903 | (750) | - | - |
| EMPL - Europe-Maghreb Pipeline, Ltd. | 76.909 | - | (580) | - | - |
| Tagusgás Propano, S.A. | - | - | (262) | - | - |
| Gasoducto Extremadura, S.A. | - | - | (68) | - | - |
| Galp IPG Matola Terminal, Lda. | - | - | (14) | - | - |
| Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda. | - | - | (14) | - | - |
| C.L.C. Guiné Bissau - Companhia Logística de Combustíveis da Guiné Bissau, Lda. | - | - | (7) | - | - |
| Gasoducto Al-Andalus, S.A. | - | - | (2) | - | - |
| Energin - Sociedade de Produção de Eletricidade e Calor, S.A. | - | - | - | - | (39) |
| Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A. | - | 4.761 | 5 | - | (306) |
| | 76.909 | 6.664 | (1.692) | - | (345) |
| Empreendimentos conjuntos | | | | | |
| C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A. | - | 15.540 | (3.818) | - | - |
| Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E. | - | 921 | (1.476) | - | - |
| Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. | - | 8.198 | (677) | - | - |
| Galp Gás Natural Distribuição, S.A. | - | - | (554) | - | - |
| Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. | - | 6.060 | (454) | - | - |
| Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A. | - | 1.032 | (313) | - | - |
| Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. | - | 2.392 | (287) | - | - |

2016

unid: €k

| | Compras | Custos operacionais | Proveitos operacionais | Custos financeiros (Nota 8) | Proveitos financeiros (Nota 8) |
|---|---------------|---------------------|------------------------|-----------------------------|--------------------------------|
| Duriensegás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Douro, S.A. | - | 297 | (252) | - | - |
| Belém Bioenergia Brasil, S.A. | - | - | (150) | - | - |
| PERGÁS - Armazenamento de Gás, A.C.E. | - | 532 | (144) | - | - |
| Ventinveste, S.A. | - | - | (142) | - | (649) |
| Medigás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Algarve, S.A. | - | 190 | (124) | - | - |
| Dianagás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Évora, S.A. | - | 161 | (89) | - | - |
| Parque Eólico do Douro Sul, S.A. | - | - | (80) | - | - |
| Paxgás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Beja, S.A. | - | 43 | (50) | - | - |
| Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda. | - | 9 | (49) | - | - |
| Parque Eólico de Vale do Chão, S.A. | - | - | (10) | - | - |
| Parque Eólico do Pinhal Oeste, S.A. | - | - | (9) | - | - |
| Parque Eólico da Serra do Oeste, S.A. | - | - | (7) | - | - |
| Parque Eólico do Planalto, S.A. | - | - | (4) | - | - |
| Parque Eólico de Vale Grande, S.A. | - | - | (3) | - | - |
| Âncora Wind - Energia Eólica, S.A. | - | 10 | (2) | - | - |
| Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda. | - | 1.758 | - | - | - |
| Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda. | - | - | - | - | (25) |
| | - | 37.143 | (8.694) | - | (674) |
| Ativos disponíveis para venda e outras partes relacionadas | | | | | |
| SABA - Sociedade Abastecedora de Aeronaves, Lda. | - | 656 | (369) | - | - |
| Fundação Galp Energia | - | - | (33) | - | - |
| Portugal Ventures | - | - | (23) | - | - |
| PME Ventures | - | - | (10) | - | - |
| Adene - Agência para a Energia, S.A. | - | (2) | (9) | - | - |
| Tip Top Energy, S.A.R.L. | - | - | - | - | (5.446) |
| ADEPORTO - Agência de Energia do Porto | - | 6 | - | - | - |
| Winland International Petroleum, S.A.R.L. (W.I.P.) | - | - | - | 8.669 | - |
| Amorim Energia, B.V. | - | 18 | - | - | - |
| | - | 678 | (444) | 8.669 | (5.446) |
| | 76.909 | 44.485 | (10.830) | 8.669 | (6.465) |

| | unid: €k | | | | |
|--|---------------|---------------------|------------------------|-----------------------------|--------------------------------|
| | Compras | Custos operacionais | Proveitos operacionais | Custos financeiros (Nota 8) | Proveitos financeiros (Nota 8) |
| Empresas associadas | | | | | |
| Galp IPG Matola Terminal, Lda. | - | - | (799) | - | - |
| IPG Galp Beira Terminal, Lda. | - | - | (794) | - | - |
| Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda. | - | 1.788 | (745) | - | - |
| EMPL - Europe-Maghreb Pipeline, Ltd. | 70.385 | - | (522) | - | - |
| Gasoducto Extremadura, S.A. | - | - | (448) | - | - |
| Gasoducto Al-Andalus, S.A. | - | - | (378) | - | - |
| Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A. | - | 5.047 | (93) | - | (341) |
| Tagusgás Propano, S.A. | - | - | (91) | - | - |
| Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda. | - | - | (52) | - | - |
| Energin - Sociedade de Produção de Eletricidade e Calor, S.A. | - | - | - | - | (45) |
| | 70.385 | 6.835 | (3.922) | - | (386) |
| Empreendimentos conjuntos | | | | | |
| C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A. | - | 14.813 | (1.606) | - | - |
| Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E. | - | 1.131 | (1.295) | - | - |
| Belem Bioenergia Brasil, S.A. | - | - | (288) | - | - |
| Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda. | - | 30 | (277) | - | - |
| Ventinveste, S.A. | - | - | (135) | - | (672) |
| Parque Eólico do Douro Sul, S.A. | - | - | (61) | - | - |
| Parque Eólico do Pinhal Oeste, S.A. | - | - | (21) | - | - |
| Parque Eólico da Serra do Oeste, S.A. | - | - | (17) | - | - |
| Parque Eólico de Vale do Chão, S.A. | - | - | (10) | - | - |
| Parque Eólico do Planalto, S.A. | - | - | (9) | - | - |
| Parque Eólico de Vale Grande, S.A. | - | - | (3) | - | - |
| Parque Eólico do Cabeço Norte, S.A. | - | - | (1) | - | - |
| Parque Eólico de Torrinheiras, S.A. | - | - | (1) | - | - |
| Âncora Wind - Energia Eólica, S.A. | - | - | (1) | - | - |
| Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda. | - | 1.531 | - | - | - |
| Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda. | - | - | - | - | (27) |
| | - | 17.505 | (3.725) | - | (699) |
| Ativos disponíveis para venda e outras partes relacionadas | | | | | |
| SABA - Sociedade Abastecedora de Aeronaves, Lda. | - | 499 | (148) | - | - |
| Fundação Galp Energia | - | - | (45) | - | - |
| Portugal Ventures | - | - | (24) | - | - |
| Adene - Agência para a Energia, S.A. | - | - | (11) | - | - |
| PME Ventures | - | - | (9) | - | - |
| Amorim Energia, B.V. | - | 520 | - | - | - |
| Tip Top Energy, S.A.R.L. | - | - | - | - | (4.084) |
| Winland International Petroleum, S.A.R.L. (W.I.P.) | - | - | - | 7.898 | - |
| | - | 1.019 | (237) | 7.898 | (4.084) |
| | 70.385 | 25.359 | (7.884) | 7.898 | (5.169) |

Página intencionalmente em branco

29. Remunerações dos órgãos sociais

A remuneração dos órgãos sociais da Galp para os exercícios findos em 31 de dezembro e 2016 e 2015 compõe-se como segue:

| | Dezembro 2016 | | | | | | Dezembro 2015 | | | | | |
|--|------------------|------------|---|--------------|----------------------------------|--------------|------------------|------------|---|--------------|----------------------------------|--------------|
| | Remuneração base | PPR | Subsídios renda de casa, de deslocação e outros | Prémios | Outros encargos e regularizações | Total | Remuneração base | PPR | Subsídios renda de casa, de deslocação e outros | Prémios | Outros encargos e regularizações | Total |
| Órgãos sociais da Galp Energia SGPS | | | | | | | | | | | | |
| Administradores executivos | 3.518 | 762 | 277 | (836) | (69) | 3.652 | 3.832 | 807 | 297 | 2.848 | 58 | 7.842 |
| Administradores não executivos | 546 | - | - | - | - | 546 | 530 | - | - | - | - | 530 |
| Conselho Fiscal | 92 | - | - | - | - | 92 | 79 | - | - | - | - | 79 |
| Assembleia Geral | 4 | - | - | - | - | 4 | 4 | - | - | - | - | 4 |
| | 4.160 | 762 | 277 | (836) | (69) | 4.294 | 4.445 | 807 | 297 | 2.848 | 58 | 8.455 |
| Órgãos sociais de empresas subsidiárias | | | | | | | | | | | | |
| Administradores executivos | 1.223 | - | - | (35) | - | 1.188 | 1.506 | - | - | - | 28 | 1.534 |
| Assembleia Geral | 51 | - | - | - | - | 51 | 10 | - | - | - | - | 10 |
| | 1.274 | - | - | (35) | - | 1.239 | 1.516 | - | - | - | 28 | 1.544 |
| | 5.434 | 762 | 277 | (871) | (69) | 5.533 | 5.961 | 807 | 297 | 2.848 | 86 | 9.999 |

Dos montantes totais de €5.533 k e €9.999 k, registados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 respetivamente, €5.627 k e €9.480 k foram contabilizados em custos com pessoal (Nota 6) e €(94) k e €519 k foram contabilizados em fornecimentos e serviços externos.

O montante de €836 k na rubrica Prémios corresponde a ajustamento de excesso de especializações de incentivos de longo prazo e prémio de gestão referentes aos exercícios de 2013 a 2015 no montante de €(3.368) k, à especialização de 2016 no montante de €1.512 k e a especialização do prémio de gestão no montante de €1.020 k.

Ao abrigo da política atualmente adotada, a remuneração dos órgãos sociais da Galp inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em sociedades do Grupo e as especializações dos custos relativos a valores a imputar a este exercício.

Segundo a IAS 24, o pessoal chave corresponde ao conjunto de todas as pessoas com autoridade e responsabilidade para planear, dirigir e controlar as atividades da empresa, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador, seja ele executivo ou não executivo. Segundo a interpretação desta norma por parte da Galp, as únicas pessoas que reúnem todas estas características são os membros do Conselho de Administração.

A remuneração variável dos administradores que exercem funções executivas tem como limite máximo 60% da retribuição fixa total anual e integra uma componente variável anual e outra trianual. A remuneração variável depende da avaliação do desempenho realizada pela Comissão de Remunerações com base em critérios específicos, mensuráveis e predefinidos (económicos, financeiros e operacionais) que contribuem em 65% para a definição do montante da remuneração variável anual e trianual aplicável, correspondendo os restantes 35% ao resultado da avaliação qualitativa pela Comissão de Remunerações da atividade desenvolvida pelos administradores executivos no período relevante, conforme o caso.

O pagamento de 50% da componente trianual da remuneração é objeto de diferimento por três anos, considerando triénios sucessivos e sobrepostos. Em cada ano é realizada a avaliação do ano precedente pela Comissão de Remunerações, que estabelece um valor provisório para efeitos de especialização. Findo o respetivo triénio, a Comissão de Remunerações procede à avaliação quantitativa e qualitativa do triénio para efeitos de pagamento da remuneração variável, se os objetivos forem concretizados. Assim, o valor efetivo diferido da remuneração variável trianual depende, por um lado, do cumprimento dos objetivos globais para o triénio em causa, e por outro, da avaliação qualitativa pela Comissão de Remunerações, pelo que no final do triénio em causa os valores provisórios podem ser reduzidos ou aumentados em função da respetiva avaliação.

No Relatório Galp, o valor apresentado difere do reconhecido como custo do exercício, dado que a ótica prima os fluxos de caixa, como apresentado na reconciliação seguinte:

unid: €k

| | Relatório Galp 2016 | | | | | Variações de especializações do exercício | | | | | Outros custos não incluídos no Relatório Galp | | | Nota 29 do ABDR dezembro 2016 | | | | | |
|--|---------------------|------------|---|----------------------|----------------------------------|---|------------------|----------------------|----------------------------------|----------------|---|----------------------|--------------|-------------------------------|------------|---|--------------|----------------------------------|--------------|
| | Remuneração fixa | PPR | Subsídios renda de casa, de deslocação e outros | Remuneração variável | Outros encargos e regularizações | Relatório Governo | Remuneração fixa | Remuneração variável | Outros encargos e regularizações | Total | Remuneração fixa | Remuneração variável | Total | Remuneração base | PPR | Subsídios renda de casa, de deslocação e outros | Prémios | Outros encargos e regularizações | Total |
| Órgãos sociais da Galp Energia SGPS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Administradores executivos | 3.466 | 762 | 277 | 952 | 42 | 5.499 | 52 | (1.788) | (111) | (1.847) | - | - | - | 3.518 | 762 | 277 | (836) | (69) | 3.652 |
| Administradores não executivos | 546 | - | - | - | - | 546 | - | - | - | - | - | - | - | 546 | - | - | - | - | 546 |
| Conselho Fiscal | 92 | - | - | - | - | 92 | - | - | - | - | - | - | 92 | - | - | - | - | - | 92 |
| Assembleia Geral | 4 | - | - | - | - | 4 | - | - | - | - | - | - | 4 | - | - | - | - | - | 4 |
| | 4.108 | 762 | 277 | 952 | 42 | 6.141 | 52 | (1.788) | (111) | (1.847) | - | - | - | 4.160 | 762 | 277 | (836) | (69) | 4.294 |
| Órgãos sociais de empresas subsidiárias | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Administradores executivos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.223 | (35) | 1.188 | 1.223 | - | - | (35) | - | 1.188 |
| Assembleia Geral | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 51 | - | - | 51 | - | - | - | - | 51 |
| | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.274 | (35) | 1.188 | 1.274 | - | - | (35) | - | 1.239 |
| | 4.108 | 762 | 277 | 952 | 42 | 6.141 | 52 | (1.788) | (111) | (1.847) | 1.274 | (35) | 1.188 | 5.434 | 762 | 277 | (871) | (69) | 5.533 |

Na variação de especialização, o montante de €52 k na rubrica Remuneração fixa corresponde a acertos face ao pagamento de subsídios de férias e Natal, o montante de €(1.788) k a acerto de especialização de prémios de gestão e incentivos de longo prazo de anos anteriores e especialização do exercício e o montante de €(111) k na rubrica Outros encargos e regularizações corresponde à anulação de encargos de exercícios anteriores.

As remunerações dos órgãos sociais de empresas subsidiárias não fazem parte do Relatório Galp.

As remunerações divulgadas no Relatório Galp incluem os prémios plurianuais pagos em 2016, referentes ao triénio 2013-2016. Estes prémios estão incluídos na coluna «Remuneração variável», apenas para o Presidente Executivo e Administrador Executivo, que terminaram o mandato em abril de 2016.

30. Dividendos

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 5 de maio de 2016, foram atribuídos aos acionistas da Galp Energia, SGPS, S.A. dividendos no montante de €343.907 k relativos a distribuição do resultado líquido do exercício de 2015 e dos resultados acumulados, tendo sido distribuídas e liquidados dividendos antecipados no montante de €171.954 k em 24 de setembro de 2015 e os restantes €171.953 k foram liquidados em 27 de maio de 2016.

O Conselho de Administração aprovou também o pagamento de um dividendo intercalar, no montante de €206.344 k totalmente liquidado no dia 26 de setembro de 2016.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram liquidados dividendos no montante de €9.112 k na esfera das subsidiárias do grupo Galp a acionistas minoritários (Nota 21. b).

Como consequência do referido anteriormente, no decurso do exercício findo em 31 de dezembro 2016, o Grupo pagou dividendos no total de €387.409 k.

31. Reservas petrolíferas e de gás (não auditado)

A informação relativa a reservas petrolíferas e de gás da Galp são objeto de avaliação independente por empresa devidamente qualificada sendo a metodologia adotada estabelecida de acordo com o Petroleum Resources Management System (PMRS), aprovado em março de 2007 pela Society of Petroleum Engineers (SPE), o World Petroleum Council (WPC), American Association of Petroleum Geologists e a Society of Petroleum Evaluation Engineers.

As reservas utilizadas pela Galp para fins contabilísticos são as que constam do quadro abaixo:

| | unid: €k | | | | | | |
|------------------|----------------|----------------|----------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|------------------------------------|
| Volume (in kboe) | Reservas 1P | Reservas 2P | Reservas 3P | Recursos contingentes 1C | Recursos contingentes 2C | Recursos contingentes 3C | Recursos prospetivos (mean risked) |
| África | 7.247 | 30.255 | 20.007 | 127.978 | 469.711 | 1.144.953 | 1.116.916 |
| América Latina | 266.844 | 368.824 | 233.727 | 172.511 | 850.391 | 1.847.788 | 829.744 |
| Resto do Mundo | - | - | - | - | - | - | 711.260 |
| Total | 274.091 | 399.079 | 253.734 | 300.489 | 1.320.102 | 2.992.741 | 2.657.920 |

Reservas provadas (1P)

Quantidades de petróleo, que pela análise de dados de geociência e engenharia podem ser estimados com razoável certeza para serem recuperados comercialmente, a partir de uma determinada data posterior, de reservatórios conhecidos e sob condições económicas definidas, métodos operativos, e regulações governamentais. Se forem utilizados métodos determinísticos, o termo razoável certeza pretende exprimir um elevado grau de confiança de que as quantidades serão recuperadas. Se forem utilizados métodos probabilísticos, deverá haver pelo menos uma probabilidade de 90% de que as quantidades que efetivamente são recuperadas serão iguais ou excederão a estimativa.

Reservas prováveis (2P)

Reservas adicionais que pela análise de dados de geociência e engenharia indicam que serão menos prováveis de serem recuperadas que as reservas provadas, mas mais certo de serem recuperadas que as Reservas Possíveis. É igualmente provável que as atuais quantidades remanescentes recuperadas serão maiores que ou menores que a soma das reservas estimadas Provadas mais Prováveis (2P). Neste contexto, quando métodos probabilísticos são utilizados, deverá haver pelo menos 50% de probabilidade de que as quantidades efetivamente recuperadas serão iguais ou excederão a estimativa 2P.

Reservas possíveis (3P)

Reservas adicionais que pela análise de dados de geociência e de engenharia sugere que são menos prováveis de serem recuperadas que as Reservas Prováveis. A quantidade total final recuperável do projeto tem uma probabilidade baixa de exceder a soma das reservas Prováveis mais Possíveis (3P), que é equivalente ao cenário de alta estimativa. Neste contexto, quando métodos probabilísticos são utilizados deverá haver pelo menos uma probabilidade de 10% de que as quantidades efetivamente recuperadas serão iguais ou excederão a estimativa 3P.

Recursos contingentes

Quantidades de petróleo estimadas, numa determinada data, como sendo potencialmente recuperáveis a partir de jazidas conhecidas, mas que ainda não são comercialmente recuperáveis. Isto pode verificar-se por várias razões como, por exemplo, as relacionadas com a maturidade do projeto (a descoberta precisa de mais avaliações no sentido de suportar o plano de desenvolvimento), as tecnológicas (é necessário desenvolver e testar nova tecnologia que permita explorar comercialmente as quantidades) ou as de mercado (os contratos de venda ainda não estão em vigor ou é necessário instalar infraestruturas para levar o produto até aos clientes). Os recursos contingentes 2C são aqueles calculados com base na melhor estimativa (*best estimate*), enquanto os recursos contingentes 3C correspondem à mais elevada estimativa (*high estimate*), refletindo, portanto, um grau de incerteza mais elevado. As quantidades classificadas como recursos contingentes não podem ser consideradas reservas. A definição destas reservas encontra-se em glossário constante no final do Relatório Galp.

32. Gestão de riscos financeiros

Gestão do risco

A Galp encontra-se exposta a vários tipos de risco de mercado (risco de preço, risco de taxa de câmbio e risco de taxa de juro) inerentes à indústria do petróleo, do gás natural e eletricidade, que influenciam os resultados financeiros do Grupo. Os principais riscos de mercado resultam da flutuação do preço do petróleo bruto e outros produtos e da taxa de câmbio.

A Galp divulga no Relatório Galp um capítulo sobre gestão de risco e os principais riscos a que o Grupo está sujeito incluindo riscos operacionais que aqui não são mencionados.

Riscos de mercado

a) Risco do preço das *commodities*

Devido à natureza do seu negócio, a Galp está exposta ao risco da volatilidade dos preços internacionais do crude, dos seus derivados e do gás natural e eletricidade. As constantes alterações dos preços do crude e dos produtos refinados geram incerteza e têm um impacto importante nos resultados operacionais.

A Empresa controla parcialmente este risco, através do mercado de derivados de petróleo e gás natural, para proteger a margem de refinação e os *stocks* de movimentos adversos do mercado.

Quanto à atividade de gás natural e eletricidade, o Grupo controla parcialmente este risco através do estabelecimento de contratos de compra e venda de gás natural e eletricidade com indexantes semelhantes, para proteger a margem do negócio de movimentos adversos do mercado.

b) Risco de taxa de câmbio

O dólar dos Estados Unidos da América (USD) é a moeda utilizada para o preço de referência nos mercados petrolíferos e de gás natural. Uma vez que a Galp reporta as suas contas em Euros, este fator, entre outros, expõe a sua atividade a um risco de câmbio. Dado que a margem das operações se encontra relacionada principalmente com o USD, a Empresa está exposta a flutuações das taxas de câmbio, que podem originar uma contribuição positiva ou negativa nas receitas e margens.

Tratando-se de um risco de denominação associado a outras variáveis, como os preços do petróleo e do gás natural, a Empresa tem uma abordagem cautelosa na cobertura deste risco, uma vez que existem coberturas naturais entre a demonstração da posição financeira e os *cash flows*. O nível de exposição dos *cash flows* e especialmente a demonstração da posição financeira é função dos níveis de preços do petróleo e do gás natural.

Face ao exposto, a Galp controla a sua exposição cambial de uma forma integrada em vez de o fazer em cada operação em que está exposta aos riscos cambiais. O objetivo da gestão de risco cambial é limitar a incerteza originada por variações das taxas de câmbio. A cobertura de créditos e débitos com base em especulação de mercado não é permitida. A 31 de dezembro de 2016, o grupo Galp tinha contrato derivados para cobertura de risco de câmbio (Nota 27).

c) Risco de taxa de juro

A posição total de taxa de juro é gerida de forma centralizada. A exposição à taxa de juro encontra-se relacionada principalmente com dívida bancária que vence juros. O objetivo da gestão do risco de taxas de juro é reduzir a volatilidade dos custos financeiros na demonstração dos resultados. A política de gestão do risco da taxa de juro visa reduzir a exposição às taxas variáveis através da fixação do risco de taxa de juro da dívida, utilizando instrumentos derivados simples, tais como *swaps*.

Em 31 de dezembro de 2016, a Galp não detinha em carteira derivados sobre taxa de juro negociadas pelas subsidiárias.

Análise de sensibilidade aos riscos de mercado resultantes dos instrumentos financeiros, conforme requerido pelo normativo IFRS 13

A análise elaborada pelo Grupo, em conformidade com o exigido pelo normativo IFRS 7 e IFRS 13, pretende ilustrar a sensibilidade do resultado antes de impostos e capital próprio a variações potenciais, nos preços do barril do *Brent* ou gás natural e eletricidade, taxas de câmbio e taxas de juro de instrumentos financeiros, definidos no âmbito do normativo IAS 32, tais como ativos e passivos financeiros e derivados financeiros registados na posição financeira a 31 de dezembro de 2016 e 2015. Os instrumentos financeiros afetados pelos riscos de mercado acima mencionados, incluem saldos com Clientes, Outros Devedores, Fornecedores, Outros Credores, Empréstimos, Disponibilidades e Derivados financeiros. Quando for aplicado a cobertura de fluxos de caixa, o justo valor é registado na rubrica Reservas de cobertura, no Capital Próprio, somente se for demonstrado que a cobertura é eficiente.

Podem existir instrumentos financeiros com mais do que um risco de mercado, efetuando-se nesse caso a análise de sensibilidade a uma variável de cada vez, mantendo as outras constantes, ignorando-se desse modo quaisquer correlações entre as mesmas, o que dificilmente se verifica.

Não se contempla nas análises de sensibilidade impactos de impostos correntes ou diferidos, que poderiam reduzir as variações apresentadas, dependendo das legislações fiscais nas diversas zonas geográficas onde o Grupo opera, bem como das condições fiscais de cada empresa.

As participações em moeda estrangeira não foram incluídas na análise, dado que o Grupo não contabiliza as mesmas pelo justo valor como definido no IAS 39.

As variações cambiais de saldos monetários em moeda estrangeira poderão afetar diretamente a rubrica Reservas de conversão cambial compreendida em Capital Próprio nas contas consolidadas do grupo Galp, se esses saldos monetários estiverem expressos na mesma moeda funcional da empresa individual em análise.

Consequentemente, a análise de sensibilidade é exemplificativa e não representa perda ou ganho real presente, nem outras variações reais no Capital Próprio.

Foram considerados os seguintes pressupostos na análise de sensibilidade das taxas de câmbio:

- Variação de taxas de câmbio de +/-10%.

A análise de sensibilidade inclui saldos materiais em moeda estrangeira com Clientes, Outros devedores, Fornecedores, Outros Credores, Empréstimos, Derivados financeiros e Disponibilidades.

Apresenta-se um quadro resumo da análise de sensibilidade efetuada às taxas de câmbio, registada na Demonstração da posição financeira:

unid: €k

| | | 2016 | | | | | 2015 | | | | |
|---|------|----------------------------|---------------------------|------------------------------|---------------------------|------------------------------|----------------------------|---------------------------|------------------------------|---------------------------|------------------------------|
| | | Demonstração de resultados | | | Capital próprio | | Demonstração de resultados | | | Capital próprio | |
| | | Montante de exposição | Atribuível aos acionistas | Interesses que não controlam | Atribuível aos acionistas | Interesses que não controlam | Montante de exposição | Atribuível aos acionistas | Interesses que não controlam | Atribuível aos acionistas | Interesses que não controlam |
| Aplicações - Desvalorização/ (Valorização) de x% do Euro face ao USD | +10% | 657.753 | 7.500 | - | 55.391 | 2.885 | 1.493.714 | 530 | - | 144.131 | 4.711 |
| | -10% | | (7.500) | - | (55.391) | (2.885) | | (530) | - | (144.131) | (4.711) |
| Aplicações - Desvalorização/ (Valorização) de x% do BRL face ao USD e face ao EUR (a) | +10% | 62.522 | 3.893 | 1.669 | (4.377) | (1.876) | 30.562 | 2.493 | 1.068 | (2.139) | (917) |
| | -10% | | (3.893) | (1.669) | 4.377 | 1.876 | | (2.493) | (1.068) | 2.139 | 917 |
| Empréstimos - Desvalorização/ (Valorização) de x% do Euro face ao USD | +10% | 209.767 | 15.000 | - | (20.977) | - | 265.730 | - | - | (26.573) | - |
| | -10% | | (15.000) | - | 20.977 | - | | - | - | 26.573 | - |
| Derivados - Desvalorização/ (Valorização) de x% do Euro face ao USD (a) | +10% | 9.778 | (978) | - | - | - | 15.375 | (1.538) | - | - | - |
| | -10% | | 978 | - | - | - | | 1.538 | - | - | - |
| Credores - Desvalorização/ (Valorização) de x% do Euro face ao USD | +10% | 63.701 | (6.364) | - | (4) | (2) | 132.880 | (13.288) | - | - | - |
| | -10% | | 6.364 | - | 4 | 2 | | 13.288 | - | - | - |
| Devedores - Desvalorização/ (Valorização) de x% do Euro face ao USD | +10% | 680.716 | 7.071 | - | 42.700 | 18.300 | 791.000 | 6.343 | 889 | 6.840 | 2.932 |
| | -10% | | (7.071) | - | (42.700) | (18.300) | | (6.343) | (889) | (6.840) | (2.932) |
| Credores - Desvalorização/ (Valorização) de x% do BRL face ao USD e face ao EUR (b) | +10% | 188.713 | - | - | (12.532) | (5.371) | 172.683 | - | - | (12.088) | (5.180) |
| | -10% | | - | - | 12.532 | 5.371 | | - | - | 12.088 | 5.180 |

(a) Inclui derivados elaborados em USD. Exposição sobre a variabilidade cambial do MTM.

(b) Inclui variação de 10% na taxa de câmbio BRL para USD e variação de 10% na taxa de câmbio USD para EUR.

Foram consideradas as seguintes assunções na análise de sensibilidade do preço da *commodity*:

- variação do preço de +/- 10% sobre o preço da *commodity*;
- ignora-se correlações entre riscos de mercado;
- a análise de sensibilidade foi feita para os saldos no âmbito dos derivativos financeiros sobre *commodities*.

Não foi calculado o efeito de alteração das reservas de petróleo provadas em face da alteração do preço do barril de *Brent*.

Não foram considerados, na análise de sensibilidade efetuada aos derivativos quanto ao preço das *commodities*, Futuros sobre *Brent*, dado que os mesmos têm maturidade mensal.

Apresenta-se um quadro resumo da análise de sensibilidade efetuada ao preço das *commodities*, registada na Demonstração da posição financeira:

| | | 2016 | | | | | 2015 | | | | |
|---|------|----------------------------|---------------------------|------------------------------|---------------------------|------------------------------|----------------------------|---------------------------|------------------------------|---------------------------|------------------------------|
| | | Demonstração de resultados | | | Capital próprio | | Demonstração de resultados | | | Capital próprio | |
| | | Montante de exposição | Atribuível aos acionistas | Interesses que não controlam | Atribuível aos acionistas | Interesses que não controlam | Montante de exposição | Atribuível aos acionistas | Interesses que não controlam | Atribuível aos acionistas | Interesses que não controlam |
| Variação no preço do subjacente dos derivados sobre <i>commodities</i> de gás natural (a) | +10% | 12.361 | - | - | - | - | (10.486) | 172 | - | - | - |
| | -10% | | - | - | - | - | | (172) | - | - | - |
| Variação no preço do subjacente dos derivados sobre <i>commodities</i> de Oil | +10% | (9.212) | (9.354) | - | - | - | (16.475) | 6.101 | - | - | - |
| | -10% | | 9.354 | - | - | - | | (6.101) | - | - | - |
| Variação no preço do subjacente dos derivados sobre outras <i>commodities</i> | +10% | 5.161 | 427 | - | - | - | 5.111 | 584 | - | - | - |
| | -10% | | (427) | - | - | - | | (584) | - | - | - |

(a) Exclui impactos de derivados classificados como cobertura de justo valor (*Fair value hedge*) e fluxo de caixa (*Cash flow hedge*).

Foram consideradas as seguintes assunções na análise de sensibilidade das taxas de juro:

- deslocação paralela de 0,5% na estrutura temporal das taxas de juro;
- a análise do risco de taxa de juro inclui contas a receber com a Sinopec, empréstimos a taxa variável e derivados financeiros de taxa de juro.
- o resultado antes de impostos é afetado pela análise de sensibilidade do risco de taxa de juro, com exceção dos derivados financeiros de taxa de juro classificados como cobertura de fluxos de caixa, cuja análise de sensibilidade, se dentro dos parâmetros de eficiência exigida, afetará o Capital Próprio.

Apresenta-se um quadro resumo da análise de sensibilidade efetuada aos instrumentos financeiros, registada na Demonstração da posição financeira:

| | | 2016 | | | | | 2015 | | | | |
|--|-------|----------------------------|---------------------------|------------------------------|---------------------------|------------------------------|----------------------------|---------------------------|------------------------------|---------------------------|------------------------------|
| | | Demonstração de resultados | | | Capital próprio | | Demonstração de resultados | | | Capital próprio | |
| | | Montante de exposição | Atribuível aos acionistas | Interesses que não controlam | Atribuível aos acionistas | Interesses que não controlam | Montante de exposição | Atribuível aos acionistas | Interesses que não controlam | Atribuível aos acionistas | Interesses que não controlam |
| Empréstimos - deslocação paralela na taxa de juro | +0,5% | 2.811.746 | (6.795) | (27) | - | - | 3.490.216 | (10.325) | (63) | - | - |
| | -0,5% | | 6.795 | 27 | - | - | | 10.325 | 63 | - | - |
| Aplicações - deslocação paralela na taxa de juro (a) | +0,5% | 1.472.881 | 5.716 | 1.075 | - | - | 1.616.690 | 6.939 | 224 | - | - |
| | -0,5% | | (5.716) | (1.075) | - | - | | (6.939) | (224) | - | - |

(a) Inclui saldos a receber em dívida da entidade Tip Top (Sinopec).

A análise não foi afetada por derivados sobre a taxa de juro uma vez que os mesmos não existem nas suas subsidiárias, apenas em empresas associadas e empreendimentos conjuntos.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como o montante pelo qual os lucros e/ou *cash flows* do negócio são afetados em resultado da maior ou menor dificuldade do Grupo em obter os recursos financeiros necessários para fazer face aos seus compromissos de exploração e investimentos.

O grupo Galp financia-se através dos *cash flows* gerados pela sua atividade e adicionalmente mantém um perfil diversificado nos financiamentos. O Grupo tem acesso a facilidades de crédito (*plafond*), montantes que não utiliza na totalidade, mas que se encontram à sua disposição. Essas facilidades de crédito podem cobrir todos os empréstimos que são exigíveis a 12 meses. Os *plafonds* de crédito disponíveis de curto prazo e médio longo prazo mas não utilizados, ascendem a cerca 1,2 mil milhões de Euros em 31 de dezembro de 2016 e 1,2 mil milhões de Euros em 31 de dezembro de 2015, sendo suficientes para satisfazer quaisquer exigências imediatas. Além destas facilidades de crédito, o grupo Galp tem a 31 de dezembro de 2016 em Caixa e seus equivalentes, tal como expresso na demonstração da posição financeira, cerca de 1 mil milhões de Euros e a 31 de dezembro de 2015 tinha cerca de 1,1 mil milhões de Euros, que combinado com as facilidades de crédito perfaz 2,2 mil milhões de Euros a 31 de dezembro de 2016 e 2,3 mil milhões de Euros de liquidez a 31 de dezembro de 2015, respetivamente.

Risco de crédito

O risco de crédito surge do potencial incumprimento, por uma das partes, da obrigação contratual de pagamento pelo que, o nível de risco depende da credibilidade financeira da contraparte. Além disso, o risco da contraparte surge em conjunto com os investimentos de natureza monetária e com instrumentos de cobertura. Os limites do risco de crédito são fixados ao nível da Galp e implementados nos vários segmentos de negócio. Os limites da posição de risco de crédito são definidos e documentados e os limites de crédito para determinadas contrapartes baseiam-se na respectiva notação de *rating* de crédito, prazo da exposição e montante monetário da exposição ao risco de crédito.

A imparidade de contas a receber encontra-se analisada nas Notas 14 e 15.

Risco de sinistros

O grupo Galp contrata seguros para reduzir a sua exposição a diversos riscos resultante de sinistros que poderão ocorrer durante a prossecução das suas atividades, como seguem:

- Seguros Patrimoniais – cobrindo riscos de danos materiais, avaria de máquinas, perdas de exploração e construção;
- Seguros de Responsabilidade Civil – cobrindo riscos de atividade geral (*onshore*), riscos relacionados com atividades marítimas (*offshore*), riscos de aviação, riscos ambientais e os riscos de gestão e alta direção das Empresas (Directors & Officers);
- Seguros Sociais – cobrindo os riscos de acidentes de trabalho, acidentes pessoais, vida e saúde;
- Seguros Financeiros – cobrindo riscos de crédito, caução e roubo;
- Seguros Transportes – cobrindo riscos de todas as cargas transportadas e cascos;
- Seguros Diversos – cobrindo riscos automóveis, viagens, entre outros.

33. Ativos e responsabilidades contingentes

Ativos contingentes

Relativamente ao processo de resolução do contrato de construção do navio «Sacor II», e na sequência do acórdão do tribunal arbitral, o construtor foi condenado a pagar o montante de €3.904 k (€2.886 k acrescido de juros). Em 03 de abril de 2013 o Administrador de Insolvência requereu o encerramento e liquidação do património da empresa construtora. Em 31 de dezembro de 2016 está pendente a efetivação da liquidação da venda dos bens. Devido à incerteza que existe face ao valor a receber, resultado da liquidação, o mesmo não se encontra relevado contabilisticamente nas demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Responsabilidades contingentes

Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa e as suas subsidiárias tinham as seguintes responsabilidades contingentes:

- i) em 31 de dezembro de 2016 encontra-se em curso um processo judicial de impugnação do processo de licenciamento da central de ciclo combinado a gás natural de Sines interposta pela Endesa Generación

Portugal, S.A. contra o Ministério da Economia e Inovação, ocupando a Galp Power, SGPS, S.A. a posição de contrainteressada. A Galp Power, SGPS, S.A. impugnou este processo judicial. A Administração da Empresa, suportada nos pareceres jurídicos dos seus advogados, entende que decorrente do referido processo não resultará qualquer responsabilidade.

- ii) A ação declarativa intentada contra o Grupo, por um subempreiteiro envolvido na construção do navio «Sacor II», no montante total de €2.274 k, em curso no Tribunal Marítimo de Lisboa está suspensa, devido à declaração de insolvência apresentada pela empresa construtora em 06 de fevereiro de 2013. A Administração da Empresa, suportada nos pareceres jurídicos dos seus advogados, entende que decorrente do referido processo não é possível determinar quais as responsabilidades que poderá advir para a subsidiária Sacor Marítima S.A., embora considere reduzidas as possibilidades de uma condenação.
- iii) Processos de liquidações adicionais de IRP e IRC no montante total de €35.962 k para os quais existem provisões constituídas no montante de €22.581 k e €7.394 k respetivamente (Notas 9 e 25).
- iv) Associada ao acordo que a Petrogal efetuou com a Câmara Municipal de Matosinhos em 14 de junho de 2013, poderão existir encargos a suportar com a descontinuação de solos antes da cedência definitiva das parcelas à Câmara Municipal de Matosinhos. A esta data o Grupo não dispõe de informações que lhe permitam estimar o montante dessas responsabilidades uma vez que não foram desenvolvidos os necessários estudos e avaliações.

Outros compromissos financeiros

Os compromissos financeiros assumidos pelo Grupo e não incluídos na demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2016 são:

- i) €26.226 k relacionados com encomendas não satisfeitas de ativos tangíveis;
- ii) a Galp Gás & Power, SGPS, S.A., anteriormente designada por GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A., na qualidade de acionista da Ventinveste, S.A. tem como compromisso e responsabilidade, no âmbito do contrato e demais acordos celebrados com a DGEG, o cumprimento integral e tempestivo de 1/3 das obrigações referentes ao projeto eólico, caracterizado pela promoção, construção e exploração dos Parques Eólicos.

As obrigações contratuais estão salvaguardadas através de garantia bancária autónoma, incondicional e à primeira solicitação, no valor de €11.628 k e por fiança prestada pelos acionistas, Galp Gás & Power, SGPS, S.A., Martifer, SGPS, S.A. e Martifer Renewables, SGPS, S.A. igualmente no mesmo valor e dividida em partes iguais, cujo total corresponde a cerca de 10% do Investimento Direto total, no montante de €23.255 k. O montante da caução será reduzido, em cada semestre, em função da fração do investimento contratado que tenha sido concretizada no semestre anterior;

- iii) o grupo Galp tem empréstimos bancários contratados que em alguns casos apresentam *covenants* que podem, caso sejam acionados pelas entidades bancárias, conduzir ao reembolso antecipado dos montantes tomados. A 31 de dezembro de 2016, a dívida de médio e longo prazo do Grupo ascendia a 2,6 mil milhões de Euros. Do total desta dívida, os contratos que comportam *covenants* ascendem a 0,3 mil milhões de Euros. Os *covenants* existentes consubstanciam-se essencialmente no cumprimento de rácios que pretendem acompanhar a situação financeira da Empresa, nomeadamente a sua capacidade para garantir o serviço da dívida. O rácio de Total Net Debt to Consolidated EBITDA é o mais utilizado e a 31 de dezembro de 2016 era de 1,4x. O valor do rácio situou-se abaixo do valor fixado em todos os contratos, que em termos gerais é de 3,5 – 3,75 x EBITDA; e
- iv) o grupo Galp tem em vigor contratos, de médio e longo prazo, de fornecimento de gás celebrados com fornecedores e clientes, que garantem um mínimo de aquisição e vendas, permitindo assegurar um boa *performance* operacional.

Os compromissos contratuais valorizados são apresentados em seguida:

| Valores em milhares de Euros | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Pós-2021 |
|------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|---------|-----------|
| Compras de gás natural | 1.109.384 | 1.123.198 | 1.195.267 | 1.197.515 | 676.979 | 2.548.782 |

Estes valores referem-se a compromissos contratuais de compra de gás natural no âmbito de contratos de longo prazo com cláusulas de *take or pay* negociadas e detidos para *own use*. Estes contratos são normalmente efetuados por 20-25 anos, obrigam a uma quantidade mínima de compra e são sujeitos a mecanismos de revisão de preços indexada a cotações internacionais de oil/gas. Os valores foram calculados com base nos preços de gás natural

em 31 de dezembro de 2016. Os compromissos contratuais de compra atualizados a uma taxa WACC de 8,2% representam cerca 5,6 mil milhões de Euros.

| Valores em milhares de Euros | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Pós-2021 |
|------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|----------|
| Vendas de gás natural | 747.395 | 569.231 | 315.603 | 315.603 | 157.204 | 353.710 |

Estes valores referem-se a compromissos contratuais de venda de gás natural no âmbito de contratos de médio e longo prazo com cláusulas de *take or pay* negociadas. Os valores foram calculados com base nos preços de gás natural em 31 de dezembro de 2016. Os compromissos contratuais de venda atualizados a uma taxa WACC de 8,2% representam cerca de 2 mil milhões de Euros.

Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2016 as responsabilidades por garantias prestadas ascendiam a €286.540 k sendo constituídos essencialmente por:

- i) Garantias maioritariamente sem prazo no montante de €57.866 k prestadas a favor da Direção Geral dos Impostos.
- ii) Garantia prestada sem prazo no montante no montante de €30.000 k a favor da EDP – Distribuição, para garantir o contrato de acesso às redes operadas pela EDP Distribuição, para que o Grupo possa fornecer eletricidade no mercado elétrico Português.
- iii) Garantias no montante de €7.062 k prestadas à ENMC Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E.. Em janeiro de 2015 a Galp foi notificada pela Autoridade da Concorrência a efetuar um pagamento de €9,2 m a título de Coima em matéria de concorrência de garrafas de gás. A Galp considerou infundada a coima e recorreu legalmente. Em 4 de janeiro de 2016 o Tribunal da Concorrência reduz em 55% coima aplicada. A Galp não se conforma com uma condenação assente em fundamentos meramente formais, pelo que interpôs o recurso desta decisão, no entanto reconheceu uma provisão no montante €4.180 k relativo a responsabilidades por multas aplicadas pela Autoridade da Concorrência (Nota 25).
- iv) Garantias com um prazo de um ano no montante de €12.459 k prestadas a favor da empresa Oil Insurance LTD.

- v) Garantias, prestadas maioritariamente sem prazo, no montante de €2.575 k a favor da Direção Geral das Alfândegas.
- vi) Garantia sem prazo no montante de €5.000 k prestada ao Estado português pelas obrigações e deveres emergentes do Contrato de Concessão de serviço público de armazenamento subterrâneo de gás natural a atribuir pelo Estado português à Transgás Armazenagem, S.A.
- vii) Garantias sem prazo no montante de €4.834 k prestadas a favor da APS-Administração do Porto de Sines.
- viii) Garantias prestadas no montante de €1.267 k a favor do Instituto de Estradas de Portugal foram estabelecidas ao abrigo da alínea a) do art.15.º do decreto-lei 13/71 de 23/01 e têm como objetivo a licença para instalação de condutas de gás natural, paralelismos e atravessamentos de estradas.
- ix) Garantia sem prazo prestada no montante de €288 k a favor da EDP - Energias de Portugal, S.A. para garantir o fornecimento de gasóleo às centrais termoelétricas das ilhas de Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Faial, Pico e Flores.
- x) Garantia sem prazo prestada no montante de €27.409 k a favor de diversas entidades para garantir suporte aos contratos de acesso às redes de distribuição de gás natural.
- xi) Garantias prestadas no montante de €1.256 k (com prazo até março de 2017) e de €15 k (com prazo até julho de 2017), a favor da empresa T.I.G. (Transport et Infrastructures Gaz France) e da empresa G.R.D.F. (Gaz Réseau Distribution France), respetivamente, para garantir o contrato de utilização da infraestrutura de transporte de gás natural em França.
- xii) Garantia prestada, sem prazo, no montante €4.700 k a favor da REN- Atlântico, S.A para garantir o contrato de utilização da infraestrutura de GNL (Gás Natural Liquefeito).
- xiii) Garantia prestada, sem prazo, no montante €7.979 k a favor da REN- Gasodutos, S.A para garantir contrato de uso da rede nacional de transportes.
- xiv) Garantia prestada, sem prazo, no montante €2.176 k a favor da REN - Armazenagem, S.A para garantir o contrato de uso do armazenamento subterrâneo.
- xv) Garantia prestada, valida até 31 de março de 2024, no montante €1.650 k a favor da REN-Rede Elétrica Nacional, S.A., para garantir obrigações financeiras do Agente de mercado decorrentes da aplicação do manual de procedimentos de gestão Global do Sistema.

- xvi) Em 31 de dezembro de 2016, existiam garantias, com prazo médio de dois anos, no montante de €6.721 k (Reais 23.055 k) de garantias bancárias à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) que resultam de uma imposição contratual constante no Contrato de Concessão assinado entre o Governo do Brasil e os parceiros dos blocos no Brasil dos quais a Empresa participa, onde estes se comprometem a realizar dispêndios em aquisição de sísmica e perfuração de poços durante o período de pesquisa. O montante das garantias prestadas corresponde à responsabilidade da Empresa que iguala a sua percentagem de participação no consórcio.
- xvii) A Galp celebrou um contrato de venda de gás natural com a Petróleo Brasileiro, S.A. – Petrobras, para a área de concessão BM-S-11, no Campo Lula, na bacia de Santos, com a duração de 23 anos, pelo qual a Petrogal Brasil venderá o gás produzido nos módulos de desenvolvimento do Piloto de Lula e Lula NE. Para a satisfação do contrato de fornecimento de gás foi prestada uma garantia pela Galp à Petrobras que à data de 31 de dezembro de 2016 ascende a €98.662 k (USD104.000 k); e
- xviii) Em 31 de dezembro de 2016, existiam ainda outras garantias no montante de €8.772 k constituídas a favor de terceiros para garantia da boa e integral execução e cumprimento das obrigações decorrentes de contratos celebrados entre as partes.

34. Ativos e passivos financeiros ao valor escriturado e ao justo valor

O valor escriturado e o justo valor dos ativos e passivos financeiros são apresentados no quadro abaixo em €k:

| Rubricas da posição financeira | 2016 | | 2015 | |
|---|-------------------|-------------|-------------------|-------------|
| | Valor escriturado | Justo Valor | Valor escriturado | Justo Valor |
| unid: €k | | | | |
| Ativos | | | | |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 2.735 | a) | 2.487 | a) |
| Clientes | 1.042.151 | 1.042.151 | 829.042 | 829.042 |
| Empréstimos à Sinopec | 610.003 | 610.003 | 722.936 | 722.936 |
| Outras contas a receber | 801.349 | 801.349 | 875.109 | 875.109 |
| Outros investimentos financeiros | 45.355 | 45.355 | 28.888 | 28.888 |
| Caixa e seus equivalentes | 1.033.498 | 1.033.498 | 1.130.606 | 1.130.606 |
| Passivos | | | | |
| Empréstimos bancários | 1.220.181 | 1.220.181 | 1.398.207 | 1.398.207 |
| Empréstimos obrigacionistas | 1.682.511 | 1.742.966 | 2.153.865 | 2.183.970 |
| Outros instrumentos financeiros | 18.278 | 18.278 | 31.969 | 31.969 |
| Fornecedores | 850.412 | 850.412 | 656.346 | 656.346 |
| Outras contas a pagar | 1.189.084 | 1.189.084 | 1.395.620 | 1.395.620 |

a) Por dificuldades no cálculo do justo valor os Ativos financeiros disponíveis para venda (que são instrumentos de capital não admitidos à cotação em mercados regulamentados) estão registados ao seu custo de aquisição, conforme referido na Nota 2.2 c) e 2.17 a).

O justo valor dos empréstimos obrigacionistas foi mensurado com base em variáveis observáveis no mercado, pelo que a classificação na hierarquia de Justo Valor é de Nível 2.

Vide hierarquia de Justo Valor para derivados financeiros na Nota 2.18.

O valor contabilístico das rubricas de Clientes, Outras contas a receber/pagar e fornecedores é equivalente ao seu justo valor.

35. Informação sobre matérias ambientais

Na atividade de Refinação, apresentam-se como principais desafios, o cumprimento dos objetivos de redução de emissão de gases com efeitos de estufa, definido pelo Protocolo de Quioto, a redução do teor de enxofre dos combustíveis utilizados nas instalações e o aumento da eficiência energética.

Durante o ano de 2013, o grupo Galp foi informado pela Agência Portuguesa do Ambiente, através da publicação da Tabela de Alocação Nacional (NAT) para o período 2013-2020, das licenças de emissão a serem atribuídas em definitivo às seguintes instalações:

| Empresa | Petrogal | Adicional Petrogal | Carriço | |
|-----------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|----------------|
| Instalações | Refinaria de Sines | Refinaria do Porto | Refinaria de Sines | Cogeração |
| 2013 | 1.187.801 | 494.967 | 504.322 | 65.341 |
| 2014 | 1.167.170 | 486.370 | 495.547 | 64.204 |
| 2015 | 1.146.296 | 477.672 | 486.772 | 63.067 |
| 2016 | 1.125.205 | 468.883 | 477.996 | 61.930 |
| 2017 | 1.103.886 | 460.000 | 469.221 | 60.793 |
| 2018 | 1.082.361 | 451.030 | 460.446 | 59.656 |
| 2019 | 1.060.567 | 441.948 | 451.671 | 58.519 |
| 2020 | 1.038.697 | 432.834 | 442.896 | 57.382 |
| Total por instalação | 8.911.983 | 3.713.704 | 3.788.871 | 490.892 |

Nos quadros abaixo apresentam-se as instalações atualmente operadas pelo Grupo, as respetivas licenças anuais de emissão atribuídas, denominadas como EUA's (Emission Unit Allowances) bem como as quantidades de emissões de gases com efeito de estufa (t/CO₂) por instalação/empresa:

| EUA | | | | | | | | |
|----------------------|-------------------------|--|--|---|---|--|---|--|
| Empresa | Instalações | EUA detidas t/CO ₂ a 31/12/2015 | Licenças gratuitas atribuídas por t/CO ₂ | Licenças t/CO ₂ utilizadas | Licenças t/CO ₂ transferidas | Licenças t/CO ₂ compradas | Licenças t/CO ₂ vendidas | EUA detidas t/CO ₂ a 31/12/2016 |
| Petrogal | Refinaria de Sines (a) | 2.322.624 | 1.603.201 | (2.547.397) | 224.773 | 942.000 | - | 2.545.201 |
| | Refinaria de Matosinhos | 1.156.391 | 468.883 | (920.632) | (224.773) | 413.066 | - | 892.935 |
| | | 3.479.015 | 2.072.084 | (3.468.029) | - | 1.355.066 | - | 3.438.136 |
| Carriço Cogeração | Cogeração | 28.114 | - | (28.049) | - | - | - | 65 |
| | | 28.114 | - | (28.049) | - | - | - | 65 |
| | | 3.507.129 | 2.072.084 | (3.496.078) | - | 1.355.066 | - | 3.438.201 |

(a) Inclui nas licenças atribuídas (Em conformidade com a Tabela de Alocação Nacional para o período 2013-2020), estimativa de licenças da conversão de Sines no montante de 477.996 t/CO₂ para o ano de 2016.

Como a entidade Carriço Cogeração se encontra parada não lhe serão atribuídas licenças de CO₂.

| Títulos detidos | | | | |
|------------------------|-------------------------|--|--|---|
| Empresa | Instalações | EUA detidas t/CO₂ a 31/12/2016 | Gases emitidos até dezembro de 2016 (a) | Excesso/(Insuficiência) de licenças/certificados |
| Petrogal | Refinaria de Sines (a) | 2.545.201 | 2.544.407 | 794 |
| | Refinaria de Matosinhos | 892.935 | 893.729 | (794) |
| | | 3.438.136 | 3.438.136 | - |
| Carriço Cogeração | Cogeração | 65 | - | 65 |
| | | 65 | - | 65 |
| | | 3.438.201 | 3.438.136 | 65 |

(a) Sujeito a auditorias ambientais.

A Galp detém em carteira Futuros sobre o CO₂ com maturidade para dezembro de 2017 que representam 650t/CO₂.

Devido à aquisição em anos anteriores de licenças que servem para fazer face às responsabilidades com a emissão de CO₂ a empresa Petrogal reconheceu como custo no exercício um valor de €7.561 k (Nota 6).

Em 31 de dezembro de 2016, os valores pró-forma de gases com emissões de estufa foram inferiores às licenças atribuídas e adquiridas. Assim sendo, não foram especializados custos adicionais aos acima mencionados.

36. Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes para fins de divulgação.

37. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 7 de abril de 2017.

Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal. O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da empresa, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

Contabilista certificado:

Carlos Alberto Nunes Barata

O Conselho de Administração:

Presidente:

Paula Fernanda Ramos Amorim

Vice-presidentes:

Miguel Athayde Marques

Carlos Gomes da Silva

Vogais:

Filipe Crisóstomo Silva

Thore E. Kristiansen

Sérgio Gabrielli de Azevedo

Abdul Magid Osman

Marta Cláudia Ramos Amorim Barroca de Oliveira

Raquel Rute da Costa David Vunge

Carlos Manuel Costa Pina

Francisco Vahia de Castro Teixeira Rêgo

Jorge Manuel Seabra de Freitas

José Carlos da Silva Costa

Pedro Carmona de Oliveira Ricardo

João Tiago Cunha Belém da Câmara Pestana

Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Luis Manuel Pego Todo Bom

Diogo Mendonça Rodrigues Tavares

Joaquim José Borges Gouveia

8.2.

Informação suplementar sobre petróleo e gás (não auditado)

A informação constante nesta nota foi produzida de acordo com o Tópico 932 – Atividades de Extração – Petróleo e Gás, do Financial Accounting Standards Board (FASB).

Resultados das operações de atividades de exploração e produção

Os resultados das operações das atividades de exploração e produção por zona geográfica, dos anos de 2016, 2015 e 2014 são os seguintes:

| unid: €k | África | América Latina | Resto do Mundo | Total |
|---|------------------|----------------|----------------|------------------|
| 31 de dezembro de 2016 | | | | |
| Contribuições totais consolidadas | | | | |
| Vendas | 105.512 | 705.409 | - | 810.921 |
| Custos de produção | (27.870) | (95.754) | - | (123.625) |
| Royalties | - | (70.749) | - | (70.749) |
| Outros custos operacionais | (25.076) | (66.528) | 60 | (91.543) |
| Custos de exploração | - | (29.318) | (48) | (29.366) |
| Amortizações, depreciações e provisões | (245.341) | (275.043) | - | (520.384) |
| Resultado operacional antes de impostos para atividades de E&P | (192.775) | 168.017 | 12 | (24.747) |
| Impostos | (7.543) | (147.958) | (4) | (155.505) |
| Resultado operacional para atividades de E&P | (200.318) | 20.058 | 8 | (180.251) |
| 31 de dezembro de 2015 | | | | |
| Contribuições totais consolidadas | | | | |
| Vendas | 110.991 | 507.094 | - | 618.085 |
| Custos de produção | (35.586) | (71.969) | - | (107.555) |
| Royalties | - | (49.777) | - | (49.777) |
| Outros custos operacionais | (4.885) | (62.015) | (1) | (66.901) |
| Custos de exploração | (17.232) | (55.310) | 41 | (72.500) |
| Amortizações, depreciações e provisões | (151.053) | (164.522) | - | (315.575) |
| Resultado operacional antes de impostos para atividades de E&P | (97.765) | 103.501 | 40 | 5.777 |
| Impostos | (2.349) | (92.475) | 10 | (94.814) |
| Resultado operacional para atividades de E&P | (100.114) | 11.027 | 50 | (89.037) |
| 31 de dezembro de 2014 | | | | |
| Contribuições totais consolidadas | | | | |
| Vendas | 193.201 | 465.837 | - | 659.039 |
| Custos de produção | (42.137) | (41.530) | - | (83.667) |
| Royalties | - | (52.188) | - | (52.188) |
| Outros custos operacionais | (2.293) | (72.579) | (18) | (74.890) |
| Custos de exploração | (75.289) | (28.070) | (623) | (103.982) |
| Amortizações, depreciações e provisões | (88.697) | (63.107) | - | (151.803) |
| Resultado operacional antes de impostos para atividades de E&P | (15.215) | 208.363 | (641) | 192.507 |
| Impostos | (49.077) | (120.501) | (27) | (169.605) |
| Resultado operacional para atividades de E&P | (64.292) | 87.862 | (668) | 22.902 |

Os custos de produção incluem os custos diretos de produção associados a blocos em produção. Esta rubrica é apresentada líquida dos proveitos referentes ao aluguer de equipamentos de produção registados em empresas que não são consolidadas pelo método integral. Tais proveitos totalizaram, respetivamente, €42.328 k em 2016, €32.283 k em 2015 e €16.223 k em 2014.

Os outros custos operacionais incluem os custos de estrutura relacionados com áreas diretamente relacionadas com as atividades de exploração e produção. Exclui custos de gestão relativos a empresas do Grupo, de acordo com o Tópico 932 do FASB e inclui custos registados em empresas não consolidadas pelo método integral no valor de €8.717 k em 2016, €7.159 k em 2015 e €21.161 k em 2014.

Os custos de exploração correspondem às imparidades de exploração, nomeadamente custos com poços secos ou imparidades de ativos decorrentes da decisão de devolução de licenças de exploração, conforme política

contabilística descrita na nota 2.3 Ativos Tangíveis do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

As amortizações, depreciações e provisões incluem custos registados em empresas não consolidadas pelo método integral no valor de €96.565 k em 2016, €8.597 k em 2015 e €3.526 k em 2014. O incremento do valor de 2016 é resultante de imparidades relacionadas com a transferência de contratos para a construção dos cascos relativos às FPSO replicantes no Brasil.

Os resultados operacionais não incluem custos de gestão e financeiros, de acordo com o Tópico 932 do FASB.

A rubrica «Impostos» inclui: IRP, aplicável a blocos em África; Participação Especial, aplicável no Brasil, e o imposto sobre rendimento, de acordo com as regras em vigor em cada país. O valor do imposto sobre o rendimento foi ajustado para excluir o efeito dos custos de gestão e custos financeiros que foram excluídos do resultado das operações.

Despesas de investimento em atividades de exploração e produção

As despesas de investimento do ano, que representam os dispêndios efetuados nas atividades de exploração e produção, por zona geográfica, para os exercícios de 2016 2015 e 2014, são os seguintes:

| unid: €k | África | América Latina | Resto do Mundo | Total |
|--|----------------|----------------|----------------|------------------|
| 31 de dezembro 2016 | | | | |
| Contribuições totais consolidadas | | | | |
| Aquisições sem reservas provadas | - | - | - | - |
| Exploração | 10.319 | 27.425 | (700) | 37.044 |
| Desenvolvimento | 255.257 | 746.717 | - | 1.001.974 |
| Total incorrido no exercício | 265.576 | 774.142 | (700) | 1.039.017 |
| 31 de dezembro 2015 | | | | |
| Contribuições totais consolidadas | | | | |
| Aquisições sem reservas provadas | - | - | - | - |
| Exploração | 14.145 | 72.846 | 6.879 | 93.870 |
| Desenvolvimento | 303.558 | 705.469 | - | 1.009.027 |
| Total incorrido no exercício | 317.703 | 778.314 | 6.879 | 1.102.896 |
| 31 de dezembro 2014 | | | | |
| Contribuições totais consolidadas | | | | |
| Aquisições sem reservas provadas | - | - | - | - |
| Exploração | 134.949 | 113.163 | 3.155 | 251.266 |
| Desenvolvimento | 161.794 | 585.109 | - | 746.903 |
| Total incorrido no exercício | 296.743 | 698.272 | 3.155 | 998.169 |

Os valores constantes na rubrica de «Desenvolvimento» incluem ativos referentes a equipamentos de transporte e produção para o bloco BM-S-11 no Brasil, registados em empresas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, no valor de €167.062 k em 2016, €213.928 k em 2015 e €255.948 k em 2014.

Os investimentos, no quadro anterior, são expressos em moeda funcional do grupo Galp, sendo que para as empresas cuja moeda funcional não seja o Euro, os ativos foram atualizados ao câmbio do final do ano respetivo em conformidade com a política contabilística definida no ponto 2.12 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, nomeadamente para 2016, no Brasil à taxa de câmbio 3,4305 EUR:BRL e empresas da zona geográfica de África à taxa de câmbio 1,0541 EUR:USD.

Nas despesas de investimento não foram incluídos quaisquer gastos relacionados com os juros capitalizados.

Investimentos acumulados em atividades de exploração e produção

Os investimentos acumulados representam a totalidade de dispêndios efetuados na aquisição de reservas provadas ou não provadas e nas atividades de exploração e desenvolvimento dos blocos nos quais a Galp detém uma participação.

Os custos de exploração são capitalizados na totalidade de acordo com a política contabilística descrita na nota 2.3 de Ativos Tangíveis do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas. Os poços secos são reconhecidos como custo e refletidos nestas tabelas juntamente com as imparidades. Os blocos devolvidos são abatidos aos ativos e, como tal, não constam desta informação.

Os investimentos acumulados na área de exploração e produção que se encontravam refletidos na posição financeira do grupo Galp são os seguintes:

| unid: €k | África | América Latina | Resto do Mundo | Total |
|---|------------------|------------------|----------------|------------------|
| 31 de dezembro 2016 | | | | |
| Contribuições totais consolidadas | | | | |
| Ativos com reservas provadas | | | | |
| Ativos fixos | 1.260.992 | 1.654.878 | - | 2.915.870 |
| Ativos em curso | 61.638 | 1.512.181 | - | 1.573.819 |
| Ativos sem reservas provadas | 1.175.317 | 468.240 | 62.396 | 1.705.954 |
| Equipamento de suporte | 9.711 | 5.350 | 39 | 15.100 |
| Investimentos acumulados brutos | 2.507.658 | 3.640.649 | 62.436 | 6.210.742 |
| Amortizações, depreciações e imparidades acumuladas | (1.364.328) | (513.867) | (12.470) | (1.890.665) |
| Investimentos acumulados líquidos | 1.143.330 | 3.126.782 | 49.966 | 4.320.077 |
| 31 de dezembro 2015 | | | | |
| Contribuições totais consolidadas | | | | |
| Ativos com reservas provadas | | | | |
| Ativos fixos | 1.181.999 | 812.503 | - | 1.994.502 |
| Ativos em curso | 83.314 | 1.178.631 | - | 1.261.945 |
| Ativos sem reservas provadas | 993.675 | 392.039 | 63.096 | 1.448.810 |
| Equipamento de suporte | 7.829 | 4.595 | - | 12.424 |
| Investimentos acumulados brutos | 2.266.817 | 2.387.768 | 63.096 | 4.717.681 |
| Amortizações, depreciações e imparidades acumuladas | (1.164.176) | (224.935) | (12.421) | (1.401.532) |
| Investimentos acumulados líquidos | 1.102.641 | 2.162.834 | 50.675 | 3.316.150 |

| unid: €k | África | América Latina | Resto do Mundo | Total |
|---|------------------|------------------|----------------|------------------|
| 31 de dezembro 2014 | | | | |
| Contribuições totais consolidadas | | | | |
| Ativos com reservas provadas | | | | |
| Ativos fixos | 1.114.835 | 621.059 | - | 1.735.894 |
| Ativos em curso | 121.555 | 910.845 | - | 1.032.399 |
| Ativos sem reservas provadas | 648.296 | 461.309 | 56.217 | 1.165.821 |
| Equipamento de suporte | 6.397 | 9.184 | - | 15.580 |
| Investimentos acumulados brutos | 1.891.082 | 2.002.396 | 56.217 | 3.949.695 |
| Amortizações, depreciações e imparidades acumuladas | (1.007.582) | (172.732) | (13.384) | (1.193.698) |
| Investimentos acumulados líquidos | 883.500 | 1.829.664 | 42.833 | 2.755.997 |

Os investimentos foram classificados de acordo com os seguintes pressupostos:

- 1) Ativos com Reservas provadas (RP ou 1P): ativos relacionados com campos que detêm reservas provadas, no final de cada ano.
 - 1.1) Ativos com RP – Fixos: ativos relacionados com campos que detêm reservas provadas, no final de cada ano já em produção e sujeitos a amortização.
 - 1.2) Ativos com RP – Ativos em curso: ativos relacionados com campos com reservas provadas, no final de cada ano que ainda não estão em produção.
- 2) Ativos sem RP: ativos relacionados com campos sem reservas provadas, no final de cada ano.
- 3) Equipamento de suporte: equipamento básico e administrativo atribuído às atividades de exploração e produção.

Os valores constantes nas seguintes rubricas incluem ativos referentes a equipamentos de transporte e produção para o bloco BM-S-11 no Brasil, registados em empresas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial. Em ativos fixos com reservas provadas, estão registados €419.056 k em 2016, €255.736 k em 2015 e €119.127 k em 2014. Em ativos em curso, estão registados €647,651 k em 2016, €542.601 k em 2015 e €376.814 k em 2014. Em amortizações, depreciações e imparidades acumuladas estão registados €60.554 k em 2016, €17.063 k em 2015 e €7.443 k em 2014.

Os investimentos acumulados, no quadro acima, são expressos em moeda funcional do grupo Galp, sendo que para as empresas cuja moeda funcional não seja o Euro, os ativos foram atualizados ao câmbio do final do ano

respetivo em conformidade com a política contabilística definida no ponto 2.12 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, nomeadamente, Brasil à taxa de câmbio 3.4305 EUR:BRL e empresas da zona geográfica de África à taxa de câmbio 1,0541 EUR:USD.

Reservas de petróleo e de gás

As reservas provadas totais (1P) em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 que são evidenciadas nos quadros seguintes, incluem as reservas provadas desenvolvidas e não desenvolvidas e foram utilizadas para efeitos de amortização do imobilizado fixo e constituição de provisões para custos de abandono com base no critério UOP. Estas reservas foram apuradas por uma entidade independente, cuja metodologia adotada se encontra de acordo com o PMRS, aprovado em março de 2007 pela SPE, o WPC, American Association of Petroleum Geologists e a Society of Petroleum Evaluation Engineers.

O preço de referência para o apuramento das reservas pertencentes à Empresa numa ótica de *net entitlement*, que são as reservas a extrair de acordo com o definido nos contratos celebrados para a atividade de exploração e produção, foi de \$43,69/bbl, \$52,46/bbl e \$98,95/bbl que corresponde ao preço médio de mercado do Brent praticado ao longo do ano de 2016, 2015 e 2014, respetivamente.

As reservas associadas aos blocos no Brasil correspondem a 100% da percentagem que a Petrogal Brasil detém nos blocos, visto que esta empresa é consolidada pelo método integral nas contas do grupo Galp.

Os impactos dos PSA (efeito preço e/ou alteração de custos recuperáveis) nas reservas associadas a este tipo de contrato estão refletidos na rubrica «Revisões de estimativas anteriores».

Reservas de petróleo (reservas provadas 1P)

| unid: kbbl | África | América Latina | Total |
|---------------------------------------|--------------|----------------|----------------|
| | | | 2016 |
| Reservas a 31 de dezembro 2015 | 8.409 | 228.164 | 236.573 |
| Desenvolvidas | 7.075 | 47.455 | 54.530 |
| Não desenvolvidas | 1.334 | 180.709 | 182.043 |
| Extensões e descobertas | - | - | - |
| Aquisições e vendas | - | - | - |
| Revisões de estimativas anteriores | 1.509 | 18.647 | 20.156 |
| Produção | (2.671) | (19.213) | (21.884) |
| Reservas a 31 de dezembro 2016 | 7.247 | 227.598 | 234.845 |
| Desenvolvidas | 5.915 | 72.531 | 78.446 |
| Não desenvolvidas | 1.332 | 155.068 | 156.400 |
| | | | 2015 |
| Reservas a 31 de dezembro 2014 | 7.817 | 195.549 | 203.366 |
| Desenvolvidas | 6.426 | 37.210 | 43.636 |
| Não desenvolvidas | 1.391 | 158.339 | 159.730 |
| Extensões e descobertas | - | - | - |
| Aquisições e vendas | - | - | - |
| Revisões de estimativas anteriores | 3.164 | 44.569 | 47.733 |
| Produção | (2.572) | (11.954) | (14.526) |
| Reservas a 31 de dezembro 2015 | 8.409 | 228.164 | 236.573 |
| Desenvolvidas | 7.075 | 47.455 | 54.530 |
| Não desenvolvidas | 1.334 | 180.709 | 182.043 |
| | | | 2014 |
| Reservas a 31 de dezembro 2013 | 8.814 | 146.930 | 155.744 |
| Desenvolvidas | 7.124 | 19.294 | 26.418 |
| Não desenvolvidas | 1.690 | 127.636 | 129.326 |
| Extensões e descobertas | 59 | - | 59 |
| Aquisições e vendas | - | - | - |
| Revisões de estimativas anteriores | 1.580 | 54.476 | 56.056 |
| Produção | (2.636) | (5.857) | (8.493) |
| Reservas a 31 de dezembro 2014 | 7.817 | 195.549 | 203.366 |
| Desenvolvidas | 6.426 | 37.210 | 43.636 |
| Não desenvolvidas | 1.391 | 158.339 | 159.730 |

Reservas de gás (reservas provadas 1P)

As reservas de gás são apresentadas em milhões de pés cúbicos (mmscf), sendo que 1 boe corresponde a 6.000 pés cúbicos de gás.

| unid: mmscf | África | América Latina | Total |
|---------------------------------------|--------|----------------|----------------|
| | | | 2016 |
| Reservas a 31 de dezembro 2015 | - | 236.250 | 236.250 |
| Desenvolvidas | - | 52.501 | 52.501 |
| Não desenvolvidas | - | 183.749 | 183.749 |
| Extensões e descobertas | - | - | - |
| Aquisições e vendas | - | - | - |
| Revisões de estimativas anteriores | - | 10.855 | 10.855 |
| Produção | - | (11.631) | (11.631) |
| Reservas a 31 de dezembro 2016 | | 235.474 | 235.474 |
| Desenvolvidas | | 68.579 | 68.579 |
| Não desenvolvidas | - | 166.896 | 166.896 |
| | | | 2015 |
| Reservas a 31 de dezembro 2014 | - | 174.008 | 174.008 |
| Desenvolvidas | - | 27.941 | 27.941 |
| Não desenvolvidas | - | 146.067 | 146.067 |
| Extensões e descobertas | - | - | - |
| Aquisições e vendas | - | - | - |
| Revisões de estimativas anteriores | - | 68.966 | 68.966 |
| Produção | - | (6.724) | (6.724) |
| Reservas a 31 de dezembro 2015 | | 236.250 | 236.250 |
| Desenvolvidas | | 52.501 | 52.501 |
| Não desenvolvidas | - | 183.749 | 183.749 |
| | | | 2014 |
| Reservas a 31 de dezembro 2013 | - | 130.935 | 130.935 |
| Desenvolvidas | - | 21.081 | 21.081 |
| Não desenvolvidas | - | 109.854 | 109.854 |
| Extensões e descobertas | - | - | - |
| Aquisições e vendas | - | - | - |
| Revisões de estimativas anteriores | - | 46.517 | 46.517 |
| Produção | - | (3.444) | (3.444) |
| Reservas a 31 de dezembro 2014 | | 174.008 | 174.008 |
| Desenvolvidas | | 27.941 | 27.941 |
| Não desenvolvidas | - | 146.067 | 146.067 |

Medidas *standard* de desconto de fluxos de caixa futuros

As medidas *standard* de desconto de fluxos de caixa futuros, foram elaboradas pela DeGolyer and MacNaughton de acordo com as regras do Tópico 932 do FASB e correspondem a uma tradução económica das reservas provadas 1P apresentadas no ponto anterior.

As receitas de caixa futuras representam as receitas futuras da produção associada às reservas provadas, calculadas aplicando o preço médio de mercado do Brent praticado ao longo do ano de 2016: \$43,69/bbl.

Os custos de produção futuros correspondem às estimativas de custos de produção associados às reservas provadas.

Os *royalties* futuros representam as estimativas de *royalties* a pagar relativos às receitas de produção. Aplicam-se apenas na América Latina e correspondem a 10% do valor das vendas.

Os custos de desenvolvimento e abandono futuros correspondem a estimativas de custos para desenvolvimento das reservas provadas (perfuração e instalação de plataformas de produção), assim como a estimativas para custos de abandono dos campos.

Os impostos sobre rendimento futuros representam estimativas de IRP (aplicável a blocos em África e calculados de acordo com o PSA em vigor); Participação Especial (aplicável a blocos no Brasil) e imposto sobre rendimento, de acordo com as regras em vigor em cada país.

Os fluxos de caixa foram calculados em dólares americanos e convertidos para Euros à taxa de câmbio média do ano de 2016 (1,1069 EUR:USD).

| unid: €k | África | América Latina | Total |
|---|----------------|------------------|------------------|
| 31 de dezembro 2016 | | | |
| Receitas de caixa futuras | 286.055 | 9.234.291 | 9.520.346 |
| Custos de produção futuros | (118.910) | (2.301.421) | (2.420.332) |
| <i>Royalties</i> futuros | - | (1.015.674) | (1.015.674) |
| Custos de desenvolvimento e abandono futuros | (63.466) | (977.956) | (1.041.422) |
| Fluxo de caixa líquido antes de imposto futuros | 103.679 | 4.939.239 | 5.042.918 |
| Imposto sobre rendimentos futuros | (25.547) | (2.788.110) | (2.813.657) |
| Fluxos de caixa líquidos futuros | 78.132 | 2.151.129 | 2.229.261 |
| Fator de desconto (10%) | (14.643) | (1.126.047) | (1.140.689) |
| Medidas <i>standard</i> de desconto de fluxos de caixa líquidos futuros, a 31 de dezembro 2016 | 63.489 | 1.025.083 | 1.088.572 |

8.3.

Relatório sobre os pagamentos efetuados a administrações públicas

1. Introdução

A Galp acredita que valores como a responsabilização e a boa gestão saem reforçados quando o conceito de transparência nos fluxos de receitas das atividades de petróleo e gás é apoiado. Facilita os cidadãos a acederem à informação de que necessitam para poderem responsabilizar as Administrações Públicas (conforme definido em 5. Administrações Públicas) pelo modo como utilizam os fundos recebidos através de impostos e outros acordos.

Como membro da *Extractive Industries Transparency Initiative* (Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativas - EITI) desde 2010, a Galp trabalha com Administrações Públicas, organizações não governamentais e agências internacionais para aumentar a transparência, a divulgação e a responsabilização nos Pagamentos (conforme definido em 7. Pagamentos) realizados às Administrações Públicas.

Além dos Pagamentos reportados no presente Relatório, a Galp efetua uma contribuição socioeconómica nos países onde opera em resultado de atividades diferentes de Atividades Extrativas (conforme definido abaixo) através de pagamentos a Administrações Públicas – por exemplo, em relação ao transporte, comercialização e produção de derivados de petróleo e gás. Paralelamente, a Galp contribui para as economias dos países onde opera criando oportunidades de trabalho, adquirindo produtos e serviços a fornecedores locais e realizando atividades de investimento social.

2. Objeto

O presente Relatório tem como objeto reportar os Pagamentos a Administrações Públicas realizados pela Galp e pelas suas subsidiárias (doravante referidas em conjunto como «Galp») durante o ano de 2016 em resultado das suas atividades de exploração, prospeção, pesquisa, desenvolvimento e extração de depósitos de petróleo e de gás natural ou outros materiais (aqui referidos como «Atividades Extrativas»).

3. Enquadramento legal

O presente Relatório foi preparado em conformidade com o disposto no artigo 245-B do Código de Valores Mobiliários

português, e o seu conteúdo respeita o disposto no capítulo 10 da Diretiva 2013/34/UE, transposta para a legislação portuguesa pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 (aqui referidos em conjunto como «Legislação aplicável»).

4. Entidades abrangidas

O presente Relatório inclui pagamentos feitos a Administrações Públicas pela Galp. São excluídos do presente Relatório os pagamentos feitos por entidades sobre as quais a Galp tem controlo conjunto e os Pagamentos feitos por entidades/*joint ventures* nas quais a Galp não é operador.

5. Administrações Públicas

Para efeitos do presente Relatório, Administrações Públicas inclui qualquer autoridade nacional, regional ou local de um estado-membro da União Europeia ou de um país terceiro, e inclui um departamento, agência ou entidade que seja subsidiária do mesmo, incluindo uma empresa petrolífera nacional.

6. Projeto

Os Pagamentos são reportados a nível de projeto, exceto os pagamentos que não possam ser atribuídos a um projeto específico, os quais são comunicados ao nível de entidade.

Um Projeto é definido como um conjunto de atividades operacionais que são reguladas por um só contrato, licença, locação, concessão ou acordo similar, e constitui a base das responsabilidades de pagamento a uma Administração Pública. Se tais acordos estiverem substancialmente interligados, serão tratados como um só projeto.

Para um Projeto totalmente integrado, que não tenha um ponto de separação intermédio onde possa ser atribuído separadamente um valor às Atividades Extrativas e a outras atividades de processamento, os pagamentos às Administrações Públicas são divulgados integralmente.

7. Pagamentos

Para efeito do presente Relatório, considera-se Pagamentos os montantes pagos em dinheiro ou em espécie ao abrigo das seguintes modalidades:

Direitos de Produção

Incluem a quota de produção atribuída a entidade governamental do país onde a atividade se desenvolve

no período reportado, relativa aos projetos operados pela Galp. Esta inclui a quota do governo como entidade soberana ou através da sua participação no capital social ou da titularidade de interesses participativos em projetos dentro da sua jurisdição soberana (país de origem). Os Direitos de Produção emergentes de atividades ou interesses participativos fora do seu país de origem são excluídos.

No exercício terminado em 31 de dezembro de 2016 não existiram direitos de produção em projetos operados pela Galp.

Impostos

São impostos pagos pela Galp sobre o seu rendimento, lucros ou produção (que incluem o Imposto sobre Rendimento do Petróleo em Angola ou o Imposto sobre a renda das pessoas jurídicas – IRPJ e Participação Especial no Brasil), incluindo os liquidados por uma Administração Pública em nome da Galp ao abrigo de uma concessão isenta de impostos. Os Pagamentos são reportados líquidos de reembolsos. São excluídos do presente Relatório impostos sobre transações e sobre o consumo (incluindo, mas não limitando aos Impostos sobre o Valor Acrescentado), os impostos sobre os rendimentos individuais, impostos sobre vendas e impostos sobre a propriedade.

Royalties

São pagamentos feitos por conta dos direitos de extração de recursos de petróleo e gás, estabelecidos tipicamente como uma percentagem das receitas subtraída de quaisquer deduções que se possam verificar.

Bónus

Estes são pagos normalmente na celebração de um acordo ou contrato, quando uma descoberta de petróleo e gás é declarada comercial ou quando a produção tiver começado ou atingido um determinado marco.

Taxas sobre licenças, taxas sobre arrendamento, taxas de entrada e outras taxas por contrapartida de licenças e/ou concessões

São taxas e outros valores pagos pela aquisição de uma licença de acesso a uma área onde serão realizadas as Atividades Extrativas. São excluídas as taxas administrativas governamentais que não estejam relacionadas especificamente com Atividades Extrativas, ou com o acesso a recursos extrativos.

Melhoria de infraestruturas

São Pagamentos relacionados com a construção de infraestruturas não substancialmente dedicadas à utilização nas Atividades Extrativas.

8. Outras disposições

Operação

Quando a Galp efetua um Pagamento diretamente a uma Administração Pública relacionado com um Projeto, o montante total pago é divulgado, mesmo quando a Galp, como operador, seja reembolsada proporcionalmente pelos seus parceiros não operadores através de um processo de faturação *cash-call*.

Pagamentos em dinheiro e em espécie

Os pagamentos são reportados numa base de caixa, significando isso que são comunicados no período em que são pagos, em oposição a serem reportados num regime de acréscimo (o que significaria serem reportados no período no qual se constituíram os deveres).

Nível de materialidade

O presente Relatório inclui todos os tipos de pagamentos a Administrações Públicas numa base de pagamento único ou como parte de uma série de pagamentos relacionados, desde que sejam superiores a €100.000.

Taxa de câmbio

Para o fim do presente Relatório, os Pagamentos feitos noutras moedas que não o Euro são convertidos com base na taxa de câmbio média anual.

Pagamentos a Administrações Públicas

Síntese do relatório (€k)

| | Direito de produção | Impostos | Royalties | Bónus | Taxas | Melhoria de infraestruturas | Total |
|---------------------|---------------------|---------------|---------------|-------|------------|-----------------------------|----------------|
| Angola | - | 11.434 | - | - | - | - | 11.434 |
| Brasil | - | 83.965 | 79.526 | - | 172 | - | 163.663 |
| Timor-Leste | - | - | - | - | - | - | - |
| Moçambique | - | - | - | - | - | - | - |
| Namíbia | - | - | - | - | 244 | - | 244 |
| Portugal | - | - | - | - | - | - | - |
| São Tomé e Príncipe | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL | - | 95.399 | 79.526 | - | 416 | - | 175.341 |

Relatório por país: Angola

Relatório por Administração Pública (€k)

| | Direito de produção | Impostos | Royalties | Bónus | Taxas | Melhoria de infraestruturas | Total |
|--------------------------------|---------------------|---------------|-----------|-------|-------|-----------------------------|---------------|
| Administrações Públicas | | | | | | | |
| Ministério das Finanças | - | 11.434 | - | - | - | - | 11.434 |
| TOTAL | - | 11.434 | - | - | - | - | 11.434 |

Relatório por projeto (€k)

| | Direito de produção | Impostos | Royalties | Bónus | Taxas | Melhoria de infraestruturas | Total |
|-----------------|---------------------|---------------|-----------|-------|-------|-----------------------------|---------------|
| Projetos | | | | | | | |
| Bloco 14 | - | 10.507 | - | - | - | - | 10.507 |
| Bloco 14k | - | 927 | - | - | - | - | 927 |
| TOTAL | - | 11.434 | - | - | - | - | 11.434 |

Relatório por país: Brasil

Relatório por Administração Pública (€k)

| | Direito de produção | Impostos | Royalties | Bónus | Taxas | Melhoria de infraestruturas | Total |
|---|---------------------|---------------|---------------|-------|------------|-----------------------------|----------------|
| Administrações Públicas | | | | | | | |
| Receita | - | 10.484 | 79.526 | - | - | - | 90.010 |
| Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis | - | 73.480 | - | - | 172 | - | 73.652 |
| TOTAL | - | 83.964 | 79.526 | - | 172 | - | 163.662 |

Relatório por projeto (€k)

| | Direito de produção | Impostos | Royalties | Bónus | Taxas | Melhoria de infraestruturas | Total |
|---------------------------------------|------------------------|---------------|---------------|-------|------------|--------------------------------|----------------|
| Pagamento ao nível de entidade | | | | | | | |
| Petrogal Brasil, S.A. | - | 10.484 | - | - | - | - | 10.484 |
| Galp Energia, S.A. | - | - | - | - | - | - | - |
| Projetos | | | | | | | |
| Bloco BM-S-11 | - | 73.480 | 79.074 | - | - | - | 152.554 |
| Bloco POT-T-394 | - | - | - | - | 1 | - | 1 |
| Bloco POT-T-440 | - | - | - | - | 3 | - | 3 |
| Bloco POT-T-478 | - | - | - | - | 22 | - | 22 |
| Bloco POT-T-479 | - | - | 310 | - | - | - | 310 |
| Bloco SEAL-T-412 | - | - | - | - | 28 | - | 28 |
| Bloco SEAL-T-429 | - | - | 143 | - | 13 | - | 156 |
| Bloco PN-T-136 | - | - | - | - | 53 | - | 53 |
| Bloco PN-T-182 | - | - | - | - | 52 | - | 52 |
| TOTAL | - | 83.964 | 79.527 | - | 172 | - | 163.663 |

Relatório por país: Namíbia

Relatório por Administração Pública (€k)

| | Direito de produção | Impostos | Royalties | Bónus | Taxas | Melhoria de infraestruturas | Total |
|--------------------------------|------------------------|----------|-----------|-------|------------|--------------------------------|------------|
| Administrações Públicas | | | | | | | |
| Ministério das Minas e Energia | - | - | - | - | 244 | - | 244 |
| TOTAL | - | - | - | - | 244 | - | 244 |

Relatório por projeto (€k)

| | Direito de produção | Impostos | Royalties | Bónus | Taxas | Melhoria de infraestruturas | Total |
|---------------------------------------|------------------------|----------|-----------|-------|------------|--------------------------------|------------|
| Pagamento ao nível de entidade | | | | | | | |
| Windhoek PEL 23 BV - Filial | - | - | - | - | - | - | - |
| Windhoek PEL 28 BV - Filial | - | - | - | - | - | - | - |
| Projetos | | | | | | | |
| PEL 83 (Blocos 2212A & 2112B) | - | - | - | - | 125 | - | 125 |
| PEL 83 (Blocos 2212A & 2112B) | - | - | - | - | 119 | - | 119 |
| TOTAL | - | - | - | - | 244 | - | 244 |

8.4.

Relatórios e pareceres do órgão de fiscalização e do revisor oficial de contas***Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria******Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas******Opinião***

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Galp Energia S.G.P.S., S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 12.439.145 milhares euros e um total de capital próprio atribuível aos acionistas de 4.980.471 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 179.097 milhares de euros), a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Galp Energia S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Consideramos que as matérias descritas abaixo são as matérias relevantes de auditoria a comunicar neste relatório.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria****Imparidade de ativos não correntes no
negócio de Exploração e Produção
Petrolífera**

Divulgações relacionadas com ativos não correntes do negócio de Exploração e Produção apresentadas nas notas 2.5 e 12 das demonstrações financeiras consolidadas.

O portfólio dos ativos de exploração é dividido maioritariamente entre blocos petrolíferos em Angola, Brasil, Moçambique e Portugal. Os referidos investimentos, líquidos de perdas por imparidade, na demonstração da posição financeira consolidada a 31 de dezembro de 2016 ascendem a 5.162.028 milhares de euros (2015: 3.992.445 milhares de euros).

A análise de recuperabilidade dos ativos de exploração petrolífera é efetuada com base num modelo de cash-flows descontados, o qual é intrinsecamente subjetivo devido, entre outros fatores, à avaliação das reservas petrolíferas (estimadas com base em avaliações efetuadas por avaliadores externos, os quais possuem vasta experiência neste Mercado em que o Grupo opera), cotações futuras estimadas de crude e gás, estimativas de custos operacionais e investimentos necessários para a exploração das reservas estimadas pelo consórcio operador de cada bloco e definição da taxa de desconto a aplicar.

A relevância deste assunto na nossa auditoria resulta da existência de imprevisibilidade de desfecho sobre as estimativas significativas, aliada ao facto de pequenas variações nos pressupostos, poderem resultar numa alteração relevante nas demonstrações financeiras.

A diminuição dos preços (correntes e futuros) do crude e do gás, à luz da conjuntura atual, tem colocado uma pressão adicional na valorização dos ativos de exploração petrolífera, com impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo, como evidenciado nas perdas por imparidade reconhecidas em ativos de exploração petrolífera nos últimos 2 anos, conforme referido na Nota 12 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, quer por via da diminuição do preço de venda por si só, como impacto nas decisões de exploração (atraso no *First oil*, decisão de abandono/*on hold* por reduzida rentabilidade).

Em resultado dos testes de imparidade efetuados pela Gestão, foram identificadas perdas por imparidade no

A abordagem a esta matéria relevante de auditoria consistiu em:

- avaliação crítica e análise corroborativa sobre pressupostos utilizados no teste de imparidade preparado pela Gestão, tendo sido definidos os seguintes como mais significativos: reservas/volumes recuperáveis e níveis de investimento necessário para recuperação destes volumes, preços futuros estimados de petróleo e gás e taxas de desconto aplicadas para refletir o efeito temporal dos cash-flows futuros.
- entendimento e avaliação dos controlos desenhados e operacionalizados pela Gestão para monitorização do valor recuperável dos ativos de exploração petrolífera;
- verificação da metodologia utilizada pela gestão para calcular o valor recuperável dos ativos alocados a cada unidade geradora de caixa, de forma a determinar a sua conformidade com as políticas contabilísticas em vigor e consistência da sua aplicabilidade;
- no que respeita às reservas, foi avaliada a consistência dos volumes recuperáveis considerados pela Gestão com o relatório do especialista independente preparado com referência a 31 de dezembro de 2016, e discutida com a Gestão a evolução das referidas reservas face ao modelo de produção dos blocos e descobertas realizadas, comparativamente com avaliações anteriores. A este respeito, efetuámos ainda uma avaliação da competência, integridade e independência do especialista avaliador;
- corroboração das estimativas de cash-flows futuros tendo questionado a gestão quando à adequação das mesmas aos preços futuros estimados pelo mercado (*market forward prices*) e dos orçamentos de investimento/custo aprovados pelo consórcio de cada bloco. Efetuámos análises de sensibilidade quanto aos principais *inputs* dos modelos de cash-flows;
- avaliação dos *inputs* específicos quanto à determinação da taxa de desconto, incluindo a avaliação da taxa *risk-free* e riscos geográficos, bem como custo de capital/financiamento do Grupo. Estes *inputs* foram comparados também com as taxas utilizadas nos mercados internacionais em que o Grupo opera.

Verificámos também a adequacidade das divulgações associadas às perdas de imparidade reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas,

Matérias relevantes de auditoria

montante de 192.301 milhares de euros nos ativos não correntes do negócio de Exploração e Produção.

Síntese da abordagem de auditoria

considerando os requisitos do normativo contabilístico aplicável.

Recuperabilidade de ativos não correntes em Espanha

Divulgações relacionadas com ativos não correntes em Espanha apresentadas nas notas 2, 9, 11 e 12 das demonstrações financeiras consolidadas.

A 31 de dezembro de 2016 o montante dos ativos não correntes reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Galp, relacionados com a distribuição de produtos refinados em Espanha, ascende a 445.018 milhares de euros (Ativos fixos tangíveis: 285.252 milhares de euros; Ativos intangíveis: 81.726 milhares de euros; Impostos diferidos ativos: 78.040 milhares de euros).

De acordo com a IAS 36 - Imparidade de ativos a Gestão deverá efetuar uma revisão anual de imparidade e avaliar se existem indicadores de imparidade relativamente ao valor contabilístico do goodwill, assim como dos restantes ativos não correntes sempre que existam indicadores de imparidade. O valor contabilístico da unidade geradora de caixa é comparado com o valor recuperável, que é o maior entre o valor em uso e o justo valor menos os custos de venda. A distribuição de produtos refinados em Espanha foi considerada pela Gestão como uma única unidade geradora de caixa. A 31 de dezembro de 2016 o Grupo determinou o valor recuperável das suas Unidades Geradoras de Caixa (UGC) através do valor de uso.

Adicionalmente, a Gestão procede à análise da recuperabilidade dos impostos diferidos ativos associados à unidade geradora de caixa em função das estimativas de resultados fiscais futuros, em conformidade com a IAS 12 – Impostos sobre o rendimento.

A relevância deste assunto na nossa auditoria resulta da complexidade e elevado nível de julgamento do modelo de imparidade. O cálculo do valor recuperável requer a utilização de estimativas e pressupostos por parte da Gestão que dependem de previsões económicas e de mercado, nomeadamente no que se refere a cash-flows futuros, taxas de crescimento na perpetuidade e taxas de desconto a utilizar.

Em resultado dos testes de imparidade efetuados pela Gestão, foram identificadas perdas por imparidade no montante de 48.817 milhares de euros nos ativos não

Verificámos os testes de imparidade, baseados em modelos de fluxos de caixa descontados, através dos seguintes procedimentos:

- verificação da exatidão aritmética do modelo;
- comparação dos fluxos de caixa futuros considerados no teste de imparidade com o orçamento e plano aprovado pela comissão executiva;
- aferição da razoabilidade das projeções de fluxos de caixa futuros comparando com a performance histórica;
- avaliação da adequacidade da taxa de desconto utilizada;
- realização de análises de sensibilidade através de alteração de pressupostos relevantes; e
- avaliação das estimativas e julgamentos assumidos pela Gestão, subjacentes aos pressupostos relevantes que suportam o modelo.

Para efeitos de aferição sobre a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, comparámos a projeção de resultados fiscais futuros com as projeções de fluxos de caixa acima referidas, verificámos a exatidão aritmética do cálculo e avaliamos a adequacidade da taxa de imposto considerada.

Verificámos também a adequacidade das divulgações associadas aos testes de imparidade e impostos diferidos, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas, considerando os requisitos do normativo contabilístico aplicável.

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

correntes afetos à distribuição de produtos refinados em Espanha (Goodwill).

Litígios e contingências fiscais

Divulgações relacionadas com litígios e contingências fiscais apresentadas nas notas 2, 9, 25 e 33 das demonstrações financeiras consolidadas.

A dimensão e estrutura do Grupo Galp e a dispersão da sua atividade operacional origina um acréscimo na complexidade do registo dos impostos nas demonstrações financeiras do Grupo. Consequentemente, o Grupo tem diversas questões fiscais em aberto, nomeadamente resultantes de processos de inspeção fiscal em Portugal e imposto sobre o rendimento petrolífero em Angola, registando provisões sempre que considera que é provável um desfecho desfavorável ao Grupo, de acordo com o preconizado na IAS 37. A avaliação da probabilidade de desfecho é suportada no parecer dos seus assessores jurídicos e fiscais assim como no julgamento efetuado pela Gestão relativamente a estas matérias. A 31 de dezembro de 2016 o montante de provisões com impostos apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Galp ascende a 245.590 milhares de euros (2015: 215.165 milhares de euros).

A relevância deste assunto na nossa auditoria resulta da complexidade e do nível de julgamento inerente às matérias fiscais em questão, assim como ao nível da imprevisibilidade associada ao respetivo desfecho.

Os procedimentos de auditoria realizados incluíram:

- obtenção da listagem detalhada das contingências fiscais e legais em aberto, categorizada pela probabilidade de desfecho;
- compreensão dos processos de contingências fiscais e legais;
- obtenção e análise das respostas aos pedidos de confirmação de advogados externos;
- inquérito à gestão e aos responsáveis da área legal e fiscal sobre as estimativas e julgamentos efetuados.

Verificámos também a adequacidade das divulgações apresentadas nas notas às demonstrações financeiras consolidadas, considerando os requisitos do normativo contabilístico aplicável.

Operação de venda da Galp Gás Natural Distribuição, S.A. (GGND)

Divulgações relacionadas com a Operação de venda da GGND apresentadas nas notas 3 e 4 das demonstrações financeiras consolidadas.

Em 27 de julho de 2016, o Grupo através da sua subsidiária Galp Gas & Power, SGPS, S.A., chegou a acordo com um consórcio liderado pela Marubeni Corporation para estabelecer uma parceria no negócio de infraestruturas reguladas de gás natural do Grupo. O acordo traduziu-se na aquisição por parte do consórcio de 22,5% do capital social da Galp Gás Natural Distribuição, S.A. (GGND), e na partilha de determinados direitos no governo desta sociedade, os quais se traduziram na perda de controlo efetivo por parte do Grupo Galp. Após conclusão da transação, em outubro de 2016, o sub-grupo

Os nossos procedimentos de auditoria focaram-se na avaliação sobre a perda de controlo por parte do Grupo, e consequentes impactos contabilísticos nas demonstrações financeiras consolidadas a 31 de dezembro de 2016.

Assim, efetuámos a análise dos acordos parassociais celebrados, de forma a avaliar a existência de cláusulas "substantivas" de controlo partilhado versus cláusulas "protecionistas" do interesse não controlado, entre outras.

| Matérias relevantes de auditoria | Síntese da abordagem de auditoria |
|---|--|
| <p>GGND deixou de ser consolidado integralmente no Grupo Galp, passando as empresas que o compõem a ser tratadas como empreendimentos conjuntos e reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método da equivalência patrimonial.</p> <p>A relevância desta matéria na auditoria realizada resulta da elevada complexidade associada à análise das condições que determinam a existência de controlo sobre a entidade versus controlo partilhado e/ou influência significativa, bem como do impacto da referida operação nas demonstrações financeiras consolidadas a 31 de dezembro de 2016, comparativamente com o período homólogo.</p> | <p>Analisámos o contrato de compra e venda de ações e o cumprimento das condições precedentes à efetividade do referido contrato.</p> <p>Adicionalmente, procedemos à avaliação dos impactos contabilísticos resultantes da perda de controlo por parte do Grupo, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - verificação do processo de desconsolidação do sub-grupo Galp Gás Natural Distribuição, S.A.; - verificação da correta aplicação do método da equivalência patrimonial; e - recálculo da mais-valia resultante do processo de venda de 22,5% do capital social da empresa. <p>Verificámos também a adequacidade das divulgações apresentadas nas notas às demonstrações financeiras consolidadas, considerando os requisitos do normativo contabilístico aplicável.</p> |

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um

relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório integrado de gestão, sustentabilidade e governo societário (adiante também referido como relatório integrado) foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório integrado, no que respeita às matérias de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

a) Fomos nomeados revisores oficiais de contas da Galp Energia S.G.P.S., S.A. (i) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 16 de abril de 2015 para um mandato compreendido entre 2015 e 2018, a qual foi precedida de contrato de prestação de serviços de auditoria para os exercícios de 2011 a 2014 (inclusive).

b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção

material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.

c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 10 de abril de 2017.

d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

e) Adicionalmente ao divulgado no relatório integrado do Grupo, informamos que, para além da auditoria, prestámos ao Grupo os seguintes serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor:

Outros serviços de garantia de fiabilidade

- Relatório de procedimentos acordados sobre rácios financeiros;
- Certificação da declaração anual de ativos para Oil Insurance Policy;
- Certificação anual das Compras públicas;
- Relatórios s/ Contas reguladas (ERSE; ASECE; TOS; Compras gás natural);
- Revisão das demonstrações financeiras em língua inglesa;
- Verificação da informação de sustentabilidade (Relatório de sustentabilidade e Databooks);
- Análise do enquadramento contabilístico da operação de venda do subgrupo GGND;
- Verificação da Man Power rate 2015; e
- Emissão de carta de conforto sobre emissão de dívida no âmbito do projeto Blue.

Outros serviços que não de garantia de fiabilidade

- Apoio prestado no âmbito da informação a prestar no índice Dow Jones – sustentabilidade.

10 de abril de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

António Joaquim Brochado Correia, R.O.C.

Relatório Anual de Atividades do Conselho Fiscal relativo ao exercício de 2016

Em conformidade com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e da alínea g) do n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento do Conselho Fiscal da Galp Energia, SGPS, S.A. (adiante designada por Galp, Sociedade ou Empresa), vem este órgão apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida no exercício de 2016.

I. Introdução

De acordo com o modelo de governo societário adotado pela Galp, correspondente ao modelo latino previsto nos artigos 278.º, n.º 1, alínea a) e 413.º, n.º 1, alínea b), ambos do CSC, o Conselho Fiscal é o órgão responsável pela fiscalização da atividade da Sociedade.

O Conselho Fiscal em funções foi eleito na reunião da Assembleia Geral realizada em 16 de abril de 2015, para o mandato de 2015-2018, sendo composto por três membros, dos quais dois são independentes, em conformidade com os critérios definidos no artigo 414.º, n.º 5 do CSC.

Todos os membros do Conselho Fiscal observam os critérios de compatibilidade para o exercício da respetiva função que se encontram previstos no artigo 414.º-A, n.º 1 do CSC.

As principais competências do Conselho Fiscal decorrentes da legislação aplicável e do respetivo Regulamento, podem ser integradas nas seguintes áreas essenciais de atuação:

- a) acompanhar de modo permanente a atividade da Sociedade, vigiar pela observância da lei e dos estatutos e fiscalizar a administração da Sociedade;
- b) fiscalizar o cumprimento das políticas e práticas contabilísticas, bem como do processo de preparação e divulgação da informação financeira e fiscalizar a revisão de contas nos documentos de prestação de contas da Sociedade;
- c) fiscalizar a eficácia dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, avaliando anualmente com a Comissão Executiva os procedimentos internos de controlo e auditoria e questões que sejam suscitadas a respeito das práticas contabilísticas seguidas pela Sociedade, dirigindo-lhe as recomendações que entenda justificadas;

- d) supervisionar a adoção pela Sociedade de princípios e políticas de identificação e gestão dos principais riscos de natureza financeira e operacional ligados à atividade da Sociedade, bem como de medidas destinadas a monitorizar, controlar e divulgar, adequada e tempestivamente tais riscos;
- e) receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Sociedade ou outros;
- f) propor à Assembleia Geral a nomeação do revisor oficial de contas ou de sociedade de revisores oficiais de contas e fiscalizar a sua independência, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais;
- g) nomear ou destituir o auditor externo da Sociedade e avaliar anualmente a sua atividade, através de uma apreciação crítica dos relatórios e documentação por si produzidos no desempenho das suas funções.

II. Atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal relativamente ao exercício de 2016

Durante o ano de 2016 o Conselho Fiscal realizou treze reuniões, tendo desenvolvido várias ações no âmbito das suas atribuições, das quais destaca as seguintes:

1. Acompanhamento de modo permanente da atividade da Sociedade, vigilância do cumprimento da lei e dos estatutos e fiscalização da administração da Sociedade

O acompanhamento permanente da Sociedade durante o ano de 2016 foi realizado, designadamente, através de reuniões com os responsáveis das direções do centro corporativo da Galp, das quais se destacam, pela sua maior regularidade, a Direção de Auditoria Interna, a Direção de Gestão de Risco e a Direção de Assuntos Jurídicos e *Governance*.

O Conselho Fiscal reuniu ainda periodicamente com o Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo e o responsável pela Direção de Contabilidade, tendo tido ainda uma reunião anual com o Administrador Executivo responsável pela área financeira.

Por outro lado, os membros do Conselho Fiscal estiveram presentes nas reuniões do Conselho de Administração em que foram aprovadas as contas trimestrais, semestrais e anuais, bem como o plano e orçamento anual.

Durante o ano de 2016, o Conselho Fiscal procedeu ainda ao acompanhamento do funcionamento do sistema de governo societário adotado pela Galp e do cumprimento das normas legais, regulamentares e estatutárias, incluindo as recomendações relevantes para o desempenho das suas funções, tendo acompanhado o processo de aperfeiçoamento do governo da Sociedade.

Ainda no contexto do acompanhamento das matérias de governo societário, o Conselho Fiscal analisou o Relatório de Governo Societário relativo ao exercício de 2016, tendo confirmado que esse relatório inclui os elementos previstos no artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários e no Regulamento n.º 4/2013 da CMVM.

2. Fiscalização do cumprimento das políticas e práticas contabilísticas e do processo de preparação e divulgação da informação financeira e da revisão legal de contas

A fiscalização do cumprimento das políticas, critérios e práticas contabilísticas e da fiabilidade da informação financeira foi exercida pelo Conselho Fiscal através da análise dos relatórios elaborados pelo Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo e apreciação das conclusões das auditorias e das avaliações de procedimentos efetuadas durante o exercício pelo Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo.

Com efeito, o Conselho Fiscal procedeu à fiscalização dos documentos de prestação e revisão legal de contas relativos ao exercício de 2016, tendo emitido parecer favorável relativamente aos mesmos.

O acesso do Conselho Fiscal à informação financeira foi realizado de forma regular e adequado, sem que tenham surgido quaisquer constrangimentos no exercício das suas funções.

3. Acompanhamento e fiscalização da eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e avaliação anual do funcionamento dos sistemas e dos procedimentos internos

Ao Conselho Fiscal cabe o papel de fiscalizar a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna, cuja criação e implementação competem à Comissão Executiva, bem como o de avaliar anualmente o funcionamento dos sistemas e os respetivos procedimentos internos.

O Conselho Fiscal realizou durante o ano de 2016 diversas ações de acompanhamento, fiscalização e avaliação do funcionamento e adequação dos sistemas de controlo interno, de gestão de riscos e de auditoria interna da Galp.

No âmbito da função fiscalizadora do Conselho Fiscal, coube-lhe ainda supervisionar a adoção pela Sociedade dos princípios e das políticas de identificação e gestão dos principais riscos financeiros e operacionais associados à atividade da Galp, tendo acompanhado as medidas destinadas a monitorizar, controlar e divulgar os riscos.

O Conselho Fiscal considera que a Comissão Executiva e o Conselho de Administração têm atribuído crescente e reforçada importância ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna, em linha com as recomendações da CMVM relativas ao Código de Governo das Sociedades.

4. Supervisão da atividade da Direção de Auditoria Interna

O Conselho Fiscal supervisionou a atividade desenvolvida pela Direção de Auditoria Interna durante o exercício de 2016, que reporta funcionalmente a este órgão. Fez o acompanhamento regular da execução do respetivo plano de atividades anual de avaliação do risco dos diferentes processos e sistemas das unidades de negócio e da análise das conclusões sobre a forma como são geridos os riscos e afetos os recursos, tendo recebido desta direção relatórios periódicos sobre as auditorias realizadas.

A avaliação do adequado funcionamento dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno e a avaliação da efetividade e eficácia da implementação de controlos e de ações de mitigação foi realizada pela Direção de Auditoria Interna de forma independente e sistemática, tendo informado e alertado regularmente o Conselho Fiscal para observações e recomendações mais relevantes, identificando oportunidades de melhoria e medidas corretivas.

O Conselho Fiscal considera ainda que na execução do plano de trabalhos da Auditoria Interna definido a avaliação dos sistemas de controlo interno e do cumprimento dos procedimentos estabelecidos, bem como a utilização dos recursos afetos, foi realizada com eficiência.

5. Avaliação anual da atividade do Auditor Externo da Sociedade

O Conselho Fiscal exerceu a sua função como interlocutor da Sociedade junto do Auditor Externo e como primeiro destinatário da informação por si elaborada, tendo assegurado a disponibilização ao Auditor Externo da informação e das demais condições apropriadas e necessárias ao eficaz desempenho da sua atividade.

O Conselho Fiscal procedeu, no ano de 2016, à avaliação da atividade do Auditor Externo, fazendo o acompanhamento regular da sua atividade, nomeadamente através da apreciação crítica dos relatórios e documentação por si produzidos no desempenho das suas funções.

No âmbito da sua função de avaliação anual da atividade do Auditor Externo, o Conselho Fiscal considera que o Auditor Externo prestou os seus serviços de modo satisfatório de acordo com o plano de trabalhos definido, tendo cumprido as normas e regulamentos aplicáveis. Revelou na sua atuação rigor técnico, qualidade nas conclusões apresentadas, designadamente ao nível da revisão legal de contas, oportunidade e eficiência nas recomendações apresentadas e competência no âmbito do desenvolvimento dos procedimentos efetuados.

No âmbito da verificação do cumprimento das regras de independência do Auditor Externo, o Conselho Fiscal acompanhou, durante o exercício de 2016, a prestação de serviços não relacionados com serviços de auditoria, para a qual é necessário parecer prévio deste órgão, tendo confirmado que foi salvaguardada a independência do Auditor Externo. Regista-se que o valor de outros serviços que não de auditoria corresponde a 29,1% do total de serviços prestados pelo Auditor Externo, cumprindo assim a recomendação IV.2 do Código de Governo das Sociedades da CMVM aprovado em 2013.

6. Negócios da Sociedade com partes relacionadas

No ano de 2016 não houve transações com partes relacionadas sujeitas a controlo do Conselho Fiscal previsto no «Regulamento aplicável às Transações do grupo Galp com Partes Relacionadas».

7. Comunicação de irregularidades

De acordo com as melhores práticas de governo societário e com as regras de mercado aplicáveis, e bem assim em linha com os princípios de lealdade, correção, honestidade, transparência e integridade em que a Galp baseia

o exercício da sua atividade, a política de comunicação de irregularidades da Galp, disponível no seu sítio oficial, regula o mecanismo de comunicação ao órgão responsável, o Conselho Fiscal, de irregularidades ocorridas nas empresas do grupo Galp.

Com a entrada em vigor do novo Código de Ética e Conduta da Galp no dia 18 de dezembro de 2015, foi revista a Política de Comunicação de Irregularidades do Grupo Galp, redenominada para Procedimento de Comunicação de Irregularidades – Linha de Ética, e constituída pelo Conselho Fiscal e pela Comissão de Ética e Conduta da Galp. Esta tem como função, entre outras, proceder à receção e tratamento de informações transmitidas ao abrigo do Procedimento de Comunicação de Irregularidades, em vigor na Galp e sociedades participadas, que respeitem a alegadas irregularidades ou infrações ao estipulado no Código de Ética ou de normas que o desenvolvam ou que versem sobre os temas nele elencados, nos domínios da contabilidade, dos controlos contabilísticos internos, da auditoria, da luta contra a corrupção e do crime bancário e financeiro.

A Comissão de Ética e Conduta da Galp realizou durante o ano de 2016 reuniões periódicas com o Conselho Fiscal para reporte das comunicações recebidas e decisão sobre o respetivo encaminhamento.

Em cumprimento do dever de informação previsto no ponto 8 do Regulamento da Comissão de Ética e Conduta da Galp, esta Comissão apresentou ao Conselho Fiscal o relatório anual sobre as comunicações recebidas em 2016, os procedimentos adotados e as ações/medidas propostas.

Por último, o Conselho Fiscal entende manifestar o seu agradecimento tanto ao Conselho de Administração como à Comissão Executiva da Galp Energia, SGPS, S.A. pela colaboração prestada ao exercício das suas funções.

Lisboa, 6 de abril de 2017

Daniel Bessa

Gracinda Raposo

Pedro Antunes de Almeida

Relatório e parecer do Conselho Fiscal

Exmos. Senhores Acionistas,

Nos termos da legislação em vigor, dos estatutos da Sociedade e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão de 2016 (que inclui o reporte sobre o governo societário), as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da Galp Energia, SGPS, S.A. apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Reunimos por diversas vezes com o Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo, acompanhando o desempenho da sua função.

Acompanhámos o processo de preparação e divulgação de informação financeira, bem como a revisão legal das contas anuais individuais e consolidadas.

Verificámos e acompanhámos a independência do Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo, nos termos legais, em especial, verificando a sua adequação e aprovando a prestação de outros serviços para além dos serviços de auditoria.

Apreciámos a Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício de 2016, com os quais concordamos.

No âmbito das nossas funções verificámos e declaramos que tanto quanto é do nosso conhecimento:

- a) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Sociedade e do conjunto de empresas incluídas no perímetro de consolidação, evidenciando com clareza os aspetos mais significativos da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Galp e as empresas incluídas no perímetro de consolidação se defrontam;
- b) as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os correspondentes anexos permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação;
- c) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados estão conformes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, e são adequados por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correta apresentação do património e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação;
- d) o capítulo do Relatório de Gestão de 2016 relativo ao governo societário inclui os elementos referidos no artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e serviços da Sociedade, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exprimimos a nossa concordância com o Relatório de Gestão de 2016, com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e com a proposta de aplicação do resultado líquido individual do exercício de 2016, pelo que somos do parecer que deverão os mesmos ser aprovados em Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal entende, por último, manifestar o seu agradecimento tanto ao Conselho de Administração, como à Comissão Executiva da Galp Energia, SGPS, S.A., cuja colaboração sempre simplificou, em muito, o exercício das suas funções.

Lisboa, 6 de abril de 2017

Daniel Bessa

Gracinda Raposo

Pedro Antunes de Almeida

8.5.

Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade



Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade

Exmo. Conselho de Administração,

Introdução

1. Fomos contratados pela Administração da Galp Energia, SGPS, S.A., para a realização de um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre a informação de sustentabilidade, constante no Relatório de Gestão e Contas Galp (“Relatório”), relativo a 2016, preparado pela Empresa para efeitos de comunicação do seu desempenho em sustentabilidade no ano de referência.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação dos conteúdos do Relatório e divulgação da informação de desempenho de sustentabilidade apresentada, de acordo com as diretrizes Global Reporting Initiative (versão G4) e as instruções e critérios divulgados no Relatório, bem como a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita uma adequada preparação da informação mencionada.
3. A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade, profissional e independente, baseado nos procedimentos realizados e especificados no parágrafo abaixo.

Âmbito

4. O trabalho que realizámos foi efetuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica", emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* da *International Federation of Accountants*. Esta Norma exige que planeemos e executemos o trabalho de garantia de fiabilidade com o objetivo de obter um grau de segurança limitado sobre se os dados relativos ao desempenho de sustentabilidade do Grupo, referentes ao ano 2016, constantes do Relatório, estão isentos de distorções materialmente relevantes.

Para tanto o referido trabalho consistiu em:

- (i) Indagar a gestão e principais responsáveis das áreas em análise para compreender o modo como está estruturado o sistema de informação e a sensibilidade dos intervenientes às matérias incluídas no relato;
- (ii) Identificar a existência de processos de gestão internos conducentes à implementação de políticas económicas, ambientais e de responsabilidade social;
- (iii) Verificar numa base de amostra a eficácia dos sistemas e processos de recolha, agregação, validação e relato que suportam a informação de desempenho supracitada, através de cálculos e validação de dados reportados;
- (iv) Confirmar a observância de determinadas unidades operacionais às instruções de recolha, agregação, validação e relato de informação de desempenho;
- (v) Executar, numa base de amostra, alguns procedimentos de consubstanciação da informação, através de obtenção de evidência sobre informação reportada;

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

- (vi) Comparar os dados técnicos relativos a emissões de gases com efeito de estufa e consumo de energia primária validados pelo verificador independente no âmbito do CELE (Comércio Europeu de Licenças de Emissão);
 - (vii) Comparar os dados financeiros e económicos com os auditados pela PwC;
 - (viii) Analisar os temas materiais incluídos no Relatório com base no princípio de relevância previsto na norma AA1000APS e no G4, através da comparação dos conteúdos do Relatório com os conteúdos de Relatos de Sustentabilidade de empresas do setor;
 - (ix) Validar o alinhamento dos indicadores quantitativos de desempenho não financeiro reportados com os requisitos das Diretrizes da Global Reporting Initiative, versão G4.
5. Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC1) e, como tal, mantemos um sistema de controlo de qualidade, incluindo políticas e procedimentos documentados relativos ao cumprimento com requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis.
6. Cumprimos com os requisitos de independência e ética do Código de Ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e do Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).
7. Os procedimentos efetuados foram mais limitados do que seriam num trabalho de garantia razoável de fiabilidade, por conseguinte, menos segurança foi obtida do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade.
8. Entendemos que os procedimentos efetuados proporcionam uma base aceitável para a nossa conclusão.

Conclusões

9. Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que os dados relativos ao desempenho de sustentabilidade Grupo, referentes ao ano 2016, constantes do Relatório, não tenham sido preparados, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com os requisitos das Diretrizes da Global Reporting Initiative, versão G4, e com as instruções e critérios divulgados no Relatório.

Lisboa, 10 de abril de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados

- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

representada por:

António Joaquim Brochado Correia, R.O.C.

8.6.

Declarações de conformidade dos órgãos de administração e fiscalização

Declaração de conformidade dos membros do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 245, n.º 1, alínea c), do Código de Valores Mobiliários, cada um dos administradores abaixo indicados declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, passando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Galp e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Galp e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Galp e as empresas incluídas no perímetro de consolidação se defrontam na sua atividade.

Lisboa, 7 de abril de 2017

O Conselho de Administração

Presidente:

Paula Amorim

Vice-presidentes:

Miguel Athayde Marques

Carlos Gomes da Silva

Vogais:

Filipe Crisóstomo Silva

Thore E. Kristiansen

Sérgio Gabrielli de Azevedo

Abdul Magid Osman

Marta Amorim

Raquel Vunge

Carlos Costa Pina

Francisco Rêgo

Jorge Seabra de Freitas

José Carlos da Silva Costa

Pedro Ricardo

Tiago Câmara Pestana

Rui Paulo Gonçalves

Luis Todo Bom

Diogo Tavares

Joaquim Borges Gouveia

Declaração de conformidade dos membros do Conselho Fiscal

Nos termos e para os efeitos do artigo 245, n.º 1, alínea c), do Código dos Valores Mobiliários, cada um dos membros do Conselho Fiscal da Galp Energia SGPS, S.A. declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Galp e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Galp e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Galp e as empresas incluídas no perímetro de consolidação se defrontam na sua atividade.

Lisboa, 6 de abril de 2017

Daniel Bessa
Presidente

Gracinda Raposo
Vogal

Pedro Antunes de Almeida
Vogal

8.7.

Menções obrigatórias

1. Órgãos sociais

A composição dos órgãos sociais da Galp para o mandato em curso de 2015-2018 é a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente:

Daniel Proença de Carvalho

Vice-presidente:

Victor Manuel Pereira Dias

Secretário:

Maria Helena Claro Goldschmidt

Conselho de Administração

Presidente:

Paula Fernanda Ramos Amorim

Vice-presidentes:

Miguel Athayde Marques
Carlos Nuno Gomes da Silva

Vogais:

Filipe Crisóstomo Silva
Thore E. Kristiansen
Sérgio Gabrielli de Azevedo
Abdul Magid Osman
Marta Cláudia Ramos Amorim Barroca de Oliveira
Raquel Rute da Costa David Vunge
Carlos Manuel Costa Pina
Francisco Vahia de Castro Teixeira Rêgo
Jorge Manuel Seabra de Freitas
José Carlos da Silva Costa
Pedro Carmona de Oliveira Ricardo
João Tiago Cunha Belém da Câmara Pestana
Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves
Luis Manuel Pego Todo Bom
Diogo Mendonça Rodrigues Tavares
Joaquim José Borges Gouveia

Comissão Executiva

Presidente:

Carlos Gomes da Silva (CEO)

Vogais:

Filipe Crisóstomo Silva (CFO)
Thore E. Kristiansen
Carlos da Silva Costa

Tiago Câmara Pestana
Pedro Ricardo
Carlos Costa Pina

Secretário da Sociedade

Efetivo:

Rui de Oliveira Neves

Suplente:

Maria Helena Claro Goldschmidt

Conselho Fiscal

Presidente:

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Vogal:

Gracinda Augusta Figueiras Raposo

Vogal:

Pedro Antunes de Almeida

Suplente:

Amável Alberto Freixo Calhau

Revisor Oficial de Contas

Efetivo:

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. representada por António Joaquim Brochado Correia, ou por Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão

Suplente:

José Manuel Henriques Bernardo

Comissão de Remunerações

Presidente:

Amorim Energia, B.V.

Vogal:

Jorge Armindo Carvalho Teixeira

Vogal:

Joaquim Alberto Hierro Lopes

2. Ações próprias

A Galp não é detentora de ações próprias.

Durante o exercício de 2016, a Galp não adquiriu, nem alienou ações próprias.

3. Informação sobre as participações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização em 31 de dezembro de 2016

| | Período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2016 | | | | | | | Total de ações a 31.12.2016 |
|---|--|-----------|-----------|-------------------|-----------|-----------|-------------------|--------------------------------|
| | Total de ações a 31.12.2015 | Aquisição | | | Alienação | | | |
| | | Data | N.º ações | Valor (€/ação) | Data | N.º ações | Valor (€/ação) | |
| Membros do Conselho de Administração | | | | | | | | |
| Paula Amorim * | - | | | | | | - | |
| Miguel Athayde Marques | 1.800 | | | | | | 1.800 | |
| Carlos Gomes da Silva | 2.410 | | | | | | 2.410 | |
| Filipe Crisóstemo Silva | 10.000 | | | | | | 10.000 | |
| Thore E. Kristiansen | - | | | | | | - | |
| Sérgio Gabrielli Azevedo | - | | | | | | - | |
| Abdul Magid Osman | - | | | | | | - | |
| Marta Amorim * | 19.263 ¹ | | | | | | 19.263 | |
| Raquel Vunge | - | | | | | | - | |
| Carlos Costa Pina | - | | | | | | - | |
| Francisco Rêgo * | 17.680 | | | | | | 17.680 | |
| Jorge Seabra de Freitas * | - | | | | | | - | |
| José Carlos da Silva Costa | 275 | | | | | | 275 | |
| Pedro Ricardo | 5.230 | | | | | | 5.230 | |
| Tiago Pestana | - | | | | | | - | |
| Rui Paulo Gonçalves * | - | | | | | | - | |
| Luís Todo Bom | - | | | | | | - | |
| Diogo Tavares | 2.940 | | | | | | 2.940 | |
| Joaquim Borges Gouveia | - | | | | | | - | |
| Membros do Conselho Fiscal | | | | | | | | |
| Daniel Bessa | - | | | | | | - | |
| Gracinda Raposo | - | | | | | | - | |
| Pedro Antunes de Almeida | 5 | | | | | | 5 | |
| Amavél Calhau | - | | | | | | - | |
| Revisor oficial de contas | | | | | | | | |
| PricewaterhouseCoopers & Associados, Lda | - | | | | | | - | |
| José Bernardo | - | | | | | | - | |

* Para os efeitos do art.º 447.º, n.º2, alínea d) do Código das Sociedades Comerciais, declara-se ainda que a Amorim Energia, B.V., na qual o administrador indicado exerce igualmente funções de administração, é titular de 276.472.161 ações da Galp.

¹ À data da cooptação (14.10.2016).

Em 31 de dezembro de 2016, nenhum dos membros do órgão de administração era titular de obrigações emitidas pela Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2016, o presidente do Conselho Fiscal era titular de Obrigações Galp Energia SGPS, S.A., com uma taxa de 4,125% e maturidade em 25.01.2019, não tendo realizado qualquer transação durante o ano de 2016.

4. Negócios dos administradores com a Sociedade

Durante o exercício de 2016, não foram solicitadas quaisquer autorizações pelos membros do Conselho de Administração da Galp para a realização de negócios com a Sociedade ou com sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo.

5. Exercício de outras atividades pelos administradores

Nenhum dos administradores da Galp exerceu, durante o exercício de 2016, na Sociedade ou em sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo, quaisquer funções temporárias ou permanentes ao abrigo de contrato de trabalho, subordinado ou autónomo.

O administrador José Carlos da Silva Costa mantém suspenso o contrato de trabalho com a Galp Energia, S.A., sociedade do Grupo, desde a sua primeira designação para membro do Conselho de Administração da Galp, ocorrida em 23 de novembro de 2012.

Na data da sua designação ocorrida em 16 de abril de 2015, o administrador Pedro Carmona de Oliveira Ricardo suspendeu o contrato de trabalho que celebrou com a Galp Gás Natural, S.A., sociedade em relação de domínio ou de grupo com a Galp.

6. Posições credoras sobre entidades relacionadas

Ver Nota 28 do Anexo às demonstrações financeiras das contas individuais da Galp.

8.8

Biografias dos membros dos órgãos de administração e fiscalização

Conselho de Administração



Paula Amorim

Paula Ramos Amorim é natural do Porto, Portugal, e tem 46 anos. É membro do Conselho de Administração da Galp desde abril de 2012 e presidente desde outubro de 2016.

Exerce ainda as funções de vice-presidente da Amorim Holding II, SGPS, S.A., empresa do grupo Américo Amorim. Ingressou em 1992 no grupo Américo Amorim, onde vem exercendo vários cargos de administração. Desde 2005 desenvolve também atividade empresarial na Amorim Fashion, sociedade de que é acionista única. Em dezembro de 2010, criou a *holding* Amorim Luxury - SGPS, S.A. para expandir e diversificar os seus negócios, nomeadamente para representar a marca *Gucci* em Portugal através da sociedade Amorim Five, Lda.

Paula Ramos Amorim frequentou o curso de Gestão Imobiliária da Escola Superior de Atividades Imobiliárias.



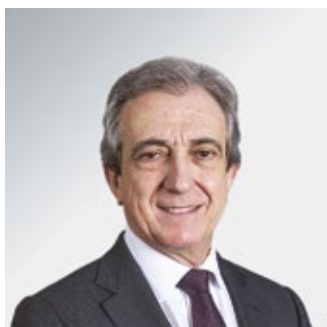
Carlos Gomes da Silva

Carlos Gomes da Silva é natural do Porto, Portugal, e tem 50 anos. É membro do Conselho de Administração da Galp desde 2007 e vice-presidente e presidente da Comissão Executiva desde abril de 2015.

Profissional com 27 anos de experiência em diferentes indústrias, em particular no petróleo e gás, iniciou carreira na Efacec, tendo entrado na Galp/Petrogal no início da década de 1990, desempenhando diversas funções de gestão, liderando as áreas de operações de refinação, logística e trading, de planeamento e controlo e de estratégia.

A partir de 2001, e durante seis anos, desempenhou funções na indústria das bebidas (na Unicer, empresa do grupo Carlsberg) como responsável de M&A e estratégia, de negócio, e posteriormente, como administrador executivo responsável pelo planeamento, logística e distribuição. No seu regresso à indústria do petróleo e gás, foi designado como membro do Conselho de Administração da Galp em 2007, tendo desempenhado diversas funções como administrador executivo, nomeadamente nas áreas de distribuição de produtos petrolíferos, gás natural e eletricidade, trading de crude e gás natural e em áreas corporativas (compras, marketing, recursos humanos, jurídicos, governo societário e *compliance*).

Carlos Gomes da Silva é licenciado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e obteve o seu MBA na ESADE/IEP (Barcelona).



Miguel Athayde Marques

Miguel Athayde Marques é natural de Lisboa, Portugal, e tem 61 anos. É membro independente do Conselho de Administração da Galp desde novembro de 2012 e vice-presidente desde outubro de 2016.

É também Vice-Reitor da Universidade Católica Portuguesa, e Professor na Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais, Católica Lisbon School of Business & Economics, sendo responsável pelas áreas de *Corporate Governance* e *International Business*. É administrador não executivo independente da Brisa, Concessão Rodoviária, S.A. desde dezembro de 2010 e presidente do Conselho Fiscal do Caixa Banco de Investimento, S.A., desde janeiro de 2012.

Antes de ingressar na Galp, foi presidente do Conselho de Administração da Euronext Lisbon, S.A. e da Interbolsa, S.A. e administrador executivo da Euronext, N.V. (Amesterdão), entre janeiro de 2005 e junho de 2010. Foi, igualmente, neste período, administrador não executivo da Euronext Amsterdam, Euronext Brussels e Euronext Paris. Entre abril de 2007 e junho de 2010, foi membro do Management Committee da Bolsa de Nova Iorque. Foi ainda administrador executivo da Caixa Geral de Depósitos (de 2000 a 2004) e da Jerónimo Martins (de 1996 a 2000). Antes havia sido Presidente do Conselho de Administração da AICEP.

Miguel Athayde Marques é licenciado, com distinção, em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa e doutorado em Gestão de Empresas pela School of Financial Studies, da Universidade de Glasgow.



Filipe Crisóstomo Silva

Filipe Crisóstomo Silva é natural de Lisboa, Portugal, e tem 52 anos. É membro do Conselho de Administração, da Comissão Executiva e responsável pela área financeira (CFO) da Galp desde julho de 2012.

Antes de ingressar na Galp, foi responsável, desde 1999, pelas áreas de *investment banking* do Deutsche Bank em Portugal, acumulando desde 2008 as funções de presidente da direção (Chief Country Officer) do Deutsche Bank em Portugal.

Filipe Crisóstomo Silva é licenciado em Economia e Gestão Financeira e possui mestrado em Gestão Financeira, ambas pela Catholic University of America, Washington D.C.



Thore E. Kristiansen

Thore E. Kristiansen é natural de Stavanger, Noruega, e tem 55 anos. É membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Galp desde outubro de 2014, sendo responsável pela unidade de negócio de E&P da Galp.

Foi vice-presidente sénior da Statoil para a América do Sul e presidente da Statoil Brazil, desde janeiro de 2013 até ingressar na Galp. Durante a sua carreira profissional de mais de 25 anos na Statoil, teve responsabilidades nas áreas de distribuição de produtos petrolíferos, trading e negociação comercial na Noruega, em Inglaterra, na Dinamarca e na Alemanha; na área de exploração e produção, com especial enfoque na Noruega e nos países da África subsariana, da América do Sul; e ainda funções corporativas, designadamente nas áreas financeira e de M&A como Investor Relations Officer. Foi ainda presidente da Statoil Alemanha e da Statoil Venezuela.

Thore E. Kristiansen é licenciado em Gestão pela Norwegian School of Management e possui grau de mestre em Engenharia de Petróleo pela Stavanger University da Noruega.



Sérgio Gabrielli de Azevedo

Sérgio Gabrielli de Azevedo é natural de Salvador, Brasil, e tem 67 anos. É membro independente do Conselho de Administração da Galp desde julho de 2012.

Foi secretário do planeamento do Governo do Estado da Bahia entre março de 2012 e dezembro 2014 e foi membro não executivo do Conselho de Administração do Itausa S.A. até março 2015. Antes de ingressar na Galp, foi membro do Conselho de Administração e presidente executivo da Petrobras entre julho de 2005 e fevereiro de 2012. Foi também administrador financeiro e de relações com investidores da Petrobras entre 2003 e 2005.

Foi ainda membro dos Conselhos de Administração da Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia e da CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional.

Sérgio Gabrielli de Azevedo é licenciado e mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia e doutorado em Economia pela Boston University. Foi investigador visitante na London School of Economics and Political Science, em 2000.



Abdul Magid Osman

Abdul Magid Osman é natural de Maputo, Moçambique, e tem 72 anos. É membro independente do Conselho de Administração da Galp desde julho de 2012.

É também fundador e presidente da Fundação do BIOFUND – Proteção da Biodiversidade desde 2011, presidente do Conselho de Administração de Épsilon Investimento desde 2007 e presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva de Tchuma Cooperativa de Crédito e de Poupança.

Antes de ingressar na Galp, foi ministro das Finanças, entre 1986 a 1991, e ministro dos Recursos Minerais de Moçambique, entre 1979 e 1983. Foi administrador não executivo do Mercantil Bank, em África do Sul, de 2002 a 2007 e ainda presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do BCI – Banco Comercial de Investimentos.

Foi diretor da Divisão de *Management, Development e Governance* no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tendo dirigido o programa com projetos em mais de 60 países.

Abdul Magid Osman é licenciado em Ciências Económicas e Financeiras pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa.



Marta Amorim

Marta Amorim é natural do Porto, Portugal, e tem 45 anos. É membro do Conselho de Administração da Galp desde outubro de 2016.

É atualmente vice-presidente do grupo Américo Amorim e membro do Conselho de Administração da Amorim Energia, B.V.

Marta Amorim é licenciada em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa e possui experiência de vários anos no sector bancário, designadamente no Banco Nacional de Crédito (atual Banco Popular).



Raquel Vunge

Raquel Vunge é natural de Luanda, Angola, e tem 49 anos. É membro do Conselho de Administração da Galp desde outubro de 2014.

É também vogal do Conselho de Administração do Banco Comercial Português e do Caixa Angola. Nos últimos anos foi membro do Conselho de Administração e CFO da Sonangol EP, tendo exercido outras funções na Sonagol EP desde 1997, como diretora de Finanças entre 2010 e 2012, chefe de departamento da Tesouraria Central de 2001 a 2010 e analista de contas do Departamento de Contabilidade e Finanças até 2001.

Raquel Vunge é licenciada em Gestão pelo Instituto Superior de Gestão de Lisboa.



Carlos Costa Pina

Carlos Costa Pina é natural de Lisboa, Portugal, e tem 46 anos. É membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Galp desde abril de 2012, sendo responsável por serviços corporativos e pela unidade de negócio de Novas Energias.

Anteriormente, exerceu funções em empresas de Tecnologia, *Media* e Telecomunicações, imobiliário e serviços do grupo Ongoing (Portugal e Brasil). Foi secretário de Estado do Tesouro e Finanças do XVII e XVIII Governos Constitucionais portugueses (2005-2011), tendo assumido por inerência funções em diversas instituições financeiras internacionais. Foi ainda administrador da CMVM (2000-2005), membro do Conselho Consultivo do Instituto de Seguros de Portugal (2001-2005) e advogado com prática legal designadamente na área de exploração e produção de petróleo (1994-1998). Exerceu ainda funções docentes na Faculdade de Direito de Lisboa, onde prepara o seu doutoramento.

Autor de diversos trabalhos publicados, Carlos Costa Pina é licenciado em Direito e mestre em Ciências Jurídico-Empresariais pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.



Francisco Rêgo

Francisco Rêgo é natural do Porto, Portugal, e tem 44 anos. É membro do Conselho de Administração da Galp desde abril de 2015.

É, desde 2004, administrador da Amorim Energia, B.V., da Amorim Holding II e de outras empresas do grupo Américo Amorim. Entre 2002 e 2004, integrou o Departamento Comercial da SODESA, S.A., empresa de comercialização de energia elétrica. De 1997 a 2002, integrou a ECOCICLO, empresa de engenharia, auditoria e consultoria energéticas.

Francisco Rêgo é licenciado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e concluiu Pós-Graduação Avançada em Métodos Quantitativos de Gestão na Escola de Gestão do Porto da Universidade do Porto.



Jorge Seabra de Freitas

Jorge Seabra de Freitas é natural do Porto, Portugal, e tem 57 anos. É membro do Conselho de Administração da Galp desde novembro de 2012.

É também administrador da Amorim Holding II desde agosto de 2011 e administrador do Grupo Arcotêxteis, S.A. desde março de 2009. Antes de ingressar na Galp, foi presidente do Conselho de Administração da Coelima Indústrias Têxteis, S.A., entre janeiro de 1992 e maio de 2011.

Jorge Seabra Freitas é licenciado em Economia, pela Faculdade de Economia do Porto, e graduado no International Executive Programme e em Competitive Strategy, ambos pelo INSEAD.



José Carlos da Silva Costa

José Carlos da Silva Costa é natural do Porto, Portugal, e tem 54 anos. É membro do Conselho de Administração da Galp desde novembro de 2012 e membro da Comissão Executiva desde dezembro de 2012, sendo enquanto CCO, responsável pelos serviços corporativos de Engenharia, Gestão de Projectos e *Procurement*.

Com mais de duas décadas de experiência em *Procurement*, *Supply Chain* e *Project Management*, é Chief Operating Officer (COO) da área de Refinação e Trading Oil, após várias posições de liderança na Empresa, nomeadamente como CCO no período 2012-2014, enquanto membro da Comissão Executiva. Da sua experiência profissional também constam as áreas da indústria automóvel e o turismo.

José Carlos da Silva Costa é formado em Engenharia Química pelo Instituto Superior de Engenharia do Porto, e possui formação especializada nas áreas da Gestão da Qualidade, Sistemas de Informação e Inovação.



Pedro Ricardo

Pedro Ricardo é natural de Lisboa, Portugal, e tem 52 anos. É membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Galp desde abril de 2015, sendo responsável pela unidade de negócio Gas & Power.

Integrou a Transgás, sociedade que introduziu o gás natural em Portugal, em 1994, onde foi responsável pelo Aproveitamento e Vendas de gás natural. Em 1998, foi nomeado administrador executivo da Transgás, responsável pelas áreas de abastecimento, engenharia e operação e manutenção. Entre 2002 e 2005, foi administrador executivo da GDP Distribuição, a *subholding* do grupo Galp do segmento de distribuição de gás, e administrador executivo de algumas das distribuidoras de gás natural.

Pedro Ricardo licenciou-se em Engenharia Química no Instituto Superior Técnico em Lisboa e detém um MBA da Universidade Nova de Lisboa.



Tiago Câmara Pestana

Tiago Câmara Pestana é natural do Porto, Portugal, e tem 52 anos. É membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Galp desde abril de 2015, sendo responsável pela Distribuição Oil Ibérica e Internacional.

Antes de ingressar na Galp exerceu a sua atividade sobretudo na área da distribuição alimentar. De 1999 a 2014 foi CEO da Dia Portugal Supermercados. Antes, foi administrador executivo das Lojas de Conveniência Extra, administrador executivo da rede de hipermercados Jumbo Portugal e Espanha, administrador executivo do grupo Pão de Açúcar, Portugal, onde foi responsável pela gestão da cadeia Minipreço, entre 1998 e 1999.

Tiago Câmara Pestana é licenciado em Engenharia Aeronáutica pela Universidade de Salford (Manchester, Reino Unido) e mestre em Ciências Administrativas e Industriais pela City University (Londres, Reino Unido).



Rui Paulo Gonçalves

Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves é natural do Porto, Portugal, e tem 49 anos. É membro do Conselho de Administração da Galp desde maio de 2008.

É também administrador e diretor-geral da Amorim – Investimentos Energéticos, SGPS, S.A. desde dezembro de 2007. É presidente da mesa da Assembleia Geral da Amorim Holding II, SGPS, S.A. Antes de ingressar na Galp, exerceu advocacia no Porto e foi professor convidado do Instituto Português de Administração e Marketing no curso de licenciatura e em vários cursos de pós-graduação entre 2004 e 2007. Foi consultor jurídico do grupo Unicer entre 2002 e 2007 e, concomitantemente, diretor-adjunto do Gabinete Jurídico do mesmo grupo. Foi ainda presidente da mesa da Assembleia Geral do Banco BIC Português, S.A. entre 2008 e 2012.

Rui Paulo Gonçalves é pós-graduado em Gestão para Licenciados em Direito pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica e licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da mesma universidade.



Luís Todo Bom

Luís Manuel Pego Todo Bom é natural de Luanda, Angola, e tem 68 anos. É membro independente do Conselho de Administração da Galp desde novembro de 2012.

É também presidente não executivo da Multitel Angola, administrador não executivo da Onyria Internacional (grupo Onyria), da Scutvias e da AutoEstradas XXI (grupo Globalvia) e professor associado convidado do ISCTE.

Antes de ingressar na Galp, foi administrador não executivo do Taguspark entre 2010 e 2012, administrador não executivo da Chamartín Imobiliária, SGPS, S.A. entre 2007 e 2009, administrador não executivo da Companhia de Seguros Sagres, S.A. entre 2003 e 2009 e administrador não executivo da Amorim Imobiliária, SGPS, S.A. entre 2002 e 2007. Foi presidente da direção da AITECOEIRAS, entre 2008 e 2012, e membro do Conselho de Estratégia do grupo MRG, entre 2009 e 2012. Foi inspetor-geral e presidente do Conselho Consultivo do grupo Portugal Telecom e ainda administrador não executivo da Inotec Angola – Ambiente, Energia e Comunicações, S.A.

Luís Todo Bom é licenciado em Engenharia Químico-Industrial pelo Instituto Superior Técnico e mestre em Gestão de Empresas (MBA) pela Universidade Nova de Lisboa/Wharton School of Pennsylvania. Frequentou o Stanford Executive Program e o Executive Program on Strategy and Organization pela Universidade de Stanford. Frequentou o DBA – Doctor of Business Administration Program, na Universidade de Cranfield e no ISCTE.



Diogo Tavares

Diogo Rodrigues Tavares é natural do Montijo, Portugal, e tem 71 anos. É membro do Conselho de Administração da Galp desde abril de 2012.

Antes de ingressar na Galp foi assessor do presidente da Amorim Holding II, SGPS, S.A. entre 2006 e 2011, e administrador da mesma sociedade entre 2011 e 2013, bem como administrador não executivo na Galp Energia, S.A. entre 2006 e 2008. Foi presidente da UNIRISCO, a primeira capital de risco em Portugal e, entre outros cargos, foi vice-presidente do IAPMEI, vice-presidente do Instituto de Turismo de Portugal, administrador do IFADAP, administrador da IPE-CAPITAL, vice-presidente do ICEP e presidente da Urbimeta, S.A. Sociedade Imobiliária.

Diogo Tavares é licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico e graduado pelo Programa de Alta Direção de Empresa (IAESE/Harvard Business School).



Joaquim Borges Gouveia

Joaquim Borges Gouveia é natural do Porto, Portugal, e tem 66 anos. É membro independente do Conselho de Administração da Galp desde maio de 2008.

É professor catedrático do departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro desde 2001, sendo também diretor e coordenador em diversas áreas na Universidade de Aveiro. Foi coordenador da unidade de investigação GOVCOPP (Governança, Competitividade e Políticas Públicas), unidade de investigação do Instituto de Investigação da Universidade de Aveiro, entre 2009 e 2011, e diretor do mestrado em Sistemas Energéticos Sustentáveis, entre 2007 e 2011. Foi presidente da direção da RNAE – Associação Rede Nacional das Agências de Energia e Ambiente.

Joaquim Borges Gouveia é licenciado em Engenharia Eletrotécnica pela Faculdade de Engenharia do Porto, em 1973, doutorado em Engenharia Eletrotécnica e dos Computadores também pela Faculdade de Engenharia do Porto, em 1983. É agregado na área de Engenharia Eletrotécnica e dos Computadores, pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Conselho Fiscal



Daniel Bessa

Daniel Bessa é natural do Porto, Portugal, e tem 68 anos. É presidente do Conselho Fiscal da Galp desde 5 de outubro de 2006.

Foi presidente da direção da Escola de Gestão do Porto entre 2000 e 2009. Exerceu atividades de ensino (na Faculdade de Economia e na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e na Porto Business School), de gestão de unidades de ensino (na Faculdade de Economia e na Reitoria da Universidade do Porto e na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo). Foi administrador do Finibanco e do Finibanco Holding, administrador não executivo da CELBI – Celulose Beira Industrial, da Efacec Capital e da INPARSA – Indústrias e Participações, membro do Conselho Geral e de Supervisão do BCP – Banco Comercial Português, S.A., presidente do Conselho Fiscal da SPGM e colaborador externo do grupo Sonae. Foi diretor-geral da COTEC Portugal, Associação Empresarial para a Inovação de junho de 2009 a fevereiro de 2016. Foi ainda administrador da AICEP e presidente do Conselho Consultivo do IGFCSS – Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social.

Daniel Bessa é licenciado em Economia pela Universidade do Porto e doutorado em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa.



Gracinda Raposo

Gracinda Raposo é natural de Arraiolos, Portugal, e tem 63 anos. É vogal do Conselho Fiscal da Galp desde 30 de maio de 2011.

É administradora da ECS Capital – Sociedade Gestora de Fundos de Private Equity e Distress Funds. Entre 2007 e 2009, foi assessora do Conselho de Administração do grupo Santander. Desempenhou ainda funções de administradora na Caixa Geral de Depósitos, entre 2004 e 2006, de administradora não executiva da Caixa BI, entre outras funções. Foi ainda membro do Conselho Fiscal do Banco BIC Portugal até 2013.

É licenciada em Gestão pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e mestre em Gestão Operacional pela University of Georgetown, Minneapolis, EUA.



Pedro Antunes de Almeida

Pedro Antunes de Almeida é natural de Lisboa, Portugal, e tem 67 anos. É vogal efetivo do Conselho Fiscal da Galp desde 23 de novembro de 2012.

Foi consultor para os assuntos económicos e empresariais do Presidente da República de Portugal de 2006 a 2015.

Consultor independente de empresas no âmbito da atividade turística, foi presidente do Conselho de Administração do ICEP, presidente da Comissão Executiva da ENATUR – Pousadas de Portugal, secretário de Estado do Turismo (XV Governo) e embaixador de Portugal junto da Organização Mundial de Turismo. Entre 2011 e 2012, foi secretário da mesa da Assembleia Geral da Galp.

Pedro Antunes de Almeida é licenciado em Economia e Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa, com pós-graduação em Estudos Económicos Europeus, pela Universidade Católica Portuguesa, e possui o curso de Relações Públicas, Marketing e Publicidade, pela Escola Superior de Meios de Comunicação Social de Lisboa, e o curso de Auditores da Defesa Nacional, pelo Instituto de Defesa Nacional.

Amável Calhau

Amável Alberto Freixo Calhau é natural de Setúbal, Portugal, e tem 70 anos. É vogal suplente do Conselho Fiscal da Galp desde 5 de outubro de 2006.

É ROC e sócio-gerente da Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas desde 1981. Foi contabilista e auditor numa sociedade de revisores de contas entre 1970 e 1979 e ROC a título individual em 1980.

Amável Alberto Freixo Calhau é perito contabilista pelo Instituto Militar dos Pupilos do Exército e ROC a título individual.

8.9.

Cargos exercidos noutras empresas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização a 31 de dezembro de 2016

No grupo Galp*

| | Membros executivos | | | | | | |
|---|-----------------------|--------------|-------------------|--------------|----------------------|---------------|-------------------|
| | Carlos Gomes da Silva | Filipe Silva | Thore Kristiansen | Carlos Silva | Tiago Câmara Pestana | Pedro Ricardo | Carlos Costa Pina |
| CLC - Companhia Logística de Combustíveis, S.A. | | | | PCA | | | |
| Enerfuel, S.A. | | | | | | | PCA |
| Europe Maghreb Pipeline, Ltd | | | | | | A | |
| Galp Alentejo E&P, S.A. | | A | PCA | | | | |
| Galp Bioenergy B.V. | A | A | | | | | A |
| Galp E&P Brazil B.V. | A | A | A | | | | |
| Galp East Africa B.V. | | A | A | | | | |
| Galp Energia Brasil, S.A. | PCA | A | A | A | | | A |
| Galp Energia E&P B.V. | A | A | A | A | A | A | A |
| Galp Energia España, SAU | PCA | | | A | A | A | |
| Galp Energia Overseas B.V. | A | A | A | | | | |
| Galp Energia Overseas Block 14 B.V. | | A | A | | | | |
| Galp Energia Overseas Block 32 B.V. | | A | A | | | | |
| Galp Energia Overseas Block 33 B.V. | | A | A | | | | |
| Galp Energia Overseas LNG, B.V. | | A | | | | A | |
| Galp Energia Portugal Holdings B.V. | A | A | A | | | | |
| Galp Energia Rovuma B.V. | A | A | A | | | | |
| Galp Energia São Tomé e Príncipe, Limitada | | G | G | | | | |
| Galp Energia, S.A. | PCA | A | A | A | A | A | A |
| Galp Exploração e Produção (Timor-Leste), S.A. | PCA | A | A | A | A | A | A |
| Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A. | PCA | A | A | A | A | A | A |
| Galp Gambia, Limited | | | | | A | | |
| Galp Gas & Power, SGPS, S.A. | PCA | A | A | A | A | A | A |
| Galp Gás Natural, S.A. | | | | | | PCA | |
| Galp Gás Natural Distribuição, S.A. | | | | | | PCA | |
| Galp Marketing International, S.A. | | | | | PCA | | |
| Galp Power, S.A. | | | | | | PCA | |
| Galp Sinopec Brazil Services B.V. | A | A | A | A | | A | |
| Galp Swaziland, Limited | | | | | A | | |
| GALPEK, LDA. | | | | PCG | | | |
| Gasoducto Al-Andalus, S.A. | | | | | | A | |
| Gasoducto de Extremadura, S.A. | | | | | | A | |
| GDP - Gás de Portugal, S.A. | | | | | | PCA | |
| MIBGÁs, S.A. | | | | | | A | |
| Metragaz - Societé pour la Construction de L'Exploitation Technique du Gazoduc Maghreb Europe | | | | | | A | |
| Moçamgalp - Agroenergias de Moçambique, S.A. | | | | | | | PCA |
| Petrogal Angola, Lda. | | | | | PCG | | |
| Petrogal Brasil B.V. | | A | A | | | | |
| Petrogal Brasil, S.A. | PCA | A | A | A | | A | |
| Petrogal Guiné-Bissau, Lda. | | | | | PCG | | |
| Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. | PCA | A | A | A | A | A | A |
| Tagus-RE, S.A. | | | | | | | PCA |
| Windhoek PEL 23 B.V. | | A | A | | | | |
| Windhoek PEL 24 B.V. | | A | A | | | | |
| Windhoek PEL 28 B.V. | | A | A | | | | |

PCA - Presidente do Conselho de Administração A - Administrador PCG - Presidente Conselho de Gerência G - Gerente

* Para este efeito, consideram-se incluídas no grupo Galp todas as empresas participadas direta ou indiretamente pela Galp.

Os membros não executivos do Conselho de Administração não exercem funções em outras empresas pertencentes ao grupo Galp.

Fora do grupo Galp*

Paula Amorim

No grupo Américo Amorim

Presidente do Conselho de Administração da Amorim Holding II, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Amorim Projetos, SGPS, S.A.

Vice-Presidente do Conselho de Administração da Amorim Negócios, SGPS, S.A.

Vice-Presidente do Conselho de Administração da Amorim Investimentos Energéticos, SGPS, S.A.

Vice-Presidente do Conselho de administração da Imoeuro, SGPS, S.A.

Vice-Presidente do Conselho de Administração da Gaivina – Empreendimentos Turísticos e Imobiliários, S.A.

Vice-Presidente do Conselho de Administração da Portal do Sol – Sociedade Imobiliária Amorim, S.A.

Diretora B da Amorim Energia, BV

Diretora B da Power, Oil & Gas Investments, B.V.

Diretora B da Investmark Holdings, BV

Diretora da Amorim Holding Financeira Blocker I, Inc.

Diretora da Amorim/TFI, Inc. Administradora da Tom Ford International, LLC

Vogal do Conselho de Administração da Stockprice, SGPS, S.A.

Vogal do Conselho de Administração do Alqueva Verde, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da Amorim e Alegre - Sociedade Imobiliária, S.A.

Gerente da Sociedade Agro-florestal do Panasquinho, Lda.

Vogal do Conselho de Administração da Warranties, SGPS, SA

Vogal do Conselho de Administração da Great Prime, SA

No Grupo Amorim

Presidente do Conselho de Administração da Amorim-Investimentos e Participações, SGPS, S.A.

No Grupo Amorim Luxury

Administradora Única da Amorim Luxury – SGPS, S.A.

Administradora Única da Amorim Fashion, SA

Presidente do Conselho de Administração da Amorim Guedes de Sousa, SA

Gerente da Amorim Five, Lda.

Outros

Presidente do Conselho de Administração da Fundação Galp

Carlos Gomes da Silva

Presidente da Direção do ISPG – Instituto de Petróleo e Gás, Associação para a Investigação e Formação Avançada

Vogal da Direção da AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado

Membro do Conselho Geral da COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação

Presidente do Conselho Fiscal no Fórum para a Competitividade

Vogal do Conselho de Administração da Fundação Galp

Vice-presidente da EPIS – Associação de Empresários pela Inclusão

Miguel Athayde Marques

Vice-Reitor da Universidade Católica Portuguesa

Professor da Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais

Administrador não executivo independente da Brisa, Concessão Rodoviária, S.A.

Presidente do Conselho Fiscal do Caixa Banco de Investimento, S.A.

Fundador e Coordenador do Portugal Economy Probe

Presidente da Associação de Antigos Alunos de Gestão e Economia da Universidade Católica Portuguesa

Membro do Conselho Científico-Pedagógico do Instituto Superior de Gestão Bancária (Associação Portuguesa de Bancos)

Membro do Conselho Consultivo da Associação Aprender a Empreender (Junior Achievement Young Enterprise Portugal)

Membro do Conselho Consultivo do GRACE – Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial

* Para este efeito, consideram-se incluídas no grupo Galp todas as empresas participadas direta ou indiretamente pela Galp.

Filipe Crisóstomo Silva

Vogal da Direção do ISPG – Instituto de Petróleo e Gás, Associação para a Investigação e Formação Avançada

Vogal do Conselho de Administração da Fundação Galp

Abdul Magid Osman

Presidente da Fundação do BIOFUND – Proteção da Biodiversidade

Presidente do Conselho de Administração de Épsilon Investimentos, S.A.

Presidente de Conselho de Administração do Banco Único

Presidente da mesa da Assembleia Geral da FDC – Fundação de Desenvolvimento Comunitário

Marta Amorim

No grupo Américo Amorim

Membro do Conselho de Administração da Amorim Energia, B.V.

Vice-presidente do Conselho de Administração da Amorim Holding II, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Amorim Holding Financeira, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Solfim, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Amorim Financial, SGPS, S.A.

Administradora da Amorim Projectos, SGPS, S.A.

Vice-presidente do Conselho de Administração da I.I. – Investimentos Ibéricos, SGPS, S.A.

Administradora da Amorim Investimentos Energéticos, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Gevisar, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Financimgest – Sociedade de Consultoria de Gestão de Créditos, S.A.

Administradora da Sotomar – Empreendimentos Industriais e Imobiliários, S.A.

Administradora da Lusares – Sociedade Imobiliária, S.A.

Administradora da Portal do Sol – Sociedade Imobiliária Amorim, S.A.

Administradora da Warranties, SGPS, S.A.

Administradora da Great Prime, S.A.

Administradora da AGS – Moçambique, S.A.

Administradora da Agromoz – Agribusiness de Moçambique, S.A.

Administradora da Angola Real Estate Investments, BV

Administradora da Topbreach Holding, BV

Administradora da Amorim Financial Sector, BV

Administradora da Amorim Aliança, BV

Administradora da Amorim Energia, BV

Administradora da Power Oil & Gas Investments, BV

Administradora da Ligardis Holding, BV

Administradora da Itacaré, BV

Administradora da Paria do Forte, BV

Administradora da Oil Investments, BV

Administradora da Investmark Holdings, BV

Administradora da Amorim Investments II, SA

Administradora da Amorim Investments V, SA

Administradora da AHFB, Inc

Administradora da Amorim/TFI, Inc.

Conselheira suplente do Banco Luso-Brasileiro, S.A.

Administradora da A.P.I. – Amorim Participações Internacionais, SGPS, S.A.

Administradora da Paisagem do Alqueva, S.A.

Administradora da S.S.A. – Sociedade de Serviços Agrícolas, S.A.

Administradora da IMOBIS – Empreendimentos Imobiliários Amorim, S.A.

Administradora da Mosteiro de Grijó – Empreendimentos Turísticos, S.A.

Raquel Vunge

Administradora no Banco Comercial Português e no Caixa Angola

Carlos Costa Pina

Presidente do Conselho Científico e Tecnológico do ISPG – Instituto de Petróleo e Gás, Associação para a Investigação e Formação Avançada

Vice-presidente da Direção do BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável

Vogal da Direção da AIPQR – Associação das Indústrias da Petroquímica, Química e Refinação

Membro do Conselho de Administração da Fundação Portugal – África

Membro do Conselho Geral do IPCG – Instituto Português de *Corporate Governance*

Membro do Conselho Geral do EGP Porto Business School

Administrador do EPRA – European Petroleum Industry Association (FuelsEurope e Concawe)

Membro do Conselho de Fundadores da Fundação de Casa da Música

Presidente da mesa da Assembleia Geral da APEEN – Associação Portuguesa para a Economia da Energia

Membro do Conselho Fiscal do IDEFF – Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal

Presidente do Conselho de Revisor de Contas da Fundação Res Publica

Membro do Conselho Consultivo da APDC – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações.

Francisco Rêgo

No grupo Américo Amorim

Vice-presidente do Conselho de Administração da Amorim Holding II – SGPS, S.A.

Vice-presidente do Conselho de Administração da Amorim Holding Financeira, SGPS, S.A.

Vice-presidente da Solfim, SGPS, S.A.

Administrador da Amorim Financial, SGPS, S.A.

Administrador da Amorim Negócios – SGPS, S.A.

Administrador da Amorim Projectos SGPS, S.A.

Administrador da Amorim Investimentos Energéticos, SGPS, S.A.

Administrador da Gevisar – SGPS, S.A.

Administrador da Financimgest – Sociedade de Consultoria e Gestão de Créditos, S.A.

Administrador da Imoeuro, SGPS, S.A.

Administrador da Gaivina, Empreendimentos Turísticos e Imobiliários, S.A.

Administrador da Portal do Sol – Sociedade Imobiliárias Amorim, S.A.

Administrador da Vintage Prime – SGPS, S.A.

Administrador da Angola Real Estate Investments, B.V.

Administrador da Topbreach Holding, B.V.

Administrador da Amorim Financial Sector, B.V.

Administrador da Amorim Aliança, B.V.

Administrador da Amorim Energia, B.V.

Administrador da Ligardis Holding, B.V.

Administrador da Itacaré, B.V.

Administrador da Praia do Forte, B.V.

Administrador da Oil Investments, B.V.

Administrador da Amorim Investments II, S.A.

Administrador da Amorim Investments V, S.A.

Administrador da AHFB I, INC

Administrador da Amorim/TFI, INC

Administrador Suplente do Banco Luso-Brasileiro, S.A.

Outros:

Presidente do Conselho de Administração da Moreira, Gomes & Costas, S.A.

Administrador da Época Global, SGPS, S.A.

Administrador da Actual, SGPS, S.A.

Administrador da Cardan Grande Porto, S.A.

Gerente da AVS – Agência de Viagens Sandinense, Lda.

Jorge Seabra de Freitas

No grupo Américo Amorim

Administrador da Amorim Energia, B.V.

Vogal do Conselho de Administração da Amorim Holding II, SGPS, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da Solfim, SGPS, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da Amorim Financial, SGPS, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da Amorim Holding Financeira, SGPS, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da Amorim Negócios, SGPS, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da Amorim Projetos, SGPS, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da II – Investimentos Ibéricos, SGPS, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da Financimgest – Sociedade de Consultoria de Gestão de Créditos, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da AGS – Moçambique, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Agromoz – Agribusiness de Moçambique, S.A.

Administrador da Angola Real Estate Investments B.V.

Administrador da Topbreach Holding B.V.

Administrador da Amorim Financial Sector B.V.

Administrador da Amorim Aliança B.V.

Administrador da Power Oil & Gas Investments B.V.

Administrador da Ligardis Holding B.V.

Administrador da Itacaré, B.V.

Administrador da Praia do Forte B.V.

Administrador da Oil Investments B.V.

Administrador da Amorim Investments II, S.A.

Administrador da Amorim Investments V, S.A.

Administrador da AHFB I, INC.

Administrador da Amorim/TFI, INC.

Vogal do Conselho de Administração da Sotomar – Empreendimentos Industriais e Imobiliários, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da Portal do Sol – Sociedade Imobiliária Amorim, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da Lusares – Sociedade Imobiliária, S.A.

Outros:

Conselheiro do Banco Luso-Brasileiro, S.A.

Vogal do Conselho de Administração do Banco Único, S.A.

José Carlos da Silva Costa

Vogal do Conselho Científico e Tecnológico do ISPG – Instituto de Petróleo e Gás, Associação para a Investigação e Formação Avançada

Pedro Ricardo

Vogal do Conselho Científico e Tecnológico do ISPG – Instituto de Petróleo e Gás, Associação para a Investigação e Formação Avançada

Presidente da Direção da AGN – Associação Portuguesa de Empresas de Gás Natural

Tiago Câmara Pestana

Vogal do Conselho Científico e Tecnológico do ISPG – Instituto de Petróleo e Gás, Associação para a Investigação e Formação Avançada

Presidente da Direção da APETRO – Associação Portuguesa de Empresas Petrolíferas

Rui Paulo Gonçalves

No grupo Américo Amorim

Administrador e diretor-geral da Amorim Investimentos Energéticos, SGPS, S.A.

Administrador da Amorim Energia, B.V.

Presidente da mesa da Assembleia Geral da Amorim Holding II, SGPS, S.A.

Outros

Vice-presidente da mesa da Assembleia Geral do Banco Único, S.A.

Luís Todo Bom

Sócio-gerente da Terfran – Investimentos e Serviços, Lda.

Sócio-gerente da Angopartners Investments Consulting, Lda.

Presidente não executivo do Conselho de Administração da Multitel Angola – Serviços de Telecomunicações, Lda.

Administrador não executivo da Onyria Internacional, S.A. (grupo Onyria)

Administrador não executivo da Scutvias – Autoestradas da Beira Interior, S.A. e Auto-Estradas XXI, SA (grupo Globalvia)

Professor associado convidado do ISCTE

Joaquim Borges Gouveia

Professor catedrático aposentado do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro

Presidente da Direção da APM – Associação Portuguesa de Management

Presidente da Assembleia Geral da RNAE – Rede Nacional das Agências de Energia e Ambiente

Presidente do Conselho de Administração da ENERGAIA, Agência Municipal de Energia de Vila Nova de Gaia

Vogal do Conselho de Administração da ABAP/BIOCANT

Conselho Fiscal

Daniel Bessa

Presidente do Conselho Fiscal da Fundação Galp

Presidente do Conselho Fiscal da Sonae, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho Fiscal da Bial – Portela e Companhia, S.A.

Administrador não executivo da Amorim Turismo, SGPS, S.A.

Administrador não executivo da AEGI – Amorim Entertainment e Gaming International, SGPS, S.A.

Administrador não executivo da Sociedade Figueira Praia, S.A.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Nanium, S.A.

Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Fundação Bial

Membro do Comité de Investimentos do PVCI – Portuguese Venture Capital Initiative (entidade participada pelo grupo BEI, através do FEI – Fundo Europeu de Investimentos)

Gracinda Raposo

Vogal do Conselho Fiscal da Fundação Galp

Administradora não executiva da Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.

Administradora da ECS-Capital – Sociedade Gestora de Fundos de Private Equity e Distress Funds

Pedro Antunes de Almeida

Vogal do Conselho Fiscal da Fundação Galp

Presidente do Conselho Fiscal da Fidelidade Seguros

Presidente não executivo do Conselho de Administração do Grupo NAU Hotels & Resorts

Amável Calhau

Membro suplente do Conselho Fiscal da Fundação Galp

8.10.

Biografias e cargos ocupados pelos membros da Comissão de Remunerações

Jorge Armindo de Carvalho Teixeira

Biografia

Jorge Armindo de Carvalho Teixeira é presidente do Conselho de Administração da Amorim Turismo, SGSP, S.A. e suas associadas e presidente da APC – Associação Portuguesa de Casinos.

Iniciou a sua carreira profissional em 1976 como assistente da Faculdade de Economia do Porto, lecionando Gestão de Empresas e Gestão Financeira Internacional até 1992.

Em 1982, ingressou no agora designado grupo Amorim, como diretor financeiro, tendo em 1987 sido nomeado vice-presidente do Grupo, cargo que exerceu até 2000. Em 1997, a convite do Governo, foi nomeado presidente da Portucel – Empresa de Celulose e Papel de Portugal, SGPS, S.A., tendo assumido também a presidência de todas as empresas participadas pela Portucel, SGPS, S.A. até à sua privatização.

Jorge Armindo de Carvalho Teixeira é licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Cargos ocupados a 31.12.2016

Membro do Conselho de Administração da Amorim – Entertainment e Gaming Internacional, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Amorim Turismo, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Administração da BLUE & GREEN – Serviços e Gestão, S.A.

Membro do Conselho de Administração da BLUE & GREEN II, S.A.

Membro do Conselho de Administração do CHT – Casino Hotel de Tróia, S.A.

Membro do Conselho de Administração da ELEVEN – Restauração e Catering, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Estoril Sol, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Fozpatrimónio, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Fundação do Alto da Lixa, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Goldtur – Hotéis e Turismo, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Grano Salis – Inv. Turísticos, Jogo e Lazer, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Grano Salis II – Investimentos Turísticos e de Lazer, S.A.

Membro do Conselho de Administração do Hotel Turismo, S.A.R.L.

Membro do Conselho de Administração da Iberpartners – Gestão e Reestruturação de Empresas, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Iberpartners Cafés, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Imofoz, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Mobis Hotéis de Moçambique, S.A.R.L.

Membro do Conselho de Administração da Notel – Empreendimentos Turísticos, S.A.R.L.

Membro do Conselho de Administração da Prifalésia – Construção e Gestão de Hotéis, S.A.

Membro do Conselho de Administração da SGGHM – Sociedade Geral de Hotéis de Moçambique, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Sociedade Figueira Praia, S.A.

Membro do Conselho de Administração da SPIGH – Sociedade Portuguesa de Investimentos e Gestão Hoteleira, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Troia Península Investimentos, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Turyleader, SGPS, S.A.

Membro da Direção Executiva da AHP – Associação da Hotelaria de Portugal

Membro da Direção Executiva da ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação

Vice-presidente do Conselho Diretivo da CTP – Confederação do Turismo Português

Presidente do Conselho Fiscal da APR – Associação Portuguesa de Resorts

Joaquim Alberto Hierro Lopes

Biografia

Joaquim Alberto Hierro Lopes é sócio e *managing partner* da sociedade GED Partners e, concomitantemente, membro do Conselho de Administração das Sociedades Gestoras dos Fundos GED Eastern Fund II, GED Iberian B, GED Sur (CEO) e do Conselho de Administração de várias empresas participadas pelos Fundos GED, nomeadamente, Estudio Pereda4 Ingenieria, Nuceri International, Iconsa Engineering, em Espanha e FASE – Estudos e Projetos Engenharia, S.A. e Serlima Services S.A., em Portugal.

Antes de ingressar na Galp, foi professor de Matemática Financeira e Contabilidade de Gestão no Instituto Superior de Administração e Gestão, foi administrador executivo da Norpedip/PME Capital – Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, presidente ou membro do Conselho de Administração de várias empresas, designadamente FiberSensing, Altitude Software, Payshop, Cabelte, Bluepharma, TV Tel Grande Porto, Fibroplac., tendo participado no lançamento e administração de diversos fundos de investimento. Entre 2007 e 2014, foi membro do Conselho Fiscal da Corticeira Amorim SGPS, S.A.

Joaquim Alberto Hierro Lopes completou o bacharelato em Contabilidade e Administração no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, licenciou-se em Matemáticas pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e é graduado com MBA pela Porto Business School. É mestre em Gestão de Empresas pela Universidade do Porto.

Cargos ocupados a 31.12.2016

Membro do Conselho de Administração do Fundo GED Iberian B

Membro do Conselho de Administração do Fundo GED Eastern Fund II

Presidente do Conselho de Administração do Fundo GED Sur.

Membro das Comissões de Investimento de todos os Fundos da GED

Presidente do Conselho de Direção do ISAG – Instituto Superior de Administração e Gestão

8.11.

Glossário e abreviaturas

Glossário

CO₂

Dióxido de carbono, gás incolor e mais pesado do que o ar, sendo um dos seus componentes naturais. É produzido por certos processos naturais, como o ciclo do carbono, e pela combustão completa do carbono contido nos combustíveis fósseis.

Cogeração

Tecnologia de geração de energia que permite a produção combinada de calor e de eletricidade. A vantagem da cogeração é a capacidade que tem de reaproveitar o calor produzido pela queima do combustível, para geração de energia térmica para a geração de eletricidade. Este processo permite que a mesma instalação satisfaça as necessidades de calor (água quente ou vapor) e de eletricidade, tanto de clientes industriais, como de aglomerações urbanas. Este sistema melhora a eficiência energética do processo de geração e reduz a utilização de combustível.

Complexidade

A complexidade de uma refinaria é a capacidade de esta processar petróleo bruto e outras matérias-primas e é medida através do índice de complexidade, calculado separadamente por diferentes organizações do sector, como os consultores para o sector da energia Solomon Associates e Nelson. O índice de complexidade de uma refinaria é calculado através da atribuição de um fator de complexidade a cada uma das unidades da refinaria, que se baseia sobretudo no nível de tecnologia utilizado na construção da unidade, tomando como referência uma instalação de destilação primária de petróleo bruto a que é atribuído um fator de complexidade de 1,0. O índice de complexidade de cada unidade é calculado através da multiplicação do fator de complexidade da unidade pela capacidade da unidade. A complexidade de uma refinaria é equivalente à média ponderada do índice de complexidade de cada uma das suas unidades, incluindo a unidade de destilação. Uma refinaria com um índice de complexidade de 10,0 é considerada 10 vezes mais complexa do que uma refinaria equipada apenas com destilação atmosférica de petróleo bruto, para a mesma quantidade de produto processado.

Condensados

Hidrocarbonetos que, armazenados nas respetivas jazidas, se encontram no estado gasoso, mas que à superfície se tornam líquidos em condições normais de pressão e temperatura. Trata-se, essencialmente, de pentano e de outros produtos mais pesados.

Conversão

Conjunto de vários tratamentos (catalíticos ou térmicos) cuja reação principal se efetua sobre as ligações de carbono, podendo esta ser mais ou menos profunda em função das condições impostas. Este processo está tipicamente associado à conversão do fuelóleo em frações mais leves (gasóleos, gasolinas e gases) e que são mais nobres do ponto de vista da sua utilização. Numa refinaria moderna, estes processos têm uma importância crescente.

Cracking

Transformação por rotura das moléculas de hidrocarbonetos de cadeias longas, com o objetivo de se obterem moléculas de cadeias mais curtas, aumentando, assim, a proporção dos produtos mais leves e voláteis. Distinguem-se o *cracking* térmico e o *cracking* catalítico. O *cracking* térmico é realizado apenas pela ação do calor e da pressão. O *cracking* catalítico utiliza catalisadores que permitem, a igual temperatura, a transformação mais profunda e mais seletiva de frações que podem ser mais pesadas.

Dated Brent

Preço de remessas de Brent conforme anunciado pelas agências de fixação de preços. É o preço de referência para a grande maioria dos petróleos brutos vendidos na Europa, em África e no Médio Oriente, e é uma das referências mais importantes para os preços do mercado spot. O *dated Brent* é o petróleo bruto leve do mar do Norte que, desde julho de 2006, incorpora as ramas Fortis e Oseberg. Este cabaz de crude tem uma densidade API média aproximada de 38,9°.

Densidade API

Densidade expressa em graus API, definida pelo American Petroleum Institute, pela seguinte fórmula:
 $API^{\circ} = (141,5/g) - 131,5$, em que g é a densidade do petróleo a 60 °F (15,6 °C). É utilizada internacionalmente para determinar a densidade do petróleo bruto. Quanto maior for a densidade API, mais leve será o petróleo bruto.

Destilação

Método de separação de substâncias (líquidas ou sólidas) por vaporização seguida de condensação. A destilação pode ser efetuada à pressão atmosférica ou no vácuo, consoante o produto final a obter. Deste processo, resultam os produtos destilados.

Destilação atmosférica

Destilação do petróleo bruto efetuada à pressão atmosférica, da qual resultam frações petrolíferas (gasolina leve, gasolina pesada, gasóleos e produtos pesados, por exemplo). Após tratamento adequado, estas frações são os componentes dos produtos acabados.

Emissões

Libertação de gases para a atmosfera. No contexto das alterações climáticas globais, os gases libertados incluem gases capazes de alterar o clima, os chamados GEE. Um exemplo típico de emissão é a libertação de CO₂ durante a queima de combustível.

Emissões diretas (A1)

Podem ser controladas diretamente pela Empresa e dizem respeito a emissões devido a consumos de combustível em instalações próprias: fornos, geradores de calor ou vapor, carros da organização.

Emissões indiretas (A2)

São consequência da atividade da empresa mas utilizam recursos de outra organização: utilização de eletricidade da rede, calor ou vapor, produzidos em instalações não-próprias.

Emissões indiretas (A3)

Emissões devidas a consumos de combustível em instalações não-próprias da empresa: carros alugados, aviões, incineração de resíduos, atividades logísticas, serviços.

Energia eólica

Energia cinética – isto é, gerada através do movimento – que se obtém da deslocação do ar, ou seja, do vento. Pode ser convertida em energia mecânica para o acionamento de bombas, de moinhos e de geradores de energia elétrica.

Energia renovável

Energia disponível a partir de processos de conversão energética permanentes e naturais e economicamente exploráveis nas condições atuais ou num futuro previsível.

Fuelóleo

Mistura de hidrocarbonetos destinada à produção de calor em instalações térmicas. Há vários tipos de fuelóleo, em função da viscosidade, a qual condiciona a utilização dos mesmos.

Gás de petróleo liquefeito

Hidrocarbonetos gasosos, nas condições normais de temperatura e de pressão, e líquidos, por elevação da pressão ou por redução da temperatura, cujo transporte e armazenamento são permitidos. Os mais comuns são o propano e o butano.

Gás natural

Mistura de hidrocarbonetos leves encontrada no subsolo, na qual o metano tem uma participação superior a 70% em volume. A composição do gás natural pode variar em função do campo em que é produzido e dos processos de produção, condicionamento, processamento e transporte.

Gás natural liquefeito

Gás natural que é passado para o estado líquido para facilitar o transporte. A liquefação é operada por redução da temperatura do gás, à pressão atmosférica, para valores inferiores a -160 °C. O volume do GNL é de aproximadamente 1/600 do volume do gás natural.

Gasóleo

Mistura de hidrocarbonetos líquidos destinada à alimentação dos motores de ignição por compressão (ciclo Diesel). O comportamento do gasóleo depende das temperaturas a que é utilizado.

Gasolina

Combustível para automóveis equipados com motores que utilizam o ciclo Otto. Deve satisfazer especificações precisas quanto às suas características físicas e químicas, das quais a mais importante é a resistência à autoinflamação.

Hydrocracking

Processo de *cracking* com a utilização de hidrogénio e sob a ação de catalisadores que permite converter frações petrolíferas com elevado ponto de ebulição e pouco valorizadas em frações leves e mais valorizadas. O hidrogénio permite trabalhar a temperaturas inferiores e com maior seletividade e, portanto, com melhores rendimentos. Os produtos da reação são compostos saturados, o que lhes confere características importantes de estabilidade.

ICE

A Intercontinental Exchange, Inc., ou ICE, é uma empresa norte-americana que opera mercados virtuais, nos quais se transacionam contratos de futuros e contratos OTC sobre energia e commodities, assim como outros produtos derivados financeiros.

Jet fuel

Combustível para motores a jato utilizados na aviação.

Lubrificantes

Produtos obtidos por mistura de um ou mais óleos-base e aditivos. Este processo obedece a formulações específicas, em função da utilização do lubrificante. A percentagem de aditivos nos óleos lubrificantes chega a atingir 40%. Os óleos lubrificantes têm três grandes utilizações: automóveis, indústria e marinha.

Margem de refinação *benchmark*

A margem de refinação *benchmark* é calculada com a seguinte ponderação: 45% margem *hydrocracking* + 42,5% margem *cracking* + 7% Óleos-base + 5,5% aromáticos.

Margem *hydrocracking* de Roterdão

Margem *hydrocracking* de Roterdão é composta pelo seguinte perfil: -100% *dated Brent*, +2,2% LPG FOB *Seagoing* (50% Butano+ 50% Propano), +19,1% EuroBob NWE FOB Bg, +8,7% Nafta NWE FOB Bg., +8,5% Jet NWE CIF, +45,1% ULSD 10 ppm NWE CIF e +9,0% LSFO 1% FOB Cg.; C&Q: 7,4%; Taxa de terminal: \$1/ton; Quebras oceânicas: 0,15% sobre o *Brent*; Frete 2015: WS Aframax (80 kts) Rota Sullom Voe/Roterdão – Raso \$6,95/ton. Rendimentos mássicos.

Margem *cracking* de Roterdão

Margem *cracking* de Roterdão é composta pelo seguinte perfil: -100% *dated Brent*, +2,3% LPG FOB *Seagoing* (50% Butano+ 50% Propano), +25,4% EuroBob NWE FOB Bg, +7,5% Nafta NWE FOB Bg., +8,5% Jet NWE CIF, +33,3% ULSD 10 ppm NWE CIF e +15,3% LSFO 1% FOB Cg.; C&Q: 7,7%; Taxa de terminal: \$1/ton; Quebras oceânicas: 0,15% sobre o *Brent*; Frete 2015: WS Aframax (80 kts) Rota Sullom Voe/Roterdão - Raso \$6,95/ton. Rendimentos mássicos.

Margem óleos-base de Roterdão

Margem óleos-base de Roterdão: -100% *Arabian Light*, +3,5% LPG FOB *Seagoing* (50% Butano+ 50% Propano), +13% Nafta NWE FOB Bg., +4,4% Jet NWE CIF, +34% ULSD 10 ppm NWE CIF, +4,5% VGO 1,6% NWE FOB cg, +14,0% Óleos-base FOB, +26% HSFO 3,5% NWE Bg.; Consumos: -6,8% LSFO 1% CIF NWE.; C&Q: 7,4%; Taxa de terminal: 1\$/ton; Quebras oceânicas: 0,15% sobre o *Arabian Light*; Frete 2015: WS Aframax (80 kts) Rota Sullom Voe/Roterdão - Raso \$6,95/ton. Rendimentos mássicos.

Margem aromáticos de Roterdão

Margem aromáticos de Roterdão: -60% EuroBob NWE FOB Bg, - 40,0% Nafta NWE FOB Bg., + 37% Nafta NWE FOB Bg., + 16,5% EuroBob NWE FOB Bg + 6,5% Benzeno Roterdão FOB Bg + 18,5% Tolueno Roterdão FOB Bg + 16,6% Paraxileno Roterdão FOB Bg + 4,9% Ortóxileno Roterdão FOB Bg.; Consumos: - 18% LSFO 1% CIF NEW. Rendimentos mássicos.

Mercado *spot*

Designação, relativa a mercadorias como o petróleo, utilizada para descrever o comércio internacional em cargas únicas de expedição de mercadorias, tais como o petróleo bruto, cujos preços acompanham de perto a respetiva procura e disponibilidade.

Nafta

Fração petrolífera que se situa entre os gases e o petróleo. É também uma matéria-prima da indústria petroquímica, cujo *cracking* fornece uma grande variedade de produtos. Pode ainda entrar na composição das gasolinas para motor (nafta leve) ou servir, no caso da nafta pesada, de matéria-prima para a produção de reformado.

Parque de armazenagem

Instalação utilizada por empresas de oleodutos principais e coletores, produtores de crude e operadores de terminais (exceto refinarias) para armazenamento de crude e de produtos petrolíferos.

Parque eólico

Conjunto de aerogeradores para produção de energia elétrica interligados num sistema de rede comum através de um sistema de transformadores, linhas de distribuição e, habitualmente, uma subestação. As funções de exploração, controlo e manutenção são normalmente centralizadas através de um sistema informático de monitorização, complementado por inspeção visual.

Produção *net entitlement*

Percentagem da produção detida sobre os direitos de exploração e produção de hidrocarbonetos de determinada concessão, após o efeito dos contratos de partilha de produção em Angola.

Produção *working interest*

Percentagem da produção detida sobre os direitos de exploração e produção de hidrocarbonetos de determinada concessão, antes do efeito dos contratos de partilha de produção.

Recursos contingentes

Quantidades de petróleo estimadas, numa determinada data, como sendo potencialmente recuperáveis a partir de jazidas conhecidas, mas que ainda não são comercialmente recuperáveis. Isto pode verificar-se por várias razões como, por exemplo, as relacionadas com a maturidade do projeto (a descoberta precisa de mais avaliações no sentido de suportar o plano de desenvolvimento), as tecnológicas (é necessário desenvolver e testar nova tecnologia que permita explorar comercialmente as quantidades) ou as de mercado (os contratos de venda ainda não estão em vigor ou é necessário instalar infraestruturas para levar o produto até aos clientes). Os recursos contingentes 2C são aqueles calculados com base na melhor estimativa (*best estimate*), enquanto os recursos contingentes 3C correspondem à mais elevada estimativa (*high estimate*), refletindo, portanto, um grau de incerteza mais elevado. As quantidades classificadas como recursos contingentes não podem ser consideradas reservas.

Recursos prospetivos

Recursos prospetivos referem-se a quantidades de petróleo estimadas, numa determinada data, como sendo potencialmente recuperáveis a partir de jazidas desconhecidas, pela aplicação de projetos de desenvolvimento futuro. A estimativa dos volumes de determinado prospeto está sujeita a incertezas comerciais e tecnológicas.

Os recursos prospetivos *mean estimate risked* têm subjacentes um maior grau de certeza que os recursos de exploração *mean unrisked estimate*. As quantidades classificadas nesta categoria não podem ser consideradas reservas, nem recursos contingentes.

Refinaria

Instalação onde se realizam os processos industriais destinados a transformar o petróleo bruto em produtos adaptados às necessidades dos consumidores (combustíveis, lubrificantes, betumes etc.) ou em matérias-primas para outras indústrias ditas de «segunda geração» (por exemplo, indústria petroquímica).

Reservas provadas (1P)

De acordo com as definições aprovadas pela Society of Petroleum Engineers (SPE) e pelo World Petroleum Council (WPC), as reservas provadas são as quantidades de petróleo que, por análise dos dados geológicos e de engenharia, podem ser estimadas com certeza razoável como sendo, a partir de uma determinada data, comercialmente recuperáveis de jazidas conhecidas e nas atuais condições económicas, métodos operacionais e regulamentos governamentais. No caso de ser utilizada metodologia determinística, o termo «certeza razoável» destina-se a exprimir um elevado grau de confiança na recuperação das quantidades. No caso de ser utilizada metodologia probabilística, deverá existir uma probabilidade mínima de 90% de as quantidades recuperadas, de facto, serem iguais à estimativa ou de a excederem. A definição das condições económicas atuais deve incluir preços históricos do petróleo e os custos associados. Normalmente, as reservas são consideradas provadas se a capacidade de produção da jazida for suportada pela produção atual ou por testes de formação. Neste contexto, o termo «provada» refere-se às quantidades reais de reservas de petróleo e não apenas à produtividade do poço ou jazida. A área da jazida considerada como provada inclui (1) a área delineada por perfuração e definida por contactos fluidos, se aplicável, e (2) as partes não-perfuradas de reservatório que podem ser

razoavelmente consideradas comercialmente produtivas com base nos dados geológicos e de engenharia disponíveis. As reservas podem ser classificadas como provadas se as instalações de processamento e transporte dessas reservas para o mercado se encontrarem operacionais no momento da estimativa ou se houver uma expectativa razoável de essas instalações virem a ser criadas.

Reservas provadas e prováveis (2P)

As reservas 2P correspondem à soma das reservas provadas (1P) e prováveis. De acordo com as definições aprovadas pela SPE e pelo WPC, as reservas prováveis são uma categoria de reservas não-provadas. As reservas não-provadas baseiam-se em dados geológicos ou de engenharia semelhantes aos utilizados nos cálculos das reservas provadas, mas em relação aos quais incertezas técnicas, contratuais, económicas ou reguladoras impedem que essas reservas sejam classificadas como provadas. As reservas prováveis são as quantidades de petróleo que, por análise dos dados geológicos e de engenharia, têm menor probabilidade de ser recuperadas do que as reservas provadas, mas maior probabilidade do que as reservas possíveis. No caso de ser utilizada metodologia probabilística, deverá existir uma probabilidade mínima de 50% de as quantidades recuperadas serem, de facto, iguais à estimativa 2P ou de a excederem.

Reservas provadas, prováveis e possíveis (3P)

As reservas 3P correspondem à soma das reservas provadas, prováveis e possíveis. De acordo com as definições aprovadas pela SPE e pelo WPC, as reservas possíveis são uma categoria de reservas não-provadas. As reservas não-provadas baseiam-se em dados geológicos ou de engenharia semelhantes aos utilizados nos cálculos das reservas provadas, mas em relação aos quais incertezas técnicas, contratuais, económicas ou reguladoras impedem que essas reservas sejam classificadas como provadas. As reservas possíveis têm uma probabilidade de recuperação menor do que as reservas prováveis. No caso de ser utilizada metodologia probabilística, deverá existir uma probabilidade mínima de 10% de as quantidades recuperadas serem, de facto, iguais à estimativa 3P ou de a excederem.

Replacement Cost

De acordo com este método, o custo das mercadorias vendidas é avaliado a *replacement cost*, isto é, à média do custo das matérias-primas no mês em que as vendas se realizam e independentemente das existências detidas no início ou no fim dos períodos. O *replacement*

cost não é um critério aceite pelas IFRS, não sendo consequentemente adotado para efeitos de avaliação de existências e não refletindo o custo de substituição de outros ativos.

Replacement Cost Ajustado

Além da utilização da metodologia *replacement cost*, os itens RCA excluem determinados eventos de carácter não recorrente, tais como ganhos ou perdas na alienação de ativos, imparidades ou reposições de imobilizado e provisões ambientais ou de reestruturação, que podem afetar a análise dos resultados da Empresa e que não traduzem o seu desempenho operacional regular.

Sísmica

A aquisição sísmica envolve a geração e captação de dados sísmicos através de um emissor e de uma fonte. As fontes de energia sísmica podem ser unidades vibradoras, dinamite ou canhões de ar comprimido onde são emitidas ondas acústicas ou elásticas que se propagam pelo interior da Terra, onde são refletidas e refratadas nas interfaces que separam as rochas de diferentes constituições petrofísicas, e retornam à superfície para serem captadas como dados sísmicos. O recetor pode incluir diferentes configurações, tais como a disposição de geofones ou sismómetros na superfície terrestre ou fundo do mar, arrastando os hidrofones com a ajuda de um navio, suspendendo-os verticalmente no mar ou posicionando-os no interior do poço (sísmica de perfil vertical) para que possam receber o sinal sísmico.

Abreviaturas, acrónimos e siglas

A.C.E.: Agrupamento Complementar de Empresas

AIP: Acordo de Individualização de Produção

Amorim Energia: Amorim Energia, B.V

ANP: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Brasil)

AQS: Ambiente, Qualidade e Segurança

AQSE: Ambiente, Qualidade, Segurança e Energia

b.p.: *basis points*; ou seja, pontos-base

bbf: barril de petróleo

BBLT: Benguela-Belize-Lobito-Tomboco

bcm: billion cubic metres; ou seja, mil milhões de metros cúbicos

Black Creek: Black Creek Investment Management Inc

BlackRock: BlackRock, Inc

bn: billion; ou seja, mil milhões

BNY Mellon: The Bank of New York Mellon Corporation

boe: barril de petróleo equivalente

BRL: reais do Brasil

CA: Conselho de Administração

CAGR: Compound Annual Growth Rate, ou seja, taxa de crescimento média anual

CEC: Comissão de Ética e Conduta

CELE: Comércio Europeu de Licenças de Emissão

CEO: Chief Executive Officer

CESE: contribuição especial do sector energético, (Portugal)

CFO: Chief Financial Officer

CGD: Caixa Geral de Depósitos, S.A.

CI Investments: CI Investments, Inc.

CMP: custo médio ponderado

CMVM: Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

CNPC: China National Petroleum Corporation

CO₂: dióxido de carbono

CoEC: Código de Ética e Conduta

CompeC: Curso de Formação Avançada em Competências Comerciais

CONCAWE: Conservation of Clean Air and Water in Europe

COOEC: Offshore Oil Engineering Co. Ltd.

CoSO: Committee of Sponsoring Organisations of the Treadway Commission

CSC: Código das Sociedades Comerciais

CTA: Cumulative Translation Adjustment

CUR: Comercializadores de Último Recurso

CURG: Comercializador de Último Recurso Grossista

CVM: Código dos Valores Mobiliários

DCF: *Discounted Cash Flow*

DeMac: DeGolyer and MacNaughton

DERI: Direção de Estratégia e Relações com Investidores

DJSI: Dow Jones Sustainability Index

DoC: Declaração de Comercialidade

DST: *drill stem test*; ou seja, teste de formação

E&P: Exploração & Produção

Ebit: *earnings before interest and taxes*; ou seja, resultados antes de juros e impostos

Ebitda: *earnings before interest, taxes, depreciation and amortisation*; ou seja, resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações

ECSI: European Customer Satisfaction Index; ou seja, Índice Europeu de Satisfação de Clientes

EITI: Extractive Industries Transparency Initiative

EMPL: Europe-Maghreb Pipeline

EMTN: Euro Medium Term Note;

EMV: Expected Monetary Value

EngIQ: Programa de Doutoramento em Engenharia de Refinação, Petroquímica e Química

ENH: Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (Moçambique)

Eni: Eni, S.p.A.

ENMC: Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis,

EPCIC: Engenharia, Aprovisionamento, Construção, Instalação e Comissionamento

ERM: Enterprise Risk Management

ERSE: Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, (Portugal)

ERU: Emission Reduction Units

EUR (ou €): Euro

EWT: *extended well test*; ou seja, teste de longa duração

FASB: Financial Accounting Standards Board

FCC: Fluid Catalytic Cracking

FEED: Front End Engineering Design

FID: Decisão Final de Investimento

FLNG: *floating, liquefied natural gas*; ou seja, unidade de liquefação de gás natural flutuante

FNEE: Fondo Nacional de Eficiência Energética (Espanha)

FormAG: Curso de Formação Avançada em Gestão

FPSO: *floating, production, storage and offloading*

FPSO #1: FPSO Cidade Angra dos Reis

FPSO #2: FPSO Cidade de Paraty

FPSO #3: FPSO Cidade de Mangaratiba

FPSO #4: FPSO Cidade de Itaguaí

FPSO #5: FPSO Cidade de Maricá

FPSO #6: FPSO Cidade de Saquarema

G&P: Gas & Power

Galp: Galp Energia, SGPS, S.A., Empresa, Grupo ou Sociedade

GEE: gases com efeito de estufa

GeoER: Programa de Estudos Avançados em Geoengenharia de Reservatórios

GGND: Galp Gás Natural Distribuição, S.A.

GGP: Galp Gas & Power, SGPS, S.A.

GIIP: *gas initially in place*; ou seja, gás no jazigo

GN/GNL: gás natural/gás natural liquefeito

GNV: gás natural veicular

GPL: gás de petróleo liquefeito

GRI: Global Reporting Initiative

GVA: Galp Valor Acrescentado; ou seja, *Economic Value Added* aplicado à Galp

GWh: gigawatt-hora

GWT: Global Water Tool for Oil & Gas

HC: hydrocracking

I&D: Investigação & Desenvolvimento

I&T: Investigação & Tecnologia

IASC: International Accounting Standards Committee

IBAT: Integrated Biodiversity Assessment Tool

ICE: Intercontinental Exchange

| | |
|---|---|
| IFA: índice de frequência de acidentes | PoD: Plano de Desenvolvimento |
| IFRIC: International Financial Reporting Interpretation Committee | PPSA: Pré-Sal Petróleo S.A. |
| IFRS: International Financial Reporting Standards; ou seja, Normas Internacionais de Relato Financeiro | PSA: <i>production sharing agreement</i> ; ou seja, contrato de partilha de produção |
| IGEN: Fórum de Empresas para a Igualdade de Género | PSI-20: índice de referência do mercado acionista português |
| IIRC: International Integrated Reporting Council | PwC: PricewaterhouseCoopers |
| IRC: Imposto sobre o Rendimento Coletivo | R&D: Refinação & Distribuição |
| IRP: imposto sobre o rendimento do petróleo (Angola) | RAB: Regulatory Asset Base, ou seja, base de ativos regulados |
| ISIN: <i>international securities identification number</i> ; ou seja, número internacional de identificação de títulos | RC: <i>replacement cost</i> , ou seja, a custo de substituição |
| ISO: International Organization for Standardization; ou seja, Organização Internacional de Normalização | RCA: <i>replacement cost adjusted</i> , ou seja, a custo de substituição ajustado |
| ISP: Imposto sobre Produtos Petrolíferos (Portugal) | RCM: Reliability Centered Maintenance |
| IsPG: Instituto do Petróleo e Gás | RNAE: Associação das Agências de Energia e Ambiente |
| ISQ: Instituto de Soldadura e Qualidade | RNDGN: Rede Nacional de Distribuição de Gás Natural |
| IVA: imposto sobre o valor acrescentado | RNTGN: Rede Nacional de Transporte de Gás Natural |
| JOA: Joint Operation Agreements; ou seja, Acordos de Operação Conjunta | ROC: revisor oficial de contas |
| k: mil/milhares | ROI: <i>return on investment</i> , ou seja, retorno sobre o investimento |
| kboepd: milhares de barris de petróleo equivalente por dia | RSP: Responsabilidades por Serviços Passados |
| kbpd: milhares de barris de petróleo por dia | RV: resíduo de vácuo |
| km/km²/km³: quilómetro/quilómetro quadrado/quilómetro cúbico | Schroders: Schroders Plc |
| kt: mil toneladas | SGPS: Sociedade Gestora de Participações Sociais |
| LBG: London Benchmarking Group | SIC: Standing Interpretation Committee |
| LE: licenças de emissão | SNGN: Sistema Nacional de Gás Natural |
| LRO: local risk officer | SPE: Society of Petroleum Engineers |
| m: milhão | SROC: Sociedade de Revisores Oficiais de Contas |
| mm³: milhões de metros cúbicos | SROI: Social Return On Investment |
| mmbbl: milhões de barris | SSA: Segurança, Saúde e Ambiente |
| mmbbl: milhões de barris de petróleo equivalente | Standard Life: Standard Life Investments (Holding) Limited |
| mmscf: <i>million standard cubic feet</i> , ou seja, milhões de pés cúbicos standard | SXEP: STOXX Europe 600 Oil & Gas Index; ou seja, índice de referência do sector de Oil & Gas |
| MScEP: Mestrado em Engenharia do Petróleo | tCO₂e: toneladas de dióxido de carbono equivalente |
| mt: milhões de toneladas | tcf: trillion cubic feet; ou seja, biliões de pés cúbicos |
| MTM: Mark-to-Market | TSR: Total Shareholder Return, ou seja, retorno total para o acionista |
| mtpa: milhões de toneladas por ano | TSU: Taxa Social Única |
| MW: megawatt | UAG: Unidade Autónoma de Gás |
| NE: nordeste | UGC: Unidade Geradora de Caixa |
| NYSE: New York Stock Exchange | UGS: utilização global de sistema |
| OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico | UNFCC: United Nations Framework Convention on Climate Change |
| ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | UNGC: United Nations Global Compact |
| OHSAS: Occupational Health and Safety Assessment Services; ou seja, normas para sistemas de gestão e Zcertificação da segurança e saúde ocupacionais | UOP: Unit of Production; ou seja, unidade de produção |
| ONU: Organização das Nações Unidas | URD: utilização da rede de distribuição |
| OPV: Oferta pública de venda | URT: utilização da rede de transporte |
| OTC: over-the-counter | USD (ou \$): Dólar americano |
| P.O.S.: Probability of Geological Success | Ventinveste: Ventinveste, S.A. |
| p.p.: pontos percentuais | VGO: vacuum gas oil |
| Parública: Parública – Participações Públicas, SGPS, S.A. | W.I.P.: Winland International Petroleum, S.A.R.L. |
| Petrobras: Petróleo Brasileiro, S.A. | WACC: Weighted Average Cost of Capital; ou seja, Custo Médio Ponderado do Capital |
| Petrogal: Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. | WAG: water alternating gas; ou seja, injeção alternada de água e gás |
| PMR: Prazo Médio de Recebimentos | WI: Working Interest |
| PMRS: Petroleum Resources Management System | WPC: World Petroleum Council |

Disclaimer

O presente relatório foi elaborado pela Galp Energia, SGPS, S.A. («Galp» ou a Sociedade) e pode ser alterado e completado.

Este relatório não constitui nem integra e não deve ser interpretado como uma oferta para vender ou para emitir nem como um convite à apresentação de ofertas para compra ou outra forma de aquisição de valores mobiliários emitidos pela Sociedade ou por qualquer das suas sociedades dependentes ou participadas em qualquer jurisdição ou como um incentivo para realizar atividades de investimento em qualquer jurisdição. Nem este relatório, ou qualquer parte dele, nem a sua distribuição constituem a base ou podem ser invocados em qualquer contexto, contrato ou compromisso ou decisão de investimento, em qualquer jurisdição.

O presente relatório pode conter declarações prospetivas. Declarações prospetivas são declarações que não estão relacionadas com factos históricos. As palavras acreditar, prever, antecipar, pretender, estimar, vir a, poder, continuar, dever e expressões similares geralmente identificam declarações prospetivas. Declarações prospetivas podem incluir declarações sobre: objetivos, metas, estratégias, perspectivas de crescimento; planos, eventos ou desempenho futuros e potencial para o crescimento futuro; liquidez, recursos de capitais e despesas de capital; perspectivas económicas e tendências do sector; procura de energia e abastecimento; evolução dos mercados da Galp; impacto das iniciativas regulamentares; a força dos concorrentes da Galp.

Neste relatório, as declarações prospetivas são baseadas em diversas suposições, muitas das quais são baseadas, por sua vez, em suposições, incluindo, sem limitação, a avaliação pela gestão das tendências operacionais, dados contidos nos registos da Sociedade e outros dados disponibilizados por terceiros. Embora a Galp acredite na razoabilidade com que tais suposições foram realizadas, essas suposições encontram-se por inerência sujeitas a riscos significativos conhecidos e desconhecidos, incertezas, contingências e outros fatores importantes que são difíceis ou impossíveis de prever e estão fora do seu controle. Fatores importantes que podem levar a diferenças significativas entre os resultados reais e as expectativas sobre eventos ou resultados futuros incluem a estratégia de negócios da Sociedade, os desenvolvimentos da indústria, as condições do mercado financeiro, a incerteza dos resultados dos projetos futuros e operações, planos, objetivos, expectativas e intenções, entre outros. Tais riscos, incertezas, contingências e outros fatores importantes podem conduzir a que os resultados reais da Galp ou da indústria sejam materialmente diferentes dos resultados expressos ou implícitos nesta apresentação por tais declarações prospetivas.

A informação, opiniões e declarações prospetivas contidos neste relatório respeitam apenas à sua data e estão sujeitos a modificação sem necessidade de comunicação. A Galp e os respetivos representantes, agentes, trabalhadores ou assessores não pretendem, e expressamente não assumem qualquer obrigação ou dever de, elaborar ou divulgar qualquer suplemento, adenda, atualizada ou revisão de quaisquer informações, opiniões ou declarações prospetivas contidas neste relatório com vista a refletir qualquer alteração, eventos, condições ou circunstâncias.

EDIÇÃO



REVISÃO DE TEXTO
Caligrama Produção Editorial

FOTOGRAFIAS NÃO CREDITADAS
AO LONGO DO RELATÓRIO
Banco Digital Galp

DESIGN E CONCEPÇÃO
J. Walter Thompson

ESTE RELATÓRIO FOI ESCRITO DE ACORDO
COM AS NOVAS REGRAS ORTOGRÁFICAS.



Galp Energia, SGPS, S.A.
Sociedade Aberta
Direção de Estratégia
e Relações com Investidores

Rua Tomás da Fonseca, Torre C
1600 - 209 Lisboa
Tel.: +351 217 240 866
Fax: +351 217 242 965
e-mail: investor.relations@galp.com
galp.com